

**A multidimensionalidade da valorização de produtos
locais: implicações para políticas públicas, mercado, território
e sustentabilidade na Amazônia**

Jane Simoni Silveira
Tese de Doutorado

Brasília – DF, abril de 2009



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A Multidimensionalidade da Valorização de Produtos
Locais: implicações para políticas públicas, mercado, território
e sustentabilidade na Amazônia**

Jane Simoni Silveira

Orientadora: Dóris Aleida Villamizar Sayago

Co-Orientadora: Laure Emperaire

Tese de Doutorado

Brasília-DF, abril de 2009

Silveira, Jane Simoni

A Multidimensionalidade da Valorização de Produtos Locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. / Jane Simoni Silveira.

Brasília, 2009

391 p.:il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília

1. Produtos Locais 2. Valorização 3. Amazônia 4. Certificação
5. Desenvolvimento Territorial. Universidade de Brasília. CDS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Jane Simoni Silveira

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Multidimensionalidade da Valorização de Produtos

Locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia

Jane Simoni Silveira

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Doris Aleida Villamizar Sayago, Doutora em Sociologia (CDS/UnB)
(Orientador)

Marcel Bursztyn, Doutor em Sociologia (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Iara Brasileiro, Doutora em Ciências Biológicas (CET/CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Sandra Noda, Doutora em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (UFAM)
(Examinador Externo)

Claudia Job Schmitt, Doutora em Sociologia (AS-PTA/RJ)
(Examinador Externo)

Eric Sobourin, Doutor em Antropologia (CDS-UnB)
(suplente)

Brasília-DF, 13 de abril de 2009

Para José Mauro, Paola, Maria Flor e Nina Morena.
Gerações de encontros e vindouras.

Agradecimento Especial
Aos meus pais,
pelo apoio incondicional...

À Guilherme,
por nosso encontro.
por ele mesmo,
seu companheirismo, carinho e confiança.

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre.

À UnB e ao CDS.

À CAPES pela bolsa.

À Dóris Sayago, sua orientação, força, discussões e hospitalidade.

À Laure Emperaire, pela oportunidade e pelo aprendizado.

Ao Projeto PACTA / IRD / CIRAD pelo apoio às necessárias viagens de campo e apresentação de trabalho.

Aos professores do CDS.

Aos membros da banca.

À Claudia Job pelas contribuições e discussões.

À Sergio Sauer pelas contribuições na qualificação.

À Iara Brasileiro.

À Marcel Burzstyn.

Aos amigos do CDS Andréa, Camila, Emma, Ferraro, Pedro, Joséh, Lucivaldo e Márcio.

À Juliana Dalboni.

À Norma e Antônio.

À Juliana Santilli.

À Julliana Miranda pelo apoio durante o campo. Ao Eudes.

Aos amigos do Acre. De Rio Branco. De Brasiléia e Seringal Porto Carlos. De Cruzeiro do Sul e do ramal Macaxeiral II. Por terem me hospedado e me apresentado à bela história da Amazônia.

Às crianças do Seringal Porto Carlos, Alto Rio Acre.

Às crianças do Ramal Macaxeiral, Alto Rio Juruá.

Aos amigos de sempre.

À Márcia Pontier. À Carolina Joana.

À Terry e Susan.

À minha família, pais, Iara, Renato, Samuel, Francisco, João, Jan, Lee e Ademar.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

Enquadramento Institucional e Financiamento da Pesquisa

Trabalho realizado como bolsista da CAPES durante o período de abril de 2005 a março de 2009.

Pesquisa de campo realizada no âmbito do programa Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados na Amazônia - Pacta, convênio nº 492693 / 2004-8 entre o CNPq - Unicamp e o IRD, com financiamentos do IRD-UR nº 200 (Patrimônios e Estratégias locais), do programa Biodivalloc (ANR 05 BDIV 002-03) e do programa ARCUS (região Ile-de-France).

Ventana sobre la Utopía

- Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri.
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré.
Para que sirve la utopía?
Para eso sirve: para caminar.

De las palabras andantes.
Eduardo Galeano

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a multidimensionalidade envolvida na valorização de produtos locais da Amazônia brasileira. O estudo indica que valorizar tais produtos permite alternativas para a conservação da biodiversidade e a manutenção, para além da mera sobrevivência, de grupos sociais e suas relações. A valorização de produtos locais da Amazônia pode ser via políticas públicas sociais, assistência técnica, crédito e apoio à comercialização, certificações, ou qualificação de relações de trocas e solidariedade. Desta forma a valorização se mostra multidimensional, agregando faces econômicas, históricas, ecológicas, socioculturais, políticas e territoriais. A presente tese organiza-se em três partes. A primeira trata da valorização de produtos locais por políticas públicas, ações e instrumentos de mercado. A segunda, traz casos concretos de produtos locais da Amazônia inseridos em processos diversos de valorização. Para a análise de políticas públicas em vigência pertinentes ao objeto proposto foram feitas entrevistas com gestores públicos, representantes de cooperativas, produtores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. A pesquisa também contou com levantamento de dados secundários em relatórios governamentais, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e relatórios técnicos. Selecionou-se, a partir da inclusão em políticas públicas federais e estaduais e histórico de destaque, dois produtos no estado do Acre, a farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-Brasil, para estudos de caso. São analisadas ações e políticas relacionadas à produção e ao mercado, bem como, aspectos de conservação e uso sustentável dos recursos utilizados, manutenção de modos tradicionais de produção e dinâmicas territoriais. Algumas iniciativas efetivas de valorização em torno desses produtos são identificadas: apoio a instrumentos tradicionais de promoção de produtos locais, como feiras; apoio a consolidação de infra-estruturas de produção e beneficiamento; crédito facilitado por políticas como Compra Antecipada e Direta, Crédito Rural Pronaf e Garantia de Preço Mínimo; e campanhas promocionais governamentais (federal e estadual) que auxiliam na disseminação dos produtos e na educação ao consumidor. Formas de aquisição de selos, como de Indicação Geográfica, Orgânica, Comércio Justo, e Certificação Sócio-Participativa são analisadas. Destaca-se os limites da certificação como via de valorização da produção local na Amazônia. Por vezes, processos de certificação exógenos às iniciativas locais colocam em risco a continuidade de sistemas sociais agrobiodiversos. Aponta-se a importância do espaço criativo do conhecimento local e a construção das relações sociais e ambientais para o reconhecimento das multiplicidades, em face da aplicação de instrumentos normativos que tendem a homogeneizar as singularidades. Foi possível constatar que os níveis de organização local dos produtores influenciam nas ações e processos de valorização. A terceira parte da pesquisa aborda o território e a sustentabilidade. A combinação entre os conceitos elucidados na primeira parte com os estudos de casos permite considerar o desenvolvimento territorial sustentável como estratégia multidimensional de valorização não só dos produtos como também dos produtores e seus modos de vida, conhecimento e práticas associadas.

Palavras-chave: Produtos locais, Valorização, Farinha de Cruzeiro do Sul, Castanha-do-Brasil, Desenvolvimento Territorial, Certificação, Indicação Geográfica, Amazônia.

ABSTRACT

This work aims to discuss the multidimensionality involved in the valorization of local Amazon products. This study indicates that valuing such products allows for alternatives for conservation of the biodiversity and maintenance, beyond mere survival, of social groups and their relations. Valorization of local products of the Amazon can happen through social public policies, technical assistance, credit, support to market insertion, certification, or through the qualification of exchange and solidarity relations. Therefore, valorization emerges as a multidimensional concept, which aggregates economic, historical, ecological cultural knowledge, political and territorial faces. The present dissertation is organized in three parts. The first part relates the valorization of local products through public policies, actions and market instruments. The second part brings concrete cases of local products of the Amazon going through different processes of valorization. For the analysis of public policies, relevant to the proposed object, interviews were made with public managers, members of cooperatives, producers, and members of social movements and non-governmental organizations. The study also refers to assessments of secondary data in reports from state and federal governments, non-governmental organizations, social movements and technical reports. For the case studies, two products, Farinha de Cruzeiro do Sul (manioc flour) and Brazil nut, were selected from their partake in federal and state public policies and historical record of distinction among Amazon products. For the cases, related actions and policies to production and to market were analyzed, as well as aspects of conservation and sustainable use of utilized resources, maintenance of traditional modes of production and territorial dynamics. Some of the effective initiatives for valorization of those products were identified: support to traditional instruments of local product promotion such as fairs; support to the consolidation of production and processing infra-structure; easy access to credit through policies such as Advance and Direct Buy, Rural Pronaf Credit, and Minimum Price Guarantee; and governmental promotional campaigns (national and state level) that help product dissemination and consumer's education. Ways of acquiring labels, such as Geographical Indication, Organic, Fairtrade, and Socio-Participative Certification were analyzed. The limits to certification as way for valorization of local Amazon products were noted. Frequently processes of certification that are external to local initiatives put into risk the continuity of social agrobiodiverse systems. The study points to the creative space of local knowledge and the construction of social and environmental relations in order to recognize multiplicities, considering that normative instruments tend to homogenize singularities. The level of local producers organization also influences actions and processes of valorization. The third part of the study approaches territory and sustainability. The combination of the concepts brought in the first part with the cases allows for the consideration of sustainable territorial development as a multidimensional strategy for valorization of products, producers and their livelihoods, associated knowledge and practices .

Key words: Local Products, Valorization, Farinha de Cruzeiro do Sul (manioc flour), Brazil nut, Territorial Development, Certification, Geographical Indication, Amazon.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif d'aborder les productions localisées d'Amazonie brésilienne dans leurs multiples dimensions, sociales, écologiques et culturelles. Il s'agit d'approfondir les liens entre les formes de valorisation de ces productions, la conservation de la biodiversité et des savoirs traditionnels associés, en tant qu'éléments intrinsèques de certains modes de vie. Cette valorisation peut s'opérer par le biais de politiques publiques, assistance technique, crédit et appui à la commercialisation, certification, ou relations d'échanges et intègre des aspects économiques, historiques, écologiques, socioculturels, politiques et territoriaux. Le travail est organisé en trois parties. La première traite de la valorisation des productions localisées par les politiques publiques, les actions et les instruments liés au marché. L'analyse est menée à partir d'entrevues avec les gestionnaires, les représentants de coopérative, les producteurs, des organisations de la société civile et les représentants de mouvements sociaux. Nous nous appuyons aussi sur des données secondaires issues de rapports d'institutions gouvernementales ou des différentes organisations déjà mentionnées. L'analyse des politiques de valorisation menées au niveau fédéral et de l'état a permis d'identifier deux productions localisées, la /farinha /de Cruzeiro do Sul (semoule de manioc torréfiée) et la noix-du-Brésil (/Bertholletia excelsa/), soit deux productions de l'état d'Acre comme études de cas. Leurs dynamiques sont approfondies en deuxième partie. Les actions et politiques d'appui à la production et à la commercialisation sont étudiées ainsi que les aspects de durabilité des ressources mises en jeu, des savoirs mobilisés et des dynamiques territoriales dans lesquelles ses productions s'intègrent. Nous analysons quelques initiatives comme l'appui : aux formes traditionnelles de valorisation de ces productions localisées (les marchés locaux) ; à l'amélioration des infrastructures de production et de conditionnement ; à des appuis financiers de prêt pour l'achat direct anticipé de la production, via le Crédit Rural Pronaf ou la garantie de prix minimum d'achat ; à des campagnes gouvernementales, à l'échelle fédérale ou des états, de promotion des produits et de sensibilisation du consommateur. Les formes de labellisation, Indications Géographiques, Agriculture Biologique, Commerce Équitable et Certification Socio-Participative sont mises en perspective. Leurs limites comme levier dans la valorisation des productions localisées amazoniennes sont mises en évidence : ainsi, des certifications aux dynamiques exogènes peuvent fragiliser les systèmes locaux de production. Ce travail souligne l'importance de la créativité des savoirs locaux, des réseaux sociaux et des formes de mise en valeur de l'environnement, dans leurs multiples dimensions, face à des instruments de type normatif qui tendent à homogénéiser ces singularités. L'accent est mis aussi les formes d'organisation des producteurs locaux dans ce processus de valorisation. La troisième partie aborde la question des bases territoriales de ces productions et de la durabilité. L'approche territoriale se révèle une stratégie intéressante pour penser une valorisation des productions localisées dans leurs différentes dimensions, produits, savoirs, populations et environnement.

Mots-clés: productions localisées, valorisation, Farinha de Cruzeiro do Sul (semoule de manioc torréfiée), noix-du-Brésil, développement territorial, certification, indication géographique, Amazonie.

RESUMEN

Este trabajo discute la multidimensionalidad envuelta en la valorización de productos locales de la Amazonia brasileña. El estudio indica que valorizar tales productos permite alternativas para la conservación de la biodiversidad y el mantenimiento, más allá de la mera sobrevivencia, de grupos sociales y sus relaciones. La valorización de productos locales de la Amazonia puede ser vía políticas públicas sociales, asistencia técnica, crédito y apoyo a la comercialización, certificaciones, o calificación de relaciones de intercambio y solidaridad. De esta forma la valorización se muestra multidimensional, agregando facetas económicas, históricas, ecológicas, socioculturales, políticas y territoriales. La presente tesis está organizada en tres partes. La primera trata de la valorización de productos locales por políticas públicas, acciones e instrumentos de mercado. La segunda, trae casos concretos de productos locales de la Amazonia incorporados en procesos diversos de valorización. Para el análisis de políticas públicas en vigencia pertinentes al objeto propuesto fueron hechas entrevistas con gestores públicos, representantes de cooperativas, productores, organizaciones de la sociedad civil y movimientos sociales. La investigación también contó con levantamiento de datos secundarios en informes gubernamentales, de organizaciones de la sociedad civil, de movimientos sociales e informes técnicos. Se seleccionó, a partir de la inclusión en políticas públicas nacionales y estatales e histórico de destaque, dos productos en el Estado de Acre, la harina de Cruzeiro do Sul y la castanha-do-Brasil, para estudios de caso. Son analizadas acciones y políticas relacionadas a la producción y al mercado, así como, aspectos de conservación y uso sustentable de los recursos utilizados, mantenimiento de modos tradicionales de producción y dinámicas territoriales. Algunas iniciativas efectivas de valorización alrededor de esos productos son identificadas: apoyo a instrumentos tradicionales de promoción de productos locales, como ventas en mercados; apoyo a la consolidación de infraestructuras de producción y beneficiamiento; crédito facilitado por políticas como Compra Anticipada y Directa, Crédito Rural y Garantía de Precio Mínimo; y campañas promocionales gubernamentales (nacional y estadual) que auxilian en la diseminación de los productos y en la educación al consumidor. Formas de adquisición de rótulos, como Indicación Geográfica, Orgánica, Comercio Justo, y Certificación Socioparticipativa son analizadas. Se destacan los límites de la certificación como vía de valorización de la producción local en la Amazonia. Algunas veces, procesos de certificación exógenos a las iniciativas locales colocan en riesgo la continuidad de sistemas sociales agrobiodiversos. Se apunta la importancia del espacio creativo del conocimiento local y la construcción de las relaciones sociales y ambientales para el reconocimiento de las multiplicidades, en face de la aplicación de instrumentos normativos que tienden a homogenizar las singularidades. Fue posible constatar que los niveles de organización local de los productores influyen en las acciones y procesos de valorización. La tercera parte de la investigación aborda el territorio y la sustentabilidad. La combinación entre los conceptos elucidados en la primera parte con los estudios de caso permite considerar el desarrollo territorial sustentable como estrategia multidimensional de valorización no tan solo de los productos sino también de los productores y sus modos de vida, conocimiento y prácticas asociadas.

Palabras-clave: Productos locales, Valorización, Harina de Cruzeiro do Sul, Castanha-do-Brasil, Desarrollo Territorial, Certificación, Indicación Geográfica, Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Distribuição dos registros de produtos levantados por estado	152
Figura 02	Visualização da distribuição geral dos produtos levantados na Amazônia Legal	153
Figura 03	Mapa Estado do Acre, com destaque ao Vale do Juruá.	165
Figura 04	Ilustração das fases do processo de produção da farinha.	170
Figura 05	Placas e banners de alguns dos programas relacionados à farinha e sua produção	178
Figura 06	Transcrição da tabela sobre os custos de produção da mandioca. Elaborada por Franco Severiano de Melo Gomes (presidente STR/CZS), Agosto 2007.	189
Figura 07	Renda Sistema Agrícola	190
Figura 08	Renda Sistema Extrativista	190
Figura 09	Desempenho econômico para principais produtos do sistema extrativista	191
Figura 10	Desempenho econômico para produtos do sistema agrícola familiar	191
Figura 11	Comparação de renda bruta entre os anos de 1996/1997 a 2005/2006	192
Figura 12	Análise Econômica por UPF no Vale do Juruá	193
Figura 13	Distribuição da produção de castanha por estado da Amazônia Brasileira	204
Figura 14	Mapa esquerda: Distribuição na América do Sul de castanheiras. Mapa direita: área de estudo, regional Alto Acre	206
Figura 15	Ilustração das quatro maiores cooperativas do estado do Acre e suas inter-relações com associações menores e com as outras cooperativas	210
Figura 16	Ilustração do processo de construção e concessão das usinas e distintas cooperativas.	214
Figura 17	Ilustração da cadeia produtiva da castanha e inserção de cooperativas no processo	219
Figura 18	Elo de exploração da castanha	222
Figura 19	Elo de Beneficiamento da castanha	222
Figura 20	Desenho esquemático para visualização de alguns dos elementos que compõem o cenário de valorização da castanha	248
Figura 21	Territórios Rurais constituídos no estado do Acre	273
Figura 22	Níveis de controle para uma IG.	292

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Síntese, em âmbito Federal, dos principais órgãos executivos e secretarias responsáveis por políticas e programas identificados como pertinentes à valorização de produtos locais da Amazônia.	54
Tabela 02	Distribuição da população do Vale do Juruá.	165
Tabela 03	Produção mandioca para o estado do Acre	166
Tabela 04	Casa de Farinha e sistemas de produção modernizados	179
Tabela 05	Produção de castanha-do-brasil em toneladas. Região norte. 1996-2006	204
Tabela 06	Produção média, preço pago ao produtor e renda por produtor (1996-2003)	208
Tabela 07	Projeção de comercialização de castanha-do-brasil safra 2004-2005 por cooperativa	210
Tabela 08	Síntese abrangência dos Territórios Rurais no estado do Acre	273

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Modalidades e Operação do PAA.	61
Quadro 02	Síntese de políticas e programas federais que beneficiam a produção e a comercialização da agricultura familiar e extrativista no estado do Acre	68
Quadro 03	Programas Implementados pela Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF	69
Quadro 04	Descrição síntese das fontes utilizadas para o levantamento.	150
Quadro 05	Produtos e produtores identificados no levantamento de produtos agrobiodiversos	151
Quadro 06	Indicadores de sustentabilidade: Farinha de Cruzeiro do Sul	252
Quadro 07	Indicadores de sustentabilidade: Castanha-do-Brasil	254
Quadro 08	Dimensões analíticas entre os casos da farinha e castanha	256

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações UTILIZADAS

ACS	Associação de Certificação Sócio-Participativa
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER	Assistência Técnica Rural
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMAZ	Conselho Nacional da Amazônia Legal
DAAM	Departamento de Articulação de Ações da Amazônia
DGRAV	Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
DOC	Denominação de Origem Controlada
DRS	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization
FSC	Forest Stewardship Council
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GIAHS	Globally Important Agricultural Heritage Systems
GERASOL	Gerência de Economia Solidária
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGP	Indicação Geográfica Protegida
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCTAF	povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares
PDTRS	Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais Sustentáveis
Pesacre	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
RESEX	Reservas Extrativistas
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAIP	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Floresta
SEATER	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria Executiva – MMA
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAND	Secretaria de Estado de Planejamento
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SDC	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
STR/CZS	Sindicato dos Trabalhadores Rurais /Brasiléia e Cruzeiro do Sul
UFAC	Universidade Federal do Acre
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO: AMAZÔNIA, PRÁTICAS DE PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE 19

OBJETIVOS 28

METODOLOGIA 33

I PARTE 36

CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO 37

1. O CENÁRIO INTERNACIONAL: POLÍTICAS PARA A VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE 37

1.1 BIODIVERSIDADE NO CENÁRIO INTERNACIONAL 39

1.1.1 CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA 40

1.1.2 GIAHS – FAO 46

1.1.3 CERTIFICAÇÕES 48

2. O CENÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS PARA A VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE 48

2.1 BREVE REVISÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E OCUPAÇÃO PARA A AMAZÔNIA 48

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS 54

2.2.1 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA 55

2.2.2 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA 57

2.2.3 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS 59

2.2.4 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA 62

2.2.5 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE 64

2.2.6 PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE 65

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS – ACRE 67

3. O PAPEL DO ESTADO: O NACIONAL FRENTE AO REGIONAL E AO LOCAL. 72

3.1 CENÁRIO DAS POLÍTICAS 72

3.1.1 POLÍTICAS CONTRADITÓRIAS 73

3.1.2 POLÍTICAS FRAGMENTADAS 73

3.1.3 FALTA DE CONTINUIDADE POLÍTICA 75

3.1.4 POLÍTICAS E AS BARREIRAS HISTÓRICO-CULTURAIS 75

3.1.5 POLÍTICAS E ESQUIZOFRENIA INSTITUCIONAL 76

3.2 O ESTADO E O LOCAL: RELAÇÃO, REDEFINIÇÃO, RE-SIGNIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO LOCAL 77

3.3 O DESENVOLVIMENTO PROPOSTO? 84

CAPÍTULO 2: O MERCADO: PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS E PRODUTORES LOCAIS 86

1. VALORIZAÇÃO 88

1.1 VALORIZAÇÃO VIA RECONHECIMENTO DE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS 88

1.2 VALORIZAÇÃO VIA CERTIFICAÇÕES 91

1.2.1	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS	93
1.2.2	CERTIFICAÇÃO SOCIOPARTICIPATIVA	95
1.2.3	CERTIFICAÇÃO VIA INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	99
1.3	VALORIZAÇÃO VIA QUALIDADE DE RELAÇÕES	107
2.	CONSUMO	109
2.1	SOBRE O CONSUMO: JEAN BAUDRILLARD	109
2.2	RENDA MONOPOLISTA: DAVID HARVEY	111
2.3	DIREITO DE ACESSO: ANDRÉ GORZ	115
3.	OUTRA ECONOMIA	116
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA	118
3.2	COMÉRCIO JUSTO / CONSUMO CONSCIENTE	124
3.3	REDES	128
4.	MERCADO E O DESAFIO DE AGREGAR SUSTENTABILIDADE	131
II PARTE		134
CAPÍTULO 3: AMAZÔNIA E PRODUTOS LOCAIS: AGREGAÇÃO DE VALOR, INSERÇÃO NO MERCADO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE		135
1.	CASOS DE DESTAQUE	137
	ÓLEOS ESSENCIAIS	137
	ÓLEO DE CASTANHA-DO-BRASIL	138
	AÇAÍ E GUARANÁ	139
	ARTE E PIMENTA EM PÓ DOS ÍNDIOS BANIWA	140
	GUARANÁ DOS ÍNDIOS SATERÉ MAWÉ	141
	BRINQUEDOS DE MIRITI	141
	COURO VEGETAL	142
	MEL DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU	143
	PEIXES ORNAMENTAIS DE BARCELOS	144
	PROJETO RECA	145
	CACAU DE URICURITUBA	146
2.	LEVANTAMENTO: PRODUTOS AGROALIMENTARES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	149
	METODOLOGIA	149
	RESULTADOS E DISCUSSÃO	151
CAPÍTULO 4: O ALTO JURUÁ E A FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL: POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PRODUTO NO ESTADO DO ACRE		162
1.	AMAZÔNIA <i>MANIHOT</i> : BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO	162
1.1	O ALTO JURUÁ : OCUPAÇÃO E ÁREA DE ESTUDO	164
1.2	A PRODUÇÃO, O CONSUMO E O FAZER FARINHA	166
2.	ORGANIZAÇÃO LOCAL DOS PRODUTORES DE FARINHA : COOPERATIVAS	170
2.1	CASAVAJ	170
2.2	COOPERFARINHA	172
3.	POLÍTICAS RELACIONADAS À FARINHA	178
3.1	CASAS DE FARINHA	179
3.2	BOAS PRÁTICAS NA PRODUÇÃO	182
3.3	CONTROLE DO MANDAROVÁ E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE ROÇA	183
3.4	DIVERSIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO	186
4.	DESTINOS DA FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL E A PARTICIPAÇÃO LOCAL	194
CAPÍTULO 5: O ALTO ACRE , EXTRATIVISTAS E A CASTANHA-DO-BRASIL: HISTÓRICO, CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA A VALORIZAÇÃO		202

1. A IMPORTÂNCIA DO EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA	202
1.1 ÁREA DE ESTUDO	205
2. ORGANIZAÇÃO LOCAL: COOPERATIVAS E GOVERNO ESTADUAL	206
3. ORGANIZAÇÃO LOCAL: COMUNIDADE DO SERINGAL PORTO CARLOS	223
3.1 LOCALIZAÇÃO E BREVE DESCRIÇÃO DO SERINGAL PORTO CARLOS	223
3.2 A COMUNIDADE DO SERINGAL E A PRODUÇÃO	223
3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DA PRODUÇÃO	227
3.4 ARMAZENAMENTO, ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	232
3.5 VALORIZAÇÃO DA CASTANHA PARA OS PRODUTORES	234
3.6 CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO	237
3.7 O IMAGINÁRIO E O DESTINO	239
4. VALORIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA A CASTANHA	239
5. VALORIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	243
6. VALORIZAÇÃO DA CASTANHA NO ACRE	247
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	251
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL	252
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: CASTANHA-DO-BRASIL	254
DIMENSÕES ANALÍTICAS ENTRE OS CASOS DA FARINHA E DA CASTANHA	256
III PARTE	260
CAPÍTULO 6: TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE: PRODUTOS, IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO	261
1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	264
2. TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	270
2.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS	271
2.2 DESAFIOS À POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS	278
3. TERRITÓRIOS, IDENTIDADE, PRODUTOS, USOS E VALORIZAÇÃO	287
4. VALORIZAÇÃO E IG: UMA ALTERNATIVA PARA PRODUTOS DA AMAZÔNIA?	290
4.1 FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL E IG	293
4.2 CASTANHA-DO-BRASIL, IG E CERTIFICAÇÕES	295
5. O ALERTA	298
CONCLUSÕES	301
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	310
ANEXOS	
1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS	330
2. QUADRO METODOLÓGICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	333
3. ÁREA COLHIDA (HA) DE MANDIOCA SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, PRODUTORAS BRASIL - 2000-2006	335
4. EMBALAGENS DE FARINHA	336
5. TERRITÓRIOS RURAIS EM 2008. MDA/SDT.	338
6. LEVANTAMENTO PRODUTOS AGROALIMENTÍCIOS DA AMAZÔNIA LEGAL	339

INTRODUÇÃO

*“A realidade não se reduz ao que existe.
A realidade é um campo de possibilidades
em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas
ou que nem sequer foram tentadas”
(SANTOS, 2005, p. 23)*

A diversidade abarcada pelas águas e terras da Amazônia guarda em sua história de conservação e manutenção, interações tanto de ordem física, biológica e química, quanto de ordem cultural e social. Processos ecológicos e sociais se relacionam e se refletem por meio de conhecimentos expressos no manejo da biodiversidade por comunidades tradicionais, indígenas locais ou agricultores familiares. Assim se definem práticas de produção que dinamizam a vida na maior floresta tropical do planeta.

A floresta Amazônica é composta por uma diversidade de habitats, paisagens e fisionomias, soma-se a este cenário a grande complexidade hídrica que caracteriza e alimenta sua heterogeneidade. A Amazônia legal brasileira é composta pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso e Tocantins, e parcialmente o Maranhão. Abriga uma população de cerca de 21 milhões de pessoas ou 12,4% da população nacional. Estão concentrados nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas 70% dos habitantes e 62% do total da população está em áreas urbanas, principalmente nas maiores cidades da região, Manaus e Belém. A região ocupa 500 milhões de hectares. Índios, quilombolas, extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos e agricultores familiares fazem parte dessa população, habitando ou não terras formalmente reconhecidas como Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Terras Quilombolas, Projetos de Assentamentos Extrativistas, terras devolutas e Unidades de Conservação (LIMA, 2004). A coordenação para manutenção dos diferentes habitats adicionada aos grandes interesses que permeiam ações de desenvolvimento regional, econômico ou sustentável para o espaço amazônico, permanece um desafio, considerando as possíveis formas de convivência e co-existência com a diversidade existente.

Desta forma, a manutenção das práticas produtivas na Amazônia brasileira enfrenta desafios políticos e econômicos que se complexificam uma ocupação desordenada. As queimadas, o desmatamento para extração de madeira ilegal, os avanços da pecuária e da agricultura de larga escala, a mineração, as sobreposições

fundiárias, a abertura de estradas, o planejamento e a construção de grandes barragens e, mais recentemente, a consideração da exploração petrolífera ameaçam a integridade do bioma. Esforços, ainda não efetivamente coordenados, para a conservação e uso sustentável dos recursos florestais compõem o cenário de ocupação e se propõem a modificar, ainda que timidamente, estratégias de desenvolvimento para a Amazônia que estão voltadas exclusivamente para o crescimento econômico.

Pensar o desenvolvimento da Amazônia implica pensar no reconhecimento e fortalecimento de modelos produtivos inovadores que coordenam esforços de planejamento de políticas públicas e iniciativas econômicas condizentes com a diversidade sociocultural da região.

A produção local, via artefatos e expressões culturais, extração e/ou cultivo de diversas plantas, associada a conhecimentos e práticas, são produtos intrínsecos aos modos de vida e à própria sobrevivência na floresta. A existência de produtos locais relacionados a identidades construídas histórica, social e ecologicamente no ambiente da Amazônia tem sido uma estratégia de conservação da sociobiodiversidade. O protagonismo desta estratégia tem se dado pelas comunidades indígenas e quilombolas, ribeirinhas, castanheiros, seringueiros entre outras populações tradicionais. Os produtos relacionados a tais grupos sociais vão desde arte corporal, cestarias, cerâmicas, produtos agroalimentares como farinhas, pimentas, frutas (cacau, açaí, babaçu, pupunha, entre outras), castanhas, guaraná, palmito até conjuntos de sistemas produtivos que podem ser considerados como produtos locais resultantes de relações ecológicas e sociais especializadas.

A importância de produtos locais, a identidade originária associada e sua valorização compreende seu diferencial cultural e ambiental, e a sustentabilidade socioeconômica local. O conceito de valorização está em construção e, em seu bojo, encontram-se o reconhecimento de qualidades originárias, conservação, território e territorialidade, identidade cultural e modos de vida associados a espaços e sistemas sócio-ecológicos. Valorizar abarca estratégias de conservação de produtos e modos de produção local, contribuindo para o reconhecimento do conhecimento tradicional associado que resulta nos produtos locais - expressão síntese de valores ecológicos e culturais. Para além de mercadorias estão relações históricas, sociais, culturais e ambientais.

Políticas públicas nacionais, estaduais e locais, iniciativas da sociedade civil e movimentos sociais, mecanismos de mercado como certificações, inserção em redes de

comércio justo e economia solidária são instrumentos para reconhecimento e a valorização dos produtos da Amazônia. Contudo, tais instrumentos não podem ser uniformes e generalizados para todos os produtos, pois os contextos de organização local, histórico de ocupação, lutas sociais, cenários políticos e econômicos qualificam produtores e seus produtos.

A definição de quem atribui valor, quem são os atores e para quem é a valorização, os critérios e normas que determinam a qualidade de um produto e, conseqüentemente, sua valorização devem ser discutidos à luz do fortalecimento dos produtores, dispositivos de organização local/institucional e geração de competências de maneira a não comprometer a autenticidade e originalidade do produto. A valorização emerge, assim, como conceito multidimensional, que agrega aspectos econômicos, históricos, culturais de saber ecológico, políticos e territoriais.

Os produtos locais, tenham ou não processos de beneficiamento, complexos ou simplificados, representam, concretamente, sistemas ecológicos e socioculturais, por seu uso, consumo ou referência. Os produtos locais são aqui definidos em razão de sua origem, sua localização física, geográfica, de bioma, e incorpora também a origem enquanto dimensão do conhecimento originário que, em interação com o meio ambiental, resulta em processos e modos de produção singulares. O termo 'território', 'produtos do território', caberia nesta definição, mas opta-se pela terminologia 'local' por sua indicação e associação com a base produtiva, principalmente, para os produtores. Terminologias como 'produtos do *terroir*', 'da sociobiodiversidade', 'sustentáveis' e 'regionais', têm a sua importância, abrangência e contextos específicos. O primeiro é oriundo da noção francesa que se aproxima da reflexão aqui pretendida, mas encontra barreiras lingüísticas para adaptação e efetiva internalização. O segundo, 'produtos da sociobiodiversidade', é um termo extremamente novo, cunhado na proposta de uma política nacional para esses produtos e com pressupostos em sua definição que ainda não estão claros ou, pouco expressam a realidade concreta desses produtos. Esta proposta política e a definição desta terminologia será discutida no capítulo 1. A atribuição de 'produtos sustentáveis' pode implicar em uma verificação completa da sustentabilidade envolvida não somente no modo de fazer o produto, mas também em etapas posteriores da cadeia produtiva, como o beneficiamento, transporte, armazenamento e comercialização. Nem sempre a integralidade da cadeia produtiva dos produtos locais poderá ser qualificada como sustentável, no sentido de completude ao atendimento das diversas dimensões desse conceito. A expressão 'produtos regionais' cabe para alguns produtos, mas sua abrangência, devido à relação com o termo 'região',

acaba por evocar a imagem de um todo homogêneo. E, o que se pretende é valorizar as especificidades do local. Portanto, a definição adotada neste trabalho está sintetizada em ‘produtos locais’ ou ‘localizados’, em reconhecimento à originalidade da interação produtor-floresta e produto-território.

Vale ainda esclarecer que a noção de local inclui sua interação e sujeição dinâmica com outras escalas. O local aqui não é visto como isolado ou estático, pelo contrário, ele vive e necessita de interações para sua manutenção, continuidade criativa e re-afirmativa de sua originalidade. O radicalismo local é resultado, como aponta Santos e Rodriguez (2005), da construção de dicotomias que pouco nos interessa, sejam elas, “povo” versus “outros”, “tradicional” versus “moderno”, “sociedade civil” versus “Estado”, “comunidade” versus “sociedade”, “local” versus “global”, “conhecimento tradicional ou popular” versus “conhecimento moderno”. A infinidade de opções, para alguém ou além das dicotomias acima descritas, faz com que se reconheça a importância de delimitar e ressaltar a característica original do modo de produção e produtos. O termo “local” atende a qualidade localizada da produção, suas especificidades de origem, não apenas geográfica, mas de estratégias, conhecimentos adotados que geram e definem a própria valorização.

DESENVOLVIMENTO E CONTEXTOS DA AMAZÔNIA

As estratégias de desenvolvimento adotadas na região Amazônica influem diretamente nas propostas e implementação de ações de valorização de produtos locais. Alguns dos momentos marcantes incluem, a chegada de uma ocupação mais intensa à região a partir da marcha para o oeste do presidente Vargas em 1941 (BECKER, 2001). A década de 1960 se caracteriza pelo surgimento de políticas de desenvolvimento para a região que ofereciam subsídios e incentivos fiscais, objetivando uma ocupação estratégica, voltados, principalmente, para as atividades agropecuárias, mineração e exploração madeireira. E, a partir de 1970, veio a construção das principais rodovias desenvolvimentistas (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Cuiabá-Santarém). As terras da Amazônia, livres e férteis, foram cedidas para ocupação por colonos como espaços de conquista com recursos inesgotáveis (AUBERTIN, 2000). Foram muitos os subsídios para a pecuária intensiva vinda do sul do Brasil. Os milhares de pequenos agricultores que chegaram em busca de lotes para colonização se assentaram ao longo das principais estradas. Desmatar para criação de gado ou para a agricultura de grande escala eram os únicos modelos considerados para o desenvolvimento e crescimento econômico da Amazônia .

Os migrantes não possuíam conhecimento do meio natural, e o financiamento para os pequenos agricultores inexistia fazendo com que surgissem dificuldades para a produção em terras Amazônicas, inclusive para encontrar mercados para essa produção. São várias as histórias de avanços da fronteira de desmatamento sob novas áreas florestais, repedindo assim o ciclo de aproveitamento da fertilidade inicial do solo, modificação de áreas degradadas em pastagens e novamente o avanço da fronteira florestal.

As pressões impostas pelas práticas da agricultura e pecuária de larga escala fazem parte essencial do desafio para um desenvolvimento regional integrado e sustentável da floresta amazônica. Sayago *et al* (2004) caracterizam a fase atual de ocupação da região amazônica com sendo de expansão agrícola: exploração florestal, pecuária bovina, lavoura branca (arroz, milho, feijão), culturas perenes (cacau, pimenta do reino, café), produção leiteira e agricultura mecanizada (soja, arroz e milho). Ao mesmo tempo, ações para conservação da biodiversidade e diversidade cultural acontecem dentro e fora do espaço florestal tropical. Abordagens diferentes têm refletido esforços para mapear e coordenar as ações de interesse externo e interno, fazendo parte fundamental da construção de novas dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ecológicas para a região. Guimarães (2001) cita as iniciativas institucionais de fiscalização e monitoramento ambiental e os investimentos nacionais e internacionais em empreendimentos sustentáveis ou que considerem os aspectos ambientais, a exemplo de bancos, fundos de investimentos, de ações do PPG-7, ONGs, dentre outros. Embora essas iniciativas ainda não gerem o efeito esperado, a busca pelo sucesso dos produtos sustentáveis da Amazônia, persiste enfrentando diversas limitações “econômico-mercado-lógicas”, além das dificuldades relacionadas, por exemplo, às “diferenças culturais”, à “ausência de infra-estrutura”, à “falta de organização social” e à própria institucionalidade estatal.

O desenvolvimento da região ainda está dominado por percepções exógenas. O Estado brasileiro não está presente em toda a região e observa-se uma grande influência de processos e soluções externas aos modos e modelos aplicáveis à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais. No zoneamento da Amazônia, por exemplo, é possível identificar unidades de conservação que pouco consideraram populações locais de seu entorno ou até mesmo de seu interior, especialmente nos caso de parques nacionais.

O desenvolvimento sustentável, como apontam Pinton e Aubertin (2000), dificilmente será preconizado em espaços atomizados desconectados do território

nacional. Seria injusto fazer com que os produtores (coletores) locais se responsabilizassem pela proteção da floresta esquecendo a responsabilidade dos órgãos oficiais encarregados de organizá-la (*Ibid*).

Desta forma, a Amazônia vive seu principal desafio – encontrar sustentabilidade econômica, ecológica e sócio-cultural considerando os diferentes interesses de ocupação, exploração, sobrevivência ou simplesmente existência. As atividades propostas e incentivadas pelo Estado brasileiro mostraram-se prejudiciais às características socioambientais da região, promovendo perda da biodiversidade, pouco aproveitamento econômico dos potenciais locais e incapacidade para ganhos sociais (GUIMARÃES, 2001). Assim, a tarefa de encontrar sustentabilidade no desenvolvimento para a Amazônia com respeito aos modos locais de existência se torna cada vez mais complexa.

Neste cenário de projetos de desenvolvimento, interesses e grande diversidade biológica e cultural, como valorizar e estimular as capacidades sociais, sem absorver ou assimilar os sujeitos, correndo-se o risco de interferir negativamente em importantes aspectos de identidade coletiva e conservação ambiental? Quais as ferramentas mais coerentes e mais adequadas a serem utilizadas pelas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia?

Destaca-se que a sustentabilidade para a Amazônia precisa ser melhor definida, pois a maneira abstrata na qual vem sendo utilizada cria conotações ambíguas. Sob o discurso da sustentabilidade se realizam ações de desenvolvimento e crescimento econômico, com pouca coerência com as dimensões preconizadas pelo desenvolvimento sustentável. O conceito de sustentabilidade serve neste trabalho como indicativo para a valorização de produtos locais. O processo de construção do valor quantitativo e qualitativo dentro desse conceito é de longo alcance e pode seguir direções distintas de acordo com percepções e interesses. Um dos esforços centrais deste estudo é fornecer elementos que fazem parte do complexo amazônico e que possa assim contribuir para a discussão da construção da qualidade e sustentabilidade para produtos da Amazônia.

ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O trabalho de Santos e Rodriguez (2005) serve de referência pertinente ao presente estudo quando aponta que pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais

é urgente neste início de século XXI. Para os autores esta urgência se dá por duas fortes razões. A primeira, reporta à época em que vivemos, onde a idéia de que não há alternativas ao capitalismo chegou a um nível de aceitação sem precedentes na história do capitalismo mundial. A noção 'tatcherista' de que 'não há alternativa' ao capitalismo neoliberal ganhou credibilidade, inclusive entre políticos e intelectuais progressistas. Com o movimento, nos últimos anos, do ativismo em favor de uma globalização contra-hegemônica, inicia-se um pensamento mais forte sobre desenvolvimento e formas de coordenação para apontar, reconhecer, valorizar e fortalecer iniciativas em favor de outras formas de desenvolvimento. A realização do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001, concretiza esse novo movimento global. Este movimento demonstra o que aponta Gorz, que mais do que viver a velha dicotomia entre reforma e revolução, trata-se de aplicar reformas revolucionárias, ou seja, "empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista em que vivemos, [e] que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas" (*apud* SANTOS E RODRIGUES, 2005 p.30).

A segunda razão, descrita por Santos e Rodrigues, trata da urgência da reinvencão de formas econômicas alternativas. Os autores reconhecem que as alternativas em movimento atualmente são bem menos grandiosas do que o socialismo centralizado, e as teorias que os embasam menos ambiciosas que a crença na inevitabilidade histórica do socialismo que dominou o debate do marxismo clássico. "A viabilidade de tais alternativas, pelo menos a curto e a médio prazos, depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo." Daí a importância em centrar atenção na viabilidade e no potencial emancipatório¹ das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas em pequena escala. Apesar de tais experiências ainda serem frágeis e incipientes, "por todo o mundo [elas] representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente" (2005, p.25).

Alguns dos casos apresentados neste estudo existem, persistem, e talvez, só se mantêm, por estarem amparados em dinâmicas de outras formas econômicas. As especificidades da realidade ou realidades da Amazônia fazem com que o pensamento para novas formas de desenvolvimento, mais inclusivas, transformadoras, solidárias,

¹ Os autores esclarecem que "a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representam formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática, põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (Wright, 1998)" (Santos & Rodriguez, 2005, p. 25).

justas e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural, seja base fundadora e orientadora de ações. Como será visto, organizações cooperativas, redes de comércio justo, ou empreendimentos primados pela economia solidária fazem parte desta outra forma econômica, aqui abordada por sua ação emancipadora e valorizadora de produtores locais.

Alguns pressupostos chamam atenção para o êxito social, político e econômico das experiências. Santos e Rodriguez sugerem nove teses para pensar essas emergentes alternativas² econômicas (2005, p.64–73) que aqui descrevemos e complementamos de acordo com o contexto dos produtos locais da Amazônia. Ressalta-se que tais teses são inter-relacionadas e algumas inter-dependentes:

1) *As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos.* As alternativas ou simplesmente modos de produção, para o caso de produtos da Amazônia, são de qualidade existencial. Desta forma sua integração com processos exógenos de transformação afetará necessariamente sua continuidade. A emancipação acontecerá na medida em que conseguirem articular, dialogar reciprocamente, delimitar e balancear influências em seus valores e princípios norteadores.

2) *O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo.* Acrescenta-se a esta tese o apoio mínimo que pequenos empreendimentos devem receber para criarem condições da ação mútua. A chegada de formas de desenvolvimento que vão contra dinâmicas sociais e ecológicas de conservação da biodiversidade ameaçam e destroem formas de vida na floresta. Desta forma, o apoio às comunidades locais, na forma de capacitação, assistência técnica contextualizada e continuada se torna imprescindível no equilíbrio de forças políticas e econômicas.

3) *As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado.* A articulação em rede apresenta potência concreta para tal impulso, que se fortalece com

² Vale elucidar a qualificação do termo “alternativas” assim como feito por Santos & Rodriguez. As teorias e práticas caracterizadas como alternativas, no sentido de uma globalização alternativa, de economias alternativas, desenvolvimento alternativo, dentre outros, abre precedentes para o questionamento da conveniência política e teórica do termo – “qualificar algo como alternativo implica, desde logo, ceder terreno àquilo a que se pretende opor, o que, assim, reafirma o seu caráter hegemônico”. Desta forma vale a pergunta “alternativo em relação a quê? Em outras palavras, quais são os valores e práticas capitalistas que essas alternativas criticam e procuram superar?” (2005, p. 27). Os autores tratam as experiências produtoras como alternativas econômicas emancipatórias, por se basearem em princípios não capitalistas.

a intra e inter mobilização e comunicação de entidades. A capacidade de ação multiescalar representa, em última instância, o êxito dessa luta.

4) *As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala.* É preciso que se fortaleçam, multipliquem as experiências a ponto de deixarem de ser consideradas incipientes e comporem um horizonte possível. As experiências, como argumentam os autores, precisam ser capazes de pensar e atuar em múltiplas escalas, dependendo obviamente de suas necessidades e iniciativas concretas. Esta habilidade de atuação modifica a imagem de comunidades como coletividades fechadas e estáticas para o seu reconhecimento como entidades vivas, dinâmicas e abertas simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades em diferentes escalas, dispostas a defender alternativas contra-hegemônicas que emergem em seu universo comum. É importante notar que a voracidade da escala começa nela mesma, ao ponto que a coletividade local reconhece sua influência e poder dinâmico sobre a localidade e o território de abrangência. Os casos que serão abordados no presente estudo, o da farinha de Cruzeiro do Sul e da castanha-do-Brasil, exemplificam este ponto, pois dinamizam, principalmente de maneira informal, a economia de seus respectivos territórios sem que os próprios produtores necessariamente reconheçam que assim o fazem.

5) *A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda.* A autocracia típica da produção capitalista, a autoridade vertical que emana do patrão ou do *manager*, deve ser modificada pela democracia participativa no interior das unidades de produção. Os autores argumentam que o objetivo é tornar o campo político de ação da democracia em econômico, e, apagar, de uma vez por todas, a separação artificial entre política e economia estabelecido pelo capitalismo e o neoliberalismo. Contudo, a prática da democracia participativa é ainda frágil dentro das organizações produtivas da Amazônia e coloca em risco a continuidade de experiências, como será demonstrado nos casos estudados.

6) *Existe um estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal.* A superação do patriarcado e suas características adjuntas (paternalismo, assistencialismo, clientelismo, nepotismo) implica a emancipação das experiências alternativas. Esta luta é por vezes implícita e de difícil mensuração nos cenários produtivos da Amazônia.

7) *As formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção.* A contribuição do conhecimento tradicional move as alternativas de produção na Amazônia.

O conhecimento original de processos produtivos, manejo e relações com o meio ambiente qualifica as experiências e sua essência aí reside.

8) *Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos.* Pesos e medidas distintas, justas e recíprocas devem permear os critérios não somente de êxito ou fracasso, mas de qualificação das experiências produtivas. Especificamente, as certificações, padrões, regras e normas para inserção no mercado devem considerar as especificidades originais dos produtores e produtos da Amazônia.

9) *As alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade.* Este ponto está relacionado com os pontos 2, 3 e 4 e aponta diretamente para a capacidade da ação articulada e multiescalar. Este ponto será retomado com os elementos que contextualizam os casos específicos.

São numerosas e complexas as questões ligadas aos modelos de desenvolvimento para a Amazônia. Temas de fundo como a reforma agrária, o caos fundiário, a contraditória presença-ausência do Estado e a falta de um planejamento coeso e de longo prazo para a região serão reconhecidos neste trabalho, pois permeiam o cenário para soluções efetivamente sustentáveis para a Amazônia e, conseqüentemente, para a valorização de seus produtos.

OBJETIVO GERAL

Discutir e comprovar a multidimensionalidade envolvida na valorização de produtos locais da Amazônia brasileira, identificando e avaliando efeitos de ações e políticas públicas relacionadas à produção, dinâmicas de comercialização e inserção em mercados, bem como aspectos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, manutenção de modos tradicionais de vida na floresta e dinâmicas territoriais envolvidas para um desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 – Descrever e analisar produtos agroalimentares locais da Amazônia de maneira a subsidiar a discussão proposta no objetivo geral desta tese e dos objetivos específicos 3, 4, 5 e 6.

2 – Analisar os produtos Farinha de Cruzeiro do Sul e Castanha-do-Brasil³ no contexto do Estado do Acre e políticas públicas relacionadas à valorização desses produtos naquele estado.

3 - Aprofundar a contribuição da valorização dos produtos locais para a conservação da sociobiodiversidade da Amazônia, considerando a qualidade e a identidade como elementos constitutivos da sustentabilidade.

4 - Propor uma reflexão sobre a noção de produtos locais na Amazônia, que envolva as atuais políticas e ações ligadas, direta e indiretamente, à valorização desses produtos;

5 - Examinar e avaliar as relações de identidade e reciprocidade inerentes às comunidades envolvidas com a produção local e as diferentes escalas de mercado, considerando as noções de consumo solidário, comércio justo, entre outras a serem identificadas⁴.

6 - Examinar e avaliar como a abordagem territorial, inclusive via política pública, abrange e valoriza espaços de produção local, identidade cultural e o próprio território.

A conservação da biodiversidade por meio do entendimento da várias dimensões envolvidas na valorização da produção local e seus modos é o esforço central a esta pesquisa. Tal estratégia aponta para questões da sustentabilidade envolvida na produção na Amazônia. É importante considerar as noções e ações empreendidas pelas comunidades que consideram a produção local de qualidade sustentável. As intra e inter relações de poder serão consideradas para melhor dimensionar a valorização local-nacional-internacional da produção. Isto poderá ser demonstrado por meio da percepção do que seja 'sustentável' pela comunidade, considerando as diferentes dinâmicas territoriais, sociais, culturais, econômicas e ecológicas. Esta mesma percepção da qualidade sustentável deve ser examinada pela visão do externo, tipos de demandas e pressões externas envolvidas no processo de construção da noção de sustentabilidade.

Embora existam diferentes formas, modelos e ações para a conservação da sociobiodiversidade empreendidos por várias nações, organismos multilaterais,

³ Também denominada Castanha-do-Pará, Castanha-do-Brasil e Castanha-da-Amazônia, dependendo do grupo produtor envolvido a polêmica em relação a denominação da castanha se acirra. É possível encontrar no mercado o produto com todas as denominações. A denominação menos conhecida no Brasil é castanha-da-amazônia, resultado do movimento dos produtores bolivianos em âmbito internacional. Terminologia em inglês: *Brazil Nut*.

organizações não-governamentais, e outros, em diversas regiões do planeta, a conservação da sociobiodiversidade da Amazônia encontra-se em momento de reflexão em direção a uma forma planejada mais apropriada para a conservação. O cunho paradoxal de unicidade e diversidade presente na Amazônia abre espaço para formas tão distintas para sua conservação quanto sua própria diversidade.

Este trabalho tem por justificativa a busca de mais uma dessas formas de conservação e uso sustentável de recursos naturais. A proposta aqui empreendida contempla a valorização social, cultural, territorial, biológica e ecológica de produtos e processos de produção que juntos perfazem identidades, que em contextos políticos e econômicos distintos articulam e compõem territorialidades. Entende-se que a conservação e a sustentabilidade podem ser alcançadas na região amazônica por meio da valorização, não meramente no sentido econômico e monetário, e sim de suas dinâmicas ecológicas e sócio-culturais que dão vida à maior floresta tropical do mundo.

De acordo com Santos e Rodriguez (2005), percebe-se que ao encarnar valores e formas de organização que são opostas ao capitalismo, alternativas econômicas que valorizam os produtores geram efeitos de conteúdo emancipador. O primeiro efeito reflete no nível individual, pois oferece mudanças essenciais nas condições de vidas de seus protagonistas. O segundo está refletido no nível social e coletivo, onde a ampliação de experiências bem sucedidas implica no alargamento dos campos sociais que operam valores e formas de organização não capitalistas.

O princípio que rege a noção de valorização de produtos e processos de produção por identidade territorial, é o princípio de origem. Este tem sido amplamente utilizado em alguns países, sobretudo os europeus, e pode ser considerado como um instrumento promissor para a valorização de produtos agrícolas ou extrativistas regionais em países megadiversos, considerando as especificidades locais e regionais que regem tais países. Característica chave desta possibilidade de conservação e manutenção é que não está focada apenas no produto, mas no processo de produção e sua dinâmica *a priori* e características imateriais (conhecimento tradicional associado).

O recorte sobre o bioma Amazônia se realiza por sua riqueza cultural e biológica, pelos desafios em agregar valor a produtos e processos de produção local, que afastados de centros urbanos, localizados em regiões de difícil escoamento, se tornam sujeitos e objetos do esquecimento ou não-planejamento e ordenamento do Estado-Nação. Esses encontram-se no foco de interesses econômicos e incentivos nacionais e internacionais,

por diferentes agências e organismos, para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade das populações locais.

A Amazônia não é apenas foco de biodiversidade agrícola, ela é também centro de diversidade cultural e social. Populações indígenas e tradicionais -- também chamadas de populações ou comunidades locais --, detentoras e geradoras da maior parte dos recursos fitogenéticos na Amazônia brasileira, sofrem cada vez mais a influência de dinâmicas como a invasão de terras indígenas, integração no mercado, desenvolvimento de uma agricultura periurbana, mudanças de hábitos alimentares, e escolarização infantil uniformizada. Esses fatores causam erosão em seus sistemas de produção locais e nas formas de seleção e de gestão dos recursos biológicos associados (PACTA⁵, 2004).

Nos anos recentes, observa-se a emergência de políticas públicas orientadas para a solução desse problema. Consolida-se no plano nacional um novo interesse na agricultura indígena e na agricultura tradicional, no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Menciona-se ainda a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a proposta de uma política nacional para Produtos da Sociobiodiversidade, o crescimento de redes de comércio justo, a disseminação dos princípios da economia solidária, o crescimento de formas de certificação de produtos do extrativismo e da agricultura familiar como possibilidades de agregação de valor e reconhecimento da importância de produtos locais. Essas políticas serão detalhadas e suas influências explicitadas nos capítulos que seguem. Por se tratar de um tema transversal à diversas políticas de governo serão feitas menções às pastas do meio ambiente, desenvolvimento agrário, trabalho e emprego, desenvolvimento social, agricultura e cultura, na busca da demonstração de que a melhoria ou manutenção de modos de vida de populações rurais e extrativistas no Brasil perpassa programas de governo e devem se tornar prioridade as ações estratégicas de um desenvolvimento que almeje ser sustentável, considerando a essência do propósito deste conceito.

Outro importante fator que vem de encontro a justificativa deste trabalho concerne a crescente luta dos povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores na defesa de seus conhecimentos tradicionais, na defesa de seus direitos intelectuais

⁵ Programa PACTA - Populações tradicionais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia brasileira/ IRD Brasil.

sobre benefícios resultantes da biodiversidade associada às plantas e sistemas que cultivam. Esses grupos, pouco valorizados no passado pelas políticas públicas, têm demonstrado interesse na conservação de seu patrimônio agrícola e de seus processos de produção de conhecimentos associados. Os sistemas de manejo tradicionais que mantêm a biodiversidade agrícola e asseguram sua contínua adaptação a novos contextos são de fato uma garantia de estabilidade dos sistemas agrícolas e de segurança alimentar para tais grupos⁶.

Este estudo busca ainda fornecer subsídios para uma maior inserção dos produtos e processos na pauta de planejadores e tomadores de decisão. Mapear e levantar experiências de valorização local e regional pode contribuir para uma melhor articulação entre essas, em seus estados de origem e com o Estado brasileiro. A efetiva articulação de interesses e ações para a Amazônia tem se mostrado necessária dado o cenário de divergências, de ações de base ideológica de curto prazo, e a magnitude e abrangência do espaço sócio-biológico deste bioma.

A presente tese está dividida em três partes. A primeira trata da valorização de produtos locais via políticas públicas, ações e instrumentos de mercado. O primeiro capítulo tratará diretamente do cenário político internacional, nacional e estadual para a valorização. O segundo capítulo elucidará princípios econômicos e instrumentos de mercado que buscam alternativas para a valorização. A segunda parte traz casos concretos de produtos locais em processos diversos de valorização. O capítulo três faz uma abordagem geral com diversos exemplos de produtos da Amazônia, principais desafios e contextos de origem. Este capítulo apresenta ainda um levantamento dos principais produtos agroalimentares da Amazônia passíveis de valorização via políticas públicas ou maior inserção em mercados diversos. Este levantamento também contribuiu para a escolha dos produtos-casos abordados nesta tese. Os capítulos quatro e cinco tratam de uma aproximação a dois produtos, a farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-brasil, respectivamente. A terceira parte aborda o território e a sustentabilidade. O capítulo seis alia vários dos conceitos elucidados na primeira parte com a concretude dos casos estudados sob a perspectiva territorial de desenvolvimento como possibilidade de valorização dos produtores e produtos locais.

⁶ Programa PACTA.

METODOLOGIA

Antes de adentrar nos métodos empreendidos para a realização deste trabalho se faz importante mencionar a característica do momento atual de facilidade de acesso à dados e referências. A velocidade com que informações são produzidas e disponibilizadas para consulta impressiona e por vezes tenciona aquele que busca a completude de cenários e análises. O tema desta tese – valorização de produtos locais, políticas públicas, inserção no mercado, território e sustentabilidade – tem recebido numerosas contribuições, algumas de excelente qualidade em termos de base filosófica e conceitual, aplicação de diferentes metodologias e descrições de experiências diversas que por sua vez retroalimentam o referencial teórico e conceitual. São contribuições criativas praticamente todos os dias, e esta característica dinâmica está refletida no corpo desta tese com relação aos dados utilizados. Alguns se tornaram disponíveis, renovados, revisitados e atualizados a medida que o processo de escrita se desenvolvia. Foi preciso o estabelecimento de um limite brusco e aí o risco de não incluir novas propostas que surgem com frequência. A difícil tarefa de limitar a constante entrada de dados e referências diversas se tornou, talvez, uma das mais complexas definições metodológicas do trabalho.

Para a análise de políticas públicas em vigência pertinentes à valorização de produtos locais, à luz das possibilidades abarcadas pela noção de valorização, foram feitas entrevistas com gestores públicos, representantes de cooperativas, produtores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. A pesquisa também contou com levantamento de dados secundários em relatórios governamentais, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais, relatórios técnicos nacionais, estaduais e locais.

A escolha dos casos converiu com a área de abrangência do Programa PACTA, do qual esta pesquisa faz parte. Por questões logísticas optou-se por casos em um mesmo estado amazônico. O Acre, por seu histórico de investimentos em produtos locais (ver capítulos 1, 4 e 5) se mostrou adequado para a realização da proposta do estudo. Assim, os casos da farinha de Cruzeiro do Sul e da castanha-do-Brasil foram elegidos para análise por suas características de destaque dentre os produtos locais apoiados pelo estado do Acre e por serem também contemplados por políticas nacionais. Para contextualizar a espacialidade dos produtos, este trabalho tem como conceito norteador o território. Desta forma, os produtos, Farinha de Cruzeiro do Sul e castanha-do Brasil, estão espacializados nos territórios do Alto Juruá e Alto Acre, respectivamente.

As entrevistas foram feitas em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Brasiléia e Cruzeiro do Sul), técnicos da SEAPROF (Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar) , SEPLAND (Secretaria de Estado de Planejamento), SEFAZ (Secretaria de Estado de Fazenda) GERASOL (Gerência de Economia Solidária) Superintendência do Ministério da Agricultura Acre, Embrapa (Rio Branco e Cruzeiro do Sul), FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Estado do Acre), Sebrae Acre (Rio Branco e Cruzeiro do Sul), Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – Pesacre, World Wildlife Fund – WWF, Grupo de Trabalho Amazônico – GTA/Acre, EcoAmazon, Associação de Certificação Sócio-Participativa – ACS, Universidade Federal do Acre, Articulador Territorial (MDA/SDT) Acre. Representantes das Cooperacre, Capeb e Cooperfarinha contribuíram de forma essencial para o entendimento das dinâmicas produtivas vigentes no estado do Acre.

Em Brasília, foram feitas entrevistas com servidores do MAPA (Coordenação de Indicação Geográfica), Embrapa, MDA (Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Secretaria de Agricultura Familiar), Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, MMA (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável / PROBEM da Amazônia / Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável), BID, GTA/Brasília, Sebrae nacional.

O levantamento de dados para a pesquisa se baseou no reconhecimento de variáveis relevantes à identificação dos produtos locais mediante referências bibliográficas e na base metodológica adotada, *Proyecto de Desarrollo Territorial Rural a partir de Servicios y Productos com Identidad Cultural*⁷ SDT-IC (RANABOLDO, 2006). Este tem trabalhado com uma base conceitual e metodológica pertinente aos objetivos desta pesquisa no que concerne o desenho e realização de estudos de caso de territórios com identidade cultural na América do Sul (Bolívia, Chile, Colômbia e Peru). Os conceitos básicos adotados são: cultura; desenvolvimento territorial rural; economia da cultura; identidade; identidade cultural; identidade territorial; patrimônio cultural; patrimônio cultural material e imaterial; sistema local de produção; território; valorização da identidade cultural; e, valorização da identidade cultural enquanto qualidade, estratégia setorial baseada em um produto, estratégia territorial integrada em uma gama de bens e serviços.

⁷ Trabalho apresentado no Taller Internacional Territórios com identidade cultural, Cusco, abril de 2006.

A pesquisa de campo⁸ foi realizada em maio, outubro e novembro de 2007. O estudo contou com entrevistas⁹ semi-estruturadas e livres, observação participativa, e breves relatos de histórias de vida na busca de apreender como se organizam as relações objetivas em torno da produção local e as lógicas socioculturais que embasam essas relações. Para os estudos de caso da castanha, 15 famílias moradoras do Seringal Porto Carlos, município de Brasiléia foram entrevistadas. Para o caso da Farinha de Cruzeiro do Sul, famílias e comerciantes do Vale do Juruá, dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima foram entrevistados. As entrevistas abordaram a dimensão patrimonial da diversidade envolvida na produção; as dinâmicas locais de ocupação; mecanismos de aprendizagem, de descoberta e de experimentação relativos à gestão dos recursos. Ressalta-se que a abordagem metodológica de coleta de dados para os produtores ligados à farinha e à castanha ocorreu de maneira diferenciada por peculiaridades de logística, suporte, apoio à pesquisa de campo, contatos e pela própria dinâmica dos produtores e organização local.

Para maior uniformidade do estudo, os dados para a farinha e para a castanha foram sintetizados em forma de indicadores de sustentabilidade, seguindo a metodologia proposta pelo PACTA¹⁰. Os indicadores foram identificados a partir de aspectos da *biodiversidade*, da *comunidade local* e da *comercialização da produção*. Cada aspecto possui indicadores associados, e esses por sua vez possuem medidas específicas que delimitam abrangência e relação com os aspectos. A descrição contextual de cada produto estudado fornece conteúdo informacional dos indicadores. Os quadros visam contribuir para estudos comparativos em curso com produtos locais de países megadiversos, como Senegal, Etiópia, Índia e África do Sul, desenvolvidos no âmbito do Projeto Biodivalloc. A construção de quadros-referência de indicadores para produtos como a farinha e a castanha objetiva fornecer subsídios que fazem interagir diferentes aspectos da sustentabilidade de produções locais.

⁸ Baseada nos procedimentos do Projeto Agrobio PACTA (Populações tradicionais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia brasileira)/ IRD Brasil.

⁹ Ver anexo 1. Roteiro de entrevistas.

¹⁰ Ver anexo 2. Quadro metodológico para identificação de indicadores de sustentabilidade.

I PARTE
Valorização: políticas, ações e mercado

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo contribuir para a discussão de políticas que contemplem a dimensão social envolvida na valorização da biodiversidade e da sustentabilidade da Amazônia. Os produtores, protagonistas da sociobiodiversidade, são a base receptora de políticas, grandes projetos e programas internacionais, nacionais e, por vezes, estaduais. São eles também desconhecedores de tais políticas e não incluídos como agentes centrais aos objetivos de desenvolvimento e, mesmo, da conservação. Nas escalas de atuação política, o Estado e o Local (a base produtora originária) se confrontam, devido a falta de percepção, por parte dos produtores, de seu papel perante os grandes objetivos políticos. Mas quem deve ser responsabilizado? Por parte do Estado está a responsabilidade de proporcionar construções democráticas de participação, inclusão e transformação social. Essa atuação ou não atuação demonstra uma fraqueza institucional que ainda não conseguiu estabelecer sua presença na região e nem definir um planejamento estratégico¹¹, com aproveitamento de sua natureza sociobiodiversa. Assim, os cenários que seguem pretendem distinguir os pressupostos, princípios e concretudes de políticas públicas voltadas para a valorização de produtos locais.

1. O CENÁRIO INTERNACIONAL: POLÍTICAS PARA A VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Cerca de 1,6 bilhões de pessoas moram e dependem fortemente de recursos florestais no mundo (FAO, 2001). Para a bacia amazônica a população estimada é de 120 milhões de habitantes. Vivem na Amazônia brasileira aproximadamente 20 milhões de pessoas, sendo que o número total para populações indígenas e comunidades tradicionais (ribeirinhos, castanheiros, seringueiros), aqueles que estão diretamente ligados à floresta, não é preciso e diverge segundo a fonte de referência. De acordo com o censo demográfico de 2000, a população indígena Brasileira está estimada em 734.127, pessoas sendo que 29% deste número habita a região norte. Em levantamento detalhado Almeida (2004) relata que a população tradicional identificada como castanheiros e seringueiros é estimada em 163.000, e 33.300 vivem em RESEXs criadas a partir do ano 2000.

¹¹ Para um detalhamento com profundidade do histórico e perspectiva atual de políticas territoriais para a Amazônia ver Mello 2006.

Este trabalho visa corroborar com trabalhos internacionais que pleiteiam a conservação da biodiversidade de florestas tropicais por políticas que centrem seus objetivos nas pessoas que ali habitam, ou a abordagem conhecida como “*people centered approach*”. Esta advoga por políticas de conservação que incentivem a autonomia e o reconhecimento de direitos, proporcionando meios para garantir a essas pessoas:

- o direito ao acesso, controle e uso da floresta;
- maior peso nas decisões relacionadas ao uso e manejo de recursos florestais;
- redução de vulnerabilidade, não somente para assegurar recursos florestais, mas também para o empoderamento político;
- geração de renda para produtos e serviços florestais;
- aumento e melhoramento da governança, por meio de fortalecimento efetivo das instituições locais;
- parcerias que contribuam para o desenvolvimento de capacidades;
- benefícios diretos pela contribuição a manutenção dos serviços ambientais;
- fortalecimento do poder de negociação (adaptado de FAO 2001).

Reconhece-se aqui que esses são objetivos complexos, de longo prazo e que podem ser melhor adaptados a casos específicos. Todavia, servem de referência à discussão aqui pretendida de valorização de produtos provenientes de localidades da Amazônia brasileira, produzidos ou extraídos por pessoas com histórico de vivência marcado por ritmos culturais e tropicais que divergem, muitas vezes, daqueles pretendidos por burocratas e gestores públicos alheios a tal realidade.

O cenário internacional (VIDAL, 2005; BUTTERFIELD *et al*, 2005, GREGERSEN *et al*, 2004; MOLNAR *et al*, 2004; SCHERR *et al*, 2004; ANGELSEN & SVEN, 2003; FAO, 2001) para a conservação da biodiversidade de florestas tropicais orienta-se para apoiar ações de redução do desmatamento, preservação de áreas intactas e, nos países pobres ou em desenvolvimento, ações de redução da pobreza das pessoas que em tais ambientes vivem e, em alguns casos, sobrevivem. Estas últimas são fundamentais para o planejamento e execução de políticas para a Amazônia, mas antes de prosseguir com a discussão acerca das políticas envolvidas na conservação da biodiversidade e usos sustentáveis dos recursos naturais, vale o esclarecimento desses conceitos e suas implicações. Em nome da conservação e da sustentabilidade, movimentam volumosas cifras monetárias ao redor do globo, através de grandes agências multilaterais de desenvolvimento, fundações e ONGs de países europeus, asiáticos e norte-americanos. Assim, abordagens que excluem as pessoas e suas comunidades desses esforços motivam batalhas ideológicas, filosóficas e práticas para a conservação e uso sustentável.

1.1 BIODIVERSIDADE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Na diversidade ambiental está a biodiversidade. Esta inclui a diversidade social e cultural. Segundo Santos *et al*, a biodiversidade “designa a diversidade de organismos, genótipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade” (2005, p.60) que podem então ser considerados dentro da esfera da diversidade cultural. Santos diz que o

“...discurso sobre a biodiversidade é, de fato, um conjunto de discursos em que se cruzam diferentes conhecimentos, culturas e estratégias políticas. Ainda que essa rede seja dominada por instituições do norte (organizações não governamentais – ONGs – jardins botânicos, instituições de pesquisa e universidades, empresas farmacêuticas, etc), o conhecimento por elas produzido tem sido também usado de forma ‘subversiva’, através da sua apropriação por movimentos sociais do Sul e pelos seus aliados e da reinscrição noutras constelações de saber-poder” (2005, p.61)

São vários os interesses sobre o que venha ser ou compor a biodiversidade. Em termos de espécies biológicas, a diversidade segundo E.O. Wilson, o conhecimento humano ainda é incipiente. Para Wilson (1992), mesmo que tenhamos descoberto 1.4 milhões de espécies de organismos (no senso mínimo de espécimes coletados e nomes científicos atribuídos), o número total de espécies vivas na Terra deve estar entre 10 e 100 milhões. De todas as espécies que foram atribuídos nomes científicos, menos de 10 por cento foi estudada a um nível um pouco mais profundo que anatomia geral. Estudos mais profundos perfazem uma fração menor ainda, incluindo bactérias, milho, mosca de frutas, ratos de laboratórios, alguns macacos, e seres humanos, juntos não chegam a mais que cem espécies (*Ibid*).

Os números são importantes, mas não tanto quanto o reconhecimento do desconhecimento acerca da biodiversidade sócio-cultural. Esta envolve o conhecimento de expressões culturais, comportamentais, os meios físicos e simbólicos, diferentes modos de vida, visões de mundo, o conhecimento aprendido, reproduzido e repassado. Desta forma, o discurso em nome da conservação incorpora, veste e se reveste de formas e práticas discursivas.

Para Escobar & Pardo (2005) o conceito de biodiversidade tem transformado os parâmetros de avaliação da natureza e as disputas envolvidas pelo acesso aos recursos naturais. A biodiversidade é assim reduzida a números quantificáveis de espécies em determinadas áreas. A partir desses números mágicos, essas zonas ou áreas “adquirem nova visibilidade e se convertem em objeto de renovado interesse por parte de atores tão diversos como os movimentos ambientalistas, os cientistas e as organizações indígenas”

(*Ibid*, p.346). A biodiversidade passa a ser uma noção construída por diferentes interesses. Escobar e Pardo atribuem a essas construções a denominação de um sistema de produção de biodiversidade. De acordo com esses autores, neste sistema está incluído uma série de atores que possuem seus quadros interpretativos “sobre o que é, o que deveria ser ou o que poderia vir a ser a biodiversidade” (*Ibid*, p.347). Desta maneira, essa forma discursiva se teoriza como uma rede de múltiplos agentes e lugares onde os conhecimentos são produzidos, discutidos, utilizados e transformados (ESCOBAR & PARDO, 2005).

Ainda segundo Escobar e Pardo, uma perspectiva crítica sobre a biodiversidade, baseada na ecologia política, permitiu a elaboração de algumas proposições que são pertinentes ao objetivo desse trabalho. São elas (2005, p. 347):

1. A biodiversidade deve ser vista com uma intervenção discursiva recente, embora tenha referências biofísicas concretas. Esse discurso tem lugar com uma complexa rede de atores (organizações governamentais, ONGs do Norte, cientistas, comunidades locais, prospectores e movimentos sociais).
2. Os movimentos sociais propõem uma visão particular para a apropriação e conservação da biodiversidade por meio da política cultural que lhe é inerente.
3. Alguns aspectos particulares envolvidos no debate da biodiversidade (controle territorial, desenvolvimento alternativo, direitos de propriedade intelectual, conhecimento local e a conservação) ganham nova dimensão e desta forma não podem continuar reduzidos às prescrições tecnocráticas e economicistas oferecidas pelas posições que são dominantes. Ponto fundamental desta proposição é que as localidades marginais (bem como comunidades locais e movimentos sociais) começam a ser vistos como centros de inovação e mundos alternativos emergentes.

1.1.1. Convenção da Diversidade Biológica

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) trabalha sobre o tripé: conservação da biodiversidade, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa de benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos. As diretrizes da CDB têm orientado ações e projetos em nível nacional para a conservação da biodiversidade e uso sustentável, iniciando assim uma necessária articulação entre a conservação da

diversidade biológica, os conhecimentos tradicionais associados e a expansão econômica. O uso sustentável da biodiversidade entra nesta discussão por dimensionar a prática da conservação, que só pode ser efetiva se seu valor de conhecimento e uso é reconhecidamente validado, mesmo em casos de áreas de proteção integral.

A CDB reconhece que a biodiversidade e a sociodiversidade estão intrinsecamente ligadas. Estudos (FLORÉZ, 2005, 2006; BERKES, 2004; CUNHA & ALMEIDA, 2001; DIEGUES, 2000; MORAN, 1993) mostram que o conhecimento tradicional associado à biodiversidade tem promovido à manutenção, e em alguns casos, o aumento da biodiversidade nas principais áreas de florestas tropicais do mundo. O desafio legal internacional e nacional ainda permanece. Segundo Santilli (2002), embora a “bio e a sociodiversidade estejam protegidas pelo sistema jurídico brasileiro, ainda não existe em seu ordenamento um sistema que proteja de maneira eficaz os direitos de comunidades tradicionais...que ao longo de várias gerações, descobriram, selecionaram e manejaram espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas” (p.84). As práticas de manejo e seleção fazem parte do uso sustentável que comunidades tradicionais e povos indígenas fazem da biodiversidade da Amazônia, desta forma conservam a diversidade biológica enquanto mantêm práticas socioculturais associadas.

O artigo 8 da Convenção da Diversidade Biológica trata da Conservação *in situ*¹². O artigo 8 (j) refere-se, especificamente, aos detentores do conhecimento tradicional de populações locais, estabelecendo que Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso e,

em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas. (CDB, s/d).

A Convenção contempla elementos de sistemas *sui generis*, bem como mecanismos para a proteção do conhecimento tradicional, de acordo com o artigo 26 da própria Declaração, o qual requer dos Estados o reconhecimento das leis, tradições e costumes indígenas, que está de acordo também com o artigo 29, que reconhece o direito dos povos indígenas em manter, controlar, proteger e desenvolver o conhecimento

¹² A Convenção da Diversidade biológica define conservação *in situ* como “a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies e seus meios naturais e, no caso de espécies domésticas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas próprias características” <http://www.cdb.gov.br/> (s/d)

tradicional, tecnologias, incluindo recursos humanos e genéticos e sementes, medicina e conhecimento sobre a flora e a fauna (CDB, s/d).

A CDB estabeleceu a soberania de Estados-Nações sobre os recursos genéticos que neles tenham origem, bem como, sua autoridade em determinar o acesso a eles. No caso Brasileiro¹³, essa soberania se fragiliza perante interesses políticos divergentes relacionados à conservação da megadiversidade existente no território nacional. As possibilidades de uso sustentável, como as concessões governamentais para o manejo florestal de longo-prazo, carecem de estudos aprofundados da ecologia de manutenção e renovação de estoques da diversidade de espécies em áreas destinadas ao manejo sustentável.

A questão do reconhecimento do conhecimento tradicional associado à biodiversidade por meio da CDB encontrou espaço potencial para a luta dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa discussão vem tomando forma perante aos possíveis instrumentos de valorização e uso sustentável da biodiversidade. A CDB preconiza o desenvolvimento sustentável como objetivo e meio para promover a conservação dos recursos, diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento econômico, interesses diversos e interferências na biodiversidade. A CDB reconhece a importância das populações locais e comunidades indígenas para a conservação dos recursos naturais, considerando a manutenção da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados e práticas, em geral, de baixo impacto, utilizadas por essas populações. Dessa forma, promove o incentivo ao uso sustentável dos recursos, com um suporte às populações locais e a utilização de mecanismos econômicos apropriados à valorização da diversidade biológica e cultural.

Embora instrumentos de valorização de produtos locais, cuja identidade está associada à determinadas características ambientais e conhecimentos culturais, não tenham surgido no âmbito da CDB, eles estão inseridos na discussão entre as diretrizes da CDB e as normas da Organização Mundial do Comércio - OMC. Este fato é devido à ausência de outros mecanismos legais internacionais destinados à proteção do conhecimento tradicional associado à biodiversidade, quando a mesma está inserida nas relações de mercado. Iniciativas de valorização da produção regional e local precisam considerar instrumentos já existentes para que um efeito inovador e criativo possa emergir.

¹³ Santilli (2005) destaca que a CDB em nenhum momento estabelece a propriedade ou domínio do Estado sobre seus recursos genéticos, ficando a cargo das legislações nacionais a determinação da natureza jurídica e o regime de propriedade sobre eles.

A diretriz de repartição justa e eqüitativa de benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos é a menos trabalhada no âmbito da CDB e projetos decorrentes desta orientação-base. Como apontou Cunha (2003), isto é devido às metas contraditórias contidas no texto de objetivos da CDB. Estas precisam ser reconhecidas e levadas em consideração. Segundo a autora, a primeira meta é a criação da repartição de benefícios e a segunda define a preservação do sistema de conhecimentos tradicionais, considerando que este não é composto simplesmente de conhecimento, tendo um alcance muito maior do que o até agora avaliado e averiguado. Desta forma, a autora resume as duas metas contraditórias e incompatíveis: a proteção e a negociação.

A preservação do conhecimento tradicional depende de certas condições, como por exemplo, a livre circulação de idéias...neste sentido, algumas propostas de criação de instrumentos que tentam conciliar a proteção do conhecimento e a sua negociação consistem nessa permanência dos conhecimentos tradicionais no domínio público, ou seja, livres para serem usado por qualquer um e, caso eles venham a ser utilizados comercialmente, os originadores destes conhecimentos participarão dos benefícios que surjam dessa comercialização (CUNHA, 2003, p.175).

Como e quais mecanismos serão utilizados para proteger um conhecimento que é dinâmico, fruto de gerações e gerações, e em constante revisitação, principalmente se este estiver ligado à esfera espiritual-religiosa? Como reduzir esse conhecimento a esfera econômica de repartição de benefícios? Vários aspectos emergem com essas proposições. O primeiro deles, o conhecimento tradicional associado a certos usos e produtos da biodiversidade é compartilhado por mais de uma comunidade e dentro da comunidade, por vezes, uma pessoa, o pajé, detém o conhecimento que é coletivo. Assim surge o conflito entre o direito de propriedade individual e o direito de propriedade coletivo.

Para Flórez (2005), a proteção do conhecimento tradicional precisa garantir a sobrevivência das formas de vida, e não apenas de alguns de seus elementos. A atual legislação ambiental não tem feito isso, pelo contrário a tendência é de atribuição de um estatuto especial para esse conhecimento, para que sua utilização seja de forma legal, ignorando e não apoiando a sobrevivência cultural desses povos e comunidades detentoras desse conhecimento (*Ibid*). Essa autora destaca que esses conhecimentos são produzidos

(...) de forma coletiva, cumulativa e em resposta a situações e motivos muito diferenciados...correspondem a concepções integrais da relação sociedade/natureza e exprimem-se e sintetizam-se através de mitos, rituais, narrações de caráter oral e práticas relacionadas com sistemas de ordem ambiental e de saúde, com instituições e regulamentos

estabelecidos para lhes aceder e para os aplicar, aprender e transmitir(...)a natureza é valorizada de forma diversa segundo as condições e situações que com ela interagem e através de formas de perceber, representar, usar e interrelacionar-se com as entidades não-humanas. Esse aspecto não é considerado pela ciência ocidental, que privilegia a importância das plantas ou dos animais com sentido taxonômico, por exemplo, mais do que pela sua significação cultural (2005, p.296).

Uma das soluções é trabalhar com o conceito de patrimônio cultural, mais do que tentar buscar a titularidade específica e exclusiva do direito do conhecimento, considerando assim o caráter multicultural dos conhecimentos tradicionais. Outra solução proposta é o trabalho com o direito de propriedade por regiões, etnoregiões. São propostas que ainda se encontram em curso de discussão e ajuste às realidades multiculturais que permeiam a dinâmica de comunidades tradicionais, principalmente para o caso brasileiro. Para Flórez (2005), a construção desse conjunto regulador de normas de proteção a esse conhecimento, as inovações práticas tradicionais apresentam muitas contradições para comunidades em todo o mundo. São desafios relacionados à pertinência ou não de um regime designador do conhecimento dos componentes das culturas tradicionais.

Um dos grandes desafios a ser enfrentado diz respeito à preocupação dos países desenvolvidos, em especial os EUA, em defender suas invenções e direitos exclusivos sobre a diversidade, fez com que a discussão em torno do Direito de Propriedade Intelectual – DPI passasse a ocorrer no âmbito do comércio internacional, na Organização Mundial do Comércio – OMC, que incluiu os Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio – o Acordo TRIPs. O TRIPs¹⁴ visa promover um reconhecimento de direitos de propriedade intelectual a nível internacional e não apenas internamente, em cada País (MAGALHÃES, 2002).

No entanto, as diferenças econômicas e tecnológicas entre os Países “provedores” e os novos “usuários” da biodiversidade, além da não previsão de repartição

¹⁴ “O artigo do acordo Trips que mais tem suscitado controvérsias, em relação aos princípios da CDB é o 27.3 (b) que permite que os países membros excluam do patenteamento plantas e animais, mas determina que eles estabeleçam proteção patentária para microorganismos e procedimentos não-biológicos ou microbiológicos. Determina ainda que os membros devem outorgar proteção a todas as variedades de plantas mediante patentes, por meio de um sistema eficaz *sui generis* ou de uma combinação entre os dois” (Santilli, 2005:206). Segundo Shiva (2005) este artigo força os países a modificarem as leis sobre patentes para introduzir as patentes sobre formas de vida e legislação sobre diversidade vegetal. “A primeira parte do artigo refere-se às patentes sobre a vida. Numa primeira leitura, parece que o artigo exclui plantas e animais da possibilidade de serem patenteados. Contudo, a utilização dos termos ‘mas não os microorganismos’, plantas e animais produzidos por processos ‘microbiológicos’ e não-biológicos’, torna-se obrigatórias as patentes de microorganismos e de plantas e animais geneticamente modificados.O movimento contra a biopirataria e contra o Trips surgiu como um dos elementos centrais do combate à globalização. Inclui movimentos de comunidades indígenas, de agricultores, de mulheres, movimentos ecológicos e movimentos sanitários” (2005, p. 325).

de benefícios no âmbito da OMC, faz com que a discussão, em torno dos direitos de propriedade intelectual apresente uma relevância maior para a sustentabilidade socioambiental. O conhecimento tradicional é utilizado por uma grande variedade de indústrias, destacando as alimentícias, agroindústrias e farmacêuticas (Shiva, 2001). Desta forma, a biopirataria, processo de patentear a biodiversidade ou suas frações com base em conhecimento indígena ou tradicional ameaça a perpetuidade de cultivos e exclui processos locais de produção do sistema de domínio intelectual e comercial. Segundo Shiva, (2005) as patentes baseadas na biopirataria além de negarem inovações coletivas acumuladas e a criatividade de grupos étnicos ou de comunidades tradicionais, principalmente de países considerados periféricos, se transformam em um instrumento de enclausuramento dos bens comuns intelectuais e biológicos que tornam a própria existência dessas pessoas possível.

Para Shiva, os movimentos pela biodiversidade no mundo são tão diversos como as culturas e os campos de ação dos quais emergiram. Portanto, vale atenção a duas correntes de pensamento que defendem a diversidade e o pluralismo. Uma corrente está empenhada em desafiar a mercadorização da vida, inerente aos já descritos TRIPs e à OMC, a erosão das diversidades culturais e biológicas pela prática da biopirataria. Nesta corrente de pensamento o movimento pela biodiversidade é o de resistência a biopirataria e à colonização definitiva da própria vida. Este pretende um combate para proteção da liberdade de evolução das espécies e das culturas que a manejam. A segunda corrente é de cunho tecnocrático e “pretende uma correção no interior da lógica legal e comercial da mercadorização da vida e dos monopólios sobre o conhecimento” (*Ibid*, p.329). ‘Bioprospecção’ e ‘partilha de benefícios’ são palavras chaves desta corrente, sendo que para Shiva, são apenas maneiras sofisticadas de biopirataria. Para a autora este modelo apresenta dois grandes problemas:

Em primeiro lugar se o conhecimento já existe, uma patente que o tenha como base é totalmente injustificada, uma vez que isso viola os princípios da novidade e da não-evidência. Conceder patentes relativas ao conhecimento indígena significa reconhecer que o sistema de patentes tem a ver com poder e controle e não com inventividade e novidade. Em segundo lugar, a apropriação de conhecimento indígena vital para alimentação e a medicina, a sua conversão, através das patentes, num direito exclusivo e a implantação de um sistema econômico no qual as pessoas têm que comprar aquilo que elas próprias produziam, é um sistema que nega benefícios e cria empobrecimento e não um processo que promove a ‘partilha de benefícios’. É o mesmo que roubar um pão e seguir partilhar as migalhas (*Ibid*, p.329).

A aplicação da proteção da propriedade intelectual no Brasil ocorre por meio da Lei 9.279, de 1996, que dispõe, dentre outros, sobre a aquisição de patentes e as

indicações geográficas¹⁵, representando a harmonização do país com o Acordo TRIPs da OMC (VARELLA, 2004). A ameaça de patentes aos produtos e organismos da biodiversidade rega preocupações para a legítima proteção dos detentores de conhecimentos associados à biodiversidade Amazônica e a possível repartição de benefícios.

Para Santilli (2005), a proteção dos conhecimentos tradicionais deve estar atrelada a “políticas públicas que promovam e assegurem direitos econômicos, sociais e culturais”. Os instrumentos jurídicos devem ser percebidos com um dos mecanismos de proteção necessários, mas correm o risco de pouca efetividade se não ocorrerem paralelamente à promoção dos direitos primordiais, como o reconhecimento originário ou o direito sobre as terras que ocupam, assim como a garantia e apoio para o manejo sustentável dos recursos. Este ponto será mais adiante detalhado neste capítulo.

1.1.2 GIAHS - FAO

O GIAHS – *Globally Important Agricultural Heritage Systems* (Sistemas Relevantes de Patrimônio Agrícola Mundial) é um projeto de iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, apoiada pelo GEF (*Global Environmental Facility*) por meio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Este Projeto tem como objetivo estabelecer uma base internacional para reconhecimento de ações de conservação e de manejo adaptativo de tais sistemas de cultivo, paisagens, biodiversidade e conhecimento associado.

Um sistema relevante de patrimônio agrícola é definido como:

"Remarkable land use systems and landscapes which are rich in globally significant biological diversity evolving from the co-adaptation of a community with its environment and its needs and aspirations for sustainable development" (GIAHS, 2008, s/p).

O GIAHS representa um esforço internacional para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, que se propõe a combater o desmatamento e a desertificação, por meio de um reconhecimento a contribuição de povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores para a biodiversidade e sistemas de conhecimento associado que combinam e compõem patrimônios culturais e naturais do mundo. Algumas das políticas e ações internacionais ligadas à iniciativa GIAHS são : a CDB (o artigo 8J); A Convenção de Patrimônio da Humanidade (UNESCO); O Programa

¹⁵ Ver capítulo 2.

FAO para Ação e Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação e Agricultura; O Tratado Internacional de Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação e Agricultura; As ações ligadas à implementação da Agenda 21; As Convenções Mundiais de Combate a Desertificação e de Mudança Climática; e, finalmente, os Objetivos do Milênio (*Ibid*).

Os critérios de seleção de tais sistemas ou escolha dos sítios piloto representativos incluem a importância genuína e engenhosa do sistema, características intrínsecas, histórico de sustentabilidade comprovado e significado mundial. Os sítios foram escolhidos por critérios contextuais, tais como representatividade, ameaças e relevância de políticas e ações em desenvolvimento¹⁶ (GIAHS, 2008). Alguns dos sítios pilotos incluem o sistema de cultivo waru waru nos Andes Peruanos; os sistemas de cultivo de batatas no arquipélago de Chiloé, Chile; os terraços de cultivo de arroz nas Filipinas; o sistema de agricultura de arroz-piscicultura na China; o sistema de pastoreio tradicional Maasai, no Kenia e norte da Tanzânia; e o Sistemas que produziram a Terra Preta de Índio da Amazônia¹⁷, ainda em implementação.

Apesar de ainda não ter sido reconhecido oficialmente como um GIAHS, sistemas de manejo agrobiodiversos da floresta Amazônica, ou sistemas agroflorestais, são reconhecidos como sítios de alta relevância para a manutenção da biodiversidade, tanto em seus aspectos ecológicos quanto culturais. Altieri & Koohafkan (2006) apontam as características de tais sistemas em das terras baixas e úmidas da Amazônia que estão baseados no consórcio de arbóreas, madeireiras ou provedoras de produtos como a castanheira ou a seringueira, em associação com frutíferas, tais como o cacau. A indução para formação de estratos florestais múltiplos que contribuem para a qualidade do solo e preservação de variedades e diversidades tem sua origem em tempos pré-hispânicos, tais técnicas foram introduzidas por povos indígenas e perduram, podendo ser encontradas na Bacia Amazônica como um todo.

Este instrumento é relativamente novo em termos de implantação e vem ganhando base metodológica com distintas abordagens quanto implementação (Altieri &

¹⁶ Cada critério é especificamente detalhado com sub-critérios. Para mais informações ver GIAHS, 2008.

¹⁷ Segundo Miranda (2007) a Terra Preta, Terra Preta de Índio ou Terra Preta Arqueológica é o resultado de processos de acúmulo de matéria orgânica no solo devido a permanência prolongada de humanos. Desta forma, o solo é sistematicamente enriquecido com a presença de restos de animais, vegetais, alimentares (espinhas e escamas de peixe, ossos, carapaças de tartarugas, etc), materiais de construção ou consumo (carvão, lenha, palhas, cinzas, etc), resíduos de culturas (cerâmicas, artefatos), fezes, dejetos, e outros materiais. A identificação de tais áreas demonstra a presença humana na Amazônia, pois essas eram produzidas e não fruto do acaso geológico. As Terras Pretas são manchas relativamente pequenas, em geral de 2 a 3 hectares, indicando a formação de acampamentos ou aldeamentos, geralmente situadas nas proximidades de determinados trechos de rios, com topografia mais elevada.

Koohaftan, 2006; Bodegom & Schoubroeck, 2006; Howard *et al*, 2006). A relevância do reconhecimento GIAHS para sistemas geradores de produtos locais da Amazônia se mostra como mais uma alternativa e base de apoio para processos de valorização desses produtos e conseqüentemente seus contextos de origem, ecológicos e de conhecimento associado.

1.1.3 Certificações

Por estarem diretamente ligadas, via estratégia de mercado, à valorização de produtos locais, as certificações de iniciativa internacional e nacional serão detalhadas no capítulo 2, a saber: certificação florestal via *Forest Stewardship Council* FSC, movimento e selos de *Fair Trade* (comércio justo), denominação de origem via Indicação Geográfica e movimento *Slow Food* (capítulo 3).

2. O CENÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS PARA A VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

2.1 BREVE REVISÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E OCUPAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

Algumas ações e políticas públicas de desenvolvimento e ocupação da Amazônia trouxeram os principais desafios vivenciados hoje na região. Becker (2001) sintetiza os efeitos descrevendo as diferentes feições do Estado que acompanham o processo de ocupação desde o início do século XVII até os dias de hoje, determinando políticas e criando desafios relacionados ao planejamento regional. Três importantes elementos que contribuíram para o longo período de formação da região são destacados pela autora: 1) o retardo na ocupação em relação ao restante do que é o Brasil hoje e os grandes vazios históricos nesse processo. Ou seja, a ocupação se fez em surtos devassadores relacionados à valorização momentânea de alguns produtos no mercado internacional, intercalados com longos períodos de estagnação; 2) A ocupação da Amazônia se fez a partir de influências externas. Os interesses econômicos associados à geopolítica conseguiram o controle do território por um processo de intervenção em locais estratégicos (daí a explicação de um controle sob um território extenso que não possuía aumento de população, crescimento econômico e poucos recursos para assegurar soberania sobre a área). Fortes, ou estruturas semelhantes, foram construídos na

embocadura de grandes rios e seus principais afluentes; e 3) a experiência e o confronto de modelos externos e internos de ocupação territorial.

A implantação do Estado Novo, por Getúlio Vargas, define a fase inicial do planejamento regional. Alguns dos marcos políticos deste período foram a “Marcha para Oeste”, a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção na Constituição de 1946 de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia e a delimitação oficial dos limites de fronteira da região. Em seguida veio a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Contudo, Becker (*Ibid*) destaca que essas políticas foram mais discursivas que ativas e, que ações concretas, que afetaram a região viriam com o governo de Juscelino Kubitschek, com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre.

A partir de 1966 se inicia o planejamento regional efetivo para a região. A ocupação da Amazônia assume papel chave por várias razões, dentre elas, uma solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos agricultores do Nordeste e do Sudeste em prol da modernização da agricultura. Os militares percebiam como de suma importância ocupar um espaço propício a focos de movimentos revolucionários e uma forma também de conter a migração de países vizinhos. Para este planejamento foram criados em 1966 o Banco da Amazônia (antigo Banco de Crédito da Borracha) e a SPEVA é transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (*Ibid*).

Aqui vale destacar que para o melhor entendimento de políticas regionais para Amazônia se faz necessário um olhar sobre a questão fundiária da região. Esta faz com que os territórios ali construídos tenham em seu bojo a luta, muitas vezes **pelo** espaço territorial e outras **com** o próprio espaço e suas feições históricas, políticas, clientelistas, exógenas, impositivas, sociais e até mesmo ambientais.

Loureiro e Pinto (2005) esclarecem aspectos do complexo fundiário para a Amazônia e suas conseqüências, principalmente a partir dos anos de 1960, para o caos fundiário instaurado e que alarma a região Amazônia até os dias de hoje. Até 1960 a quase que totalidade das terras Amazônicas eram terras públicas ou livres. Essas terras eram ocupadas por milhares de pequenos posseiros (que não necessariamente possuíam o título da terra), como os extrativistas. Regiões consideradas atrasadas e países periféricos tinham dentre seus principais desafios à insuficiência de capitais produtivos e pouca infra-estrutura o que dificultava a atração de novos investimentos.

Desta forma, as práticas fundiárias na Amazônia que persistem até os dias de hoje podem ser resumidas, segundo Loureiro e Pinto (2005), em:

- venda de uma mesma terra a compradores diversos;
- revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios;
- falsificação e demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a;
- a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas;
- a incorporação de terra pública a terras particulares;
- a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos;
- a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros;
- o remembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já remembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado;
- mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada.

Muitas dessas terras foram vendidas com ocupantes tradicionais ou indígenas, o que caracteriza alguns dos freqüentes conflitos de terra para a região. Hoje a terra pública na Amazônia é facilmente confundida com terras privadas e se torna, como ressaltam os autores acima, cada vez mais difícil distinguir uma da outra. Atualmente tem-se em alguns espaços da Amazônia, onde estão aglomerados de Terras Indígenas, Unidades de Conservação, assentamentos rurais, grandes proprietários de terras e pequenos municípios a beira de grandes estradas como a Transamazônica. O sul do Pará, por exemplo, passa por sérios conflitos fundiários, justamente, pelos habitantes dali caírem ou terem caído em uma ou outra das práticas mencionadas acima, ocasionando, infelizmente, o histórico de mortes e violência daquela região. Atualmente, existem exemplos inclusive de sobreposições de categorias de terras por parte do governo federal, sendo as mais emblemáticas as delimitações sobrepostas de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

O governo militar no Brasil (1964-1985), visando a integração da região amazônica, adotou a política de oferta de inúmeros incentivos fiscais com o intuito de atrair para a região grandes empresários e grupos econômicos, estabelecendo assim um

novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Esses incentivos e vantagens estavam ligados à exploração mineral, extração madeireira e pecuária, atividades essas vinculadas à grandes extensões de terra, produtos primários ou semi-elaborados e pouco emprego.

Ao contrário do previsto, a infra-estrutura continuou baixa para região, pois, os grandes empresários eram estimulados, pelas facilidades legais, a comprar extensas propriedades de terra visando especulação imobiliária futura, ao invés de investir em infra-estrutura. Em face deste cenário o governo federal ofereceu a garantia de implementação de infra-estrutura como estradas, portos e aeroportos para a região o que gerou a devastação rápida das margens das rodovias existentes e a conseqüente explosão de conflitos de terra. O governo levou para região milhares de migrantes que após algumas das grandes obras da Amazônia não tinham nem como nem para onde voltar, aumentando assim a busca por terra e oportunidades (Loureiro e Pinto, 2005).

No resgate do histórico de ocupação de terras é válido evocar o mais importante evento da década de 1980, que foi a Constituição de 1988. Santilli (2005) descreve que a fase final do regime militar foi marcada pela emergência de vários movimentos sociais e populares. Nesta época um conjunto de temas permeava o cenário mundial (direito das minorias, igualdade de gênero, direitos das crianças, adolescentes, idosos e índios, reconhecimento da diversidade étnica e cultural, proteção ao patrimônio público, social, cultural e ao meio ambiente). Santilli destaca que a constituinte brasileira inovou em relação à tradição constitucional, possibilitando “novos direitos” que evoluíram para o que a autora denomina “direitos socioambientais”. Esses “novos direitos” têm natureza emancipatória, pluralista e indivisível, redimensionando concepções da própria ciência jurídica, doutrinariamente chamados de “direitos de terceira dimensão”, por serem de titularidade coletiva e não individual. A Constituição de 1988 marcou o início de uma nova orientação para as políticas sócio-ambientais brasileiras. Esta nova orientação reconhece o Brasil como país multicultural e pluriétnico.

A Constituição “assegurou aos índios o direito de permanecerem como tais, rompendo com a tradição assimilacionista e assegurando-lhes direitos permanentes. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas” (SANTILLI, 2005: 42). O reconhecimento às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios redimensiona a ocupação de terras na Amazônia, tornando a demarcação das TIs obrigatória e forçando o próprio Estado brasileiro a rever seu ordenamento territorial para a região. Posteriormente, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação em 2000 e a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais em 2004 novas feições serão adicionadas à configuração fundiária da Amazônia.

De forma marcante para o desenvolvimento regional da Amazônia surge o Programa Brasil em Ação em 1996. Este programa consolida vetores técnico-ecológicos e vetores técnico-industriais, pois ao mesmo tempo em que planeja corredores ecológicos, com extensões de mosaicos de unidades de conservação, terras indígenas e reservas florestais planeja também corredores de transporte (rodovias, hidrovias e gasodutos que cortam a Amazônia oriental, central e ocidental). O programa orienta políticas públicas paralelas e conflitantes, caracterizando assim a atual fase de ocupação da Amazônia como uma incógnita (BECKER, 2001). As tentativas de ordenamento territorial para a grande extensão de terra abarcada pelas águas e terras amazônicas são várias e ainda carecem de maior articulação entre os próprios órgãos federativos responsáveis por tal coordenação e implementação¹⁸.

No processo empreendido pelo Estado Brasileiro para o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia vale destacar a análise de Becker (2007) acerca das mudanças estruturais que ocorreram na região que influenciam os processos em curso e subsidiam reflexões para políticas para a região, e que sintetizam o acima exposto. A primeira mudança estrutural na Amazônia tem a ver com a conectividade. Até as décadas de 1950 e 1960 a Amazônia era uma grande ilha voltada praticamente para o exterior, desligada do território nacional. A partir dessa década o aparecimento de estradas e redes de telecomunicação permitiram a conexão com o território nacional e com o exterior, formando assim bases de parcerias que se organizam em várias escalas, do local ao internacional e por toda a Amazônia. A segunda mudança estrutural é de cunho econômico, pois apesar da característica de produção extrativista, a Amazônia atualmente possui uma base industrial relativamente importante para o país, tanto na produção mineral, quanto na produção de bens de consumo duráveis. A terceira mudança estrutural que nos fala Becker ocorreu na estrutura de povoamento, brevemente descrita acima. A estrutura que foi anteriormente construída ao longo de rios hoje é feita ao longo das estradas. Este fato mudou a configuração do desenvolvimento rural-urbano para a região. A Amazônia possui hoje 70% de sua população concentrada em áreas urbanas, que se caracteriza com um crescimento desordenado para a maior

¹⁸ Exemplos de algumas ações no sentido de ordenamento e conservação sócio-ambiental para a Amazônia são: ações do PPG7, PROBIO, PROAMBIENTE, CNPT, a criação do SNUC (MMA/IBAMA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA) dentre outras visam hoje trabalhar com iniciativas sócio-econômicas e ambientais na Amazônia. Essas iniciativas têm como objetivo principal a conservação, no caso de ações do MMA, e a valorização dos potenciais socioeconômicos de diferentes territórios pelo MDA.

parte das cidades. Ressalta-se que as condições de moradia urbana, principalmente nas áreas periféricas dos grandes centros, são precárias em termos de saneamento básico, infra-estrutura de acesso e transporte.

Becker destaca que o mais importante em todos os processos que conduziram a tais mudanças estruturais é a modificação na organização da sociedade da Amazônia.

Essa é a base de todo processo e está ligada às grandes mazelas da região: as telecomunicações, a mobilidade do trabalho, a urbanização. O fato é que houve uma tomada de consciência enorme por parte da população, um aprendizado social e político, e a sociedade se organizou como nunca antes tinha se verificado, nem na região nem, talvez, no Brasil. Mesmo não conhecendo em profundidade as outras regiões do Brasil em comparação rigorosa, facilmente se constata a importância das mudanças na organização da sociedade civil na Amazônia: grupos sociais, projetos alternativos, movimentos socioambientais que, efetivamente, dominaram o cenário regional, especialmente no período entre 1985 e 1996, anterior aos programas governamentais Avançar Brasil e Brasil em Ação.

A visão dessas mudanças estruturais ajuda, assim, a derrubar certos mitos sobre a região que, é importante destacar, também não se revela homogênea, nem na sua percepção interna, nem na sua percepção externa (...) as escalas, percepções (...) estão ligadas a interesses e motivações diversas. (BECKER, 2007, p.25)

Os fatores que configuram a ocupação da Amazônia em termos de distribuição populacional, ordenamento urbano e territorial, concentração de fixos e fluidez de fluxos, condições de desenvolvimento social e cultural das populações locais, condições de acesso, seja via conectividade informacional ou via estradas e rios, são a base do cenário de atuação das políticas nacionais que a seguir detalharemos. Este pano de fundo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico, social, político ou sustentável deve ser considerado, pois indica os elementos possíveis, lacunas latentes e a própria escala de magnitude do que se pretende e quem pretende o que para a região. São vários os atores e os interesses que compõem a existência e atuação na Amazônia. As forças econômicas de grandeza internacional e interesses ainda não completamente mensuráveis para a região encontram povos e comunidades tradicionais que, com atuação em escalas locais, contribuem fortemente para a configuração do todo da Bacia Amazônica. Esse encontro de forças reflete o caráter não homogêneo de que fala Becker, e reflete também, como veremos adiante, a necessidade paradoxal de políticas suficientemente abrangentes e específicas, que atendam as comunidades locais, étnicas, urbanas regionais, e equilibrem as necessidades do desenvolvimento de maneira a torná-lo o mais sustentável possível.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Esta parte pretende um breve detalhamento das principais políticas governamentais vigentes em 2008, a maior parte iniciada em 2003¹⁹, que influenciam direta ou indiretamente a valorização de produtos locais da Amazônia (Tabela 1). Adianta-se que não existe uma política específica, com exceção da recém proposta (junho 2008) política nacional para agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis para cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Esta será mais detalhada após a revisão que segue. Ressalta-se que outras políticas poderiam ter sido incluídas na revisão abaixo, mas optou-se por direcionar ao universo produtivo rural/florestal de pequena escala que se relaciona com aspectos de conservação, biodiversidade, mercados e sustentabilidade. O detalhamento dos órgãos executivos responsáveis pela formulação e implementação de políticas e programas que afetam os produtores e produtos locais é importante, pois ao longo do trabalho as políticas serão re-visitadas e abordadas em maior profundidade, em especial aquelas mencionadas pelos produtores e gestores públicos.

Tabela 01 – Síntese, em âmbito Federal, dos principais órgãos executivos e secretarias responsáveis por políticas e programas identificados como pertinentes à valorização de produtos locais da Amazônia.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Secretaria de Agricultura Familiar - SAF	- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER - Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor – DGRAV - Programa de Aquisição de Alimentos - Programa de Produtos e Mercados Diferenciados
	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	- Coordenação de Cooperativismo, Negócios e Comércio - Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PDSTR
Ministério do Meio Ambiente - MMA	Secretaria de Biodiversidade e Floresta - SBF	- Departamento de Conservação da Biodiversidade DCBio
	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR	- Departamento de Extrativismo - DEX - Departamento de

¹⁹ 1º governo Lula (2003-2007).

		Desenvolvimento Rural Sustentável –DRS - PROAMBIENTE
	Secretaria Executiva – SECEX	- Departamento de Articulação de Ações da Amazônia - DAAM
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	- Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC	- Coordenação de Agroecologia - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG
	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	- Programa de Aquisição de Alimentos
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	
Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES	
	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	
Ministério da Cultura	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	- Programa Nacional de Registro de Patrimônio de Bens Materiais e Imateriais.

2.2.1 Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

O **Ministério do Desenvolvimento Agrário**²⁰ tem por meio das Secretarias de Agricultura Familiar e Secretaria de Desenvolvimento Territorial apoiado fortemente iniciativas de pequenos agricultores familiares e produtores rurais/florestais. O MDA possui áreas de competências²¹ ligadas diretamente ao objeto deste estudo, a reforma agrária e a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares (MDA, 2004). A avaliação empírica, em conversa com bases de produtores, é que este governo tem propiciado mais apoio, acesso ao crédito e induzindo ou criando espaços de participação para este segmento da sociedade até

²⁰ Ver <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=532>

²¹ Ao MDA também compete a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (MDA, 2004).

então não registrado. Apesar da fraca infra-estrutura organizacional e de recursos humanos, o MDA tem sido o catalisador de algumas dessas ações.

A **Secretaria de Agricultura Familiar** – SAF tem como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de maneira a promover o desenvolvimento local sustentável, valorizando o humano e a negociação política com representantes da sociedade e respeitando os desejos e anseios das organizações sociais com a prática de princípios como descentralização, democracia, transparência, parceria e responsabilidade (MDA/SAF, 2005). Dois departamentos dentro da estrutura SAF trabalham diretamente com produtos locais e a valorização desses. Primeiro, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, responsável pela contribuição, formulação, coordenação, implementação da política agrícola no que se refere à assistência técnica rural (MDA, 2005). A assistência técnica rural capacitada, estruturada e continuada talvez seja um dos desafios mais complexos de serem superados dentro de estruturas produtivas rurais e florestais que se propõem mais consorciadas e adequadas às condições ambientais diversas e sustentáveis em um país de escalas grandiosas como o Brasil.

Em 2004, o DATER concluiu a nova Política Nacional de Assistência Técnica Rural – ATER, que é vista como um marco de referência por suas orientações inovadoras, flexíveis, abarcadoras de diversidade ambiental e sociocultural, porém a estrutura de apoio à implementação de tal política ainda em curso e com lacunas a serem preenchidas e até mesmo superadas. A capacitação e assistência técnica rural é de suma importância para a valorização de produtos locais iniciando pelos próprios produtores que podem e muitos pedem para ser instruídos em formas de produção, inovação e acesso a avanços para produtividade com qualidade. Contudo, permanece a lacuna entre a PN-ATER e a ponta receptora de produtores a espera de mais capacitação, assessoria, suporte, número de agentes, continuidade, inovação e incentivo à criatividade produtiva.

O segundo departamento de importância dentro da SAF é o Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor – DGRAV. Este departamento é responsável por coordenar ações que diferenciam os produtos da agricultura familiar por meio de dois programas diretamente ligados à valorização da produção local: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa de Produtos e Mercados Diferenciados. Ambos os programas serão mais adiante detalhados por serem programas inter-institucionais, que contam com a participação de mais ministérios, e por serem de grande relevância ao objeto deste estudo.

A **Secretaria de Desenvolvimento Territorial** apóia a organização e o fortalecimento dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (MDA/SDT, 2005). A adoção da noção de territórios para planejamento da pequena produção rural em escala territorial tem movimentado a dinâmica produtiva rural de agricultores familiares e extrativistas nas diferentes regiões do país adicionado ao Programa de Territórios da Cidadania que atendem demandas ligadas às dimensões culturais, sociais e de cidadania dos territórios. O Programa de Territórios Rurais será detalhado no capítulo 6. Dentro da estrutura administrativa da secretaria a Coordenação de Cooperativismo, Negócios e Comércios desenvolve e apóia projetos de comercialização, negócios sustentáveis, agroecologia e economia solidária. O apoio e a capacitação em estruturas de base do cooperativismo e comercialização local, regional e nacional têm sido fomentados por tal coordenação. Esta objetiva também trabalhar de maneira integrada com políticas e programas nessas áreas e ampliar o grau de governança dos produtores familiares sobre suas próprias produções.

2.2.2 Ministério do Meio Ambiente – MMA

O **Ministério do Meio Ambiente**²² tem no bojo de sua competência as políticas nacionais de meio ambiente e recursos hídricos; a política de preservação, conservação, utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas; a proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; políticas de integração do meio ambiente com a produção; políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e o zoneamento ecológico-econômico (MMA, 2007).

Dado o amplo escopo de atuação do MMA, vale aqui destacar três secretarias que têm suas áreas de trabalho relacionadas à valorização de produtos locais, principalmente aqueles ligados à diversidade biológica e social na Amazônia.

À **Secretaria de Biodiversidade e Floresta** - SBF compete a proposição de políticas e estratégias para os biomas brasileiros nos temas tocantes à “promoção do conhecimento, conservação, valorização e utilização sustentável da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado” (MMA, 2008, s/p). Dos

²² <http://www.mma.gov.br/>

quatro departamentos²³ subordinados à esta secretaria o Departamento de Conservação da Biodiversidade - DCBio é o que mais se relaciona com o objeto deste estudo por ter competência de subsidiar a formulação de políticas e normas, definição estratégicas para a implementação de programas e projetos nos temas descritos para atuação da secretaria. Por se tratar de temas complexos esta secretaria e o DCBIO trabalham em conjunto com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Ciência e Tecnologia e Agricultura. A formulação de políticas que envolvem a conservação em sua dimensão biológica e de conhecimento tradicional associado, juntamente com a valorização e uso sustentável desses recursos, abrange um universo complexo e ainda indefinido e ambíguo em termos de legislação, acesso, viabilidade e tangibilidade principalmente para aqueles que estão na ponta e na base de sistemas produtivos altamente imbricados com a biodiversidade e seu acesso.

A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR propõe políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável em temas como gestão, ordenamento ambiental do território, agroextrativismo, experiências demonstrativas, cadeias produtivas baseadas em recursos da biodiversidade, dentre outros (MMA, 2008a). Dentro da estrutura hierárquica da secretaria, se destacam por sua atuação ligada aos produtos locais da Amazônia, o Departamento de Extrativismo – DEX e o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS.

O DEX²⁴ tem estado à frente, junto com a SAF/MDA e o MDS, na formulação de uma política nacional para cadeias de produtos da sociobiodiversidade. A gerência de agroextrativismo e comunidades tradicionais está dentro deste departamento que é de imediata pertinência aos produtos locais da Amazônia e seus produtores, em sua maioria, agricultores familiares e comunidades tradicionais como castanheiros. O DRS, por sua vez atua na formulação de políticas indutoras da sustentabilidade ambiental de atividades econômicas no meio rural brasileiro. O Programa PROAMBIENTE, coordenado pelo DRS, trabalha na promoção do equilíbrio entre a conservação e a produção rural. Com o objetivo de fortalecer cadeias de produtos e serviços da sociobiodiversidade pólos agroflorestais são estabelecidos de maneira a beneficiar as famílias envolvidas nos pólos com auxílio em assistência técnica (em parceria com o DATER/MDA) e planejamento de planos de utilização das unidades produtivas das famílias, acordos comunitários e participação na elaboração de planos territoriais (junto com a SDT/MDA). A pertinência

²³ Departamento de Conservação da Biodiversidade (DCBio), Departamento de Florestas (DFLOR), Departamento de Áreas Protegidas (DAP) e Departamento do Patrimônio Genético (DPG).

²⁴ O DEX exerce ainda a função de Secretaria Executiva da Comissão Nacional que coordena a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (MMA, 2008a).

deste programa neste trabalho é por sua influência em algumas famílias produtoras nos estudos de caso que seguem (capítulo 5).

A **Secretaria Executiva** – SECEX conta com quatro departamentos²⁵, sendo o Departamento de Articulação de Ações da Amazônia – DAAM o mais pertinente ao objeto deste estudo. O DAAM tem a atribuição de articular as ações do MMA relacionadas à Amazônia, coordenar as ações do MMA no âmbito do Plano Amazônia Sustentável – PAS, secretariar o Conselho Nacional da Amazônia Legal – CONAMAZ e coordenar, articular e acompanhar a implementação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7²⁶ (MMA, 2008b). Tais programas são considerados de peso político e econômico determinantes para as ações atualmente empreendidas na Amazônia, principalmente quando se considera a implementação de modelos de desenvolvimento na Amazônia brasileira. Esses pretendem, em seus planejamentos, valorizar a potencialidade e o patrimônio natural e sociocultural da Amazônia, com ações mais adequadas e, por vezes, mitigadoras, aos efeitos de ações desenvolvimentistas para a região, como por exemplo a construção de estradas, barragens, usinas, avanço da pecuária e agricultura de larga escala, entre outras.

2.2.3 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

O **Ministério do Desenvolvimento Social** tem como objetivos a promoção do desenvolvimento social, do combate a fome, da inclusão, promoção da cidadania, garantia de segurança alimentar e nutricional, renda mínima e assistência integral às famílias. Desta forma ao MDS compete coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de Transferência de Renda – TR como o Bolsa Família. (MDS, 2008).

²⁵ Departamento de Economia e Meio Ambiente, Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento e Departamento de Articulação de Ações da Amazônia (MMA, 2006).

²⁶ O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, é uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional. O Programa tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. É o maior programa sócio-ambiental multilateral do mundo. Juntamente com outros projetos financiados por entidades governamentais e não governamentais (Funbio, WWF, MMA, FNMA, BID, GEF, etc) perfazem uma rede de programas, ainda que variados e desiguais, e trabalham com experiências concretas em sistemas produtivos, políticos e sociais da floresta tropical. As ações do PPG7 podem ser entendidas por cinco grandes linhas: experimentação e demonstração, conservação das áreas protegidas, fortalecimento institucional, pesquisa científica e lições e disseminação. Para segunda fase do programa sua meta principal, segundo Drummond, é “consolidar e transformar experiências bem sucedidas em políticas públicas permanentes, integradas a outras iniciativas governamentais para a Amazônia” (Drummond: 2003, p.76).

Dentro do MDS, duas secretarias são de pertinência aos objetivos deste trabalho. A **Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias** – SAIP. Esta secretaria importa por sua finalidade de articular ações em desenvolvimento social com outros parceiros e instituições. Na promoção de tal desenvolvimento esta articulação inclui apoio a programas de assistência técnica rural, acesso ao crédito, apoios em infra-estrutura e logística de produção, formação e capacitação de produtores que são beneficiados por programas do MDS de TR.

A **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – SESAN tem como objetivo institucional formular e implementar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, promover e coordenar programas do Governo Federal nesta área desenvolvendo ações estruturantes e emergenciais de combate à fome por meio de programas e projetos de produção e distribuição de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo assim ao conjunto de estratégias do FOME ZERO (MDS, 2008a). A esta secretaria compete a coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que é realizado em parceria com o MDA, MF, MPOG, MEC e o MAPA, via CONAB.

O objetivo geral do PAA é de “incentivar a agricultura familiar²⁷, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em Insegurança Alimentar e à Formação de Estoque” (Lei n.º 10.696). Desta forma o PAA se propõe a garantir o acesso à alimento em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações e situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social via fortalecimento da agricultura familiar. O PAA é considerado como umas das principais ações estruturais do Programa Fome Zero, operando como mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf. Em síntese, o Governo assegura no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época da colheita. Após a colheita o produtor escolhe se vende a sua produção para a Conab, caso os preços de mercado estejam abaixo dos fixados no contrato, ou para o mercado, se os preços estiverem acima. O PAA está estruturado de maneira a permitir a compra antecipada, com a dispensa de licitação, de alimento de agricultores familiares no limite de até R\$ 3.500,00 por família/ano (MDS/PAA, 2008). Para melhor entendimento deste Programa e suas modalidades de operação segue o Quadro 1.

²⁷ Os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e ribeirinhos, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais (MDS/PAA, 2008).

Quadro 1 - Modalidades e Operação do PAA.

Modalidade	Objetivos e Funcionamento	Fonte de Recursos	Executor	Forma de acesso
Compra Direta	Pólos de Compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar. Cumprindo um importante papel na regulação de preços.	MDS e MDA	CONAB	Individual
Formação de Estoque	Instrumentos de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e forme estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis.	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, Cooperativa e Associação
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias, que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a produção familiar.	MDS	Estados do Nordeste e MG (norte)	Individual, Cooperativa e Associação
Aquisição de Alimentos para atendimento da alimentação escolar	Permite a aquisição de Alimentos da Produção Familiar, de acordo com os padrões e regulamentação do PAA para que seja destinado a merenda escolar.	MEC-PNAE	FNDE, Estados e Municípios	Organizações da Agricultura Familiar

Fonte: MDS/PAA, 2008

O PAA é mencionado por produtores que participaram desta pesquisa, como uma grande iniciativa do governo federal que concretamente age para a valorização do

trabalho do produtor rural/florestal e conseqüentemente sua produção. O propósito do programa, de distribuição de alimentos, é visto com bons olhos pelos produtores que se sentem valorizados e enobrecidos²⁸. As modalidades de Compra Direta, Formação de Estoque e Aquisição para Alimentos de atendimento para a alimentação escolar, por exemplo, são as mais utilizadas pelos produtores do Acre.

Vale aqui mencionar o PAA – Agroecologia. Esta modalidade, ainda em discussão, pretende incluir o benefício do programa a produtos oriundos de sistemas agroecológicos. Isto se deve à uma das grande dificuldades dos produtores familiares agroextrativistas em adotar técnicas e tecnologias alternativas, principalmente pelos custos iniciais adicionais de difícil incorporação e internalização no processo de produção e diminuição, em alguns casos, da produtividade, o que faz com que os custos da produção se elevem. O DEX/MMA em parceria com a CONAB iniciam um diálogo para desenvolver mecanismos que permitam o pagamento de um sobrepreço a tais produtos (MDA/MMA/MDS, 2008). Ressalta-se que produtos como a castanha-do-brasil se beneficiam do Programa e a Farinha de Cruzeiro do Sul também se beneficiou.

É importante destacar que as políticas destinadas a agricultura familiar ainda não estão bem resolvidas, e as tensões relacionadas iniciam-se na própria esfera governamental federal. O não diálogo entre pastas e, inclusive, entre secretarias de um mesmo ministério, como pôde ser constatado em entrevistas com gestores em Brasília, indica a complexidade do tema e ações relacionadas. Um gestor do MDA, relata que as divergências se iniciam na definição de conceitos, como o de sustentabilidade na produção. O significado de uma produção sustentável varia de acordo com ministério e interesses políticos, principalmente quando a pauta é acesso a crédito e financiamentos facilitados. As disputas acirram competências, criando confusões e sobreposições.

2.2.4 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** tem como missão central o desenvolvimento do agronegócio, para atender o consumo interno e formar excedentes para exportação, e como conseqüências deste objetivo considera a geração de emprego e renda, promoção de segurança alimentar, inclusão social e redução de desigualdades sociais (MAPA, 2008). Por mais que o objetivo central do MAPA não se relacione com os objetivos de promoção e valorização de produtos locais da Amazônia os

²⁸ Entrevistas de campo. Ver capítulo 5.

anos recentes, principalmente o atual governo, tem promovido, ainda que timidamente ações que tocam diretamente a produção em pequena escala e de produtos locais. Autarquias e empresas vinculadas ao MAPA, como a CONAB e a Embrapa também são de pertinência de destaque neste trabalho.

A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC é válida de ser mencionada por sua Coordenação de Agroecologia e Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG. Tais coordenações dentro do MAPA podem ser consideradas como iniciativas institucionais embrionárias, com pouca força política e econômica para desenvolvimento de projetos e ações²⁹, via o próprio MAPA, para a promoção da agroecologia e de indicações geográficas³⁰. A falta de recursos humanos destinados as secretarias supracitadas indica a prioridade do assunto para a pasta do agronegócio que conta ainda com o apoio parlamentar da bancada ruralista no congresso. Esta sempre atenta a trabalhar pelo interesse dos grandes produtores rurais do país, manutenção e expansão de seus privilégios, benefícios e subsídios, e, mais grave, a manutenção do bloqueio para ações que visem a desconcentração de grandes propriedades improdutivas e em favor da redistribuição de terras para pequenos produtores.

A **Companhia Nacional de Abastecimento** – CONAB tem como objetivo principal a formulação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento que contribuam para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural (CONAB, 2008). Uma das formas que a CONAB encontrou para atender este objetivo foi com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. As ações da CONAB via PAA têm sido fundamentais para a garantia de compra da produção do pequeno agricultor. A expansão das modalidades de produção, como para produtos da agroecologia e do extrativismo, que já vem ocorrendo para a castanha, indica um reconhecimento do governo para com a importância da pequena produção para a mesa brasileira. Os números oficiais indicam que entre 60 e 70% dos alimentos produzidos no país provêm da agricultura familiar.

A inovação de programas como o PAA inicia um ciclo de dinâmica produtiva para os pequenos produtores, pois a garantia de compra, garante renda, valoriza e fortalece circuitos locais e regionais de comércio e de abastecimento. Se os grandes produtores

²⁹ Em entrevista com servidores da CIG, até 2007 a coordenação nacional contava com três funcionários, incluindo a coordenadora.

³⁰ Os capítulos 2 e 6 tratarão com mais profundidade a temática de indicações geográficas, possibilidades e limitações de tal instrumento quando aplicado a produtos locais da Amazônia.

possuem subsídios e créditos por que é que os pequenos não podem ter esses mesmos direitos? É uma lógica distorcida que rege a política para o grande empresário e por interesses políticos não alcança e não se faz chegar ao pequeno. Em conversa com servidores da CONAB em Brasília a expressão foi de uma dinâmica renovada com este programa, mesmo com os percalços ainda encontrados para o bom funcionamento do programa, como cumprimento de prazos na ponta e até mesmo operacionalização do programa, os desafios são desde transporte até o fortalecimento das organizações locais e envolvimento das prefeituras.

A **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA** possui seu objetivo central na viabilização de soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, promovendo a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para benefício da sociedade brasileira como um todo (Embrapa, 2008). Novamente o foco no agronegócio destoa da escala local e pequena do agricultor familiar ou produtor extrativista. Contudo, a Embrapa tem desenvolvido projetos e programas que vem de encontro a melhoria da produção e produtividade de alguns produtos, inclusive os aqui estudados, a farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-brasil. A Embrapa Acre está envolvida com programas de boas praticas na produção (ver capítulos 4 e 5) o que tem elevado a qualidade fito-sanitária dos produtos e conseqüente melhoria para inserção desses em mercados de circuitos mais longos.

2.2.5 Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego tem como competência de atuação a formulação, execução e acompanhamento de políticas relacionadas a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, com alcance de atuação em modernização e melhoria das relações do trabalho, fiscalização, política salarial, formação e desenvolvimento profissional, segurança e saúde no trabalho, associativismo e cooperativismo (MTE, 2008). Por considerar que as demandas locais pedem por trabalho e renda a menção de tal órgão executivo se dá pela sua Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Esta vem desenvolvendo ações de pertinência aos pequenos produtores rurais. A economia solidária cresce no Brasil e vem reverberando na pequena produção e na vida dos produtores como uma nova possibilidade de inserção no mercado, desenvolvimento social e econômico baseada em princípios de solidariedade, criatividade, igualdade de relações e participação (ver capítulo 2).

SEBRAE

O **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – SEBRAE tem apoiado, via parcerias com poderes públicos estaduais e locais, empreendimentos ligados aos produtos locais da floresta. A capacitação dos produtores e apoio ao desenvolvimento de estratégias de negócios, identidade visual, comercialização ganham destaque pelos próprios produtores, como será averiguado nos casos estudados adiante. As relações SEBRAE-produtor ainda são complexas e são vários os relatos de ações de cima-para-baixo que incomodam e limitam a criatividade e expressão da autenticidade local.

2.2.6 Produtos da Sociobiodiversidade

A **Proposta de Política Nacional para Produtos da Sociobiodiversidade** elaborada em conjunto com o MMA, MDA e MDS parte do cenário que o Brasil ainda não aproveita suas riquezas sócio e biodiversas para geração de bens e serviços de alto valor agregado. A iniciativa de fortalecer cadeias produtivas e de serviços gerados a partir desta diversidade se mostra como alternativa para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Desta forma a perspectiva de um desenvolvimento mais sustentado para as distintas regiões se torna mais concreta por considerar como central os protagonistas do manejo e produção: os agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Os produtos da sociobiodiversidade são definidos como:

“Bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade local voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares – PCTAFs, numa relação harmônica entre si, com sustentabilidade, justiça social, e respeito às especificidades culturais e territoriais, que assegurem a manutenção e a valorização de seus laços sociais, suas práticas e saberes, dos direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria do ambiente em que vivem da sua qualidade de vida” (MDA/MMA/MDS, 2008a, p.12).

A cadeia produtiva da sociobiodiversidade é definida como:

“um sistema integrado e harmônico, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da

sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares – PCTAF e que asseguram a distribuição justa dos seus benefícios” (MDA/MMA/MDS, 2008a, p.12).

Para a elaboração da proposta da política foram realizados seminários regionais por biomas (Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Cerrado, Mata Atlântica e Zona Costeira da Mata Sul, Mata Atlântica e Zona Costeira da Mata Sudeste e Nordeste, Pampa, Caatinga). Nesses seminários foram identificadas pelos participantes, de maneira coletiva, as cadeias de produtos mais expressivos, as ações prioritárias para o fortalecimento dessas cadeias e, conseqüente, agregação de valor, indicação de estratégias para a consolidação de mercados para esses produtos, e o incentivo para a formação de grupos regionais para discussão, articulação e implementação das ações estratégicas.

A proposta desta política e até mesmo a realização dos seminários foi um esforço institucional, principalmente por sua característica inter-ministerial, de destaque. A construção de expectativas para a aprovação e implementação desta política é aguardada pelos participantes PCTAFs que assim o expressaram no Seminário Nacional ocorrido em julho de 2008. Contudo, vale aqui registrar os riscos de não continuidade para tal esforço, pois ele se consolidou tardiamente como uma política de um governo que se encontra em segundo mandato. É eminente o risco de não ser aprovada, implementada e, o que é mais importante, internalizada como política de Estado que perdure uma eventual mudança de governo em 2010. A proposta de valorizar produtos da sociobiodiversidade, via política pública, vem de encontro com a proposta deste trabalho, e por mais que tenha envolvido a participação de PCTAFs em sua elaboração, ela foi uma iniciativa induzida de cima-para-baixo, e com pouca valorização ou reconhecimento efetivo de iniciativas locais/territoriais e endógenas.

O conceito de produtos da sociobiodiversidade, acima descrito, contém o pressuposto de que os produtos, bens e serviços, são originados de relações harmônicas, sustentáveis, com justiça social e respeito. Contém também os pressupostos que esses asseguram a manutenção e a valorização dos laços sociais, práticas e saberes, direitos e geram renda, promovem a melhoria do ambiente e a qualidade de vida dos próprios produtores. Os produtos identificados nas cadeias mais expressivas por bioma podem até conter um ou mais elementos dos identificados na definição cunhada, mas a realidade de produção, modos e processos, não está engessada, ela é dinâmica e principalmente originária. A origem sociocultural e ecológica dos produtos da sociobiodiversidade é central à agregação de valor. Antes de sua inserção em “cadeias

produtivas de interesse de PCTAFs” ela está inserida em condições de manutenção da própria vida dos produtores nos ambientes naturais. A interação entre o social/cultural/coletivo com o ambiente natural é que fez e faz a existência de tais produtos, não é interesse e sim existência. Este reconhecimento da originalidade da interação produtor-floresta, fez com que a definição adotada neste trabalho esteja sintetizada na terminologia de ‘produtos locais’.

Na esfera de cadeias produtivas é sabido também que quanto mais complexa a cadeia, maior a opressão para o produtor-primeiro. Um dos casos emblemáticos é dos pescadores artesanais, o esforço energético desprendido e a não recompensa justa e equitativa com a venda de exemplares apreciados em circuitos mais longos de mercado. Para vários dos produtos da sociobiodiversidade (coco de babaçu, farinha, pescado e óleos essenciais) o esforço de coleta ou plantio, juntamente com tecnologias rudimentares de beneficiamento fazem com que o esforço do produtor ainda não seja contabilizado no valor agregado, principalmente quando pago pelos primeiros intermediários da cadeia.

A proposta de política nacional para produtos da sociobiodiversidade e agregação de valores às cadeias produtivas foi aqui trazida por ter pertinência direta com a discussão de políticas públicas. Esta toca diretamente na valorização de produtos locais da Amazônia e, conseqüentemente, pode contribuir para a conservação e uso sustentável da diversidade sociocultural e biológica, uma vez que tenha continuidade, constância de ações, assistência técnica e, mais importante, abertura para a ação e realização local. A troca entre as demandas baixo-para-cima e a visão cima-para-baixo se mostra de grande valia para a efetividade de tal política, do contrário o esquecimento é destino certo.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS - ACRE

Este trabalho traz à luz estudos de caso originados no estado do Acre. Em seu histórico governamental e político recente (últimos dez anos). O Acre, juntamente com o Amapá, apesar de serem os menores estados no conjunto amazônico brasileiro, optaram, como argumenta Mello (2006), por políticas diferenciadas que tendem a beneficiar segmentos sociais tradicionalmente marginalizados, principalmente os extrativistas, e os investimentos feitos em negócios voltados aos produtos locais se destacam. O esforço da política pública nesta escala se destaca perante outros estados da Amazônia e

articulação com o governo federal para implantação de algumas das políticas nacionais acima descritas são sintetizadas no quadro 2.

Quadro 2 - Síntese de políticas e programas federais, de abrangência nacional, que beneficiam a produção e a comercialização da agricultura familiar e extrativista no estado do Acre.

Política e/ou Programa	Executor
Sistema Nacional de Unidades de Conservação ³¹	MMA/IBAMA
Programa de Aquisição de Alimentos -PAA	SESAN-MDS/ MDA/ CONAB.
Programa de Boas Práticas na Produção	MAPA/ANVISA/EMBRAPA/SEBRAE/ SEAPROF
Bolsa- Família/Bolsa Floresta	MDS (Fome-Zero)
Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf (Pronaf Mulher e Pronaf Floresta)	MDA
Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	MDA - INCRA
ProAmbiente	MMA (Certificação de Serviços Ambientais; Novo Modelo de Desenvolvimento Rural para a Amazônia; Plano de Utilização da Unidade Produção)
Política Nacional de Cadeias de produtos da sociobiodiversidade – em elaboração	MMA (SBF, SEDR, SFB, IBAMA, ICHIBIO, PROBEM da Amazônia); MDA (SAF, SDT, PRONAF, INCRA); MDS (SAIP); FUNBIO; GTZ; MME (Luz para Todos); MDIC (ABDI); MCT (APL) e parceiros regionais
Territórios Rurais e Territórios de Cidadania	MDA (SDT) Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável PTDRS
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	MMA / IBAMA
Indicação Geográfica ³² .	MDIC/ INPI
Programa Nacional de Registro de Patrimônio de Bens Materiais e Imateriais.	IPHAN.MinC
Fórum Brasileiro de Economia Solidária.	SNES/MTE
Isenção do ICMS da farinha de mandioca	MAPA

Fonte: Levantamento. Simoni, 2008

O quadro 3 demonstra, de forma sintética, algumas políticas e programas estaduais de produção para o Acre.

³¹ Destaque para as RESEXs do Estado que além de ter a primeira RESEX da Federação possui outras com expressividade para o bioma Amazônia.

³² Ver capítulos 2 e 6 para detalhamento da iniciativa para os produtos no estado do Acre.

Quadro 3 - Programas Implementados pela Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF³³.

Programa	Objetivo
1) Pólos Agroflorestais	Inverter o processo de êxodo rural, implementando um processo de reforma agrária, gerando melhoria na qualidade de vida das populações de origem rural, abaixo da linha de pobreza, moradora da periferia urbana. Inserido-as no processo produtivo e conseqüentemente no contexto sócio-econômico, proporcionando moradia, trabalho, educação, saúde e renda.
2) Quintais Agroflorestais	Novo conceito de habitação, beneficiando diretamente as famílias carentes das periferias urbanas, assegurando moradia digna e segurança alimentar, além de inseri-las ao contexto sócio-econômico
3) Melhoramento de Ramais	Recuperação e manutenção de ramais (estradas vicinais), nas áreas rurais do Estado, em parceria com INCRA, Movimento Social e Prefeituras.
4) Ampliação e Modernização da Produção das Casas de Farinha	Fortalecer e incrementar a produção de farinha junto às famílias de produtores rurais do Estado, através da ampliação e modernização das Casas de Farinha, priorizando o Vale do Juruá, com a "Farinha de Cruzeiro do Sul".
5) Desenvolver a cadeia produtiva dos Produtos Florestais Não Madeireiros 5a) Uso sustentável dos recursos florestais não madeireiro em comunidades extrativistas no vale do Juruá 5b) Fortalecimento no manejo dos produtos Florestais Não Madeireiros no município de Brasiléia 5c) Manejo Sustentável e Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiro no Estado do Acre. 5d) Manejo sustentável de açaí em comunidades extrativistas nas regionais Alto e baixo Acre. Estudos de viabilização de produtos florestais não madeireiros (parceira com Sebrae e UFAC)	Proporcionar melhoria e diversificação da renda familiar, por meio da Difusão do Manejo e da Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros no Estado do Acre. 5a) Implantar uma proposta de uso sustentável dos recursos florestais não madeireiro em comunidades extrativistas; 5b) Contribuir na organização da política social, produção e mercado das comunidades tradicionais através do associativismo e cooperativismo; 5c) Fortalecer a cadeia produtiva e comercialização dos recursos florestais não madeireiros produzidos em comunidades extrativistas do Estado do Acre. 5d) Promover a exploração sustentável de frutos de açaí junto as associações e

³³ Criada pela Lei Complementar nº 115, de 31 de dezembro de 2002 Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar SEPROF. Em 2003 o nome da secretaria passar por uma modificação, mas a proposta e missão continuam. Missão: Promover a Florestania implementando o desenvolvimento sustentável por meio da organização, fomento, diversificação, modernização e industrialização da produção agrícola, agroflorestal e extrativista de base familiar.

	cooperativas voltadas para aspectos de mercado.
<p>6) Modernização e Industrialização da Produção de Castanha:</p> <p>a) Implantação de usinas de beneficiamento de castanha</p> <p>b) Implantação de armazéns coletivos de castanha. Construção de 17 armazéns (Embrapa-AC) . Compra de caminhões</p> <p>Estudo de viabilidade para recuperação das cooperativas (CAEX e CAPEB) – em andamento 2006/2007</p>	<p>6a) A implantação das unidades industriais de beneficiamento de Castanha no Estado, gerando empregos, agregando valor a produção, garantindo melhoria do preço e receita para o Estado.</p> <p>6b) Propiciar o fortalecimento da cadeia produtiva da castanha-do-brasil, melhorando a qualidade do produto, garantindo a sanidade da castanha e gerando renda às comunidades extrativistas do Estado, através da implantação de infra-estrutura de armazenagem, tipo comunitária.</p>
<p>7) Empreendimentos Agroextrativistas e criação de pólos agroflorestais</p> <p>a) Agroindústria de Polpas de Frutas (Rio Branco, Brasiléia e Feijó)</p> <p>b) Derivados de Cana de Açúcar</p> <p>c) Abatedouro de Frangos</p> <p>d) Beneficiamento de Frutas Regionais nos Municípios do CONSAD – Alto Acre (infra-estrutura par 500 famílias)</p>	<p>Propiciar o fortalecimento da produção agroextrativista de frutas, derivados de cana de açúcar e frangos coloniais, propiciando alimentos de qualidade à população, através da implantação e modernização de agroindústrias de beneficiamento da produção.</p> <p>7a) Beneficiar a produção agroextrativista de frutas tropicais nas regionais do Baixo Acre, Alto Acre e Tarauacá / Envira.</p> <p>7b) Desenvolver e modernizar a produção agroextrativista de derivados de cana-de-açúcar no Estado do Acre.</p> <p>7c) Beneficiar a produção de frangos coloniais agroecológicos na regional do Alto Acre.</p> <p>7d) Estimular o consumo regional da produção de polpas, geléias, doces e bombons de frutas, através da introdução dos derivados de frutas na merenda escolar e rede pública de saúde.</p>
<p>8) Programa: Modernização e Industrialização da Produção de Borracha:</p> <p>8a) Remuneração da Proteção Ambiental – Lei Chico Mendes (Subsídio Estadual)</p> <p>8b) Fábrica de Preservativo Masculino</p>	<p>8a)Garantir a complementação de renda dos seringueiros que produzem borracha natural bruta e participam do programa de desenvolvimento do extrativismo, implementado pelo Governo do Estado do Acre em 1999.</p> <p>8b) Implantação da fábrica de preservativo masculino em Xapuri</p>
Programa de Desenvolvimento Sustentável / AC-BID	(Infra-estrutura, eletricidade e estradas & apoio a cadeias produtivas de óleos essenciais e biojóias)
FUNTAC – pesquisa com óleos de copaíba, andiroba, buriti, açai e murumuru.	Promoção de cursos de capacitação na produção de fitoterapicos e fitocosméticos em comunidades ribeirinhas, seringueiros e indígenas. Existe um projeto (em espera) que se

	aprovado, montará 5 pequenas fábricas de fitocosméticos em Xapuri, Capixaba, Brasiléia.
ZEE- AC	MMA/Governo Estadual/SEPLAN-AC/SECTMA-AC
Outros:	
Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA). Acre e Rondônia.	Consórcio de cupuaçu, pupunheiras, cedro, mogno e mais de 30 outras espécies agroflorestais por mais de 200 famílias da Associação dos Agrocultores do Projeto Recla. Em 1993 foi implantada a primeira agroindústria de processamento e comercialização da polpa e do óleo de cupuaçu.
Vitrine Terra Sol –Sebrae. 250 famílias.	Espaço para exposição e venda de produtos (farinha e derivados, aves, peixes, artesanatos em cipó e buriti, mel, doces, etc)
Projeto de Desenvolvimento Sustentável Agroflorestal Nova Bonal.	Manejo florestal dedicado à conservação e produção de borracha e pupunha por 83 famílias assentadas. A indústria de beneficiamento local processa 8 mil toneladas de palmito/mês

Fonte: Adaptado de SEIAM/SEPROF (2005)

O conceito de florestania, derivado de floresta e cidadania, advém do primeiro governo Jorge Viana no Acre (1998-2002). O termo teve como objetivo diferenciar o modo de vida na floresta Amazônia e, assim, destacar a necessidade de orientar políticas públicas para a realidade da floresta e seus habitantes. A iniciativa, de caráter político, deve ser destacada, pois pretende alcançar as especificidades e contextos que o ambiente florestal oferece. Como descreveu Mello (2006), o governo do Acre pautou seu programa na experimentação e difusão de possibilidades de aproveitamento da floresta, ampliando para todo o estado os modelos das experiências em Xapuri, onde Jorge Viana foi prefeito antes de ser governador. Os instrumentos técnicos do ZEE e do manejo florestal múltiplo subsidiaram as decisões do governo, valorizando instituições como a Secretaria de Meio Ambiente e a Fundação de Tecnologia do estado.

O modelo de desenvolvimento empreendido no estado gerou e continua gerando forte oposição, das oligarquias locais que se manifestam de forma contrária ao plano do governo³⁴ de apoiar produtos locais e diminuir o incentivo ao modelo agropecuário de grande escala. A pressão internacional da história de Chico Mendes exerceu papel crucial nesta escolha, até porque Viana conheceu e trabalhou com Chico Mendes. A oposição aponta o ‘congelamento’ do desenvolvimento do estado devido aos 2/3 do

³⁴ O Governador Jorge Viana permaneceu de 1998- 2007 no poder e em 2007 Binho Marques, seu vice, assumiu como governador do estado, representando assim uma continuidade política iniciada em 1998.

território pertencerem à União (TIs e UCs), e ao impedimento legal sobre terras privadas de desmatar mais que 20%. Por enquanto, o governo ainda não conseguiu contrapor o argumento de que o meio ambiente é um problema e não uma condição para o desenvolvimento, pois as políticas públicas estaduais têm reproduzido paradoxos: ao mesmo tempo que tendem para a conservação florestal e atenção a seus habitantes, dependem fortemente da política do governo federal na região que continua ser uma política de integração regional (Mello, *Ibid*).

Segundo Mello (*Ibid*) o exemplo que o estado do Acre tem proporcionado em termos de modelos de desenvolvimento para a Amazônia é freqüentemente lembrado como referencial de decisão política para investimentos estratégicos de futuro. Contudo a experiência é reduzida e sua base tecnológica precisa ser ampliada em sintonia com a atenção aos povos e comunidades que tradicionalmente ocupam áreas florestais.

3. O PAPEL DO ESTADO: O NACIONAL FRENTE AO REGIONAL E AO LOCAL.

“Não existem boas políticas públicas e sim organizações locais fortes, capazes de mobilizar os instrumentos existentes ou de participar na concepção e elaboração de novas políticas.”
Sabourin (2006, s/p)

3. 1 CENÁRIO DAS POLÍTICAS

Esta seção trata da interação das políticas públicas na Amazônia. Este cenário faz emergir um questionamento acerca do papel do Estado Brasileiro frente ao regional (Amazônia) e frente ao local, entendido aqui com a localidade original das produções, os produtores e os demais atores que dinamizam o local. Uma discussão necessária contempla a legitimidade do Estado, sua intervenção, princípios para uma atuação que atenda os anseios locais e regionais de forma democrática e sustentável. São vários os desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela sociedade que o compõe, a começar pela representatividade, participação e envolvimento para a construção coletiva legítima e criativa. A fraqueza estatal é tida, para alguns autores enquanto crise que não é privilégio de Estados como o brasileiro, e precisa ser debatida à luz das possibilidades para superação, re-legitimação, re-definição de papéis institucionais, e fortalecimento de dispositivos coletivos a exemplo de redes socioeconômicas e políticas de responsabilização.

Em estudo sobre a abordagem territorial e rural de políticas públicas, Sabourin (2006) identificou algumas características que emperram a implementação efetiva de ações para o Desenvolvimento Territorial Rural. A análise deste autor é pertinente ao presente estudo pois sua referência e indicativos podem ser transpostos para o objeto aqui pretendido. Políticas contraditórias, fragmentadas, falta de continuidade, barreiras histórico-culturais e uma “esquizofrenia institucional” permeiam o cenário de políticas públicas para a Amazônia.

3.1.1 Políticas contraditórias

As políticas contraditórias para a Amazônia (De Robert & Simoni, 2007) se caracterizam pelos interesses que atendem. Para a Amazônia, como descrito anteriormente, os modelos de ocupação e desenvolvimento ilustram a contrariedade de objetivos. O ciclo predatório, que se iniciou com políticas de ocupação e desenvolvimento, perdura; e é acompanhado por políticas de conservação. O aumento do desmatamento, número de cabeças de gado e avanço de culturas do agronegócio coexistem de forma não harmônica com a crescente atuação pela conservação, como por exemplo o aumento de áreas protegidas demarcadas, projetos de desenvolvimento sustentável rural e territorial e até a valorização de produtos locais.

Discursos pró-desenvolvimento em nome do combate a pobreza afrontam discursos e iniciativas pró-conservação. Setores estratégicos do governo, como agricultura de grande escala e interesses industriais confrontam setores considerados menores, como meio ambiente e desenvolvimento agrário. Se faz necessário reconhecer que o atual governo Federal (2003 – 2010) com o auxílio da pressão internacional pela conservação tem dado maior apoio a iniciativas de pastas como o MMA e MDA, antes até quase que irrisórias frente às maiores. As contradições persistem e persistirão enquanto houver interesses antagônicos, de pesos iguais e medidas diferenciadas e principalmente não-planejados para a Amazônia brasileira. As contradições estão ainda nas definições e abordagens obscuras e confusas de conceitos chaves para o desenvolvimento social e sustentável de áreas como a Amazônia.

3.1.2 Políticas fragmentadas

As políticas fragmentadas refletem a falta de planejamento para a região, o imediatismo eleitoreiro com políticas de curto prazo e as dificuldades de articulação e comunicação entre diferentes órgãos governamentais são apenas alguns dos elementos referentes à fragmentação. A desarticulação entre diferentes políticas nacionais pode ser exemplificada com a Política de Territórios Rurais Sustentáveis (MDA) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MI), que nas localidades criou e faz criar espaços de participação que exigem muito dos atores locais para representatividade nos fóruns ou conselhos, com suas sobreposições de representatividade (ver capítulo 6). Uma grande lição, segundo Sabourin (*Ibid*), aponta que não basta criar espaços locais de discussão, representatividade e participação, é necessário dotar os diversos atores de capacidade de negociar e decidir. O fortalecimento de atores locais se iguala à aprendizagem de competências, o que difere da mera transferência de conhecimento e tecnologia de produção.

As políticas nacionais são pensadas de maneira uniforme. Apesar de ser necessário este tipo de abordagem para a esfera Federal a replicação nas realidades locais, ambientais, sociais, históricas, políticas, econômicas e até mesmo técnicas são complexas e, na maior parte dos casos, o local não responde de maneira a internalizar a visão do todo previamente pensado para a política. Um exemplo vem de um servidor do MDA/SDT que aponta a política dos territórios rurais como igual, em termos de investimento, para todo o país, mas que deveria ser necessariamente “*diferenciada sem ser privilegiada*” quando considera-se as distâncias e logísticas para mobilizações na Amazônia. Os custos com passagens aéreas e diesel para barcos são extremamente altos, dificultando a realização de reuniões e definição de ações. Desta forma, a política chega em conta-gotas, e o efeito esperado não é gerado por se diluir, no caso, nas vastas calhas amazônicas.

A diferença entre escalas de atuação, recepção e incorporação demandadas pelo Estado nacional faz com que algumas políticas sejam vistas como inadequadas e fragmentadas, pois não se relacionam com as necessidades locais e até mesmo outras políticas locais e regionais. Pequenos produtores e extrativistas demandam, por exemplo, tratamento social adequado à realidade rural/florestal. Ações para geração de renda, acesso ao crédito, seguridade social, segurança alimentar, saúde, educação, atenção à gênero, jovens, etc devem ser integradas e são tidas como isoladas ou fragmentadas pela maneira que chegam às comunidades locais.

Um outro exemplo é citado por Sabourin (*Ibid*) que aponta para a insuficiência do cartão Fome Zero e a oportunidade de maior autonomia e liberdade para o produtor com

o Programa de Aquisição de Alimentos. Este, como será exemplificado nos estudos de caso, tem oportunizado independência, aprendizado e valorização, principalmente, quando se considera o sentimento de protagonismo dos produtores em relação a sua produção, oportunidade, garantia e inserção no mercado.

3.1.3 Falta de Continuidade Política

As políticas contraditórias e fragmentadas estão diretamente relacionadas com a falta de continuidade política. O descompasso entre o passo e ritmo dos atores locais e a política nacional faz com que a continuidade seja afetada. Os programas necessários na luta contra a pobreza não encontram sustentação local forte o suficiente para perdurar à mudança de um governo para outro. Segundo Sabourin (2006), são vários os exemplos de pequenos projetos locais ou territoriais que entram em estagnação ou são anulados quando novos governos tomam posse. Assim, os programas se tornam insuficientes na luta contra pobreza por não alcançarem internalização e autonomia local necessárias.

No Acre, no Vale do Juruá, por exemplo, com a mudança de governo estadual, mesmo com a continuidade do partido (PT), seis meses após a posse vários programas ainda encontravam-se suspensos a espera de definições de equipes de governo. A fraca infra-estrutura construída arduamente durante um mandato, por vezes, não resiste ou não se sustenta com a mudança de governo, ou até mesmo com mudanças de nomes a frente das principais secretarias. No caso da proposta da política para produtos da sociobiodiversidade, a troca de Ministros na pasta de meio ambiente, em maio de 2008, prejudicou a continuidade da estruturação das ações públicas, legando, segundo uma servidora do MDA responsável pelo encaminhamento da política, poucos recursos humanos para viabilizar um programa de tal envergadura.

3.1.4 Políticas e as barreiras histórico-culturais

Barreiras como o corporativismo e o clientelismo geram políticas de cunho assistencial, dependente, imediatista que por sua vez afetam a participação e a realização democrática. Sabourin (*ibid*) aponta que tais barreiras geram uma pressão social negativa contra iniciativas dos agricultores que se auto-desvalorizam, possuem baixa auto-estima, e reproduzem em suas organizações locais características como ciúme institucional, rivalidade/competição e nepotismo. Esta herança histórico-cultural

está refletida nas assimetrias constatadas para arenas de negociação, formação de atores, transparência e até mesmo no exercício democrático. O rompimento de tais barreiras significa o alcance da democracia efetivamente representativa e participativa. Tal rompimento significa também a redefinição, a adoção e a internalização de princípios como descentralização, empoderamento, subsidiariedade, equidade, transparência pelo Estado³⁵.

3.1.5 Políticas e Esquizofrenia³⁶ Institucional

A esquizofrenia institucional que nos fala Sabourin pode ser identificada inicialmente, no arcabouço conceitual confuso e sem coesão constatado nos diferentes órgãos e instâncias públicas. Em relação aos produtos locais da Amazônia, em entrevista com um representante do MDA, para a noção de “território”, dentro do governo, “*só eu contei 12 definições distintas aqui na esplanada...*”. As divergências conceituais adotadas por diferentes órgãos e políticas, também valem para ‘região’ e ‘identidade’. Conceitos como agrobiodiversidade, agroecologia, produção local, produção regional, localizada, produtos da sociobiodiversidade se revezam para expressar interesses e formas de produção a serem apoiadas ou intervencionadas. O gestor relata a falta de referências teóricas adaptados à realidade governamental, o que gera, a contradição, a desarticulação e falta de clareza na comunicação inter e intra institucional.

A sobreposição de políticas, como a de territórios e regiões, faz com que a negociação política fale mais alto que critérios técnicos e sociais. Nas sobreposições de políticas e ações está também a hibridação entre o público, privado, coletivo, individual e comum. As várias faces das políticas públicas contribuem para a sensação esquizofrênica de ações e engajamento ou desengajamento do Estado que, por vezes, é tido como ausente, populista, e servidor dos interesses do grande capital. A esquizofrenia também se manifesta na presença-ausência do Estado na Amazônia, onde mesmo ausente o Estado é presente.

³⁵ Bursztyn (2008) detalha princípios que necessariamente precisam ser empreendidos para a boa governança.

³⁶ Para maior aprofundamento da noção de esquizofrenia política aqui pretendida ver: Deleuze, Gilles & Guattari, Felix. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**, Minneapolis: University of Minnesota Press. 2003. Ver também **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5.

3.2 O ESTADO E O LOCAL: RELAÇÃO, REDEFINIÇÃO, RE-SIGNIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO LOCAL

Este cenário mostra a fraqueza advinda do processo histórico político e econômico a refletir a crise que o Estado contemporâneo atravessa. Não se pode falar dos desafios locais enfrentados pelas políticas acima descritas sem abordar o fator limitante de sua implementação: a crise do Estado. Importa trazer à reflexão à revisão feita por Castells (2001), que propõe, frente ao cenário de impotência estatal, a reconstrução da capacidade de intervenção do Estado por meio do Estado-rede.

No Estado-rede a capacidade de ação do Estado é mantida frente aos processos de globalização que enfraquecem a soberania nacional. A solução está em uma relegitimação por meio da descentralização. O Estado-rede se caracteriza por difundir o poder de centro para o poder de rede, horizontalizando as relações, neste caso, as redes de produção local são consideradas como pontos nodais dessas relações. O Estado-rede compartilha autoridade, pois de acordo com a definição de rede, não existem centros e, sim, nós de diferentes dimensões e relações internodais com intensidade e simetrias distintas. Desta forma, o Estado se redimensiona perante o global; o local é renovado; e, neste espaço perfaz-se uma capacidade de intervenção mais eficaz. Segundo o autor, o Estado-rede parece ser o mais adequado no processo de complexidade crescente das relações entre produções globais, nacionais e locais, da economia com a sociedade e a política, na era da informação. “Estado-rede é o Estado da era da informação, a política que permite a gestão cotidiana da tensão entre o local e o global” (*Ibid*, p. 165). Esta tensão não pode ser ignorada nem romanceada, ela existe e permeia as relações aqui descritas.

A análise vista pelo prisma da relação local-regional-nacional-global é de extrema importância no estudo das relações de produção local valorizadas, principalmente, por consumidores e clientela global. Dado este contexto, Castells aponta oito princípios para o funcionamento-administrativo do Estado-rede, que contribuem para os desafios aqui mencionados. Os relacionados à implementação de canais de valorização e de gestão política e econômica, que estão fortemente imbricados entre si (2001:165-168):

- *Subsidiariedade*. A gestão administrativa deve situar-se no âmbito mais descentralizado possível, para que o desempenho ocorra de maneira eficaz. O Estado deve assumir tudo aquilo que seja capaz de executar e transferir poder somente às instituições supranacionais quando for necessário. Ponto fundamental deste princípio é a descentralização de poder e recursos aos níveis mais próximos dos cidadãos e seus

problemas. O Estado deve ser substituído pela sociedade em tudo que não for necessário sua presença. Esta é a conveniência da privatização de toda a atividade produtiva que o Estado não tenha vantagem comparativa. Em troca, o Estado assume a responsabilidade da redistribuição da riqueza, captação mediante impostos, de recursos gerados pelo setor privado, utilizando-os para fins de convivência comum, o que inclui a correção gradual das desigualdades sociais estruturais. O Estado brasileiro é o grande subsidiador de processos produtivos vigentes, grandes e pequenos, dadas devidas proporções de escala e benefícios. O subsídio, no contexto aqui almejado, deve acontecer de maneira a prover o básico para a autonomia responsabilizada. A descentralização do Estado brasileiro vem ocorrendo gradualmente e os processos indicam que o caminho ainda é longo.

- *Flexibilidade*. Este princípio demanda que o Estado passe de decretador para um Estado negociador, e de um Estado controlador a um Estado interventor. Um Estado que consiga flexibilizar seus contextos culturais, sociais e ambientais distintos. Que não apenas passe uma régua padrão a ser seguida e, considere que sua dimensão continental necessita da flexibilidade em ações e políticas para valorização de processos produtivos, com especial atenção aos pequenos.

- *Coordenação*. Aqui estão incluídas formas de hierarquia, onde as regras de subordinação são mantidas por meios democraticamente estabelecidos. Para Castells “sem coordenação, a extrema flexibilidade e a descentralização acaba dissolvendo o Estado, debilitando, portanto, os elementos que o integram e desarmando os cidadãos diante dos fluxos” (*Ibid*, p.166). A coordenação de ações indica também atenção aos programas iniciados, seus resultados e expectativas de continuidade. A coordenação está diretamente ligada ao planejamento de curto, médio e longo prazo e ao monitoramento.

- *Participação cidadã*. Este princípio está diretamente associado à legitimidade, na qual as intervenções estratégicas do Estado são entendidas e aceitas pelos cidadãos. Segundo Castells, “sem a participação, a democracia irá se esvaziando de conteúdo para amplos setores da população, sobretudo para os ‘sem voz’ cuja carência de recursos materiais e culturais, na ausência de processos participativos, os condena (*sic*) a serem cúmplices ou enraivecidos” (*Ibid*, p.167). Uma crítica a ser atribuída a esta afirmação de Castells é que essas populações possuem sim recursos culturais, esses muitas vezes são incompreendidos por aqueles que os classificam como sem-cultura ou sem-educação para a participação. Isto é um equívoco. O que é necessário é o trabalho com os modos culturais e sociais existentes, este trabalho demanda tempo e investigação histórica para

o reconhecimento dos modos e visões de mundo de determinada localidade. A participação, assim, poderá ser efetivada, a partir do reconhecimento dos “sem voz” como sujeitos históricos e culturais.

- *Transparência administrativa.* Ainda que este princípio seja uma antiga aspiração, ele tem se mostrado com nova intensidade perante a nova administração. Castells afirma que, “numa economia cada vez mais invadida por máfias e em uma política cada vez mais vulnerável à corrupção, a limpeza administrativa é, provavelmente, o princípio de governo mais importante” (*Ibid*, p.167). Desta forma se faz necessário pensar em mecanismos capazes de assegurar o controle da corrupção e do nepotismo, daí a importância da gestão transparente perante os cidadãos, dos meios de comunicação e justiça. Os controles internos não são suficientes; são necessários controles externos, ancorados na sociedade. Neste princípio está o direito de acesso a informações e dados da atuação administrativa, criando um novo vínculo entre o Estado e a sociedade.

- *Modernização tecnológica.* No Estado-rede verifica-se o uso continuado de redes informáticas e de telecomunicação avançadas, não necessariamente para resolver os problemas da gestão, mas para uma administração mais ágil, flexível, descentralizada e participativa, onde certo nível de complexidade está munido de um novo sistema tecnológico que possui capacidade para processar informação e disponibilizá-la para a interatividade. O acesso à essa modernização tecnológica requer, conseqüentemente, maior acesso a informação e decisões melhor pautadas.

- *Transformação dos agentes da administração.* Este princípio está ligado ao desafio já mencionado dos recursos humanos. Através da profissionalização de agentes estatais, fazendo-os competentes e bem valorizados (melhores salários) a administração do Estado se realizará com nova dinâmica. Como Castells aponta, “no núcleo da reforma administrativa existe a necessidade de reformar os administradores. Como? O Estado que fará a verdadeira revolução política será aquele que se atreva a eliminar (ou limitar extraordinariamente) o funcionalismo” (*Ibid*, p.168). O autor defende que o Estado deve passar “os funcionários da administração ao estatuto trabalhista privado, com os mesmo direitos e deveres que os demais trabalhadores... somente um setor trabalhista administrativo reduzido, porém bem remunerado, e com elevado nível profissional, poderá realmente transformar a ação do Estado nas novas condições históricas” (*Ibid*, p.168). Este ponto deve ser considerado com cautela haja vista a magnitude do Estado Brasileiro e sua ausência sentida, principalmente em localidades da Amazônia.

Cabe aqui uma crítica a Castells. Em nome de quem novos agentes administradores agirão na busca de integração, desenvolvimento (em suas diversas feições) e conservação em ambiente de heterogeneidade ecológica, cultural, social, econômica e política? A visão extremamente administrativa, como se governar fosse empreender um *business*, é perigosa àqueles que para o Estado trabalham. O Estado não é um negócio, por mais que alguns assim o pensem e dele assim o façam. A boa governança entra em cena e pede uma visão para além do mero funcionalismo administrativo. Talvez aí realmente valha a mudança assertiva na noção de funcionalismo para a de servidor do Estado Brasileiro. Este ponto é controverso e ainda sem consenso entre pensadores do Estado e suas políticas estratégicas e de intervenção para coesão e planejamento. Contudo, registra-se o fortalecimento que o aparelho estatal tem recebido pelo atual governo (2003-2010), com abertura de novas vagas através de concursos públicos e aumento de salários aos servidores. Esta renovação fundamental para uma maior eficácia estatal, inclusive para a possibilidade de fortalecer a continuidade e integração de políticas.

- *Retroação na gestão*. Este princípio permite assegurar os efeitos de aprendizagem e correção de erros. Esta retroação é necessária para toda organização do novo sistema de adaptação, que atua de forma constante ao redor da organização, implicando em grande flexibilidade das regras administrativas e autonomia para os administradores para modificar suas próprias regras, em razão dos resultados e da auto-avaliação. “O princípio da retroação permite às unidades administrativas corrigir seus próprios erros, em um processo de prova, erro e correção, que já se aplica nas empresas mais dinâmicas, mas que ainda se ignora na maior parte das administrações públicas” (*Ibid*, p.168).

Em complementação a esta contribuição de Castells e aos outros desafios acima descritos estão aqueles propostos por Bursztyn & Bursztyn (2000) a serem superados nos processos de tomada de decisão que integrem desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a consolidação institucional, a sustentabilidade institucional, a própria participação, o co-manejo, a continuidade política, a capacitação de recursos humanos, a responsabilização e a viabilidade econômica. São desafios complexos e complementares, não necessariamente começará em um e terminará em outro, alguns deles têm que ser trabalhados simultaneamente. Os autores também reconhecem a crescente conscientização pública das questões ambientais para um possível desenvolvimento sustentável, considerando que as instituições democráticas brasileiras

estão em processo de maturação e que é possível prever um cenário mais positivo no que tange questões de conservação ambiental.

Os desafios que o Estado Brasileiro tem que enfrentar para superar a falta de envolvimento de sua sociedade com suas políticas públicas gestoras de meio ambiente precisam ser encarados, pois instituições sólidas, flexíveis e democráticas precisam ser reproduzidas no nível local. É evidente que não será somente com exemplos de cima para baixo que o local se movimentará, pois o espaço para soluções originais se potencializa em nível local. Porém, cria incentivo e referência. O local tem autonomia para interagir de baixo para cima com seu Estado. O ponto crucial é que as relações sejam interativas e horizontais.

É preciso considerar no cenário de legitimidade do Estado Brasileiro para com seus cidadãos e conseqüente envolvimento e participação desses em políticas públicas de interesse comum a experiência militar e o Estado de Ditadura que o Brasil viveu de 1964 a 1984. Esse período marcou fortemente a experiência da implantação do processo democrático. A ruptura autoritária, segundo Irigaray (2003), desmobilizou a sociedade e enfraqueceu a cidadania. A longa história colonial e de escravidão do Brasil somada com esses vinte anos de ditadura configuram fatores singulares da experiência Estado-Local no Brasil. A ditadura reforçou o traço *top-down* das decisões políticas da nação e fragilizou, por conseguinte qualquer movimento *bottom-up*. A participação efetiva da população brasileira ainda hoje enfrenta a herança dessas barreiras históricas à participação e à inclusão, como se perceberá nos estudos de caso adiante apresentados (capítulos 4 e 5).

As diferentes fisionomias assumidas pelo Estado Brasileiro contribuem para o entendimento do cenário das relações, e ações de decisões que envolvem o Estado e o Local. As diferentes vestes assumidas pelo Estado caracterizam a participação da sociedade, pois contextualizam historicamente o contínuo de sua formação, sua fraca relação com as conseqüências de suas ações, e o continuísmo reforçado da fragmentação política, da pessoalidade, do curto-prazo, da valorização do que aparece e apela como evidenciado a cada processo eleitoral.

É um histórico que pode e deve ser sempre aprofundado no sentido de contribuir para uma reflexão da relação de poder entre o Estado e o Local. Este cenário também demonstra o acima descrito, onde o Estado-nação, hoje, sofre uma crise de legitimidade. O Estado Brasileiro hoje necessita de um esforço extra-singular de poder público para criar mecanismos de estímulo à participação, e ações que se concretizem no sentimento

de inclusão. Onde as pessoas se sintam parte, incluídas nas decisões, interesses e ações. Este fato pode ser constatado em algumas políticas de forte apelo popular para a inclusão e participação empreendidas nos últimos anos. Contudo, as mudanças que têm ocorrido ainda não se substanciaram ao ponto de anular o descrédito ao Estado e suas ações pouco representativas que, em muitas localidades, ainda refletem um clientelismo e coronelismo de roupa nova. O poder legitimador do Estado vem se diluindo no processo histórico Bem-Estar–neoliberalismo. Como, então, considerar as novas dinâmicas de relações políticas, cima-para-baixo e baixo-para-cima? De que forma o Estado e o Local respondem a essa demanda política internacional dado o contexto de desenvolvimento de fora-para-dentro e de cima-para-baixo?

Hall (1984) discute os limites entre o Estado e a sociedade, ressaltando que estes não são fixos, muito pelo contrário estão constantemente mudando. “O público e o privado não são divisões naturais, mas social e historicamente construídas” (1984:21). Seria válido, então, perguntar se existe autonomia do Estado perante a sociedade. O autor inicia a resposta a esta pergunta na descrição da natureza relacional do Estado e suas interações com a sociedade, de regulação, ordem e organização. A opinião pública é apresentada como barômetro do consentimento público ao poder do Estado e, segundo Hall (1984), o consentimento está diretamente ligado à representatividade da sociedade no poder do Estado. O processo político da representatividade é lento, muitas vezes obscuro, arbitrário e sujeito a vontade do representante e não do representado.

Para Hall (*ibid*) o consentimento não é necessariamente espontâneo e a sociedade pode ser influenciada a consentir pelo poder do Estado, gerando o consentimento ‘manufaturado’. Este pode levar aos conflitos de interesses que competem e caracterizam as relações do Estado moderno com sua sociedade civil, seus meios de legitimidade e sua busca pela representatividade. Este ponto fundamental pode ser verificado em algumas localidades onde o consentimento por ações do Estado não somente é manufaturado como é ‘conformado’ (ver capítulo 4). Vale lembrar que o processo histórico brasileiro impôs barreiras para a democracia representativa e participativa, gerando hoje consentimentos conformados. Sim, o espaço para resistência existe, e nele qualquer forma de consentimento pode ser questionada. Mas, em nível de localidade, se esse questionamento não for organizado, estará fadado ao conformismo, a mais uma regra seguidora do padrão de cima para baixo.

Outra concepção foi elaborada de forma elucidativa por Sunkel (2001) que analisa a responsabilidade do Estado na formulação estratégica e coordenação de um plano nacional de médio e longo prazo. Assim, é enfatizada a necessidade de fazer com que o

visado e o preparado exerçam real influência em questões sociais e políticas. O autor sugere uma re-visita ao modelo econômico dominante acompanhada das considerações defendidas, de modo a torná-lo mais flexível, criativo e integrador. A reorganização econômica é necessária frente ao processo de democratização e sua sustentabilidade. “As condições econômicas não podem constituir uma estrutura rígida e dogmática, mas podem, sim, impor certos limites à política, de acordo com a eficiência, a criatividade e a responsabilidade com que os políticos e as equipes técnicas promovem o processo de reforma política e econômica” (*Ibid*, p.192). Desta forma, o desafio oferece uma oportunidade de reorganização da economia e da sociedade em direção ao almejado desenvolvimento democrático sustentável. A criatividade econômica, com destaque para uma outra forma de economia que oportunize a re-organização e a continuidade de processos de conservação da sócio-biodiversidade da Amazônia mostra-se como alternativa viável e, quase que mandatória, a ser seguida com a sustentabilidade enquanto objetivo focal.

É válida também a interpretação oferecida por Sunkel (*Ibid*) do momento de transição histórica da atualidade, onde pode-se reconhecer que o desenvolvimento social foi sacrificado em favor do crescimento e a irracionalidade do capitalismo justaposta à inviabilidade do socialismo. O autor propõe, ainda, uma concepção mais radical da democracia, uma participação mais ampla e estruturada da sociedade civil, menos estadismo burocrático, mais atendimento aos interesses sociais e mais rigor no controle social. É uma proposição ousada perante os desafios impostos por essa mesma transição histórica e as características decorrentes à nossa democracia representativa. Destaca-se que os desafios quanto à democracia representativa não foram superados e a nova demanda é por uma democracia participativa, processo em que o Poder Público brasileiro ainda não mostrou competência ou maestria.

A representatividade Estado-Local e suas políticas públicas de valorização, participação e envolvimento sociedade com o Estado é de suma pertinência ao objetivo deste trabalho. Como empreender políticas nacionais de valorização e conservação sob as multiplicidades de interesses e ações? Considerando, desta forma, características multi-culturais, condições ambientais distintas, pressões e influências diversas que envolvem o lugar e o campo de atuação do Estado. Como o poder decisório pode satisfazer a esfera nacional-regional-local e internacional? Que caminhos necessários e eficazes o Poder Público deve percorrer para o planejamento e ação contínua, flexível e legítima? Como o poder público pode intervir localmente sem perpetuar o mero

assistencialismo e sim assegurar aprendizagem institucional local, ou seja, sustentação e continuidade?

3.3 O DESENVOLVIMENTO PROPOSTO?

Pensar na concretização das dinâmicas cima-para-baixo e baixo-para-cima é assumir também que a *accountability*, a responsabilização dos responsáveis, sejam, líderes governantes, organizações civis, empresariado, e os próprios membros de uma nação no exercício da sua cidadania, incluindo os pequenos produtores. A relação Estado-Local oferece várias vias de entendimento e dinamização que demandam constante revisão, revisitação, revitalização e, finalmente, como afirma Castells, *relegitimação*. O reconhecimento de ações locais como legítimas na relação Estado-Local é um passo em direção a concretização de uma nova dinâmica.

Uma articulação mais harmônica entre o planejamento do Estado, os interesses de determinado governo e o que reverbera na ligação com os estados, os municípios e os produtores locais, faz-se necessária para delimitação de atuação das instituições que regem a vida em sociedade. As tensões e divergências que permeiam as políticas públicas relacionadas a valorização de produtos locais indicam a existência de interesses para a não valorização. Essas são caracterizadas pelas diferenças em escalas de interesse político para a valorização ou não valorização, a permanência de modos exploratórios de produção, o não reconhecimento de direitos básicos de cidadania, como o acesso a educação de qualidade, saúde, infra-estrutura e a possibilidade do exercício político democrático, com responsabilidades individuais e coletivas e espaço para o desenvolvimento se realizar com autonomia, liberdade, autenticidade, criatividade e sustentabilidade.

A necessidade de políticas para o desenvolvimento humano e social permeiam demandas locais, como será averiguado nos casos que seguem, e não poderiam aqui deixar de ser destacadas, principalmente, por terem influência direta na valorização e na melhoria substancial da qualidade de vida dos produtores. Espera-se que o panorama aqui delineado possa contribuir para um melhor entendimento de como as políticas públicas nacionais e estaduais influem, prejudicam ou beneficiam dinâmicas de valorização de produtos locais da Amazônia. O cenário é complexo e não se pretende exaurir o debate, o que seria demasiada presunção frente à própria dinâmica política, econômica, social, cultural e histórica da Amazônia.

“Na orla do golfo de Bengala, no extremo sul de Bangladesh e Bengala ocidental, na Índia, situa-se o Sunderban – que significa ‘bela floresta’. É ali o hábitat natural do celebre tigre real de Bengala, um animal magnífico dotado de graça, velocidade, força e uma certa ferocidade. Restam relativamente poucos deles atualmente, mas os tigres sobreviventes estão protegidos por uma lei que proíbe caçá-los. A floresta de Sunderban também é famosa pelo mel ali produzido em grandes aglomerados naturais de colméias. Os habitantes dessa região, desesperadamente pobres, penetram na floresta para coletar o mel que nos mercados urbanos alcança ótimos preços – chegando talvez ao equivalente em Rupias a cinqüenta dólares por frasco. Porém, os coletores de mel também precisam escapar dos tigres. Em anos bons, uns cinqüenta e tantos coletores de mel são mortos por tigres, mas o número pode ser muito maior quando a situação não é tão boa. Enquanto os tigres são protegidos, nada protege os miseráveis seres humanos que tentam ganhar a vida trabalhando naquela floresta densa, linda – e muito perigosa”
(Sen, 2000, p.173).

CAPÍTULO 2 - O MERCADO: PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS E PRODUTORES LOCAIS.

Abrir a caixa preta do mercado para as possibilidades verdes e sociais dos produtos locais da agro-biodiversidade da Amazônia, frente aos produtores e suas origens sócio-identitárias, é objetivo deste capítulo. A temática do mercado é, de início, um mundo que se aproxima cada vez mais de produtos e produtores da Amazônia, com interesses e méritos variados. Uma proposta importante é a inclusão dos produtos advindos da Amazônia em nichos de mercados que se expandem a cada dia, como contra-proposta ao mercado convencional. Busca-se re-construir relações sociais, estabelecer laços de solidariedade, agregar unidades culturais pela promoção da autonomia e da alteridade e, finalmente, romper com ciclos viciosos de pobreza e dependência extrema.

Para mergulhar no universo obscuro do mercado, pretende-se aqui trazer à luz conceitos em uma narrativa que agregue brilho às alternativas que valorizam efetivamente o humano e a humanidade das relações possíveis entre a sócio-biodiversidade e o mercado. Faz-se necessário olhar para uma nova economia que desponta como essencial ao estabelecimento, ou re-estabelecimento, de uma ordem de maior abrangência das relações sociedade-natureza. Tal amplitude inclui a adequação de formas de desenvolvimento, conservação de serviços e bens ambientais, reconhecimento e revitalização de dinâmicas de identidade, existência e pertencimento. Adianta-se, ainda, que muitas das questões aqui levantadas não possuem respostas para as possibilidades de resolução, efeitos e impactos e até mesmo operacionalização, dos novos caminhos propostos para uma outra economia.

O presente capítulo pretende problematizar o mercado global frente ao local e como esta relação pode desestruturar ou re-estruturar o local. Busca-se demonstrar que o mercado é uma construção social, composta de estruturas sociais e relações contextualizadas que rebatem e reverberam na demanda e oferta de produtos e no território de origem desses. Assim, compreende-se o mercado como uma construção social, corroborando com Abramovay (2004), que enraíza interesses dos indivíduos nas relações que esses mantêm uns com os outros, e não um maximizador isolado, abstrato e mero mecanismo de formação de preço.

O entendimento dos mercados como estruturas sociais recorre à subjetividade dos agentes econômicos, à diversidade e à história de suas formas de coordenação e representações mentais que fundamentam relações e capacidade dos agentes em inspirar confiança, negociar, fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos³⁷. Desta forma,

a racionalidade dos atores pode ser condição necessária, mas nem de longe suficiente para as ações, pois a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente: a racionalidade, para usar a expressão de Victor Nee (2003) é 'limitada pelo contexto' (*context-bound*), ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2004, p.36).

Assim, a qualificação e atribuição de valor aos produtos da Amazônia passará, necessariamente, pela construção dessas relações, suas bases originárias e produtoras de crenças; O que significa também reconhecer as relações não mercantis existentes. O consumo surge como elemento fundamental para tal entendimento, pois suas variadas acepções podem ser vistas como molas movedoras de mercados. A demanda, espontânea ou induzida, por bens e serviços cada vez mais agrega valores distintos, sejam convencionais, orgânicos, socialmente justos, ecologicamente corretos, produzidos por mulheres, etnias x ou y, quilombolas, ribeirinhos, que não utiliza trabalho infantil, não é testado em animais, tem um selo ou carimbo de exportação, ou um atestado de origem – esses valores e outros, associados ou isolados, são, para muitos, suficientes para satisfazer o desejo consumidor. A agregação de certos elementos para a valorização de produtos pode, com isso, ser balizada. Almeja-se outrossim, uma definição de valorização e suas alternativas viáveis, que seja válida para os produtos da Amazônia, e ofereça considerção por uma outra economia, regada de preceitos que desafiam a ordem posta, ou imposta, pela economia de mercado vigente. A junção de aspectos de consumo, valorização e mercados viáveis em uma outra economia possibilitará discutir o desafio de agregar, efetivamente, a sustentabilidade aos produtos da Amazônia.

Adentrar nas possibilidades de valorização e mercado para produtos da Amazônia exige o destaque de uma característica fundamental da dinâmica produtiva comum à região. Os produtos da Amazônia passíveis de valorização e inserção em mercados mais amplos, para além dos locais, são, em sua grande maioria, produzidos por muitos produtores. A produção de frutas, castanhas, farinhas, mel, óleos essenciais, e outros,

³⁷ A Nova Sociologia Econômica surge no início dos anos de 1980, como movimento de colocar em dúvida alguns dos pressupostos comportamentais básicos da tradição neoclássica. "Os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social caracterizada por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades muito distantes da imagem canônica consagrada na teoria do equilíbrio geral" (ABRAMOVAY, 2004, p. 39).

encontra-se dispersa por territórios de região amazônica. É grande o número de pequenos agricultores e extrativistas que produzem quantidades limitadas. As feiras e, para alguns produtos, as cooperativas, são praticamente os únicos espaços de convergência dessa produção. Em feiras cada produtor cuida de sua produção e via cooperativas é possível constatar um esforço maior em canalizar e estabelecer padrões de qualidade mínimos para o conjunto da produção, proveniente de variados sítios de origem (ver capítulos 3, 4 e 5). Este fato é de suma importância no planejamento que almeja contribuir para a valorização de tais produtos, principalmente, quando se considera níveis e processos de mercantilização da produção regidos por lógicas como o não monopólio da produção.

1. VALORIZAÇÃO

“ O Valor não será determinado senão pela inovação e criação contínua da humanidade (...) o valor é principalmente o resultado da mudança e da inovação” (NEGRI & HARDT apud GORZ, 2003, p.54)

A valorização de um bem ou serviço pode ser entendida e abordada em distintas dimensões. Esta seção busca as alternativas de valorização frente ao mercado e, para tanto, faz-se necessário uma revisão de alguns instrumentos políticos e econômicos que se propõem a tal objetivo, mais especificamente, o reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais, as certificações e os selos de qualidade. A tentativa de atribuir e fazer agregar valores culturais, ambientais, sociais e econômicos sob o mesmo selo ou selos tem sido empreendida, seja por proteção aos produtores e seus modos de produção, seja por demanda de consumidores cada vez mais exigentes. A valorização via qualidade de relações é uma janela que se abre, em busca de uma renovação nas relações sociais envolvidas nos processos mercantis, com maior importância aos aspectos não-mercantis.

1.1 VALORIZAÇÃO VIA RECONHECIMENTO DE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS

A relação entre a cultura e a produção da diversidade biológica, por exemplo, em florestas tropicais como a Amazônia têm sido objeto de diversos estudos (CUNHA & ALMEIDA, 2001; EMPERAIRE, 2001, 2005; MORAN, 1993). Esta relação entre conhecimento e produtos pode ser vista como uma relação imaterial e material, uma sendo a concretização da outra. Assim, reconhecer esta dinâmica oferece oportunidade

de valorização a ambas as esferas. Neste contexto, surge a política de reconhecimento de patrimônios culturais materiais e imateriais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O IPHAN foi criado em 1937 como órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Desde sua constituição obedece ao princípio normativo (hoje contemplado no artigo 216 da Constituição brasileira) que define patrimônio cultural³⁸ a partir de suas diferentes formas de expressão. Há mais de 60 anos o IPHAN trabalha na proteção de acidentes geográficos e paisagens, identificando, protegendo e promovendo o patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2007). O Instituto trabalha o sentido de preservação do patrimônio material e imaterial, o que envolve o conhecimento tradicional associado às práticas de conservação da biodiversidade.

Em 2000, o Instituto criou o registro do patrimônio imaterial³⁹ existente no Brasil para preservar expressões culturais, conhecimentos tradicionais, práticas e produtos associados a identidades locais, em face de constante ameaça e/ou modificação trazidas pela velocidade da modernidade globalizada. Essa iniciativa tem como objetivo reconhecer este patrimônio⁴⁰ por meio de sua valorização cultural, enquanto parte da identidade que compõe a sociedade brasileira. É uma iniciativa ligada indiretamente a estratégias de proteção, como denominação de origem ou indicação de procedência. Essas formas de proteção se preocupam com conservação e vão além do produto, consideram os atores da produção, as formas de produção, suas qualidades coletivas, temporais e espaciais. A proteção de bens materiais⁴¹ e imateriais permite, segundo Katz *et al* (2006), o reconhecimento a representações que definem identidades regionais, associando paisagens a saberes, crenças e hábitos que estão no bojo de sua própria continuidade histórica e reprodução. Desde 2004 o IPHAN vem compilando o Inventário Nacional de Referências Culturais, com prioridades às identificações de origem indígenas e afro-brasileiras que estejam relacionadas diretamente com a memória e a identidade de grupos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

³⁸ Constituem patrimônio cultural brasileiro, bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto e referentes à ação, memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, os quais incluem: formas de expressão; formas de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos e documentos; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CABRAL, 2004).

³⁹ O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural (IPHAN, 2007).

⁴⁰ Ver Molano (2006) para uma discussão acerca da relação do patrimônio histórico material com o imaterial na América do Sul.

⁴¹ A proteção de bens materiais conta com legislações específicas para cada bem (sítios urbanos, arqueológicos, museus, acervos iconográficos, jardins, parques, paisagens, tombamentos, entre outros).

Dentre alguns dos bens registrados pela lei do patrimônio cultural estão: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o Ofício das Baianas de Acarajé, Arte Kusiwa-Wayãpi, Círio de Nazaré, Samba de Roda no Recôncavo Baiano, o Jongo do Sudeste, o Modo de Fazer a Viola de Coxo, a Cachoeira de lauretê (lugar sagrados dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri. Alguns dos bens com registro em andamento incluem: Capoeira/RJ/BA, Frevo/PE, Mamulengo/RN/PE/PB, Feira de Caruaru/PE, Teatro Popular de Bonecos Brasileiro (Mamulengo), Linguagem dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras/MG, Queijos Artesanais de Minas/ MG, dentre outros (IPHAN, 2007a). Dada esta gama de bens, que vão de ofícios à lugares, percebe-se que a imaterialidade dá vida e movimento, como no caso das feiras, ao que é material. A cultura imaterial está inteiramente vinculada à produtividade material.

Para Cunha, a política de patrimônio imaterial é por si material e imaterial.

Sua materialidade se manifesta nas práticas que enseja e nos efeitos dessas práticas, sua imaterialidade é ligada a histórias e práticas particulares, que se incrustam no conceito e sobrecarregam-no com suas conotações. Essa sedimentação, que faz aparecer como evidente e inelutável o que é na realidade uma construção histórica, impõe limites à imaginação institucional (2005, p.18).

A consagração de um termo associado à ontologia de propriedade para caracterizar o 'patrimônio' natural foi construída com dificuldades a partir do século XVII, como argumenta Cunha, e serve de exemplo para a sobrecarga de sentido do termo⁴². Outro aspecto de sobrecarga do termo 'patrimônio' ligado à dimensão imaterial está relacionado aos instrumentos legais que o regem, sendo estes derivados histórica e logicamente daqueles que servem ao patrimônio material⁴³. O argumento central é que não se pode separar o patrimônio material do imaterial (*Ibid*) e, a lógica vigente para valorização deste é completamente baseada no histórico carregado daquele. A valorização de produtos da Amazônia, da agricultura ou do extrativismo, que não considere o conhecimento embutido, transformado e evoluído por meio de tentativa-e-

⁴² A temática do patrimônio aparece em variados momentos deste estudo, inclusive neste capítulo, quando se aborda a questão da certificação e a lógica patrimonial de conservação embutida em alguns selos.

⁴³ Ver Cunha (2005) para melhor entendimento do surgimento da propriedade intelectual. Foi no século XVII que as gráficas de Londres começaram a se sentir lesadas pelas gráficas escocesas e conseguiram criar e fazer prevalecer a figura dos direitos autorais, com o objetivo de poder ceder direitos com exclusividade. Os direitos autorais foram configurados assim como de propriedade intelectual dos autores sobre suas obras. A noção de trabalho foi transfigurada metaforicamente a partir do momento que à criação literária se equipara com outros tipos de trabalho, como por exemplo, trabalho da terra, que Locke argumentava ser a mesma da propriedade. "Se criar e escrever era trabalho, então a relação do criador e de sua obra deveria ser de propriedade" (p. 19). Desta forma, argumenta Cunha, a estabilização da noção de propriedade intelectual foi um processo político e cultural que hoje está apagado das memórias a tal ponto que a expressão 'direitos de propriedade intelectual' emerge sem reflexões mais profundas e profícuas no cidadão comum. Assim, "por que não outros direitos intelectuais que não sejam de propriedade?"

erro, domesticado e repassado por gerações, não fará sentido seja para os produtores e detentores do conhecimento, seja para o produto finalizado e pronto para o consumo.

Para o ambiente biodiverso da Amazônia é possível observar que o desenvolvimento de processos culturais de produção está intimamente ligado ao contexto territorial de origem. Assim, “os objetos, as práticas e os lugares apropriados na construção de identidades coletivas sempre estão associados a um território”, seja ele simbólico ou físico (CABRAL *et al*, 2004, p.145). Conhecimentos e tradições de povos indígenas ou comunidades tradicionais vêm se acumulando e se adaptando a contextos sociais, político-econômicos e ambientais distintos, moldando-se e criando formas de expressão, saber-fazer, pertencer, resistir e existir. A conservação do patrimônio material é a conservação de objetos que já foram produzidos. Conservaar, no campo imaterial, refere-se às virtualidades, ou seja, processos de produção.

Como a lógica do registro de patrimônio de bens materiais e imateriais do IPHAN se fundamenta na demanda local, faz-se necessário refletir se a articulação desta demanda por reconhecimento e a existência de instrumentos tal qual o registro de patrimônio material e imaterial do IPHAN pode beneficiar processos de produção local ligados aos produtos oriundos da biodiversidade. Nesse sentido é válido ressaltar, como destacou Katz *et al* (2006), que o objetivo dos registros do IPHAN é cultural e não comercial, mesmo que esse registro possa impulsionar o conhecimento, a disseminação, a distribuição e circulação comercial de alguns produtos. As ações empreendidas pelo IPHAN de valorização do patrimônio material e imaterial abrem caminho para o reconhecimento da dimensão cultural dos processos e produtos locais. Porém, como destacou Cunha (2005), modelos e processos de produção são complexos para se ‘patrimonializar’, sobretudo, quando a aplicação desta noção e desta política é destinada a camadas sociais ou povos com histórias e regimes culturais distintos da lógica patrimonial proprietária. Assim, faz-se necessária uma tradução da política, afim de reduzir as inevitáveis distorções e mal-entendimento dos significados e possíveis benefícios.

1.2 VALORIZAÇÃO VIA CERTIFICAÇÕES

Na Europa, as intoxicações alimentares provenientes de excesso de agrotóxico, alergias diversas aos conservantes bioquímicos, excesso de hormônios nos frangos e bovinos, contaminação radioativa por Chernobyl de carne, leite e derivados, as incertezas

envolvidas na produção de OGMs, entre outras, segundo Barros e Varella (2004), desencadearam uma mobilização de consumidores por maior clareza quanto aos aspectos sanitários, tecnológicos envolvidos na produção de alimentos. Essa nova demanda fez emergir aspectos negativos da produção industrial globalizada, e uma valorização do pequeno, artesanal e de origem conhecida.

Neste contexto, a certificação apresenta-se como ferramenta estratégica na valorização de produtos e processos produtivos locais e regionais. É um instrumento que cresce e ganha força no mercado em suas diferentes escalas, principalmente, nacional e internacional. Mas, precisa-se ser cauteloso quando se envolvem aspectos étnicos, culturais, ecológicos e políticos, pois o processo de certificação é, reconhecidamente, exógeno e orientado por regras alheias aos aspectos socioculturais de pequenos produtores e comunidades indígenas ou tradicionais. Os requerentes têm que se adaptar aos padrões exigidos acaso desejem ter seus produtos certificados. A despeito disso, alguns têm optado por proteger seus conhecimentos e produtos associados com este instrumento. É interesse do produtor, protagonista no processo de certificação, manter a qualidade do produto, demandada pelo consumidor. O produtor é valorizado por essa responsabilidade de manter a qualidade integral do produto durante suas diversas fases de produção.

Trata-se de um processo voluntário que agrega valor ambiental e social ao produto e/ou processo de produção. A demanda por produtos certificados tem aumentado no país e no mundo, e cada vez mais produtores têm interesse em empreender processos de certificação, que podem demorar em média três anos. A certificação de produtos agro-alimentares começa com a seleção de produtos de acordo com exigências mundiais de defesa sanitária e rastreabilidade. O objetivo central da certificação é garantir a origem e, principalmente, a qualidade, agregando um diferencial ao produto na etapa da comercialização (BARROS E VARELLA, 2004).

A certificação pode ser pública ou privada. No Brasil, os aspectos sanitários estão ligados aos órgãos públicos que certificam e garantem salubridade de agro-alimentares. Selos e certificações para além dos aspectos sanitários estão concentrados na iniciativa privada (com poucas exceções, tais como a de certificações por indicação geográfica, feita pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Em relação à certificação pública, existe o exemplo do estado de Santa Catarina, que via decretos-lei certifica produtos de origem catarinense por meio de dois selos, o de Agricultura Orgânica (ORG) e o de Produto de Origem Familiar (FAM); além de um sistema estadual de Denominação de Origem Controlada (DOC) e de Indicação Geográfica Protegida (IGP). No Brasil, em

geral, a certificação para alimentos orgânicos varia e, como já mencionada, está largamente nas mãos de certificadoras privadas. Portanto, vale o alerta de Barros e Varella (2004), que a entrada de certificadoras internacionais no Brasil deve ser contrabalanceada com a consolidação de certificadoras nacionais, de modo não excludente. Esta valorização, incentivo e consolidação de certificadoras nacionais vem de encontro à necessidade de adequação e flexibilização de regras que venham facilitar e, efetivamente, reconhecer as especificidades contextuais como no caso da Amazônia brasileira.

Para Medaets (2006), a certificação está inserida no campo conceitual de avaliação de conformidade, pois ao observar cadeias globais de valor é possível verificar uma influência cada vez maior de esquemas de padronização e de códigos de conduta para produção alimentícia. As exigências técnicas, principalmente sanitárias, sociais e ambientais crescem a cada dia, bem como as demandas de grupos organizados da sociedade civil, ONGs internacionais e sindicatos, a requerer que governos e indústrias estabeleçam parâmetros a serem seguidos por produtores. Desta forma, o ambiente da certificação, garantia, credenciamento e reconhecimento por qualidade expande e influencia, de diversas maneiras, a produção local. A pergunta chave aqui é até que ponto sistemas de certificação podem efetivamente beneficiar produtores da Amazônia, sejam extrativistas ou da agricultura familiar⁴⁴ ou de pequena escala? Até onde pode ser interessante seguir padrões internacionalmente estabelecidos, regulados e controlados? Qual é o papel efetivo de diferentes selos de certificação⁴⁵ e garantia para benefício dos sistemas de produção sócio-biodiversos da Amazônia?

1.2.1 Certificação de Produtos Florestais Não Madeireiros

A certificação de produtos provenientes do manejo florestal (empresariais ou comunitárias) no Brasil é feita, principalmente, pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal ligado ao FSC (*Forest Stewardship Council*), uma organização não governamental que fiscaliza as cinco certificadoras credenciadas responsáveis por liberar o selo FSC (FSC, 2007). Essas certificadoras são monitoradas pelo FSC Internacional, que trabalha com um selo que identifica produtos com padrões de produção de acordo

⁴⁴ Ver estudo de Medaets (2003) para entendimento do interesse da certificação para o segmento específico da agricultura familiar e produtos orgânicos.

⁴⁵ Ver UNEP, s/d: *The Trade and Environmental Effects of Ecolabels: Assessment and Response*. O relatório aponta que uma avaliação precisa dos efeitos de selos verdes e sociais, dentre eles o FSC e o fair trade, é difícil e, para a maior parte dos selos, ainda prematura.

com um sistema de entendimento de “florestas bem manejadas”. Neste entendimento estão os seguintes princípios: obediência às leis e aos princípios FSC; responsabilidade e direitos de uso e posse de terra; direito dos povos indígenas; relações comunitárias e direitos dos trabalhadores; benefícios da floresta; impacto ambiental; plano de manejo; monitoramento e avaliação; manutenção de florestas de alto valor de conservação; e plantações (FSC, 2006).

De acordo com a FSC (*ibid*) as etapas de um processo de certificação são: requerimento e proposta para certificação; pré-avaliação; consulta a lideranças locais/regionais; auditoria; relatório e revisão do processo; formulação de um resumo público referente à certificação; monitoramento anual; e renovação da certificação a cada cinco anos. São processos restritos que exigem constante fiscalização e uma flexibilidade da comunidade ou entidade requerente em se adaptar as regras e modelos internacionais.

A certificação de produtos florestais não madeireiros é um instrumento econômico e, visto como estratégia de *marketing* pelo mercado, que gera possibilidades de diferenciação com o respaldo do ‘bom manejo florestal’ (MACIEL, 2007). O campo da certificação florestal é ainda bem controverso⁴⁶ em termos de ganhos de sobre-preço no produto certificado e a concretude dos benefícios para a população que maneja os bens florestais. Segundo, Vita (*apud* MACIEL, 2007), a certificação na Amazônia é insuficiente devido às peculiaridades da região, problemas institucionais, socioeconômicos e políticos, para absorção e uso de tecnologias adequadas para a exploração sustentável das florestas. A qualidade florestal não depende somente da adoção de programas de certificação, como o FSC, mas sim de melhorias nas condições econômicas e sociais que permitam criar mercados com forte consciência ambiental e políticas favoráveis de conservação.

A certificação florestal foi pensada para madeira e produtos madeireiros, criando um gargalo para os Produtos Florestais Não Madeireiros - PFNM, que ficam a reboque desse tipo de certificação. Todo um estoque diverso de produtos como óleos essenciais, medicinais, frutas, artesanato, alimentares como farinhas, pimentas, castanhas, e outros são genericamente classificados como não madeireiros. Esta ênfase reforça a importância da madeira para o mercado e acaba por minimizar e marginalizar outros produtos. O mercado absorve produtos madeireiros e para outros produtos extrativistas, como destacou o relatório CIRAD/Unicamp (2001 *apud* MACIEL, 2007), a falta de

⁴⁶ Ver Maciel (2007) para uma discussão aprofundada sobre as controversas entre inserção e sobre-preço de produtos da Amazônia e ‘certificação ambiental’.

mercado nacional e, conseqüentemente, internacional é um grande gargalo. Formas de certificação ainda não completamente adequadas e adaptadas às realidades de produtos extrativistas, que não madeireiros, permanecem como desafio tanto para o almejado ganho de sobre-preço, quanto para a própria inserção desses no mercado.

Alguns dos benefícios gerados pela certificação florestal incluem a geração de empregos formais, melhorias nas condições do trabalho e formalização e reconhecimento de direitos de propriedade e uso da terra. Uma área de floresta de 900ha da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, foi a primeira no Brasil a receber, em 2002, o selo-verde florestal, via FSC, para a produção de madeira complementada com atividades de extração da borracha e castanha (MACIEL, 2007)⁴⁷. A manutenção desta certificação não foi mantida (ver capítulo 5) por exigências de custos⁴⁸, capacidade técnica e administrativa estão entre os desafios a serem vencidos para sustentar essa certificação.

A necessidade de se adequar a regras e padrões internacionais leva a uma reflexão do que realmente está em jogo. E, fica a pergunta: até que ponto pequenos produtores, comunidades tradicionais ou indígenas, para se beneficiar economicamente de um selo, como o FSC, abre mão de atividades ou modos produção diversificados?

1.2.2 Certificação Socioparticipativa

Uma alternativa viável e interessante para produtos da Amazônia é a certificação socioparticipativa. Essa certificação é tida como um processo de construção e promoção coletiva de desenvolvimento local, que, por meio da credibilidade e envolvimento de parceiros locais, busca fortalecer a agricultura familiar da floresta (representada por pequenos agricultores, extrativistas, ribeirinhos e povos indígenas), a conservação e manutenção dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida (ACS, 2008).

A iniciativa chamada de “Certificação Participativa” foi pensada como alternativa aos sistemas formais de certificação por auditoria externa. Sua origem é a região sul do Brasil, no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia⁴⁹, que na região norte, mais especificamente no Acre, deu origem a Associação de Certificação Socioparticipativa

⁴⁷ Para a primeira certificação, geralmente a mais cara, a WWF-Brasil, cobriu todos os custos da certificação FSC nesta área de floresta no Acre. Os padrões FSC são elevados e rígidos e é considerado o mais aceito no mercado internacional (WWF, 2002).

⁴⁸ A castanha-do-brasil no Acre foi certificada por este selo e uma discussão mais detalhada se encontra no capítulo 5.

⁴⁹ Para mais informações sobre a formação e a consolidação da Rede Ecológica, ver Santos, 2003.

(MEDAETS, 2006). Segundo a ACS (2008), em 2002, o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE, por meio de uma parceria com a Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar e a Universidade Federal do Acre, iniciou o projeto “Uma Nova Proposta de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Acre”, apoiado pelo FUNBIO/MMA. Este projeto visava implantar, manejar e verticalizar produtos oriundos de sistemas agroflorestais; bem como, construir uma proposta de certificação para os mesmos. O projeto envolveu diversos atores locais e, desta forma, foi possível a compilação de uma proposta considerada *sui generis* para a Amazônia. A proposta de caráter inovativo e em concordância com a legislação nacional e internacional cunhou a certificação socioparticipativa para produtos do agroextrativismo.

Em agosto de 2003, doze instituições fundaram a Associação de Certificação Socioparticipativa⁵⁰ e, de acordo com a ACS (2008), tem conseguido expandir a experiência para outros estados da Amazônia, alcançando reconhecimento nacional, principalmente, por desenvolver um processo que prima pela transparência e valorização das boas práticas das populações tradicionais da Amazônia. Este reconhecimento pode ser constatado pela adoção pelo Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA e seu programa de certificação socioparticipativa para Amazônia e pelo reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Proambiente⁵¹ (ver capítulo 1). A missão e os objetivos da ACS valem ser transcritos aqui, pois é o esforço da única organização da Amazônia, originada na própria Amazônia, que trabalha diretamente com o tema de valorização dos produtos por meio de um sistema de certificação que conseguiu articular em seu curto período de existência, valores de confiança, solidariedade e responsabilidade entre assessores técnicos, produtores e consumidores mais próximos das unidades produtivas. Assim, a missão da ACS da Amazônia é:

Garantir um processo de certificação diferenciado que envolva instituições, comunidades e consumidores, proporcionando a melhoria da qualidade de vida, a auto-suficiência, a soberania alimentar e a equidade social, através da valorização cultural e das relações socioambientais dos povos da Amazônia (ACS, 2008, s/p).

Os objetivos da ACS são:

- Tornar acessível a obtenção da Certidão de Origem, Certificação

⁵⁰ A ACS foi criada durante a realização do II Workshop de Certificação Participativa em Rede. Atualmente conta com as seguintes instituições parceiras: PESACRE Superintendência Federal de Agricultura no Acre - (Setor de Agricultura Orgânica) SFA/MAPA; Arboreto/Parque Zoobotânico/ UFAC; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Comissão Pastoral da Terra - CPT/AC; Federação dos Trabalhadores em Agricultura no Acre – FETACRE; SOS Amazônia; AMAZONLINK ; EMBRAPA/AC; CNPT/IBAMA/AC; Agência de Negócios do Acre – ANAC; Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal – SEATER; Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar – SEPROF; SEPLANDS - Gerência de Certificação ; SEBRAE/AC; e Escola da Floresta/ GEPRO (ACS, 2008).

⁵¹ Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. MMA

Orgânica, Certificação Social e parceria na Certificação Florestal Madeireira aos produtos e processos desenvolvidos por grupos/comunidades em prol do Agroextrativismo no Acre e na Amazônia;

- Contribuir, juntamente com os produtores e produtoras, no melhoramento, na garantia e manutenção da qualidade dos produtos e processos de produção sustentáveis;
- Prestar serviços de monitoramento, avaliação e certificação aos associados e à terceiros, de acordo com os Parâmetros Socioambientais Básicos da ACS e os Específicos, construídos em conjunto com as comunidades, desde que os princípios e objetivos da Associação não sejam comprometidos;
- Participar na articulação de mecanismos e processos de comercialização dos produtos, através da agregação de valores sociais, ambientais e econômicos e na busca de novos mercados;
- Buscar o comprometimento de todas as entidades envolvidas direta e indiretamente, com produção familiar local;
- Promover a reorganização das comunidades e a formação de Grupos de Base (Grupo de Trabalho Regional - GTR), que exteriorizarão a comunidade, quando na busca de atender as suas demandas internas e externas, tendo ligação direta com a Certificadora (ACS, 2008 s/p).

A ACS trabalha na certificação da Unidade Produtiva, ou seja, toda a área produtiva é certificada, beneficiando e incentivando a sazonalidade dos produtos e a diversidade da produção. Produtores que fazem do Programa Proambiente⁵² têm suas áreas certificadas de maneira socioparticipativa, e recebem o reconhecimento pela conservação de serviços ambientais tais como a manutenção da ciclagem de água e nutrientes por meio de preservação de cabeceiras e margens de rios e solos.

A Certificação Socioparticipativa é uma iniciativa recente, com vários projetos e pólos pilotos em implantação na Amazônia, e uma avaliação profunda da efetiva valorização dos produtos certificados via tal sistema ainda é prematura. Adianta-se que a ACS tem apoiado fortemente a realização de feiras locais de produtos orgânicos em Rio Branco e em feiras regionais e nacionais⁵³. De forma concreta, as feiras locais dinamizam a comercialização dos produtos e inserem-nos, de maneira mais incisiva, em mercados locais.

A garantia da qualidade dos produtos, segundo um membro da ACS, está nas mãos do próprio produtor e sua família e não da certificadora. A unidade familiar se auto-monitora, ou seja, tem um controle social sobre sua produção. Desta forma, a ACS não objetiva apenas dar um selo, e sim colaborar no processo de organização, empoderamento e reforço dos laços solidários que unem as distintas unidades produtivas e familiares. Segundo a ACS⁵⁴, o programa de certificação socioparticipativa nasceu no

⁵² Proposta implantada em algumas unidades piloto em abril de 2007. Entrevista de campo.

⁵³ Entrevista de campo com representante-membro do PESACRE e participante da coordenação da Feira FLORA de produtos da floresta.

⁵⁴ Entrevista de campo.

âmbito do movimento social de toda a Amazônia, no Grito da Terra, com o ideal de ser um programa que verdadeiramente beneficie as famílias produtoras, moradoras da floresta e diferenciadas por esta característica. Assim, demandam assistência técnica e crédito diferenciado, e um sistema de certificação que contemple as singularidades e multiplicidades locais.

Para Medaets (2006), a Rede Ecovida de Agroecologia, iniciadora do movimento de certificação socioparticipativa, tem sido capaz de gerar um bem coletivo inclusivo para as famílias participantes do sistema, pois novos grupos de produtores têm buscado a certificação e a entrada desses não ameaça a oferta de produtos e serviços dos demais grupos envolvidos. O aumento da adesão à certificação socioparticipativa tem se dado pelo fato de alguns grupos de produtores estarem inseridos em canais de comercialização que demandam um sistema de garantia de qualidade mais elaborado que o relacional, encontrado no contato direto produtor-consumidor. A Rede Ecovida ao regulamentar o sistema para funcionar de maneira que atenda as demandas do mercado e as necessidades e contextos dos produtores faz crescer uma rede articulada e reconhecida pelo mercado. O trabalho em rede facilita a operacionalização do reconhecimento e da própria valorização dos produtos da Amazônia. A importância do sistema de redes para a valorização será mais adiante abordada, justamente, por sua característica de agregar, traduzir demandas e necessidades, dinamizar e disseminar experiências.

A certificação socioparticipativa demanda dos produtores a elaboração de um plano de utilização da unidade produtiva que será certificada. Este plano é considerado a principal ferramenta da família que maneja a unidade produtiva para definir usos e mudanças no manejo do solo, da área produtiva. A elaboração desse plano exige um esforço no estabelecimento e manutenção de acordos coletivos referentes ao atendimento aos requisitos definidos no padrão de produção estabelecido pela Rede Ecovida de Agroecologia. O conjunto de acordos resulta em um valioso esforço de conformidade social⁵⁵ e coletiva (Meadaets, 2006).

O mérito da certificação socioparticipativa, principalmente via ACS, é sua origem endógena que permitiu a elaboração de um sistema condizente com a realidade

⁵⁵ “A conformidade social é construída visando que os produtores nela envolvidos cumpram os requisitos de produção contidos nas normas de produção estabelecidas pela Rede e traduzidas nos acordos coletivos estabelecidos entre produtores, técnicos e, em algumas situações, por consumidores. A conformidade social é alcançada a partir da observação sistemática das unidades de produção, da convergência de informações, de reuniões de discussão, do planejamento e monitoramento dos acordos de transição ou de produção. A conformidade social não ocorre no âmbito produtivo e sim no ambiente social em que se interrelacionam produtores, técnicos e, às vezes os consumidores” (MEADAETS, 2006 p.134).

amazônica. Apesar de carecer ainda de coordenação para se expandir e replicar, com adesão de novas unidades produtivas, esse modelo tende a se ajustar de modo mais favorável à multiplicidade produtiva de sistemas amazônicos. Isso porque demanda apoio técnico diferenciado e, como é bem conhecido, a assistência técnica regular e capacitada permanece um desafio a ser transposto. A questão do crédito diferenciado a tais unidades produtivas começa a ser contemplada, via Pronafs, mas não ainda a contento dos produtores extrativistas.

1.2.3 Selo de qualidade via Indicações Geográficas

A Indicação geográfica é considerada como um selo de qualidade, que tem sido objeto de discussões e contemplado enquanto alternativa para a valorização de produtos locais da Amazônia. No panorama de expansão de um modelo agrícola produtivista, que ameaçava os pequenos produtores rurais, a IG surge como instrumento de proteção de produtos, conhecimentos e práticas tradicionais locais, associados a determinada área geográfica, aspectos culturais e ambientais. O instrumento tem origem na França tornando-se fortalecido na Europa, por meio da Política Agrícola Comum (PAC). A PAC também visava à capacitação dos produtores e o desenvolvimento de uma assistência técnica adequada para os produtos com características peculiares. O objetivo é garantir a qualidade dos mesmos, e também proteger as paisagens onde estão inseridas essas produções e conhecimentos (DIAS, 2005).

Na Europa, o modelo de Indicações Geográficas Protegidas - IGP e Denominação Geográfica Protegida – DOP, já é bastante difundido, mas ganhou força a partir dos anos 70, quando a União Européia procurou incrementar a proteção de produtos e conhecimentos tradicionais. A França é considerada precursora nas iniciativas associadas à valorização, pelo consumidor, de produtos alimentares, elaborados em pequena e média escala, e pelo interesse do país em promover a fixação dos pequenos produtores em seus locais de origem, favorecendo seus rendimentos (DIAS, 2005).

Para Brabet & Pallet (2006) a proteção de determinados tipos de alimentos via denominação de origem é fundamental para a manutenção do patrimônio alimentar de cada país, pois almeja não prejudicar os esforços dos operadores de cadeias agroalimentares que estão comprometidos com esta abordagem. Este inibe a presença de produtos de imitação no mercado, evitando que consumidores sejam enganados.

Os selos oficiais de qualidade dos alimentos da França, via Ministério da Agricultura são: Apelação de Origem Controlada ou AOC, Apelação de Origem Protegida e o IGP (selos de abordagem territorial); O Selo Vermelho ou *Label Rouge* e Certificação de Conformidade de Produto ou CCP (selos de abordagem de garantia de qualidades, características, transformações e acondicionamentos pré-definidos); e o selo de Agricultura Biológica ou AB (selo de abordagem ao modo de produção). Todos foram implementados para a promoção e reconhecimento da qualidade de produtos bem como a proteção do saber-fazer alimentar francês. O AOC é o selo mais antigo de qualidade de alimentos na França e foi criado para regulamentar e proteger o uso dos nomes geográficos que designam produtos agrícolas e alimentares. Assim, os produtos devem seguir algumas características, a saber: ter sua tipicidade e autenticidade fundada em sua origem geográfica; ter estreita relação com o território e o *know-how*, ou seja não podendo ser reproduzido em outra região; ter notoriedade estabelecida; a produção respeita usos locais, leais e constantes; e ter sua área territorial de produção delimitada e condições de produção pré-estabelecidas (BRABET & PALLET, 2006).

O Regulamento CEE 2081/92 da União Europeia, de 1992, refere-se à uniformização das regras para conferir o uso de DOP e IGP, nos países constituintes. Segundo Dias, “os objetivos da legislação consistiam em favorecer a diversificação da produção agrícola, informar com clareza o consumidor quanto às características específicas dos produtos, proteger os produtos com nomes geográficos das imitações e usurpações” (2005, p. 21).

A Organização Mundial do Comércio trata da proteção às indicações geográficas, em seu artigo 22 do Acordo TRIPs⁵⁶ (*Trade Related Intellectual Property Rights*), incorporado no Brasil, pelo Decreto 1.335/94, apresentando a seguinte definição: ‘indicações que identificam um produto como originário do território de um membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída a sua origem geográfica’. Assim, os países-membros devem garantir proteção às indicações geográficas dos outros países, sob pena de “configurar concorrência desleal” (SANTILLI, 2005, p. 190).

No Brasil a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279, de 1996), trata da regulamentação das indicações geográficas, e a Resolução nº 75/2000, dispõe sobre as

⁵⁶ Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, da Organização Mundial do Comércio. “O acordo Trips é um dos pilares do regime do comércio global, que define padrões de proteção para os direitos de propriedade intelectual dos 146 países membros da OMC, responsável pelos maiores acordos multilaterais de comércio. A OMC opera segundo o princípio de um sistema liberal de comércio internacional baseado na não-discriminação e na eliminação de barreiras comerciais” (SANTILLI, 2005, p. 205).

normas para a aquisição de registro de indicação geográfica. Segundo Dias, o “registro de uma indicação geográfica impede que o nome geográfico em causa seja registrado como marca e restringe o uso da indicação geográfica aos prestadores de registro e produtores estabelecidos na região especificada; mas diferentemente da marca, não confere a propriedade do nome a ninguém” (2005, p. 94).

Estão previstos dois tipos de indicação geográfica: as indicações de procedência e as denominações de origem. As indicações de procedência correspondem “ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (SANTILLI, 2005, p.191). Para as denominações de origem, é necessário que os produtos ou serviços estejam associados às características e qualidades específicas ao meio geográfico relacionado, incluindo fatores ambientais, como clima, vegetação e solo, e fatores culturais diferenciados, como os conhecimentos e as práticas tradicionais de extração ou elaboração de produtos. (DIAS, 2005; SANTILLI, 2005).

Para requerer o registro de indicação geográfica, de acordo com Ato Normativo 134 (DIAS, 2006), devem ser informados:

i) nome da área geográfica e sua delimitação; ii) descrição do produto ou serviço; iii) comprovante do recolhimento da retribuição devida; iv) etiquetas respectivas, quando se trate de apresentação figurativa ou mista; v) elementos que comprovem que a localidade se tornou conhecida como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou como centro de prestação de serviço; vi) elementos que comprovem que os produtores ou prestadores de serviços estão estabelecidos na área geográfica objecto do pedido e efectivamente exercendo as actividades de produção ou prestação de serviços; viii) elementos que comprovem a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da indicação de procedência (2005, p. 96).

No caso de denominação de origem, devem ser descritas as qualidades e especificidades físicas do produto, além do método ou serviço utilizado para a produção do mesmo, que estejam relacionadas essencialmente ao local geográfico indicado.

Segundo Downes e Laird (1999), as indicações geográficas podem ainda contribuir para a implementação dos princípios da CDB, por possibilitarem aliar a conservação da diversidade cultural e biológica à incentivos econômicos de uso sustentável dos recursos. Contudo, alertam para o fato de que alguns recursos não poderão ser adequadamente protegidos por instrumentos de mercado, e há que se

investigar quais são os produtos potenciais, segundo suas características socioambientais.

Quanto ao potencial de proteção dos conhecimentos tradicionais, as indicações geográficas parecem atender algumas especificidades desse conhecimento, sem, no entanto, engessar a forma com que são reproduzidos e evoluem. Como argumentam Bérard & Marchenay (2004), a proteção via origem geográfica dos produtos se apresenta enquanto uma valorização da dimensão cultural. As indicações geográficas garantem direitos coletivos, não o monopólio de informações, já que confere a um grupo de pessoas o uso exclusivo de um símbolo, associado à reputação de um determinado produto e não à uma inovação. Porém, não há impedimento para que novas tecnologias ou modificações sejam feitas, desde que haja um acordo coletivo. Além disso, não há um tempo determinado para o uso da indicação geográfica, que estará garantida tão logo sejam mantidas as tradições coletivas de produção associadas ao produto (DOWNES & LAIRD, 1999).

Por outro lado, Dias destaca que embora os produtos “artesanais”, vinculados a conhecimentos tradicionais, estejam associados à qualidade, o que favorece a inserção em novos mercados, esses enfrentam alguns “constrangimentos impostos por uma legislação sanitária e higiênica desenhada para actividades em grande escala” (2005, p. 12). As barreiras sanitárias, para produtos da Amazônia, pode-se dizer, são um dos principais desafios para inserção do produtos locais em mercados de circuitos mais longos.

Para Dias, no caso do Brasil, “o modelo de indicações geográficas terá necessariamente de sofrer adaptações e se flexibilizar, em termos de processos técnicos e identificações específicas com a região, de forma a se adequar à realidade brasileira e poder ser aplicável neste contexto específico” (2005, p. 88).

Algumas vantagens, interesses e riscos com a utilização do instrumento de indicações geográficas são apontados por Emperaire (2006). Dentre as vantagens estão: a flexibilidade do instrumento, que é regido por regulamento próprio para cada produto; esta flexibilidade permite agregação de um objetivo econômico, tal como a construção de nichos de mercado para sistemas produtivos marginalizados, e agregação de dimensões ambientais que contribuam para manter ou melhorar sistemas produtivos tradicionais; e o aspecto que as indicações geográficas respondem a uma dimensão coletiva de construção que parte dos produtores ou de grupos de produtores co-titulares de um mesmo saber sobre determinado produto, tornando complementar o instrumento de IG na

articulação entre populações tradicionais e setor econômico. Dentre os interesses para a utilização das IG, segundo Empeaire (*Ibid*), estão: a valorização de regiões marginalizadas; a contraposição à agricultura modernizada; a criação de elos fortes entre consumidores e populações locais; e a criação de um estatuto de reivindicação por um grupo social.

O interesse das indicações geográficas como instrumento de conservação da biodiversidade pode ser abordado em diversos níveis de complexidade, desde as espécies ou variedades envolvidas em uma determinada produção até os sistemas agrícolas, e as paisagens associadas, nos quais está inserida a produção. Esses aspectos já foram amplamente analisados para diversas indicações geográficas na França, por exemplo, as indicações geográficas sobre cidras da Normandia associadas à manutenção de um sistema de pomares com uma alta diversidade de variedades de macieiras, e um mosaico diversificado de unidades de paisagem (VALENZUELA *et al.* 2004) . No entanto, no Brasil, este aspecto não foi aprofundado e pode ser de relevante interesse considerando a multi-atividade praticada pela maior parte da população rural da Amazônia e a diversidade de agro-ecossistemas associados.

Na América Latina, a Tequila é um dos produtos que se beneficiaram com a aquisição da denominação de origem, utilizada como uma estratégia para o crescimento do mercado, fornecida ao Estado de Jalisco, México. A denominação de origem foi encampada visando também, o reconhecimento e prestígio nacional e internacional, já que é uma ferramenta de garantia de qualidade. Porém, a pouca capacidade de fiscalização e controle para garantir o padrão da bebida, afetam a reputação do produto e ainda a confiança do consumidor (MACÍAS, 2001).

No Brasil, existem somente três registros de indicações geográficas: os vinhos e espumante do Vale dos Vinhedos, que inclui as regiões dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, no Rio Grande do Sul; a IG do Café do Cerrado, em Minas Gerais; e, a carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. Todas mais próximas do panorama produtivo de indicações geográficas da Europa, do que os produtos da Amazônia. Todos também produtos inseridos em mercados já consolidados. Dias (2005) credita a aquisição das indicações geográficas dos vinhos e do café, em grande parte, ao empenho de suas respectivas associações: a APROVALE (Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos) e a CACCER (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado), e a parceria com instituições que viabilizaram as questões técnicas de qualidade.

Entre os resultados positivos da aquisição da indicação geográfica para o Vale dos Vinhedos, tem-se a valorização das propriedades locais, a ampliação da área plantada, melhoramento tecnológico, favorecimento do setor turístico, entre outros. No caso do café, o uso de indicação geográfica, estimulado pela forte concorrência internacional e aproveitando o reconhecimento do Brasil, como produtor histórico, age como uma estratégia para garantir qualidade, renda e fortalecimento do setor produtivo, associando a indicação geográfica à sofisticação alcançada pelos consumidores do produto. Entre os objetivos da formação da CACCER, constavam o gerenciamento do *marketing* do café do cerrado, a representação política e a organização e prestação de serviços úteis à atividade para os associados (DIAS, 2005).

Existem ainda movimentos e iniciativas para proteção de outros produtos no Brasil, como o queijo da Canastra. São 430 toneladas de queijos artesanais, produzidos por cerca de 1000 produtores, no Serro e na Canastra. Entretanto, como o queijo é produzido com leite cru, não é aprovado pela legislação sanitária federal, o que tem sido um entrave à legalização de sua comercialização. Apesar de ser produzido e conhecido, desde o século XIX, e de sua importância como fonte de renda das famílias locais, não houve, até então, iniciativa do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura de adequar o modo de produção tradicional a uma tecnologia viável social e economicamente, para garantir a segurança alimentar⁵⁷ do produto (*Ibid*).

Produtos agroalimentares, que não sofrem qualquer tipo de transformação, considerados “típicos” de certos países ou regiões, podem encontrar algumas dificuldades para a definição de especificidades entre os mesmos; e, da delimitação geográfica, quer sejam por suas qualidades intrínsecas, quer sejam pelos conhecimentos tradicionais a eles associados. É o caso do cacau da Venezuela, assim para esses produtos, tornam-se necessários estudos que considerem as características históricas, avaliações criteriosas da qualidade e da escala apropriada para a definição geográfica, ressaltando-se as implicações de exigência de controle a nível internacional (CARTAY, 1998). Alguns produtos serão adequados às definições de escala a nível regional, enquanto outros poderão se beneficiar de uma escala maior, envolvendo vários estados, conforme as características do produto, a capacidade de investimentos e de controle.

Para o caso da Amazônia, Santilli (2005) cita alguns produtos que poderiam se beneficiar desse instrumento de proteção jurídica e valorização econômica: o mel do

⁵⁷ Segurança alimentar para o MAPA está ligada à segurança sanitária.

Parque Indígena do Xingu⁵⁸, o guaraná nativo dos índios Sateré-Mawé⁵⁹, a arte e pimenta em pó dos índios Baniwa, no contexto indígena e a Castanha-do-Brasil da Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS do Iratapuru, no Amapá, no contexto de pequenos produtores locais e extrativistas.

De acordo com Emperaire (2008) alguns dos desafios para a implementação de IGs na Amazônia dizem respeito à aplicação do instrumento a contextos muito diferenciados; a capacidade de adaptação a sistemas complexos e inovadores; e, simultaneamente, a manutenção de aspectos dinâmicos relacionados aos saberes e biodiversidade associada; a característica de legitimação de alguns atores, produtos, formas de produção e saberes e exclusão de outros; a ênfase nas relações de mercado entorno da biodiversidade; e (in) compatibilidade de custos de implementação com benefícios econômicos ou sociais para as comunidades locais.

O levantamento de produtos suscetíveis de serem valorizados economicamente e a identificação de variáveis importantes para o reconhecimento dos mesmos é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de projetos piloto e para a consolidação desse instrumento em consonância com as preocupações sociais e ambientais na Amazônia. Contudo, os desafios para o sucesso econômico dos produtos, para a conservação ambiental e sustentabilidade das populações locais, fazem com que, uma avaliação do potencial de utilização das indicações geográficas, passe, necessariamente, por uma reflexão sobre as dimensões patrimonial, cultural, política e econômica, a caracterização socioambiental dos produtos e uma discussão dos pormenores envolvidos para aquisição deste registro.

A dimensão de identidade está fortemente ligada a noção da construção de produtos de *terroir*, que é o conceito que fundamenta e idealiza os selos de origem franceses e europeus. A noção de *terroir* caracteriza um agrossistema com capacidade para gerar produtos particulares, aos quais confere originalidade e características específicas; subentende valorização e transformação da produção de maneira a agregar o máximo de valor aos produtos, como um instrumento possível de reconhecimento de produtos locais no mercado mundial, por meio da associação de um produto a uma região geográfica específica (NASCIMENTO & SOUZA, 2004).

⁵⁸ O Mel do Xingu já apresenta o certificado de produto orgânico e o certificado de controle do Serviço de Inspeção Federal. Ver também capítulo 3.

⁵⁹ O guaraná nativo dos índios Sateré-Mawé da Amazônia vêm sendo apoiado pelo projeto Fortaleza *Slow Food*, que objetiva valorizar suas características produtivas, ambientalmente sustentáveis e vinculadas aos aspectos culturais desses povos. Ver também capítulo 3.

Conferir um selo de cunho identitário e de *terroir* a um produto é torná-lo patrimônio de determinada coletividade e localização geográfica. Este ponto é controverso, como já abordado e descrito acima por Cunha (2005), é também fundamental de ser discutido à luz de seu significado para a efetiva valorização de produtos e modos de produção locais. Segundo Bérard & Marchenay (2004), a dimensão identitária é protagonista no movimento de patrimonialização, na construção do que seja patrimônio de uma sociedade em termos de produtos do *terroir*. Para esses autores,

Ce processus, dynamique, aide à penser le lien entre le temps (passé, présent et futur), entre les hommes (qui partagent des points de vue, des légendes, des souvenirs) et entre les espaces (ici et ailleurs). Il est partie prenante dans les représentations collectives de la reproduction sociale. Les 'productions de terroir' relèvent de cette construction sociale par les hommes, elles forment un patrimoine 'en activité' qui continue d'être modelé par eux. Elles reflètent aussi et surtout une certaine capacité à construire ensemble, à se projeter collectivement dans l'avenir et à se reconnaître entre soi par le partage d'une identité (*Ibid*, p. 112).

O que se percebe é que a articulação entre o biológico, o ecológico, o social e o cultural é parte fundamental do mundo das produções agrícolas alimentares localizadas (*Ibid*), seja por aspectos de segurança alimentar, de continuidade de tradições histórico-culturais e manutenção de formas coletivas de expressão material ou imaterial. Reconhece-se que o acúmulo de conhecimentos, práticas, observações, ajustes, adaptações transformam, interferem e determinam ordens produtivas naturais, como pode ser constatado pela agrobiodiversidade de variedades manejadas por populações nativas ou tradicionais da Amazônia central. Assim, a dinâmica de sociedades locais se associa à dinâmica produtiva (EMPERAIRE, 2005).

O que se pretende é discutir aqui, a partir dos estudos de casos concretos, é a possibilidade de utilização das indicações geográficas para alguns produtos locais da Amazônia, buscando identificar as dimensões relevantes a serem utilizadas para inserir este instrumento no leque dos já existentes, que são voltados para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade socioeconômica das populações locais. De início, as informações, relativas aos exemplos acima citados, permitem apontar para algumas dimensões que devem ser consideradas para a identificação de produtos regionais da Amazônia, entre elas, as dimensões territoriais das produções locais, os tipos de produtos e suas características. Por exemplo, verificar se são produtos extrativistas ou agrícolas, as práticas envolvidas, as unidades de paisagem presentes, a escala em que o produto é comercializado, e o nível de organização dos produtores.

Ponto fundamental na consideração das certificações como vias valorizadoras de produtos e modos de produção deve ser a atenção às questões normativas, demandadas, implícitas e exigidas. Por vezes, o normativo trata com homogeneidade uma constelação de elementos singulares. E, aqui, consideram-se contextos específicos da produção na Amazônia, em que cada caso é uma construção única, com múltiplas circunstâncias e as tentativas de nivelar, limitar e ditar regras ameaçam e colocam em risco a continuidade e a própria existência de sistemas sociais agregadores e produtores de agrobiodiversidade. Assim, a certificação para atender efetivamente as necessidades locais, sem descuidar das demandas externas, deve prezar pelo espaço criativo do conhecimento local, da construção social e ambiental.

1.3 VALORIZAÇÃO VIA QUALIDADE DE RELAÇÕES

Outra forma de se chegar à valorização de produtos da Amazônia é via qualidade de relações. Qualificar as relações dos produtores com eles mesmos, com seus fornecedores, com seus consumidores locais, comerciantes, intermediários, consumidores desconhecidos (regionais, nacionais e internacionais), com os representantes de instituições que direta e indiretamente influem na produção, enfim com a rede ligada à produção. Adianta-se que esta qualificação é de difícil quantificação, mas nem por isso deve deixar de ser contemplada ou abordada. Sua importância emerge na medida em que valoriza a satisfação dos produtores em termos de qualidade de vida, de sentimentos de reciprocidade, empoderamento, participação e controle social.

Esses elementos são válidos de serem agregados à discussão quando se considera que os produtores têm necessidades sociais, políticas, de saúde, de educação e de seguridade social, que para muitos aparecem em primeiro plano de prioridades. O conjunto de ações que podem influenciar a qualidade e conseqüente valorização da produção local deve ser trabalhado, pois como poderá ser averiguado (capítulos, 3, 4 e 5) de nada vale valorizar um produto se o produtor se considera desvalorizado.

Sabourin (2006) discute a qualificação da solidariedade por meio de relações de reciprocidade. Esta qualificação se realiza por meio do fortalecimento de dispositivos coletivos, institucionais, redes socioeconômicas locais e garantia de aprendizagem institucional. A valorização por meio do fortalecimento de mecanismos e dispositivos logísticos, técnicos, administrativos que obedecem ou inovam lógicas mercantilizadas são fundamentais de serem consideradas, mas, como bem argumenta Sabourin (2002), as

relações e recursos não-mercantis ocorrem e correspondem a uma herança das sociedades humanas, capital social ou humano. São tidas como formas não-mercantis a reciprocidade e a cidadania; e, essas estão associadas a dimensões de valor também não-mercantis, como prestígio, justiça, responsabilidade, confiança, solidariedade e amizade.

Estudos acerca da natureza da reciprocidade como matriz de valores humanos têm sido desenvolvidos no sentido de demonstrar lógicas distintas e regentes de sociedades camponesas e grupos étnicos na América Latina. Tais propostas conceituais consideram os ciclos de desenvolvimento de unidades familiares ou domésticas, comunidades como referência de prestígio e liderança, o parentesco como reserva de reciprocidade e a identidade étnica como recurso social (DURSTON 1996; TEMPLE & CHABAL, 1995 *apud* SABOURIN 2002). Outro exemplo originado no pequeno país Asiático, Butão e que tem sido contemplado para utilização pelas Nações Unidas é o PIB – Felicidade Interna Bruta. Este tem sido considerado por analistas um índice mais eficaz de medir o desenvolvimento sustentável⁶⁰, pois considera dimensões sociais, ambientais, espirituais e econômicas. Os nove itens considerados no índice são: 1) Padrão de vida econômica; 2) Educação de qualidade; 3) Saúde; 4) Expectativa de vida e longevidade comunitária; 5) Proteção ambiental; 6) Acesso à cultura; 7) Bons critérios de governança; 8) Gerenciamento equilibrado do tempo; e 9) Bem-estar psicológico. O crescimento e a possibilidade de incorporação efetiva de tal índice às análises de desenvolvimento apontam para o aqui pretendido, uma valorização via qualidade de relações.

Sen (2000) aponta para uma qualificação para além de valores monetários e em favor da qualidade de vida das pessoas por meio do reconhecimento e manutenção de liberdades essenciais. Reconhece-se aqui a contribuição de Sen na observação da importância do exercício de liberdades sociais, políticas e culturais como alimento a condição de agentes constitutivos e substanciais do desenvolvimento. Este requer que as principais fontes de privação de liberdade sejam removidas, sendo elas a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social sistemática, a negligência de serviços públicos, a intolerância e a repressão.

A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até a maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória

⁶⁰ A Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP realizou em outubro de 2008 a 1ª Conferência Nacional sobre Felicidade Interna Bruta. O índice tem sido considerado para utilização piloto em alguns municípios do estado de São Paulo.

ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social (Sen, 2000, p.18).

Este último ponto levantado é de grande relevância ao cenário das populações amazônicas que reclamam⁶¹ de esquecimento e privação de tais direitos. São relações, como já explicitado, de difícil mensuração, mas que talvez sejam as mais importantes de serem atendidas e saciadas a contento. Qualificar as relações dos produtores, tanto com o ambiente natural que estão inseridos, quanto com o social, cultural e político-institucional que interagem, significa a garantia de centralidade do humano nas relações. A história relatada no início deste capítulo retrata a importância de valorização do produtor, do humano, que no caso chega ao extremo sacrifício da vida, em troca de um punhado de dinheiro. O comprometimento da relação humana com a própria vida e sua qualidade faz emergir questões de prioridades não-econômicas e mercantis e valida a necessidade de balancear conservação, valorização, mercado e existência de comunidades e povos da floresta.

2. CONSUMO

2.1 SOBRE O CONSUMO: JEAN BAUDRILLARD

Para falar de produção se faz necessário falar de consumo, seus significados e implicações. Não se pretende a exaustão do tema, complexo por sinal, mas sim uma contribuição que acrescente aos temas já abordados sobre valorização e aos temas subseqüentes. A percepção do teórico e filósofo contemporâneo Jean Baudrillard sobre o sistema de objetos e a crítica à sociedade de consumo adiciona substância à pergunta de como valorizar produtos da Amazônia.

Para o Baudrillard (2000), é sabido que o desejo de consumir cresce cada vez mais. A compulsão de consumo também não deve ser alguma fatalidade psicológica, tipo o que o berço dá, a tumba leva, nem uma simples coerção de prestígio. O consumo é uma prática idealista total que nada mais tem a ver nem com a satisfação de necessidades nem com o princípio de realidade, por isso parece irreprimível. Esta prática é dinamizada pelo projeto sempre frustrado e subentendido no objeto. “[O] projeto imediatizado no signo transfere sua dinâmica existencial para a posse sistemática e

⁶¹ Entrevistas de campo.

indefinida de objetos/signos de consumo;” e, a posse, por sua vez, somente pode ultrapassar-se ou reiterar-se continuamente se for permanecer aquilo que é: uma razão de viver. “O próprio projeto de viver, fragmentado, frustrado, significado, é retomado e abolido nos objetos sucessivos. ‘Moderar’ o consumo ou querer estabelecer uma grade de necessidades apta a normalizá-lo depende, pois de moralismo ingênuo ou absurdo” (BAUDRILLARD, 2000, p. 211).

O consumo para o filósofo,

(...) não é nem uma prática material, nem uma fenomenologia da ‘abundância’, não se define nem pelo alimento que se digere, nem pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isto em substância significante é *ele a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens constituídos de agora então em um discurso cada vez mais coerente*. O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de signos (*Ibid*, p. 206; grifo no original).

O consumo é um modo ativo de relação dos consumidores com os objetos, com a coletividade e com o mundo. Esta percepção se confirma na medida em que almeja seduzir consumidores para o consumo, por exemplo, de produtos da floresta, advindos de tribos e comunidades tradicionais, manejados de maneira adaptativa e em sintonia com ritmos ecológicos e culturais, em consonância com ciclos de cheias e vazantes. Ao entrarem em contato com tais produtos, objetos-signos impregnados de significados, consumidores, principalmente os distantes do contexto de origem, exercitam e alimentam a imaginação e por vezes o romantismo exacerbado.

Os produtos podem ser considerados signos:

Para tornar-se objeto de consumo é preciso que o objeto se torne signo, quer dizer, exterior de alguma forma a uma relação da qual apenas significa – portanto arbitrário e não coerente com esta relação concreta mas adquirindo coerência e conseqüentemente sentido em uma relação abstrata e sistemática com todos os outros objetos-signos. É então que ele se ‘personaliza’, que entra na série, etc.: é consumido – jamais na sua materialidade mas na sua diferença. (Ibid, p. 207)

Desta forma, o que é consumido não é o objeto e sim a relação, a idéia de relação com o objeto que se consome. Tudo é signo. Os objetos incentivados para o consumo são ricos em referências relacionais, tipo oriental, alemã, escocesa, *early american*, *western*, brasileira, da floresta amazônica, *caribeña*. Segundo Baudrillard, os objetos assim designados têm somente singularidade, são abstratos na sua diferença, no seu modo de ser referencial, combinando-se precisamente na virtude de tal abstração.

Vale a lembrança que os objetos não substituem a relação ausente ou chegam a preencher o vazio de relações. Eles descrevem este vazio, segundo Baudrillard, e o lugar da relação é tido como uma possibilidade de viver. A relação não se prende na positividade absoluta do objeto, articula-se neles tal como sobre os pontos materiais em uma cadeia de significação. “[É] a idéia da relação que se faz significativa nesses objetos, ‘consome-se’ neles e, portanto neles se anula enquanto relação vivida” (*Ibid*, p. 209).

Isto define o consumo como uma prática idealista total, sistemática, que ultrapassa de longe a relação com os objetos e a relação interindividual para se estender a todos os registros da história, da comunicação e da cultura. Assim a exigência de cultura é viva: mas no livro de luxo ou no cromo da sala de jantar é só a idéia que é consumida (BAUDRILLARD, 2000, p. 209).

A idéia de relação e aproximação com povos e comunidades da floresta, ou que seja apenas com a floresta, não significa uma relação vivida e sim cultivada no imaginário simbólico. Assim, pergunta-se quais são as possibilidades reais de valorização via concretização de relações recíprocas, iguais, qualificadas como justas e condizentes com a realidade do objeto produzido e consumido?

2.2 RENDA MONOPOLISTA: DAVID HARVEY

No contexto de valorização de produtos com qualidades específicas, como os da Amazônia e as possibilidades de geração de valor monetário em algum elo, ou durante a cadeia produtiva do produto, torna-se bem vinda a contribuição do conceito de “renda monopolista” de David Harvey. Para o autor, toda renda está baseada no poder monopolista dos proprietários privados de qualquer lugar do planeta, seja produto, paisagem ou serviço. Esta surge em virtude de um controle exclusivo sob algum item único, irreparável, insubstituível ou crucial, que seja direta ou indiretamente comercializável. O exemplo clássico trazido à luz é o vinhedo que produz vinho de elevada qualidade e, desta forma, pode ser vendido por um preço monopolista, alimentando o ciclo “preço monopolista que cria a renda monopolista” (2005, p. 222)

A categoria de renda monopolista, segundo Harvey, está vinculada a duas contradições:

“Em primeiro lugar, embora a singularidade e a particularidade sejam cruciais para a definição de ‘qualidades especiais’, o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial, que não possa ser calculado monetariamente. Um Picasso tem de ter um valor monetário, assim

como um Monet, uma Manet, a arte aborígine, os objetos arqueológicos, os edifícios históricos, os monumentos antigos, os templos budistas, assim como as experiências de descer as corredeiras do rio Colorado, de estar em Istambul ou no topo do Everest. Como se evidencia a partir dessa lista, há, nesse caso, uma certa dificuldade de criação de mercado. Embora mercados tenham se criado em torno de obras de arte e, até certo ponto, de objetos arqueológicos (...) há evidentemente, muitos itens da lista difíceis de ser incorporados diretamente(...) Diversos itens até talvez não sejam fáceis de ser negociados indiretamente. A contradição, nesse caso, é que, **quanto mais facilmente negociáveis se tornem os itens, menos únicos e especiais eles se afiguram**. Em alguns casos, o próprio marketing tende a destruir as qualidades exclusivas (em especial, se essas dependem de qualidades como vastidão selvagem, grande distância, pureza de alguma experiência estética etc.). Geralmente, quanto mais facilmente negociáveis são tais itens ou eventos (e sujeitos à replicação por falsificações, fraudes, imitações ou simulacros), menos eles proporcionam a base para a renda monopolista” (*Ibid*, p. 223) (Grifos meus)

A dificuldade em atribuir valor a bens singulares sem que esse processo engendre para o monopólio e conseqüente exclusão de atores, sistemas de produção, escolhas e racionalidades. “O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista” (*Ibid*, 224). A razão de trazer à luz este conceito é delimitar campos possíveis da valorização dentro de consumos que alimentam mercados, inclusive mercados de renda monopolista.

A dinâmica do mundo globalizado reduziu de alguma forma proteções monopolistas, que no passado eram facilmente oferecidas por custos elevados no transporte e comunicação. Assim, “monopólios naturais” ligados à localização de determinados espaços de produção foram reduzidos. Algumas barreiras institucionais ao comércio também foram removidas, apesar de existirem algumas que ainda se mantêm sob o protecionismo comercial. Mas, o poder monopolista de renda ainda reivindica fortemente seu espaço, e exemplo claro são as patentes e os supostos ‘direitos de propriedade intelectual’, que acendem conflitos por todo o mundo globalizado frente a localidades na ânsia de manter poderes monopolistas de direito. Para Harvey (*Ibid*), a noção de ‘cultura’ está cada vez mais envolvida com as tentativas de assegurar tal poder, pois as alegações de singularidade e autenticidade são melhores articuladas enquanto alegações culturais irreplicáveis e distintas. Desta forma, até que ponto atribuir valores únicos a produtos únicos da Amazônia não será mais uma mesma maneira de alimentar ciclos viciosos do capitalismo? Ademais, o sistema de produção para quase todos os produtos da Amazônia goza da característica de ser produzido por inúmeros produtores, dispersos e não-organizados coletivamente.

Um parâmetro que tem sido utilizado para advogar a idéia de valorização de produtos da Amazônia é a proteção e a valorização tal qual empreendida na França e

outros países europeus para alguns produtos, dentre eles vinho, queijos e azeites. É um movimento que cresce no Brasil⁶², inclusive com a participação de europeus, alguns franceses ou acadêmicos com formação naquele país, para se fortalecer e pensar como tal instrumento de proteção a produtos de características singulares pode ser adaptado e chegar a beneficiar produtos e produtores da Amazônia. Mais sobre este tema será discutido neste capítulo e nos capítulos que seguem. Por ora pretende-se aprofundar a relação entre singularidades de produtos e oportunidades de mercado.

O vinho e seu negócio tem se beneficiado com a competição internacional, gerando efeitos e contradições. Segundo Harvey, a indústria europeia do vinho, liderada principalmente pela França, tem procurando preservar rendas monopolistas às custas de virtudes exclusivas da terra, clima e tradição. Tais virtudes que compõe o termo *terroir*⁶³ distinguem produtos e se validam ou certificam por nomes de origem. Controles institucionais como *Appellation d'Origine Contrôlée* reforçam o negócio do vinho francês, que se sustenta sobre a autenticidade e originalidade, estabelecendo assim a singularidade que embasa a renda monopolista. Com esse cenário posto vale ressaltar uma contradição que emerge neste negócio:

Todos os vinhos são negociáveis, e, portanto, em algum sentido, são comparáveis, não importa sua origem. Entra Robert Parker, e o seu guia *Wine advocate*(...)Parker avalia os vinhos pelo seu sabor, não dedicando atenção particular ao 'terroir' ou a quaisquer outras alegações histórico-culturais. Ele é notoriamente independente (a maior parte dos outros guias são patrocinados por setores influentes da indústria do vinho)(...)Se ele dá nota 65 a um vinho Bordeaux e 95 a um vinho australiano, os preços são afetados. Os produtores de vinho Bordeaux estão apavorados com ele. Eles processaram, denegriram e insultaram Parker, até o agrediram fisicamente. Ele desafia a base das rendas monopolistas desses produtores.(...)No entanto, se for abandonada a linguagem relativa ao 'terroir' e à tradição, que tipo de discurso pode ser posto em seu lugar? Nos últimos anos, Parker e muitos outros envolvidos no negócio do vinho inventaram uma linguagem em que os vinhos são descritos em termos de 'sabor de pêssego e ameixa, com um toque de tomilho e groselha'. A linguagem parece bizarra, mas essa mudança discursiva, correspondente à ascensão da competição e globalização internacional no negócio do vinho, assumiu um papel distintivo, refletindo a transformação em commodities do consumo do vinho dentro de linhas padronizadas.(*Ibid*, 228)

É claro que o negócio do vinho, como acima descrito, está interessado em dinheiro e lucro, mesmo considerando os aspectos culturais que cercam sua produção e consumo. Neste sentido o alerta de Harvey é de grande pertinência ao que efetivamente

⁶² Em novembro de 2008 realiza-se o I Seminário Internacional de Indicações Geográficas no Brasil, em Florianópolis.

⁶³ Termo francês utilizado para qualificar produtos. A noção de "produtos de *terroir*" assegura aos consumidores a qualidade desses, tipicidade, modo de produção, respeito às tradições e ao meio ambiente.

está proposto com busca por alternativas viáveis para valorização de produtos da Amazônia. Esses têm em seu bojo, singularidade, originalidade, tipicidade, tradição e elementos preservação de bens e serviços ambientais.

A incessante busca por rendas monopolistas impõe a procura de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade em cada um desses domínios. Se não puder se estabelecer a singularidade pelo apelo ao 'terroir' e à tradição, ou pela descrição direta do sabor, outros modos de distinção deverão ser invocados para estabelecer alegações e discursos monopolistas, idealizados para garantir a veracidade dessas alegações. (...)todas essas mudanças e vaivéns discursivos, assim como muitas das mudanças e reviravoltas ocorridas nas estratégias para controlar o mercado internacional do vinho, possuem, em sua raiz, não apenas a busca do lucro, mas também a busca das rendas monopolistas. Nisso, a linguagem de autenticidade, originalidade, singularidade e qualidades irreplicáveis especiais avulta em abundância. A generalidade do mercado globalizado gera, de modo compatível(...)uma força poderosa, que procura garantir não apenas a continuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas também as rendas monopolistas que resultam da descrição de mercadorias como sendo mercadorias incomparáveis (*Ibid*, 229).

O que se pretende com a valorização monetária de produtos da Amazônia? A possibilidade de geração de renda e alternativas para habitantes da floresta são objetivos comuns e desejados por muitos produtores que querem continuar em seus locais de origem. O modo desta valorização é que necessita ser cuidadosamente pensado para não cair em abismos do mercado que poucas chances oferecem para efetivamente melhorar renda individual-coletiva e qualidade de vida no sentido mais amplo do termo. Já existem exemplos de intenções monopolistas de renda com produtos, princípios e conhecimento coletivo de povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Esses dão conta de registros de utilização do conhecimento tradicional sem devidos consentimentos e conseqüente não repartição de benefícios. O desafio de beneficiar coletivamente conhecimentos ou produtos permanece campo fértil tanto de batalhas quanto de idéias para superá-lo⁶⁴.

Como foi destacado no início, a dinâmica produtiva dispersa possibilitou a disseminação do conhecimento tradicional de cultivo, manejo e produção o que favorece a coletividade dos benefícios. A dispersão, por exemplo, de conhecimentos relativos a algumas plantas medicinais, facilita o acesso à saúde de muitas pessoas que, por outras vias, institucionais ou governamentais, não o teriam. Os riscos de empreendimentos que visem o monopólio ou controle de marcas por poucos produtores, ainda que na coletividade,

⁶⁴ Ver Socioambientalismo jurídico (SANTILLI, 2005); Multiculturalismo jurídico e direitos coletivo (MARÉS, 2005); Direitos intelectuais coletivos, proteção do conhecimento tradicional e patrimônio imaterial (CUNHA, 2005).

ameaçam a própria dinâmica produtiva inerente a sistemas extrativistas e da agricultura familiar na Amazônia.

2.3 DIREITO DE ACESSO: ANDRÉ GORZ

A questão de valorização do acesso e disseminação do consumo de produtos locais da Amazônia passará necessariamente pela valorização do conhecimento associado. O direito de acesso ganha destaque e chama para uma reflexão acerca de suas limitações e implicações. Uma implicação alertada por Gorz (2005) relata a privatização das vias de acesso que permitem transformar riquezas naturais e bens comuns em quase-mercadorias. Tal controle pode ser visto como uma forma privilegiada de capitalização das riquezas imateriais.

Gorz propõe que a irredutibilidade dos conhecimentos será fonte de dificuldades, incoerências, trapaças e fantasias econômicas, enfatizando que o capital não pode deixar de tratar e fazer funcionar o conhecimento como se ele fosse um capital. O capital fará de tudo para ‘capitalizar o conhecimento’, de modo a fazê-lo corresponder às condições essenciais pelas quais funciona e existe como tal, pois “o conhecimento deve economizar mais trabalho do que originalmente custou, deve submeter ao seu controle a utilização que dele é feita; e, enfim, deve-se tornar a propriedade exclusiva da firma que o valoriza incorporando-o nas mercadorias que com ele se produzem”. (*Ibid*, p. 31).

Nesta perspectiva o que se valoriza é o conhecimento que se concretiza no saber-fazer, o “saber-viver”, para usar a expressão de Lévi (2003). Se as certificações descritas acima, como a IG e a socioparticipativa, efetivamente servirem para reconhecer o saber como capacidade prática, competência formalizada ou codificada e que não poderá ser nunca assimilado inteiramente pelo capital fixo, resultante da experiência comum da vida, inapropriável, indivisível, não quantificável e difuso (*Ibid*), então, poderão ser adaptadas à cotidianidade da dinâmica amazônica.

É também por tal característica que a economia chamada *informal*, por onde circula a maior parte dos produtos da Amazônia, dificilmente será traduzida e quantificada. Na acepção de Zaoual (2006), como literalmente expressa a palavra, o informal significa objetos desprovidos de formas de reconhecimento pela ciência normal do paradigma econômico, aceito no plano científico. O pensamento dominante só reconhece os objetos que ele próprio concebe. Esta informalidade da dinâmica de

produção e comercialização dos produtos da Amazônia poderá ser mais claramente verificada com os estudos de caso aqui apresentados (cap. 3, 4 e 5), mas necessita de ser aqui qualificada. O mercado vigente na Amazônia hoje está arraigado em formas de conhecimento regidas por este informal (conhecimento tradicional e modos de existência) não quantificável e tangível apenas por formas econômicas outras, de trocas simbólicas, de conhecimento, de modos, de variedades de espécies e de tradição oral. Este mercado vive também a contra-posição do mercado capitalista ‘formal’, se assim o chamarmos, que na tentativa de quantificar o não-quantificável, reduzir o irredutível, e homogeneizar o heterogêneo, causa as contradições reproduzidas nas formas desiguais de exclusão, de esquecimento, e até mesmo de discurso para o desenvolvimento⁶⁵ sustentável, leia-se econômico, da Amazônia.

As atividades que pertencem à “galáxia do informal”, como demonstra Zaoaul, mostram em diversos países do sul, performances econômicas e sociais incontestáveis e que existem e se perpetuam sem ajudas financeiras de instituições da economia formal, gerando inovação endógena, emprego (informal), renda, coesão social e alimento para a criatividade de existência.

O direito de acesso, e mais importante, de manutenção deste acesso, por meio da continuidade de ciclos naturais (nutrientes, água, solo), da conservação (rios, igarapés, lagos, terras-firmes, terras-pretas, várzeas, toponímias diversas), de reconhecimento das dinâmicas socioculturais que permitem a geração do conhecimento, a prática do saber associado à agrobiodiversidade, abrange uma valorização para além de figuras monetárias, monopolistas principalmente, e requer uma perspectiva integrada que traga em seu bojo uma nova abordagem sobre a economia e suas possibilidades para uma valorização pela qualidade das relações comunais e com a natureza local.

3. OUTRA ECONOMIA

“Somente nessa outra economia, que também é o outro da economia, aprendemos a humanizar a nós mesmos reciprocamente e produzir uma cultura da solidariedade e da coletividade”
(GORZ, 2005, p.57)

⁶⁵ Zaoaul (2006) argumenta que tal como foi instituído na sociedade de economia de mercado, o desenvolvimento é concebido apenas enquanto conceito econômico, sendo sinônimo de uma sociedade que o mercado organiza segundo suas próprias regras canônicas. É uma cultura de domínio e de acumulação sem fim, cujo agulhão é a concorrência e o lucro.

“A outra economia é plural” (CATTANI, 2003). Esta pluralidade de olhares, práticas e formas sintetiza o desafio máximo deixado pela economia capitalista. Os aspectos predatórios do capitalismo, como argumenta Cattani, exploração, mediocridade e de desumanidade, legaram uma herança arraigada em ciclos viciosos de acumulação, desigualdade, injustiça e alienação do trabalhador e sua produção. São vários os elementos constitutivos de uma outra economia, alguns já abordados anteriormente e outros no texto que segue. São processos, instituições, valores, manifestações, designados por nomes e conceitos variados. E são também fenômenos que correspondem por um lado a instituições formais e práticas sociais concretas e por outro lado a dimensões abstratas, compostas de projetos, percepções e valores que pouco se relacionam ou correspondem à economia e às práticas convencionais (*Ibid*).

As alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas. O mundo das alternativas abriga, invariavelmente, incontáveis visionários imbuídos de nobres propósitos, porém, não apenas o inferno está cheio de boas intenções. Existem realizações sólidas portadoras de verdadeiras mudanças, como existem projetos inconsistentes e inseqüentes cujos resultados não contribuem em nada com a transformação progressista (...) o desafio que se coloca para ‘a outra economia’ é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância, dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas (CATTANI, 2003, p.12).

A outra economia, onde se insere a economia solidária, o comércio justo, consumo solidário e redes de articulação e mobilização, surge como alternativa ao mercado posto. Ainda carente de certezas e elementos que garantam sua longevidade, tem se apresentado, em suas práticas variadas, concretas ou abstratas, como frestas que re-dimensionam, dinamizam e oferecem oportunidades de envolvimento e participação consciente do trabalhador-produtor com sua produção e modos de existência. Esta próxima seção pretende esclarecer definições e princípios envolvidos nessas outras formas de dinamizar a economia local, territorial, regional, nacional e internacional. De início adianta-se que são formas originárias e enraizadas em movimentos sociais, sindicais e de base, que buscam a construção coletiva, mesmo reconhecendo a existência de elementos desvirtuadores e individualistas. São opções que emergem e ganham força na medida em que ocupam agendas políticas de Estados e fazem viver e sobreviver milhares de pessoas mundo a fora. Adianta-se, também, que essas formas enfrentam desafios e tensões cotidianamente, pois a certeza em um outro mundo possível, e no caso, uma outra economia possível, seguramente, não é idílica e

romanceada, é real, e certo que muitas vezes enfrentada com a utopia, ferramenta movedora de ideais e lutas, e com a certeza intuitiva que uma convivência mais pacífica, solidária e comunitária é plausível.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária vem crescendo no mundo e no Brasil. Sua base de princípios e contexto de luta histórica é de grande valia para o objeto deste trabalho, pois contempla uma nova aproximação sobre a economia para além das bases meramente capitalistas. A economia solidária – ES advoga e trabalha por uma base mais justa, solidária, coletiva da produção e distribuição de benefícios, dispensando atenção primordial aos interesses de melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores por eles mesmos. Os empreendimentos solidários, como veremos, têm ganhado espaço no mercado por justamente considerar o coletivo, incentivar a colaboração ao invés da competição.

Para o caso dos produtos da Amazônia, a economia solidária e seus princípios são de suma importância, pois esta rejeita propostas de mercantilização das pessoas, dos produtores, e da natureza às custas da espoliação e degradação de sistemas naturais. A intenção de trazer à luz esta nova forma de economia é contribuir para pensar alternativas de valorização dos produtos locais da Amazônia. As formas que a economia solidária pode tomar não invalidam ou impedem nenhuma das opções, como as certificações, anteriormente descritas, ao contrário, ela acrescenta e enriquece as configurações possíveis para a valorização. Desta forma, rever o contexto histórico de surgimento da economia solidária, definições vigentes, princípios norteadores e caracterização de empreendimentos solidários⁶⁶.

A economia solidária tem sua origem, segundo Singer (2005) nos primórdios do capitalismo industrial, início do século XIX, como resposta à pobreza e ao desemprego que operários foram sujeitos pela difusão ‘desregulamentadas’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor. Surgiram as primeiras cooperativas que de primeiro funcionaram como tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e

⁶⁶ **Empreendimentos de Economia Solidária** são sociedades que desempenham atividades econômicas cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores que dela participam. Os empreendimentos de economia solidária podem ser divididos em empreendimentos de autogestão e empresas de autogestão. Seus atos constitutivos devem prever a existência de mecanismos democráticos de gestão e definição em assembléia de questões como: política de remuneração, política disciplinar, política de saúde e previdência, formas de organização da produção e destinação solidária dos resultados (ANTEAG, 2005).

autonomia econômica, aproveitando as forças produtivas. A estrutura seguia os valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, que podem ser sintetizados na ideologia do socialismo. No empreendimento solidário, de acordo com Singer, não existe a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, o que vai contra a base do capitalismo. “O capital da empresa solidária é possuído por aqueles que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os trabalhadores são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa” (*Ibid*, p.83).

Os sindicatos e empreendimentos cooperativos se estruturaram para lutar pela conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores assalariados, dos empreendimentos cooperativos, da autogestão⁶⁷ e como modelo alternativo à exploração do trabalho assalariado. A ES ressurgiu atualmente como resgate da luta histórica dos trabalhadores em defesa do trabalho humano, e como uma alternativa de re-organização das relações sociais. Portanto, reconhece formas comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativas e coletivas de trabalho. Essas formas, consideradas pelo capitalismo como ‘atrasadas’ estão sendo ampliadas, pois a crise do trabalho assalariado tem desnudado a promessa do capitalismo de transformar tudo e todos em mercadorias de oferta e consumo do mercado competitivo. Esta crise tem feito com que milhões de trabalhadores percam ou sejam excluídos da possibilidade de emprego e segurança de direitos trabalhistas (FBES, 2005).

No Brasil, mais de 50% dos trabalhadores vivem e sobrevivem à margem do setor capitalista hegemônico, onde as relações assalariadas protegidas simplesmente não existem. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2005, 2008), o que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser um desafio cuja superação somente poderá ser enfrentada por um movimento que reúna todas essas formas de trabalho e que desenvolva um projeto alternativo de ES. São diversas as denominações - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão - que têm feito emergir práticas de relações econômicas e sociais que proporcionam a melhoria da qualidade de vida e a sobrevivência de milhares de pessoas não incluídas no sistema formal (*Ibid*).

⁶⁷ A **autogestão** subentende a existência de autonomia e pressupõe capacitação para a administração coletiva do negócio: autonomia tanto nas unidades produtivas quanto em sua instância representativa, isto é, sem dependência dos órgãos governamentais ou para-estatais. A autogestão deve garantir o direito à informação e democracia nas decisões; democracia não apenas como voto ou mera representação, mas principalmente como partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo. Portanto a importância de educar para a autogestão significa promover autonomia e inteligência coletiva dos trabalhadores (ANTEAG, 2005).

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (2006, 2008), a economia solidária se apresenta como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda, e como resposta a favor da inclusão social. Assim o faz, por compreender uma multiplicidade de práticas econômicas e sociais organizadas em cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias⁶⁸, redes de cooperação; e, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo, trocas e consumo solidário.

A Economia Solidária percebe o ser humano como central na organização da sociedade (ANTEAG, 2005). Na economia solidária a produção, a venda, a compra, e a troca são feitas de maneira a incentivar o bem coletivo, fundada em relações de trocas justas, inspiradas em valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica; evitando assim a exploração e a acumulação privada de riqueza e capital (FBES, 2005; SENAES, 2008). Na definição do FBES,

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (*Ibid*, s/p).

Destaca-se alguns princípios gerais da economia solidária (FBES, 2005):

- valorização do social do trabalho humano;
- satisfação plena das necessidades de todos com alinhamento do eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- reconhecimento do lugar da mulher e do feminino numa economia baseada na solidariedade;
- busca constante de uma relação que preze pelo intercâmbio respeitoso com a natureza, valores de cooperação e solidariedade;
- o valor central da ES é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

⁶⁸ Os **Empreendimentos Autogestionários** se caracterizam por serem aqueles constituídos através de projetos sociais realizados em comunidades periféricas, não sendo resultado de uma atividade econômica anterior, como é o caso das empresas de autogestão. As **Empresas de Autogestão**, por sua vez, são aquelas que nascem do fracasso de um negócio anterior e, portanto, pressupõem a existência de uma atividade econômica já organizada que passa a ser comandada pelos trabalhadores, que delas já faziam parte como empregados celetistas. As Empresas de Autogestão desempenham atividade industrial, de pequeno, médio e grande porte, geralmente 2 constituídas por mais de 20 trabalhadores, suas necessidades em termos de marco jurídico, são diferentes das dos empreendimentos autogestionários, os quais geralmente desempenham atividades de serviço ou comércio, como, por exemplo, coleta de materiais recicláveis, artesanato, alimentação, limpeza, jardinagem, agricultura urbana, confecção, entre outros. Alguns dos princípios autogestionários são: tomadas de decisões democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania (ANTEAG, 2005).

E alguns dos princípios específicos prezam:

- por um sistema de finanças solidárias⁶⁹
- pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias⁷⁰
- pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático⁷¹

A ANTEAG (2005) reconhece que o desenvolvimento da ES e seus princípios envolve um processo lento de educação, formação, capacitação e qualificação, tendo que ser, necessariamente, permanente e integral. Processo este compreendido como a efetiva interiorização dos valores e regras almejados; e, que é gradual porque o resgate de valores éticos significa a construção de uma nova ética contextualizada no contemporâneo. A própria definição do que venha ser um ambiente justo, ético e solidário de trocas demanda reflexão para sua construção, pois qualquer tentativa de engessar tais noções não incorporará os valores que a economia solidária deseja.

Os empreendimentos econômicos solidários são: 1) Organizações coletivas, suprafamiliares, tais como associações, cooperativas, empresas autogestioneiras,

⁶⁹ Em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças. Em nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólicia, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado (FBES, 2005).

⁷⁰ A ES permite articular o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças. Assim cada agente econômico deve buscar contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas, a eficiência sistêmica e promovendo o desenvolvimento de redes de comércio justo; A ES propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis; A ES é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável (FBES, 2005).

⁷¹ A ES é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Desta forma, a ES estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa. A ES preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos. O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento (FBES, 2005).

clubes de trocas, redes, etc. 2) Os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem dispor ou não de um registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; 5) Realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de crédito, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário; 6) São organizações singulares e complexas, consideradas de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (FBES, 2005; SENAES, 2008).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a instância-rede resultante de um processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial. A partir de tal momento foi constituído o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁷², composto de redes e organizações que agregavam práticas associativas do segmento popular solidário, rural, urbano, de igrejas, de base sindical, de políticas sociais, redes de inovação entre outras. Em 2003 o GT evoluiu para a forma definitiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária durante a realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, em um processo que mobilizou 17 estados e centenas de pessoas incumbidas de articular as bases para uma política nacional de ES. O FBES conta atualmente com uma estrutura de coordenação nacional, executiva, que se articula com os fóruns estaduais de economia solidária e entidades e redes nacionais de assessoria (FBES, 2005). O FBES participa ativamente com a SENAES⁷³, apresentando demandas, sugerindo políticas e acompanhando a execução das políticas públicas de economia solidária. A articulação entre essas suas instâncias tem sido determinante para o fortalecimento dos empreendimentos e políticas de ES no país.

Fazem parte da organização e funcionamento do FBES três segmentos do campo da ES: os próprios empreendimento da economia solidária, entidades de assessoria ou

⁷² As entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2005).

⁷³ A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no mesmo momento de criação do FBES, em junho de 2003 (SENAES, 2008).

fomento (aquelas que atuam diretamente na capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, assistência técnica e organizativa) e gestores públicos que elabora, executam, implementam ou coordenam políticas de ES em prefeituras e governos estaduais (*Ibid*).

Os princípios e a forma como o FBES tem se organizado servem de referência para alternativas e incentivos à empreendimentos locais da Amazônia que visam a valorização de produtores, modos de produção e produtos. A necessidade de capacitação e assessoria técnica, administrativa e organizacional é um grande gargalo a ser vencido por produtores locais, como será evidenciado nos capítulos 3, 4 e 5. Assim, poderá ser demonstrado em corroboração com o que aponta Cattani (2003) que a economia solidária enfrenta o desafio de demarcar precisamente as alternativas possíveis e as práticas de empreendimentos qualificados como solidários. E, mais importante, as alternativas propostas para os excluídos e pobres do sistema capitalista convencional precisam proporcionar avanços em todos os domínios (social, ecológico, cultural, administrativo, político, etc), de forma a recuperar destinos mais generosos, honrosos e responsáveis aos segmentos envolvidos da sociedade.

Empreendimentos da economia solidária no Brasil estão também ligados a grupos de trabalhadores com alguma organização social mais fortalecida ou ainda dependentes de aportes exógenos para capacitação, autogestão, organização, planejamento, continuidade e para a própria comercialização. A construção da autonomia de empreendimentos ainda é lenta e gradual, com riscos de desmobilização e não continuidade.

Um alerta importante trazido por Sampaio & Flores (2002), no tratamento do comércio ético e solidário, trata do perigo de classificação desta nova forma de pensar o mercado, como apenas mais um nicho de mercado. Os autores apontam que tal classificação tende a evitar mudanças no estado das coisas, e reforça o oportunismo capitalista em tirar proveito de manifestações contemporâneas, tendo como referência a criação de novas tribos virtuais de amplitude global, conceituado em algo como “solidário *fashion*”. A redução desta nova concepção política-econômica a uma mera dimensão voltada a grupos-alvo de consumidores segue o mesmo perigo. A economia solidária ou o comércio ético e solidário deve ser percebida como uma visão, um referencial a ser alcançado, pois trás em sua essência pontencial transformador de processos mercadológicos injustos, desiguais, opressores e alienadores.

3.2 COMÉRCIO JUSTO / CONSUMO CONSCIENTE

O final do século XIX tem os primeiros registros, segundo Almeida (2006), de ações sistemáticas na Europa para o que vinha ser denominado *fair trade* (comércio justo). Essas ações, inicialmente, tinham caráter filantrópico que buscavam aproximar produtores pobres do sul com consumidores da Europa. Foi somente na década de 1960 que a noção de empoderamento de tais produtores, fortalecimento de suas capacidades produtivas e comerciais, foi consolidada e, a partir de então movimentos, idéias e ações se tornam mais visíveis e sob a animação do slogan “*trade, not aid*” organizações e instituições de *fair trade* se multiplicaram pelos países ricos.

Segundo Martinez *et al* (2000), em 1860, Max Havelaar publicou um manifesto de injustiças comerciais decorrentes do mercado de café entre Indonésia e Holanda, daí a origem do nome da primeira marca do comércio justo na Holanda. Nos Estados Unidos o comércio justo tem seu início nos anos de 1940 com o surgimento das primeiras organizações de comércio alternativo naquele país. A primeira “loja justa” do mundo foi aberta na década de 1960 na Holanda e marcou, significativamente, a expansão do movimento. Em 1987 foi criada a Associação Européia do Comércio Justo; em 1989, a Federação Internacional de Comércio Alternativo; em 1994 a Rede Européia de Lojas do Mundo (*Ibid*); e para o Brasil, em 2001 o Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário do Brasil. São todas organizações que buscam fomentar o comércio justo, a transparência nas relações, intercâmbio de informações entre os produtores e consumidores, dentre outros.

A Federação Internacional de Comércio Alternativo – IFAT é a organização que reúne uma rede global de organizações de comércio justo, sua missão é melhorar meios de vida e o bem-estar de produtores em desvantagem por meio da promoção e incentivo a relação entre esses e organizações de comércio justo, manifestando a necessidade de maior justiça no comércio mundial (IFAT, 2006). Segundo esta organização, o comércio justo é definido por uma parceria de comércio baseada no diálogo, transparência e respeito, buscando mais equidade no comércio internacional. O comércio justo, ainda segundo a Federação, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições de comércio e garantir os direitos de produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente em países do sul.

Segundo Frettel & Roca (2003), o comércio justo é a rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para o desenvolvimento sustentável e solidário, onde os principais beneficiados são os produtores excluídos ou em desvantagem, de forma a

impulsionar melhores condições econômicas, sociais, políticas, ambientais e éticas durante todo o processo, entendido aqui como preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos. Ainda de acordo com esses autores, o comércio justo está orientado para reconhecer e valorizar o trabalho e as expectativas dos produtores e consumidores, de forma a melhorar as condições de vidas. Para outros autores (ALMEIDA, 2006; GRAZIANO SILVA, 2003), o comércio justo almeja beneficiar igualmente consumidores pois, a relação produtor-consumidor é vital à dinâmica existencial do comércio justo.

Os princípios e objetivos do comércio justo estão baseados em um eixo de uma economia que se propõe mais solidária: desenvolvimento de novas formas de intercâmbio econômico, baseadas na solidariedade; cooperação como base e condição dos intercâmbios, fomentando a confiança, a transparência nas informações e relações justas e duradouras; sustentabilidade dos intercâmbios por meio da incorporação dos custos sociais e ambientais, pelos produtores e consumidores; desenvolvimento de maior equidade nas transações comerciais entre países do Norte e os do Sul, de forma a modificar a tradicional divisão internacional do trabalho; estabelecer relações mais diretas e solidárias entre produtores e consumidores; busca de maior humanização dos processos comerciais; igualdade de gênero, o trabalho e a contribuição das mulheres são justamente valorizados; capacitação, o comércio justo busca incentivar a independência dos produtores (MARTINEZ *et al.*, 2000; FRETTEL & ROCA, 2003; IFAT, 2006)

São princípios e objetivos abrangentes e que, não deixando de reconhecer o esforço e o trabalho dessas organizações, ainda permanecem de longo alcance por falta de condições mais concretas de acompanhamento. Em termos de organizações de vendedores que fazem parte da IFAT, 29 são da Ásia, 14 para a África e apenas 2 para a América do Sul (uma cooperativa do Equador e uma associação de mulheres da Argentina). É um movimento ainda em surgimento e consolidação.

Neste tipo de comércio, justo, regras e mecanismos de fiscalização são necessárias, fator que desconhecido pelo comércio hegemônico internacional e que ainda domina a cultura política e social de relações. Um dos grandes desafios ao comércio justo é o estabelecimento e o cumprimento de regras em uma cultura comercial que não está habituada. Discursos em nome do comércio justo, solidário e ético com práticas não condizentes são possíveis de ser identificados em alguns dos casos de produtos comercializados sob a égide o comércio justo⁷⁴, pretende-se, neste momento,

⁷⁴ Ver capítulo 3.

ressaltar os objetivos e princípios, e nos capítulos que seguem exemplificar, por meio de alguns casos, a referência e a realidade.

No Brasil, o comércio justo e solidário tem sido praticado de maneira desarticulada, segundo Almeida (2006), há pelo menos vinte anos, considerando projetos desenvolvidos por ONGs, cooperativas, organizações eclesiais, movimento de produção orgânica, redes de economia solidária e outros. Com a consolidação do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil, ou FACES, que o movimento começou a trabalhar dentro de uma perspectiva de alcance nacional, contribuindo inclusive para a sistematização do Documento base de proposta para o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário⁷⁵.

Para Graziano da Silva (2003), um sistema de comércio justo no Brasil está relacionado, talvez, à única alternativa para garantia de segurança alimentar e nutricional de milhares de pequenos agricultores, artesãos, povos indígenas e comunidades tradicionais pois,

(...) traz em sua concepção e em sua idealização desde amplos conceitos de resgate e de valorização cultural até a criação de mecanismos formais de venda adaptados às características especiais decorrentes dos valores associados a esses produtos(...) será uma forma sustentável de promover a segurança alimentar através do estímulo à produção de alimentos tradicionais, ao trabalho artesanal e a práticas de produção não agressivas ao meio ambiente (*Ibid*, p.99).

O aspecto da segurança alimentar relacionado à valorização dos produtos da Amazônia é de suma importância para esta discussão. Será demonstrado ao longo desta pesquisa que a diversidade de produtos da Amazônia que pode ser valorizada por instrumentos políticos e econômicos de abrangência internacional, pode ser vista como segurança alimentar e de existência para os produtores, extrativistas ou pequenos agricultores. A diversidade de produtos da Amazônia caracteriza a vida social e de existência das pessoas que lá vivem. Assim o comércio justo e a segurança alimentar devem ser pensados em conjunto para o cenário de valorização de tais produtos.

O comércio justo, ético e solidário não pretende reinventar a roda, como aponta Almeida (2006), em enfoques de desenvolvimento local, acesso a mercados, consumo solidário/responsável, manejo sustentável, responsabilidade socioambiental, dentre outras linhas de pensamento ou ação. Almeja, sim, influir no campo das transações

⁷⁵ Em 2006 foi criado o GT Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, composto de representantes governamentais e da sociedade civil para elaborar uma proposta de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Ver MTE, 2008.

comerciais. O momento da compra-venda é tido, como a materialização do encontro entre o projeto-vida dos produtores e a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores. Nas palavras de Almeida,

trata-se de um momento político em que se concretizam relações que podem gerar exclusão ou bem-estar; que podem provocar devastação ambiental ou o fortalecimento da natureza; que podem trazer o conhecimento libertador ou a informação fútil e manipuladora; que podem reforçar a solidariedade ou promover a desagregação social. Comprar significa fazer uma escolha política (*Ibid*, p. 236).

A relação produtor-consumidor, como central ao comércio justo, deve ser consistentemente trabalhada para a real efetivação de mudança ética nas transações comerciais e nesta própria relação. O mercado capitalista convencional faz com que muitos consumidores se sintam frustrados, usados, com muitas ou nenhuma perspectiva, estressados e os produtores por sua vez se sentem excluídos, esquecidos, explorados, isolados, famintos e ignorantes. Entre os dois, uma imensidão de marcas e sistemas complexos de produtos, imagens e valores. Os intermediários do comércio foram substituídos pelos intermediários da comunicação e do marketing, não havendo possibilidades de diálogos e trocas entre quem produz e quem consome. Ao buscar restabelecer tal relação, o comércio justo revive identidades coletivas, pois agrega interesses comuns de ambas as pontas e faz aflorar um novo sentimento de pertencimento em “identidades coletivas transversais” (ALMEIDA, 2006). Este ponto pode ser verificado em feiras de produtores da agricultura familiar ou pequenos artesãos que expressam grande entusiasmo com tais eventos, justamente, pela possibilidade de troca de conhecimento, encontros produtor-produtor, produtor-consumidor e consumidor-produtor e também consumidor-consumidor (ver capítulo 3). Ou seja, onde pessoas com desejos comuns e coletivos se encontram para compartilhar e realizar algo fora da esfera convencional frustrada e isolada do mercado.

Vale destacar alguns princípios norteadores do consumo solidário. Segundo Mance (2003), significa consumir bens ou serviços que, 1) atendam os desejos do consumidor, buscando realização do livre bem-viver pessoal, 2) promovem também o bem-viver dos trabalhadores responsáveis por determinado produto ou serviço, 3) mantêm o equilíbrio ecossistêmico, e 4) contribuem para a construção de sociedades mais justas e solidárias. O consumo solidário emerge em um arado de modos de consumo, tais como, consumo alienado, consumo compulsório, consumo para o bem-viver e o consumo solidário (*Ibid*). Este último está diretamente relacionado com o consumo para o bem-viver, difere na extrapolação da preocupação individual para a coletividade. A noção de consumo solidário é de fundamental importância ao escopo

desta pesquisa, pois o momento final do processo produtivo, o consumo, determina, em vários níveis e formas, as demandas de produção. Assim, o pensar alternativas para valorização via certificações e comércio justo deve, necessariamente, ser acompanhado por uma reflexão acerca do consumidor. Segundo Bérard e Marchenay (2004) o consumidor não se reduz a uma entidade abstrata, sendo denominador comum para a questão de preferência alimentar em estratégias de ampliação de mercados para tais produtos.

O consumo solidário está também relacionado à noção de valorização e reconhecimento de territorialidades específicas. Segundo Flores (2004), a territorialidade é uma revelação de afirmação cultural que permite a criação de mecanismos que fazem produtos e serviços locais se manifestar como expressões claras da cultura territorial; ao chegar no mercado consumidor, a territorialidade valorizada pode recuperar a desgastada relação produtor-consumidor, pois agrega valores culturais, locais e ambientais. Desta forma, a territorialidade busca representar uma nova relação entre produtor-consumidor, criando uma capacidade de o produtor desenvolver, por sua responsabilidade com o consumidor, mecanismos de comunicação essenciais para sua presença no mercado. A revitalização da relação produtor-consumidor pode permitir a construção de novos elementos de competitividade e inserção no mercado, eliminando uma das grandes barreiras enfrentadas pelos pequenos negócios – a comunicação deficiente com o consumidor.

3.3 REDES

A concepção de redes é válida para o estudo de valorização da produção local por meio de identidade territorial, pois agrega dinâmicas vivenciais com a troca de experiências e conhecimento, refletindo assim a cooperação e a reciprocidade. São alguns os estudos empreendidos em tal concepção.

Essa concepção traduz a imagem de um tipo de organização horizontal e descentralizada, onde, segundo Juarez de Paula, cada núcleo participante é autônomo e capaz de iniciativas. “A força de uma rede depende da multiplicidade dos pontos de conexão. Quanto mais densa for a trama, quanto mais complexo for o tecido, maior será o fluxo de conhecimento e informação” o que resulta, conseqüentemente, em mais participação e controle social (DE PAULA, 2004, p.79). Este autor ainda coloca que o desenvolvimento de um território está intrinsecamente ligado à construção e multiplicação

de redes de atores locais, de cidadãos, protagonistas de mudanças políticas, econômicas e sociais; e, que as redes locais devem buscar conectar os atores (líderes) mais destacados no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial.

Contudo, as redes possuem um aspecto paradoxal e ambíguo descrito por Milton Santos (2002):

As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais...a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo de ação. As redes são técnicas, mas também são sociais. Elas são materiais, mas também são viventes...Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem os fixos – que constituem as bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Esse movimento tanto inclui dinâmicas próximas locais, quanto dinâmicas distantes, universais, movidas pelas grandes organizações. Ao mesmo tempo globais e locais, as redes também são unas e múltiplas... As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas (*Ibid*, p. 277-278).

O célebre geógrafo continua sua reflexão:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros....o fato de que a rede é global e local, uma e múltipla, estável e dinâmica, faz com que sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial. A noção e a realidade da rede provocam um sentimento de ambigüidade, cada vez que não consideramos o seu caráter definitivo, que é ser um híbrido, um misto. Ora, o papel dos mistos, no dizer de B. Latour (1991: p. 166-167), é exatamente o de unir as quatro 'regiões'...: o natural, o social, o global, o local, de modo a evitar que 'os recursos conceituais se acumulem nos quatro extremos...' levando a que 'nós, pobres sujeitos-objetos, humildes sociedades-natureza, pequenos locais-globais, sejamos literalmente esquarterados entre regiões ontológicas que mutuamente se definem e entretanto não mais se assemelham às nossas práticas' (B. Latourm 1991: p. 167)" (SANTOS, 2002: p. 279).

A mistura de racionalidades, o que se pretende e será inevitável com a implantação de sistemas, por exemplo, de certificação, comércio justo e consumo solidário para a valorização de produtos da Amazônia, confronta e confirma o caráter uno e múltiplo das redes. Os sujeitos-objetos, sociedades-natureza interagem com instituições, valores de mercado e se definem na extinção ou continuidade de práticas individuais, coletivas, competitivas ou solidárias.

A noção de redes beneficia o entendimento das dinâmicas locais econômicas e conseqüente viabilidade de valorização dos produtos locais na medida em que reconhece os diversos espaços de interação vividos pelos produtores. Desta forma, vale trazer à luz os espaços de existência, ou mais precisamente, o espaço antropológico definido por Lévi (2003). Este autor aponta que as relações entre seres humanos produzem, transformam e administram espaços heterogêneos e entrelaçados; esses espaços vividos, que nascem das interações entre pessoas e entre outros espaços mais vastos, de escala institucional, de grupos sociais, de conjuntos culturais e que articulam elementos humanos e não-humanos de origens diversas, como sistemas de signos, dispositivos de comunicação, ferramentas, naturais, atômicos, dentre outros. Assim, seres humanos, não habitam apenas espaços físicos ou geométricos, vivem, simultaneamente, em espaços afetivos, estéticos, sociais, históricos, ou seja, espaços de significação em uma *multiplicité d'espaces*.

Os espaços, Terra, Território, Mercadorias e do Saber⁷⁶, como descreve Lévi, compõem o espaço antropológico. São espaços de interesse para a presente discussão pois intuem e determinam atividades, modos de organizar, proximidades relacionais, sistemas de valores e de ideais. O espaço das mercadorias, em especial, deixa claro que a produção e as trocas sempre existiram, e o que tem se transformado, principalmente após a Revolução Industrial, é sua significação em torno de relações sociais e de interação. É um espaço ligado diretamente ao território e ao saber.

Este mundo primeiramente flutuante, disperso e inconsistente, para começar, a superfície e às margens da vida social. Mas conseguiu como resultado de uma extraordinária conjunção histórica reunir os membros dispersos: moeda, banco e crédito, populações policiadas, apesar da ausência de um grande império despótico, capitais e técnicas, mercados extensos, trabalhadores subtraídos aos campos, imaginário ou desejo coletivo(...) Esse novo mundo acaba crescendo sozinho, vivendo sua própria vida. Atravessando as fronteiras, abalando as hierarquias do Território, a dança do dinheiro traz consigo, em uma evolução acelerada, uma maré ascendente de objeto, signos e homens (LÉVI, 1994, p.118).

O autor prossegue,

O Espaço das mercadorias é aplainado, mantido, aumentado por uma máquina desterritorializante, que se auto-organizou de uma só vez e a partir daí se alimenta de tudo o que encontra pela frente. Como o rei Midas que transformava inevitavelmente em ouro tudo o que tocava, o capitalismo transforma inelutavelmente em mercadoria tudo o que consegue incluir em seus circuitos. (...) O capitalismo só funciona graças

⁷⁶ Lévi (2003) coloca o espaço do Saber como não existente, pois no sentido etimológico, uma u-topia, um não lugar; aquele que sempre existiu. Atualmente, pela força das mercadorias, o espaço do Saber se encontra submetido às exigências da competitividade e aos cálculos do capital. No Território, o Saber se subordina aos objetivos de potência e à gestão burocrática dos Estados.

ao Estado territorial (...) quando o espaço das mercadorias adquire autonomia em relação ao Território, ele não abole pura e simplesmente os espaços anteriores, mas sujeita-os, organiza-os segundo seus próprios objetivos (LÉVI, 1994, p.119).

Como pensar espaços de articulação que evitem a reificação das relações sociais e ecológicas, considerando as intenções de valorização e inserção de produtos da Amazônia em circuitos maiores de circulação e consumo? As redes, como vias mobilizadoras, coordenadoras e articuladoras de territórios e dimensões, pessoas e produções, podem ser alternativas viáveis a uma valorização endógena-exógena, criativa e que não reduzirá conhecimentos e saberes a meras mercadorias monetárias, e sim como objetos carregados de valores de origem, de uso, de troca e de existência.

Esta tem sido a aposta de alguns pensadores, como Sabourin (2002), que aponta que as redes contribuem para a orientação dos fluxos e das relações, no âmbito do território. Para este autor, a inter-relação entre grupos sociais e agentes econômicos e entre outros agentes locais está apoiada sobre processos de coordenação entre atores sociais que gerenciam fluxos de conhecimentos e informações. De tal modo, as redes e seus membros, podem ser levados a se posicionar de forma individual ou coletiva, via conflitos ou alianças, para tomarem decisões e atuarem. A coordenação do trabalho em rede pode implicar, segundo Sabourin, atores confinados ao espaço local, no caso da aprendizagem e da difusão de tecnologias de produção; mas também pode integrar intervenções externas para a mobilização de apoios financeiros, informativos e de capacitação para, por exemplo, negociar preços de produtos. Se realiza então a confrontação de atores e instituições que estão pouco acostumados a se encontrar ou dialogar, com diferentes expectativas, estratégias, racionalidades e valores. A superação de situações como essas supõem processos de aprendizagem coletiva destinados a elaborar representações comuns, de base no diálogo ou acordos. “As redes e as organizações sociais...contribuem ativamente para facilitar a construção de tais representações” (*Ibid*, p. 27).

4. MERCADO E O DESAFIO DE AGREGAR SUSTENTABILIDADE

Os capítulos que seguem tratarão de ilustrar os elementos conceituais aqui trazidos. Vale ressaltar a peculiaridade dos casos quando pensar o desafio de agregar sustentabilidade e valor, em seu amplo significado, aos produtos da Amazônia. As especificidades de cada produto e conseqüentemente da coletividade do grupo ou grupos de produtores espalhados pelas florestas, por exemplo, do Acre, caracterizam fortemente

modos de produção, distribuição e comercialização dos produtos. A diversidade e variedade de produtos que compõem sistemas produtivos também devem ser consideradas para não haver ênfase ou preferência por determinados produtos e inviabilidade ou desencorajamento da produção ou cultivo de outros.

Agregar sustentabilidade aos produtos é antes de tudo agregar sustentabilidade à produção. É manter os tigres e os coletores de mel vivos. Para os segundos é ir além e proporcionar liberdades que não apenas mantêm, mas que garantam condições dignas, transcendem a pobreza, oportunizam a continuidade de valores culturais locais e substanciam a qualidade de vida. Pensar enquadramentos e regras a serem seguidas para padronização e inserção em circuitos mais longos de mercado exige o cuidado com o desenvolvimento transposto ou transplantado de que fala Zaoual (2006). Formas exógenas implicam em mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas que nem sempre são apropriadas e adaptáveis. O foco no produtor, trabalhador, como protagonista de processos que envolvam também a produção é uma forma de qualificar e valorizar o saber-viver. O saber que qualifica como aponta Lévi (1994) a espécie *homo sapiens*. O saber que organiza e reorganiza o ser humano e sua relação consigo mesmo, com seus semelhantes, elementos, signos e o cosmo. O saber que vive aprende e gera conhecimento. O saber-viver é co-extensivo à própria vida, sendo aquele que “tem a ver com um espaço cosmopolita e sem fronteiras de relações e qualidades; um espaço da metamorfose das relações e do surgimento das maneiras de ser; um espaço em que se unem os processos de subjetivação individuais e coletivos” (*Ibid*, p.121).

Neste contexto do humano, vivente do saber está o ser produtor-consumidor-cidadão da Amazônia. Este ponto dentro da discussão de mercado e suas possibilidades aparecerá com mais força nos capítulos que seguem. Os produtores que trataremos a seguir são também cidadãos em busca de reconhecimento pelos seus direitos enquanto tais; uns mais organizados outros ainda na luta por direitos básicos como o de ir e vir, quando consideramos condições de estradas, acesso a saúde, educação e seguridade social. Falar em valorizar produtos locais da Amazônia e agregar sustentabilidade a esses é também proporcionar soluções a longo, médio e curto prazo, em alguns casos, o preenchimento de necessidades imediatas.

Os homens e mulheres do concreto demandam soluções tangíveis para a superação de condições de pobreza e geração de renda, o que de alguma forma contempla-se aqui com as alternativas de valorização via certificação, fortalecimento de redes de consumo solidário e comércio justo, disseminação e incentivo à utilização da forma econômica solidária. Contudo, as possíveis alternativas não se encerram aqui.

Este reconhecimento existe e perdura na busca de contribuir para o material-vivo, partícipe central da dinâmica produtora e trabalhadora da Amazônia.

II PARTE

Amazônia e produtos locais

CAPÍTULO 3 - AMAZÔNIA E PRODUTOS LOCAIS: AGREGAÇÃO DE VALOR, INSERÇÃO NO MERCADO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

A agregação de valor a produtos locais advindos das sociobiodiversidade da Amazônia brasileira tem sido objeto de diversas ações tanto no âmbito das políticas públicas federais e estaduais quanto nos âmbitos de organizações não governamentais e de movimentos sociais (MMA/MDA/MDS, 2007; MMA, 2006; LAGES *et al* 2005). Valorizar produtos que estão ligados a modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local permite a manutenção, para além da mera sobrevivência, de grupos sociais e suas relações e conservação da biodiversidade.

O patrimônio cultural e biológico intrínseco às águas e às terras amazônicas mantém em sua história de conservação e manutenção interações biofísicas e socioculturais. Ao mesmo tempo em que ações para conservação da biosociodiversidade acontecem dentro e por todo o espaço alcançado pela floresta, pressões para expansão de práticas de agricultura extensiva, extração ilegal de madeira, conflitos sociais, aberturas de estradas e rodovias, urbanização desordenada, queimadas, expansão de áreas de pastagem ameaçam a maior floresta tropical do mundo. Abordagens diferentes se realizam na região em busca de mapear e coordenar interesses e ações endógenos e exógenos. Essas abordagens criam novas dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ecológicas para a região, ligando a conservação da biodiversidade e a valorização de produtos e modos de produção locais.

A existência de produtos localizados está relacionada às identidades construídas social e ecologicamente na Amazônia e tem sido uma estratégia para conservação da biodiversidade mesmo antes de novas estratégias governamentais ou não governamentais serem propostas para a região. Os protagonistas têm sido povos indígenas e comunidades tradicionais tais como quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, dentre outros. Produtos associados a grupos sociais variam desde arte corporal, cestarias, cerâmicas, plantas medicinais, farinhas, pimentas, frutas (cacau, açaí, babaçu, pupunha) castanha, guaraná e palmito até sistemas de produção que resultaram de relações sociais e ecológicas especializadas.

A produção localizada está situada entre interações sociais e ecológicas, por meio de artefatos, expressões culturais, extrativismo ou cultivo de plantas diversas; conhecimento e práticas associadas se tornam produtos intrínsecos, ligados a modos de vida e até mesmo à própria existência de sistemas florestais. Estudos (FLORÈZ, 2005; BERKES, 2004; CUNHA & ALMEIDA, 2001; DIEGUES, 2000; MORAN, 1993)

demonstram que o conhecimento tradicional associado à biodiversidade tem promovido a manutenção e em alguns casos o aumento da biodiversidade, tanto em variedade quanto em variabilidade, nas principais áreas de floresta tropical do mundo. Esses conhecimentos constituem produtos de herança histórica associado à natureza material e imaterial.

O conhecimento tradicional envolvido na produção local representa e evoca imagens que podem ser relacionadas a práticas e sistemas de produção de baixo impacto, manejo adaptativo e conseqüente sustentabilidade considerando aqui que serviços ambientais são preservados. A qualidade do espaço, natureza envolvida e determinantes culturais são chaves para entender o processo de saber-fazer (know-how) que acontece em territórios construídos social e ecologicamente. De acordo com Flores (2006) o saber-fazer local é uma forma de expressão cultural que define a identidade e onde relações coletivas ou individuais são estabelecidas. Dentro deste espaço está a noção de territorialidade, que assim como definida por Little (2002) é o esforço coletivo de um grupo social em ocupar, usar, controlar e se identificar com uma forma particular do seu meio biofísico. De alguma forma ou de outra esses conceitos estão ligados ou contemplados neste estudo. A constante construção e contribuição de tais noções auxiliarão no entendimento da produção de novas dinâmicas locais, valores e relações envolvidas na Amazônia e que têm dado a esta região novas faces identitárias, novas configurações territoriais, e quem sabe uma nova contribuição à qualidade da sustentabilidade.

Alguns dos produtos da Amazônia que podem se beneficiar de sua qualidade original seja por seu valor nutritivo ou por seu apelo sócio-cultural e ecológico, podem ser exemplificados por óleos, frutas e outros alimentos. Alguns óleos são: andiroba (*Carapa guianensis*), babaçu (*Attalea speciosa*) e buriti (*Mauritia flexuosa*) e camucamu (*Myrciaria* sp.). Frutas: açaí (*Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e cacau (*Theobroma cacao*). E outros itens alimentares: castanha do Brasil e óleo de castanha (*Bertholletia excelsa*), guaraná (*Paullinia cupana*), farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), chili pimenta, mel, e peixes ornamentais.

Ações para a valorização desses produtos já foram empreendidas pelo fato que esses produtos fazem parte da dieta da região amazônica e vida cotidiana, tais como a farinha de mandioca, peixes e frutas. Alguns desses produtos têm um apelo para conservação, especialmente no caso da castanha, óleos, pimentas e mel por terem grupos sociais e étnicos associados a eles.

São vários os exemplos de casos de produtos que chamam a atenção e se multiplicam pela Amazônia, seja pelo apelo social e de conservação, existem os casos das biojóias (jóias feitas de semente e outras matérias tais como penas, cabaças, cocos, fibras, conchas, etc) elaboradas por associações de mulheres; seja por apelos de valores nutricionais, como o caso do guaraná, castanha, açaí; ou até mesmo de *marketing* de imagens exóticas, tais como a própria floresta amazônica sua exuberância, magnitude, riqueza de formas de vida, que estão embutidas no imaginário acessado por tais produtos quando transportados para além das fronteiras amazônicas.

Desta forma este capítulo, em sua primeira parte, pretende uma abordagem geral de produtos da Amazônia, com uma breve descrição, para ilustração, de alguns casos que vêm se destacando no cenário nacional e internacional. A segunda parte apresenta um levantamento de produtos agroalimentares passíveis de valorização e um olhar para os caminhos possíveis para a valorização; onde produtores ou associações estão buscando tornar visível uma marca de identidade cultural para as suas produções, baseados na originalidade da espécie ou variedade, condições ecológicas, processos tradicionais ou modos de produção.

1. CASOS DE DESTAQUE

ÓLEOS ESSENCIAIS

O Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural – SEDR, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, e o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP, têm investido na formulação de um programa que valorize cadeias de produtos da sociobiodiversidade⁷⁷. O processo coletivo de construção do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade ocorreu durante os anos de 2006-2008 e levantou diversos produtos em todos os biomas brasileiros passíveis de benefícios e incentivos da política nacional a ser instituída (MMA/MDA/MDS, 2007). Em entrevista com representantes do MMA, o foco inicial da política para o bioma Amazônia será dado aos óleos essenciais. Os óleos são: andiroba, babaçu, castanha, copaíba e buriti. Ressalta-se que esses são óleos de cadeias mais consolidadas e com maiores possibilidades de agregação de valor tanto pela conservação da diversidade biológica quanto pela manutenção da diversidade cultural, têm sua produção ligada a povos e comunidades

⁷⁷ Ver Capítulo 1 para a definição de produtos da sociobiodiversidade.

tradicionais com andirobeiras, quebradeiras de coco de babaçu, seringueiros, castanheiros, dentre outros.

A exploração de óleos essenciais da Amazônia está ganhando mercado e interesse para propósitos medicinais e cosméticos. O estado do Acre, por meio de seu laboratório de tecnologia, tem investido na traçabilidade e pureza dos óleos de copaíba *Copaifera* sp, andiroba *Carapa guianensis*, buriti *Mauritia flexuosa*, açaí *Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria* e murumuru *Astrocaryum murumuru* Mart.. Algumas comunidades, tais como a chamada Sibéria, localizada ao longo do Rio Acre, no município de Xapuri, tem recebido treinamento e apoio para produção de sabonetes, óleos, shampoos, loções e pomadas. O projeto tem parcerias com o governo estadual e com entidades do terceiro setor com o objetivo de aumentar as possibilidades de geração de renda, aumento de perspectivas de vida dentro da floresta e com a conservação.

O estado do Acre criou a Agencia de Negócios do Acre - ANAC com o objetivo de apoiar negócios da floresta. Os principais produtos apoiados são a farinha de mandioca, castanha-do-brasil, guaraná e cosméticos. O apoio foi dado a pequenas cooperativas, melhoramento da infra-estrutura de produção, incentivos fiscais, rotulagem, embalagens e marketing. Como descrito nesta tese (capítulos 4 e 5), a farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-brasil ganharam uma série de incentivos governamentais e subsídios para produção que contribuem para a conservação da floresta por meio da manutenção de atividades tradicionais como o agro-extrativismo.

ÓLEO DE CASTANHA-DO-BRASIL

Óleos alimentícios estão também ganhando espaço na valorização. O óleo de castanha-do-Brasil extraído pelos Kayapó, é um dos exemplos. Este foi certificado no final de 2006 pelo IFOAM (International Federation of Organic Agricultural Movements) e ganhou o selo FSC (Forest Stewardship Council), proveniente de uma rede de organizações nacionais e internacionais que certificam produtos florestais orgânicos e não madeireiros⁷⁸. Vale considerar que a certificação é um processo voluntário e, que, uma vez obtida agrega valores sociais e ambientais ao produto e ao processo de

⁷⁸ Ver Capítulo 2. A certificação de produtos provenientes do manejo florestal (empresariais ou comunitárias) no Brasil é feita principalmente pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal ligado ao FSC (*Forest Stewardship Council*), uma organização não governamental que fiscaliza as cinco certificadoras credenciadas que são responsáveis por liberarem o selo FSC (FSC, 2007). Essas certificadoras são monitoradas pelo FSC Internacional, que trabalha com um selo que identifica produtos com padrões de produção de acordo com um sistema de entendimento de "florestas bem manejadas".

produção. As fases da certificação FSC são: avaliação prévia, reuniões com lideranças locais e regionais, auditorias, relatórios, revisões constantes do processo de produção, exposição pública sobre o processo de certificação, monitoramento anual, e renovação da certificação a cada cinco anos (FSC, 2003). Todos são processos restritos que demandam auditorias constantes e flexibilidade da comunidade em adaptar regras e modelos internacionais.

O exemplo Kayapó é interessante porque o processo de certificação mostrou adaptações necessárias e flexibilidade em uma história cheia de altos e baixos envolvendo diferentes associações Kayapó, grandes empresas tais como o Body Shop, imagens de negócios socialmente justos e ambientalmente responsáveis, relações de abandono, novas trocas e finalmente a certificação (De Robert & Simoni, 2007). Um exemplo de compatibilidade de atividades pode ser sintetizado na frase de Luis Sampaio, um representante do Instituto Raoni⁷⁹, “nós respeitamos o tempo da castanha-do-brasil como respeitamos o tempo dos povos indígenas, se a aldeia está celebrando, a celebração tem que continuar, não é para trabalhar” (AMAZÔNIA.ORG, 2006).

AÇAÍ E GUARANÁ

Outro exemplo pode ser ilustrado pela mistura de açaí e guaraná. O açaí é uma fruta que tem ganhado espaço na vida de brasileiros que vivem ao sul da Amazônia e até mesmo em países como os Estados Unidos. A mistura de açaí é caracterizada pelo forte valor nutricional o que gera um apelo de marketing e de grande afeição pelo mercado norte-americano⁸⁰. Assim, o produto tem sido exportando aos Estados Unidos por uma empresa que maneja mais de 70 mil palmeiras de açaí nativo da ilha de Murucutu, no estado do Pará. O açaí é vendido pela Associação de Plantadores de Açaí da Ilha de Murucutu. O guaraná não é completamente produzido na Amazônia e é comprado para exportação pela ONG Onça no estado da Bahia, que possui certificação orgânica (OESP, 2004).

⁷⁹ O Instituto Raoni foi fundado em Abril de 2001 por representantes de aldeias das três Reservas Mekranoti no Brasil Central que “decidiram criar sua própria organização não governamental sem fins lucrativos para elaborar projetos de conservação e desenvolvimento e obter fundos externos para realizá-los. O Instituto recebe o nome de seu fundador, Raoni, líder e cacique Kayapó. Para mais informações ver: <http://www.raoni-institute.org/index2.php?lang=pt&page=institute>

⁸⁰ Outro exemplo com o açaí é a empresa norte-americana Sambazon, que tem expandido e conquistado o mercado dos Estados Unidos. A empresa tem sua base no estado do Amapá e trabalha com o Projeto Açaí Sustentável. Para mais informações ver: www.sambazon.com

Com a ampliação do mercado consumidor do açaí, para além do consumo local e regional, o açaí que pode ser considerado produto de básico na dieta da esfera regional, passa a ser visto, consumido e valorizado como iguaria nutricional da Amazônia na esfera de mercado internacional. Segundo dados em reportagem do jornal *Los Angeles Times* (2008), o açaí e produtos derivado já movimentou para uma empresa de base na Califórnia vinte e cinco milhões de dólares em 2008 e a tendência é de franca expansão com o processamento de mais de onze mil toneladas do produto.

ARTE E PIMENTA EM PÓ DOS ÍNDIOS BANIWA

Com o apoio do Instituto Socioambiental – ISA, a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) no Amazonas, entidade que representa 17 comunidades Baniwa, executa o projeto de produção e comercialização da pimenta em pó Baniwa. O povo Baniwa já desenvolve o Projeto Arte Baniwa, que possui em São Gabriel da Cachoeira um entreposto de vendas de cestaria. A cestaria de arumã Baniwa é atualmente comercializada nos grandes centros do país, como nas lojas Tok Stok, e em algumas localidades do mundo. A cestaria é desenvolvida essencialmente pelos homens Baniwa. O apoio e iniciativa de produção ampliada e comercialização da pimenta promove a inclusão das mulheres Baniwa no processo produtivo do Projeto Arte Baniwa. O conhecimento e a preparação das pimentas é de domínio exclusivo das mulheres. Segundo a OIBI e o ISA (2005, 2006), já foram catalogadas mais de 107 amostras de frutos de pimentas provenientes de roças de 19 mulheres que participam do projeto e estão distribuídas em 11 comunidades distintas ao longo do rio. As pimentas vêm em diversas cores, formas, aromas e ‘picâncias’. O projeto inclui ainda propostas de realização de estudos e pesquisas sobre potenciais e usos dessas pimentas. Os índios já utilizam as propriedades das pimentas para diversos fins tanto alimentares como medicinais (analgésicos, anti-inflamatórios, e antibactericidas).

As organizações envolvidas com o Projeto Arte e Pimenta em pó Baniwa indicam que o objetivo das vendas desses produtos é chegar a consumidores que buscam pelo diferencial do valor social e ambiental agregado. Tais consumidores estão preocupados com a preservação da agrobiodiversidade da Amazônia. Assim, o projeto pretende ofertar as pimentas em pó para nichos específicos de mercado, tais como casas especializadas e restaurantes. A proposta é de proporcionar ao mercado um produto orgânico, com qualidade cultural e ecológica, caracterizando assim o negócio como solidário (ISA, 2005).

GUARANÁ DOS ÍNDIOS SATERÉ MAWÉ

A Fundação Slow Food⁸¹ em parceria com a ONG Associação para a Cooperação Rural na África e América Latina – ACRA e os membros do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) lançaram a Fortaleza do Guaraná Sateré-Mawé. As Fortalezas do Slow Food são projetos de desenvolvimento da qualidade do produto, envolvendo diretamente pequenos produtores, técnicos e entidades locais. Esses projetos têm como objetivo auxiliar grupos de produtores artesanais, no caso os índios Sateré-Mawé, a preservar produtos artesanais de qualidade.

Os índios Sateré-Mawé são aproximadamente 8 mil, vivendo em 80 aldeias diferentes nas proximidades dos Rios Madeira e Tapajós, AM/PA. O guaraná é planta importante para a cultura mística dos Sateré-Mawé. Os Maué, como são também chamados, são conhecidos por terem domesticado o guaraná. O guaraná é utilizado como estimulador da atividade cerebral, pois age no sistema nervoso. Combate fadiga por ajudar a manter os níveis de energia durante atividades físicas. Os Sateré-Mawé coletam a semente dos frutos nativos de guaraná da floresta e as plantam em áreas mais próximas as aldeias ou em clareiras para melhor acompanhar e regar as plantas, com a própria água da chuva. As polpas das frutas maduras são removidas e as sementes torradas, descascadas, trituradas e moldadas em bastões que variam entre 100g e 2 kg. Os bastões são embalados em panos de algodão para defumar com madeiras aromáticas (SLOW FOOD, s/d)

Segundo a Fundação Slow Food (s/d) o Projeto Fortaleza do Guaraná Sateré-Mawé tem promovido e incentivado o uso do bastão tradicional de guaraná apresentando-o em diversas localidades (exposições e degustações) no mundo inteiro.

BRINQUEDOS DE MIRITI

⁸¹ O Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 na Itália como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food*; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo. O Slow Food segue o conceito da ecogastronomia, conjugando o prazer e a alimentação com consciência e responsabilidade, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta. Hoje conta com mais de 80.000 associados que formam e mantêm o movimento. Em 2003 foi lançada a Slow Food para a biodiversidade e desde 2004 a Fundação mantém acordo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com apoio as ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ver: <http://www.slowfoodbrasil.com> .

Associação dos Artesãos de Miriti de Abaetuba – ASAMAB foi criada em 2002 em Abaetuba, PA. Tradicionalmente, os artesãos produziam peças para as festividades do Círio de Nazaré e com o apoio de parcerias com o Sebrae/PA e o Governo do Estado a Associação começou a desenvolver e expandir mercado com a confecção dos brinquedos de Miriti. Atualmente, são mais de cem artesãos produzindo os brinquedos que tem ganhado cada vez mais espaço em exposições nacionais e internacionais.

Os brinquedos são fabricados a partir da palmeira do buriti. O artesão Valdeli Costa descreveu, durante a III Feira da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária em Brasília em 2006, o processo de coleta e trato dos talos da palmeira. O artesão demonstrou observar o manejo da planta, pois colhe apenas os braços da palmeira, tornando possível a manutenção e sobrevivência da palmeira; descreveu também o aproveitamento das palhas para confecção de cestos, ou seja, reaproveitando partes que não seriam utilizadas para incrementar a produção com peças para além dos brinquedos.

As peças de Miriti fazem referências simbólicas e cotidianas dos próprios artesãos, bonecos, barcos, animais como cobras, jacarés, pássaros, dentre outros. Segundo artigos diversos de jornais e relato do artesão, os brinquedos são exclusivos e inéditos, pois contam com a inspiração do artesão e a criatividade do próprio, sua família, mulheres e crianças, para as pinturas finais após esculpirem as peças (Ponto Solidário, 2005). Este exemplo de conciliação de aproveitamento de uma espécie abundante como o buriti com a necessidade de geração de renda e trabalho criativo demonstra a possibilidade aliar a sustentabilidade ecológica e sociocultural.

COURO VEGETAL

Segundo Becker e Lená (2003), o couro vegetal é produzido principalmente em quatro localidades da Amazônia Ocidental e todo ele comercializado via CVA (Couro Vegetal da Amazônia S/A). Os locais de produção são: Floresta Nacional Mapiá-Inauini – AM, Reserva Extrativista do Alto Juruá⁸² - AC, a Terra Indígena Kaxinawá - AC e a Terra Indígena Yawanawá - AC.

No início dos anos noventa a CVA patenteou o procedimento de fabricação do couro vegetal o que auxiliou a melhorar o produto, registrado como “treetap” e atualmente comercializado via a empresa “Amazonlife”. As associações, desde o início tiveram

⁸² Para a produção do Couro Vegetal no Vale do Juruá ver Andrade (2003).

acesso via contrato, aos benefícios do patenteamento e de modo a facilitar negociações de vendas criaram a Associação de Produtores de Artesanato e Seringa – APAS.

Em 1996 a CVA se retirou das atividades de capacitação, gerenciamento, e promoção do produto por motivos de prejuízo econômico e criou uma ONG de nome Instituto Nawa para desempenhar tais atividades e poder receber financiamentos públicos ou de Fundações e outras organizações. O controle de qualidade de tal produto é específico e rigoroso para a proposta de confecção de produtos como bolsas e outras peças para exportação. Os artesãos produzem laminas de couro que precisam ser testadas e aprovadas para serem compradas e posteriormente utilizadas para os fins já explicitados. Algumas experiências de vendas já fizeram as lâminas produzidas pelos artesões serem reprovadas nos controles de qualidade de empresas Francesas e Italianas e devolvidas, o que forçou o aperfeiçoamento de técnicas de vulcanização e tratamento químico. Becker e Lená (2002) descrevem o processo de aceitação e recusa das lâminas e indicam que é possível que a qualidade requerida por tais empresas seja somente alcançada em processos industriais de fabricação se tornando contrária a filosofia do empreendimento artesanal de conservação socioambiental e à imagem de negócio sustentável requerida pelas empresas.

Alguns desafios para além da qualidade das lâminas circundam as 29 unidades de produção, tais como grau de envolvimento e participação no empreendimento. A concorrência tem aumentado nos últimos anos e escolhas quanto a processos de gestão nas quatro associações que possuem contrato com o Nawa, começam a emergir. O exemplo citado pelos autores, é que a Associação do Alto Juruá se integrou ao PRODEX e recebeu financiamentos enquanto as outras obtiveram recusa em Projetos Demonstrativos (PDAs) do PPG7. Existe também a concorrência com produtos feitos com técnicas mais simples, como a do couro ecológico, que se espalha e de alguma forma ganha mercado nacional (BECKER E LENÁ, 2003). Resta saber se o grupo pioneiro na técnica e no mercado conseguirá utilizar estes fatores em seu favor para melhor desenvolvimento do empreendimento sustentável⁸³.

MEL DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

A Associação Terra Indígena do Xingu – ATIX foi criada no ano de 1994 e desde então desenvolve ações ligadas a apicultura no Parque Nacional do Xingu com mais de

⁸³ Para mais informações sobre o empreendimento com o couro vegetal ver: <http://www.amazonlife.com/>

28 aldeias indígenas. Cada uma das aldeias produz, colhe e envia o mel para uma casa de mel chamada “Central do Mel”, onde o produto é embalado e enviado para Canarana - MT. A produção média está em torno de duas toneladas de mel por ano. Em 2003, com o apoio do Instituto Socioambiental, a ATIX fechou contrato com o Pão de Açúcar para vender mel do Parque Indígena do Xingu em suas lojas por todo o país.

Segundo entrevista das lideranças indígenas envolvidas com o aumento da produção e comercialização do mel, o objetivo da entrada no mercado é de proporcionar aos indígenas de diferentes etnias que vivem no Parque do Xingu um aumento na qualidade de vida (AMAZÔNIA.ORG, 2003) com rendimentos para as etnias e para auxiliar nas ações já desenvolvidas pela ATIX, como fiscalização das fronteiras do Parque, saneamento e educação (ISA, 2007).

A ATIX registra também ações voltadas à recuperação florestal na Bacia do Xingu. Em 2007, representantes da ATIX participaram do I Simpósio de Apicultura da Bacia do Xingu, em Gaúcha do Norte (MT), onde puderam expor a experiência de mais de dez anos de apicultura no Xingu. A apicultura se mostra como alternativa econômica sustentável e de valorização das culturas locais que já praticam a atividade por muitos anos (Y IKATU XINGU, 2007).

PEIXES ORNAMENTAIS DE BARCELOS

Barcelos está localizada a 400 km a noroeste de Manaus – AM e foi, inclusive, a capital do estado até 1758. Localizada às margens do Rio Negro é amplamente conhecida por exportar peixes ornamentais. De acordo com dados do Conselho Estadual de Pesca e Aqüicultura do Estado do Amazonas, estima-se que 60% da economia do município esteja vinculada a coleta e venda desses peixes. Este mesmo Conselho decidiu em 2007 criar um grupo de trabalho que desse início ao processo de aprovação para aquisição do selo de Indicação Geográfica. Um selo como este possibilitará a agregação maior de valor ao produto e, seguindo as normas e regras necessárias, contribuirá para um manejo mais adequado das espécies. Este conselho é composto por representantes de entidades ligadas ao setor da pesca, como Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) e MAPA, a Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aqüicultura (SEPA), o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Mamirauá e o Comitê Barcelos. Uma vez com estudos técnicos em mãos a proposta será

levada para apreciação pelo Ministério da Agricultura e ao Instituto Nacional de Proteção Intelectual (PEIXES ORNAMENTAIS, 2007).

Esta é uma iniciativa também já pensada por outras organizações que trabalham na Amazônia, como a Amigos da Terra, e tem interesse em conservar e valorizar os peixes ornamentais por seu potencial. Se aprovada será o primeiro produto amazônico a se beneficiar de tal selo. O processo para essa aprovação demanda estudos minuciosos e adequações que podem ainda estar no spectrum de longo prazo, de qualquer forma o passo inicial para mobilização política e técnica para tal agregação de valor já foi dado.

PROJETO RECA

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, conhecido como Projeto Reça, tem sua origem ligada ao final da década de 1970, quando famílias vindas do sul e sudeste do país aceitaram a oferta⁸⁴ de assentamento rural para Amazônia feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Em 1984 um grupo de pequenos agricultores se estabeleceu em um antigo seringal conhecido como Nova Califórnia na divisa dos estados de Rondônia e Acre, às margens da BR-364. Depois de tentativas de fracasso na produção de alimentos como feijão, arroz e milho, os agricultores, em intercâmbio com moradores, seringueiros mais antigos da região, decidiram focar na produção de frutas da região como o cupuaçu, pupunha e açaí (REBRAAF, 2005b, IPEA, 2008).

O Projeto Reça – “Um novo Modo de Viver e Produzir na Amazônia” foi criado oficialmente em 1989 com a proposta de utilizar o sistema agroflorestral de cultivo para produzir espécies nativas da região, combinando segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e geração de renda de forma solidária, coletiva e comunitária. Segundo IPEA (2008), o Projeto Reça possui 12 grupos comunitários que reúnem 354 famílias associadas. Cada grupo conta com um coordenador homem e uma mulher e se reúnem mensalmente com o grupo para tratar de assuntos e decisões relativas à produção. O Projeto conta com assistência técnica e formação para os filhos de agricultores e investe na Escola Família Agrícola da região, em saúde e capacitação de agentes para o combate da malária.

⁸⁴ À época, a política de incentivo a ocupação da Amazônia levou o INCRA a doar “lotes de 100 hectares de mata fechada aos interessados em colonizar os grotões do Brasil na esperança de resolver um problema fundiário, uma vez que Acre e Rondônia divergiam sobre a localização da linha de divisa territorial na região” (IPEA, 2008)

Duas gerências executam o Projeto: uma trata da gestão administrativa, financeira e comercial e a outra cuida do beneficiamento, armazenagem, transporte e manutenção da estrutura física do projeto. Os produtores ficam com a responsabilidade de coleta e entrega dos frutos até a unidade de beneficiamento, onde o Projeto assume o processo que conta com a própria comunidade para acompanhar a administração. Esta forma de organização e produção já rendeu ao Reça alguns prêmios nacionais e internacionais⁸⁵, principalmente pelo fato de ser um projeto replicável. O beneficiamento dos produtos inclui a agregação de valor como fabricação de manteigas de cupuaçu, licores, doces e geléias. O Reça vende sua produção diretamente no atacado e no varejo. O Projeto tem exportado palmito de pupunha para França, via sistemas de comércio justo e solidário. Recentemente 30 famílias conseguiram certificação de produtos orgânicos via Imaflora⁸⁶, e outras 20 estão certificadas com selo de produto orgânico para sua unidade de produção via a Certificação Sócio-Participativa (IPEA, 2008).

CACAU DE URICURITUBA

O cacau do médio e baixo Amazonas é um caso, que vale ser detalhado, pois ilustra bem algumas das dificuldades em agregar qualidade e valorização ao todo de um produto (produção, certificação, comercialização e distribuição). Por ser uma fruta nativa da floresta tropical amazônica, o cacau já agrega qualidades naturais, mas condições de organização local, infra-estrutura, contextos econômicos, sociais e políticos comprometem a qualidade do produto final.

O cacau (*Theobroma cacao* L.) da região de Uricurituba (Médio e Baixo Amazonas) é considerado de boa qualidade pelo simples fato de ser da região onde a espécie se originou (CEPLAC, 2005; ALMEIDA E BRITO, 2003; REBRA, 2005; SANTILLÁN, 2007). A principal diferença deste cacau para outros cacaos produzidos no Brasil é sua origem, em uma área caracterizada como úmida. É estimado que 80% do total do cacau produzido na Amazônia venha dessa região. A organização não-governamental Amigos da Terra por ter esse conhecimento e estar atuando na região amazônica por muitos anos, decidiu desenvolver um Projeto de Arranjo Produtivo Local (APL) do cacau objetivando agregar mais qualidade a esta espécie de Uricurituba – AM. O trabalho foi

⁸⁵ Prêmio Objetivos do Milênio – ODM Brasil 2007. Iniciativa do governo brasileiro em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Projeto Reça também foi contemplado no Premio Fundação Ford de Conservação Ambiental 2008.

⁸⁶ O Imaflora é uma ONG brasileira que trabalha na promoção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Desde 1995 trabalha para implantar a certificação florestal e agrícola. Para mais informações ver: <http://ww2.imaflora.org/>

empreendido por esta ONG com produtores locais e o apoio do governo municipal em 2005. Em entrevista com o pesquisador responsável pelo APL, foi relatado que o principal objetivo do trabalho era implementar um sistema de Indicação Geográfica (IG) tanto para o cacau de Uricurituba quanto para dois outros produtos (mel de abelhas nativas de Boa Vista - RR e peixes ornamentais de Barcelos - AM), mas muitos desafios emergiram e esse objetivo foi adiado (AMIGOS DA TERRA, 2006⁸⁷).

Uma das grandes dificuldades em adquirir o selo de reconhecimento IG ao cacau do médio e baixo Amazonas esbarra no próprio aspecto geográfico. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, já identificou pelo menos 14 outras localidades na Amazônia que produzem cacau nativo. Este fato torna mais difícil a implementação de um sistema IG para o cacau do médio e baixo Amazonas.

Outro desafio encontrado no trabalho com os produtores está relacionado à organização local da produção. Esta é incipiente e fragilizada. Incipiente porque existe entre os produtores grande desnivelamento técnico e de produção. Fragilizada por questões fundiárias, a maior parte dos produtores não possui título ou posse da terra; o cacau é produzido às margens do rio, área esta de propriedade da União. A articulação com a legislação ambiental é descompassada frente a questões de titulação de terra e até mesmo da própria produção com a falta de registros e capacidade de emissão de nota fiscal.

Dos 190 produtores cadastrados, alguns se destacam e realizam um semi-beneficiamento (possuem material para secagem do cacau), mas a maior parte dos produtores está desprovida e despreparada para este segundo passo em direção a uma maior estrutura de produção. De acordo com Neves (2005) todo o cuidado necessário durante as diferentes fases do processamento são fundamentais para garantir a qualidade final da amêndoa, influenciando no nível de açúcar e sabor.

A comercialização também é fracamente estruturada. A produção é vendida pelos ribeirinhos para os regatões, que na maior parte dos casos utilizam o dinheiro adiantado pelo regatão para saldar dívidas e a produção é basicamente trocada a preço irrisório. O projeto do APL do Cacau identificou ribeirinhos vendendo a produção de cacau a repassadores que vendem à Cargill Cacau. Ou seja, o cacau da região de Uricurituba é “blendado” com outros produtos de origem híbrida, sem nenhuma identificação de origem específica.

⁸⁷ Entrevista a Luiz Vilares, Amigos da Terra. São Paulo. Novembro, 2006.

O cacau de Uricurituba, comparativamente, com outras localidades produtoras de cacau no mundo, como a Costa do Marfim, Gana, República Dominicana, Venezuela e Equador, mostrou-se de baixa qualidade. O alto teor de gordura para produção de chocolate e o alto ponto de fusão, atributos desejados no cacau, demonstraram índices próximos aos cacaos de maior qualidade, porém os processos de fermentação e secagem precisam ser mais homogêneos para se obter um produto de maior qualidade. Além desses, outros atributos como o tamanho e o peso da semente podem ser melhorados, pois cacaos mais nobres têm sementes mais pesadas. As melhorias nesses processos influenciarão o desejado “flavouring” (sabor) do cacau. A existência de uma estrutura organizacional fragilizada e capacidade técnica instalada aquém do necessário contribuem para a ampliação do desafio de uma possível indicação geográfica para o cacau de Uricurituba.

O processo para uma possível certificação orgânica é dispendioso, pois exige capacitação, mapeamento das unidades produtivas, identificação dos produtores, uma estrutura associativista e/ou cooperativista mais enraizada nas pessoas e um conselho técnico e regulador da produção. Em dezembro de 2006, a fase do Projeto APL Cacau estava concentrada na compilação de uma base de dados dos produtores, na organização do inventário florestal, no conhecimento dos desafios tributários e jurídicos para organização da produção orgânica, no conhecimento mais aprofundado de toda a cadeia produtiva do cacau. A organização estava próxima de finalizar um documento básico para realizar a certificação orgânica de 100 produtores. Pretendia-se uma certificação em grupo (em módulo), assim novos produtores poderiam ir se agregando aos módulos previamente estabelecidos⁸⁸.

O cenário de condições complexas para a região: acesso e logística; o histórico de décadas de políticas públicas que não priorizaram um desenvolvimento regional integrado; condições sociais de falta de acesso básico a educação e saúde; e relações locais de poder caracterizadas por clientelismo, contribuem para os desafios que envolvem a organização e a participação qualificada local. A construção da qualidade de produtos locais requer que alguns dessas barreiras sejam superadas para que de fato a valorização dos produtos ocorra.

⁸⁸ No início de 2008, a Amigos da Terra informou que a ONG norte-americana CARE estava prestando assessoria contínua com uma consultora na localidade. A Amigos da Terra está com o projeto em espera, pois não houve renovação do financiamento e na busca de novas fontes para continuidade das ações empreendidas com os produtores de cacau de Uricurituba (Entrevista Amigos da Terra)

2. LEVANTAMENTO: PRODUTOS AGROALIMENTARES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Este capítulo tem se dedicado a apresentar um panorama geral dos produtos regionais da Amazônia, contemplando questões de agregação de valor (desafios e perspectivas potenciais), e se valendo de exemplos de casos como óleo de castanha Kayapó, o açaí com guaraná para exportação, arte e pimenta em pó dos índios Baniwa, Guaraná dos Índios Sateré Mawé, brinquedos de Miriti, couro vegetal, Mel do Parque Indígena do Xingu, peixes ornamentais de Barcelos, produtos do Projeto Reça e o cacau de Uricurituba. Existem muitos outros exemplos menores em termos de divulgação, mas não por isso inexistentes como biojóias, artesanatos e produtos medicinais como a copaíba, o sangue de dragão e o veneno do sapo kampô. Existem também aqueles casos maiores de grandes empresas brasileiras de cosméticos como Natura que se vale de produtos, princípios ativos e imagens da floresta e seus habitantes para promover suas ações de responsabilidade socioambiental. Este cenário corrobora com o que aponta Becker (2007) para a expansão de mercados de produtos na Amazônia. A autora indica que existem dois níveis de ecomercados, um nível menor, dos pequenos e mais modestos e o segundo o que chega ao nível dos fundos de investimento, o *ecobusiness* que tem se mostrado muito lucrativo apesar dos altos custos.

No sentido de compreender o cenário dos produtos agroalimentares da Amazônia montou-se um banco de dados com os principais e potenciais produtos passíveis de valorização por identidade e/ou origem. A presença desses em nichos de mercado, hoje, tem-se dado por apoios de consumidores mais solidários, redes de comércio justo, de organizações não governamentais, do próprio governo federal, por feiras populares nacionais e regionais. Pretende-se, desta forma, uma análise da forma como esses produtos se inserem no mercado e seu significado para aspectos de conservação e uso da sociobiodiversidade. Os produtos verificados foram: castanha, cacau, açaí, pimenta, farinha, mel, guaraná, pupunha, cupuaçu.

METODOLOGIA

Para a montagem do levantamento adotou-se a pesquisa secundária em fontes disponíveis e relacionadas à proposta de valorização de produtos agroalimentares da Amazônia brasileira. O quadro 4 sintetiza as fontes e breve descrição de atuação.

Quadro 4 – Descrição síntese das fontes utilizadas para o levantamento.

Organização / Fonte	Descrição
Amazônia.org	Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados . Este banco foi montado com o objetivo de reunir esforços do enfrentamento de questões relacionadas ao acesso de mercados, tecnologia, recursos humanos, demandas, conservação de produtos, beneficiamento e marketing, valorizando a geração de renda e empreendimentos que contribuem para a proteção dos recursos agroflorestais da Amazônia. O banco de dados do balcão oferece informações sobre os empreendimentos (tipo de organização), contatos, fotos e informações sobre os produtos, licenças, dentre outras.
Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III e IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Este catálogo compilou informações de contato com os produtores e associações, além de uma breve descrição dos produtos. Foi produzido e distribuído para os visitantes da III e IV Feira. www.mda.gov.br
Rede Brasileira Agroflorestal REBRAf	A REBRAf reúne em seu site experiências em agrofloresta de todo o país, com o objetivo de promover, difundir informações, facilitar a comunicação e o intercâmbio, a rede presta, desta forma, serviço aos produtores rurais, associações e comunidades tradicionais ou nativas na elaboração de projetos, captação de recursos, parcerias e cooperações http://www.rebraf.org.br/
Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável - DADS MMA	O DADS tem produzido documentos técnicos com detalhamento de produtos agroextrativistas. Esta pesquisa considerou os documentos pertinentes aos óleos essenciais da Amazônia.
Imaflora	Esta pesquisa considerou os produtos alimentícios da Amazônia que são certificados pelo Imaflora, organização que incentiva a promoção de mudanças na produção do setor florestal e agrícola, por meio da certificação objetiva a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais com benefícios sociais. http://ww2.imaflora.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66 .

As variáveis identificadas na construção do banco de dados contemplam: tipo de produto, localidade, processo de produção/tipo de manejo, descrição/atividades desenvolvidas, número de famílias envolvidas e/ou associados, qualidade do produto, escoamento, tecnologia de produção/ processos e técnicas, situação fundiária, mercado, personalidade jurídica, parcerias/ apoio governamental, articulações com outras organizações, financiamento, contatos, fonte da informação. Vale ressaltar que cada base de dados apresentou variáveis distintas para cada produto, não havendo uniformidade metodológica mesmo dentro de uma única base.

A verificação dos dados *in loco* foi feita para os empreendimentos no estado do Acre. A temporalidade da pesquisa foi de cinco anos, outubro 2002 (Amazônia.org,

organização pioneira na compilação de dados do gênero) até outubro de 2007 (IV Feira de Agricultura Familiar).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram identificados 225 empreendimentos⁸⁹ distribuídos entre cooperativas, associações, micro empresas e pessoas físicas (Quadro 5).

Quadro 5 - Produtos e produtores identificados no levantamento de produtos agrobiodiversos

	No de registros	Estados com maior n° de registros	Processo Produção / Tipo de manejo	Personalidade jurídica	Abrangência de Mercado
Castanha	56	AC, RO, MT, PA, AP	Extrativista	Cooperativas / Associações / outros	Local, regional, nacional e internacional
Farinha	28	AM, PA, RO, AC,	Agrícola	Cooperativas / Associações	Local, regional
Mel	38	PA, RO, MT, RR, AM	Extrativismo/ cultivado	Cooperativas / Associações	Local, regional, nacional
Pimenta	02	AM	Agrícola	Cooperativa / Associação	Local, regional
Guaraná	11	MT, RO, AM	Agroextrativista	Cooperativas / Associações	Local, regional
Cacau	15	AM, RO, PA	Extrativista	Cooperativas / Associações	Local, regional
Açaí	42	PA, AP, MT, RO	Agroextrativista	Cooperativas / Associações / outros	Local, regional, nacional e internacional
Pupunha	9	MT, RO	Extrativista	Cooperativas / Associações / outros	Local, regional
Cupuaçu	26	PA, RO, MT	Agroextrativista	Cooperativas / Associações	Local, regional, nacional

Fonte: Pesquisa de campo 2006-2007

⁸⁹ Ver Anexo 7. Tabelas com os dados do levantamento, por produto.

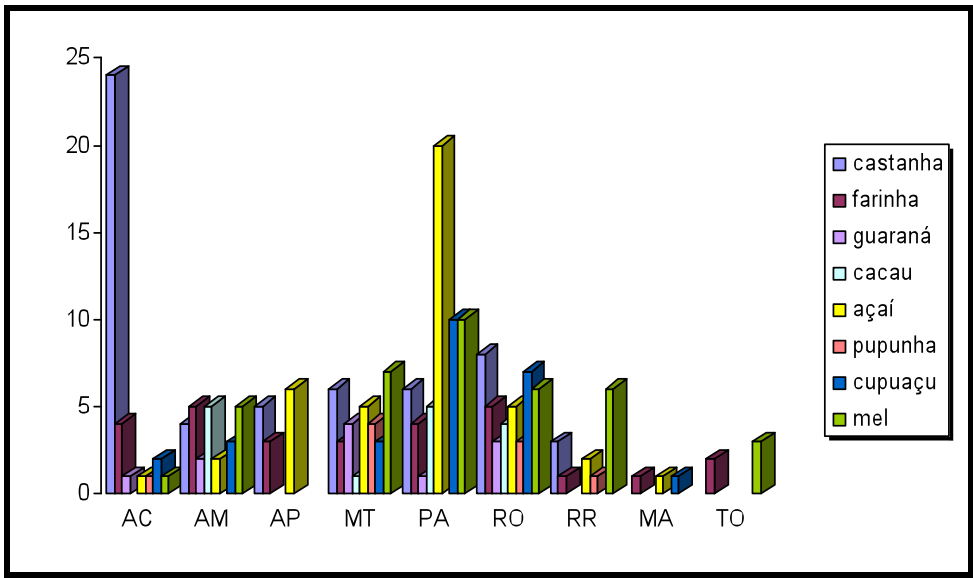


Figura 01 - Distribuição dos registros de produtos levantados por estado.
Fonte: Pesquisa de campo 2006-2007.

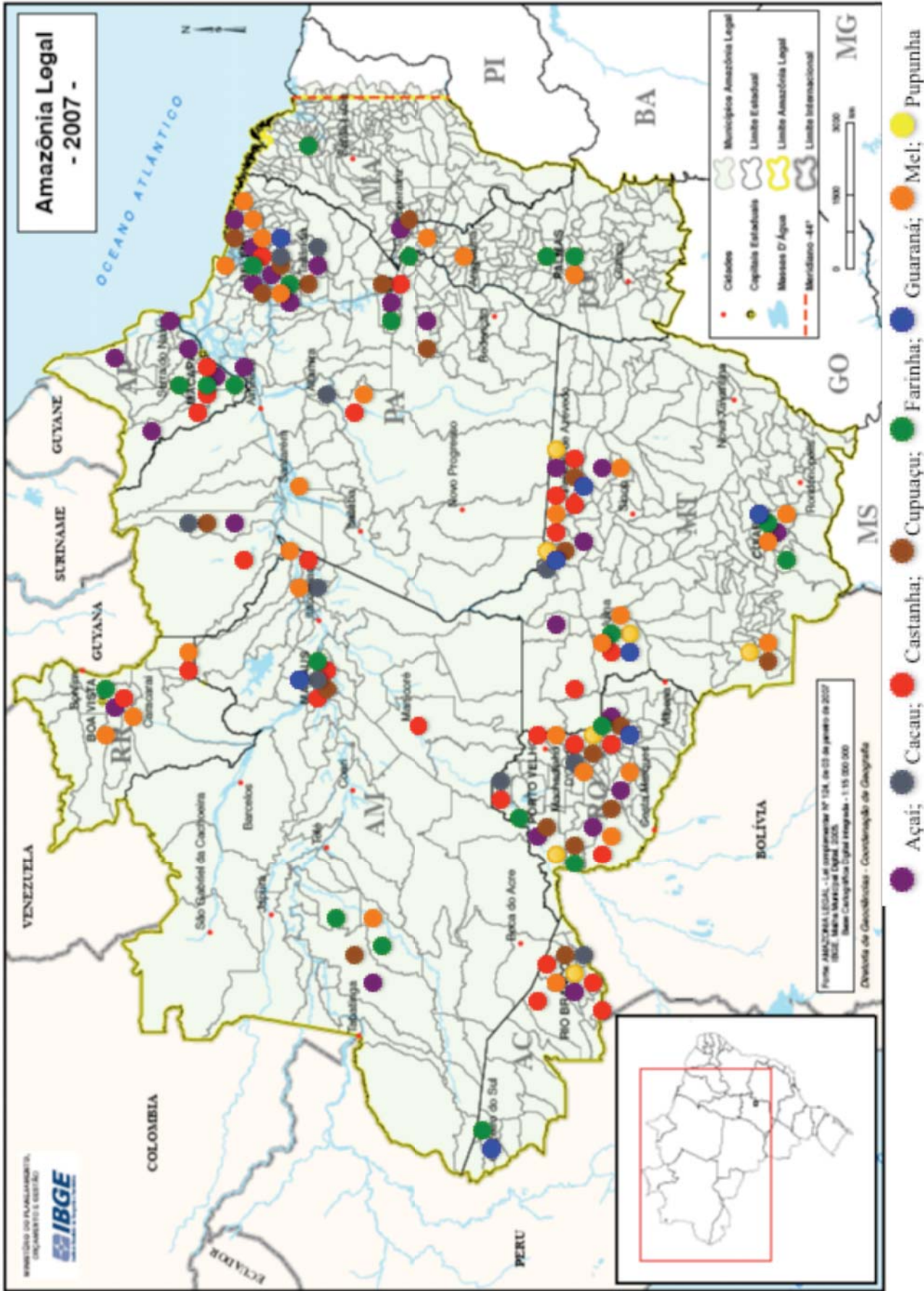


Figura 02: Distribuição espacial dos empreendimentos levantados para a Amazônia Legal. **Fonte:** Mapa adaptado de IBGE/ Malha Municipal 2005.

Algumas considerações quanto aos dados levantados precisam ser esclarecidas para melhor entendimento dos resultados. Existe repetição de empreendimentos registrados no levantamento, pois a maior parte das organizações produz dois ou mais produtos, principalmente aquelas relacionadas às frutas, como cupuaçu, cacau e açaí. Esta repetição indica a tendência por atividades produtivas diversificadas. Ressalta-se que as informações levantadas são desiguais por terem sido coletadas com metodologias e enfoques diferenciados. Para vários dos empreendimentos registrados não se obteve informações em todos os itens estabelecidos como, por exemplo, o nº. de famílias envolvidas, processos de manejo e/ou cultivo, mercado, parcerias. Acrescenta-se ainda que algumas associações e cooperativas agregam associações menores que não chegam a ser registradas no levantamento de busca, por exemplo, o Acre com a castanha e a farinha, Pará com açaí e castanha, Amazonas com a farinha. Desta forma, a perspectiva é que o número de empreendimentos seja pelo menos 3 ou 4 vezes maior, pois assim como pode existir um número maior para os pequenos empreendimentos da Amazônia alguns dos aqui catalogados podem não mais existir, pois não foi possível fazer a verificação de cada um deles.

O panorama geral dos produtos regionais da Amazônia permite uma análise dos principais desafios e perspectivas potenciais para a valorização dos produtos locais. Este panorama também joga luz nos desafios regionais de mercado acentuando as diferenças regionais de escoamento, escala de produção e qualidade do produto final. Algumas perguntas que emergem são: como e por que determinados produtos adquirem destaque maior dentro de um território onde existem outros produtos e modos de produção que abrangem e refletem parte da biodiversidade inerente à Amazônia? Como esses produtos construíram sua trajetória de forma a hoje ganhar cada vez mais espaço de destaque em sítios de busca, catálogos impressos, políticas e ações econômicas?

Como indicam os resultados (Quadro 5 e Figura 1), os produtos com maior número de registros encontrados foram castanha, açaí, mel, farinha e cupuaçu, produtos esses historicamente ligados à segurança alimentar da região, movimentando assim mercados e organizações locais e regionais. Conseqüentemente os maiores e mais populosos estados PA, RO, AM e MT, aparecem com o maior número de associações/cooperativas registradas nos sítios de buscas e catálogos impressos, talvez por serem estados com maior visibilidade, por extensão física-geográfica e influência política.

O mapa de distribuição dos empreendimentos (Figura 2) indica concentração dos registros nas capitais dos estados e em cidades medianas dentro dos estados. O Estado

de Rondônia é onde os empreendimentos estão mais distribuídos pela extensão territorial do estado, para os outros os registros se encontram mais polarizados por regiões intra-estaduais, como no caso de Mato Grosso, que concentra vários registros na região norte e noroeste do estado, ou o Amazonas que para além de Manaus concentra empreendimentos registrados para o Vale do Baixo Juruá, e no Baixo Amazonas. O Pará concentra os empreendimentos na capital, com alguns registros para municípios mais distantes de Belém. A influência da BR 364 ao longo do estado de Rondônia contribui para o entendimento da distribuição dos registros de empreendimentos para aquele estado. A grande extensão de estados como o Amazonas, Mato Grosso e Pará, a própria concentração de desenvolvimento urbano, e a não influência de estradas como em Rondônia, fornece uma explicação para configuração do mapa de registros.

Para além dos dados de distribuição e localização dos produtos, o levantamento identificou tendências de trabalho em rede e/ou associado, este ficou demonstrado pelos principais modos de disseminação: Articulações em rede, *websites*, apoio de uma ou mais ONGs, feiras municipais, estaduais, regionais e nacionais. Demonstrando assim o que aponta Leonel (2000) que grandes organizações ambientalistas nacionais e internacionais, agências multilaterais e governamentais, ONGs e movimentos sociais vêm enfatizando como gerar lucros a partir do aproveitamento econômico da biodiversidade, buscando demonstrar aos interesses comerciais as vantagens do desenvolvimento sustentável. Mas, a dificuldade é como introduzir comunidades tradicionais e até mesmo povos indígenas no mercado, em termos vantajosos e num quadro de livre escolha. Se fazendo necessária a promoção de produtos aceitáveis para consumidores dos grandes centros. De saída, não é fácil atribuir valor a esses produtos, menos ainda esperar que o mercado lhes atribua qualquer compensação.

A maior parte dos produtos levantados está emergindo da informalidade de mercado que prevalece com produtos da Amazônia apenas nos últimos três ou cinco anos e mesmo constando nas bases de dados levantadas continuam na busca pelo mercado formal. Há de se reconhecer que a vitalidade que caracteriza a economia informal e, movimenta, como no caso da farinha de Cruzeiro do Sul (ver capítulo 4), o açaí e a castanha (ver capítulo 5), regiões inteiras, combinam a criatividade local com o atendimento a necessidades de segurança alimentar. Algumas ações por parte de instituições governamentais e não governamentais para formalizar a produção e o mercado da Farinha de Cruzeiro do Sul, por exemplo, ainda estão aquém do almejado, por não conseguir abarcar toda a identidade cultural e comportamental envolvida na produção, da dinâmica produtora e consumidora de farinha. Neste caso, “à inércia do

formal contrapõe-se à vitalidade do informal” (ZAOUAL, 2006, p.208) que continua dinamizando e alimentando o trato cultural da região. Pode-se inferir que esta é a realidade dominante para os mercados locais e regionais dos produtos levantados, por esses serem, em sua maioria, produtos de segurança alimentar, ou seja, alimentos vitais para o sustento de redes sociais locais.

Leite (2007) caracteriza sinteticamente o mercado extrativista como aquele no qual existem centenas de produtores para o mesmo produto; onde nenhum produtor sozinho consegue influenciar os preços de mercado; não existem limitações à entrada de novos produtores no mercado; e dentro de cada mercado particular, os produtos são praticamente idênticos. Algumas dessas razões esclarecem também a dificuldade em fazer um levantamento preciso do número de empreendimentos ligados a cada produto aqui contemplado.

A inserção de produtos locais da floresta no mercado exige algumas demandas que os produtores, de modo geral, ainda não estão prontos para atender à contento. Alguns dos principais desafios relacionados à agregação de valor aos produtos locais da Amazônia e atendimento às demandas de mercado, segundo Leite (2007) são: i) Padronização, perecibilidade e adulteração dos produtos; ii) Regularidade de fornecimento; iii) Organização das comunidades e vícios de gestão; iv) Intermediários, preços, escoamento e distâncias; v) Higiene e qualidade comprovável do produto; vi) Volume ofertado versus volume necessário para atender as demandas; vii) Legislação de manejo e custos; e viii) Desconhecimento dos ciclos produtivos por parte dos próprios produtores.

Vale destacar que nem sempre o que agrega valor a esses produtos é a certificação orgânica, exemplos como óleo de copaíba no Acre, mostrou que a certificação não agrega maior preço ao produto final. Porém, outros elementos contribuíram para a agregação de valor ao óleo de copaíba tais como: o plano de manejos (agrega valor pelo fato de ter documentação e garantir que o produto é legal e pode chegar sem ser apreendido); e regularidade e confiabilidade de produção, o que garante penetração de mercados; a separação do óleo por cor e especificação de origem e laudo de análise química, sendo este o principal motivo para pagamento de maior preço pelo comprador.

O estudo de Leite (2007) demonstrou que a embalagem, aparência e higiene do produto pesa no preço do produto final e que para alguns produtos é mais viável vender a granel que em embalagens fracionadas. Por vezes o comércio a granel permite a venda

de grande quantidade e com rápida circulação de capital de giro. O fracionamento, de óleos, por exemplo, só irá agregar valor se atender normas sanitárias, mas para tanto exige profissionais, equipamento e instalações. As recomendações do estudo (*Ibid*) apontam para a valorização via manejo do produto, com utilização da imagem das populações e origem do produto incorporados ao preço pago e flexibilização dos casos, pois a agregação de valor não pode ser generalizada, o que funciona para um produto pode não ser verdade para outro.

Outro ponto a ser destacado com os exemplos aqui demonstrados é que as parcerias com instituições de maior porte, governamentais ou não, têm garantido uma maior inserção no mercado, e conseqüente agregação de valor pelas propagandas e imagens disseminadas dos produtos e produtores. As instituições maiores se mostram vitais à inserção e permanência dos produtos no mercado. Interessante observar que as grandes também se beneficiam com o apoio fornecido aos pequenos empreendimentos, mesmo que para algumas delas o custo-benefício não se equacione no balanço final, como relatou um empresário de óleos em Rio Branco, que inclusive já havia encontrado óleo de copaíba mais barato em São Paulo que em Rio Branco! O benefício para este empresário estava na sua relação direta com o produtor e com a floresta.

A questão da continuidade dos empreendimentos é ainda fator delicado de ser analisado considerando as relativas curtas historicidades dos principais produtos aqui exemplificados. A maior parte ainda não completou quinze anos de mercado, o exemplo mais antigo é o couro vegetal da Amazônia. Este vem se sustentando pelo forte apoio técnico e de gestão de uma grande organização, que passou por períodos de mais prejuízo que benefícios ou lucros, mas que por convicção pessoal dos diretores resolveu continuar com seu apoio, buscando inclusive outras formas jurídicas para manutenção de sua presença.

Em análise dos pequenos empreendimentos da Amazônia, Becker e Lená (2002) apontam que deve-se considerar que as condições enfrentadas pelas iniciativas de valorização são muito específicas e pouco comparáveis a iniciativas das regiões sul e sudeste do Brasil. Dentre os desafios enfrentados por tais empreendimentos estão a elevação dos custos das transações devido às infra-estruturas precárias e grandes distâncias. O capital privado que queira investir em tais empreendimentos deve se dispor a pagar mais pelo investimento e arcar com possíveis riscos e, na maior parte dos casos, empresas assim o fazem em busca de compensações ligadas a imagens de apoio aos povos da floresta, *fair trade* e conservação.

O mercado para os produtos da Amazônia brasileira, com o exemplo do estado do Acre, se completa e se realiza necessariamente com a participação de instituições governamentais e não governamentais. Este fato corrobora com o que elucidou Fitoussi (*apud* ZAOUAL, 2000) afirmando que as instituições ocupam lugares cada vez mais relevantes dentro de qualquer análise econômica que almeje refletir o mundo factual. Este mundo factual está repleto de relações que se mantêm, renovam e iniciam com o cenário de entrada e influência de instituições e atores alheios às vidas cotidianas e concretas da Amazônia.

Alguns outros pontos relevantes de serem destacados para os pequenos empreendimentos e iniciativas que buscam a valorização de produtos da Amazônia são:

- i) custos elevados para promover capacitação em gestão, administração, cooperativismo, aprimoramento de técnicas de extração e agrícolas, quando necessário, curso de *design* e adequação de produtos para diferentes nichos de mercado;
- ii) custos elevados para implementação efetiva de políticas de valorização e inserção no mercado para esses produtos;
- iii) organização local para acompanhar e encaminhar processos burocráticos lentos, principalmente aqueles relacionados ao crédito;
- iv) atenção aos processos de certificação que tendem a excluir o produtor local do processo produtivo como um todo;
- v) capacidade de gerenciar conflitos internos (associações e cooperativas) ligados ao poder de decisão, acesso a recurso, nepotismo e limitações técnicas administrativas;
- vi) capacidade de sensibilização dos produtores para manter o nível de envolvimento dos membros para que se sintam parte responsável e fundamental da organização;
- vii) desenvolvimento de visão de mercado que compreenda os desafios locais e regionais de acesso ao mercado, pois esses acentuam as diferenças regionais de escoamento, escala de produção e qualidade do produto final;
- viii) cuidar para que a qualidade intrínseca do produto não seja ameaçada por regras muito rígidas, normas legais, padrões, mudanças de processos de aprendizado, globalização do comércio e regras sanitárias excessivas. Tais regras podem distorcer os produtos, seus princípios e valores originários;

ix) observar os riscos de discrepância envolvidos entre inovações locais e padrões internacionais.

Esses pontos refletem a importância das interações entre as dimensões *bottom-up* (organizações locais, iniciativas,) e *top-down* para a efetiva mobilização das iniciativas, empreendimentos e até mesmo envolvimento para a demanda e recebimento de políticas estaduais e nacionais, como no caso das certificações mais específicas como IG. Os produtos extrativistas e locais da Amazônia brasileira podem ser considerados como estratégia de ação econômica e política e de governo, como demonstrado nas várias parcerias com setores privados e públicos. Contudo atenção deve ser dada para a manutenção da diversificação da produção para que pressões para especialização de um único produto não influenciem, transformem e até ameacem modos de vida.

Noda (2007) argumenta que na Amazônia, níveis de auto-suficiência na produção de alimentos são propiciados pela característica de produção diversificada e que o estímulo à agricultura ou produção especializada coloca em risco, e em alguns casos inviabiliza a segurança alimentar das famílias. A autora ainda cita o exemplo, aqui levantado, dos Índios Sateré-Mawé que incentivados por organizações não-governamentais, passaram a priorizar a produção de guaraná em detrimento da produção de alimentos. Tal intervenção conduziu a comunidade para uma agricultura especializada e provocou crise de abastecimento de alimentos para auto-suficiência.

Exemplos como este remetem a reflexão de como flexibilizar a agregação de valor desses produtos. As certificações, orgânica, ecológica, ou por selos de procedência são alternativas válidas e em muitos casos, efetivas, de valorização. Contudo, as certificações por produtos específicos em áreas extremamente biodiversas que são manejadas por populações indígenas, comunidades tradicionais distintas ou pequenos agricultores devem compensar escolhas e manter padrões desejáveis de auto-sustentação e quando não for este o caso proporcionar meios para tanto. Alternativas como a certificação sócio-participativa por unidade produtiva como propõe o Proambiente (ver capítulo 1) foram desenvolvidas na própria Amazônia com o auxílio de experiências do sul do Brasil em economia solidária⁹⁰. Apesar de resultados ainda incipientes existe potencial para ampliação e crescimento dessa iniciativa que tem por objetivo de alcançar uma valorização que contribua para a conservação da sociobiodiversidade e manutenção de serviços ambientais da Amazônia.

⁹⁰ Segundo os responsáveis pelo Programa no Estado do Acre, o Pesacre, o Programa se valeu de referências de experiências do sul do Brasil, porém focou nas características das especificidades da Amazônia. Existe o reconhecimento do perigo das receitas do sul transpostas para realidades contextuais distintas da Amazônia.

Independente das alternativas escolhidas para a valorização dos produtos vale buscar, como coloca Leonel (2000), parcerias que evitem dependências, garantam o território, a autodeterminação, a cultura e o controle desses negócios aos mais fracos, historicamente perdedores para o mercado e para os grandes. Desta forma a qualidade e a identidade inerentes a tais produtos e seus modos de produção podem ser consideradas elementos constitutivos da sustentabilidade.

A formação de nichos de mercados específicos para consumo dos produtos da Amazônia, como no caso da pimenta Baniwa ou mesmo as bolsas de couro vegetal da *amazonlife* produzidas na Itália, pode alimentar sentimentos de exclusão e reforçar diferenças de classe social e cultural. A idealização de um produto para um grupo específico de consumidores, pode contribuir para uma elitização desses produtos, onde apenas alguns terão acesso aos bens de consumo e aquele que o produziu provavelmente nunca terá a chance de adquirir-lo no preço final. A lógica do mercado capitalista é esta, e tal discussão não esta sendo feita pela primeira vez. A observação aqui pretendida está baseada em relatos empíricos dos muitos casos pesquisados e levantados. As iniciativas de empresas/organizações e as necessidades reais das comunidades e populações que trabalham com tais produtos alertam para o fato que mecanismos de monitoramento e avaliação de propostas que envolvem o consumo solidário e o *fair trade* devem ser implementados de maneira efetivamente solidária e humana, caso contrário o risco de incorrer em uma nova maquiagem se torna eminente. A valorização dos produtos da Amazônia acontecerá necessariamente, como argumenta Sen (2000), com a valorização e atendimento às necessidades daqueles que os produzem.

Os próximos capítulos descrevem dois estudos de caso, a Farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-Brasil, ambos no estado do Acre. A proposta é afunilar a análise para casos concretos, de maneira a subsidiar um cenário mais completo acerca dos elementos políticos, institucionais, sociais e ambientais que compõem parte da dinâmica produtiva da Amazônia Ocidental.

*a terra deu, a terra dá, a terra cria
homem a terra cria, a terra deu a terra há
a terra voga a terra dá o que falar
a terra acaba com toda má alegria
a terra acaba com o inseto que a terra cria
nascendo em cima da terra nessa terra há de viver
vivendo na terra que essa terra há de comer
tudo que vive nessa terra
prá essa terra é alimento*

*o homem aplanta um rebolinho de maniva
aquela maniva com dez dias tá inchada
começa a nascer aquela folha orvalhada
ali vai se criando aquela obra positiva
muito esverdeada, muito linda e muito viva
embaixo cria uma batata que engorda e faz crescer
aquilo dá farinha pra todo mundo comer
e para todas as criaturas vai servir de alimento*

Grande Poder, Mestre Verdilinho.
Música de Cocos. Domínio Público.

CAPÍTULO 4 - O ALTO JURUÁ E FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL: POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PRODUTO NO ESTADO ACRE

A versatilidade da mandioca no Brasil, o segundo maior produtor mundial, vai de contextos indígenas localizados a grandes *agrobusiness* de produção⁹¹. Os mais diversos cultivos estão espalhados por todas as regiões do país, concentrando produções no norte e nordeste, com escalas diferenciadas e no sul, principalmente no estado do Paraná, com produção de larga escala. A farinha e a fécula são os principais sub-produtos que geram renda e movimentam a vida de milhares de famílias de pequenos produtores. A mandioca e a farinha são considerados de segurança alimentar, principalmente para populações do norte e nordeste do Brasil. As populações consumidoras incluem um leque sociocultural diverso: povos indígenas, comunidades tradicionais, grupos de assentados e populações urbanas. A farinha é um produto da vida cotidiana, que sustenta, alimenta e não falta nas principais refeições, principalmente das populações caboclas produtoras.

1. AMAZÔNIA *MANIHOT* : BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO

A mandioca é cultivada em diferentes áreas da Amazônia, como em terras baixas e altas, por comunidades indígenas e tradicionais, servindo de alimento para populações urbanas e rurais (EMPERAIRE, 2005). Variedades de mandioca têm sido selecionadas por populações indígenas e comunidades tradicionais. Todas as variedades cultivadas pertencem à espécie *Manihot esculenta* Crantz, sendo a espécie mais cultivada na Amazônia e a maior fonte de carboidrato para as pessoas desta região, respondendo a até 80% das necessidades calóricas diárias. A produção e o consumo de mandioca podem ser percebidos como um sinônimo de segurança alimentar e autonomia, considerando que é um dos poucos produtos agrícolas da Amazônia que é comercializado no mercado ativo da região e, portanto, uma das poucas opções que permitem comunidades tradicionais e povos indígenas acessar bens industrializados (EMPERAIRE, 2005, 2001).

A mandioca de grande importância à vida cotidiana, cultural e econômica da Amazônia tem seu comércio de troca datado do início da colonização da Amazônia, servindo missões religiosas, expedições militares e os padrões do extrativismo (EMPERAIRE, 2001). O sistema de trocas, no âmbito da agricultura da Amazônia brasileira, trouxe benefícios à amplitude da biodiversidade agrícola atualmente

⁹¹ Ver Anexo 3.

encontrada. No caso da mandioca, a diversidade de variedades, “qualidades” ou “tipos”, conhecida e manejada por populações indígenas e comunidades tradicionais pode chegar a 49, no caso dos lanomâmi no Noroeste de Roraima, norte do Amazonas e sul da Venezuela, e 17 para os seringueiros do Alto Juruá do Acre conforme registrou Pantoja *et al* (2002).

Em um estudo de análise comparativa do manejo da mandioca em nove áreas da Amazônia brasileira⁹², contemplando modos de apreensão e manejo da mandioca em diferentes contextos humanos e ecológicos (comunidades indígenas, agricultores caboclos, colonos, agricultores e seringueiros), os seringueiros do Acre se destacaram como o grupo que mais cultivava mandiocas mansas, os outros cultivavam preferencialmente mandiocas bravas, que necessitam de detoxificação antes do consumo (EMPERAIRE, 2005). O grupo de seringueiros e agricultores do Juruá demonstrou conhecimento e manejo de 9 variedades ou “qualidade / tipo” de mandioca em média.

O Acre é um dos principais produtores de farinha da região Norte do país, concentrando a maior área cultivada no Vale do Juruá. Das espécies manejadas e conhecidas de mandioca surge a produção do derivado mais consumido - a farinha. A farinha produzida no Vale do Alto Juruá é conhecida como Farinha de Cruzeiro do Sul e tem ganhado notoriedade por sua qualidade e sabor específicos. A farinha faz parte essencial da vida de milhares de pessoas, seringueiros, ribeirinhos, indígenas, caboclos e população urbana e movimenta fortemente a economia da região do Vale do Juruá. O processo de produção da farinha juntamente com o hábito de consumo pode ser considerado como patrimônio coletivo das populações do Alto Juruá. Ambos, modo de produção e consumo, são compartilhados e tidos como referência histórica-geracional para as referidas populações.

Este estudo registra a percepção da qualidade desta farinha e os meios para melhoramento de sua qualidade, o que resulta na valorização do produto. Para tanto, a pesquisa focou em dados socioeconômicos já levantados para a região, entrevistas com gestores públicos⁹³ e produtores de farinha. Os dados buscam explicar como a estrutura e funcionamento de organizações locais e programas e políticas governamentais podem influenciar a valorização da Farinha de Cruzeiro do Sul e concomitantemente contribuir para a conservação da diversidade cultural e biológica do Vale do Juruá. Considera-se ainda que o envolvimento e a participação dos produtores de farinha são chave em todo e qualquer processo exógeno que vise a melhoria de qualidade da produção, do modo de

⁹² “Manejo dos recursos biológicos da Amazônia: a diversidade varietal da mandioca” IRD/ISA/CNPq 2001.

⁹³ Em Brasília, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

produção e desejos dos próprios produtores em relação as suas vidas na floresta e no território do Vale do Juruá.

A compreensão do modo de preparo da farinha, em observação com a organização local que dinamiza a produção, as percepções sobre a qualidade da farinha, os desafios encontrados, e políticas relacionadas à farinha indicam destinos possíveis para a valorização deste produto. A seguir um breve relato do histórico de ocupação e descrição do área do Vale do Juruá, onde está concentrado o ambiente de produção.

1.1 O ALTO JURUÁ : OCUPAÇÃO E ÁREA DE ESTUDO

A colonização no Alto Juruá teve seu início registrado entre os anos de 1870-1880, com a chegada da primeira “migração espontânea” de nordestinos, que na realidade foi pouco “espontânea” considerando que os primeiros nordestinos chegaram expulsos pelos infortúnios causados por uma grande seca nordestina entre 1877 e 1880 (PESSOA, 2004). Esses imigrantes também vieram em busca do sonho de riqueza, falsamente propagandeado e induzido pelo governo e poderosos seringalistas. Esses homens ficaram conhecidos como “bravos” (Martins, 1969) por sua coragem, luta por sobrevivência contra as intempéries do ambiente tropical desconhecido, epidemias, penúrias de guerras para ocupação⁹⁴, solidão e isolamento. Tais características de histórias de vida influenciaram diretamente o modo de vida hoje encontrado no Alto Juruá. A maior parte da população que atualmente vive nesta área descende dos chamados ‘bravos’, caboclos e indígenas das famílias pano ou aruak.

A região do Vale do Juruá, aqui também tratada como território do Vale do Juruá, é composta pelos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo (Figura 3); esses compartilham suas áreas municipais com unidades de conservação de uso sustentável, de proteção integral (federais e estaduais) e Terras Indígenas.

⁹⁴ A “Revolução Acreana” é datada de agosto de 1902 a janeiro de 1903, mas na região do Juruá os conflitos por terra com peruanos interessados na coleta de caucho continuaram. Pessoa (2004) aponta que embora esses peruanos não habitassem o Alto Purus ou o Alto Juruá reivindicavam tal território. Ali ocorreram alguns enfrentamentos entre seringueiros brasileiros e caucheiros peruanos. O Alto Juruá e seus afluentes como Breu, Caipora, São João, Acuirá, Tejo, Grajaú, Humaitá na margem direita e Amônia, Aparição, São Luiz, Parati, Rio das Minas, Ouro Preto, Juruá Mirim, Paraná dos Mouras e Moa na margem esquerda foram palco de lutas por libertação e vigilância para manutenção do recém assinado Tratado de Petrópolis, onde o Acre foi finalmente reconhecido como parte do território brasileiro por José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Ver também: Euclides da Cunha. *À Margem da História*.

Em 1906 a população da bacia do Alto Juruá era de 14.208 pessoas⁹⁵ e em 2006 eram aproximadamente 160 mil para a região do Vale do Alto Juruá. Os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves concentram a maior parte da população do Vale do Alto Juruá. (Tabela 2). Este estudo foca na produção proveniente dos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

Tabela 2– Distribuição da população do Vale do Juruá.

Municípios Vale do Alto Juruá	2004	2005	2006
Cruzeiro do Sul	57.860	83.080	71.280
Mâncio Lima	20.060	23.380	22.194
Rodrigues Alves	31.000	41.080	40.320
Marechal Thaumaturgo	8.520	10.460	14.094
Porto Walter	9.720	10.900	12.150
Total Vale do Juruá	127.160	168.900	160.038
Total Estado do Acre	450.335	563.919	455.581

Fonte: IBGE (2007)

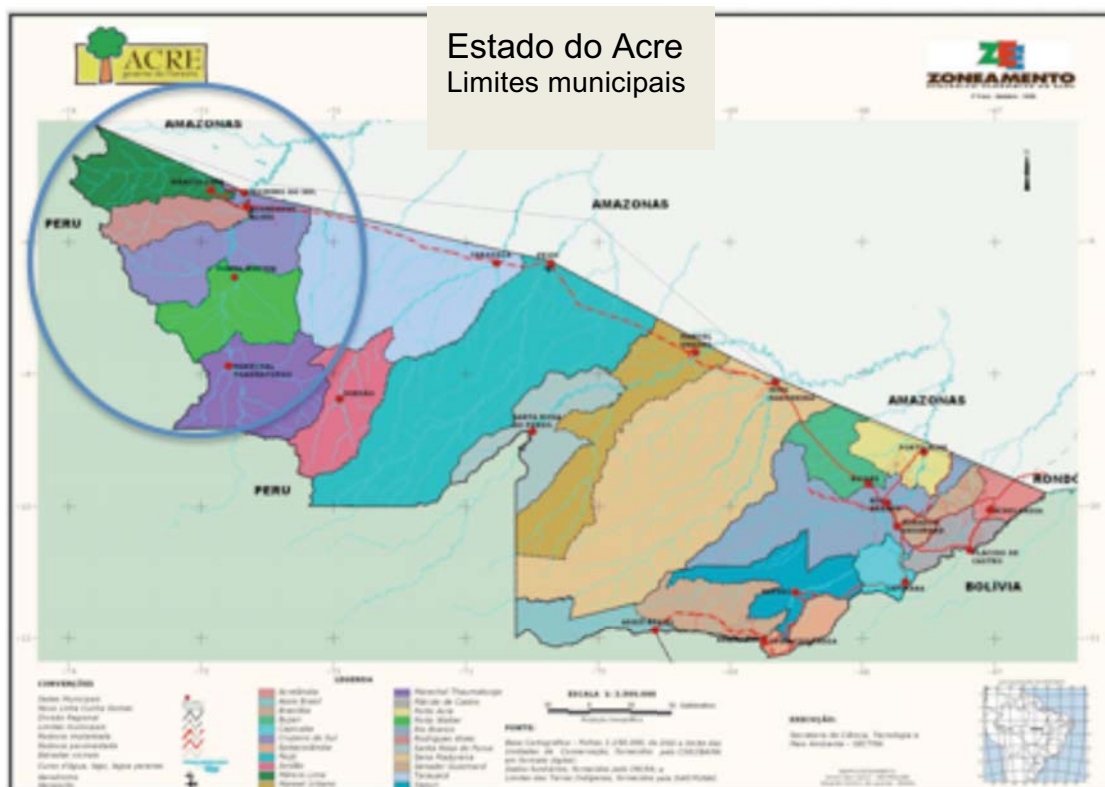


Figura 3 – Mapa Estado do Acre, com destaque ao Vale do Juruá.

Fonte: Adaptado de ZEE- Acre 2006.

⁹⁵ Mendonça, 1989 *apud* Pessoa 2004.

1.2 A PRODUÇÃO, O CONSUMO E O FAZER FARINHA

O Acre é um dos principais estados produtores de farinha da Amazônia, e a concentração da maior área cultivada de mandioca e produção de farinha está no Vale do Juruá. Seguindo padrões de consumo de farinha de estados nordestinos, o consumo de mandioca no estado do Acre é o maior da Amazônia, segundo o IBGE (2006) o consumo *per capita* chega a 16.6 quilos, seguido de Rondônia que consome 7,9 quilos per capita. A maior parte da produção de farinha do estado do Acre provém da região do Alto Juruá (Tabela 3).

Tabela 3 - Produção mandioca para o estado do Acre

Lavoura 2006 – Estado do Acre		
Mandioca - quantidade produzida	455.581	tonelada
Mandioca - valor da produção	78.340	mil reais
Mandioca - área plantada	31.581	hectare
Mandioca - área colhida	29.762	hectare
Mandioca - rendimento médio	15.307	kg/hectare

Fonte: Dados IBGE Estado Acre (2006)

A economia da maior parte dos pequenos produtores do Vale do Juruá está centrada na produção e comercialização da Farinha de Cruzeiro do Sul. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul (STR/CZS), 70-80% dos produtores têm na farinha sua principal fonte de renda. A farinha de Cruzeiro do Sul é amplamente consumida e absorvida pelo próprio mercado local e a farinha que sai do Vale do Juruá, de acordo com dados da Secretaria de Fazenda - SEFAZ (2007), tem como destino os mercados de Manaus (70%), Rio Branco (15%), Porto Velho (10%) e outros (5%).

A farinha de Cruzeiro do Sul tem ganhado valor comercial em escala regional e nacional por seu sabor e qualidade. A variedade mais comumente cultivada na região é a *caboquinha*, seguida da *mansa brava (ligeirinha)*, *branquinha*, *chico anjo*, *curimém* (branca, roxa e preta) e *mulatinha*. A qualidade da farinha pode ser atribuída principalmente ao solo, qualidade da variedade e o modo tradicional de processamento. O sucesso e a consolidação de tal produto se dá largamente pelo hábito alimentar bem difundido de consumo de farinha de mandioca, comportamento trazido pelos imigrantes nordestinos durante a primeira parte do século passado, aliado à facilidade de produção, comercialização local e disponibilidade de mão-de-obra familiar (OLIVEIRA *et al*, 2004). A farinha de Cruzeiro do Sul, por sua origem de técnicas nordestinas, elementos de

tradição secular original indígena tanto do nordestes quanto da Amazônia, e em conjunto com variedades acreanas de mandioca é tida como um produto diferenciado, seu sabor, com acréscimo do açafraão para a coloração amarelada e do coco ralado, é muito apreciado pelas populações da Amazônia que conhecem diferentes tipos de farinhas – a Farinha de Cruzeiro do Sul tem seu diferencial já estabelecido (KATZ *et al*, 2008). Tida como produto de segurança alimentar, nutre redes sociais e culturais características da região amazônica, pois sua produção e hábito difundidos garantem acesso regular e facilitado ao alimento *per se*, a possibilidade de troca e a mercados locais e regionais.

A produção de farinha de Cruzeiro do Sul envolve aproximadamente 10.000 famílias de pequenos produtores. Segundo dados de Oliveira *et al* (2004), as famílias produtoras dessa região são compostas, em média, de 05 à 06 membros, apresentam baixo grau de escolaridade e têm a produção de farinha como principal fonte de renda.

A produção de farinha está centrada na unidade familiar, contando principalmente com esta força de trabalho durante praticamente todas as etapas da produção (Figura 4). A produção se inicia com a derrubada e queima da floresta para plantação da roça de mandioca. Desta maneira, as roças são, geralmente, cultivadas em sucessão à vegetação primária ou capoeiras, consorciadas com milho, no primeiro ano de cultivo. As manivas (estacas) utilizadas são provenientes de roças pré-existentes na propriedade ou obtidas por meio de trocas com familiares ou vizinhos. O hectare de mandioca não é colhido de uma só vez, mas de forma escalonada e contínua a partir do oitavo mês após o plantio até o décimo segundo mês. Durante todo o ciclo da cultura não são feitas adubações e/ou tratos culturais para o controle de podridão das raízes. O cultivo da roça em área de sucessão incorpora as cinzas resultantes da queima de biomassa e promove boa produtividade nos três primeiros anos, sem necessidade de aplicação de fertilizantes (SANTOS *et al*, 2003). Segundo os produtores locais, após o terceiro ano a área de cultivo é considerada 'fraca' e de baixa produtividade e então abandonada. Surge assim, a necessidade de abertura de novas áreas para o plantio.

A preparação da farinha de mandioca, conhecida como *farinhada*, funciona quase como uma reunião ou encontro de família. As mulheres estão presentes em todas as fases da *farinhada*. As crianças também estão presentes na *farinhada*, seja dentro ou ao redor da *casa de farinha*, local onde a farinha é produzida, elas também ajudam em algumas fases do processo de produção, inclusive em fases de mais risco, como descascar, de qualquer forma esta interação demonstra o aprendizado inter e intra geracional.

Uma *farinhada* produz aproximadamente 5 sacos de 50kg de farinha. A *farinhada* pode acontecer de 2 a 3 vezes por mês ao longo do período produtivo. Segundo Santos *et al.* (2003), durante a colheita a medida que as raízes são arrancadas, novas manivas são plantadas o que proporciona uma segunda colheita na mesma área. Esta segunda colheita é de menor produtividade devido ao declínio da fertilidade do solo e aumento de ocorrência de podridão nas raízes.

O trabalho da *farinhada* se inicia por volta de três ou quatro da madrugada. A mandioca é trazida da área cultivada para a casa de farinha, onde as seguintes fases da produção acontecem: descascar a mandioca, lavagem em tanques, cevar (triturar), tirar a goma espremendo ou peneirando, prensagem (por pelo menos doze horas), peneiramento manual, escaldar ou torrar em fornos a lenha, classificação por peneiramento ou moenda da farinha torrada, embalagem ou acondicionamento em sacos de plástico ou de fibra e armazenamento. O transporte e a comercialização geralmente acontecem em dias diferentes (Figura 4).



Figura 4 – Ilustração das fases do processo de produção da farinha.
Fonte: Simoni, 2008

As fases do processo de produção possuem características próprias que se interrelacionam e determinam a qualidade final do produto. De acordo com aspectos ambientais (tipo do solo, espécie selecionada, aparecimento ou não de pragas, dentre outros), condições das famílias produtoras e conseqüentes escolhas e necessidades de produção e comercialização, a farinha será percebida como de menor ou maior qualidade. A complexidade inerente à combinação dos aspectos e condições acima citadas esta refletida na percepção dos próprios produtores sobre a qualidade da Farinha de Cruzeiro do Sul.

Em entrevista aos produtores, verifica-se que essa percepção vai da qualidade do solo, tempo de colheita do tubérculo, atenção a todas as fases do processo de produção, passando pelo “capricho” (cuidado e dedicação) do produtor, conforto (eletricidade e acesso à água), à qualidade dos ramais (estradas de terra) utilizados para escoar a produção ao centro mais próximo de comercialização e distribuição. Para os produtores e comerciantes o que faz uma boa farinha, envolve:

- “Começa da roça, tem o lugar bom de plantar a rama, **tem lugar que não dá macaxeira boa. Tem a hora certa de colher**, não pode ser cedo demais, nem quando ficar velha, não pode deixar passar o tempo de colher. Tem a hora de descascar, tem que descascar direitinho, lavar bem a macaxeira. Cevá. **Prensar bem porque senão fica molhada**, tem que tirar bem a água. Depois tem a hora de torrar que também tem que saber, se colocar açafrão não pode por demais nem de menos.” (Comerciante 3, já foi seringueiro e produtor de farinha).

- “**A macaxeira aqui quase não tem fiapo e isso é por causa do solo**, às vezes tem solo que tem umas plantinhas que se adentram na macaxeira. Então não tendo fiapo deixa a macaxeira e a farinha com mais qualidade porque tem mandioca que o pessoal ceva com os fiapos, fica grossa, fica ruim.” (Comerciante 1 e atravessador).

- “A **variedade da mandioca**, mandioca branca é a melhor. O **tipo de forno**, marretado (soldado) faz a diferença na torrefação.” (Produtor 4 e comerciante).

- “A **farinha nova é que é boa**, farinha que passa muito tempo perde, não é boa” (Produtora 5 e comerciante).

- “Mandioca de qualidade, que **não seja felpuda (fibrosa)**, **seja boa de goma**. Que o **forno seja bom** para ela torrar. Um bom torrador (**não escaldar nem grosso, nem fino**). **O fogo tem que ser bom e quente. A farinha tem que ficar seca e bem escaldada.**

Outra coisa é **cevar a mandioca na posição certa. Prensar bem** e colocar em sacos limpos.” (Produtora 2 e comerciante)

- “A goma. **A farinha boa não tira a goma.** O peso dela é diferente. A farinha tem que estar bem sequinha. A farinha de primeira é bem sequinha. A de segunda é mais úmida, molhada, murcha.” (Comerciante 1 e atravessador).

- “**O capricho dos produtores,** tem deles que fazem de qualquer jeito, às vezes vem coisa junto com a farinha. O capricho e o cuidado fazem uma farinha de primeira”. (Comerciante 1 e atravessador).

Por vezes os produtores levam mais de um dia para chegar à cidade ou vila mais próxima para comercializar a produção, este fato é devido às dificuldades de transporte, e mais um ou dois dias para retornar para suas casas. Se os próprios produtores não vão à cidade vender a produção, *marreteiros* (intermediários ou atravessadores) vão diretamente às propriedades em carros tracionados e compram a farinha ainda na roça a preços irrisórios. Durante a estação chuvosa a situação se agrava, pois espaços e condições para armazenamento em áreas rurais remotas são precários. Todas essas situações contribuem para distanciar o produtor de seu produto final e conseqüentemente da qualidade de uma boa farinha.

O processo de produção da farinha é árduo em praticamente todas as fases, exigindo do produtor grande força física e energética. Nem sempre a compensação, principalmente financeira, do conjunto do esforço da produção cobre os gastos energéticos e financeiros, como será visto com mais detalhes. A cultura alimentar e a estabelecida relação com as demandas do mercado local e regional mantém a dinâmica produtiva da farinha de Cruzeiro do Sul.

2. ORGANIZAÇÃO LOCAL DOS PRODUTORES DE FARINHA : COOPERATIVAS

2.1 CASAVAJ

A maior cooperativa de produtores de farinha de Cruzeiro do Sul, denominada de Cooperativa das Associações dos Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá – CASAVAJ foi criada em 1997 e tinha como um de seus principais objetivos organizar e formalizar a produção, promovendo a venda direta do produto para compradores diversos. Em 2005, essa cooperativa mobilizava aproximadamente 1600 famílias que

faziam parte das associações filiadas. Na região a comercialização da farinha acontecia por meio da Cooperativa (cerca de 12% do total de produção), mas a maior parte pelos marreteiros (intermediários) (85-95% do total da produção). De acordo com dados da Secretaria de Fazenda do Município de Cruzeiro do Sul – SEFAZ, no ano de 2006, mais de 178.000/50kg de sacas de farinha foram registradas saindo do município para circulação interestadual (cerca de 33.000) ou para fora do estado, Manaus e Porto Velho (cerca de 145.000). Esses números são oficiais, mas é importante ressaltar que essa quantidade pode ser maior devido à comercialização informal e estratégias de burlar impostos por intermediários.

Esta cooperativa, CASAVAJ, por sua abrangência foi considerada referência de cooperativa no estado do Acre, e assim como outras duas cooperativas de castanha no vale do Acre (ver capítulo 5), recebeu forte apoio e recursos volumosos do governo do estado durante alguns anos. O este fato é considerado chave quando destaca-se o foco na centralização dos recursos a uma organização local em detrimento de iniciativas menores e de igual mérito para a organização produtiva local. Este ponto também está explícito com o apoio às cooperativas de castanha no Vale do Acre (ver capítulo 5).

Desde 1999, a CASAVAJ empreendeu ações para valorizar a produção de seus associados, dentre essas cita-se a forte parceria com o poder público estadual para adquirir a marca “Farinha de Cruzeiro do Sul,” para que a farinha ganhasse mais status para competição no mercado (ANAC, 2004). A parceria trouxe alguns outros resultados significativos para a produção de farinha no Vale do Juruá. Alguns dos resultados e ações incluem: o recebimento de recursos via programas de capacitação e boas práticas na produção e educação sanitária, apoio à produção com aquisição de infra-estrutura de beneficiamento e transporte, abertura de linhas de crédito facilitadas e consultorias para desenvolvimento de embalagens⁹⁶ e marketing,

Essas ações contribuíram e continuam a contribuir para a qualidade final do produto, buscando beneficiar o produtor e atender as expectativas e demandas do consumidor final. Os esforços resultaram em um preço mais justo⁹⁷ para o produtor, um aumento na qualidade do produto final e aumento na produtividade. A farinha, em embalagens de um quilo, por exemplo, saí do seu lugar de origem pronta para ser comercializada e com preço mais elevado.

⁹⁶ Ver Anexo 5.

⁹⁷ Segundo produtores que fizeram parte da CASAVAJ, as safras a partir de 2001/2002 conseguiram agregar um valor de preço de mercado para a saca de cinquenta quilos de até quatro vezes mais do que vinha sendo praticado na região. Em dezembro de 2007 a media para a saca de 50 quilos estava entre R\$35 – R\$40.

Contudo, problemas complexos têm influenciado o processo de valorização da Farinha de Cruzeiro do Sul. Como é o caso da farinha rotulada como “Farinha de Cruzeiro do Sul” produzida em Rondônia e de menor qualidade, de acordo com um representante da CASAVAJ e Pantoja (2005). Este problema também tem sido enfrentado com farinhas produzidas no Vale do Rio Acre e vendidas como Farinha de Cruzeiro do Sul. Esses produtos se beneficiam do nome do produto real de Cruzeiro do Sul. É um exemplo claro de apropriação indevida de marca/nome. De acordo com Pantoja (2005), a farinha de Cruzeiro do Sul construiu sua qualidade baseada em uma identidade regional, sua tecnologia de produção tem se desenvolvido ao longo dos últimos cem anos de ocupação do Alto Juruá por comunidades tradicionais. O estudo entre a relação de qualidade e identidade cultural ainda demanda dados mais concretos, mas como afirma Pantoja, o uso do nome “Farinha de Cruzeiro do Sul” para outras farinhas produzidas no Brasil ameaça os resultados de esforços do governo estadual, produtores e parceiros e até mesmo anos dedicados à construção da identidade local e valorização do produto.

Outro problema, mais recente, foi a declaração de insolvência da CASAVAJ⁹⁸. Vários esforços êxitos foram alcançados pela cooperativa, mas segundo um técnico da Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF alguns aspectos como: a falta de capacidade técnica-administrativa por parte da diretoria e produtores; a falta de envolvimento efetivo por parte dos membros, a maioria não se sentia parte da organização ou não se identificava com o cooperativismo ou como cooperados, e estava participando apenas por acesso facilitado ao crédito; falta de atenção a aspectos sociais e de gênero dentro da cooperativa; e dominação de um grupo familiar em decisões importantes que afetavam o conjunto da organização, acumularam e emergiram na forma de uma grande dívida, corrupção e distorção da proposta inicial da cooperativa.

2.2 COOPERFARINHA

A Cooperfarinha surgiu, de forma embrionária, em agosto de 2005, e ainda no final de 2007, poderia ser considerada em estágio preliminar. O primeiro ano foi somente para documentação. A cooperativa foi criada com 55 pessoas e no final de 2007 contava com 27 associados. As reuniões da cooperativa acontecem obedecendo a uma

⁹⁸ Durante a primeira viagem de campo em maio de 2007 pretendia-se a análise desta organização quando na semana da viagem recebemos a notícia da insolvência da CASAVAJ.

rotatividade para atender os membros que moram em colônias (bairros) distintas (Pentecoste e Barão)⁹⁹. Novos membros que queiram entrar para a cooperativa precisam ter passado pelo curso de formação de Boas Práticas na Produção, programa Embrapa/MAPA/SEBRAE que propõe capacitar os produtores na produção de uma farinha de melhor qualidade, com maior rigor de higiene durante as diferentes fases da produção. Todos os membros da Cooperfarinha também produzem farinha em casas de farinha modernizadas construídas pelo governo do estado, política essa mais adiante detalhada.

O presidente da Cooperfarinha relata que o grande desafio do início foi conseguir encontrar compradores para a produção dos cooperados. A maior parte dos compradores de Rio Branco, de acordo com o produtor, só compra farinha com o prazo de 30 dias para o primeiro pagamento. *“Conseguimos um comprador, o supermercado Araújo de Rio Branco, que comprava toda a produção da cooperativa a um preço de R\$ 45 e pagava de 20 a 30 dias. Essa é uma grande dificuldade nossa. A maior parte dos produtores não tem outra renda que não seja a farinha, e muitos de nós, conhecendo a realidade dos produtores, não tem como esperar e muitos não quiseram ou aceitaram as condições do Araújo, pois não poderiam esperar tantos dias para receber. E esse contrato com o Araújo não deu certo, mandamos farinha para ele uma vez, quando foi para mandar a segunda vez os produtores estavam desestimulados, e não mandamos mais”.*

A comercialização nesses termos permanece como um dos principais desafios para o pequeno produtor e a estrutura frágil de uma pequena cooperativa. Aliada a esta dificuldade estava a garantia de produtividade e aumento gradual da mesma para expansão do mercado.

Desta forma, a proposta inicial da cooperativa era no primeiro ano uma contribuição de R\$ 15/mês ou 1 panero de farinha (25 quilos), no segundo ano R\$ 30/mês ou uma saca de farinha (50 quilos). O total de contribuição nos dois primeiros anos seria de R\$ 540 e depois de paga esta quantia, o cooperado não pagaria mais a cooperativa. Isso foi feito para acumular o primeiro capital de giro da cooperativa. Mesmo com essa proposta inicial para acúmulo de capital de giro a maior parte dos filiados não chegou nem na metade do primeiro ano. Segundo o presidente da Cooperfarinha, se todos os membros iniciais tivessem cumprido com o compromisso, a dificuldade que hoje

⁹⁹ *“a média de hectare plantado por produtor familiar é de 2 a 2.5 no Pentecoste, nos bairros Santa Luzia e Barão a média é de 3 a 4 hectares. As terras aqui [Pentecoste] são mais limitadas, são menores.”* (Presidente Cooperfarinha).

a Cooperativa encontra, em termos de buscar fora um capital de giro inicial, teria sido amortizada.

Durante 2006 e 2007 algumas iniciativas por parte do governo do estado e do SEBRAE foram empreendidas com o objetivo de criar com os membros desta cooperativa uma cultura de associativismo e cooperativismo. Ambos, governo do estado e SEBRAE, estavam dispostos a investir nesta nova cooperativa se esses novos cooperados demonstrassem interesse por organização e profissionalismo. Para tanto oficinas de capacitação aconteceram ao longo do ano de 2007.

Em outubro de 2007 foi repassado para a cooperativa, com o auxílio de uma deputada federal do Acre, um caminhão para ajudar no transporte da farinha dos bairros mais distantes até o mercado municipal. Este auxílio de alguma forma motivou os produtores a continuarem na luta em busca de crédito e em busca de mais apoio para capacitação e melhoria da produção e produtividade.

A Cooperfarinha procurou, na gestão de 2006 e 2007, junto com o SEBRAE um capital de giro, no BASA (Banco da Amazônia) e recebeu várias informações desencontradas, que nas entrevistas transpareciam o misto de frustração e esperança em conseguir o crédito almejado. Para alguns membros o gerente falava uma coisa para outros informações diferentes. Cooperados relataram que acreditavam em algum impedimento político, pois no final de 2006 o gerente do banco pediu para que a cooperativa abrisse uma conta e que em breve, duas semanas, uma posição sobre recurso para compra antecipada seria repassada, *“faz mais de um ano (2007) que a conta está aberta e até o momento nenhum encaminhamento foi dado à situação”*. Foram feitos cinco projetos e encaminhados à gerência do banco e nenhum foi aceito. Nenhuma justificativa foi dada para a recusa dos projetos, o presidente da Cooperfarinha se encontrou com o delegado da CONAB em Rio Branco que esclareceu que alguns dos membros da cooperativa constavam como inadimplentes e que a Compra Antecipada não era mais permitida pelos problemas causados pela experiência da CASAVAJ. O que era possível a partir de então era um crédito de até R\$ 3.500 para cada produtor que apresentasse produção equivalente a este valor¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O referido crédito se origina do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, o qual garante aos agricultores familiares no âmbito do Pronaf, a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca menor que o Preço Mínimo do Governo Federal. O limite fixado para o bônus do PGPAF para cada agricultor(a) familiar é de até R\$ 3.500,00, para cada safra (MDA, 2008). Os produtos que entrarão na PGPM (Política de Garantia de Preço Mínimo) são: milho, feijão, soja, mandioca, arroz, leite, caju, café, inhame, cará, tomate, cebola, trigo, pimenta do reino e mamona. De acordo com o MDA, os objetivos são:

Em novembro de 2007 a Cooperfarinha com seus 27 associados ainda não possuía capital de giro e por este fato seus associados, os produtores, encontravam-se desestimulados. A recusa de alguns projetos e as idas e vindas de propostas de financiamento e crédito contribuíam para o desalento em continuar participando de uma organização sem muitas perspectivas. O presidente da cooperativa relatou que a grande maioria dos cooperados se encontrava inadimplente com suas mensalidades, fato esse que agrava a construção de uma estrutura organizacional mínima para uma cooperativa.

Em novembro de 2007 as ações que estavam previstas compreendiam uma assembléia com os associados para resolver as formas de quitar os pagamentos atrasados e o início do levantamento de área de roça plantada de cada associado para o ano de 2007. Em 2006 a área total foi de 58.5 hectares de roça dos cooperados. Estimou-se 80 sacas por hectare, ou seja, 4.680 sacas (50kg/saca) de farinha totalizando a produção dos cooperados. A Cooperfarinha não estava recebendo e/ou vendendo farinha de seus associados. Todos estavam vendendo de forma particular para atravessadores ou diretamente no mercado local.

Uma forma de agregar valor à farinha, segundo o presidente da Cooperativa, seria colocar a farinha em embalagens de 1kg que poderiam ser compradas pelos supermercados locais à R\$1 (à vista) e R\$1,2 (quinze dias), pois a saca de 50kg era vendida a R\$35-40 no mercado. Os cooperados, por motivos diversos e principalmente por uma demanda de curto prazo, optaram por continuar vendendo as sacas inteiras no mercado.

Os membros da diretoria da Cooperfarinha ainda relataram desafios relacionados à organização e gestão da cooperativa. Segundo depoimentos, a grande dependência da cooperativa em agentes externos, como o SEBRAE, para execução do planejamento gerou desconfiança e contribuiu para a desmobilização dos associados. Os produtores relatam *“ficamos muito dependentes deles e hoje a gente vê que foi uma falha nossa.”* Desde o início da Cooperfarinha o SEBRAE esteve envolvido com ações nas áreas de capacitação, programa de boas práticas, apoio aos cooperados em encaminhamento de projetos para crédito, dentre outras. Porém algumas dificuldades relacionadas à falta de comunicação e de entendimento entre os próprios cooperados e o SEBRAE surgiram ao

-
- Garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar.
 - Estimular a diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar
 - Articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola.

No momento da entrevista o presidente da Cooperfarinha, finalizava a documentação necessária para encaminhar esta possibilidade de venda da farinha produzida pelos cooperados.

longo do ano e a relação constatada, por meio de entrevistas, estava estremeçada e em busca de mais entendimento entre as partes interessadas no desenvolver do Projeto Farinha¹⁰¹ em Cruzeiro do Sul.

O Projeto Farinha desenvolveu uma embalagem de um quilo para a Cooperfarinha. Essa era uma das reivindicações dos produtores. Contudo, em uma feira em Rio Branco, produtores de Cruzeiro do Sul participaram e observaram que a mesma embalagem estava sendo utilizada para a farinha produzida em Rio Branco que é diferente da farinha de Cruzeiro do Sul. A embalagem refere-se a farinha de mandioca do estado como “Farinha do Acre”, ou seja, sem nenhuma distinção à Farinha de Cruzeiro do Sul. Segundo um produtor, “*essa embalagem para nós do Juruá tinha que ser Farinha de Cruzeiro do Sul e que a farinha de Rio Branco fosse colocada como Farinha do Vale do Acre nessas embalagens*”¹⁰² eles produziram sem participação dos cooperados, pois a farinha é chamada de Farinha do Acre...Alguém deve estar sendo beneficiado por Cruzeiro do Sul”. Um outro desentendimento relacionado foi causado pelo fato do Sebrae ter produzido quinze mil embalagens e duas mil ficarem para amostra no Sebrae.

Problemas com o gestor local do SEBRAE, que na percepção dos produtores, “*mais prejudicou do que ajudou*” e mostraram-se com pouco interesse em fazer a cooperativa deslanchar transparecendo para os produtores o sentimento que “*o produtor rural não é visto com bons olhos*”. Os contratados responsáveis pelo Projeto Farinha para dar apoio e assessoria pouco fizeram, e quando o fizeram, segundo membros, dificultaram a comunicação e entendimento entre os cooperados, agendamento de assembleias, e ainda criaram disputas entre parcerias. Por todo este cenário, a percepção vigente expressa que “*os produtores da cooperativa tem sentido que o SEBRAE em Cruzeiro tem concentrando esforços no artesanato e a farinha está mais ‘de lado’*”. Esta percepção foi corroborada por um dos técnicos do Sebrae, que ao detectar desinteresse dos cooperados se afastou dos produtores e do apoio à organização da Cooperfarinha, concentrando ações para trabalho com artesãos rurais da região. E, em relação à farinha, o Sebrae optou por focar no produto, com ações de apoio a experimentos com variedades, combate ao mandarová, análise e classificação da farinha, recuperação dos solos e vida de prateleira do produto, e desta forma, se afastando dos produtores.

¹⁰¹ O Projeto: Grupo de Produtores de Farinha de Mandioca do Juruá. Projeto Sebrae com o público alvo de Cooperativas e Produtores rurais de mandioca e seus derivados da regional do Vale do Juruá. Com objetivo de “desenvolver o agronegócio da mandioca e seus derivados visando a melhoria na qualidade do produto, aumento da competitividade e organização do setor, gerando renda aos produtores de mandioca do Vale do Juruá”. (Sebrae, 2006)

¹⁰² Ver Anexo 4.

Assim o SEBRAE relata sua posição perante aos cooperados:

“Se o SEBRAE perceber que o grupo da Cooperfarinha se fortalecer voltamos a apoiar, mas estamos esperando, pois a experiência com a CASAVAJ foi traumática, inclusive o SEBRAE hoje se exime de falar sobre(...)” Na análise da representante do SEBRAE *“o Projeto Farinha não partiu dos produtores e sim da necessidade do governo em ajudar as pessoas. Começou errado. O governo viu a necessidade de criar a CASAVAJ. Os produtores viram na cooperativa somente a oportunidade de crédito. É o mal da CASAVAJ e já está ao redor da Cooperfarinha, por isso muita cautela com a nova cooperativa, que até hoje não conseguiu crédito. A questão do paternalismo é o grande problema, pois a necessidade partiu do governo, do SEBRAE, as pessoas não se sentem responsáveis, nem mesmo pelo seu próprio sucesso. Os políticos continuam dizendo que o grande problema da Cooperfarinha é a falta de capital de giro, mas eu vejo que o desafio mesmo é comportamental.”*

Logo no início da organização da nova cooperativa, a representante do SEBRAE emitiu um parecer em detrimento do grupo, relatando que o grupo não estava preparado e maduro para o passo de tornar-se uma cooperativa, e foi criticada por assim ter feito. Um ano depois recebeu um pedido de desculpas. De qualquer maneira, a representante pensa que com a redução do número de produtores (de 55 para 27) o trabalho pode ser mais efetivo e com mais qualidade, mesmo considerando que alguns problemas do grupo poderiam reduzir ainda mais o número não ficando nem 20, número mínimo de membros para uma cooperativa.

Na percepção do técnico SEBRAE são vários os desafios para uma organização efetiva da Cooperfarinha e da organização local dos produtores de farinha e muitos dos pontos acima citados são rebatidos com argumentos igualmente válidos. Contudo, não é objetivo desta pesquisa analisar e supor certos e errados, mas sim identificar como processos políticos e sociais contribuem para a valorização da farinha de Cruzeiro do Sul, para a conservação da diversidade cultural e biológica do Vale do Juruá.

É possível inferir que as organizações locais, aqui representadas principalmente pelas cooperativas, ligadas à produção e comercialização da Farinha de Cruzeiro do Sul encontram-se fragilizadas em termos de autonomia, poder de decisão, capacidade técnica administrativa e de gestão a longo prazo. O detalhamento que segue, acerca das principais políticas relacionadas à farinha no Vale do Juruá, contribuirá para melhor entendimento de como essas também afetam a capacidade de atuação dos próprios produtores e, conseqüentemente, da força ou enfraquecimento da organização local.

3. POLÍTICAS RELACIONADAS À FARINHA

Algumas das políticas ou programas que de alguma forma ou de outra influenciam a produção, a comercialização e, conseqüentemente, os modos de vida das famílias produtoras de farinha no Vale do Juruá são: 1) Programa de construção e modernização das casas de farinha; 2) Boas Práticas na Produção; 3) recuperação de áreas e controle do mandarová; 4) Isenção do ICMS da farinha de mandioca; 5) Programa de Aquisição de Alimentos e Formação de Estoque; 6) Produção de derivados da mandioca; e 7) Programa de Diversificação da Produção para melhoria de renda e possibilidades de incremento nutricional.



Figura 5: Placas e banners de alguns dos programas relacionados à farinha e sua produção. Fotos: Jane Simoni.

Atualmente os programas mais relevantes, e de destaque pelos produtores e gestores para a produção de mandioca e da farinha são: O programa de modernização das casas de farinha, Boas Práticas, combate ao mandarová e o programa e possibilidades de diversificação da produção, a seguir descritos.

3.1 CASAS DE FARINHA

Existem aproximadamente três mil casas de farinha para a região do Vale do Juruá. A grande maioria dessas casas foi construída de forma tradicional, ou seja, geralmente aberta, sem divisões internas, com cobertura de palha e chão batido. A estrutura, de água e eletricidade, para a maior parte é debilitada, e por vezes o acesso à água é manual e o motor utilizado para triturar a mandioca é movido à óleo diesel. Tais

estruturas influenciam na qualidade final da farinha, pois, como relatado por produtores resíduos de cascas e outras impurezas eram comumente encontrados nas farinhas. Como forma de amenizar esses atenuantes o governo do estado do Acre empreendeu uma das ações consideradas das mais estruturantes até então realizadas por um governo no estado, tanto em termos de impacto na produção quanto na comercialização da farinha.

A ação, chamada de *Programa de Ampliação e Modernização da Produção de Farinha de Mandioca no Vale do Juruá*, teve como principal objetivo fortalecer a produção de farinha de mandioca produzida pelos pequenos produtores rurais do Vale do Juruá por meio da construção e modernização de casas de farinha. Segundo um representante do governo, esta foi uma forma de apoiar a solidificação do mercado da farinha. O programa construiu ou modernizou mais de 340 casas de farinha ao longo de cinco anos. A proposta incluía o uso de uma casa de farinha por pelo menos 4 ou 5 famílias, onde uma cede o espaço na propriedade para a construção da casa e outras famílias também podem usufruir da infra-estrutura. O Programa iniciou em 1999, com a as chamadas casas de farinha modernizadas de primeira geração, depois vieram as casas de segunda e terceira geração. Essas diferem nas características de infra-estrutura contemplada para o sistema de produção (Tabela 4):

Tabela 4: Casa de Farinha e sistemas de produção modernizados

Sistema de Produção Modernizado 1ª geração (1999 – 2000)	Sistema de Produção Modernizado 2ª geração (2001 – 2002)	Sistema de Produção Modernizado 3ª geração (2003-2004)
<ul style="list-style-type: none"> - Administração centrada no produtor com participação da família; - Produção de 100 sacas/50kg/ano por família; - casa com cobertura de alumínio e chão em alvenaria; - Utilização de prensas com macaco hidráulico; - Captação de água através de poço artesiano; -Participação média de 04 famílias por casa de farinha; - As lavouras são implantadas em áreas de capoeiras; - Não são utilizados insumos agrícolas e controle de pragas e doenças; - A área média de plantio da mandioca por família é de 3-6ha, sendo que apenas 1ha é utilizado anualmente para a produção da farinha; 	<p>Todas as características do sistema de 1ª geração e:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taques de lavagem e trituração em alvenaria revestidos com lajotas; - Espaço físico maior; - Cercas de proteção em tela de nylon; - Implantação do Programa de Alimento Seguro. 	<p>Todas as características dos sistemas de 1ª e 2ª geração e:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de prensas com fuso; - Sistema de ventilação na parte superior da casa

- Parte da produção comercializada com a CASAVAJ, sendo que a maior parte se faz por intermediários.		
120 casas	70 casas	152 casas

Fonte: adaptado de Oliveira *et al.* (2004)

É importante destacar, como apontou Melo *et al* (2006), que a tecnologia de fabricação da farinha é simples, mas que exige alguns cuidados durante o processamento que podem fazer diferença no produto final. As estruturas das casas de farinha modernizadas seguiram padrões de adequação que foram recomendados nos procedimentos de Boas Práticas de Fabricação ANVISA/MS e MAPA. Desta forma, as casas de farinha aumentaram a produção e diminuíram o desperdício. O programa como um todo, de acordo com alguns produtores, independentes de serem ou não membros da cooperativa, afirmam que as casas de farinha trouxeram “*mais conhecimento*” sobre formas de melhorar a produção e noções de administração. Na percepção dos produtores:

“a casa de farinha melhorou muito a vida do produtor. No comércio os compradores perguntam se a farinha foi feita nas casas antigas ou nas novas e querem a farinha feita nas casas de farinha nova. Então faz uma diferença.” (Produtor 1)

Os comerciantes de farinha, alguns produtores, também apontam benefícios resultantes do programa:

“ as casas de farinha que o governo fez foi bom porque trouxe mais qualidade para a produção. Antigamente encontrava pelo de gato, de cachorro, comida na farinha. Chegava nas casas de farinha tinha cachorro dormindo nos tachos onde torra a farinha. Foi bom que deu uma educação a mais para os produtores. A qualidade era muito ruim antes, agora está bem melhor. Essa foi uma coisa boa que as casas de farinha trouxeram. Foi bom também que trouxe luz para as áreas rurais. Mais conforto para os produtores que as vezes começam a farinhada de madrugada (1h ou 2h). Foi bom para o motor da ceva também que antes era a gasolina, fazia uma sujeira e sem contar a fumaça e o cheiro que ficava impregnado. Agora os produtores também ficam mais em suas casas, têm TV, rádio mais conforto, quase não vem para a cidade.” (Comerciante 1 e atravessador).

Destaca-se que a proposta de uma casa de farinha ser utilizada por 04 ou 05 famílias diferentes não ocorre como idealizado no Programa. Verificou-se, em algumas

casas de farinha da região de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul, que uma casa de farinha modernizada é utilizada apenas por uma família, a família que cedeu a área para construção da casa de farinha “comunitária”. Em ocasião uma família empreendia a farinha em uma casa de farinha que pode ser considerada tradicional e com infraestrutura fraca (água era trazida em baldes, o motor para trituração a óleo gerando fumaça e as cascas de mandioca, que atraem grande quantidade de moscas, estavam bem próximas à mandioca recém triturada) ao lado de uma casa de farinha considerada modernizada de 3ª geração. Essa família poderia até utilizar a casa com maior infraestrutura de produção, mas não o fazia porque o “proprietário” cobrava “muito caro”, 25% do total da produção, o dono da casa de estrutura tradicional cobrava 20%. Essa família iria vender as 4 sacas de farinha produzida por R\$ 35¹⁰³. A unidade familiar que predomina sobre todo o processo de produção da farinha pode influenciar este comportamento, pois, segundo o relato da família, apenas pessoas ligadas a família do “proprietário”, parentes, utilizavam a casa de farinha modernizada.

Uma técnica da SEAPROF esclarece que, “onde a casa de farinha foi construída, o dono do terreno é o responsável pela casa e qualquer coisa que acontecer. Nas reuniões comunitárias ficou acertado que cada família que utilizasse a casa deixava uma quantia para esse fundo comunitário de manutenção da casa. Acontece que a concepção que predomina na comunidade é que a casa de farinha construída pelo governo é do dono do terreno onde a casa foi construída”.

Um produtor de farinha que possui uma casa de farinha modernizada relatou que recentemente essa farinha começou a ser mais valorizada, pois de início, a farinha, produzida com mais ou menos cuidados higiênicos era vendida pelo mesmo preço. Com o passar dos anos de implementação das casas de farinha modernizadas aliadas com a forte atuação do Programa de Boas Práticas os consumidores passaram a exigir uma farinha de maior qualidade. Os produtores de farinha de casas modernizadas, assim chamadas, buscam reconhecimento de mercado para a diferença entre a farinha produzida em casas tradicionais e modernizadas. Os produtores, principalmente os cooperados, como relata o presidente da Cooperfarinha, estão em processo de conseguir uma marca de qualidade.

“Eu não digo que daqui a cinco ou seis anos as outras pessoas não vão vender mais [farinha feita sem maiores cuidados higiênicos], mas a exigência está começando a chegar. No começo não tinha muito essa diferença, mas hoje já está tendo. O marreteiro

¹⁰³ A saca de farinha, à época da pesquisa (maio e dezembro de 2007), estava sendo vendida entre R\$40 e R\$50, o valor depende do produtor, inserção no mercado e capacidade de negociação.

de Rio Branco que compra de outro marreteiro daqui não sabe da onde vem a farinha. E até nisso nós estamos encontrando dificuldade porque os grandes empresários querem comprar a nossa farinha como compra de qualquer um, de qualquer casa de farinha. Então é difícil a nossa luta para ter a nossa marca porque na hora que a gente conseguir essa marca, as outras casas de farinha, que são maioria delas 70-80% vão sofrer uma grande perda, eu acho que o governo sabe disso, muita gente sabe, então é por isso que a gente demora a conquistar a nossa marca e eu não sei nem se a gente vai conseguir. ” (Produtor 1).

3.2 BOAS PRÁTICAS NA PRODUÇÃO

Implantado desde 2003, o Programa de Alimento Seguro - PAS, é conduzido pelo SEBRAE e SENAI que promovem cursos de capacitação dos produtores dentro de normas de higiene e segurança alimentar para eliminar larvas das moscas da manipoeira (água proveniente da mandioca) e outros microrganismos que possam contaminar a mandioca ou a farinha (ANVISA, 2004). O Programa Boas Práticas de Fabricação - BPF busca capacitar os produtores sobre procedimentos e comportamentos que contribuem para um processo de produção com mais qualidade e higiene. Desta forma, o Programa ensina o produtor a adequar formas de recepção e seleção das mandiocas a serem utilizadas na produção, como fazer o armazenamento das raízes, lavagem, descascamento, trituração, prensagem e procedimentos para o peneiramento e acondicionamento da farinha. As recomendações visam a garantia de um produto mais seguro à saúde do consumidor, com observações que vão dos materiais (utensílios e equipamentos) mais adequados, normas de higienização do ambiente e comportamentos a serem seguidos durante as distintas fases do processo produtivo.

Em entrevista, os técnicos da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF, ligados ao Programa de Boas Práticas na produção da farinha, foram unânimes, tanto em Rio Branco quanto em Cruzeiro do Sul, em relatar que o acompanhamento deve ser constante, pois a modificação e/ou introdução de novos hábitos comportamentais ao processo tradicional de produção da farinha é um trabalho difícil de ser alcançado.

“Algumas casas são exemplares no seguimento das orientações e capacitação recebida, mas a maior parte tem que estar fiscalizando constantemente, acham que não

é importante seguir as regras, pois o mercado não absorve a diferença de processos de produção e as farinhas são vendidas pelo mesmo preço.” (servidora 1)

“O nosso trabalho é básico. Ensinar as pessoas a lavar as mãos, lavar a macaxeira duas vezes...usar camisas...não comer perto da produção...não colocar o óleo diesel perto do açafreão...mostrar que crianças não devem se lavar com a mesma água utilizada para a macaxeira...orientar também para que crianças não trabalhem na produção, pois o Ministério do Trabalho está fazendo pressão.” (servidora 2)

Os técnicos da SEAPROF trabalham em conjunto com o SEBRAE. De início o SEBRAE treinou esses técnicos que repassavam para os produtores e depois trabalhavam em parceria. No momento da primeira visita de campo (maio, 2007), quase todas as atividades da Secretaria estavam suspensas aguardando a nomeação, vinda do novo governo (empossado em janeiro), acerca da gerência em Cruzeiro do Sul. As únicas atividades em funcionamento eram a de assistência ao controle do mandarová e o PAA. Todas as demais atividades de campo estavam suspensas pois não havia caminho burocrático para autorizar o funcionamento dos carros, gasolina, e conseqüentemente, a visita e acompanhamento dos técnicos para assistência a higienização e sanitização nas casas de farinha. Havia apenas 2 servidores, a maior parte antes do novo governo assumir era terceirizada e foi dispensada na posse. Várias ações estavam prejudicadas, prazos estavam vencendo e os servidores não souberam informar planos ou estratégias de atuação para o ano ligadas à produção da farinha.

3.3 CONTROLE DO MANDAROVÁ E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE ROÇA

A lagarta mandarová, *Erinnys ello*, é considerada, segundo a Embrapa (2003), a praga mais importante da cultura da mandioca, tanto por sua ampla distribuição geográfica quanto por sua alta capacidade consumo foliar, principalmente nos últimos instares larvais. Desta forma, a lagarta causa severo desfolhamento da planta que, se ocorrer nos primeiros meses de desenvolvimento da cultura, pode reduzir drasticamente o rendimento da produção, chegando a ocasionar a morte das plantas mais jovens. O inseto ocorre nas Américas, onde já desfolhou grandes plantios de mandioca, podendo ocorrer em qualquer época do ano, mas em geral no início da estação chuvosa ou da

seca. Sua ocorrência é esporádica e pode demorar intervalos de anos até surgir novamente¹⁰⁴.

A ocorrência em intervalos de anos e o período chuvoso são confirmados pelos produtores que apontam detalhes do impacto da praga na roça:

“Se a roça tiver com seis meses praticamente ela não presta mais, com seis meses de nascida, se ela comer assim a roça não presta mais, se ela comer com 8 a dez meses um hectare que você ia fazer 100 sacos de farinha já não faz mais, faz aproximadamente 70 sacos, porque da muita água, no próprio instante que ela come a folha da mandioca com oito meses, se ela não comesse aquela mandioca ainda ia aumentar muito, engrossar e crescer e na hora que ela come a roça não aumenta mais e sim só apodrece, aonde ela está (estágio de crescimento) fica, não tem para onde crescer mais. A rama vai enramar sempre, mais a batata não vai progredir mais nada.” (Produtor 6).

Sobre o mandarová e o controle¹⁰⁵ da praga os produtores relatam que,

“A lagarta aqui foi um desastre, foi em toda a região do Juruá. No início aqui em Cruzeiro do Sul só tinha dois pulverizadores para atender o Vale do Juruá todo. Um Técnico que o SEBRAE contratou me disse ‘não se preocupe, se der a praga da lagarta você não se preocupe que eu venho aqui.’ Eu disse para ele que eles não davam conta, pois eles fazem pesquisa no foco da lagarta, leva um mês para ele fazer uma pesquisa,

¹⁰⁴ Segundo a Embrapa (2003), logo no início da ocorrência a lagarta é difícil de ser vista na planta, devido ao tamanho diminuto (5 mm) e à coloração, confundindo-se com a folha. Quando completamente desenvolvidas, a coloração das lagartas é a mais variada possível, havendo exemplares de cor verde, castanho-escura, amarela e preta, sendo mais freqüentes as de cores verde e castanho-escura. A lagarta passa por cinco estádios que duram aproximadamente de 12 a 15 dias, período em que consome, em média, 1.107 cm² de área foliar, sendo que 75% dessa área é consumida no quinto instar.

A prática da aração da área para novos plantios contribui entre outras vantagens, no enterro profundo de algumas pupas, enquanto outras ficam na superfície do solo expostas aos raios solares e aos inimigos naturais”.

¹⁰⁵ De acordo com a Embrapa (2003), “a eliminação das plantas invasoras, especialmente as euforbiáceas, presentes na plantação ou em suas imediações, é outra prática recomendada, as quais servem de hospedeiras à praga.

No caso de ataques contínuos do mandarová em uma região, recomenda-se a rotação de culturas, já que ao desaparecer o hospedeiro mais prolífero, diminui a população da praga. Inspeções periódicas das lavouras, identificando os focos iniciais, também tornam o controle mais eficiente. **Em áreas pequenas, recomenda-se a catação manual e destruição das lagartas**”. (Grifos nossos)

Sobre esta última recomendação destaca-se a seguinte alegação por parte de um dos produtores: “a lagarta come a roça num desespero que tem muita gente que não entra nem no roçado...falavam para a gente que tínhamos que ir para dentro do roçado matar e eu disse ‘ nós somos seres humanos também, aonde é que eu vou ver uma praga acabando com aquilo que é meu e se eu puder dar jeito eu não vou lá? Nós não vamos porque ninguém agüenta, o mau cheiro é tão horrível que roda urubu assim por cima. Você mata uma aqui, mas você se desespera porque tem milhares na sua frente, nos lados’ ...não tem como te dar uma comparação, só vendo. Ela sempre começa no meio do roçado, ano passado numa segunda-feira eu fui na roça do meu irmão e elas estavam no meio do roçado, quando foi na quarta-feira de tardezinha já tinham acabado com todo o roçado.”

durante um mês em uma comunidade que nem essa nossa aqui com mais de duzentas famílias, acaba com a roça em um mês e já vai para outro canto” (Produtor 1).

A ação da praga é rápida e em pouco tempo acaba com uma roça “ *em três dias ela acaba com um hectare de roça*”. Os produtores demonstram desconfiança com relação ao discurso e promessas de garantia de controle da praga: “*Eu digo que não adianta o estado dizer que está preparado para o combate da lagarta porque ele não está. Eu falo por experiência aqui na comunidade, digamos que eu vá lá no roçado hoje que é segunda-feira e vejo só as ovas e vou atrás de uma pessoa do governo [IDAF¹⁰⁶] para vir pulverizá com veneno, aí chego lá o rapaz e me diz que eles não tem o diesel para colocar no carro para vir, talvez venham amanhã, só que se chover não vai dar para eles virem aí eles só chegam na quinta ou na sexta, aí a lagarta já comeu a roça todinha*”¹⁰⁷. (Produtor 1).

Os produtores têm clareza entre a ineficiência das ações do governo para auxílio no combate a praga, a rapidez do ciclo reprodutivo e a real demanda dos produtores:

“Esse problema é grande, o governo já combateu muito mas já no final, porque ela comina duas ou três vezes uma roça só. Porque com duas semanas ela envivece, prospera e morre, então num mês ela come duas vezes [uma mariposa coloca de 2000-2500 ovos]. Ele começa divinhão, vira mariposa, mariposa bota ovos, vira lagarta. Ela tem três ciclos divinhão-mariposa-lagarta-divinhão de novo. A demanda no Vale do Juruá é muito grande, 75% da população é produtor rural”. (Produtor 1).

Vale esclarecer que o controle do mandarová é feito com um líquido feito a partir da própria lagarta, não causando contaminação química ou tóxica sobre o solo ou roça¹⁰⁸. Outras pragas ou doenças na roça não foram relatadas pelos produtores entrevistados, o único caso registrado durante as entrevistas foi um onde o produtor relatou para um técnico que ele possuía uma área de roça que quando completa sete para oito meses as folhas caíam e “*fica só o miolozinho, aí quando ela está com dez meses brota na mandioca mesmo, na batata...ele fez o meu cadastro e escreveu o problema e não voltou mais*” (Produtor 6).

Este relato reflete o desafio da assistência técnica agrícola que repetidas vezes nas entrevistas aparece como precária, seja na atuação para controle do mandarová, na

¹⁰⁶ IDAF: Instituto de Defesa Agropecuária e Fazendária.

¹⁰⁷ A demanda é que se tenha pelo menos dois pulverizadores por associação/colônia.

¹⁰⁸ Ver estudo Embrapa/AC (2008)

observação do calendário para a disponibilização dos tratores das prefeituras ararem os roçados¹⁰⁹, ou na recuperação¹¹⁰ e adubação¹¹¹ do solo.

3.4 DIVERSIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul – STR/CZS, começou a discutir a necessidade de diversificação da produção de seus afiliados, considerando que a produção agrícola em Cruzeiro do Sul e na região do Vale do Juruá está praticamente concentrada na farinha. Apesar do conhecimento e manejo de diferentes variedades de mandioca, a produção para farinha está concentrada em quatro ou cinco variedades, em alguns casos duas ou três, que são utilizadas dependendo da disponibilidade de estacas, tamanho da roça e tempo para plantio e colheita (a variedade mansa-brava com seis meses já pode ser colhida, enquanto outras vão de oito a dez meses).

Existe uma preocupação com as formas que os trabalhadores tratam suas propriedades. Um produtora relata sobre as ‘*roças cansadas*’, ou ‘*terras fracas*’ que ficam para trás e não sabe-se o que fazer com essas áreas. Esta produtora descreve que em uma dessas áreas plantou capim e colocou 5 cabeças de gado, as outras estão abandonadas e nos dizeres da senhora “*nem feijão cresce*”, precisam de muito adubo. Esta mesma senhora aluga 1 hectare a R\$300/ano em uma localidade distante de sua residência, aluga também um frete para buscar a mandioca em época de colheita, pois o carro de boi não chega mais e relata que “*está cada ano ficando mais longe de ir buscar*”.

¹⁰⁹ “ Se nossas terras aqui forem aradadas na época certa maio, junho você colhe mais e gasta menos porque esse período está fazendo verão, você planta ela e quando você for dar uma limpa já vai ter chegado o inverno e a roça já vai estar grande, aí você só vai dar uma limpa e vai colher ela, mas se não for aradada na época certa, for, digamos, aradada no final de setembro para outubro, você vai ter que dar umas quatro limpas e vai colher ela no cerrado. Cada limpa você gasta de R\$150 a R\$200 e se plantar no inverno ela dá menos 50% do que ela dá no verão, menos 50% de produção, no verão ela dá mais, carrega mais, custa mais nascer, mas quando nasce, brota ali, está tudo enraizadinha e no inverno logo ela brota, mas você pode arrancar que não tem nenhuma raiz ainda.” (Produtor 1)

¹¹⁰ “o máximo de roças de mandioca que se tira de uma mesma área é três até o solo ‘enfraquecer’(...)aquí a Embrapa começou a trabalhar com uma área de pesquisa. Eles plantaram 25m2 com adubo e plantou outra sem adubo, esse ano eles vão tirar o experimento, se der certo tem um projeto para comprar adubo para as áreas que estejam a muito tempo sem dar nada, mas até agora que eu sei é isso. Eu estou sabendo que lá para a região de Rio Branco já está dando mais certo”. (Produtor 1)

¹¹¹ Um técnico informou a alguns produtores que se devolvessem as cascas de mandioca para o roçado essas serviriam de adubo para a roça em desenvolvimento. “*Todo mundo aqui sabe que ela dá no primeiro ano e você tem que levar as cascas na roça verde, porque nos sabemos que se a gente jogar a casca de mandioca no pé de planta, seja ele qual for, com três dias ele está morto, porque ela esquenta, porque tem que ensinar que tem que ser depois de três semanas ou um mês que aí ela já está bem puba, mas se só jogar lá sem saber mata a roça toda*”. (Produtor 1)

O presidente da Cooperfarinha preocupa-se com o local de plantio de roça em cinco anos e, é testemunha de várias roças abandonadas, terras degradadas que não recebem ‘nenhuma atenção’ para recuperação por parte do governo municipal ou estadual¹¹². O acesso a insumos como calcário é difícil na região e defende que o governo poderia facilitar, subsidiar, tal aquisição¹¹³ para o trato no processo de regeneração da área degradada.

Segundo o presidente do Sindicato a maior parte das propriedades rurais produz farinha predominantemente. “Os produtores vendem farinha para comprar arroz, feijão e milho, o que poderiam estar produzindo em suas propriedades. Produtos de subsistência, como o café, banana, açúcar gramixó, coloral, estão sendo comprados quando poderiam ser produzidos”. Na percepção do Sindicato, o trabalhador rural está ‘emperrado’ na farinha e muito por causa do curto ciclo de produção e descrença de que não será bem sucedido em seu sustento por outras culturas de longo prazo.

O Sindicato atualmente está concentrando esforços para reverter a ‘monocultura’ da mandioca, incentivando a diversificação por meio de exposição de outras experiências na Amazônia que apostaram na agrofloresta e que estão crescendo e ganhando força¹¹⁴. Segundo o presidente do Sindicato, a produção de farinha hoje oferece prejuízo financeiro para o produtor que não contabiliza porque o produto tem garantia de mercado e retorno quase que imediato. Para o presidente, também produtor, “com certeza, nós queremos é cada vez diminuir o nosso custo de trabalho e ganhar mais um pouco. Hoje num hectare de roça o produtor tem um prejuízo de R\$350, da brocagem ou que seja aradado[terreno arado] mesmo até a colheita dela está no ponto para vender. Tem um prejuízo de pelo menos R\$350 por cada hectare e isso pode quem quiser fazer pesquisa se ele dizer que não dá é porque está escondendo alguma coisa, mas é daí para lá”.

O presidente do STR/CZS ressalta que praticamente todas as políticas públicas no Vale do Juruá de apoio aos produtores rurais estão voltadas somente para a farinha. Este fato foi corroborado por outros produtores quando afirmaram que “cultura maior aqui é a mandioca mesmo, porque não tem outro incentivo para qualquer outro produto. ”

¹¹² O documento **Plano de Intervenção em Áreas Alteradas** em Mâncio Lima, faz breves menções ao tema, sem abordar com profundidade o problema.

¹¹³ O cálculo é de aproximadamente 500kg por hectare de roça abandonada (STR/CZS).

¹¹⁴ No momento da entrevista o Sindicato em Cruzeiro do Sul estava em contato com a coordenação do Projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado), articulando uma possível capacitação na região do Vale do Juruá. O Projeto Reça vem incentivando propriedades rurais à diversificação por meio de técnicas agrofloretais. Ver também capítulo 3.

E quando indagados acerca do interesse dos produtores em outros cultivares, uma das respostas obtidas segue,

“Tinha que o governo ter pessoas capacitadas para ajudar o produtor mesmo, se aqui não deu certo, vamos para a planta de cana, de feijão, amendoim, alguma coisa outra para não ficar só na roça, porque aqui dá muita cana, mas não tem incentivo, tem três produtores aqui que plantam cana, mas não têm nenhum incentivo do governo, nada, nada, eles colhem 1500kg de açúcar, mas simplesmente só da idéia deles mesmo, se o governo fosse com eles no banco para conseguir um financiamento, assim como fizeram a casa de farinha, fazer um engenho, mas não vai (...) nós sozinho é mais difícil de conseguir.”

O presidente do Sindicato destaca a importância da confiança necessária para os produtores encararem novas possibilidades de produção, pois os riscos envolvidos em culturas que não são dominadas histórica e tecnicamente pelos produtores pesa na hora da escolha produtiva:

*“Se tivesse mais exemplos outros seguem, se uma colônia fizer [plantar outras culturas] diferencia para outras, tem várias espécies de produtos além da farinha, que poderia incentivar os outros a confiar. Porque hoje a gente planta roça, mas porque nós tem prejuízo, mas na hora que você precisa consegue vender. Tanto faz o governo comprar ou não a gente consegue vender, **todo mundo come, mas as outras coisas todo mundo come também só que essas outras coisas precisamos de um técnico para ajudar nós a pegar o ritmo.**”*

A falta de confiança e assistência técnica que o presidente do Sindicato acima expressa é corroborada por um dos produtores: *“a maior parte dos produtor planta só mandioca mesmo, as outras coisa da pouquinho, não desenvolve muito. Não sabe né?!”* (Produtor 7).

Em demonstração de preocupação com a situação dos produtores, pois afirmava estar sensibilizado pela *“pobreza e miséria que assolam a vida dos produtores de farinha”* o presidente do STR/CZS decidiu elaborar um estudo orçamentário que inclui os custos e receitas com a produção de 1 hectare de farinha:

HECTARE DE MANDIOCA / VALE DO JURUÁ.

Nº	TRABALHO / DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Broca / Derruba	Homem/Dia	12 Dia / s	15,00	180,00
02	Queima	Homem/Dia	1,5	15,00	22,50
03	Coivaramento		05	15,00	75,00
04	Preparo da Maniva		02	15,00	30,00
05	Transporte / Maniva		02	15,00	30,00
06	Plantio		05	15,00	75,00
07	Limpa (5 no mínimo)		25	15,00	375,00
08	Colheita (5pessoas)(20 dias)	Homem/Dia	100	15,00	1.500,00
09	Transp. Para casa/ Farinha		15	15,00	225,00
10	Sacaria	Saco	100	2,00	200,00
11	Transp. Para Cidade	Saco	100	4,00	400,00
12	Venda na Cidade	Homem/Dia	02 dias	15,00	30,00
13	Passagem Ida e Volta		02	10,00	20,00
14	Alimentação (Processo)	05 pessoas	100 Refç.	05,00	500,00
15	Combustível	Litros	30 Gasolina	3,50	105,00
16	TOTAL				3.767,50

1. O Custo total para produzir 100 sacos de farinha hoje = **3.767,50**
2. A receita total de 100 sacos * **40,00 = 4.000,00**
3. Consumo interno 13 sacos * **40,00 = 520,00**
4. Produção comercializada: 100 sacos - 13 = 87 sacos * **40,00 = 3.480,00**
5. Receita Bruta de 100 sacos = **4.000,00**
6. O custo da produção de uma hectárie é **3.767,50**. O valor do consumo no ciclo (09) meses é de 13 sacos * **40,00 = 520,00**
7. Então temos: O valor comercializado **4.000,00** - (menos) o valor de custo da produção **3.767,50** + (mais) o valor do consumo **520,00**. Isto posto temos **752,50** (negativos).

Nós temos por média contar apenas as outras despesas e não contamos o nosso trabalho, por isso não percebemos o prejuízo que temos, se fizermos o contrário ai sim perceberíamos que o resultado não é tão bom assim.

Figura 6: Transcrição da tabela sobre os custos de produção da mandioca. Elaborada por Franco Severiano de Melo Gomes (presidente STR/CZS), Agosto 2007.

Importante destacar que, apesar dos bons resultados atribuídos à qualidade da farinha após o início de implementação do Programa de Boas Práticas, Melo *et al* (2006) constataram que o impacto das adequações e o custo incremental gerado de aproximadamente 16% no custo total de produção, ainda não foi incorporado ao preço do produto final da farinha e não computado na tabela de valores acima descrita. Ou seja, o prejuízo dos produtores ao longo de um ano pode ser maior. Alguns custos que não foram incorporados pelo presidente do Sindicato, assim como observado por ele mesmo, são a mão-de-obra familiar, mesmo contando com auxílio de mão-de-obra contratada, a família sempre está presente durante as diversas fases de produção e o trabalho

geralmente não entra como custo, gastos com energia elétrica, lenha e água durante a farinha. Vale esclarecer também que os valores exatos podem variar, de acordo com a infra-estrutura e a própria mão-de-obra utilizada pela unidade familiar. Algumas famílias possuem maior disponibilidade de mão-de-obra adulta e/ou infra-estrutura durante o processo produtivo. Algumas famílias alugam casas de farinha. A proximidade das unidades produtivas com o mercado em Cruzeiro do Sul também interfere nos custos do produto final, tanto para o transporte quanto para a comercialização, algumas famílias estão mais perto da cidade e algumas possuem parentes na cidade, o que facilita com custos de hospedagem durante os dias de comercialização.

O estudo **Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado do Acre – ASPF¹¹⁵** elaborado por Maciel *et al* (2007) observou o desempenho econômico para as regiões do Vale do Rio Juruá e do Vale do Rio Acre. Para os sistemas agrícolas familiares do Juruá considerou a seguinte participação dos municípios na coleta de dados: Cruzeiro do Sul (45%), Rodrigues Alves (24%), Marechal Thaumaturgo (13%), Tarauacá (10%) e Feijó (8%). O estudo identificou que a composição da renda nos sistemas agrícola e extrativista assim se perfaz (Figuras 7 e 8):

Composição da renda do sistema agrícola

<i>Produtos</i>	<i>Percentual (%)</i>
Agricultura	75,66
Farinha de Mandioca	46,67
Arroz	15,45
Milho	3,99
Laranja	1,6
Tabaco	1,36
Feijão	1,25
Melancia	1,16
Outros	4,17
Extrativismo	10,57
Madeira	9,05
Borracha	-
Couro Vegetal	-
Outros	1,52
Criações	13,77
Boi	10,28
Porco	1,85
Aves	1,34
Outros	0,31

Figura 7: Renda Sistema Agrícola
Fonte: Maciel *et al* (2007).

Composição da renda no sistema extrativista

<i>Produtos</i>	<i>Percentual (%)</i>
Agricultura	39,59
Farinha de Mandioca	21,23
Arroz	8,08
Milho	1,64
Laranja	-
Tabaco	*
Feijão	6,01
Melancia	*
Outros	2,63
Extrativismo	25,12
Madeira	*
Borracha	22,06
Couro Vegetal	1,45
Outros	1,6
Criações	35,3
Boi	11,3
Porco	18,49
Aves	5,09
Outros	0,42

Figura 8: Renda Sistema Extrativista
Fonte: Maciel *et al* (2007)

¹¹⁵ A pesquisa foi realizada no ano agrícola de 2000/2001, os valores que foram apresentados em 2007 foram corrigidos pelos índices de 2006, como informado pelo responsável pela pesquisa. Os resultados do estudo feito no ano agrícola 2005/2006 para o Vale do Juruá, diferente dos resultados para o Vale do Acre, ainda não haviam sido compilados e analisados até junho de 2008.

Em ambos os sistemas as famílias têm na farinha de mandioca o produto com maior expressividade para a contribuição da renda bruta, a farinha de mandioca pode ser vista como base de sustentação. Em síntese, para ambos os sistemas, a farinha de mandioca representa parte importante da renda bruta das Unidades de Produção Familiar (UPF) do Juruá, 46,67% para sistemas agrícolas familiares e 21,23% para sistemas extrativistas.

O desempenho econômico dos principais produtos segue descrito para sistemas agrícolas e sistemas extrativistas (Figuras 9 e 10):

Indicadores	Unidade	Borracha	Couro Vegetal	Farinha de mandioca	Arroz	Feijão	Milho	Porcos	Bovinos	Aves
Renda Bruta	R\$/mês	158,25	509,37	92,86	66,28	67,92	17,13	92,92	129,17	31,69
Renda Líquida	R\$/mês	-51,42	-132,95	-47,85	43,67	23,24	-4,63	30,48	22,98	9,45
Margem Bruta Familiar	R\$/mês	137,21	277,84	57,94	54,31	58,86	10,44	91,07	90,97	27,78
Índice de Eficiência Econômica	Und.	0,64	0,73	0,55	1,94	1,40	0,60	2,18	1,34	1,27
Relação MBF/RB	Und.	0,90	0,55	0,66	0,72	0,91	0,68	0,99	0,81	0,98
Diária da mão-de-obra	R\$	6,76	4,77	7,47	27,38	21,29	4,83	51,88	28,02	27,22
Custo Unitário	R\$/unid	3,66	7,33	0,73	1,29	1,35	0,28	1,11	3,11	0,27
Preço Produtor	R\$/unid	2,23	5,36	0,77	1,59	2,72	0,41	3,43	3,63	10,42
Margem de Comercialização	%	-39	-27	5	23	102	48	208	17	3754

Obs.: Resultados Medianos; *Cultura consorciada

Figura 9: Desempenho econômico para principais produtos do sistema extrativista.

Fonte: Maciel *et al* (2007).

Indicadores	Und	Farinha de Mandioca	Arroz*	Milho*	Feijão	Laranja	Tabaco	Boi	Porco	Madeira
Renda Bruta	R\$/mês	160,11	183,59	42,13	36,22	29,79	151,56	107,17	45,18	436,89
Renda Líquida	R\$/mês	-69,26	58,25	-7,54	-1,12	17,78	85,14	-39,37	-7,46	3,29
Margem Bruta Familiar	R\$/mês	115,36	115,91	21,17	29,82	26,50	140,65	83,60	44,73	139,18
Índice de Eficiência Econômica	Und.	0,57	1,28	0,69	0,88	2,14	2,33	0,57	0,78	0,69
Relação MBF/RB	Und.	0,65	0,75	0,72	0,95	0,89	0,98	0,71	0,99	0,51
Diária da mão-de-obra	R\$	8,27	28,44	5,38	11,03	61,16	32,17	15,91	47,67	45,20
Custo Unitário	R\$/unid	0,80	1,27	1,08	1,88	0,02	6,36	7,54	1,71	184,10
Preço Produtor	R\$/unid	0,77	1,59	0,41	2,72	0,18	15,16	3,63	3,43	174,76
Margem de Comercialização	%	-4,12	24,92	-61,81	44,17	992,49	138,21	-51,86	100,98	-5,08

Obs.: Resultados Medianos; *Cultura consorciada

Figura 10: Desempenho econômico para produtos do sistema agrícola familiar.

Fonte: Maciel *et al* (2007).

Em ambos os sistemas a renda líquida para a farinha é negativa, ou seja, na maior parte dos casos os produtores pagam para produzir farinha. Em síntese, para os dois sistemas, a renda bruta para a farinha de mandioca é de R\$160,11 e a renda líquida é de menos (-)R\$64,38. Desta forma e dadas as devidas proporções de escala e metodologia, os resultados desta pesquisa corroboram com o estudo elaborado pelo produtor de farinha e presidente do STR/CZ – a produção de farinha gera mais prejuízo

econômico que lucro para os produtores. A cultura persiste porque o produto é tido como item de segurança alimentar e de mercado garantido.

O que tem tornado a produção da farinha dispendiosa é o aumento dos custos com diárias, arado, combustível e transporte (áreas de plantio mais distantes do local de origem da família) e, mais recentemente, aluguel de áreas para roça. Existem alguns produtores, que por ‘capricho’, história e traquejo comercial conseguem vender a saca de farinha por preços bem acima da média calculada de R\$40 (quarenta reais), chegando a R\$ 80 (oitenta reais). Para esses produtores a farinha é um bom negócio. Ressalta-se que a grande maioria dos produtores de farinha vende sua produção ao preço médio de R\$40, como averiguado no mercado municipal de Cruzeiro do Sul.

O estudo de Maciel demonstra a coerência da visão do presidente do Sindicato com o potencial de melhoria de renda com a produção de produtos agroflorestais. A figura 11 demonstra como a porcentagem de renda bruta para produtos agroflorestais vem crescendo significativamente na comparação entre os anos 1996/1997 a 2005/2006. Demonstra ainda o incremento no preço final da macaxeira após a implantação de políticas como as casa de farinha e o Programa de Boas Práticas:

Descrição	% Renda Bruta	
	1996/1997	2005/2006
Criações	45,55%	39,31%
Criação de Bovinos	35,97%	33,44%
Criação de Aves	3,18%	2,13%
Criação de Porcos	5,38%	2,43%
Outras	1,02%	1,31%
Agricultura	27,50%	26,05%
Macaxeira	7,08%	12,06%
Arroz	4,71%	1,87%
Feijão	4,43%	1,41%
Outras	11,28%	10,72%
Agrofloresta	13,77%	22,68%
Pupunha Fruto	5,83%	8,46%
Pupunha Palmito	0,46%	5,07%
Cupuaçu	7,48%	3,51%
Café		5,66%
Extrativismo	13,18%	11,95%
Castanha	5,21%	6,78%
Borracha	5,99%	1,82%
Outras	1,97%	2,91%

Figura 11: Comparação de renda bruta entre os anos de 1996/1997 a 2005/2006.

Fonte: Maciel *et al* (2007)

A figura 12 mostra, de forma sintetizada, a análise econômica por Unidade de Produção Familiar no Vale do Juruá:

Indicadores	Unidade	Extrativista	Agrícola	Vale do Juruá
Renda Bruta	R\$/mês	320,92	419,20	383,23
Margem Bruta Familiar	R\$/mês	284,10	259,09	263,86
Autoconsumo	R\$/mês	659,05	398,62	485,96
Nível de Vida	R\$/mês	1.016,45	788,29	872,20
Índice de Eficiência Econômica	Und.	0,87	0,70	0,75
MBF/Qh/d	R\$/(H/D)	12,27	12,60	12,48
Termo de Intercâmbio	Und.	0,77	0,85	0,85
* Valores medianos por UPF.				

Indicadores	Unidade	Extrativismo	Agricultura	Vale do Juruá
A) Margem Bruta Familiar	R\$/mês	284,10	259,09	263,86
B) Bens e Serviços Comprados	R\$/mês	268,34	407,74	354,94
C) Custo Fixo	R\$/mês	189,49	263,02	230,15
D) (B + C)	R\$/mês	457,84	670,75	585,09
E) (A - D)	R\$/mês	-173,73	-411,66	-321,22
F) (A - B)	R\$/mês	15,76	-148,65	-91,08
* Valores medianos por UPF				

Figura 12: Análise Econômica por UPF no Vale do Juruá.

Fonte: Maciel *et al* (2007)

Este estudo é elucidativo na busca por meios eficazes de valorização da produção local com atenção especial aos produtos que sustentam modos de vida no Vale do Juruá, no estado do Acre e na Amazônia. A farinha é o produto que sustenta modos, histórias, famílias, comportamentos, hábitos e perspectivas, seja nas roças que continuarão ou em consórcios agroflorestais. O fato de importância para uma política efetiva de diversificação é que existem produtores, associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, interessados e já em movimento para aprender novos sistemas de culturas consorciadas, esperançosos com as possibilidades de sustento e demonstrando, como nenhum outro grupo de trabalhadores rurais demonstrou nesta pesquisa, de forma articulada, preocupação com a manutenção da floresta em pé.

A frase síntese do presidente do STR/CZS, “*quem come farinha, come floresta...*” mostra uma reflexão sobre os impactos da produção de mandioca sem planos de manejo adequados para as áreas produtoras. A farinha de Cruzeiro do Sul é reconhecida, pelo próprio presidente, como alimento importante para a população do Juruá e que carrega em sua essência a identidade da floresta do Vale. Contudo, a necessidade de adequação e remediação dos impactos causados e, mais importante, a abertura de possibilidades para diversificação mostra-se mais do que uma opção para geração de renda, e sim de segurança alimentar e nutricional dos pequenos produtores. O trabalho do Sindicato em

oferecer alternativas produtivas, fortalecendo a confiança dos pequenos produtores em investir e adquirir capacidade em plantios consorciados reforça princípios ecológicos de manutenção e incremento da biodiversidade e, em termos sociais, produtores podem contar com mais de um produto para sua segurança alimentar e de renda.

4. DESTINOS DA FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL E A PARTICIPAÇÃO LOCAL

Na busca de valorização desta cultura que rege a vida de 10 mil famílias no Vale do Juruá, as políticas e programas do governo do estado e dos municípios do Juruá têm sido voltadas essencialmente para a farinha de Cruzeiro do Sul. O entendimento do que pode valorizar a farinha para alguns produtores passa por mais capital de giro para a cooperativa, para outros passa pela própria vontade do produtor em exigir mais de sua produção, seguindo mais fielmente normas e regras de higiene e, passa também pelo aumento da demanda por mais qualidade advinda do comprador intermediário ou consumidor final.

A Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, tem como beneficiários agricultores, pescadores artesanais, extrativistas, aqüicultores, quilombolas, indígenas e silvicultores. Esta lei beneficia diretamente os pequenos produtores do Vale do Juruá, pois esses enquadram-se, em sua grande maioria, no estabelecimento necessário exercido pela família (predominância do trabalho familiar; área não superior a 4 módulos fiscais; renda originária, predominantemente, da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e residência no estabelecimento ou em local próximo).

A política para agricultura familiar no Brasil hoje contempla algumas das principais reivindicações dos pequenos produtores por sua abrangência de base, sustentada no tripé: 1) assistência técnica e extensão rural; 2) financiamento e seguro da produção; e, 3) agregação de valor e geração de renda. A valorização de determinado produto, tal como a farinha de Cruzeiro do Sul, passa por esse tripé base também, mas ela vai além quando chama para o produtor a responsabilidade e o protagonismo para com a qualidade do produto produzido como resultado de sua identidade ecológica, social e cultural, histórica e de luta. Chama também para a responsabilidade para com o consumidor, que mostra mais consciência e disposição para pagar por um produto que carrega em seu bojo não apenas valores nutricionais, mas ecológicos, sociais e culturais.

Quando a primeira resposta de um produtor para a valorização remete ao acesso à crédito verifica-se uma reivindicação justa, pois segue as regras do mercado, mas esta reivindicação é também caracterizada por uma fragilidade estrutural de desconhecimento das próprias regras deste mercado que prezam pela competitividade e competência. Mas, acima de tudo, esta resposta despreza e não valoriza o diferencial inerente aos valores presentes na vida cotidiana de produtores rurais e extrativistas da Amazônia. Valores esses de luta histórica, solidariedade, respeito identitário e auto-estima.

O despreparo para uma inserção de mercado para além do local e regional é evidente quando a noção destino do produto é para a grande maioria dos entrevistados desconhecida: *“a farinha vai para o mercado”* ou alguma noção de mercado para além de Cruzeiro do Sul: *“no período invernosos vai para Manaus e Porto Velho, no verão vai para Rio Branco”*

A noção de cadeia pára no primeiro comprador. E o intermediário, figura tão criticada, é central na movimentação do mercado da farinha e até mesmo por ela ter chegado aos patamares que chegou, em termos de dinamização da economia local, pois mesmo no auge da CASAVAJ, essa chegou a comercializar apenas 12% do total da produção da região, o restante ficava a cargo dos marreteiros ou atravessadores. Esta noção é ainda caracterizada pelo curto prazo, o despreparo para negociação e visão de longo prazo. As condições físico-ambientais da Amazônia somadas às precárias estruturas de escoamento de produção demandam, preparo e coordenação de ações para comercialização e inserção no mercado.

A valorização da Farinha de Cruzeiro do Sul, com os fortes investimentos nas Casas de Farinha, foi um início, mas como instrumento comunitário veio de forma errônea, como já visto anteriormente, as famílias proprietárias das áreas onde as casas foram construídas são consideradas as donas das casas, isso porque a unidade predominante é a familiar. E como foi uma política de cima para baixo, partiu não por reivindicação dos produtores, que acolheram de bom grado, mas por uma necessidade e indução de política socioeconômica do governo do estado. Muitas casas de farinha modernizadas estão servindo de depósito, como averiguado no município de Mâncio Lima, outras perdem-se por falta de manutenção. Em ocasião, uma casa estava com as telas rasgadas e o proprietário relatou que estava aguardando o governo enviar novas telas, e que já estava naquela situação há alguns meses, e aguardaria, provavelmente mais alguns. São vários os exemplos de passividade e baixa auto estima, como nos fala Lessa (2004) e, que servem para reforçar políticas paternalistas e assistencialistas.

Esta política impulsionou a produção de uma farinha com maior qualidade, como anteriormente descrito, despertou também a pró-atividade do coletivo de produtores que alcançou a estrutura de crescimento da CASAVAJ e a pró-atividade em vários produtores individuais que hoje se destacam no cenário local com a produção de uma farinha de excelente qualidade, como é o caso de Dona G.¹¹⁶. Esta produtora relata que soube aproveitar bem as oficinas de Boas Práticas e que essas foram incorporadas a sua produção, que hoje é uma das mais senão a mais conhecida de Cruzeiro do Sul¹¹⁷. E, em termos de valores incorporados à produção vale o depoimento que segue:

“Faço farinha desde que me entendo por gente, fazia junto com meu pai que aprendeu dos meus avós [nordestinos](...)sempre que perguntam sobre uma boa farinha sempre eu digo, se me pedem maniva eu dou, troco, tem muita gente que não faz, ficam com medo de competição, eu faço...” (Dona G¹¹⁸).

Na ocasião do trabalho de campo, Dona G. cedia o espaço de sua casa de farinha para a realização de um curso com produtores, principalmente mulheres do bairro Macaxeiral I sobre produtos derivados da mandioca. A extensionista que ministrava o curso ensinava como fazer um melhor aproveitamento de subprodutos da mandioca que eram simplesmente descartados pelos produtores de farinha, como a goma e a manipoeira¹¹⁹. Os produtos podem ser farinha fina, bolos, pudins, mingau, farinha d'água, dentre outros. Os participantes dos cursos demonstraram grande interesse em agregar valor nutritivo e aprender receitas de derivados da mandioca. Em relação ao objeto deste estudo o testemunho dos participantes pode ser considerado como um despertar de novas possibilidades de uso e inserção na vida cotidiana, acrescentando pitadas de renovação a um cenário, até então considerado desalentador em termos de consideração da farinha como produto da agrobiodiversidade e mantenedor de diversidade social e biológica¹²⁰.

Importantes são as iniciativas individuais do trabalho de valorização da Farinha de Cruzeiro do Sul e as múltiplas oportunidades que a mandioca oferece enquanto produto

¹¹⁶ Dona G. venceu o concurso de melhor produtora de Farinha de Cruzeiro do Sul e atualmente, sua farinha é uma das poucas que alcança o preço de R\$80/saca.

¹¹⁷ A produção de Dona G. já foi e continua servindo de referência para estudos técnicos da Embrapa Acre (ver Souza, 2006; Reis *et al* 2006; Leite *et al*, 2006; Souza, 2005).

¹¹⁸ Dona G. tem 47 anos e sua aparência física exibe força e fibra, é matriarca absoluta em sua família, comandando todo o processo de produção da farinha, antes mesmo da decisão da terra onde o roçado será cultivado, quando precisam sub-locar terras para cultivo. Ela planeja locais de roças, quantidades de manivas, alugueis de roça, renda, gastos com produção e transporte, todas as decisões passam ou são dela.

¹¹⁹ *“manipoeira serve de adubo para a própria roça”*. Depoimentos de produtores atestam que testemunharam roça *“aguada”* com manipoeira pode crescer e chegar ao ponto de colheita com sete meses.

¹²⁰ Enquanto alguns produtores souberam aproveitar e buscavam organizar mais cursos, como no caso de Dona G., outros traziam o lamento em primeiro lugar, *“tem que ter um incentivo do governo para a gente começar a aproveitar essas coisas que a gente joga fora...”*(Produtor 1)

da agrobiodiversidade¹²¹. Contudo, um trabalho efetivo de valorização precisa necessariamente passar por processos coletivos de envolvimento, participação e desejo comum. Este fato tem sido demonstrado por inúmeras iniciativas ao redor do mundo de valorização de produtos oriundos de comunidades de pequenos produtores rurais, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas seja por agregação de valores ambientais, ou por valores de identidade cultural e territorial ao produto (RANABOLDO, 2006; FLORES, 2006).

Para o alcance da vivência coletiva na valorização de produtos regionais e locais, alguns pressupostos necessitam ser vencidos, dentre eles a participação ativa daqueles que estão diretamente envolvidos com processos de concepção, produção e identificação do produto como resultado de sua trajetória histórica, social, ambiental e cultural. O Ministério da Agricultura, através de Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica empreendeu um amplo diagnóstico nas cinco regiões do país (ver capítulos 2 e 6) afim de identificar produtos potenciais passíveis de reconhecimento por indicação geográfica e dentre os produtos da região norte estavam a Farinha de Cruzeiro do Sul e a Castanha. Os técnicos do MAPA, tanto em Brasília, quanto na Superintendência do estado do Acre relataram que os maiores impedimentos estão relacionados a questões sanitárias. O técnico do Acre, responsável pelo levantamento no estado, ressaltou a fragilidade das organizações locais, como agravante ao alcance da qualidade sanitária, pois esta envolve padrões comportamentais de difícil mudança. A possibilidade de Indicação Geográfica à Farinha de Cruzeiro do Sul em novembro de 2007 era considerada pelo MAPA/AC alternativa pouco provável.

Vale trazer à luz o entendimento de qualidade para o MAPA que a entende como sanitária/higiênica e de segurança alimentar focada na saúde humana. Se a normatização e padronização forem aplicadas com rigidez de normas, às condições de produção para a maioria dos produtores de farinha de Cruzeiro do Sul, poderão, como indicam Sarr e Cormier-Salem (2007), colocar em risco a preciosidade ou qualidade intrínseca da farinha. Os resultados poderão causar mudanças nos modos de aprendizado e criar discrepâncias entre a inovação e criatividade local que originou a especificidade da farinha e necessidade de seguir normas e padrões exogenamente estabelecidos.

As possibilidades que o instrumento de Indicação Geográfica pode trazer em termos de benefícios para manutenção de modos tradicionais de produção e valorização

¹²¹ Em comemoração aos 30 anos de pesquisa da mandioca no Acre, o pesquisador Amauri Siviero da Embrapa relata a possibilidade de desenvolvimento de centenas de produtos a base de mandioca.

de produtos locais, poderão concretizar-se na medida que o conceito de qualidade seja ampliado pelo MAPA de forma a abarcar processos de construção cultural, de identidades coletivas e ambientais. O trabalho conjunto de pastas para a construção desta ampliação, como por exemplo, o Ministério da Cultura e o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional que vem valorizando processos culturais e produtos por meio do reconhecimento e registro de bens culturais de natureza imaterial e patrimônios materiais.

Os caminhos possíveis para a valorização da farinha de Cruzeiro do Sul e o reconhecimento deste produto tão essencial à vida de milhares de pessoas são diversos, e alguns deles já trilhados pelo governo do estado, como os fortes investimentos em infra-estrutura e nas organizações locais. Ressalta-se que a forte injeção de crédito financeiro em organizações locais ainda fragilizadas ou despreparadas para o recebimento de montantes volumosos, indica que estratégias para valorização via disponibilização de recursos devem ser melhor planejadas de forma a incentivar a autonomia, o empoderamento e a continuidade de tais organizações. De que vale uma grande central de cooperativas ou associações que ascende velozmente, como foi o caso da CASAVAJ, mas que não consegue, por falta de capacidade técnica e administrativa manter os passos, com 'pernas' fortes o suficiente para caminhar de forma autônoma e legítima?

O importante dado histórico de persistência e perpetuação da cultura alimentar da farinha na região por mais de um século aponta para a característica de segurança alimentar. Tal qualidade, assim como destacam Takagi & Belik (2007), demanda políticas específicas que incorporem a segurança alimentar *per se*, a demanda de atendimento de gastos sociais e a resolução de problemas imediatos, como a própria necessidade alimentar, e a visão de longo prazo. É sabido que em diversas ocasiões as políticas que atendem às demandas ligadas à segurança alimentar caem no assistencialismo e no paternalismo político, para o Vale do Juruá o cenário não é diferente. O necessário envolvimento do governo do estado em praticamente todas as iniciativas produtivas¹²² demonstra a dificuldade de chegar à autonomia e obter uma capacidade de resposta das organizações que correspondam ao empoderamento, à continuidade e ao caminhar com as próprias pernas.

¹²² Durante as entrevistas com produtores, servidores do governo e representantes dos movimentos sociais, ficou clara a forte dependência de praticamente todos os segmentos da sociedade no envolvimento do governo do estado em toda e qualquer ação que se almeje realizar. “Se o governo não estiver envolvido, não vai dar certo, nem adianta tentar” como sintetizou um representante do movimento social em Rio Branco.

Neste sentido, vale destacar o estudo sobre a participação da sociedade civil e da governança em espaços de definição de políticas públicas para o estado do Acre. Meneses Filho (2008) traz à luz o estado da organização da sociedade civil no Juruá quando entrevista representantes de algumas organizações da região¹²³, que expressam, de forma generalizada, o sentimento de pouco envolvimento da região e suas organizações de base civil com a formulação de políticas públicas que afetam diretamente o Vale do Juruá. Na visão das organizações,

“a consulta do Governo à sociedade local está muito mais focada no ajuste da implementação de programas governamentais do que na formulação de políticas para a região. O sentimento é que as decisões são tomadas em Rio Branco e informadas em seminário e encontros à sociedade local(...)As organizações do Juruá tem uma participação consultiva para a execução de programas e não de proposição e elaboração das políticas e programas. As organizações vinculadas aos trabalhadores rurais mencionam que os únicos programas que hoje discutem com o Governo são o Programa Luz para Todos e o de melhoria dos ramais(...) A atitude da sociedade nos momentos de discussão com o Governo é reivindicatória, colocando prioridades e necessidades. No entanto, os entrevistados mencionam que os programas, quando implementados, diferem do que foi sugerido. A implementação dos programas pouco envolve a Sociedade Civil sendo as prefeituras as executoras, as quais possuem filtros políticos e a ineficiência típica do serviço público. As organizações de trabalhadores rurais citam que, quando estes programas foram canalizados via organizações e não via prefeituras, tiveram resultados muito melhores a custos menores.” (MENESES FILHO, 2008:35)

Os achados da pesquisa acima são também corroborados pelos depoimentos coletados neste estudo com representantes da COOPERFARINHA, do STR/CZS e técnicos de diversos órgãos governamentais (MAPA/AC, SEAPROF). O que este estudo também destaca é a alta dependência das organizações locais de produtores nas ações dos governos estadual ou municipal para o bom desempenho dos programas por eles iniciados, destacando que as duas cooperativas de reconhecimento na região se iniciaram com forte apoio do governo estadual. Esta dependência pode ser devida a vários fatores, dentre eles o já mencionado paternalismo exacerbado e a baixa auto-estima para modificar situações adversas, tais características predominam na região desde tempos coloniais.

O esforço do governo estadual em realizar ações que poderiam levar os produtores de farinha a patamares econômicos mais formais, desconsiderou a integração

¹²³ “Análise da participação da sociedade civil e da governança de cinco espaços de definição de políticas Públicas do Estado do Acre”. Foram entrevistados representantes de entidades no Vale do Juruá que também contribuíram para esta pesquisa, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul e Mancio Lima, Pesacre Vale do Juruá, GTA- Acre e CASAVAJ, ressaltando que quando o estudo foi feito a CASAVAJ ainda não havia declarado insolvência. Os principais espaços citados para participação da sociedade civil em políticas públicas no Juruá foram: o Colegiado do Território Rural do Alto Juruá; Fórum de Integração Binacional Ucaially-Acre; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Cruzeiro do Sul; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Mancio Lima; Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra do Divisor; Fórum da Agenda 21 do município de Mancio Lima; e Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Alto Juruá.

endógena e a importância de induzir ações que pudessem alavancar uma economia emancipada dessas comunidades. A concentração no local sustentou a concepção, como argumentam Santos & Rodríguez (2005), de uma coletividade fechada e indiferenciada, cujo isolamento garante o caráter alternativo das iniciativas econômicas, que seguem, no caso da farinha, operando sem conexão com a economia hegemônica. O Vale do Juruá, possui dinâmica própria e é tido como isolado do resto do estado, por sua localização e acesso, mas principalmente por divergências político-partidárias. A perpetuação da informalidade na dinâmica comercial da farinha de Cruzeiro do Sul contribui para limitar o campo de ação e expansão desta forma alternativa de produção e, conseqüentemente, limita o consumo potencial e distribuição mais abrangente do produto, até mesmo para redes de segurança alimentar no norte e nordeste¹²⁴.

Algumas das políticas e programas relacionados à Farinha de Cruzeiro do Sul chegaram de cima para baixo, como a construção e modernização das casas de Farinha sem considerar o básico que vem como prioridade para a maior parte da população que vive no Vale do Juruá. Tanto o é que as principais reivindicações dos produtores passam primordialmente por questões de melhorias em saúde, educação e infra-estrutura, principalmente de transporte. Os dados socioeconômicos, de saúde e de educação para a região mostram-se alarmantes, principalmente para a saúde pública dos municípios que compõem o Juruá¹²⁵. Realizações políticas e demandas reais compõem o presente cenário da valorização dos produtores do Vale do Juruá. As perspectivas são das mais pessimistas às mais esperançosas.

É sabido que uma organização local forte é essencial para a efetivação de toda e qualquer estratégia de valorização de uma identidade local e aspectos de sua concretude, no caso, a farinha de Cruzeiro do Sul. Uma pergunta que emerge é como valer-se de aspectos da realidade histórica, cultural, social, geográfica e política do Vale do Juruá para agregar valores de tipicidade à farinha e ganhar notoriedade substancial para uma valorização maior deste produto? Uma valorização que seja tanto para os

¹²⁴ O Projeto de Lei 2891/08, aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, cria o Programa Nacional de Fomento à Produção e à Comercialização da Mandioca e de seus Derivados (Promandioca). O programa inclui medidas para melhorar a produtividade, estimular o consumo de mandioca e criar condições para ampliar a sua utilização como fonte de alimento. Segundo os relatores do projeto os pequenos agricultores familiares serão os maiores beneficiados. O Projeto incentiva ainda a inclusão da mandioca e derivados na alimentação escolar, com a garantia da política de preços mínimos para o produto, onde todo o excedente da produção é adquirido pelo governo federal (SIAMB, 2008).

¹²⁵ A região possui altos índices de ocorrências de hepatite (estima-se que 60-70% da população do estado do Acre tenha hepatite A, B ou C, sendo que para a região de Feijó e Tarauacá este número pode chegar a 80%)(Viana, 2003). Ainda são alarmantes os números para a malária e silenciosos os crescentes registros para leishmaniose (TROJAL, 2006).

pequenos agricultores quanto para o mercado regional e possivelmente nacional e internacional. Como trabalhar a unidade familiar de produção para que esta seja a base desta valorização, haja vista que esta unidade domina o cenário local de produção? Como incentivar e balancear o protagonismo local da produção com a forças de globalização que contribuem para conflitos nas diferentes escalas de origem e destino da produção?

O atual governo do estado do Acre pretende até 2010 concluir as obras da estrada de ligação Rio Branco – Cruzeiro do Sul. Esta estrada trará transformações sócio econômicas profundas para a região do Vale do Juruá que até o momento permanece ligada, por via terrestre, somente seis meses ao ano. As especulações imobiliárias já tiveram seu início e a tendência é aumentar com o passar dos meses. São várias as expectativas de mudanças principalmente o acesso a bens de consumo a preços mais módicos, a facilidade de vias de escoamento e trocas comerciais. Novos investimentos em infra-estrutura¹²⁶ e indústria também estão previstos, o que deve ter influência direta no fluxo migratório de pessoas. Enfim, uma nova dinâmica para a região é aguardada e seus sinais já são percebidos.

A valorização da Farinha de Cruzeiro do Sul passará necessariamente por muitos dos tópicos aqui levantados e não exaustivamente discutidos por contemplarem questões que vão além do objetivo analítico da presente pesquisa, e por alguns outros que relacionam-se para além de políticas públicas nacionais e estaduais de conservação da sociobiodiversidade da Amazônia brasileira.

Estudos mais profundos de mercado, aceitação e inserção mais abrangente, para além dos mercados local e regional são necessários, inclusive para melhor planejamento de estratégias de valorização do processo produtivo e, principalmente, dos produtores. O diferencial da farinha de Cruzeiro do Sul, caracterizado pela utilização de espécies da agrobiodiversidade da floresta em conjunto com técnicas e elementos histórico-culturais, apresenta potencial para uma valorização de origem, mas esta deve ser cautelosamente estudada, pois a característica de segurança alimentar inerente a este produto deve direcionar as ações que permitam a continuidade da dinâmica e acesso ao recurso. A fragilidade das organizações locais, histórico e cenário atual, representa mais um desafio na busca da valorização. O capítulo 6 oferece a abordagem territorial como alternativa de valorização da dinâmica produtiva, com atenção especial aos casos da farinha e o que segue, da castanha.

¹²⁶ Um forte movimento para prospecção de óleo e gás no estado do Acre tem agitado o cenário político, econômico, social, étnico e ambiental do Vale do Juruá.

CAPÍTULO 5 - O ALTO ACRE, EXTRATIVISTAS E CASTANHA-DO-BRASIL: HISTÓRICO, CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA A VALORIZAÇÃO

Este capítulo objetiva contribuir para o entendimento da relação entre os produtores e a produção de castanha no Vale do Alto Acre, com atenção às ações empreendidas e traçadas para a valorização da castanha-do-brasil. A intenção é aprofundar a discussão que entende a valorização da castanha como aquela que atende as demandas e necessidades dos extrativistas, permitindo a manutenção de suas vidas com qualidade, e que contribui para a conservação da biodiversidade na Amazônia. A região de estudo é uma das maiores produtoras de castanha-do-brasil e com forte característica de luta por direitos, autonomia, cooperação e incorporação de valores sociais e ecológicos à vida cotidiana vivida e aprendida.

O ordenamento do capítulo compreende tópicos que inter-relacionam-se e por assim o fazerem refletem-se e conectam-se ao longo do texto. Para entender a valorização da castanha e seus produtores o texto dedica-se às construções para a organização local da produção, via cooperativas, associações e uma comunidade moradora de um seringal, busca-se traçar as relações de interação e articulação dessas entre si e com atores como governo estadual, federal e ONGs. A aproximação a uma comunidade produtora de castanha permitiu um entendimento mais detalhado acerca do significado da valorização na e para a base produtora. Os caminhos que a valorização pode percorrer são muitos por isso a validade da percepção local para a efetiva valorização da castanha.

1. A IMPORTÂNCIA DO EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA

Para melhor entendimento da dinâmica produtiva, em referência especial aos produtos da biodiversidade na Amazônia, o elemento chave é a articulação do extrativismo com atividades agrícolas. Segundo Emperaire (2000), o extrativismo é elemento importante nas estratégias familiares e tem em sua prática a dependência de diversos fatores como calendários de trabalhos agrícolas, disponibilidade de força de trabalho, questões financeiras, pressões de comerciantes locais e preferências individuais. É uma atividade que, geralmente, mostra-se de baixo impacto sobre o meio natural, sobretudo por não ser dependente de práticas mecanizadas.

O extrativismo também faz parte inexorável da história de ocupação da Amazônia. De acordo com Aubertin (2000), em um primeiro momento de ocupação e colonização, a extração do cacau, cravo-do-maranhão, canela, óleo de copaíba, salsaparrilha, baunilhas e em um segundo momento, a extração da borracha, da castanha-da-amazônia, sementes de puxuri, cumaru e fibras da piaçabeira se organizou de forma a responder às demandas da metrópole, originando assim a formação de núcleos dispersos de povoamento temporário, relacionados às cheias do rio, à distribuição e aos ciclos produtivos das plantas exploradas.

É válido mencionar que os ciclos extrativistas relacionados à ocupação e à colonização da Amazônia limitou o desenvolvimento da agricultura de subsistência na região por mais de um século. O ciclo da borracha que se iniciou por volta de 1850 não conseguiu manter-se com a mão de obra local, migrantes nordestinos foram chamados para suprir a demanda. Índios, caboclos ou migrantes, tirados de seus lugares de origem, viram-se forçados a dependerem de seus patrões para alimentarem-se e, em muitos momentos, não podendo plantar nem uma pequena roça. O ciclo da borracha na Amazônia monopolizou a força de trabalho ali existente, somente depois de sua queda com o enfraquecimento do poder patronal, por consequência do estiolamento do mercado de produtos extrativistas nos anos de 1970 que a agricultura de subsistência e o destaque a atividades extrativistas como pesca, caça e coletas variadas ganham força dentro do sistema produtivo da Amazônia (PINTON & EMPERAIRE, 2000).

No debate do desenvolvimento territorial sustentável o extrativismo pode ser considerado como componente vital à economia regional da Amazônia e à conservação dos recursos florestais não madeireiros. Pois, como apontam Pinton & Aubertain (2000), esses são em geral coletados para consumo próprio ou para satisfazer a demanda de pequenos mercados locais, sendo produtos vantajosos e de grande flexibilidade em sua produção, como baixo impacto no ecossistema, combinando sistemas agroflorestais e até mesmo valorizando ecossistemas degradados. Porém, alguns desses produtos atualmente ganham força e valorização nacional e internacional por seu cunho sócio-ecológico, como será visto mais adiante.

A castanha-do-brasil é amplamente consumida pela população da Amazônia, urbana, tradicional ou indígena, seja crua, torrada, em forma de farinha ou misturada com mandioca. Segundo estudos diversos (EMBRAPA, 2005; SOLDÁN, 2003), a castanha contém proteína (14%), carboidrato (11%) e gordura (67%), bem como potássio, fósforo, cálcio, magnésio e vitamina B. Os níveis de selênio, considerado um poderoso anti-

oxidante, também são expressivos, dependendo do solo onde a castanha foi coletada, chegando a ter 250 vezes mais quantidade que a maior parte dos alimentos.

A castanha é um dos principais produtos do extrativismo na Amazônia. Estima-se que aproximadamente 40% da produção total da castanha *in natura* da Amazônia venha do estado do Acre (Figura 13 e Tabela 5), mais especificamente nas regionais do Purus, Baixo Acre e Alto Acre, região com a produção mais alta de castanha, municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil. A produção do estado está estimada entre dez e onze mil toneladas de castanha por ano ou 1 milhão de latas/ano (Tabela 5).

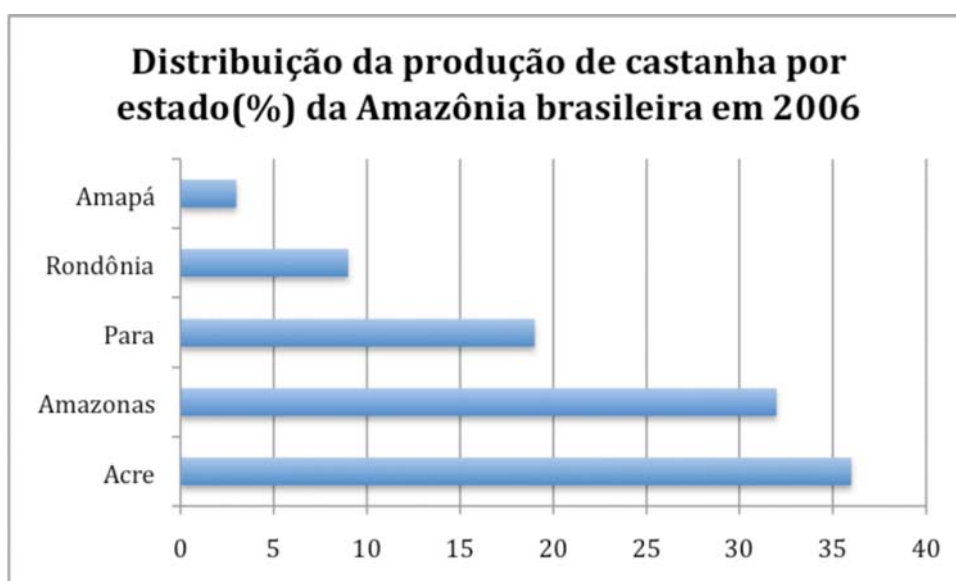


Figura 13 – Distribuição da produção de castanha por estado da Amazônia Brasileira.
Fonte: IBGE, Extração Vegetal e Sicultura 2006

Tabela 5 – Produção de castanha-do-brasil em toneladas. Região norte. 1996-2006

ESTADOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Acre	3.858	3.378	3.628	6.143	8.247	5.924	6.674	5.661	5.859	1.142	0.217	74.201
Amapá	1.776	1.845	1.606	1.582	1.639	1.393	1.157	1.048	1.106	860	917	14.929
Amazonas	6.670	7.357	7.368	7.467	7.823	8.352	8.985	9.068	8.150	8.985	9.165	90.390
Pará	8.458	9.510	8.150	5.959	8.935	6.972	5.770	5.361	7.642	6.814	5.291	78.862
Rondônia	461	461	2.063	1.935	6.508	5.481	4.385	3.357	2.830	2.710	2.652	32.843
Roraima	-	-	54	31	34	69	66	68	88	91	91	592
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	21.233	22.551	22.869	26.587	33.186	28.191	27.037	24.563	26.675	30.602	28.333	291.817

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal, 2006

As famílias extrativistas que vivem na floresta são responsáveis por toda a produção de castanha que chega ao mercado. No estado do Acre, aproximadamente 5 mil famílias estão envolvidas diretamente com extração da castanha. A castanha representa parte essencial da renda dessas famílias, quando não contribui com praticamente toda a renda, contribui com 50-60%, sendo o restante complementado por atividades como a seringa e/ou agricultura em pequena escala.

O principal desafio relacionado à qualidade da castanha é a presença elevada de níveis de contaminação por aflatoxina, toxina produzida por fungos do gênero *Aspergillus*. A contaminação por este fungo pode causar desde intoxicação até o surgimento de câncer no aparelho digestivo dos consumidores. Nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, a produção nacional da castanha foi afetada severamente pela detecção de altos níveis de aflatoxina e, no caso do estado do Acre, o cenário não era diferente.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

Segundo Almeida (2004), os castanhais na América do Sul abrangem uma extensão de 20 milhões de hectares (Figura 14). No Peru, a zona Castanheira na parte oriental do Departamento de Madre de Dios, é estimada em 1,8 milhões de hectares. Na Bolívia, região castanheira localiza-se no Departamento do Pando e está estimada em 1,2 milhões de hectares. No Brasil os maiores castanhais estão entre os rios Tocantins e Xingu, em Santarém, às margens do rio Tapajós, seguindo-se as zonas dos rios Trombetas e Curuá. No estado do Amazonas a maior incidência é no Rio Solimões, seguindo a região do Rio Madeira. No Amapá a maior incidência é no rio Jarí. No estado do Acre as maiores concentrações de castanheiras estão na Zona dos rios Xapuri e Acre. Estas áreas perfazem uma extensão aproximada de 17 milhões de hectares, superpondo-se muitas vezes às áreas de incidência de seringais. A presente pesquisa se realizou no lado brasileiro do Alto Rio Acre, mais precisamente nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil.

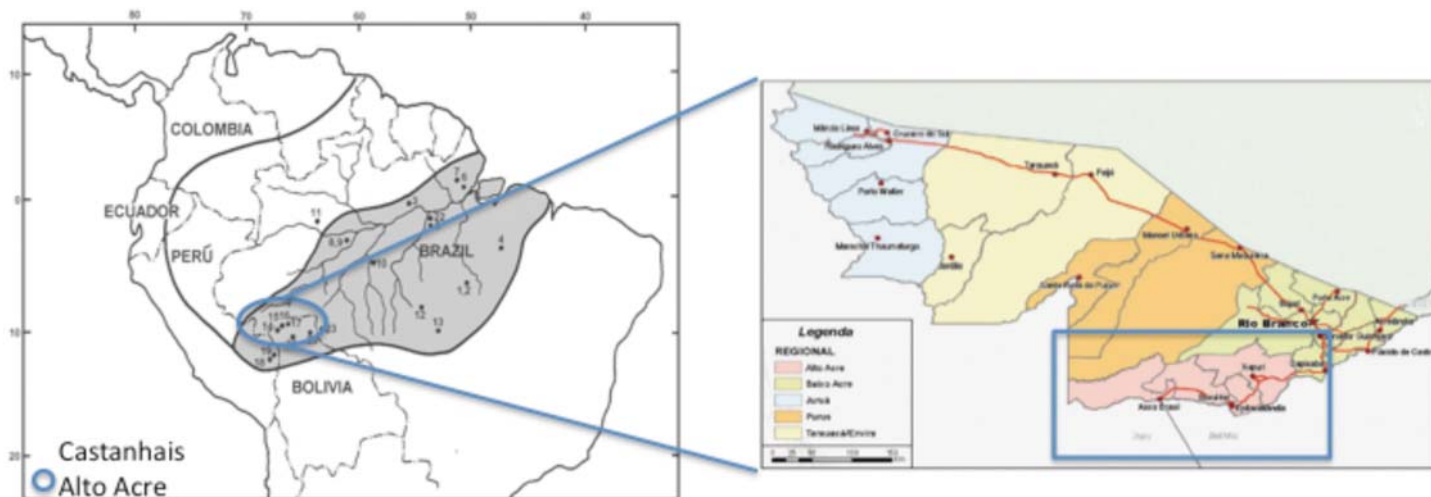


Figura 14 : Mapa esquerda: Distribuição na América do Sul de castanheiras, *Bertholetia excelsa* (área sombreada no mapa). **Fonte:** Peres et al, 2003 e adaptado para ilustrar a localização da presente pesquisa. Mapa direita: área de estudo, regional Alto Acre. **Fonte:** ZEE/AC 2006.

2. ORGANIZAÇÃO LOCAL: COOPERATIVAS E GOVERNO ESTADUAL

A partir de 1999 entrou em execução o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Castanha, com o objetivo de fortalecer processos de extração, beneficiamento, diversificação e comercialização da produção da castanha. As principais ações do Programa estavam voltadas para ampliação de infraestrutura de coleta, armazenagem, transporte e beneficiamento, buscando assim ampliar a eficiência econômica do setor extrativista da castanha, aumentando a geração de trabalho e renda na floresta.

Este Programa teve seu início com o conhecido Governo da Floresta e sua filosofia de “florestania” que trouxe mudanças significativas para o extrativismo e extrativistas das florestas do Acre. Segundo o próprio governo, o programa esteve focado na “implementação políticas públicas de desenvolvimento das cadeias produtivas dos produtos extrativistas, com o objetivo de modernizá-las e torná-las mais competitivas e distribuidoras de renda, alcançando todos os mercados, inclusive os mercados certificados” (UBIRACY & DA SILVA, 2005).

Algumas das ações mais expressivas empreendidas pelo governo do estado para manutenção e crescimento da produção de castanha incluem:

1. *Construção das usinas de beneficiamento em Brasiléia e Xapuri.* As usinas foram construídas pelo governo do estado com o objetivo de promover o

beneficiamento da produção de castanha no estado. Até então praticamente toda a produção saía do estado em forma bruta e o pouco que era processado era feito de maneira arcaica por usinas antigas e precárias da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX e Cooperativa Extrativista e Agropecuária de Produtores de Brasília e Epitaciolândia - COMPAEB ou CAPEB;

2. *Acordo comercial com a empresa Tahuamanu*¹²⁷ da Bolívia para enfrentar a quebra do monopólio da empresa Paraense Mutran¹²⁸. Este acordo teve como principal objetivo levar para o estado do Acre o conhecimento e a tecnologia adquiridos pela empresa boliviana para o processamento da castanha.
3. *Criação de barreiras tributárias estaduais para exportação da castanha bruta* de maneira a processar e beneficiar a castanha no Acre. O governo do estado elevou em mais de 150% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviço - ICMS para inibir a saída de produtos *in natura*, com objetivo de beneficiar, principalmente, a castanha e, contribuir para a quebra do monopólio Mutran sobre o produto.
4. *Incentivo ao trabalho de certificação da castanha*. Algumas cooperativas do estado, como será visto mais adiante, iniciaram processos de aquisição de selos florestais, orgânicos e de comércio justo com o objetivo de melhorar o preço praticado e chegar a nichos de mercado que estão cada vez mais ampliados.
5. *Inclusão e ampliação do Programa de Boas Práticas na Produção* para a cadeia produtiva da castanha. Este programa é uma parceria entre governo federal, estadual, Embrapa e SEBRAE e para a castanha teve como objetivo principal a diminuição dos níveis de aflatoxina na produção. No estado o Programa trabalhou com capacitação dos produtores para adoção de hábitos e comportamentos de higiene não só para a castanha bruta, mas beneficiada e sub-produtos como farinhas, bolos e biscoitos. O Programa atingiu também outros produtos agrícolas e extrativistas, como a farinha, pupunha, açaí e óleos.

¹²⁷ A empresa boliviana Tahuamanu S.R.L., com sede em Cobija, Departamento do Pando, ganhou notoriedade por explorar com êxito o invento de tirar automaticamente a casca da castanha-do-brasil. Desde 1994 domina a tecnologia de beneficiamento e com auxílio de empréstimos e investimentos internacionais ganhou boa parte da fatia do comércio internacional da castanha. Produzindo castanhas de alta qualidade e com forte controle laboratorial para identificação de contaminações, a empresa foi pioneira na aquisição de certificação orgânica internacional.

¹²⁸ A família Mutran é a maior exportadora de castanha-do-brasil do país. A empresa denominada Jorge Mutran Exportação e Importação LTDA foi fundada em 1971 e desde então explora, beneficia e comercializa a castanha-do-brasil. A empresa iniciou suas atividades na região de Marabá, Pará e atualmente sua sede é em Belém. Por anos, foi a empresa que detinha o monopólio da castanha no Brasil. Segundo Almeida (2008) são algumas as acusações de crimes que pesam contra a família Mutran, tais como abusos de violência, trabalho escravo, corrupção e nos municípios onde atua e até assassinatos em suas fazendas.

6. *Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos. Compra Direta e Antecipada* (CONAB). Quando criado este Programa propôs apoiar e qualificar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, atuando na distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, formação de estoque estratégicos e merenda escolar. Para a castanha as modalidades que beneficiam os extrativista da castanha são a Compra Direta e a Formação de Estoques. A CAPEB, CAEX e Cooperacre já se beneficiaram deste programa. Desde 2004 os recursos repassados têm servido de capital de giro para as cooperativas que têm gerado uma maior regulação e aumento do preço praticado na região. Os recursos também são utilizados para o melhoramento da infra-estrutura de produção, armazéns e maquinário.

Todas essas iniciativas resultaram na redução dos elevados níveis de aflatoxina partir do início dos anos 2000 e aumento significativo da produção de castanha a partir de 2005 para o estado do Acre. Na ação de combate ao monopólio Mutran, a tabela 5 demonstra o registro de índices menores para a produção de castanha a partir de 2001 e um aumento da produção para o estado do Acre a partir de 2004. Os altos investimentos feitos para o beneficiamento e comercialização da castanha também representam ganhos monetários significativos para o produtor, tanto no preço pago por lata produzida quanto na renda média do produtor (Tabela 6). Aí registra-se, segundo o MDA (2007) a forte influência do Programa de Aquisição de Alimentos na produção estadual e o repasse do benefício para mais de 900 famílias.

Tabela 6 – Produção média, preço pago ao produtor e renda por produtor (1996-2003)

PRODUÇÃO MÉDIA DE CASTANHA-DO-BRASIL POR FAMÍLIA (EM LATAS E TONELADAS)								
ESTADO DO ACRE - PERÍODO (1996-2003)								
Medida	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Lata	300	300	300	300	300	300	300	300
Tonelada	3	3	3	3	3	3	3	3

PREÇO DA CASTANHA-DO-BRASIL PAGO AO PRODUTOR (POR TONELADA E LATA)								
ESTADO DO ACRE - PERÍODO (1996-2003)								
Medida	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
R\$/Tonelada	200,0	250,0	250,0	410,0	460,0	500,0	575,0	950,0
R\$/Lata	2,00	2,50	2,50	4,10	4,60	5,00	5,75	9,50
Crescimento (%)		25%	0%	64%	12%	9%	15%	65%
Ciclo de Cresc.		0%		130%				280%

RENDA DO PRODUTOR DE CASTANHA-DO-BRASIL (POR PRODUÇÃO)								
ESTADO DO ACRE - PERÍODO (1996-2003)								
ESTADO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
ACRE	600,0	750,0	750,0	1.230,0	1.380,0	1.500,0	1.725,0	2.850,0
Crescimento (%)		25%	0%	64%	12%	9%	15%	65%
Ciclo de Cresc.	0%		130%				280%	

Fonte: Projeto Análise do Sistema de Produção Familiar - ASPF / UFAC, 2004

A média de 300 latas por produtor vem sendo utilizada como unidade base de análise tanto em estudos como o Projeto Análise do Sistema de Produção Familiar (2004), quanto para dados e planilhas fornecidas pela própria Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF. O aumento do preço médio pago por tonelada ou lata ao produtor é atribuído ao conjunto de medidas e ações explicitadas anteriormente. Essas ao contribuírem para a baixa nos níveis de aflatoxina e aprimorar a produção e beneficiamento, melhoraram a qualidade do produto final o tornando mais competitivo e, conseqüentemente, aumentando seu preço. Com o aumento do preço pago por tonelada e/ou lata aumenta a renda média do produtor. Para os anos de 2004 a 2007, segundo técnicos da SEAPROF, castanheiros e cooperados o preço médio da lata continuou a subir, oscilando entre R\$10 e R\$15, aumentando assim a renda média do produtor por produção, média de 300 latas, para R\$ 3.000 a 4.500.

São várias pequenas associações e quatro grandes cooperativas que compõem o cenário da produção da castanha no Acre (Figura 15): Cooperativa Agroextrativista de Xapuri - CAEX, Cooperativa Extrativista e Agropecuária de Produtores de Brasília e Epitaciolândia - COMPAEB ou CAPEB, como é comumente conhecida, Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco - Cooperiaco e Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre - Cooperacre. Atualmente, a Cooperacre é a maior delas, a Cooperiaco é a menor e a CAPEB e CAEX são de médio porte, já foram grandes, mas por problemas que a seguir relata-se, hoje têm sua atuação diminuída.

A tabela 7 demonstra a comercialização da castanha via cooperativas no estado do Acre para o ano de 2005. É importante observar a participação das cooperativas no total da produção e, de acordo com entrevistas aos gestores responsáveis pela elaboração desta tabela, a parcela de participação permaneceu aproximadamente a mesma para 2006.

Tabela 7 - Projeção de comercialização de castanha-do-brasil safra 2004-2005 por cooperativa

Produto	Cooperativa	Município	Volume de produção comercializado/ 2005**
CASTANHA	COMPAEB (Castanha com casca)	Brasiléia	52.000 latas
	CAEX (Castanha com casca)	Xapuri	53.782 latas
	COOPERACRE (castanha com casca)	Rio Branco	92.715 latas
	Cooperativa Chico Mendes (castanha com casca)	Sena Madureira	36.136 latas
	Cooperativa da Floresta Estadual do Antimary (castanha com casca)	Boca do Acre	13.000 latas até 19/04/2005
	Cooperiaco (castanha com casca)	Sena Madureira	14.535 latas

* Esses dados representam a quantidade de castanha com casca comercializada pelas cooperativas no ano 2005, sem o cruzamento das informações com a castanha beneficiada

**A estimativa da SEAPROF é que 1 milhão de latas tenham sido comercializadas neste período.

Fonte: GEPLAN/ SEAPROF, 2005

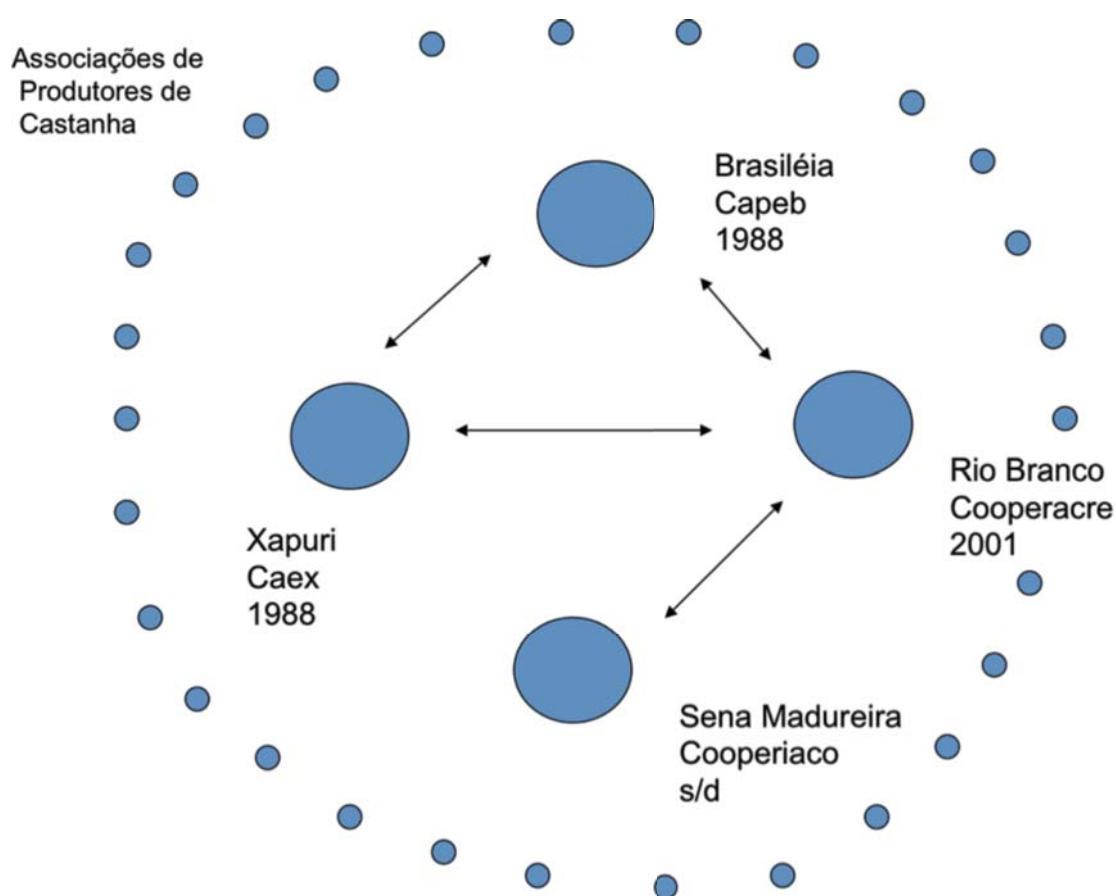


Figura 15 – Ilustração das quatro maiores cooperativas do estado do Acre e suas relações com associações menores e com as outras cooperativas.

Fonte: Adaptada de entrevista com gerente de uma das cooperativas.

A CAEX e a CAPEB foram as duas primeiras cooperativas a dominarem o cenário da produção extrativista de borracha e castanha no estado do Acre. A CAEX surgiu no ano de 1988, em Xapuri, com Chico Mendes como fundador, e em 1988 também foi criada a CAPEB. As duas sempre tiveram o ativo da luta histórica dos seringueiros contando em seu favor, e assim ganharam apoio, incentivos nacionais e internacionais de produção e mercado.

Com a chegada do governo do Partido dos Trabalhadores ao poder estadual em 1998, houve avanços específicos para o setor extrativista, com a priorização da política florestal e inserção de uma visão mais sustentável para o crescimento econômico do estado. Considerando que o Acre sempre foi um grande produtor de borracha e um grande fornecedor de castanha, esses foram os primeiros produtos priorizados, e mais adiante outros produtos florestais não madeireiros. Uma forma de apoiar a comercialização da borracha e da castanha foi injetar capital de giro nas duas cooperativas existentes¹²⁹. Essas possuíam duas usinas consideradas arcaicas onde praticamente todo o processo de beneficiamento da castanha era manual. O governo utilizou recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA¹³⁰ para construir duas usinas de beneficiamento, uma em Xapuri e outra em Brasília, consideradas modernas e semi-automatizadas, como forma de subsidiar as cooperativas com recurso para concorrer de igual para igual com os atravessadores. Foi a principal ação para concorrer com os marreteiros, alguns dos quais trabalhavam em nome da família Mutram, levando a castanha do Acre para Belém (PA) e iniciando-se o processo de quebra do monopólio de produção e beneficiamento da castanha brasileira que até então pertencia a esta família.

Segundo gestores da SEAPROF e artigo publicado no jornal estadual em 2004, a falta de indústrias para o beneficiamento da castanha coletada no Acre chegou a gerar um prejuízo anual da ordem de R\$ 3,5 milhões aos cofres do Estado. A Lei Kandir¹³¹ beneficiava empresários bolivianos garantindo a exportação da castanha *in natura* (com casca) isenta de ICMS para as cidades de Cobija e Riberalta, na Bolívia. Dadas tais

¹²⁹ De acordo com o gerente de uma das cooperativas, a Cooperiaco também existia a época, mas atuava de forma muito limitada e pouco visível. A CAEX e CAPEB foram as precursoras do processo.

¹³⁰ SUFRAMA - R\$ 2,6 milhões (80%); governo do Estado do Acre - R\$ 600 mil (20%), totalizando em R\$ 3,2 milhões de investimento (SEPROF)

¹³¹ Artigo 37 de 18 de agosto de 1993. Em 2003, conforme levantamento do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, a Bolívia importou 225 toneladas de castanha brasileira por via legal. Esta quantidade equivale a seis carretas de 40 toneladas cada. No entanto, pela via ilegal, saíram do País cerca de 400 caminhões. Segundo denúncia de empresários, com auxílio de intermediários brasileiros, os contrabandistas bolivianos entravam no País pela BR-317, na fronteira do Acre com a Bolívia e pela BR-409, que faz a divisa do País com Rondônia, onde a fiscalização é praticamente inexistente. A castanha saía da floresta por carretas, chegava às capitais dos dois Estados, de onde era enviada para Riberalta, no Departamento de Beni, e Cobija, no Departamento de Pando (LUNCENA, 2004).

facilidades para a compra da castanha acreana, a Bolívia tornou-se o maior exportador de castanha do mundo. Em 2003, a Bolívia triplicou o comércio de castanha com a Comunidade Européia, Estados Unidos e Ásia. De acordo com Mário Jorge da Silva Fadell, à época gerente executivo da Secretaria de Extrativismo, o Acre perdia muito dinheiro com a saída da castanha *in natura* para a Bolívia e outros estados do Brasil. Enquanto uma lata de castanha com casca custava R\$ 3,50, se beneficiada seria negociada por R\$ 10, a diferença de R\$ de 6,50, segundo Fadell, revela o tamanho do prejuízo que o Acre sofria. Foi quando o Governo do Estado mobilizou-se e coibiu a saída da castanha *in natura* para outros estados criando barreiras tributárias para exportação. O governo do estado também convidou outros empresários bolivianos e do Pará para a consolidação de consórcios de beneficiamento, mas apenas um empresário da Bolívia se interessou pela proposta (LUCENA, 2004). O convite foi aceito pela empresa boliviana Tahuamanú que juntou-se a CAEX e CAPEB no beneficiamento da castanha nas duas usinas construídas pelo governo (ver figura 4). A seguir, os detalhes e condições deste consórcio.

O período de construção e implementação das usinas foi longo, de 1998-2003, e em pouco tempo as duas cooperativas já davam sinais de que não teriam capacidade de gerir as usinas em pleno funcionamento. Assim, o governo do estado, já no segundo mandato de Jorge Viana 2004/2005, repassou a concessão das duas usinas para CAEX e CAPEB (a CAEX com a usina de Xapuri e a CAPEB com a usina de Brasília) e realizou uma grande interferência, forçando as duas cooperativas, que caminhavam para a insolvência civil, a formar o consórcio para gestão das usinas com a empresa Boliviana Tahuamanu. A Bolívia possui *know-how* tecnológico avançado em processos de beneficiamento da castanha e ofereceu para este consórcio recursos humanos que ajudaram a conceber os projetos de beneficiamento da castanha para as usinas no Acre. Mesmo com esta interferência do governo o processo de gestão, já fragilizado das duas cooperativas, não conseguiu sustentar as duas usinas.

O Governo do Estado do Acre continuou com suas ações subsidiando as cooperativas com recursos, alguns a fundo perdido, para a compra da castanha, de forma a fazer com que o produto ficasse no estado e ainda atender alguns objetivos de caráter mais social como agregar valor ao produto no estado, gerar empregos, aumentar a renda para famílias extrativistas, e manter as pessoas na floresta. De alguma forma esses objetivos foram realizados, mas efetivamente, como avaliou um gerente de uma das

cooperativas que acompanhou todo o processo¹³², os objetivos foram distorcidos e não alcançados. Aconteceu que os recursos foram mal aplicados e as cooperativas, que não tinham preparo técnico-administrativo para administrar somas significativas, não souberam concorrer com os atravessadores e o problema de gestão fez com que a CAEX e CAPEB declinassem gradativamente.

Enquanto CAEX e CAPEB recebiam forte apoio do governo estadual, priorizadas por sua localização estratégica e histórico social, uma terceira cooperativa formou-se em Rio Branco - a Cooperacre. Esta configurou-se como central de cooperativas, aceitando como sócios somente pessoas jurídicas. Com o passar do tempo estabeleceu-se e cresceu baseada em um sólido processo de gestão, articulando efetivamente o comercial com o setor extrativista tanto para a castanha quanto para a borracha. Dado os graves problemas de gestão das usinas, em 2006 o governo passou a concessão da usina de Brasília para a Cooperacre. De início, o governo pretendia que a Cooperacre se associasse a uma das outras cooperativas, do Brasil ou da Bolívia, mas a Cooperacre mostrou resistência e só aceitou a concessão se fosse sozinha alegando que *“temos um processo de gestão bom com o setor extrativista, com a cadeia da castanha, então nós vamos gestionar a usina sozinhos, nós temos capacidade para isso”*. E assim foi feita a concessão da usina de Brasília para a Cooperacre.

Vale mencionar que a CAEX e a Tahuamanu seguem com o consórcio da gestão da usina em Xapuri, o governo retirou a concessão da usina de Brasília pelos motivos já mencionados de gestão fragilizada. A Tahuamanu é uma grande empresa de beneficiamento de castanha e a CAPEB, por problemas, no consórcio e de concorrência requisitou saída do consórcio, quando a concessão passa para a Cooperacre (Figura 16).

¹³² Técnico responsável pelo Programa Castanha no primeiro mandato de Jorge Viana em 1998 e, na época da entrevista, gerente de projetos da Cooperacre.

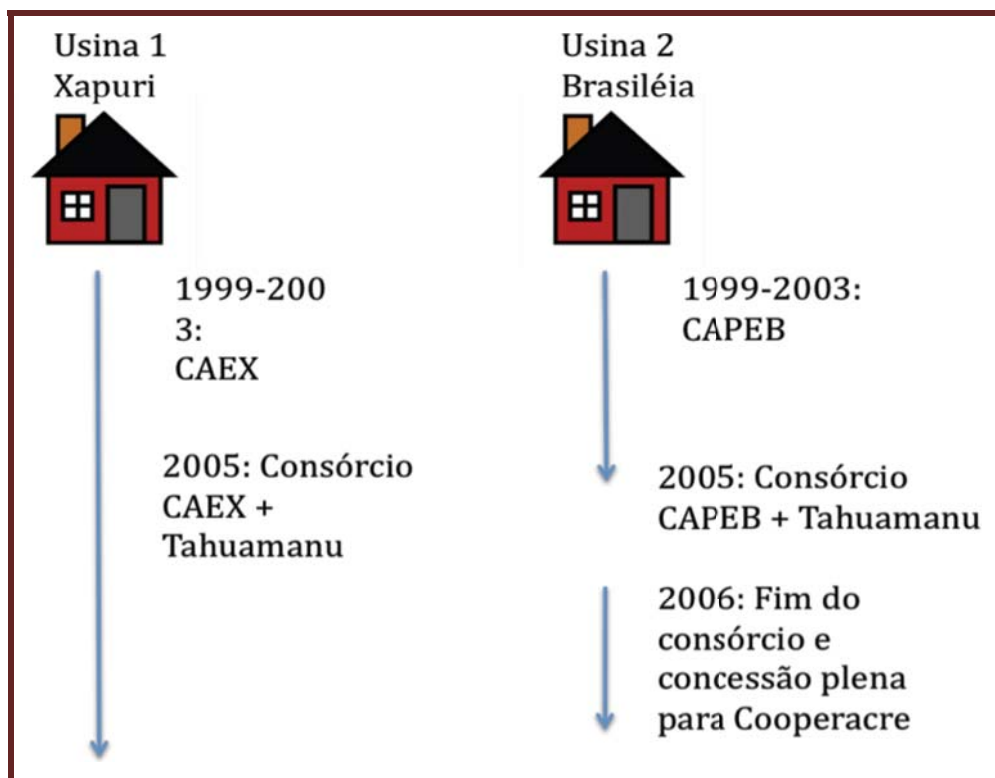


Figura 16 – Ilustração do processo de construção e concessão das usinas e distintas cooperativas. **Fonte:** Adaptada de entrevista com gerente de uma das cooperativas.

No início de 2008 a CAEX acumulava uma dívida de mais de R\$1 milhão e em Assembléia Geral para apresentação da prestação de contas de 2007, apenas 25 dos 386 associados compareceram à assembléia. Devido a diversas irregularidades na prestação de contas do ano de 2006, o fechamento de contas de 2007 ficou também prejudicado. Por dois anos a CAEX não acessa os recursos do Programa de Compra Antecipada da Castanha, liberados todos os anos para as cooperativas do estado. O motivo é a inadimplência herdada da gestão de 2005 da entidade que não pagou o dinheiro recebido da Conab. Por estar em dívida com o governo federal, a CAEX¹³³ não pode receber recursos públicos e assim busca re-habilitar-se a receber recursos do governo do estado para o pagamento da produção do látex destinado à fábrica de preservativos, via Cooperacre.

¹³³ “A dívida de 1 milhão de reais com a CONAB pode levar a CAEX a ter todo o seu patrimônio penhorado, inclusive a sua sede. Uma carta precatória ordenando o levantamento e a avaliação de bens da cooperativa já foi expedida pela justiça. De acordo com o presidente da entidade, só as usinas de castanha e de borracha ficam fora da penhora porque ainda são patrimônio do Ibama. A Caex detém apenas a concessão de uso da usina(...) Criada em 1988, ainda sob a coordenação do líder sindical Chico Mendes, morto naquele mesmo ano, a cooperativa tinha o objetivo de eliminar do processo de comercialização da borracha a figura indesejável do atravessador e viabilizar o desenvolvimento econômico dos seus associados. Passados quase 20 anos de sua criação, a CAEX nem de longe parece ser aquela instituição sólida que recebia apoio e financiamento de ONGs e Fundações de governos internacionais”. (CARDOSO, 2008)

Michelotti (2000), em análise das dificuldades de consolidação de projetos de beneficiamento local da produção extrativista local com atenção ao caso da CAEX, já apontava para centralização dos processos decisórios da CAEX. À época esta centralização já inibia a participação e o envolvimento dos cooperados na busca de soluções e implementação de um programa que resolvesse problemas econômicos que, de acordo com a descrição da trajetória histórica da cooperativa, estão ligados a “um conjunto de relações entre indivíduos e grupos heterogêneos, com aspirações perspectivas diferentes e até contraditórias, que disputam e geram tensões no seu interior” (MICHELOTTI, 2000, p. 24). Tal entrave criou um descompasso entre as características de demandas planejadas para as unidades de produção agroindustrial e as características concretas de organização da produção e modo de vida dos cooperados, os seringueiros. O autor esclarece que não se satisfaz com explicações simplórias para os problemas econômicos enfrentados pela CAEX, como “incapacidade de gerenciamento da produção e da comercialização”, alegando que em momentos distintos da história da cooperativa tendências predominantes refletiram as correlações de força capazes de impor decisões e perspectivas, chegando a criticar fortemente a subordinação da cooperativa à equipe técnica do governo estadual. Em suma, Michelotti destaca que,

A trajetória de cada firma específica, construída a partir das possibilidades e decisões tomadas a cada instante, em função de suas relações internas e externas. Essas decisões não são necessariamente as melhores possíveis, mas aquelas que se impuseram às demais alternativas, percebidas ou não pelos tomadores de decisão. Com isso, criam-se processos cumulativos de aprendizados e também de erros, o que faz com que as decisões tomadas num determinado momento influenciem os momentos seguintes (2000, p.24).

Esta análise é de extrema valia para as descrições que seguem e a análise do capítulo como um todo que contempla atuais influências e tomadas de decisões que certamente terão efeito em cenários futuros da organização local, associativa e cooperativista no estado do Acre.

O caso da CAPEB não difere muito, em termos de problemas estruturais, do da CAEX. A CAPEB também está endividada com o governo federal, incorrendo na mesma dívida que a CAEX, mais de 1 milhão de reais para a CONAB. As dívidas acumuladas pela cooperativa também contribuíram para a desmotivação e desinteresse dos associados¹³⁴. Desta forma, a CAPEB passa por um momento de recadastramento dos cooperados, com o objetivo de resgatar a participação dos sócios, que por motivos

¹³⁴ De acordo com relatos de técnicos da SEAPROF que acompanham de perto os casos da CAEX e CAPEB, o número de sócios no início da CAPEB era de aproximadamente 350 pessoas e atualmente, efetivos, o número não passa de 150.

diversos afastaram-se da instituição. Divergências internas, desvios de conduta na gestão, vaidades pessoais levaram à situação que encontra-se a cooperativa e com o agravar do ciúme institucional¹³⁵ para com a Cooperacre. Em novembro de 2007, gestores da cooperativa reuniram-se para discutir a necessidade de um novo planejamento para a cooperativa e a prioridade de ações para “limpar” o nome dos cooperados/produtores, que estavam impossibilitados de buscar crédito devido às dívidas da cooperativa e buscar de estratégias para impedir que seus bens, assim como da CAEX, fossem penhorados para pagar a CONAB.

A Cooperacre agrega associações e cooperativas¹³⁶ e tem 18 sócios (9 cooperativas e 9 associações), inclusive a CAEX e a Cooperiaco são sócias efetivas. A Cooperiaco tem solidificado a parceira comercial com a Cooperacre, adquirindo a produção do Vale do Purus pela cooperativa e vendendo para a Cooperacre como destinação final. Apesar de ser sócia a CAEX ainda trabalha de forma isolada, pois ainda predomina a visão de forte concorrência sob a perspectiva da economia solidária, que a Cooperacre tem se proposto a liderar no estado.

A Cooperacre, em 2007, era a cooperativa de castanha mais estruturada no estado, absorvendo de 10% a 15% da produção total do estado (tabela 7). Segundo representantes, a Cooperacre é a cooperativa que efetivamente atua na compra da castanha no estado nos moldes da economia solidária. Em 2006, com a concessão da usina, ela começou a trabalhar o beneficiamento, pois até então a atuação estava restrita à aquisição e à comercialização da castanha bruta ou com casca. O ingresso da Cooperacre nesta etapa da cadeia produtiva significou um beneficiamento no primeiro ano de 10% do total da produção e para o segundo ano, 2007, a previsão era de beneficiar 50% da produção. Em entrevista, um dos gerentes da Cooperacre afirmou que se a Cooperacre estivesse com mercado de compra estabelecido a expectativa era de beneficiar 100% da produção, contudo esse mesmo gerente descreveu a participação da Cooperacre no mercado da castanha beneficiada como lenta e recente¹³⁷. O objetivo a médio e longo prazo é absorver 70% da produção do estado, considerando que muitas associações e cooperativas estão migrando para a Cooperacre e esta por sua vez tem

¹³⁵ De acordo com relatos, a CAPEB também atua na visão de concorrência com as outras cooperativas, principalmente com a Cooperacre que vem se destacando no cenário estadual.

¹³⁶ Por ser uma central de cooperativas e associações a Cooperacre pode ser caracterizada como um empreendimento solidário complexo (ver capítulo 2).

¹³⁷ A Caex, criada em 1986, tinha um forte ativo, Chico Mendes, o que ajudou a posicionar-la, juntamente com a CAPEB no mercado internacional de venda de castanha beneficiada, ainda que em números reduzidos quando comparado ao mercado atual, mas significativos para posicionamento e aquisição de *know-how*.

recebido incentivos e apoio governamental significativos que têm intimidado as ações de marreteiros.

Como já descrito anteriormente, uma das principais ações para intimidar intermediários é a oferta, via cooperativas ou associações, de preço de compra igual ou maior ao praticado pelos atravessadores. Representantes da Cooperacre são unânimes em afirmar que os recursos fornecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm sido essencial neste enfrentamento. Pelo quarto ano consecutivo a Cooperacre tem acessado esses recursos. Segundo o MDA (2008), desde 2004, quase R\$ 4 milhões foram repassados para a Cooperacre e em 2008 foram mais R\$920 mil. Desta forma, a Cooperativa tem como adquirir a castanha com pagamento no ato da compra ao produtor e com um preço considerado mais justo pelo valor de mercado. A injeção de tais recursos reforça o averiguado na Tabela 6, onde até 2002 e 2003 o preço da lata valia no máximo R\$9 e já em 2006/2007 o preço praticado sobe para R\$15 com registros de pagamento de R\$17/lata.

A possibilidade de gradativamente aumentar o valor pago pela lata de castanha, segundo representantes da Cooperacre, fortalece a atividade castanheira, a motivação dos produtores para envolvimento com a cooperativa, que se valoriza e dinamiza. Os recursos do PAA também permitem a melhoria dos processos de beneficiamento da produção na usina de Brasília, fato este que valoriza a castanha por melhorar aspectos ligados à qualidade fito-sanitária e conseqüentemente agregar maior valor para a venda.

Segundo Cordeiro (2007), alguns dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, por meio da Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Formação de Estoque - CAEAF-FE, são:

1. Aumento dos preços pagos à castanha e conseqüente aumento de renda do produtor extrativista:
“ (...)o recurso da CONAB contribuiu muito para garantir a compra da safra. O produtor que está no mais distante seringal tem certeza que a CAEX¹³⁸ vai ter dinheiro para comprar a produção dele(...)” (Cordeiro, 2007: 108)
2. Abertura de acesso a capital de giro
“ Chegou o PAA e a gente não precisou mais correr atrás de terceiros para comprar castanha dos associados. A diferença entre o dinheiro da CONAB e o das empresas é que temos 7 a 8 meses para devolver(...)pegando de empresa eles dão menor prazo para pagar e tem que ser em produto, no preço deles. Com as dificuldades de escoamento era difícil cumprir com o prazos.” (Cordeiro, 2007:109)
3. Fortalecimento institucional das Cooperativas e Associações

¹³⁸ À época da entrevista de Cordeiro a CAEX ainda possuía acesso aos recursos do PAA, atualmente a CAEX está inadimplente e não apta a renovação de crédito.

“ Aumentou a confiança dos cooperados, resgatando a credibilidade da cooperativa...A CONAB trouxe um caminho para consolidar as cooperativas através da valorização da castanha.”

“Dá ânimo para trabalhar, quando a gente recebe e tem que pagar. Fundo perdido não cria a cultura de multiplicar(...) O PAA veio para salvar e educar, pois as cooperativas não podem deixar de honrar o compromisso com a CONAB” (Cordeiro, 2007:110)

Contudo, algumas recomendações para aperfeiçoamento da CAEAF-FE foram feitas pelos participantes da pesquisa de Cordeiro (2007), tais como o repasse dos recursos para a Compra sem atrasos, necessidade de ampliação do prazo de pagamento e garantia de recursos para um mesmo proponente pelo prazo mínimo de 10 anos. Esta última reivindicação demonstra o quanto os produtores estão preocupados com a continuidade e a constância dos recursos disponíveis para investimento na produção. A citação indica também a inovação dos moldes do recurso que forçam o produtor a repor o que foi recebido, sem cair na mesmice do paternalismo que por décadas perdurou, e ainda persiste, nos ciclos de pequenos sistemas de produção rural.

Dado este panorama de organização local da produção via cooperativas, participação das cooperativas na produção do estado, políticas de incentivo e investimento para o beneficiamento e comercialização da castanha, vale trazer à luz o estudo sobre gestão e orientação de cadeias produtivas da castanha no Amapá e no Acre. Diniz e Fabbes-Costes (2007) identificaram que políticas de governo em ambos os estados deram prioridades para aspectos de controle de qualidade, comercialização e melhoramento tecnológico. Os aspectos organizacionais da cadeia de oferta da castanha e o incentivo para envolvimento e participação dos membros nas relações e processos foram subestimados. As autoras apontam que os esforços sempre estiveram mais centrados nas técnicas que do que na organização e gestão, ponto este evidenciado pela dependência dos atores em agentes intermediários, para compra e para a própria valorização da castanha por meio de dependência de assistência técnica.

Poucas iniciativas, no Acre e no Amapá, até o momento, obtiveram sucesso ao tentar eliminar intermediários na cadeia da castanha. Este fato se explica pela fraqueza organizacional, ao eliminar agentes intermediários importantes a cadeia daquela organização se encontrou sem alternativas de curto prazo para venda, dificultando assim para os extrativistas e cooperados encontrar clientes possíveis para o trabalho a longo prazo. As autoras prosseguem a análise:

Some powerful buyers, in order to weaken or block the co-operatives' influence, started to 'divide-and-conquer' the collectors through

discriminatory practices. Obviously, there is a need to develop a better understanding of the overall brazil-nut market, and to improve connections of co-operatives with existing downstream or potential actors of the Supply Chain. (Diniz & Fabbe-Costes, 2007, p. 245)

As tentativas de quebra de monopólio, eliminação atravessadores para influenciar a cadeia produtiva da castanha como um todo obtiveram alguns resultados e o processo, pode-se afirmar, ainda está em curso com chances que caminham em múltiplas direções tanto para o fracasso quanto para a consolidação e a real melhoria para condições de venda e ampliação de mercado e nichos. A não atenção a fatores organizacionais, como descrito, criou divisões e até mesmo cisões de grupos internos nas cooperativas que antes eram considerados como coesos e unidos. A permanência de atravessadores na cadeia persiste e a clareza que este problema não será brevemente solucionado também, como veremos mais adiante.

Atualmente a cadeia produtiva da castanha no Acre com a participação das cooperativas pode ser visualizada da seguinte forma:

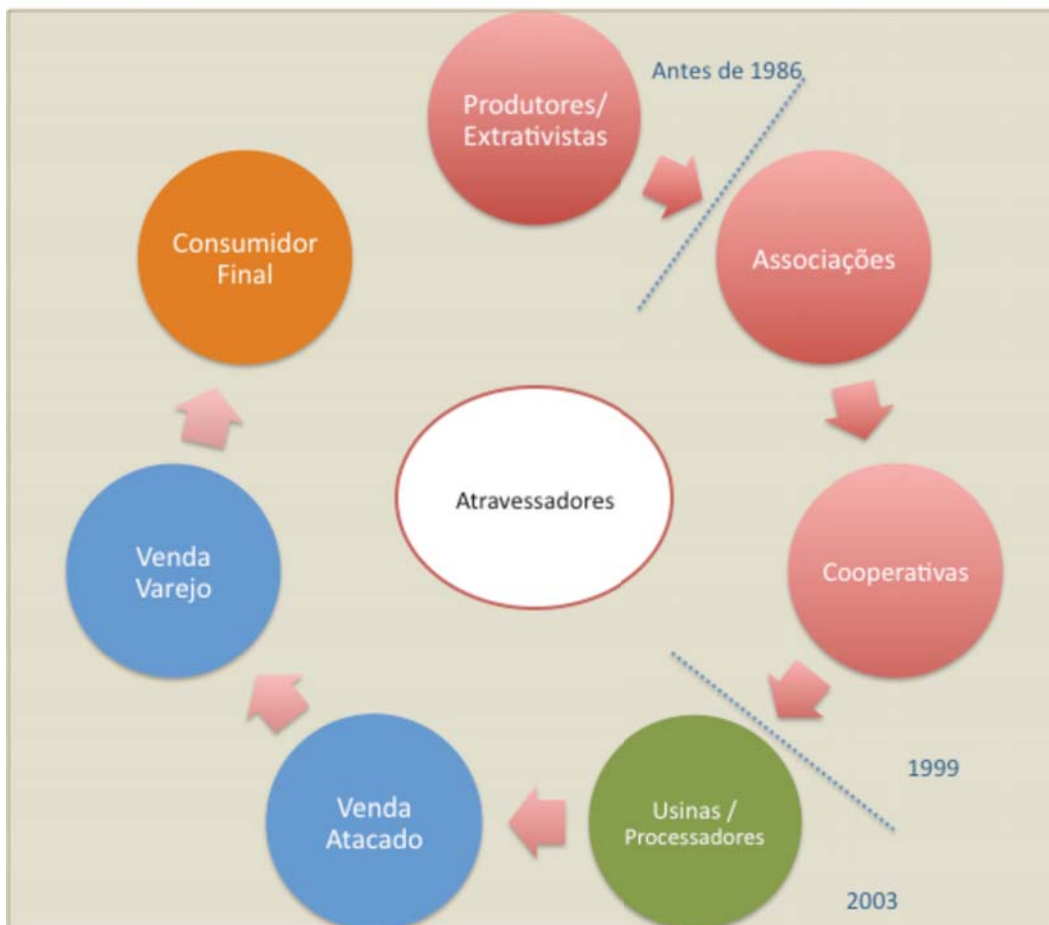


Figura 17– Ilustração da cadeia produtiva da castanha e inserção de cooperativas no processo, no estado do Acre. **Fonte:** Adaptada de entrevista com gerente de uma das cooperativas.

Dado o cenário de alta intervenção do governo estadual nos rumos tomados pelas principais cooperativas e as conseqüências dessa intervenção, a Cooperacre parece ter uma posição sensata frente a esta relação:

“Nós temos uma relação muito forte com o governo, isso é notório e evidente, mas a gente sempre está tentando fazer a desvinculação, sempre caminhar com nossas pernas. No momento que o governo precisa ele vem atrás da gente, porque ele sabe que só vai conseguir atingir realmente o público extrativista por meio das cooperativas, ou seja, não da para ele ir diretamente aos produtores, não vai ter recurso, principalmente capital humano. Então as cooperativas são agentes importantes nesse processo, a Cooperacre trabalha com essa visão, se tiver apoio do governo tudo bem, mas a gente sempre tenta estar caminhando com nossa própria gestão, independente do governo. As outras cooperativas, eu posso falar um pouco porque eu conheci, devido a interferência que houve muito forte, elas não conseguem caminhar se o governo não estiver ali, isso eu posso te afirmar com bastante certeza.” (gerente de projetos Cooperacre)

De qualquer forma, vale apontar que trajetória da CAEX e CAPEB conta com a obtenção de forte apoio governamental durante praticamente toda sua história. A manutenção da visão acima descrita dependerá das decisões atualmente tomadas e do grau de envolvimento praticado pelos cooperados, com diferencial de ser a Cooperacre uma central de cooperativas, ou seja, trabalhando com pessoas jurídicas que representam centenas de famílias extrativistas. Parreiras (2007), argumenta que para o protagonismo coletivo acontecer no desenvolvimento de negócios solidários de cadeias produtivas, a qualidade da vida associativa é essencial. Nesta qualidade estão envolvidas a própria qualidade da participação dos produtores nos rumos do empreendimento e a qualidade da liderança exercida por sua direção. A qualidade da liderança da direção depende ainda, da representatividade e do caráter democrático dos processos decisórios, o que volta à qualidade da participação dos produtores. A liderança associativista depende ainda do discernimento, visão de futuro e iniciativa para ação. O autor ressalta que tais qualidades são, freqüentemente, atributos de natureza individual que, incidem fortemente na capacidade de gestão que o núcleo de direção dos empreendimentos precisa demonstrar para seus associados. O que pôde ser averiguado nas entrevistas com gestores estaduais, cooperados e representantes da Cooperacre é que o núcleo de direção da cooperativa tem exercido forte liderança perante seus associados e conduzido um processo de gestão diferenciado das outras cooperativas, com a construção e solidificação ações planejadas e compartilhadas entre os membros.

A Cooperacre esclarece ainda como percebe a comercialização da castanha,

*“Nós já tivemos propostas para produtos certificados orgânicos/fair trade, mas nós estamos trabalhando ainda, é um processo embrionário para podermos efetivar esses processos. A gente tem o objetivo de fazer isso, mas agora não é prioridade. **A prioridade é garantir a produção justa dos nossos associados e nos posicionarmos no mercado**, seja nacional ou até internacional, logicamente que a parte de selos é importante, mas não como prioridade no momento. A gente não visualizou isso como prioridade ainda para o mercado. Estamos sendo bem realistas e com o pé no chão. Nós temos propostas, mas são propostas ainda pequenas, não garantiriam o apoio necessário a nossa produção beneficiada. **Até porque esse processo de certificação é um processo longo, burocrático, trabalhoso, requer um boa capacitação, requer, cursos, muito cuidado, nós estamos caminhando devagar.** Nosso produto não deu aflotoxina, no ano passado, nós estamos fazendo análise agora da castanha da safra deste ano, isso tem demonstrado que a gente está tendo um certo cuidado e a gente também está sempre orientando nossos associados aqui.”* (gerente de projetos Cooperacre) (grifos meus).

Para melhor visualização a seguir uma ilustração (Figuras 18 e 19) de alguns dos aspectos envolvidos nos *elos de exploração*, mais diretamente relacionados aos produtores e *elos de beneficiamento* da cadeia da castanha, mais diretamente relacionados às associações, cooperativas ou empresas beneficiadoras. A organização da cadeia produtiva, tanto no elo de exploração quanto no de beneficiamento influencia os elos de escoamento e comercialização e, conseqüentemente, dependendo da fluidez do fluxo está o mercado consumidor, nichos específicos e possibilidades de expansão. Vale destacar que cada fase, exploração, beneficiamento, escoamento e comercialização, possui desafios próprios, seja na esfera da unidade familiar (exploração), na esfera coletiva endógena (beneficiamento via cooperativa), ou na esfera coletiva endógena-exógena (dependente de agentes e atores externos para infraestrutura de escoamento e mercados receptores para assimilação da produção). No caso das cooperativas aqui exemplificadas, as trajetórias têm indicado que as intra, inter e extra relações exercem papel determinante na consolidação da própria cooperativa nas esferas locais e estaduais e na consolidação da participação para alcance de mercados.

Desta forma, vale uma aproximação a um caso de uma comunidade de extrativistas para melhor compreensão da dinâmica local produtora de castanha, com atenção aos aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais que influenciam os modos de vida e produção.



Figura 18: Elo de exploração
Fonte: Embrapa Acre, 2005



Figura 19: Elo de Beneficiamento*¹³⁹
Fonte: Embrapa Acre, 2005

¹³⁹ A classificação pode ser para amêndoa com ou sem película (Álvares, 2005)

- miudinha (*tiny*): acima de 180 amêndoas/453 g;
- miúda (*midget*): 160-180 amêndoas/453 g;
- pequena (*small*): 140-159 amêndoas/453 g;
- média (*medium*): 110-139 amêndoas/453 g;
- extra média (*extra-medium*): 102-114 amêndoas/453 g;
- grande (*large*): menos de 102 amêndoas/453 g;
- ferida (*chipped*): lascadas e/ou mutiladas por escoriações provocadas por agente físico, mantendo mais de 50% do tamanho;
- quebrada (*broken*): fragmentadas, partidas e/ou quebradas. Com menos de 50% do tamanho.

3. ORGANIZAÇÃO LOCAL: COMUNIDADE DO SERINGAL PORTO CARLOS

3.1 LOCALIZAÇÃO E BREVE DESCRIÇÃO DO SERINGAL PORTO CARLOS

O Seringal Porto Carlos está localizado no quilometro 67 da BR 317, entre Brasiléia e Assis Brasil. A área do seringal, 17.806 hectares é considerada com uma das mais preservadas dos municípios de Brasiléia e Assis Brasil (XANGAI, 2004, 2005). O Seringal margeia o Rio Acre, e faz limites com o Seringal Primavera por baixo e com os seringais Sacado e Montevideu por acima. De acordo com relatos históricos e jornalísticos, vários conflitos entre seringueiros e fazendeiros marcaram as áreas vizinhas ao Seringal desde a década de 1970 até meados dos anos de 1990.

A área do Seringal pertence à família Saady desde 1929. Segundo os próprios moradores, a família tem um histórico de convivência harmônica com os seringueiros moradores das diferentes colocações do Seringal. São aproximadamente 150 famílias morando no seringal e vivendo da coleta de castanha, borracha, agricultura e pecuária de pequena escala. A produção de castanha proveniente deste Seringal é considerada importante por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Eptaciolândia, pois a produção proveniente desta área é amplamente conhecida por compradores bolivianos, brasileiros e das cooperativas.

Para além das entrevistas com gestores públicos, representantes de cooperativas, organizações da sociedade civil e professores da Universidade Federal do Acre, foram entrevistadas 15 famílias moradoras do Seringal Porto Carlos. Desta forma, buscou-se traçar, ainda que não exaustivamente, um perfil mínimo da organização social local de famílias extrativistas de castanha, da produção, de visão política e econômica da produção. Inquiriu-se ainda acerca da percepção dos produtores sobre a valorização da castanha, relações sociais, políticas, econômicas e ecológicas (ecossistêmica, comunidade e população, histórico do manejo, cultivo/extração e/ou manejo de outras espécies)¹⁴⁰.

3.2 A COMUNIDADE DO SERINGAL E A PRODUÇÃO

Todos os entrevistados são naturais da região de Brasileira, Xapuri, do Seringal Santa Quitéria (dentro da Resex Chico Mendes) ou do próprio Seringal Porto Carlos. A senhora com maior tempo de moradia no seringal, ali vive por 40 anos, as outras

¹⁴⁰ ver roteiro de entrevista em anexo.

pessoas variam entre 17 e 30 anos. Ressalta-se que existem pessoas que moram no Seringal por mais de 70 anos. A escolaridade varia de “alguns dias” até o 1º grau.

As crianças mais velhas estão mais envolvidas com os processos de produção da unidade familiar, seja a extração de castanha, o trato de pequenos animais ou a plantação. Existe uma escola no Seringal Porto Carlos com duas professoras para o ensino básico e uma estrutura recente (2 anos) que atende ao ensino médio (1º grau) via telecurso. À época da entrevista, alguns filhos adolescentes e alguns chefes de família do Seringal já haviam concluído ou estavam obtendo a formação. Todos expressaram grande satisfação por esta melhora na qualidade: “*não tem comparação com o que tinha antes*”.

O acesso à saúde é fator positivo mencionado e reconhecido pela comunidade principalmente pela construção recente de um posto de saúde nas proximidades do Seringal, o que tem facilitado a vida dos moradores do Seringal Porto Carlos e daqueles moradores próximos dos limites da ponta sul e face leste da Resex Chico Mendes. Segundo os moradores, ainda faltam alguns medicamentos, mas o atendimento melhorou principalmente considerando a maior proximidade.

As propriedades no Seringal Porto Carlos variam de 350 a 150 hectares, sendo que a maior parte delas é de 150. Os moradores do Seringal Porto Carlos praticam a agricultura de pequena escala, consorciando e/ou cultivando em sistema de rodízio o milho, arroz, feijão, abacaxi, banana e outras frutas. Todos os entrevistados relatam possuir uma área destinada à roça de mandioca. Apesar do registro para as atividades agrícolas da propriedade ocorrer durante todo o ciclo anual, a dedicação maior para o cultivo ocorre no período após a coleta da castanha. Considerando que a mão-de-obra familiar é a principal força de trabalho, todos os membros da família envolvem-se em diferentes fases do processo produtivo ou de alguma forma com as atividades agrícolas da propriedade. O propósito dos cultivos é para suprir a demanda familiar e, em raras ocasiões, o excedente da produção é vendido na feira local de Brasília. Este perfil de unidade familiar produtiva assemelha-se aos novos sistemas produtivos associados à atividades extrativistas na Amazônia. Lescure *et al* (1997) descrevem o *sistema misto agricultura-extrativismo*, onde o sistema patronal que determinava e controlava a produção da unidade familiar, limitando ao extremo a agricultura de pequena escala,

declina de forma vertiginosa¹⁴¹ e abre espaço para um sistema de produção misto e maior autonomia do produtor em relação a sua produção.

Todos os entrevistados relataram ter aprendido a coletar castanha com o pai ou com os irmãos. "*Desde sempre*", "*desde novo*" foram as respostas obtidas quando indagados acerca da temporalidade do aprendizado. Este se deu na "*vivência diária*" ou no "*acompanhar*" os familiares ao castanhal.

A produção de castanha entre as famílias do seringal Porto Carlos para a safra 2006/2007 variou de 20 latas a 600 por unidade familiar produtiva¹⁴², e a média por família foi de aproximadamente 120 latas. Apesar de existir uma associação dos moradores e produtores – Associação dos Seringueiros e Pequenos Produtores Rurais do Seringal Porto Carlos, a produção é totalmente comercializada de forma individual. Para a safra 2006/2007 os preços por lata variaram de R\$ 5¹⁴³ a R\$ 25, sendo que a maior parte das famílias vendeu sua produção por preços entre R\$10 e R\$13/lata.

A coleta da castanha é um esforço familiar que, geralmente, envolve os pais e filhos. Para algumas famílias, o homem é o principal responsável pela colheita. A safra da castanha tem seu início na estação chuvosa, geralmente em dezembro e término no final desta estação, por volta de abril e maio. Os picos de produção acontecem em janeiro, fevereiro e março. Dependendo da localização do castanhal ou da colocação em relação às moradias, os produtores montam acampamento provisório durante o período de extração no castanhal. A coleta da castanha é realizada, geralmente, após a queda dos frutos, caso contrário a permanência na área de abrangência do castanhal pode ser perigosa, considerando a altura das árvores e peso dos ouriços (frutos). Cada ouriço comporta aproximadamente 16 castanhas. Os frutos são coletados e amontoados nas proximidades ou em local pré-definido no próprio castanhal até serem selecionados e quebrados para retirada das castanhas. Depois de uma seleção prévia das castanhas, essas são levadas para um local onde são lavadas e armazenadas até serem retiradas do seringal, via barcos, carros de boi, caminhonetes ou caminhões, para comercialização, ou com marreteiros ou representantes de cooperativas, via associação. Alguns compradores, dependendo da quantidade de castanha se deslocam até a residência dos

¹⁴¹ Os autores atribuem algumas causas possíveis ao desaparecimento dos padrões do extrativismo, dentre elas a queda do mercado da borracha, novas tendências e oportunidades para investimento, como a criação da Zona Franca de Manaus, especulação fundiária, abertura de novas estradas e o planejamento de novos assentamentos urbanos (LESCURE *et al*, 1997).

¹⁴² Algumas famílias relataram que até chegaram a colher mais que a quantidade aqui registrada, mas infortúnios como roubo de castanha aconteceram na região do Seringal, mais especificamente nas localidades onde a castanha fora coletada e armazenada para espera do momento de escoamento.

¹⁴³ Este produtor não vendeu muita castanha na safra pois houve uma invasão em sua propriedade e levaram a castanha que tinha coletado, o pouco que ficou foi vendido por R\$5/lata, preço bem abaixo da média.

castanheiros para a compra direta e geralmente a preços bem abaixo daqueles praticados por associações e cooperativas.

No Seringal Porto Carlos um dos principais problemas enfrentados pelos extrativistas é justamente o armazenamento para futuro escoamento, problema este comum para castanheiros em outras localidades da Amazônia. As dificuldades de armazenamento e transporte desafiam a estabilidade e a qualidade da produção. Por vezes o castanheiro, por não ter animal ou veículo que transite os ramais existentes e precários na estação da chuva, perde parte da produção de castanha para fungos e bactérias, e mais recentemente roubos entre colocações. A construção de armazéns coletivos foi uma das soluções apresentadas pelo governo do estado que não satisfaz o extrativista da região do Alto Acre, pois o ideal, segundo os entrevistados, são os armazéns individuais, por família. No caso de um coletor da Reserva Extrativista Chico Mendes o relato a seguir sintetiza a questão:

*“Ainda existe produtor que perde castanha na reserva por não ter onde armazenar e como escoar (...) Alguns armazéns comunitários foram feitos, mas não funciona, pois as distâncias são muito grandes entre uma colocação e outra. O ideal mesmo são os armazéns individuais para que o produtor armazenasse sua produção com qualidade e na época da seca pudesse escoar sua produção e conseguir um bom preço.”*¹⁴⁴

Ainda, um coletor que recentemente mudou-se da Resex Chico Mendes para o Seringal Porto Carlos relata,

*“Muito difícil tirar castanha da Resex, só atravessador mesmo, senão tem que arrumar animal para tirar e levar até o ponto do carro. Na resex praticamente todo mundo vive da castanha e da seringa. A castanha dá mais, mas a seringa dá de confiar mais. Não falta dinheiro para a seringa, todo dia tem, se sair para buscar tem. A castanha é boa, mas se o 'cabra' está apertado vende barato. O dinheiro da seringa é pouco, mas sempre tem (constante). Na reserva só vende bem a castanha quem vende para as cooperativas e é o pessoal que mora mais perto da estrada, o resto tudo vende para atravessador, barato”*¹⁴⁵. *Muitas pessoas querem sair da reserva porque querem colocar os filhos para estudar (só tem até a 4a série lá), posto de saúde não tem, vem aqui para o Porto Carlos”.* (Morador Resex Chico Mendes).

¹⁴⁴ Presidente da AMOPREB – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes.

¹⁴⁵ R\$ 3 – R\$ 5/lata

“Uma das propostas que temos da Associação [de Porto Carlos] é de armazéns comunitários e individuais. A gente vem discutindo a três anos, com o pessoal do SEBRAE e Embrapa, dizendo que é importante a gente fazer os armazém individual, assim fica mais fácil do produtor guardar o seu produto com melhor qualidade porque no comunitário fica mais difícil para a gente levar o produto lá para longe, as vezes não tem animal, as vezes não tem como escoar o produto e com o armazém individual cada um tem o seu para colocar seu produto. Isso é com o SEBRAE. Na proposta está a SEATER, SEBRAE e Embrapa.” (Produtor 1 e morador Seringal Porto Carlos)

No Seringal Porto Carlos a castanha representa de 30 a 40% da renda dos pequenos produtores que fora da estação de extração dividem suas atividades entre a pequena produção consorciada de mandioca, milho, feijão, arroz entre outros e a criação de pequenos animais como galinhas, porcos, cabras e gado. A criação de gado aparece como crescente entre os moradores do Seringal e o número de cabeças por propriedade varia entre 20 e 70.

No caso da Resex o número de cabeças de gado nas colocações tem aumentado e conseqüentemente a área desmatada¹⁴⁶ e este fato é visto com apreensão e preocupação por castanheiros, líderes de associações e membros do movimento sindical:

“A alternativa que tem para muitos é a criação de gado. Tem que existir uma alternativa melhor que essa. O produtor vem para a cidade vê o gado e quer levar para dentro da reserva. então a política pública tem que superar essa alternativa do gado, pois o pessoal todo quer. É uma alternativa que querendo ou não é um socorro, uma poupança, da família seringueira/castanheira. Mas a gente sabe que com isso todos perdem”. (Morador da Resex Chico Mendes).

3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DA PRODUÇÃO

O cotidiano social dos moradores do Seringal Porto Carlos é vivenciado nas diversas atividades domésticas, produtivas e religiosas. As principais atividades sociais estão ligadas aos encontros na associação, encontros com o grupo de mulheres do Seringal e reuniões convocadas pelo sindicato. A freqüência à igreja local, católica ou evangélica, também é mencionada como parte importante da vida social no Seringal.

¹⁴⁶ Segundo dados de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, mais de 45 mil hectares de floresta da reserva Chico Mendes já foram convertidos em pastagens para a criação de gado (MACHADO, 2008).

Encontros aos domingos para aproveitar "banhos" de igarapé e almoços em conjunto com vizinhos também se realizam com frequência para algumas famílias do Seringal.

Em relação a aspectos da organização política e econômica da produção 90% dos entrevistados fazem parte da Associação do Seringal Porto Carlos e/ou do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia. A força do movimento sindical na região do Alto Acre movimenta os extrativistas do Seringal e da Resex Chico Mendes há pelo menos 20 anos. Os extrativistas do Seringal Porto Carlos demonstram conhecimento acerca das possibilidades de acesso ao crédito, via Pronaf, e a maior parte já utilizou este recurso em benefício da produção. Quando solicitados a citar políticas públicas relacionadas à produção as principais menções são para o Pronaf, Bolsa Família, Luz para Todos, Pronaf Mulher e Proambiente (em ordem de citação de importância). Quanto aos órgãos estaduais mais presentes relacionados à produção, os extrativistas citam:

1. Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF: a Secretaria tem atuado fortemente em praticamente todas as ações ligadas ao extrativismo da castanha no estado, sendo seu envolvimento visto, por produtores, como fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação ligada à castanha. As importantes ações empreendidas pelo governo do estado, tais como as usinas de beneficiamento, vieram por meio da Secretaria.
2. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Acre – EMATER. O órgão é mencionado pelos produtores por servir de interlocutor, disseminador e apoiador de cursos e práticas não só para a produção da castanha, mas principalmente, para os produtores do Seringal Porto Carlos, com a pequena produção agro-pecuária.
3. O Sebrae aparece com ator importante no envolvimento dos produtores para a disseminação do Programa de Boas Práticas, juntamente com a Embrapa.
4. O IBAMA e o Instituto de Meio Ambiente do Acre IMAC são mencionados principalmente pela fiscalização de desmates e presença mais marcante na RESEX e áreas de entorno.
5. O Pesacre¹⁴⁷ - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre é a entidade não governamental executora do PROAMBIENTE no pólo Ato Acre (Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil), alguns moradores do Seringal participam do Programa e portanto mencionaram este ator institucional.

¹⁴⁷ Para mais informações ver: www.pesacre.org.br

Quando indagados acerca das principais mudanças na produção com a organização local, como a associação, os entrevistados foram unânimes em dizer que o que muda é o preço do produto, como afirma uma das entrevistadas:

“Melhora no preço. O preço ainda é pouco para o trabalho envolvido no produto, muitas vezes o preço não compensa com os atravessadores, melhorar é vender para a cooperativa” (Produtora 1 e moradora do Seringal Porto Carlos).

A facilidade de acesso ao crédito também foi mencionada como uma vantagem ao fato de pertencer à associação: *“Antes era tudo individual, agora começou a organizar mais, podemos pegar custeios”* (Produtor 8 e morador do Seringal Porto Carlos).

No mesmo sentido, outros produtores relatam que,

*“Faço parte da associação desde o começo. Muda tudo, fica mais fácil de conseguir as coisas. Muda família, trabalho, favorece mais(...) **Sendo sócio da associação e participando do Sindicato torna tudo mais fácil, a gente tem mais informação e conhecimento dos produtos. Através da coletividade podemos conseguir o benefícios para a comunidade, então tem que mobilizar e articular o pessoal e geralmente tudo quando você vai fazer, já perguntam logo ‘você é sócio da associação?’ se não for tudo já fica mais difícil, sendo parte da associação tudo fica mais fácil.**”* Produtor 1 e sócio fundador da associação¹⁴⁸ e delegado sindical. (grifos meus)

O mesmo produtor ressalta as benesses do associativismo para a produção:

*“**Antes da gente ter a associação, a produção da gente era mais fraca, vamos dizer assim, a borracha da gente tinha mais impureza, depois a gente passou a conhecer a realidade como é que era, ter informação, através da associação apareceu mais informação para nós. Tudo apareceu com mais facilidade para a gente, então teve mudança no produto, no arroz, no milho, na mandioca. Eu conheci farinha de produtor que você olhava parecia milho debulhado, e vendia tudo, e depois a gente passou a fazer o produto com mais qualidade, esse tipo de produto não vendia mais. Então através do conhecimento da realidade melhorou 90% a produção.**”* (grifos meus)

Os entrevistados afirmam também que a associação tem promovido cursos, como por exemplo, o curso de boas práticas na produção, programa

¹⁴⁸ Foi presidente da Associação por 9 anos.

Seater/Sebrae/Embrapa-AC ministrado via associação. A interação das pessoas durante as reuniões também facilita para o recrutamento de mão-de-obra em tempos de coleta.

Os associados, à época da entrevista, via associação, buscavam organização para construir um “barracão” maior para o armazenamento da produção, sobretudo para a castanha. O pleito principal é por armazéns individuais, mas havia a percepção de que um maior já resolveria alguns dos problemas da associação.

Sobre a associação na Resex, um extrativista relata que,

“participo dentro da associação “Alegria do Seringueiro”, participo das reuniões, só que a associação mesmo ainda não beneficiou os membros (tem 8 anos), não conseguiu nenhum custeio, o banco empatou os papéis e nada aconteceu. Tem 28 sócios e no começo eram mais de 80, aí ficou difícil e o pessoal deixou de comparecer, era para ser uma cooperativa. Pela AMOPREB (Associação de Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes) está saindo mais crédito para construção de casa e pintura; está chegando luz, senão chegar vai chegar placa para a gente se alumiá. Tem bolsa de R\$ 150 para completar a alimentação das crianças. Eles tem crédito para construção também. Têm muitos projetos dentro da reserva, senão chega agora, demora um pouco mais chega. Difícil é chegar qualquer coisa lá, mais chega com o ramal. Agora tem um ramal, antes era 2 horas a pé, de qualquer maneira eles estão arrumando um recurso para o pessoal.” Produtor e morador da Resex Chico Mendes¹⁴⁹ (grifos meus)

Contudo, alguns extrativistas relatam problemas enfrentados com associações e cooperativas:

“Eu participo da associação há 8 anos. Em 2000 tiramos um custeio, já pagaram, mas o meu nome ainda está no SERASA. A associação para mim me deixou mais imprensado pois estou sem dever e devendo, não falo muito da associação(...)mas vou nas convocações do Sindicato(...) também **hoje o sindicato está mais ligado com o governo e fiscaliza mais do que defende os trabalhadores**” (Produtor 4) (grifos meus).

Relatam também a relação com o sindicato e a cooperativa,

“Participo das reuniões sempre que posso senão vai a mulher ou o filho. Nas reuniões do sindicato também vou, pois acho que o sindicato faz a abertura e o

¹⁴⁹ Deixou a família na Resex para passar um tempo na casa do irmão buscando mais recurso para levar a família para perto da cidade.

encaminhamento para os trabalhadores nos diferentes órgãos do governo(...)
Estou satisfeito com a maneira que trabalho com a CAPEB, só demora um pouco para receber mas compensa pelo preço que eles pagam¹⁵⁰. Se o preço melhorar é bom para o trabalhador. Mas precisa de mais dinheiro para fazer uma paiol (armazém) separado só para a castanha, para melhorar a qualidade. Não pode deixar castanhas podres, com umbigo, juntas. A maior parte dos produtores, não está interessada em limpar [melhorar a qualidade da] castanha, só querem vender” (Produtor 4) (grifos meus).

E apontam como a política pública pode ser mais eficaz,

“Eu participei do PROAMBIENTE, eles custearam um pequeno benefício para reflorestamento. R\$300 para uma cabeceira d’água. Foi pequeno. Ano passado tive que brocar e tocar fogo, fazer uma capoeirada, para plantar milho [3 hectares dele e do pai]. A associação precisa ficar mais forte. Quem manda na nossa castanha hoje é o povo da Bolívia. É necessário mais usinas de beneficiamento aqui para garantir o mercado. A Cooperacre compra alguma coisa, mas a região produz muita castanha, não consegue comprar toda a castanha. A CAPEB não está comprando mais, sempre vendi pra marreteiro que passa a castanha direto para a Bolívia” (Produtor 5¹⁵¹) (grifos meus).

Os depoimentos acima mostram a clareza do produtor em relação as diferenças, abrangências, limitações e poder de atuação da associação, da cooperativa e do sindicato em relação à produção.

A associação é considerada como a organização coletiva imediata, local. É o lugar onde a organização social local acontece, os pequenos cursos de qualificação, as reuniões, as aquisições de maquinário para semi-beneficiar outras produções dos associados, como geradores, peladeira de arroz, triturador, entre outros. A assistência técnica tem chegado ao Seringal via associação, com várias ressalvas por parte dos produtores, em relação à constância das visitas e dinâmica temporal entre reuniões de mobilização e a realização concreta de alguns projetos, principalmente, cursos. O acesso ao crédito também inicia-se com a filiação à associação. Apenas um produtor relatou problemas neste aspecto. Outros mencionaram o recurso recebido via PROAMBIENTE que foi descontinuado após três ou quatro meses e alguns que receberam não cumpriram

¹⁵⁰ Vendeu a lata para a CAPEB por R\$25, preço considerado bem acima da média de R\$10 – 13 que a maior parte dos castanheiros de Porto Carlos conseguiu na safra 2006/2007.

¹⁵¹ Na visão do produtor “o governo tem que investir em maquinário agrícola para as associações de pequenos moradores se quiser realmente parar com o desmatamento. Um hectare gradeado rende 100 sacos de milho, sem gradear o máximo é 40 sacos se a terra for boa.”

com a tarefa de reflorestar pequenas áreas na propriedade. De qualquer forma, o depoimento do produtor esclarece que o fortalecimento da associação pode beneficiar a autonomia dos extrativistas perante sua produção.

A cooperativa tem maior poder de abrangência em termos comerciais, talvez porque algumas das duas grandes cooperativas (CAPEB e Cooperacre) já compraram castanha de alguns dos moradores do Seringal Porto Carlos. A cooperativa liga o local ao regional (Vale do Acre), ao estadual (Rio Branco) e ao internacional com a exportação de castanha para a Bolívia para beneficiamento e para outros países. Apesar das cooperativas apresentarem formas de pagamento mais adequadas, com preços mais competitivos para o produtor local, o produtor reconhece que o potencial de abrangência para atuação está a desejar. A região é grande produtora e o contato com outros produtores facilita a visão de abundância do recurso e limitação para beneficiar, escoar e comercializar. Como será visto mais adiante, a cooperativa é também percebida como uma maneira de organização produtiva mais completa para a valorização da castanha, pois as cooperativas do estado obtiveram marcas para sua castanha.

O Sindicato está ligado à produção no sentido político. É a instância que consegue articular e mobilizar os produtores da região independente de associação ou cooperativa. Por ter um forte histórico de luta em defesa do direito dos trabalhadores da região, os produtores, grande maioria filiada ao sindicato, tem o sindicato como referência política. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do estado e posteriormente à esfera federal alguns líderes políticos apoiadores do movimento sindical chegaram a ocupar, e alguns continuam ocupando, cargos públicos em ambas as esferas. Isso causou, por parte de alguns, a mescla entre esferas de atuação (potencialidade e limitação para ação) e ideologias históricas de luta, o que gerou para alguns membros a percepção de abandono, desarticulação e desmobilização. Fazer oposição a “companheiros” antigos de luta se tornou difícil, como relatou um membro do sindicato.

3.4 ARMAZENAMENTO, ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Alguns dos principais desafios relacionados à produção no Seringal, segundo percepções dos moradores dizem respeito ao armazenamento, o escoamento e comercialização (preço pago por intermediários e cooperativas). São desafios inerentes a outras cadeias produtivas, principalmente na região norte do Brasil; gargalos que se

relacionam e pré-determinam as próximas etapas da cadeia produtiva. Dependendo da dificuldade de acesso e do transporte necessário, o preço pago diretamente ao produtor conterá esses aspectos materiais e aspectos imateriais e de difícil cálculo, tais como o poder de dominação do comprador sob o produtor, autonomia e poder de negociação do produtor para determinar seu preço e capacidade de busca por alternativas de comercialização para além do intermediário.

As percepções relacionadas aos agentes externos ao Seringal são de dependência para a venda e não reconhecimento do valor do trabalho. Uma produtora relata que: *“Até o ano passado vendia as castanhas para marreteiros, eles pagam pouco e não sabem o trabalho que é”*. Os produtores sabem que o grande esforço empreendido para extração, transporte e armazenamento da castanha não é reconhecido pelos compradores, principalmente os intermediários. As cooperativas *“pagam melhor”*, mas ainda *“pagam pouco”*. *“As cooperativas tinham que ter condições de comprar mais, pois compram a um preço bom, mas não conseguem comprar tudo.”* (Produtor 5). E, de alguma forma, desacreditam nas ‘promessas’ por preços melhores pelas próprias cooperativas: *“O pessoal da CAPEB disse que iria arrumar um convênio com o governo para conseguir um recurso para os armazéns, para melhorar o preço, mas até agora nada, só falaram.”* (Produtor 4).

A menção ao armazém foi feita em praticamente todas as entrevistas, tida como necessidade imediata *“para a melhor qualidade da castanha. Logo depois de quebrar ela não pode pegar chuva, tem que armazenar logo, senão estraga. Quando cai tem que logo limpar e deixar enxuta, se demorar ela estraga”* (Produtor 8). Por esta razão os produtores preferem os armazéns individuais, pois *“fica melhor se for mais próximo de casa para vender”* (Produtora 2). *“Existe uma proposta de fazer um barracão ampliado e armazéns individuais, tem gente que mora longe, isso pode melhorar bastante a qualidade da castanha”* (Produtor 1). Segundo os produtores para uma boa castanha *“tem que tirar logo da mata, não pode demorar no mato, tem que armazenar logo”* (Produtor 4).

A importância dos armazéns, para além de sua funcionalidade imediata de estocar, serve também para segurar a castanha no Seringal para vender na baixa estação de produção, ampliando a possibilidade de ganho de preço.

Algumas das demandas externas, tanto para o comprador quanto para o consumidor, são reconhecidas pelos produtores, que destacam regras e valores que devem estar associados a uma produção de qualidade do produto: *“Eles querem*

castanha mais limpa, sem tantas impurezas.” (Produtora 1). “O pessoal quer castanhas mais limpas, com mais qualidade.” (Produtor 6)

A dificuldade de seguimento de regras e valores colocados à comunidade para melhoria da qualidade do produto está relacionada às fragilidades de infra-estrutura (ramais e armazéns) e à organização social da produção coletiva: *“para melhorar tinha que ter transporte mais acessível, ramal e caminhão que chegasse. A CAPEB disse que não compensava colocar o caminhão nos ramais ruins, este ano vendi para a Cooperacre.” (Produtor 7)* São aspectos fundamentais para a melhoria da qualidade do produto final: *“para melhorar o preço da castanha teria que melhorar os ramais, hoje tira a castanha com animal da floresta leva até uma outra propriedade onde chega caminhão e trator para levar a castanha...muito trabalho e preço pouco” (Produtor 6).*

A documentação de terra também desafia a busca por meios de valorizar o trabalho e a produção. *“Dificuldades com a documentação da associação atrapalha a busca por melhores preços” (Produtor 1).* Os moradores do Seringal não possuem título de propriedade. Foi através do Sindicato, *“que é um dos parceiros que mais luta pelo direito do trabalhador [que] a gente conseguiu documentar a Associação.”* O acesso à algumas linhas de financiamento para extrativistas ainda esbarra na questão da documentação de terra, por isso a persistência do problema. Este desafio, como amplamente discutido por diversos autores (LOUREIRO E PINTO, 2005; SAYAGO *et al*, 2004; BECKER, 2001, 2007) é também vivenciado por toda a região amazônica, não sendo característica especial a este caso e sim uma cor de fundo no cenário geopolítico amazônico.

3.5 VALORIZAÇÃO DA CASTANHA PARA OS PRODUTORES

Para os produtores, a valorização da castanha, para além de *“conseguir um preço melhor” (Produtor 7)*, passa também pelas condições materiais de infra-estrutura e de autonomia do produtor sob sua produção. Os requisitos básicos estão voltados para os eixos do crédito, beneficiamento (infra-estrutura) e assistência técnica:

“Para valorizar a castanha precisa de mais apoio. Crédito mais facilitado, a CAPEB até tem um preço bom, mas demora para pagar, aí o pessoal prefere vender mais barato para os marreteiros. Então precisa de mais apoio, melhorar os ramais, pois na época da castanha é a época que chove mais, difícil de tirar a castanha” (Produtor 8).

“maior beneficiamento, melhor trabalho com a qualidade do produto. Quebrar bem quebrado, melhor classificação. As vezes o produtor leva a castanha lavada e é vendida ao mesmo preço da castanha quebrada e suja. Por isso uma classificação para a qualidade inferior com preço mais baixo e um preço melhor para aquelas que não têm impurezas” (Produtora 1).

A classificação, item importante para a valorização da castanha, geralmente é feita pelo comprador por mais que o produtor tenha tido o cuidado de lavar e separar as castanhas de acordo com tamanho e inteireza. Alguns produtores relataram que por vezes tentaram um preço maior de venda para a castanha mais limpa na propriedade e não conseguiram. O reconhecimento pelo zelo e trabalho do extrativista, como já demonstrado, não é feito ou incorporado ao preço final, principalmente por intermediários. As cooperativas têm inclinação maior para este reconhecimento, até porque muitos membros ativos que negociam as compras via cooperativa, são produtores, conseqüentemente mais sensibilizados pelo esforço empreendido. Talvez seja este o ponto fundamental para a efetiva valorização da castanha e que retomaremos mais adiante.

Alguns produtores sabem que grande parte da castanha produzida na região não fica no Brasil, vai para a Bolívia. E afirmam, *“se a castanha for beneficiada no nosso estado, todo mundo sai ganhando. Aumenta o preço, gera mais emprego, tem mais dinheiro circulando”* (Produtor 5). Mais uma vez a ampliação da participação local para além da extração da castanha aparece como chave para a valorização do produto. Se a castanha for extraída, beneficiada e encaminhada para comercialização no próprio estado os ganhos de um movimento de mobilização endógeno à região produtora brasileira atende necessidades básicas de emprego e geração de renda, além de contribuir para uma identidade produtora da região. A possibilidade de uma economia cooperativa da região produtora, funcionando em redes fortalecidas e conectadas, extração → beneficiamento → escoamento → encaminhamento para comercialização, é possível e visualizada por alguns produtores.

Para tanto a valorização da castanha, para os próprios extrativistas, passa necessariamente pela condição do próprio produtor:

*“Valor é assim, por exemplo, se eu tenho um objeto que vale R\$10, e outro tem um objeto igual vale que R\$20, esse vale mais que o meu. **Quem valoriza é o próprio produtor. Depende da qualidade e da necessidade dele. Se ele tem muita necessidade ele não pode valorizar seu produto e é obrigado a vender ele por***

mixaria . Se ele tem uma condiçãozinha melhor aí pode dizer quanto que ele [o produto] vale, se não está precisando muito do dinheiro ele vai poder pedir mais, uma condição melhor [do produtor] faz dar mais valor ao produto” (Produtor 1) (grifos meus).

A valorização de um produto está intimamente ligada a condição de seu produtor, e por que não, a sua valorização. O depoimento acima demonstra a valorização condicionada à necessidade do produtor. O pensamento de Sen (2007) é oportuno de ser mencionado pois aponta que a capacidade para realizações positivas e criativas na vida das pessoas é influenciada “por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (2007, p.19). Vale a ressalva que o preenchimento da condição de “liberdade individual” e coletiva de escolhas e liberdade política para o desenvolvimento social é reconhecidamente característica mestra para a valorização dos produtos da Amazônia e, principalmente, aqueles neste trabalho contemplados.

Dentre os caminhos possíveis para a valorização da castanha está a obtenção de uma marca para a castanha produzida no Seringal Porto Carlos. Os extrativistas moradores do Seringal mencionam essa possibilidade, mas a consideram como distante da realidade local:

“É bom a gente trabalhar para fazer uma marca para a associação, para a comunidade. Porque às vezes mistura os produtos, aquele ali é meu, aquele é de outro e você não sabe qual a diferença, se um é de boa qualidade e o outro de má qualidade fica tudo igual, então uma marca é bom para diferenciar, para fazer uma classificação. É bom para a gente dizer que conhece, não tem produto químico, não é usado nenhum tipo de veneno, então com a marca da associação a pessoa sabe, a gente compra e sabe que tem mais valor, por isso é bom ter a marca.”

Segundo informação que eu tenho recentemente, é que para fazer uma marca não pode ser associação, tem que ser uma cooperativa. E hoje para a gente fundar uma cooperativa é difícil pela documentação, é mais difícil documentar uma cooperativa. Esses dias fundaram uma cooperativa e a entrada na cooperativa era de mil reais, aí eu não sei como a gente faz um planejamento para a gente trabalhar uma marca na comunidade” (Produtor 1).

Destaca-se que em nenhum momento das entrevistas houve uma associação do valor sociocultural e ecológico, com exceção à menção da ausência de produto químico, condição favorável a agregação de valor à castanha do Seringal como produto orgânico.

3.6 CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO

A vista aérea do Seringal Porto Carlos é bem preservada por estar nas proximidades da Resex. Esta por sua vez vem registrando um aumento da área desmatada para criação de gado, mesmo ilegalmente. O avanço da pecuária é mencionado por alguns extrativistas como prejudicial à manutenção da floresta e, conseqüentemente, das castanheiras. Alguns desejam ter mais cabeças de gado em suas propriedades e assim o farão quando puderem.

A manutenção da reserva legal foi mencionada pelo moradores do Seringal Porto Carlos como a conservação praticada em suas propriedades. Algumas alterações na produção de castanha já foram notadas, como o aparecimento de uma larva ainda ao identificada nas castanheiras do Seringal¹⁵². Contudo, o grosso do produção de castanha tem sido considerado constante em termos de quantidade pelos moradores. *"Para preservar a castanheira é não desmatar porque onde desmatou ela agüenta pouco tempo e logo morre. O jeito mesmo é não desmatar. A área de reserva é um jeito"* (Produtor 5).

Dados relacionados à quantidade de ouriços coletados e ouriços deixados no local para renovação da taxa de recrutamento das plantas, ou seja, oportunidade de crescimento de novos indivíduos, não foram verificados na localidade do Seringal Porto Carlos. Sabe-se que estudos como de Peres *et al* (2000), apontam para um estrangulamento de estratégias naturais de renovação nos castanhais mais antigos da América do Sul, tais como desmatamento, seja por fogo ou por corte seletivo, que causa o isolamento da castanheira, seu ressecamento e morte, sobre-caça dos dispersores naturais da semente como a cutia, e a sobrecoleta dos ouriços que poderiam oportunizar o aparecimento de novos exemplares. A longevidade da castanheira demanda estudos de longo prazo na região do Alto Acre para averiguação do que alerta Peres -- a ameaça da atividade extrativista sem manejo adequado para a sustentabilidade dos castanhais e da própria floresta.

¹⁵² Na época do trabalho de campo um pesquisador da Agência de Pesquisa da Bolívia (Departamento do Pando) estava conduzindo uma pesquisa (em parceria com a Embrapa Acre) para identificar uma larva que aparentemente estava atacando castanheiras na Bolívia e no Brasil, exemplares haviam sido coletados e enviados para um taxonomista em São Paulo. Pouco alarde sobre o significado de uma possível praga nas castanheiras para não gerar movimentos negativos e maior vulnerabilidade na economia da região que gira em torno da castanha. A pesquisa, em estágios preliminares, pretende detectar se o aparecimento desta larva é uma praga ou apenas uma incidência e se assim o for qual é o seu intervalo de freqüência. Existe a possibilidade de um desequilíbrio ambiental (falta de predador). Não se sabe ao certo se a larva se alimenta das folhas ou se sua presença inibe o crescimento. A primeira parte da pesquisa esta focada em identificar a larva e a segunda fase esta relacionada ao aspectos ambientais de ocorrência. O problema começou a se tornar visível a três anos, alguns produtores relatam oito anos, observando que quando a larva "ataca" a castanheira fica dois ou três anos sem produzir.

Os moradores do Seringal Porto Carlos extraem da floresta principalmente a castanha, mas também coletam açaí, patoá, mel, copaíba e buriti. O Seringal também já produziu muita borracha, e ainda existem algumas estradas de seringa ativas em algumas propriedades, porém a maior parte dos entrevistados não conta mais com a borracha para a renda. “Hoje em dia em nossa região têm poucas pessoas que sobrevivem da castanha e seringa exclusivamente. Deve ter umas três famílias no nosso seringal das 150 famílias que sobrevivem de alguma agriculturazinha, outras do gado/pecuária, estão aí agüentando. Quase todos têm castanha, uns mais um pouco, outros um pouco menos” (Produtor 5). Esse depoimento reforça o que foi averiguado, em termos de contribuição da castanha para a renda nesta comunidade (30-40% do total da renda).

O extrativismo tradicional da castanha é seguido no Seringal. Não foi registrada nenhuma prática de manejo das espécies utilizadas, sendo que os extrativistas se valem dos exemplares de castanheiras encontrados nas áreas de suas propriedades para extração de sua produção anual. Alguns possuem mais exemplares que outros e quando necessário contam com a contratação diária de mão-de-obra para auxílio na coleta. A contratação de mão-de-obra alheia à família, duas ou três pessoas, é feita quando os filhos não podem auxiliar, por serem pequenos ou por não estarem presentes na época da extração. Os extrativistas registram, na memória, a produtividade dos exemplares sabendo distinguir a qualidade e quantidade de um ano para o outro: “Um ano da mais outro ano menos (ano de recuperação). Os produtores demonstram também o conhecimento adquirido sobre as interações ecológicas necessárias para a manutenção da castanheira na floresta como “o Mangangá (abelha) que é importante para a árvore” (Produtora 1). Esta abelha, *Xilocopa* spp, alguns produtores chamam de besouro, é responsável pela polinização da castanheira.

Marina Silva (2008) descreve a ação do mangaba em suas memórias vividas nesta mesma região:

Na minha infância, o som que achava mais bonito era o do período da florada das castanheiras. A castanheira é polinizada por uma abelha enorme, o mangangá. Imaginem centenas de mangangás entrando nas flores para tirar o néctar! Como a flor é côncava, na hora de sair têm que fazer uma força extraordinária nas asas, num vôo de frente prá trás, que provoca um barulho de máquina potente e rouca. Uma de minhas primeiras lembranças do mundo é do barulho dos mangangás na copa da castanheira ao lado do terreiro da nossa casa.

Quando indagada a descrever mais sobre a importância do mangangá para a

castanheira a produtora 1 sintetiza dizendo que é *"coisa da natureza..."* Ambos relatos refletem o que afirma Gorz em relação ao saber como sendo uma capacidade prática, competência que não implica necessariamente em conhecimentos formalizáveis, ou codificáveis. Tais saberes, para o autor, não são ensinados, aprendem-se pela prática, pelo costume e mais, "sua transmissão consiste em apelar à capacidade do sujeito se produzir a si próprio(...)o saber é aprendido quando a pessoa o assimilou ao ponto de esquecer que teve de aprendê-lo" (2003, p.32).

3.7 O IMAGINÁRIO E O DESTINO

O imaginário dita as respostas relacionadas ao destino da castanha extraída do Seringal Porto Carlos: *"Imagino que vai para Rio Branco e depois São Paulo"* (Produtor 7). Ou, a castanha vai *"lá para os rumos de Brasiléia"* (Produtora 2). Para alguns produtores **o destino é certo** *"vai para o atravessador"* (Produtora 1), *"vai para Brasiléia"* (Produtor 3), *"vai para a Bolívia"* (Produtor 5), ou ainda, *"geralmente a castanha vai para Brasiléia, se for para a Bolívia vai para os exteriores se fica no Brasil vai para vários lugares diferentes"* (Produtor 1). Para outros produtores **o destino é desconhecido**: *"não sei não"* (Produtor 6), *"não sei para onde vai. A CAPEB diz que vai para a Tahuamã na Bolívia"* (Produtor 4).

A relação com a espacialidade de circulação da castanha para além do Seringal está também aliada à percepção espacial do território por parte dos produtores. A maior parte dos moradores do Seringal Porto Carlos nasceu na região. Este fato reflete a mobilidade dos produtores ao circuito dos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil, principalmente na área da reserva, onde alguns têm parentes. A Bolívia é bem conhecida, pois a região é de fronteira e logo na cidade de Cobija, do outro lado do Rio Acre, na cidade de Brasiléia, a atividade comercial é muito forte e muitas pessoas se abastecem de serviços e bens, principalmente de equipamentos eletrônicos e miudezas plásticas por preços mais módicos daqueles praticados no Brasil.

4. VALORIZAÇÃO E POLÍTICAS PARA A CASTANHA

A valorização da castanha, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia, deve começar pelo próprio produtor que ainda trata a castanha *"como um produto normal e não é. O produtor não reconhece e eu fico preocupado*

com a falta de valorização da castanha pelo produtor, ele trata a castanha como se fosse milho, feijão ou mandioca. Se ele soubesse que a castanha poderia trazer benefício para ele e sua família não vendia a qualquer preço” (grifos meus). Somente a partir do reconhecimento do produtor pelo produto que maneja, e os caminhos e desafios para tal reconhecimento são múltiplos e até complexos por envolver aspectos históricos, de comportamento social e de necessidades econômicas, é que a valorização poderá efetivamente ocorrer. Os fatores endógenos e exógenos da produção e sua destinação contribuem para o cenário de políticas ainda fragmentadas e pontuais.

A concretude desta fragmentação é expressa pelo presidente dos STR/Brasília e também produtor: **“A castanha é uma espécie em perigo(...)Não adianta criar uma lei de intocabilidade para a castanheira senão existir uma política nacional para a castanha. Do que adianta deixar as castanheiras em pé em um pasto? Logo elas vão morrer, secam, ou são atingidas por raio ou derrubadas por vento, ficam desprotegidas**” (grifos meus).

As preocupações dos extrativistas dizem respeito à relação produtor-produto e o caráter intrínseco desta para a efetiva valorização: **“Nós lutamos para fazer o benefício chegar na mão do produtor de maneira mais justa. Mas por que valorizar tanto a árvore senão somos valorizados?”** Produtor e Presidente de AMOPREB (grifos meus). O caminho segundo este mesmo produtor é por um preço mais justo: **“A medida que chega um preço mais justo chega também a valorização do produtor, ele vai se ver valorizado**” (grifos meus). A condição do produtor se sentir valorizado parece chave para o reconhecimento da especificidade ecológica e social da castanha e conseqüentemente sua autonomia para poder negociar e determinar minimamente a precificação sobre seu produto. **“Os seringueiros são explorados até hoje pelos marreteiros. Eles se seduzem com o dinheiro vivo. O Sindicato está há três anos buscando um custeio via Banco, SEATER, PRONAF, mas parece que tudo tem dificuldade para o pequeno produtor**”. (Presidente do STR/Brasília).

A possibilidade de libertação de condições que impedem ou dificultam o exercício deste poder pelo produtor está ligada à superação do percurso histórico de exploração de recursos naturais na região. Esta será efetivada com a ampliação de acesso a crédito, assistência técnica para a própria valorização e para além do meramente técnico e que seja efetivamente político-libertário, assim como o movimento sindical dos trabalhadores rurais já demonstrou habilidade de fazer, informar e mobilizar para transformar condições análogas aos círculos viciosos nesta própria região.

No plano burocrático e executivo, o presidente do STR/Brasiléia endossa as principais dificuldades enfrentadas pelos castanheiros - de assistência técnica e burocracias dos bancos com exigências de documentação, preenchimento de formulários e cumprimento de prazos - *“tem até boa vontade, mas não consegue viabilizar”*. O presidente relata que *“trouxe um gerente do banco para conhecer a castanheira”*, pois quando foi pedir um custeio para a castanha o gerente não sabia do que se tratava. *“Recurso tem, mas não viabiliza. No ano passado o BASA e o BB devolveram um monte de dinheiro e não repassou para os produtores por falta de viabilidade.”*

Neste cenário, o presidente do STR/Brasiléia destaca a importância da formação política dos produtores e preocupa-se com a dissociação entre a questão produtiva e a social. O social, o político-ideológico e o econômico se juntam para caracterizar a valorização da produção pelo produtor e sua própria valorização: *“A formação política dos produtores é fundamental. Digo isso pela sensibilização mais educação para valorização da castanha. As pessoas não discutem mais o coletivo, tão saindo das associações.”*

A organização dos produtores está fragilizada, por isso algumas associações da região têm registrado queda de participação e filiação, segundo o presidente do Sindicato. Para cooperativas, o caso da CAEX, descrito anteriormente, também registra queda de envolvimento, participação e filiação. *“O movimento está desarticulado, está passando dificuldades. A unidade dos trabalhadores não está mais a mesma, antes num grito reunia 3 a 4 mil seringueiros, hoje em dia está difícil, tem alguma coisa por trás e nós precisamos descobrir o que é para combater.”*

Alguns líderes e militantes do movimento social e sindical foram para o governo. Na opinião de um produtor do Seringal de que *“hoje o sindicato está mais ligado com o governo e fiscaliza mais do que defende os trabalhadores”*. Esta percepção é validada por outros produtores e até lideranças que não estão no governo.

A desmobilização do movimento social é corroborada por alguns analistas do governo PT no Acre. O Partido dos Trabalhadores está no poder no estado por três mandatos consecutivos e por causa de sua política partidária é acusado de desarticular o movimento social. Machado (2008) relata que “o governo da floresta” como é conhecido, alcançou reputação nacional e internacional valendo-se dos ideários do líder sindical e ambientalista Chico Mendes para obter a imagem de defensores da floresta, mas está imagem se abalou quando empreenderam ações e políticas que tanto criticavam quando eram oposição. Algumas dessas ações no estado foram: a construção de estradas sem plano de mitigação de impactos socioambientais, incentivo para o plantio de cana-de-

açúcar para produção de etanol sem respeito a legislação ambiental vigente, e a condução, sem transparência, de um processo para prospecção de petróleo em áreas de conservação e terras indígenas. Segundo Machado (op.cit), o atual governo (Binho Marques 2007-2010), pretende se reabilitar do desgaste, prometendo alternativas sociais, produtivas e ambientalmente adequadas para as comunidades rurais do estado¹⁵³. O governo ainda almeja o fomento dessas ações integradas com a sociedade civil.

A condição do produtor e políticas setorializadas determinam o cenário de valorização da castanha no Alto Acre. Aqui vale a pena resgatar alguns dos depoimentos de castanheiros envolvidos com o movimento sindical, o associativismo e o cooperativismo na região por pelo menos duas décadas e que percebem a valorização pelo próprio produtor: *“Quem valoriza é o próprio produtor...”*; *“o produtor não reconhece [a castanha] eu fico preocupado com a falta de valorização da castanha pelo produtor...”*; e por elementos políticos externos *“não adianta criar uma lei de intocabilidade para a castanheira senão existir uma política nacional para a castanha. Do que adianta deixar as castanheiras em pé em um pasto?...”* Vale ainda resgatar a fala do produtor do Seringal Porto Carlos quando este afirma que *“se a castanha for beneficiada no nosso estado, todo mundo sai ganhando. Aumenta o preço, gera mais emprego, tem mais dinheiro circulando”*. Esta visão remete à possibilidade de formação de uma economia verdadeiramente cooperativa/solidária regional capaz de investir na potencialidade local de beneficiamento da produção, de informar, sensibilizar, articular e mobilizar os produtores para organizar, se empoderar, quebrar monopólios de compradores do produto bruto e tomarem a frente, as “rédias”, da produção.

Os depoimentos revelam e refletem as dinâmicas baixo-para-cima e cima-para-baixo que necessariamente precisam estar associadas para uma efetiva valorização de modos de vida, produção e produtos advindos da floresta amazônica. Para a castanha, a unidade política que o movimento sindical promoveu pode, de fato, contribuir para a valorização tanto do produtor quanto do produto, atendendo as demandas dos próprios produtores, de um mercado crescente de consumidores ávidos por produtos que carregam selos e valores de produção social justa e ecológica, e conseqüente, desdobramento ou correspondência. Os depoimentos mostram claramente que os produtores sabem por onde a valorização deve chegar, têm histórico e capacidade para o

¹⁵³ Na programação para ações e políticas deste terceiro mandato do PT destacam-se atividades de recomposição florestal da área de reserva legal e ações sustentáveis para a recuperação de áreas alteradas e subutilizadas nos sistemas de produção agropecuários. As áreas prioritárias para a nova política estadual são aquelas sob influência direta das rodovias federais (BR-364 e BR-317) e estaduais, as áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, os pequenos produtores em posse, médios e grandes pecuaristas e áreas florestais de seringais (MACHADO, 2008).

trabalho de organização coletiva, mas que encontram-se, por circunstâncias políticas atuais, desmobilizados para tanto. Na medida que houver tal reconhecimento do papel das partes, tanto no âmbito local quanto no âmbito da política estadual, aí a influência da política nacional e até mesmo do movimento social nacional pode fazer a diferença em termos de pressão para ação, articulação e transformação das condições que impedem a valorização assim como almejada pelos próprios produtores.

5. VALORIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A certificação, seja por selos orgânicos, de comércio justo, de produção agroecológica, Indicação Geográfica (ver capítulo 6) ou outras, tem se tornado, cada vez mais, uma opção empreendida por produtores para agregar mais valor a seus produtos. A crescente adesão a esta forma de valorização requer um olhar mais cuidadoso para o caso da castanha. No que a certificação pode contribuir para a valorização da castanha do Alto Acre? Qual é a efetividade deste instrumento? Quais os possíveis benefícios e riscos de uso de tal instrumento tanto para o produtor quanto para a castanha, considerando os prós e os contras,?

Com maior tradição e história no beneficiamento e certificação da castanha a Bolívia oferece um campo de referência importante de ser considerado. Em estudo sobre o impacto da certificação da castanha na Bolívia, Soldán (2003) verificou que valores e volumes para a castanha certificada e exportada são ainda baixos. Em termos de valores chegou a média de 2.2% do total exportado entre 1993 e 2001 e em termos de volume alcançou 1.5% destinado ao mercado do comércio justo entre 1995 e 2001. O preço pago pela castanha-do-brasil orgânica é aproximadamente entre 15 e 35% mais alto do que aquele pago para produtos não certificados.

Soldán ressalta que as condições de acesso a mercados internacionais estão se tornando cada vez mais difíceis pelo aumento de regulações mandatórias e voluntárias a serem seguidas pelos exportadores bolivianos de castanha. As regras bolivianas seguem padrões europeus, os quais são considerados mais rígidos que os norte-americanos e mesmo assim a grande quantidade de castanha que sai da Bolívia como convencional (sem certificação) obedece a um grande número de especificações dos importadores. Na Bolívia, castanha-do-brasil certificada ainda é considerada como marginal em comparação aos produtos não-certificados. Os maiores desafios ligados à certificação

orgânica são i) falta de demanda de mercado; ii) baixa dos preços de exportação; iii) aumento do número de regras e condições dos importadores (SOLDÁN, *Ibid*).

O significado da certificação orgânica da castanha-do-brasil para os consumidores, esclarece Soldán (*Ibid*), é que não houve na produção a utilização de biocidas ou fertilizantes. Mostra também que os produtores coletaram a castanha em áreas autorizadas (legais), contribuindo assim para a conservação da floresta tropical amazônica na Bolívia. A castanha orgânica atende a consumidores interessados na conservação ambiental. Nos caso do comércio justo, os consumidores estão mais interessados nos pequenos produtores e na melhoria de condições de vida dessas pessoas do que o próprio ambiente natural e suas condições de manutenção e conservação. Na Bolívia, alguns dos desafios enfrentados para atender as demandas tanto da certificação para os produtos ecológicos quanto para o mercado do comércio justo são: problemas relacionados à posse e documentação da terra; maior participação dos produtores na cadeia; melhores condições de trabalho; melhora na capacidade de beneficiamento das usinas, melhora nas práticas de manejo das organizações locais envolvidas como a produção; aumento da produtividade e uma distribuição mais equitativa dos lucros gerados pela exportação da castanha.

Segundo Soldán (*Ibid*), mesmo que a castanha seja coletada diretamente na natureza e não cultivada, a castanha não pode ser utilizada ou identificada como “ingrediente natural” sem uma certificação própria¹⁵⁴. Contudo, a necessidade da certificação é justificada pelo cumprimento de regras e normas¹⁵⁵ que garantem ou indicam o bom uso do ambiente natural como por exemplo, destinação adequada de resíduos em áreas próximas de rios e vegetação. A certificação propõe diminuir e até eliminar a atuação dos intermediários, podendo promover maiores benefícios financeiros aos produtores.

A certificação também é um instrumento de marketing que influencia o crescimento das exportações. O selo “orgânico” torna-se um poderoso instrumento para o comércio internacional de produtos ecológicos. O autor, contudo, ressalta que o selo nacional de uma agência certificadora boliviana não é tão influente quanto aqueles de certificadoras internacionais, embora os selos e processos de certificação bolivianos sigam padrões internacionais. Este ponto mostra o quanto as certificadoras internacionais

¹⁵⁴ A Norma Européia 2092/91 reza que somente alguns produtos, tais como a noz Kula (*Cola acuminata*) podem ser identificadas como orgânicas sem serem certificadas. E, para o processamento de produtos ecológicos, somente permite a mescla de 5% de produtos não-ecológicos (convencionais), o restante 95% deve ser certificado como ecológico (SOLDÁN, 2003).

¹⁵⁵ Ver: H. Newing and S. Harrop (2000).

têm vantagem expressiva sobre aquelas nacionais e o quanto a pressão e demanda exógena determinará como a valorização, via certificação, deve ser feita, deixando assim pouco espaço ou abertura para iniciativas endógenas, criativa e autônomas.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis - IBENS, conduziu um estudo de mercado para a castanha-do-brasil, na região de Manicoré, Amazonas. O estudo identificou alguns dos principais desafios relacionados à qualidade e à produção da castanha no Brasil, são eles: presença de altos níveis de aflatoxina, falta de organização dos extrativistas, falta de envolvimento e participação dos associados e preços baixos pagos pelos intermediários. O estudo indicou ainda que grandes compradores de castanha estão mais interessados em um produto final livre de aflatoxina, na higiene da produção e condições de trabalho na unidade processadora do que uma certificação FSC (IBENS, 2007).

Em estudo sobre a certificação ambiental, com atenção especial ao caso da castanha produzida na RESEX Chico Mendes, Maciel (2007) aponta que, o diferencial competitivo para a certificação da castanha produzida do lado brasileiro é justamente a RESEX, considerando que a posse de terra é questão principal não resolvida no lado boliviano, no caso brasileiro, os moradores da RESEX têm posse de terra.

Parte da castanha produzida na RESEX Chico Mendes e comercializada pela CAPEB e a CAEX obteve, por alguns anos tripla certificação, florestal (RESEX/IBAMA), orgânica (Instituto Biodinâmico –IBD) e social (*Fair Trade Labelling Organizations* FLO). A certificação florestal foi concedida às famílias moradoras da RESEX em 1994. Em 2003 a CAPEB obteve a certificação orgânica, via IBD, e em 2005 a certificação social ou de comércio justo. Em 2007, a auditoria para manutenção da certificação pelo IBD não aprovou continuidade, segundo entrevistados, por falta de consistência e organização dos papéis de rastreabilidade. Verifica-se a curta historicidade de tais certificações, principalmente aquelas de abrangência internacional, e seus impactos na produção de castanha e na vida dos produtores da RESEX.

Segundo dados da Embrapa (2006) e as próprias entrevistas feitas para este estudo, desde 2003 a castanha produzida no Brasil vem buscando uma inserção mais forte no mercado internacional. Os altos níveis de aflatoxina prejudicaram a qualidade da castanha produzida e um conjunto outros fatores, já descritos aqui, como de organização e gestão, fizeram com que a castanha brasileira fosse desvalorizada. Como pôde ser visto, existe uma série de ações empreendidas, principalmente pelos governos federal e estadual, que compõem o cenário atual de uma maior valorização da castanha.

Obviamente, ainda existe uma série de elementos que precisam ser melhorados, mas a injeção de recursos nas cooperativas do estado do Acre, tanto para a construção das usinas, quanto para compra antecipada; o aumento da coerção, via lei, para as ações de intermediários; e as capacitações nos programas de Boas Práticas da Produção, que primaram por uma produção mais limpa e higiênica; fizeram o preço da castanha no mercado aumentar e conseqüentemente esta melhora de preço tem chegado aos produtores. Por esses motivos, a certificação de aproximadamente 200 famílias na RESEX Chico Mendes não pode ser vista de forma isolada, até porque sua trajetória ainda é muito curta para uma análise de impacto sobre o preço e repasse para o produtor.

A Cooperacre já explicitou sua posição em relação à certificação e se seguir tal estratégia conseguirá driblar o que Diniz e Forbes destacaram em termos de encontrar compradores garantidos em um trabalho de longo prazo: ***A prioridade é garantir a produção justa dos nossos associados e nos posicionarmos no mercado, seja nacional ou até internacional, logicamente que a parte de selos é importante, mas não como prioridade no momento.*** (Gerente de projetos, Cooperacre) (grifos meus). É válido lembrar que a Cooperacre possui a concessão da usina de beneficiamento de Brasília há apenas dois anos e tal posicionamento reflete o momento inicial de crescimento e ganho de visibilidade da cooperativa.

Para a certificação ambiental, existem alguns gargalos encontrados por Maciel (2007) que valem ser trazidos aqui, pois seu estudo trata justamente da castanha produzida na RESEX Chico Mendes, área pertencente ao escopo de abrangência desta pesquisa. Maciel aponta que os extrativistas ainda não detêm excelência de produção da castanha, de forma geral e, em particular, da produção orgânica. A necessidade de encontrar inovações complementares para a resolução de desafios tecnológicos e de organização pode travar processos de produção e comercialização, sendo que um exemplo é a própria domesticação das árvores e melhor entendimento de seu ciclo reprodutivo. Maciel aponta que o arranjo institucional em torno da cadeia produtiva da castanha tem como grande desafio fortalecer continuamente os recursos, tangíveis e intangíveis, disponíveis para produção extrativista. Pontos-chaves neste desafio são o fortalecimento e ampliação das competências e capacitações dos próprios produtores.

Maciel (*Ibid*) recomenda, pontos que convergem para elementos aqui trazidos, como a necessidade de fortalecimento do movimento seringueiro/castanheiro e das organizações associadas, haja vista o notório enfraquecimento dos movimentos sociais em todo o país; para gestores públicos, a recomendação abrange dois desafios

conhecidos para os pequenos produtores: acesso a recursos financeiros, com linhas de crédito que atendam as especificidades da atividade extrativista e assistência técnica continuada e ampliada. O autor registrou o esforço empreendido por agências governamentais e não governamentais para a resolução da capacitação e treinamento, mas os trabalhos feitos ainda são considerados pontuais e muitas vezes privilegiam as mesmas comunidades, especialmente aquelas onde o acesso é facilitado. E por fim, a sustentabilidade das estratégias competitivas promovidas dentro da RESEX para gerar um preço maior para o produto, devem ser efetivamente apropriadas pelas famílias extrativistas senão de nada vale os esforços para certificação e inserção competitiva “sustentável”.

6. VALORIZAÇÃO DA CASTANHA NO ACRE

Dado o cenário da produção da castanha-do-brasil no Acre, o histórico das mais importantes e maiores cooperativas, o estado de gestão, administração dessas, o envolvimento de seus membros cooperados, o caso dos produtores de um Seringal que têm sua história de participação e contribuição para a produção da região castanheira do Acre, e uma breve consideração sobre a valorização via certificação, como traçar e pensar a valorização da castanha, atendendo as demandas e necessidades dos extrativistas, considerando modos de existência na floresta, manutenção dessas vidas e conservação da biodiversidade na Amazônia?

A montagem do cenário até este momento empreendida demonstra o quão complexa é a temática da valorização da castanha (Figura 20). São vários os elementos históricos que atuaram para a desvalorização dos produtores e conseqüentemente do produto. O isolamento da região, o difícil acesso, tanto para chegar quanto para sair, os ramais debilitados, o crédito que começa a despontar como alternativa efetiva para os pequenos produtores, as organizações fragilizadas em processos de decisão e gestão, a assistência técnica que ainda não chega a contento são apenas alguns dos desafios a serem vencidos.



Figura 20 – Desenho esquemático para visualização de alguns dos elementos que compõem o cenário de valorização da castanha.

Algumas ações que de fato têm sido empreendidas para a valorização da castanha valem ser mencionadas:

- o apoio e a realização de feiras locais, estaduais, regionais e nacionais. As feiras são espaços criativos de troca e exposição valorizados pelos produtores. Esta pesquisa entrevistou alguns produtores de castanha durante eventos de feiras nacionais e estaduais. Destaca-se o entusiasmo pelas possibilidades de trocas de experiência que foi verificado nas distintas oportunidades;
- os governos federal e estadual têm se dedicado a ampliar campanhas promocionais e de informação ao público em geral acerca de produtos da agricultura familiar e a castanha têm se beneficiado desta ação;
- a maior promoção de produtos locais como a castanha amplia e fortalece redes de consumo solidário / consciente;
- cooperações técnicas e de apoio internacional têm contribuído para maior agregação de valor a produtos locais, para a castanha o cenário não é diferente. Essas cooperações e apoios surgem em diferentes formas, e aquelas que valorizam a capacitação, o empoderamento e o fortalecimento das organizações locais para que atuem com autonomia contribuem para a valorização do produtor e do produto;

- a influência de pressões para a conservação da floresta em pé e pela manutenção das pessoas em seus locais de origem também contribui para o panorama de forças que atuam para o reconhecimento dos produtos oriundos das floresta e, logo, seus produtores. Neste caso, o que de fato acontece é a valorização dos produtos antes dos produtores, com já expresso anteriormente, infelizmente não é o contrário, mas que acaba chegando ao produtor.

Uma outra ação importante para chegar à valorização contempla um melhor entendimento do todo da cadeia produtiva da castanha, para tanto atividades voltadas para o fortalecimento da educação e capacitação de produtores e articuladores dessa cadeia devem ser incentivadas e apoiadas. Desta forma as organizações locais se fortalecem pois, como bem afirma Sabourin “não existem boas políticas públicas e sim organizações locais fortes, capazes de mobilizar os instrumentos existentes ou de participar na concepção e elaboração de novas políticas” (2006, s/p).

A preparação dos produtores para assumir como protagonistas os processos que visam a valorização da castanha é fundamental para chegar ao objetivo acima descrito. A valorização pela certificação ainda é um processo lento, burocrático e dispendioso na primeira fase¹⁵⁶. É uma opção que demanda preparo técnico, principalmente pelo seguimento de normas e padrões distantes da realidade dos produtores, lembrando que as certificadoras mais “valerosas” para o mercado internacional, são internacionais. O preparo técnico é demandado também para a manutenção dos processos internos de gestão das organizações de produtores para não incorrer em erros como a CAEX e CAPEB. Essas não souberam gerir somas volumosas de recursos e por conflitos internos, verificados também empiricamente durante as entrevistas, contribuíram para a gradual desmobilização e não envolvimento de seus associados com os processos de gestão e tomada de decisão. Tanto aqueles que promovem quanto aqueles que recebem intervenções devem primar por um mínimo de autonomia nas experiências pretendidas. Neste aspecto entra o reconhecimento das dinâmicas locais de atuação que sempre existiram e continuarão a influenciar as experiências e vivências produtivas.

A experiência aqui relatada pode ser vista em paralelo com a experiência de políticas de valorização de produtos locais no Senegal, feita por Sarr e Cormier-Salem (2007) onde processos de certificação complexificaram-se a tal ponto de excluir o produtor local do todo do processo produtivo, as organizações locais tenderam a seguir tão piamente regras exógenas que acabaram por marginalizar os produtores,

¹⁵⁶ Maciel (2007) demonstra que o processo de certificação orgânica tem se tornado mais acessível para as famílias extrativistas, mas a consultoria e avaliação inicial continuam demandando grande esforço financeiro.

comprometendo a qualidade intrínseca do produto. Ou seja, a preciosidade do produto local foi ameaçada diante de regras demasiadamente rígidas e normatizações excessivas para o comércio.

As cooperativas do Acre precisam estar atentas às possibilidades e riscos que o seguimento de regras sem espaço para a criatividade local oferecem. Os produtores do Vale do Acre têm em sua essência uma forte história de luta por autonomia, direitos conquistados e reivindicados a custo de um esforço que hoje é tido como referência na área socioambiental. Por este histórico esses mesmos produtores têm capacidade de determinar e incorporar critérios de definição da qualidade de sua produção e não deixar que elementos/forças/atores exógenos apenas empurrem de cima-para-baixo tais critérios. O que esses produtores possuem é um saber histórico, social, cultural e político que pode e deve ser considerado como de valor, como abordado por Gorz (2003), em processos de valorização de seus produtos. A cada dia que passa “o valor encontra hoje sua fonte na inteligência e na imaginação. O saber do indivíduo conta mais que o tempo da máquina. O homem, carregando consigo seu próprio capital, carrega igualmente uma parte do capital da empresa” (CJD *apud* GORZ 2005, p.16) ou, no caso, da cooperativa de pertencimento.

Sobre o saber, Gorz coloca que “é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimento e de combiná-los com os saberes” (*Ibid*, p.17). Por tais razões frisa-se aqui a necessidade de fortalecimento de dispositivos institucionais em conjunto com a geração de novas competências sem o comprometimento da autenticidade e criatividade local.

Os dados deste estudo apontam para uma valorização via coletividade produtora, coesa e reunida em prol de uma valorização por ela própria definida, que considera seus valores intrínsecos, sejam éticos, ecológicos, solidários, morais, históricos, culturais, políticos ou econômicos.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Relacionar os dados levantados, para os casos da Farinha de Cruzeiro do Sul e da castanha, com a sustentabilidade se faz relevante para um estudo que se propõe analisar aspectos da valorização de produtos da Amazônia. Com o intuito de sintetizar e traduzir os dados para aspectos da sustentabilidade elaborou-se um quadro para cada produto com base metodológica no Projeto Biodivalloc (Quadros 6 e 7). Espera-se que esses possam contribuir para a tomada de decisão política, de estratégias de desenvolvimento, mercado e conservação.

Os aspectos relacionados à sustentabilidade dos produtos foram: biodiversidade(B), comunidade local(C) e comercialização da produção(P). Para cada um dos aspectos foram elegidos indicadores de referência, as medidas possíveis para cada indicador foram especificadas e a coluna 'descrição' relaciona o que foi possível identificar dentro do arado de dados encontrados. Ressalta-se ainda que os aspectos foram combinados (B+C; C+P; B+P; B+C+P) de maneira a gerar novos indicadores, que, por agregarem mais informações, se tornaram mais completos e específicos para cada caso. A qualificação de um sistema de produção como sustentável, incorpora, necessariamente, diferentes aspectos, suas inter e intra relações.

Para finalizar, elaborou-se um quadro com dimensões analíticas entre os casos (Quadro 8). Esse quadro traduz dimensões também válidas para a sustentabilidade, porém com maior ênfase em aspectos produtivos, políticos e histórico-sociais.

Quadro 6: Indicadores de sustentabilidade: Farinha de Cruzeiro do Sul

Aspecto estudado	Indicador	Medidas	Descrição
Biodiversidade	B1 Saúde dos ecossistemas	existência de áreas prioritárias para conservação e usos sustentável da biodiversidade; espécies de aves e insetos conhecidas; lista de espécies ameaçadas; riqueza específica; diversidade específica; abundância global de espécies chaves, indicadoras, ameaçadas, guarda-chuva	existência de unidades de conservação, Terras Indígenas, áreas de importância biológica, extremamente alta, muito alta e alta, bem como classificadas como prioridade alta, muito alta e extremamente alta.
	B2 Conectividade / fragmentação dos ecossistemas	Fragmentação de florestas; presença ou ausência de unidades de conservação ou terras indígenas, circunvizinhas ou próximas.	unidades de conservação e terras indígenas circunvizinhas ou próximas, rede hídrica conecta as diferentes unidades; BR 364 em vias de conclusão da pavimentação do trecho Rio Branco - Cruzeiro do Sul.
Comunidade Local	C1 Equidade	nível de renda gerada; distribuição da renda entre famílias produtoras; nível de produção entre produtores; nível de tecnologia utilizada	nível de renda e tecnologia utilizada para produção diferenciada entre famílias produtoras.
	C2 Discriminação social	idade; gênero; número de produtores	10.000 produtores para o Vale do Juruá; variadas idades e ambos os gêneros estão associados à produção de farinha.
	C3 Saberes e representações	forma de aprendizado (inter-geracional); ocorrência de mitos, ritos, cânticos, histórias associadas; denominações associadas ao produto e às relações de produção; importância patrimonial de receitas culinárias relacionadas ao produto; cultos ou manifestações culturais que incluem a presença do produto	aprendizado inter-geracional, sem registros de ocorrência de mitos, ritos, cânticos ou histórias associadas ao produto com os produtores de descendência nordestina entrevistados, registros para mitos associados com etnias indígenas na região amazônica; produção familiar; produtos associados: biju, farinhas, manipoeira, bolos, biscoitos, polvilho, pães; produto essencial à alimentação cabocla e indígena.
Comercialização da Produção	P1 Sucesso Comercial	volume de negócios; volume de produção; lugares de produção, beneficiamento e distribuição; nome e volume de mercados locais, regionais, nacionais e internacionais; quantidade destinada para o comércio e quantidade destinada ao consumo	178.000 kg de farinha saíram do município de CZS em 2006 (145.000 para fora do estado, Manaus e Porto Velho e 33.000 para dentro do estado); os sítios de produção são as casas de farinha, calculadas em aproximadamente 3000 para o Vale do Juruá; principais mercados são o local, estadual e regional.
	P2 Notoriedade	conhecimento do produto por consumidores locais e/ou externos; existência de falsificações; escala de notoriedade (número de quilômetros percorridos pelo produto até o consumidor final)	o produto é amplamente conhecido local e regionalmente; existem registros ocasionais de apropriação do nome "Farinha de Cruzeiro do Sul"; escala de notoriedade é regional.
Relação Biodiversidade - Comunidade Local	BC1 Serviços ecossistêmicos	superfície de floresta conservada; qualidade da água; qualidade do solo; saúde das pessoas que vivem de recursos da biodiversidade	onde a mandioca é cultivada a floresta é derrubada; não existem registros de áreas de reflorestamento ou recuperação de solo pós-cultivo (com exceção de alguns hectares experimentais da Embrapa-AC); não existem registros acerca da saúde das pessoas que vivem de recursos da agrobiodiversidade.
	BC2 Acesso aos recursos	existência de direito de acesso; direito de uso; controle sob o recurso	cada unidade familiar possui suas unidades de cultivo, algumas próprias, outras arrendadas ou alugadas; para os moradores das cidades de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul as áreas destinadas para o cultivo estão cada vez mais distantes das residências.
Relação Comunidade local- Comercialização da Produção	CP1 Conservação do saber-fazer e das práticas	padronização; normas sanitárias; reconhecimento de práticas como patrimônio cultural local	as variedades utilizadas para fazer a farinha de CZS, juntamente com modo de preparo e ingredientes especiais como o coco e/ou açafraão fazem notoriedade da farinha produzida no Vale do Juruá, reconhecida principalmente por seu sabor; não existem padronizações conhecidas; as normas sanitárias começam a ser mais formalmente incorporadas às produções locais, principalmente em produtores que possuem 'casas de farinha' construídas pelo governo.
	CP2 Dinâmica social	manifestações sociais sobre o produto; cooperativas; associações; ONGs; projetos; característica dos produtores (individuais, coletivos)	a farinha de CZS movimenta a dinâmica social- produtiva do Vale do Juruá; existem algumas associações de produtores/moradores que tem no fazer farinha a principal atividade produtiva e geradora de renda familiar, contudo a comercialização da farinha é feita de forma individual/familiar; existe uma cooperativa que se destaca, mas que até o fechamento desta pesquisa ainda não comercializava a farinha de seus cooperados; alguns produtores fazem parte de programas de boas práticas na produção e forma beneficiados com 'casas de farinha' construídas pelo governo estadual.
	CP3 Dependência econômica	ativos envolvidos; atividades remuneradas; participação no PIB local; parte comercializada e consumida; atendimento às necessidades de renda; renda essencial para diferentes categorias da comunidade	a produção e a comercialização da farinha compõem essencialmente a renda das famílias do Vale do Juruá e da dinâmica econômica dos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves; pessoas que por vezes não participaram dos processos de cultivo da mandioca e preparo da farinha, tem sua ligação econômica com o produto nas fases de transporte e comercialização.
	CP4 Acesso ao mercado	transporte; forma de comercialização (individual, coletiva, associação, comercialização, parcerias diversas)	o acesso ao mercado é considerado difícil pelos produtores, principalmente para aqueles que moram longe da cidade de Cruzeiro do Sul, onde a principal feira de produtores acontece e onde o produto pode ser escoado via embarcações para outras localidades como Rio Branco, Manaus e Porto Velho; a comercialização é feita de forma individual/familiar.

Relação Biodiversidade - Comercialização da Produção	BP1 Intensidade do impacto da produção sob o ecossistema	agrobiodiversidade; superfície cultivada; superfície de floresta; produtividade; rotulagem; selos (comércio justo; consumo solidário; orgânico, etc.); embalagens; remediação; reflorestamento; recomposição da paisagem degradada e/ou utilizada	a intensidade do impacto do cultivo de mandioca em áreas de floresta é alta, as terras são consideradas inférteis após 3 colheitas; existem algumas variedades de mandioca que são conhecidas e manejadas pelos produtores para o feitiço de farinha e similares; não existem selos associados ao produto Farinha de CZS, apenas uma embalagem produzida pelo Sebrae-AC para a farinha do Vale do Juruá; existem alguns campos experimentais de remediação e recuperação do solo pós-cultivo de mandioca, os estudos são conduzidos pela Embrapa AC e UFAC-CZS.
	BP2 Pressão sob o recurso	estoque disponível; recomposição; controle; distribuição do recurso; renovação de estoque; demografia	não foram registrados dados acerca de estoque disponível, renovação, controle e distribuição do recurso; sabe-se que algumas das variedades utilizadas para cultivo são obtidas por meio de trocas entre vizinhos e/ou familiares.
	PP3 Serviços prestados ao ecossistema	conservação, uso sustentável, manutenção de zonas frágeis e prioritárias	não foram registradas ações relevantes para manutenção, conservação e uso sustentável de zonas frágeis, de proteção ambiental ou prioritárias para a conservação.
Relação Biodiversidade - Comunidade Local - Comercialização da Produção	BCP1 Tipicidade dos produtos	reconhecimento de uma tipicidade de sabor pelos consumidores e produtores; número de produtos similares ou comparáveis pelo consumidor; manutenção ou avanços em técnicas e práticas de produção; número de variedades agrícolas ou de espécies exploradas	a farinha de CZS é notoriamente reconhecida local e regionalmente por seu sabor, tanto por produtores quanto por consumidores; não foram registrados produtos similares ou comparáveis pelo consumidor; as práticas ligadas à produção de farinha tem se modernizado com as 'casa de farinha' construídas pelo governo estadual (acesso à água, luz elétrica, telas protetoras, fornos mais estruturados); variedade mais comumente cultivada na região é a caboquinha, seguida da mansa brava (ligeirinha), branquinha, chico anjo, curimém (branca, roxa e preta) e mulatinho.
	BCP2 Discriminação espacial	número e distribuição de sítios de produção, beneficiamento e distribuição; cartografia de plantio/coleta, zonas de distribuição da espécie, da produção e distribuição; restrições de acesso;	as áreas de cultivo e as casas de farinha (aproximadamente 3000), onde a produção de farinha ocorre, estão distribuídas ao longo do Vale do Alto Rio Juruá; o ponto central de distribuição e comercialização da farinha é a cidade de Cruzeiro do Sul.
	BCP3 Dependência alimentar	Importância cultural da espécie cultivada ou coletada; importância do produto para segurança alimentar; nível especialização da produção	a importância cultural da espécie cultivada está na relação histórica com os imigrantes nordestinos e populações indígenas; o produto é considerado de segurança alimentar; seu nível de especialização é considerado extremamente alto, principalmente quando se considera a dependência alimentar em itens que não são comumente cultivados pelos produtores de farinha, mas que fazem parte da dieta, como arroz, milho, feijão, dentre outros.

Quadro 7: Indicadores de sustentabilidade: Castanha-do-Brasil

Aspecto estudado	Indicador	Medidas	Descrição
Biodiversidade	B1 Saúde dos ecossistemas	existência de áreas prioritárias para conservação e usos sustentável da biodiversidade; espécies de aves e insetos conhecidas; lista de espécies ameaçadas; riqueza específica; diversidade específica; abundância global de espécies chaves, indicadoras, ameaçadas, guarda-chuva	Existência de Reservas Extrativistas; Área considerada pelo MMA de importância biológica extremamente alta, com prioridade de ação também extremamente alta.
	B2 Conectividade / fragmentação dos ecossistemas	Fragmentação de florestas; presença ou ausência de unidades de conservação ou terras indígenas, circunvizinhas ou próximas.	Reserva Extrativista sob pressão para expansão agropecuária (parte da Resex Chico Mendes tem sido desmatada para criação de gado); área de influência da BR-31, que liga o Brasil ao Pacífico, conhecida como Estrada do Pacífico.
Comunidade Local	C1 Equidade	nível de renda gerada; distribuição da renda entre famílias produtoras; nível de produção entre produtores; nível de tecnologia utilizada	Dentre as famílias entrevistadas, a castanha representa de 30-40% da renda anual, para os moradores da Resex este percentual pode chegar ao dobro; o nível de produção é relativamente homogêneo entre os moradores do Seringal Porto Carlos, com uma média de 120/ano/família; a tecnologia de coleta é também considerada homogênea.
	C2 Discriminação social	naturalidade; idade; gênero; número de produtores	150 famílias moram no Seringal, 15 entrevistadas; a média de idade entre os extrativistas varia entre 30 e 45 anos; escolaridade média dos produtores está restrita ao ensino básico; a maior parte dos responsáveis pela coleta da castanha são os homens, mas as mulheres da família auxiliam com o processo e três são cabeças do processo produtivo em suas propriedades.
	C3 Saberes e representações	forma de aprendizado (inter-geracional); ocorrência de mitos, ritos, cânticos, histórias associadas; denominações associadas ao produto e às relações de produção; importância patrimonial de receitas culinárias relacionadas ao produto; cultos ou manifestações culturais que incluem a presença do produto	O aprendizado para coleta da castanha é inter-geracional; não foram registrados mitos, ritos, cânticos ou histórias associadas; a castanha é coletada primordialmente para comercialização, garantia de renda para a família; poucas receitas com o produto; a única manifestação cultural registrada para o produto inclui o Festival da Castanha, realizado pelo Governo do Estado do Acre na cidade de Brasília, que, de acordo com produtores, conta com pouca ou baixa participação dos castanheiros, sendo mais um evento urbano-cultural.
Comercialização da Produção	P1 Sucesso Comercial	volume de negócios; volume de produção; lugares de produção, beneficiamento e distribuição; nome e volume de mercados locais, regionais, nacionais e internacionais; quantidade destinada para o comércio e quantidade destinada ao consumo	a castanha movimenta a economia da região, com produção estimada entre dez e onze mil toneladas/ano; a produção total do estado provém basicamente da região do Alto Rio Acre, municípios de Xapuri, Brasília e Assis Brasil; o beneficiamento ocorre nas usinas de Brasília e Xapuri, e a distribuição para além das fronteiras do estado parte principalmente de Rio Branco; a maior parte da castanha beneficiada é destinada a mercados nacionais ou internacionais.
	P2 Notoriedade	conhecimento do produto por consumidores locais e/ou externos; existência de falsificações; escala de notoriedade (número de quilômetros percorridos pelo produto até o consumidor final)	Por movimentar ativamente a vida de extrativistas locais, o produto é amplamente conhecido localmente. A apreção pelas qualidades nutricionais do produto é a força motriz de seu comércio de exportação; a quantidade de castanha que já saiu do Acre, em anos anteriores, para beneficiamento no Pará e, atualmente, para ser beneficiada na Bolívia contribui para a atribuição de selos de origem, gerando inclusive perdas monetárias/fiscais para o estado do Acre, que vem, desde 2000, incentivando o beneficiamento do produto no estado. A castanha é exportada para países como Itália, Espanha, Canadá, entre outros.
Relação Biodiversidade - Comunidade Local	BC1 Serviços ecossistêmicos	superfície de floresta conservada; qualidade da água; qualidade do solo; saúde das pessoas que vivem de recursos da biodiversidade	os moradores afirmaram manter a reserva legal (80%) em suas propriedades; o Seringal é circunvizinho da Resex Chico Mendes; algumas famílias participaram do Programa PROAMBIENTE, contribuindo para reflorestar áreas desmatadas, nascentes e margens de rios em suas propriedades; não foram feitos registros quanto a especificidades da saúde das pessoas que vivem dos recursos da biodiversidade
	BC2 Acesso aos recursos	existência de direito de acesso; direito de uso; controle sob o recurso	cada família acessa recursos de sua propriedade; a média de propriedade no Seringal Porto Carlos é de 150 hectares.

Relação Comunidade local - Comercialização da Produção	CP1 Conservação do saber-fazer e das práticas	padronização; normas sanitárias; reconhecimento de práticas como patrimônio cultural local	não existe padronização estabelecida no momento de coleta da castanha, a classificação da castanha é feita nas usinas de beneficiamento; normas sanitárias começam a ser incorporadas na produção, sendo mais utilizadas na fase de beneficiamento; não fora registrado nenhum reconhecimento formal da castanha como patrimônio cultural local, e sim da forma de vida "castanheiros/seringueiros".
	CP2 Dinâmica social	manifestações sociais sobre o produto; cooperativas; associações; ONGs; projetos; característica dos produtores (individuais, coletivos)	a dinâmica social é fundamentada na unidade familiar; no seringal recentemente iniciaram-se conversas para a construção de armazéns coletivos, mas a demanda é para armazéns individuais, considerando que toda a fase de coleta e armazenagem é feita de forma individual/familiar; todos os entrevistados fazem parte da associação de moradores e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília; a produção do Seringal tem sido comprada por cooperativas, mas existem registros de vendas para atravessadores que levam a castanha diretamente do Seringal para venda ou usinas de beneficiamento na Bolívia.
	CP3 Dependência econômica	ativos envolvidos; atividades remuneradas; participação no PIB local; parte comercializada e consumida; atendimento às necessidades de renda; renda essencial para diferentes categorias da comunidade	com 40% da renda anual dependente da castanha e com a economia local/regional (considerando que a área é de fronteira com a Bolívia) girando entorno da castanha a dependência econômica sobre este produto é muito forte, pode-se afirmar que toda a região depende do comércio da castanha para sua dinâmica econômica anual.
	CP4 Acesso ao mercado	transporte; forma de comercialização (individual, coletiva, associação, comercialização, parcerias diversas)	o acesso ao mercado é indirecto, pois os castanheiros vendem sua produção diretamente em suas propriedades ou para representantes de cooperativas ou para marreteiros; não houve registro de castanheiros que levassem pessoalmente suas produções à cidade mais próxima, Brasília. A forma predominante de comercialização para os anos 2005/2006 foi via cooperativa.
Relação Biodiversidade - Comercialização da Produção	BP1 Intensidade do impacto da produção sob o ecossistema	agrodiversidade; superfície cultivada; superfície de floresta; produtividade; rotulagem; selos (comércio justo; consumo solidário; orgânico, etc.); embalagens; remediação; reflorestamento; recomposição da paisagem degradada e/ou utilizada	os exemplares de castanheiras utilizados para coleta anual estão na propriedade familiar; todos alegaram respeitar os limites estabelecidos pela reserva legal; a superfície cultivada (milho, arroz, feijão, mandioca, abacaxi, banana) varia de 1 a 2 hectares por propriedade; a castanha produzida no Seringal Porto Carlo não possui rotulos ou selos;
	BP2 Pressão sob o recurso	estoque disponível; recomposição; controle; distribuição do recurso; renovação de estoque; demografia	não foram registradas ações para manutenção dos estoques de castanheiras, nem de renovação de estoque disponível para cada família
	PP3 Serviços prestados ao ecossistema	conservação, uso sustentável, manutenção de zonas frágeis e prioritárias	participação de algumas famílias no programa PROAMBIENTE para reflorestamento de áreas degradadas, cabeceiras e margens de rios.
Relação Biodiversidade - Comunidade Local - Comercialização da Produção	BBCP1 Tipicidade dos produtos	reconhecimento de uma tipicidade de sabor pelos consumidores e produtores; número de produtos similares ou comparáveis pelo consumidor; manutenção ou avanços em técnicas e práticas de produção; número de variedades agrícolas ou de espécies exploradas	não foram registrados reconhecimento de tipicidade para o produto do Seringal Porto Carlos; castanhas provenientes de áreas circunvizinhas e próximas são misturadas na hora da coleta para transporte por marreteiros e até mesmo por representantes de cooperativas que por vezes viajam de caminhão para pontos de coleta e transportam a castanha para as usinas de beneficiamento; a espécie explorada é a mesma, podendo haver variações no solo da área de ocorrência; o produto é classificado por seu tamanho e integridade (quebrado, lascado ou inteiro), não havendo registro de diferença de sabor.
	BBCP2 Discriminação espacial	número e distribuição de sítios de produção, beneficiamento e distribuição; cartografia de plantio/coleta, zonas de distribuição da espécie, da produção e distribuição; restrições de acesso;	os sítios de produção estão distribuídos ao longo do vale do Rio Acre, são aproximadamente 5000 coletores de castanha no estado do Acre; os principais locais de beneficiamento são as usinas de Xapuri e Brasília; o principal ponto de distribuição está localizado na capital do estado, Rio Branco.
	BBCP3 Dependência alimentar	Importância cultural da espécie cultivada ou coletada; importância do produto para segurança alimentar; nível especialização da produção	a castanha tem sua importância cultural determinada pelo modo de vida daqueles que a coletam - os extrativistas, muitos dos quais foram e continuam sendo seringueiros; a importância do produto se dá por sua ligação com o modo de vida na floresta; o produto provê segurança de renda para as famílias extrativistas que por vezes associam atividades de extrativismo em suas propriedades, principalmente com a extração da seringa; o nível de especialização pode ser considerado médio, considerando que no Seringal Porto Carlos a maior parte das famílias diversifica a produção da propriedade para segurança alimentar e segurança de renda.

Quadro 8 - Dimensões analíticas entre os casos da farinha e castanha

Castanha	Dimensões	Farinha de Cruzeiro do Sul
<ul style="list-style-type: none"> - Seringais, estradas, ocorrência da espécie na propriedade - alguns coletam em propriedades alheias (com ou sem permissão) 	Estratégias de acesso ao recurso	<ul style="list-style-type: none"> - plantação de roças na propriedade ou em áreas próximas (familiares) - roça conjunta com familiares
<ul style="list-style-type: none"> ! Desmatamento (seletivo, fogo, e efeito de borda) -pressão/ alteração nos ciclos de reprodução - aparecimento de larva ainda não identificada 	Estrangulamento das estratégias de acesso ao recurso	<ul style="list-style-type: none"> - esgotamento do solo - “terras fracas” abandonadas e sem perspectivas de recuperação - roças cada vez mais distantes - pouco calcário disponível na região e pouca disposição do poder público em facilitar acesso e/ou investimento -controle do mandarová
<ul style="list-style-type: none"> - utilização do trabalho familiar conjunto - extrativismo 	Estratégias de produção	<ul style="list-style-type: none"> - utilização do trabalho familiar conjunto - agricultura de pequena escala / familiar - casas de farinhas familiares ou comunitárias (na maior parte dos casos familiares)
<ul style="list-style-type: none"> - invasão de terceiros a propriedade e roubo de produção já coletada. 	Estrangulamento das estratégias de produção	<ul style="list-style-type: none"> - aumento do preços das diárias encarece o produto final - aumento do preço do frete/transporte da produção e de comercialização - deterioramento das casas de farinha (Gov) - utilização das casas de farinha coletivas (Gov) para outros propósitos de uma única família (cedente do terreno onde a casa de farinha foi construída) - propósito coletivo da casa de farinha (Gov) esbarra na autoridade (preços) excessivos por parte de uma família para concessão de uso para uma outra família
<ul style="list-style-type: none"> - poucas condições de armazenamento local - dificuldades no 	Estrangulamento das estratégias de estímulo a continuidade da	<ul style="list-style-type: none"> - dificuldades no escoamento da produção (condições das estradas e

<p>escoamento da produção (condições das estradas e meios de transporte)</p> <ul style="list-style-type: none"> - atravessadores - dificuldades na comercialização direta com preços de mercado 	<p>produção</p>	<p>meios de transporte)</p> <ul style="list-style-type: none"> - atravessadores - dificuldades na comercialização direta com preços de mercado
<ul style="list-style-type: none"> - Familiar 	<p>Relações na produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Familiar
<ul style="list-style-type: none"> - predomínio da venda aos atravessadores e com 20-25% das vendas as cooperativas Cooperacre, Capeb, CAEX - a maior parte dos produtores entrevistados não sabe para onde a castanha vai para a além de Brasília. - a maior parte da castanha comercializada para fora do estado (70%) é vendida <i>in natura</i>, não passando por nenhuma fase de beneficiamento. 	<p>Relações na comercialização (noção da cadeia)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - venda aos atravessadores predomina quase que 100% da comercialização - quando a CASAVAJ operava vendia somente 15% total da produção de farinha da região. - noção limitada do destino da farinha para além de CZS
<ul style="list-style-type: none"> - movimento sindical forte e articulado - histórico de cooperativismo mais forte e influente na comercialização (preço) 	<p>Organização social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - presença de associações com pouca influência ou nenhuma atuação para a comercialização direta da farinha - algumas poucas ações coletivas (aluguel de tratores para arar a roça e fretes para transporte da produção) - movimento sindical articulado - cooperativismo enfraquecido e com pouca ou nenhuma influência na comercialização (preço) do produto final
<ul style="list-style-type: none"> - controle dos níveis de aflatoxina - controle de coliformes fecais - castanha 'limpa' beneficiada - menção a embalagens 	<p>Percepção de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Variedade da mandioca - Maneira de cevar. - Tipo de forno. - Experiência e conhecimento na prática de torrar e escaldar. - Fogo (constância e temperatura) - Armazenamento - produto final: farinha seca e crocante

		- o capricho dos produtores durante todo o processo (farinhada).
- forte imagem do grupo castanheiros / seringueiros - Forte apelo a conservação da sociobiodiversidade da floresta	O que seria a identidade da origem do produto?	- Localidade (Cruzeiro do Sul) e histórico e tradição
- manutenção 'povos da floresta' atividades seringueiros e castanheiros são mantidas e mantém a floresta em pé.	Processos de identidade cultural do produto? (como se materializam)	- produto ligado à segurança alimentar com circulação e demanda restrita para além do circuito regional - mantém cultura alimentar de tradição indígena e de origem nordestina (a maior parte dos produtores tem uma ou ambas origens)
- familiares, vizinhos, associações, cooperativas, Sindicato, ONGs, prefeituras municipais, Governo do Estado do Acre, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, Secretaria de Fazenda, prefeituras municipais, Embrapa, Sebrae, CONAB, MDA, Universidades, compradores do estado, de fora do estado, de fora do país	Rede social mobilizada pelo produto	- familiares, vizinhos, Sindicato, associações, prefeituras municipais, Governo do Estado do Acre, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, Secretaria de Fazenda, Embrapa AC, Sebrae, CONAB, MAPA, MDA, Universidades, compradores do estado, de fora do estado (AM, RO)
	Histórico de Intervenção do estado	
- PAA - Programa de Compra Antecipada - Aquisição de Usinas de beneficiamento - Aquisição de 2 caminhões - Programa de Alimentos Seguros e Boas Práticas na Produção - Criação de RESEXs - PROAMBIENTE - PRONAF Floresta	Principais Ações e Políticas Públicas relacionadas	- Programa de Alimentos Seguros e Boas Práticas na Produção - Isenção ICMS Farinha ^{157**} - Construção de Casas de Farinha - Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PRONAF - Territórios Rurais / Territórios da Cidadania - Política Nacional da Agricultura Familiar e

¹⁵⁷ Convênio ICMS 131/05 . Autoriza os estados do Acre, Alagoas, Paraná e São Paulo a conceder isenção nas operações internas com farinha de mandioca não temperada. www.fazenda.gov.br/confaz

<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Territórios Rurais / Territórios da Cidadania - Produtos da sociobiodiversidade (em elaboração) 		<p>Empreendimentos Familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Aquisição de Alimentos - Programa de compra antecipada - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF - Programa de Compra Direta
<ul style="list-style-type: none"> - 80% 	Participação do produto na economia local	- 90% da receita municipal de CZS
<ul style="list-style-type: none"> - sindicato - cooperativa 	Quem empodera?	<ul style="list-style-type: none"> - produtor (individual) - sindicato
<ul style="list-style-type: none"> - com destaque histórico de atuação coletiva e com alguns desafios ainda quanto a gestão e mobilização 	Governança e capital social	- ainda em fase embrionária com grandes desafios em gestão e mobilização social

III PARTE
Território e valorização

CAPÍTULO 6 - TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE: PRODUTOS, IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2007, p.13).

Para compreender a valorização de produtos da Amazônia, com especial atenção aos casos da farinha e da castanha no Acre, este trabalho se apóia na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Hassan Zaoual e na noção de território como espaço identitário para valorização. A teoria dos sítios busca trazer à luz aspectos fundamentais da vida histórica, ambiental, cultural e simbólica de pertencimento e vivência das populações na floresta muitos dos quais ignorados por políticas de curto prazo e voltadas mais para resultados econômicos que qualitativos de valorização. Esta teoria é mais válida para a presente análise, pois postula que o homem é um “animal territorial” (LATOUCHE, NOHRA, ZAOUAL, 1999 *apud* ZAOUAL 2003) e seus grandes princípios de formulação são a diversidade, singularidade, prudência, monitoramento¹⁵⁸, ética, dinamismo, flexibilidade e enraizamento.

Zaoual afirma que o “homem precisa de sítio”, pois ali se encontra e se ancora. O sítio é considerado uma entidade imaterial composta de espaço cognitivo de pertencimento que estabiliza o caos social no qual o ser humano se sujeita. Zaoual (2003, 2006) afirma que o sítio contém três caixas que se unem intrinsecamente. São elas: a *caixa preta* que contém os mitos fundadores, crenças, valores, revelações, revoluções, sofrimentos, experiências, memória e trajetória, esta caixa é simbólica e freqüentemente oculta das práticas locais; a *caixa conceitual* que abrange o saber social, suas teorias e modelos; e a *caixa de ferramentas* que estabelece o trabalho, técnicas, modos de organização, ofícios, modelos de ação e de comportamento e o saber-fazer. Essas caixas estão estruturadas pelo senso comum produzido por seus ‘aderentes’ em suas interações.

O conceito de sítio, cunhado por Zaoual, é entendido como,

¹⁵⁸ Termo traduzido do original “*pedagogie d’accompagnement*”, que trata do procedimento essencialmente participativo de monitorar e capacitar os atores envolvidos localmente no campo da governança considerado (N.T, ZAOUAL, 2006).

antes de tudo um imaginário social moldado pelas contingências e pela trajetória da vida comum dos atores considerados(...)As crenças e os mitos dão sentido e direção aos aderentes do sítio. O sítio supõe também cumplicidade e proximidade. Assim sendo, ele é singular, mas também plural, devido a sua abertura ao meio circundante, então à mudança(...)trata-se de uma entidade imaterial que impregna o conjunto de comportamentos e das materialidades visíveis do local(...) O sítio é um vínculo cognitivo entre o ator e seu entorno. O sítio é o *húmus* do *homo situs*, o homem da situação (2006, p.88).

O *homo situs* é o homem do concreto, intérprete da situação de acordo com o imaginário do espaço vivido e segundo Zaoual (2003), é o homem social, pensando e agindo de forma imediata e ao longo da dinâmica de sua própria situação. Zaoual argumenta que “o sentido ‘oculto’ que cada sítio dá a seu mundo impregna os múltiplos aspectos das ações individuais e coletivas. **O todo se estrutura em torno de um tipo de ética do lugar**” (2006, p.24, grifo meu). Este ponto indica a necessidade de abordar a valorização de produtos locais a partir das experiências pessoais, familiares e coletivas dos produtores. A melhor demonstração é o fato do nível de envolvimento/pertencimento desses atores com projetos políticos e de participação, como indicado no capítulo 4 e descrito no estudo de Meneses Filho (2008), terem ficado aquém do desejado.

Modelos e projetos econômicos de valorização viajam de Norte a Sul e até mesmo de Oeste para Leste no mundo globalizado ou até mesmo, como descreve Zaoual, das salas dos gestores ministeriais para as municipalidades menores, porém sem êxito, pois a cirurgia de transplante é “geralmente feita sem levar em consideração a relatividade dos contextos humanos, nem mesmo a capacidade de autonomia dos espaços locais” (2006, p. 27).

O autor prossegue seu pensamento:

(...)deve-se admitir, hoje, que os modelos de economia e de gestão não veiculam o *sentido* de que precisariam para assegurar os efeitos de performance econômica esperados. **Trata-se de um amontoado de modelos que não mobiliza em profundidade os atores dos sítios de recepção.** Há incontestavelmente inúmeros atritos entre o grande modelo da civilização global e os sítios de crenças e de ação dos atores, considerados como alvos pela prática dos *experts*. A experiência ensina que as **práticas de transplante** em qualquer lugar estão superadas. Todo conhecimento do outro pressupõe doravante seu reconhecimento e uma introspecção. Sempre se fala a partir de algum lugar. Cada um carrega seu sítio em sua mente, mesmo de modo inconsciente. O relato do especialista não é necessariamente o mesmo que o da população sobre qual ele projeta seu olhar, mas ele acredita que seu projeto é o dos atores do sítio. Assim, muitos **projetos se tornam ‘projéteis’**, atirados nos sítios acerca dos quais não se dispõe de visões de dentro (*ibid.*,p. 27) (grifo meu).

(...)Na prática, os espaços implicados se rebelam e desvendam que **nossas categorias econômicas são uma simples extensão de nossas crenças científicas e sociais**. A imposição das categorias econômicas e sua separação total das crenças e da história de um sítio levam ao fracasso. Apesar da maquiagem dos sítios pelas ciências e políticas oficiais para atrair e mobilizar os atores do dinamismo capitalista, as **medidas padronizadas produzem poucos efeitos significativos** (*Ibid.*,p.: 28) (grifo meu).

Acrescenta-se que além de efeitos pouco significativos, esses não possuem “substância” suficiente para serem internalizados. A imagem de uma semente que um dia poderá brotar nem sequer se define. As iniciativas alheias são consideradas por alguns como distantes de suas realidades, principalmente para o caso da farinha. Tanto o é que casas de farinha estão se perdendo e o prejuízo arcado pelo governo do estado para sustentar tal iniciativa é tido como sigiloso¹⁵⁹.

A abordagem política e de ação para a conservação centrada nas pessoas é uma abordagem que considera o homem concreto, portanto, aquele que tem sua identidade e racionalidade construída *in situ*. A valorização que se destaca pelo econômico remete ao *homo oeconomicus*, presente e enfatizado nos projetos de desenvolvimento. A alternativa, segundo Zaoual, é o *homo situs*, que é realista, pois em seus campos de atuação combina imperativos de conduta a seus negócios cotidianos, sendo mais adaptado aos universos complexos.

O *homo situs* supera o *homo sociologicus*, indivíduo aparentemente racional, egoísta e calculista. O *homo situs* é um conceito de natureza empírica, na medida em que impõe como imperativo primeiro pensar o homem em situação, conforme toda sua diversidade e profundidade. Trata-se de um tipo de realismo de face humana tão negligenciado pelas ciências abstratas, como a ciência econômica. O *homo situs* é contrário ao reducionismo. É um homem concreto que sabe o que faz, não é um ‘idiota cultural’. Opera com base na *racionalidade situada e compósita*(...)O *homo situs* pode então ser percebido como ‘uma pessoa responsável, racional e socialmente razoável’ (Mahieu, 1997). Ela se inscreve assim em uma rede social na qual se forma uma *moral de situação*. Esta dá sentido aos direitos e às obrigações de cada um. A pessoa se constrói e se comporta conforme o *que faz sentido* segundo as normas do sítio em vigor em dado momento(...)cada pessoa possui um tipo de patrimônio de percurso que desempenha um papel em suas decisões presentes e futuras(...)incontestavelmente, há zonas de plasticidade na vida dos sítios e de suas organizações sociais (ZAOUAL, 2006, p.51).

A abordagem situada ou localizada para produtos da Amazônia reconhece a interação do *homo* com seu *situs* e considera os resultados dessa interação, os produtos, como aspecto fundamental à qualificação dessas relações. A valorização dos produtos,

¹⁵⁹ Até meados de julho de 2008 dados de aplicação de recursos e resultados obtidos pelo Programa Farinha 2006/2007 não foram divulgados e considerados internos como informou um representante do governo do estado durante a pesquisa de campo.

adquirir nova dimensão estratégica para ação. Dimensão que se volta para a relação de uso (manutenção) e troca (reciprocidade) entre o produtor e seu ambiente de inserção. Parte-se então para a inserção da noção de território que inscreve e contém o sítio e o *homo situs*, considerando que o sítio de pertencimento e o *homo situs* são conjuntamente imaginados, construídos, dinamizados, flexibilizados e concretizados.

1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A noção de território se mostra de grande valia para estudos de planejamento e políticas públicas nacionais por trazer em seu bojo conceitos espaciais, sociais, culturais, econômicos e políticos. É no espaço, simbólico ou físico, do território que a ação concreta se realiza.

Assim, como salienta Milton Santos,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; **o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.** O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: 'Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem'. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeioe (2007, p.14). (grifo meu).

Transportar a reflexão acima para os territórios do Alto Acre e do Alto Juruá permite uma aproximação mais concreta às realidades dos extrativistas e produtores rurais que naquelas terras férteis e biodiversas habitam. A valorização dos produtos ali gerados inicia com a internalização de valores históricos intrínsecos às relações das famílias com o ambiente natural vivido e aprendido. São histórias de migração e enraizamento que se fundem para caracterizar a identidade dos caboclos da floresta. Assim como o ambiente natural inicialmente os fabricou, posteriormente ocorreu a afeição e a ligação. A história de ocupação e identidade daqueles territórios traduzem luta, resistência, sobrevivência, adaptações, modificações e persistências que não podem ser ignoradas na elaboração de políticas e execução de ações que visem a continuidade das ocupações e o desenvolvimento humano e social das populações.

Segundo Marília Steinberger (2006), em ampla revisão sobre o território, ambiente e políticas públicas espaciais, no histórico do planejamento das ações das políticas brasileiras, o espaço era pouco ou nem mesmo considerado. O exercício da espacialização e regionalização das políticas públicas foi largamente utilizado durante as décadas de 1980 e 1990, mais para “identificar áreas com vocações econômicas e áreas prioritárias na oferta de serviços sociais” (2006, p.30) de forma a “respaldar inúmeros programas federais e estaduais cujas propostas partiam da delimitação de sub-regiões setorialmente definidas” (2006, p.31) do que para um planejamento integrado de desenvolvimento do todo espacial *per se* brasileiro. De qualquer forma, o exercício mostrou-se válido por inserir o espaço nas políticas públicas. Este aspecto é corroborado por Milton Santos e Laura Silveira quando colocam que,

[a] união entre a ciência e a técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1985, 1994b, 1996) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país” (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p.53).

De acordo com Steinberger (2006), as noções de territorial, ambiental, regional, urbano e rural, apesar de suas distinções têm um entendimento geral do conjunto. O espaço, para a geógrafa, é o berço de território e do ambiente e é nele que toda e qualquer política pública deve estar fundamentada. Santos em sua acepção e teoria sobre o espaço considera este como produtor e produto da ação da sociedade humana. Considera também que para cada sociedade o território é a base da totalidade da formação sócio-espacial. Antes de adentrar tal afirmação vale uma clarificação acerca do entendimento de espaço por este autor:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição deste todo(...) o espaço, como realidade é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território e que cada ponto do espaço é solidário aos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço. (SANTOS 1985 *apud* STEIBERGER, 2006,p.43)

Vale a transcrição de mais um trecho de citação reproduzida na análise de Steinberger (*Ibid*), pois esclarece o entendimento de Milton Santos acerca do conceito de totalidade trazido em sua obra,

(...)a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que a formam não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes.(...)A totalidade está sempre em movimento num incessante processo de totalização, nos diz Sartre(...) o espaço é a especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta, somente pode dar-se no espaço(...)o movimento da totalidade permite entendê-la, num primeiro momento, como uma integral e, num segundo momento, como uma diferencial. **Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e abstrato. Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares, isto é em concreto. A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto.** Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. Tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade. (SANTOS 1996 *apud* STEINBERGER, 2006: 43)

Estas reflexões trazem a tona o aspecto relacional do espaço. Este aspecto, como pode ser visto nas definições que seguem, é parte essencial da dinâmica territorial, pois, como definido pelos próprios Santos & Silveira, o território revela ações passadas e presentes, congeladas nos objetos e nas ações presentes constituídas em ações (2005). O território, segundo esses autores, quando visto como unidade e diversidade, se torna “uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (*Ibid*, p.20).

Na perspectiva do presente estudo transporta-se esta visão para a esfera regional da Amazônia, que tem em seu histórico de caracterização atribuições de cunho integral e diferencial. O integral, o todo da floresta amazônica, quando aproximado revela o diferencial, as diferentes sub-bacias e suas características peculiares, as terras altas, baixas e de várzea, enfim, as partes que a compõem e que dão movimento ao todo. A valorização de produtos da Amazônia passará necessariamente por tais características que alimentam com “substância” os territórios de origem de cada um dos produtos aqui exemplificados (capítulos 3, 4 e 5). Assim, os territórios, o chão mais a identidade que o utiliza, originam, incorporam e produzem produtos e modos de produção. Para melhor visualização, pensamos, o Vale do Juruá e a Farinha de Cruzeiro do Sul que gera grande movimento, econômico, cultural e social, naquele território a tal ponto de influenciar na sua totalidade, do território, chamado aqui de Vale do Juruá. Também movimenta a castanha e o extrativismo no Vale do Acre. O desenvolvimento da totalidade daquele território com a participação do produto castanha, e, anteriormente a borracha, determina

direções e movimentos populacionais da região. Claro que outras condicionantes fazem parte das configurações territoriais que, inclusive, também exercem força e influência na própria produção e incorporação de produtos e territórios. Importante destacar as especificidades do todo de cada território, que compõem assim a unicidade do território do Vale do Juruá e do Vale do Acre. São vários os elementos que caracterizam as dinâmicas produtivas e sociais, históricas e atuais, presentes em tais territórios e que o olhar abrangente os define e os totaliza.

Os sistemas naturais e os sistemas de engenharia, objetos técnicos e culturais que foram estabelecidos historicamente compõem as configurações territoriais, herdadas por cada sociedade. Desta forma, as configurações territoriais são condições, e sua significação real se origina das ações realizadas sobre elas. Desta forma, a categoria de análise, como já descrito, não é o território em si mesmo, e sim o território utilizado. E desta maneira,

defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas. (SANTOS & SILVEIRA, 2005, p.247)

A imagem evocada do território vivo sintetiza a dimensão dos saberes vividos, produzidos, reproduzidos e continuados por atores sociais reais e concretos, atores que vivem e produzem o local, sujeitos e objetos partícipes deste mesmo local. Corroborando com esta concepção a definição trazida por Flores (2006), que considera o território como um resultado da ação social que, de forma concreta e abstrata se apropria do espaço físico, seja física ou simbolicamente, e que por isso deve ser denominado como um processo de construção social. Origens e relações históricas também são consideradas como parte do pensamento e ação social local que influencia a constante construção da identidade. A imagem e conceito de “processo de construção social” evoca a trajetória, de construção social de produtos como a castanha no Vale do Acre. Como descrito no capítulo 5, elementos históricos e de ação social contribuem fortemente para o atual cenário de vivência dos produtores, suas conquistas e desafios por vencer.

Neste sentido, é importante observar o conhecimento tradicional associado envolvido na produção local, considerando que tal conhecimento representa e traduz percepções e noções de adaptação ao meio ambiente local, manejo e possível sustentabilidade. A qualidade do espaço, a natureza envolvida e as determinantes culturais são chaves para o entendimento do saber-fazer que acontece em territórios

social e ecologicamente construídos. O saber-fazer, para Flores (*Ibid*), é uma expressão cultural local que define identidade e, por onde as relações individuais e coletivas são estabelecidas. É o que caracteriza a territorialidade do espaço, definida por Little como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (2002, p. 3).

Para Santos e Silveira (2005) o sentido da territorialidade é sinônimo “de pertencer àquilo que nos pertence”, refletindo um sentimento de exclusividade e limite que ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado: “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, com a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem” (p.19). A preocupação com o destino de produtores e produtos da Amazônia motiva o presente trabalho e faz refletir as possíveis alternativas de continuidade, manutenção, desenvolvimento, conservação e uso sustentável dos recursos da biodiversidade encontrados nos distintos territórios estudados.

Aqui, a territorialidade e suas ações se relacionam com o desenvolvimento, limites e potencialidades, para a sustentabilidade de um território. A partir dos casos da Farinha de Cruzeiro do Sul e da castanha-do-brasil produzida no Vale do Acre, pode-se afirmar que esses produtos criam algum sentimento de pertencimento nas pessoas que com eles trabalham, mas não exclusivamente. A prova disso é a própria adaptação dos seringueiros que por anos viveram quase que exclusivamente da dinâmica da coleta da borracha e, atualmente, a maior parte vive mais da castanha que do látex. O pertencer àquilo que nos pertence, engloba sentimentos e trajetórias históricas que estão para além do material concretizado e presenciado. Por isso, cabe cuidado em atribuir identidade territorial a um único produto. Por vezes, o que está expresso em um produto, não contempla toda a realidade, a complexidade e a totalidade do território que o incorporou. O extrativismo sim corresponde de forma mais coerente à realidade do homem concreto que vive, pertence e se realiza no território exemplificado. Este modo de pertencer à floresta, habitar e utilizar tal ambiente substancia a qualidade da vida vivida e desenvolvida, e por vários autores já é caracterizada como alternativa e forma sustentável de desenvolver.

Albagli considera que “o sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um espaço geográfico” (2004, p.28) expressam a noção de territorialidade, onde relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade. Para a autora, no nível individual, a territorialidade refere-se ao espaço

pessoal imediato que, em alguns contextos culturais, é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se um meio regulador das interações sociais e reforça a identidade do grupo ou comunidade.

Segundo Albagli a comunidade humana,

(...)refere-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, algumas vezes com origens comuns e, freqüentemente, um território comum. A noção de comunidade remete a laços mais fortes do que aos de sociedade ou de coletividade. A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços simplesmente jurídicos não são suficientes para definir o pertencimento a uma comunidade; esta supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento (2004: p.28).

A territorialidade, enquanto atributo humano, está condicionada por normas sociais e valores culturais, resultante de processos de socialização, da psicologia coletiva e interação entre seres humanos e seu espaço (*Ibid*). Albagli sintetiza a territorialidade como o “vivido territorial em toda sua abrangência e em suas dimensões” (*Ibid*, p.29). Os sentimentos de pertencimento e de vivência relacionam-se com o sentido de identidade e território trabalhados nesta pesquisa.

As necessidades econômicas básicas são preenchidas pela venda da produção tanto da farinha quanto da castanha. Por vezes, a preços irrisórios, ou que servem apenas para “tampar buracos”, e não refletem qualquer valorização do produto. Tais necessidades estão incluídas no espaço pessoal imediato da territorialidade. Quando vários indivíduos assim agem, o espaço coletivo da territorialidade é afetado e regula as interações sociais e de mercado vividas no território. Um exemplo vem de um líder do movimento social que congrega trabalhadores extrativistas do território do Alto Acre, quando afirma que os próprios produtores não sabem valorizar a castanha e que, se soubessem reconhecer o benefício seria para todos, para a coletividade. Um outro líder do movimento social no território do Alto Juruá, afirmou que os pequenos agricultores estão “presos” à farinha, não sabendo reconhecer o potencial que eles próprios têm a desenvolver no ambiente diverso onde vivem. São modos de agir distintos que contribuem para a desvalorização dos produtos, começando pelas demandas imediatas.

Contudo, é este contexto imediato individual que se junta ao coletivo e contribui para a dinamização e a renovação de regras e valores comuns, como o bem conhecido movimento seringueiro no território castanheiro do Alto Acre. Pode-se afirmar que, neste território, com a marca do movimento social/sindical, a adesão voluntária por consciência ou sensibilização de pertencimento aconteceu e agitou o cenário social, político, econômico e identitário daquele território. Na atualidade, por mudanças políticas já

citadas (ver capítulo 5), o movimento se encontra desmobilizado: “a *unidade dos trabalhadores não está mais a mesma(...)*o movimento está desarticulado, passando por dificuldades (...)”. O (re)surgimento da abordagem territorial para compreender e possivelmente contribuir para nova dinamização de territórios e territorialidades aparece como alternativa concreta e viável para pensar a valorização de produtores e produtos da Amazônia.

Tal importância fez com que o conceito de território fosse incorporado a uma política de Estado que tem gerado grande movimento na vida de comunidades rurais por todo o Brasil.

2. TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Com as diversas noções envolvidas e construídas para o sítio de pertencimento, o *homo situs* e o território, enquanto espaço produtor e produto de interações, esta pesquisa pretende uma revisão e discussão da abordagem territorial quando aplicada em uma política pública de desenvolvimento. Desta forma, e em conjunto com a realidade concreta dos casos apresentados, objetiva-se contribuir, inicialmente, esclarecendo a Política de Desenvolvimento Territorial Rural empreendida pelo Estado brasileiro. Em seguida, parte-se para um entendimento de como comunidades ou associações de pequenos produtores da Amazônia se interessam e participam em suas dinâmicas territoriais e propostas políticas correlatas, em especial no tocante de esforços dessas na tarefa de atribuir uma marca de identidade territorial aos seus produtos.

Algumas são as políticas de desenvolvimento regional e territorial que o Brasil tem empreendido e faz sentido trazê-las para a presente discussão, por sua pertinência ao tema. O desafio das políticas públicas brasileiras, como apontado por Rocha e Bursztyrn (2007), de promover o desenvolvimento do território de maneira que as atividades produtivas contribuam para melhoria das condições de vida das populações, deve ser considerado. É sabido que o desenvolvimento territorial, humano, sustentado e sustentável não é empreendido isoladamente, seja pelo Estado, sociedade civil ou setor privado. Dentre as políticas públicas de relevância à abordagem aqui proposta, está a Política Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais, implementada desde 2003 e a seguir detalhada. De início, reconhece-se a curta historicidade de atuação de tal política, o que limita uma análise mais acurada e profunda de sua efetividade e resultados. Contudo, por esta política ter seu foco de atuação no espaço rural, com produtores da agricultura familiar, e, considerando os estudos de caso aqui

contemplados, aproveita-se tal interface para apreciação de sua proposta em relação aos casos concretos e à possibilidade de valorização dos produtos via território.

2.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS

No Brasil, desde 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial adotou a abordagem territorial para implementar a Política Nacional dos Territórios Rurais. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) foi criada como estratégia de re-direcionamento e apoio a políticas de desenvolvimento rural. A criação da SDT é também resultado histórico das ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), que foi idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A SDT tem como sua missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional de atores sociais locais na gestão **participativa** do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, promovendo a implementação e **integração de políticas públicas**” (MDA/SDT, 2003, s/p) (grifos meus). O apoio ao desenvolvimento rural se realiza na forma de melhoramento de infra-estrutura de projetos locais, capacitação de pequenos produtores e pequenas empresas, incentivo e apoio a maior articulação entre os pequenos produtores, realização de feiras regionais e nacionais, auxílio ao escoamento e comercialização da produção local.

Segundo o Secretário Humberto Oliveira, o trabalho da SDT (2005a) é dinamizado por duas linhas estratégicas: a implementação de processos de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados, composta pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial, como as Comissões de Implantação de Ações Territoriais.

O Programa que concretiza essas estratégias dentro da SDT é o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), que tem em seu contexto de origem a linha de ação Infra-Estrutura e Serviços Municipais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha esta em funcionamento entre os anos de 1997 a 2002. O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR objetiva valorizar a articulação, o apoio aos colegiados, o planejamento

e a gestão participativa e, finalmente, o desenvolvimento de competências para atuação nos territórios.

O conceito de território adotado pela SDT o define como,

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam **identidade** e **coesão social**, cultural e territorial (SDT, 2006, s/p) (grifos meus).

A Secretaria justifica a escolha por tal abordagem pela necessidade de descentralização das políticas públicas, atribuições e competências de atores locais em espaços sociais específicos. A política considera que a unidade territorial melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições, podendo, assim, estabelecer efetivamente iniciativas de desenvolvimento. Contudo, a abordagem territorial não é apenas mais uma escala nos processos de desenvolvimento e sim um método que objetiva favorecê-lo, pois

o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

É assim que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma **proposta centrada nas pessoas**, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a **integração produtiva** e o **aproveitamento competitivo** desses recursos como meios que possibilitam a **cooperação** e **co-responsabilidade** ampla de diversos atores sociais.

Trata-se, portanto, de uma **visão integradora** de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a **geração de riquezas com equidade**; o **respeito à diversidade**; a **solidariedade**; a **justiça social**; a **inclusão social**” (SDT, 2006, s/p) (grifos meus).

A fundamentação teórica e conceitual do Programa conta com uma sólida base (ver DELGADO *et al*, 2007; MDA/SDT, 2005a, 2005b, 2005c, 2006b, 2006c) e se vale de conceitos-chaves para orientar a política que vem sendo implementada. São princípios norteadores que, se forem efetivamente alcançados e percebidos como tais pelas

peças ao centro desta política, possuem ampla possibilidade de contribuir para o produtor como protagonista de seu território.

Até o momento de conclusão deste trabalho, 160 territórios¹⁶⁰ foram definidos para as regiões brasileiras, agrupando 2392 municipalidades, das 5561 existentes. Na região norte, na Amazônia, 248 municipalidades integram 32 territórios diferentes. O Estado do Acre possui três territórios: Alto Acre e Capixaba(2003), Vale do Juruá (2005) e Baixo Acre (2007) (Figura 20).

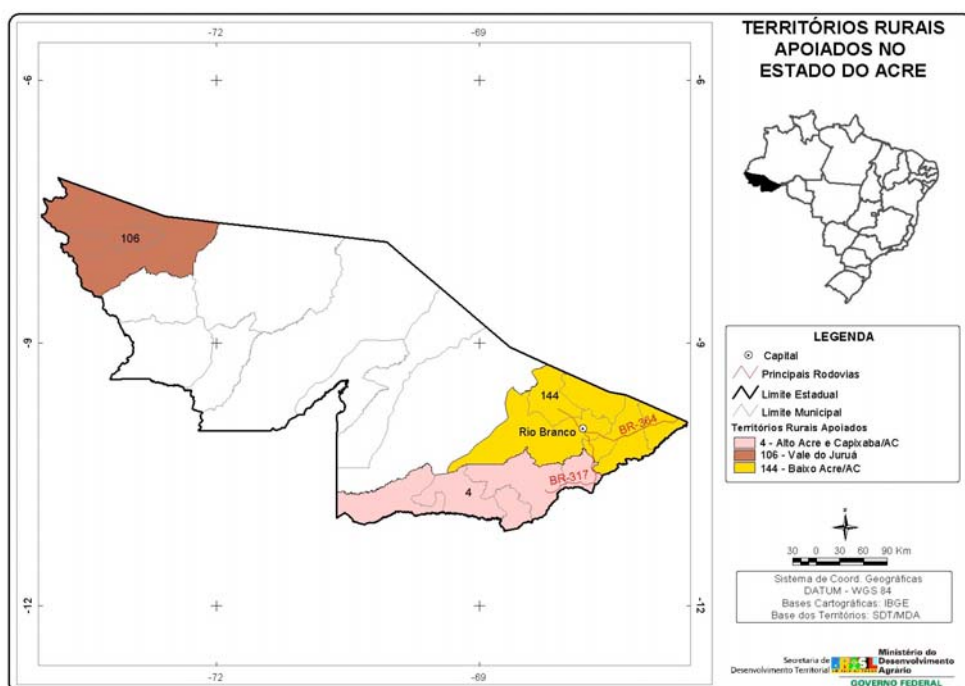


Figura 21- Territórios Rurais constituídos no estado do Acre. Fonte: MDA/SDT, 2008

Durante o período estabelecido para o trabalho desta pesquisa, o Território Alto Acre e Capixaba era o que se destacava dentre os outros dois territórios constituídos e apoiados pela SDT. De qualquer forma, vale observar os dados da SDT para os territórios constituídos no Acre (Tabela 8).

Tabela 8 - Síntese abrangência dos Territórios Rurais no estado do Acre.

	Acre	Território	(%)
Número de Territórios	3	-	-
Municípios	22	14	63,64
Área	153.149,90	52.994,70	34,60
População	557.526	448.493	80,44
População Rural	187.259	126.655	67,64
Pescadores	3.485	2.890	82,93
Agricultores Familiares	19.977	13.933	69,75

¹⁶⁰ Ver anexo 6 para mapa de territórios rurais.

Famílias Assentadas	28.091	20.203	71,92
Demanda Social	48.518	34.586	71,28
Bolsa Família	93.502	70.964	75,90
Quilombolas	0	0	0
Terras Indígenas	35	10	28,57
Número de Municípios Alta Renda(*)	1	1	100,00
Número de Municípios Baixa Renda(*)	0	0	0
Número de Municípios Dinâmicos(*)	15	7	46,67
Número de Municípios Estagnados(*)	6	6	100,00

(*)**Desigualdade Regional:** cruzamento das variáveis "rendimento domiciliar médio" e "crescimento do PIB per capita". **Alta Renda:** alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado; **Dinâmicos:** rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa; **Estagnados:** rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico; **Baixa Renda:** baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. **Fonte de Dados:** Ministério da Integração Nacional, 2005. Elaborado por Sistema de Informações Territoriais (MDA/SDT, 2008)

Observa-se que mais da metade do total de municípios do estado do Acre está envolvida com o Programa e ressalta-se que tais municípios são os mais dinâmicos do estado. Isto se comprova pelo número da população urbana e rural compreendida nesses territórios. O cunho essencialmente rural se destaca frente ao número de agricultores familiares e famílias assentadas que podem se beneficiar da política por estarem presentes nos territórios constituídos. Ressalta-se que nem todas as pessoas com aptidão de envolvimento e benefício da política receberão tais benefícios, pois, como será detalhado mais adiante, a Política está voltada fundamentalmente para o setor produtivo, em especial a agricultura familiar. Um dado importante é a larga sobreposição de ações do Programa de Territórios Rurais com o Programa Bolsa Família, indicando um esforço de integração de políticas nacionais, empreendido pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Meio Ambiente (ver capítulo 1). Existem outras políticas públicas e programas vigentes nos territórios rurais do estado,: Pronaf infra-estrutura, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Programa Amazônia Solidária de apoio ao agroextrativismo, ProAmbiente, Programa de Assistência Técnica Rural, Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Cadeias de Produtos Florestais não Madeireiros, dentre outros (MDA/SDT, 2006a).

A ordenação do território brasileiro em territórios rurais tem como objetivo agrupar municipalidades e suas características sócio-econômicas, elementos de identidade e coesão social, e apoiar ações no sentido de potencializar estratégias de planejamento e desenvolvimento rural. Tal construção incentiva, como aponta Abramovay, a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas, mercantis e não mercantis, “que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administração que

possam dinamizar a vida regional” (2002, p. 120). O foco do Programa tem sido o produtivo e vem sendo complementado com o Programa de Territórios da Cidadania¹⁶¹, que visa justamente dinamizar a vida coletiva cidadã, para além dos aspectos e elementos políticos e econômicos, em uma ação que busca integrar as múltiplas dimensões necessárias para o desenvolvimento territorial rural sustentável. Este programa tem como prioridade os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Na região norte essa Política precisa superar a dificuldade e, até mesmo, a falta de planejamento e coordenação com estratégias locais que a caracterizam por muitos anos. Este ponto foi observado pelo gestor do MDA responsável pelos territórios da região norte. O Programa não contempla as particularidades da Amazônia que demandam mais recursos, como por exemplo, com custos de deslocamento que comprometem o cumprimento de prazos e a própria execução das atividades em territórios tão extensos.

O apoio ao desenvolvimento rural de um território oferece uma maior amplitude ao planejamento considerando, como descrito pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2006), que a escala da municipalidade é reduzida quando comparada a questões nacionais e regionais; e, a escala do estado é grande demais frente às peculiaridades do local. Este fato é corroborado por Abramovay (2002), quando argumenta que apesar da importância da unidade municipal, ela é insuficiente na criação de uma dinâmica de valorização dos potenciais de um certo território, ponderando que pode chegar a ser um obstáculo à criação de uma verdadeira rede territorial de desenvolvimento, dado que muitos prefeitos têm, por vezes, interesse em preservar a clientela que os elege, e há poucos estímulos para uma ação que extrapole os limites municipais. Esse aspecto permanece um dos principais empecilhos às ações territoriais.

Os territórios são agrupados de acordo com atividades econômicas, usos de recursos comuns, interesses e ações sociais. Por exemplo, no território Vale do Juruá, aqui também tratado com Alto Juruá, a produção de Farinha se estende para além dos municípios incorporados no território de abrangência do Programa. A produção da farinha é tida como aglutinadora e representativa dos pequenos produtores que estão dispersos pelo território. A unidade territorial, de acordo com o programa, facilita a conexão entre

¹⁶¹ Este Programa se iniciou em 2006 e é tido como uma estratégia de desenvolvimento regional que trabalha para garantir direitos sociais em regiões necessitadas do país, oportunizando desenvolvimento econômico e universalizando direitos básicos de cidadania. Só no Território do Alto Acre, o único território da cidadania do estado, mais de R\$28 bilhões já foram investidos em ações de educação e cultura, saúde, emissões de certidões diversas, entre outras (MDA/Territórios da Cidadania, 2008).

diferentes ações e atores. A proposta dos territórios rurais é considerar a interação de aspectos comuns em diferentes sistemas econômicos, socioculturais e ecológicos, reunindo-os com o objetivo da interação produtiva e da competição no uso dos recursos e meios para cooperação e responsabilização. Contudo, a prática ainda não demonstra tal reflexão, principalmente por priorizar sistemas produtivos, mas não trabalhar em efetivo a questão de mercado, e não incluir alguns atores-chaves em tomadas de decisão que incorporem aspectos socioculturais e ecológicos do sistema produtivo.

A gestão do Programa é feita mediante a apresentação de propostas (projetos) diretamente aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), pelo Colegiado Territorial ou Fórum constituído. Por meio do CEDRS são feitas discussões técnicas onde são definidos os projetos que serão submetidos ao MDA. Cabe aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável encaminhar os projetos aos respectivos CEDRS. O instrumento de gestão do território é o Plano de Desenvolvimento Rural Territorial Sustentável, a ser construído, de forma participativa, em cada território rural.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS é entendido como “um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro visando o desenvolvimento sustentável nos territórios, resultante de consensos compartilhados dos atores sociais e o Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo” (MDA/SDT, 2005b, s/p)

O PTDRS age como um instrumento de gestão participativa no território, contendo diretrizes e estratégias que orientam os rumos do desenvolvimento sustentável, pois expressa em síntese as decisões que a coletividade dos atores sociais em parceria com o Estado formulou no processo de planejamento do desenvolvimento territorial (MDA/SDT, 2005b). Os Planos geralmente priorizam ações em acesso simplificado às linhas de crédito rural, regularização fundiária, estruturação de centrais de comercialização para os principais produtos da região, sejam eles, frutas, castanha, ou farinha, no caso do Acre. No caso do Território do Vale do Juruá, o Programa tem apoiado ações, de forma embrionária, para alternativas de diversificação da produção (ver capítulo 4). Vale ressaltar que em tal território o desafio ainda é compatibilizar interesses de populações diversas, pequenos agricultores, extrativistas, populações indígenas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária. O cenário de atores não muda muito para o território do Alto Acre.

Assim, o objetivo maior da elaboração de planos de ação territorial é fortalecer a gestão social na região, ampliando a participação civil de forma a garantir a elaboração e implementação de políticas públicas locais, estaduais e nacionais que efetivamente beneficiem os produtores e os processos produtivos. Algumas das experiências de articulação de um grupo de diferentes atores, provenientes de diferentes municípios, mas em prol de um objetivo comum, foram apresentadas no evento promovido pela SDT que visou a troca de experiências territoriais com a realização do Salão dos Territórios Rurais, em dezembro de 2006¹⁶². São iniciativas que permitem a possibilidade de cooperação e montagem conjunta de projetos, estabelecimento de marcas, organização e melhor estruturação de mercados, e que têm pequenos produtores como protagonistas do processo produtivo (ABRAMOVAY, 2002).

No caso específico do Acre, os conselhos de desenvolvimento territorial, institucionalidade estabelecida para representar o território e proponente dos projetos aos CEDRS, têm se mostrado espaços eficazes de participação e envolvimento de atores dos sindicatos, cooperativas, ONGs e governo local e estadual. O estudo elaborado por Meneses Filho (2008) demonstra a crescente importância do Colegiado do Território Rural do Vale do Juruá que vem se estruturando como espaço de discussão socioambiental de projetos e políticas do território, e tem definido prioridades de investimentos do PROINF (Programa de Infra-estrutura e Serviços do MDA). Instituições de expressividade local voltadas para o setor rural, como o PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, indicaram reconhecimento a este novo espaço de discussão e tomada de decisão. A consolidação deste território ainda é muito recente e, à época do trabalho de campo, as primeiras reuniões do conselho territorial estavam sendo planejadas e organizadas. Mesmo assim, pôde ser constatado entusiasmo por parte de alguns produtores em relação a este espaço de articulação e discussão; e, principalmente, possibilidade de acesso a recursos para infra-estrutura de produção.

O estudo de Meneses Filho (2008) também ressaltou que no Vale do Acre, vários representantes de organizações diversas da sociedade civil, como cooperativas e FETACRE, mencionaram o Conselho Territorial do Alto Acre, como bom exemplo de

¹⁶² Este evento reuniu mais de 90 grupos dos 100 territórios rurais do Brasil até aquela data consolidados, para troca de “boas práticas territoriais”. Dentre essas práticas pode-se mencionar a realização de feiras comuns, capacitação, organização de pequenos mercados produtivos, organização e melhoria de pequenas estruturas produtivas. Ações que, em prática, vêm fortalecendo a gestão social local em redes, dinamizando a economia dos territórios, visando melhor articulação de políticas públicas locais, regionais e nacionais, e o desenvolvimento sustentável, com melhorias na gestão dos recursos naturais utilizados para produção, reforma agrária, segurança alimentar, comunicação, cultura e educação. Ressalta-se que são pequenas ações, mas que em entrevistas a alguns dos expositores, estão fazendo diferença para a dinâmica produtiva local.

funcionamento de espaços de discussão política, apontando pontos fortes: rotatividade da presidência entre os membros e realização das reuniões nos diferentes municípios envolvidos, cumprimento do regimento interno, definição do calendário de reuniões e regularidade na discussão de estratégias de desenvolvimento para a região. Ainda, para o Alto Acre, o Conselho acordou que qualquer projeto a ser desenvolvido no âmbito do território, seja por organizações governamentais ou não, devem, necessariamente, receber aprovação do referido conselho.

Esta política nacional é recente e uma avaliação mais compreensiva pode ser prematura. O que se ressalta aqui são os conceitos, as intenções e ações iniciadas que já são percebidas, como positivas em termos de envolvimento e articulação de atores diversos, para potencializar processos produtivos e de tomada de decisão. Em análise acerca da gestão social dos territórios, Perico (2008) destaca a importância de novos modelos de gestão territorial nascerem de cenários de gestão rural que estão fazendo a segmentação tradicional e dicotômica entre rural e urbano se diluam frente a políticas de desenvolvimento territorial. O autor aponta que o mundo rural, bucólico, isolado, atrasado, analfabeto, marginal, desinformado não existe mais, as sociedades rurais, não só no Brasil, como em todo o continente hoje, tem mais educação, informação, comunicação, acesso ao mundo exterior ao território e, portanto, mais capacidade de ação coletiva, de pressão e de reivindicação.

Sabourin (2002) indica que quando colocada em prática a abordagem territorial, como uma contribuição para o desenvolvimento, procura-se a integração e coordenação entre as atividades, recursos e atores, afastando assim o enfoque setorial ou corporativista que separa o urbano e o rural, o agrícola do industrial. Este novo enfoque de desenvolvimento é inovador e criativo, pois reconhece que o espaço utilizado está repleto de elementos identitários, históricos, sociais, políticos e econômicos que o qualifica.

2.2 DESAFIOS À POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS

Existem alguns entraves que precisam ser superados para maior efetivação do PDSTR. O relatório *Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*, elaborado por Delgado *et al* (2007), destaca alguns dos principais entraves encontrados no período 2003-2007 para o PDSTR. Tais entraves são reconhecidos por alguns gestores e colaboradores da SDT, e, de acordo com relatórios

recentes, encontram-se em processo de adaptação ou flexibilização de soluções. Ressalta-se que alguns desses entraves não tem solução em curto prazo, pois estão relacionados a problemas mais profundos de cunho social e histórico-cultural, especialmente hábitos e comportamentos viciados da prática política. Igualmente, tais entraves não são exclusivos desta Política e, em uma análise mais ampla, podem ser verificados para outros programas. Importante ainda é destacar que nem todos os pontos a seguir necessariamente aconteceram nos territórios do Acre, mas são válidos de ser mencionados, pois a extensão Amazônia/Norte abriga 34 territórios que enfrentam desafios semelhantes na questão produtiva de assistência técnica, gestão de empreendimentos, escoamento e comercialização.

1. *A complexidade na transição do município para o “território”*; a unidade política “território” estabelecida pela política ainda não foi completamente assimilada entre os colegiados territoriais e os conselhos municipais, o que fez emergir o primeiro dos desafios para o fortalecimento das ações territoriais. As regras da Política determinam que os recursos do ‘território’ sejam aplicados via articulação do grupo de municípios que compartilham a pretendida identidade comum e estejam movidos por estratégias de ação conjunta. A visão municipalizada dos processos de gestão, principalmente por parte das prefeituras, e aí destacam-se as mais fortes e influentes, desfavorece a elaboração e o encaminhamento das ações. Os autores do estudo destacam que em muitos territórios existe uma resistência forte da prefeitura em realizar ou apoiar trabalhos que ultrapassam o limite municipal. Desta forma, a pré-indisposição das prefeituras em atuar e planejar em conjunto, pensando o território como unidade social, econômica e identitária, ameaça o avanço do desenvolvimento territorial e a capilaridade do processo.

Idealmente, uma rede de municípios ligada a um território comum perpassa os interesses clientelistas e políticos locais, pois em um território, partidos políticos diferentes e atores dos mais diversos se vêem em posição de melhor articulação em prol do desenvolvimento territorial comum que os entrelaça. No território do Alto Acre, o município de Brasília detém maior poder político e de número de representações no colegiado do território. No Território do Alto Juruá, o município de Cruzeiro do Sul é o mais forte, mas um grande número de pequenos produtores moram em municípios como Rodrigues Alves ou Mâncio Lima, o que será interessante observar como esses irão se impor e participar nas decisões do colegiado territorial.

2. *Distorções nos processos de constituição dos territórios*; no momento de formação dos territórios, para alguns casos a delimitação foi meramente política e não considerou aspectos comuns de valores culturais e de atividades econômicas. Alguns municípios

semelhantes foram excluídos em virtude da fragilidade de forças sociais e dos próprios prefeitos. Os avaliadores consideram esta ‘anomalia territorial’ como um dos principais desafios, do ponto de vista da coesão entre atores sociais e da constituição de uma identidade territorial. O exemplo já citado para este entrave foi a não inclusão de municípios que também compartilham atividades produtivas ligadas a farinha de Cruzeiro do Sul no Alto Juruá ou a castanha no Vale do Acre.

3. *Superposição de políticas e de “territórios”*; alguns territórios se configuraram espacialmente a partir da implementação de determinadas políticas públicas, causando processos de sobreposição de territórios, cada um correspondendo a uma ação pública específica, que freqüentemente não são articuladas ou coordenadas. A dificuldade do diálogo, e, em alguns casos, o excesso de espaços que demandam representatividade e participação, gera o esvaziamento de alguns desses espaços e a participação social perde força, pois confunde as pessoas, eleva o gasto com recursos para mobilização e faz com que as ações sejam ineficazes.

4. *Elementos de participação, conflitos e representatividade*; a maior parte dos colegiados territórios possui composição paritária (governo e não-governamental), mas a instância ainda se apresenta limitada para efetivamente representar posições e interesses de todo territorial. Uma crítica feita à restrição da ação para o perfil da agricultura familiar impede outros atores também interessados na construção de uma estratégia territorial de se envolver e contribuir politicamente para esse processo, como é o caso de representantes do empresariado local. Este ponto é polêmico e continua a gerar questionamentos acerca da unidade territorial proposta e almejada pela Política. Este ponto pode ser transportado para vários espaços de participação e de tomada coletiva de decisão no Brasil. São alguns os desafios relacionados à representatividade, poder, capacidade de articulação política de determinados grupos, conhecimento dos processos burocráticos e privilégios diferenciados. A política tem sido criticada por não atender efetivamente questões ligadas a comercialização da produção e a não inclusão de empresários locais impede uma construção ou articulação desses com os produtores.

No caso do território do Alto Acre, Fonseca (*apud* DELGADO et al, 2007) aponta que a “relação endogâmica” entre os movimentos sociais e o governo põe à prova a legitimidade dos representantes das entidades constituintes do conselho territorial. A questão posta é se esses seriam representantes do governo ou reais representantes de suas bases de origem. A análise dos processos em andamento neste território aponta a

existência de um *gap* entre as bases dos movimentos e as lideranças presentes nos conselhos, situação semelhante ocorre no território Portal da Amazônia.

5. *Condicionantes da participação e capacitação de lideranças*; a Política territorial proporcionou a ampliação e visibilidade de grupos que, até então, eram marginais ou excluídos de processos de desenvolvimento territorial, mas, com os grupos e representantes que já tinham uma tradição de envolvimento e participação, o aparecimento de mais um espaço para atuação de demanda efetiva e regularidade provocou o esvaziamento do espaço, seja por razões de sobrecarga, ou por falta de recursos (Lopes e Costa¹⁶³ *apud* Delgado *et al*, 2007). Há sobrecarga de lideranças locais que, para além das representações em fóruns ou colegiados, exercem cargos em suas organizações de base, e reclamam do excesso de reuniões, falta de objetividade e atrasos (ANDRADE E YAMAMOTO *apud* DELGALDO *et al*, 2007) .

Segundo o PTDRS para o Território Rural do Alto Acre (2006a), apesar da caracterização do surgimento de lideranças marcantes para os movimentos sócio-ambientalista, o território apresenta baixo nível de representatividade e gestão das organizações. Este fato é atribuído à elevada competição interna nos movimento sociais, cooptação de lideranças, pouco envolvimento e participação dos produtores de base nos processos e tomada de decisões. As políticas de geração de emprego e renda no território ainda não surtiram o efeito desejado. O reflexo desse quadro é a continuidade da pobreza do território, que possui um dos menores IDHs do estado. Isso justificaria a implantação do “território da cidadania” neste mesmo território, como mais uma tentativa de reverter índices de pobreza e elevar indicadores sociais.

6. *Fragilidade das estruturas do Estado*; as estruturas institucionais disponíveis das três esferas de governo para atender demandas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural são frágeis, especialmente nas áreas de assistência técnica e extensão rural. O déficit de profissionais qualificados para animar e contribuir nos processos de assessoria, segundo princípios da sustentabilidade, e a ausência de infra-estrutura física obstaculiza fortemente as ações da Política (TORRENS¹⁶⁴ *apud* DELGADO *et al*, 2007). A fragilidade da estrutura estatal também se mostra na descontinuidade das ações políticas empreendidas por um governo e esquecidas pelo próximo, mesmo quando existe a prevalência do mesmo partido político no comando de governo.

¹⁶³ LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. *Contradições, avanços e desafios na formação dos territórios rurais do Alto Sertão Sergipano e Agreste do Alagoas*. Aracaju: UFS, 2006. (Relatório de Pesquisa).

¹⁶⁴ TORRENS, J.C.S. *Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná*. Deser: Curitiba, 2007. (Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO).

7. *Adaptação de ferramentas conceituais e metodológicas*; a capacidade das entidades locais de utilizar as ferramentas conceituais e metodológicas para planejar e intervir de forma estratégica sobre as diferentes dimensões da realidade do território ainda é limitada, o que não contribui para o avanço, autonomia e independência das ações e atores.

8. *A conservação do caráter setorial (produtivo) do PTDRS*; os planos têm apresentado forte caráter setorial e produtivo, com atenção no desenvolvimento da agricultura familiar e não na amplitude do desenvolvimento territorial. As estratégias priorizam ações produtivas e “funções” não produtivas, como preservação ambiental e manutenção do tecido social, enquanto outras atividades rurais não-agrícolas ficam fora do plano prioritário de ações.

9. *Deficiências na base informacional dos PTDRS*; as decisões dos colegiados e comissões para os projetos a serem implementados têm se apoiado em informações sobre a agricultura e os agricultores do território que, por vezes, não são suficientes para embasar uma boa tomada de decisão. Os diagnósticos e estudos propositivos, que precedem a elaboração do PTDRS, demandam mais aprofundamento e consistência, sendo muitos deles meramente descritivos e com dados defasados (LOPES E COSTA *apud* DELGADO *et al*, 2007).

10. *Os projetos implementados e a pulverização de recursos*; o processo de operacionalização, sua transformação em projetos viáveis que garantam que o processo de desenvolvimento seja sustentável em suas intervenções, articulações e construção conjunta, carece de melhor amarração de suas estruturas. Isto se faz necessário para evitar que ações territoriais sejam encaminhadas de forma aleatória, sem a efetiva integração com o todo do plano de desenvolvimento. Outro ponto importante mencionado por Bonnal & Piraux¹⁶⁵ (*apud* DELGADO *et al*, 2007) é a relação direta entre os projetos aprovados e os grupos sociais representados no colegiado ou fóruns. Os grupos com maior ‘força’ e capacidade técnica para elaborar e defender seus projetos acabam determinando a dinâmica das ações territoriais e aqueles que possuem pouca representação, tendem a perpetuar a condição de pobreza e baixo dinamismo nos segmentos de agricultura familiar mais carentes do território.

¹⁶⁵ BONNAL, P.; PIRAUX, M. *Dinâmicas territoriais, projetos coletivos e multifuncionalidade da agricultura familiar na região do Entorno de Campina Grande (Paraíba)*. Rio de Janeiro, 2007. (Relatório 3.4 – Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil).

11. *Projetos inovadores e a necessidade de capacitação de lideranças territoriais para o aprofundamento de processos participativos*; a dificuldade na concepção de projetos inovadores mescla componentes técnicos e políticos. As diferenças e deficiências de natureza política e estruturas técnicas locais reduzem a capacidade de geração de propostas inovadoras e pactos político-institucionais bem articulados. No caso dos territórios do Acre, a alta dependência das organizações locais com o governo do estado acaba contribuindo para que os projetos sejam amarrados ou em sintonia com as estruturas e o planejamento político do governo estadual, sem muito espaço para a criatividade local.

12. *Ausência de mecanismos de avaliação e monitoramento*; a ênfase do colegiado ou fórum tem sido dada aos processos de garantia de participação ampliada, melhor articulação das políticas, minimização de conflitos de interesse e aprovação de projetos. Portanto os processos de monitoramento, avaliação e controle social são tidos como secundários e ainda sem muita força dentro das ações territoriais. A curta temporalidade do programa contribui para a falta de priorização de tais mecanismos, a prioridade nos resultados de curto prazo e com visibilidade sobrepõe a necessidade de atenção aos mecanismos efetivos de avaliação, monitoramento e correção de rumos.

13. *Necessidade de integração das políticas públicas*; este desafio não é comum à Política territorial. A dificuldade de integração das ações institucionais tanto no plano vertical, entre as diferentes escalas de governo, quanto no plano horizontal, no interior de cada uma delas e entre diferentes programas, reforça o setorialismo e a fragmentação das ações do poder público (ECHEVERRI¹⁶⁶ *apud* DELGADO et al, 2007). A unidade territorial constitui um espaço de planejamento mais abrangente que o município e, portanto, com maiores possibilidades para o aprendizado coletivo e interconexão de políticas públicas. Porém, ainda não superou o setorialismo, nem a municipalidade.

Este ponto também é reconhecido para o Território do Alto Acre, pois as disputas entre organizações locais e conflitos de interesse têm sido integradora da pauta de debates no território, como constatado nas oficinas de gestão e planejamento. A desarticulação presente no território tem proporcionado às organizações locais reflexões sobre a fragilidade estabelecida e do não aproveitamento dos possíveis benefícios oferecidos pelas diversas políticas presentes no território (MDA/SDT, 2005a).

¹⁶⁶ PERICO, R. *Articulación de políticas y participación social*. San Jose: IICA, 2007.

Interessante de ressaltar é que o espaço de discussão criado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial para o Alto Acre fez com que os produtores se deparassem com problemas de competição e disputas que há muito se registram para a região. Portanto, o espaço pode ser considerado como válido em termos de oportunizar processos democráticos de enfrentamento, construção de consensos e tomadas de decisão conjunta acerca de prioridades, projetos e ações a serem recomendadas pelo Conselho Territorial como um todo coletivo.

Vale mencionar aqui o recém divulgado *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento* no Brasil encomendado pelo Ministério do Planejamento. Este indica um novo recorte regional e territorial para o Brasil, com o objetivo de proporcionar em nível macro nacional e até sub-continental, subsídios para decisões estratégicas de investimento de maneira a reduzir a desigualdade social no país. O estudo contribui para um redimensionamento da relação urbano e rural por defender um país policêntrico, com centros urbanos estrategicamente estruturados e valorizados nas diversas regiões do país. A perspectiva é por um desenvolvimento para o país mais balanceado social, econômica e politicamente, por uma integração territorial e de visão de longo prazo (CGEE/SPI/MP, 2008). O desdobrar desta proposta será interessante de se acompanhar, haja vista que considera, em sua abordagem multiescalar do desenvolvimento, o Programa dos Territórios Rurais como uma ação em escala estratégica para a redução da desigualdade social.

14. *Rigidez do processo administrativo de financiamento dos projetos aprovados*; as dinâmicas locais têm sido prejudicadas pela elevada rigidez de processos administrativos de financiamento. Outra dificuldade é a personalidade não jurídica dos territórios que não podem ser os proponentes dos projetos e ficam na dependência demasiada das estruturas das prefeituras, que, por sua vez, acaso não estejam alinhadas com os interesses da política territorial, podem atrasar os processos (BONNAL & PIRAUX *apud* DELGADO *et al*, 2007).

15. *Reforço das ações que visam fomentar nos colegiados territoriais uma mudança efetiva de postura das lideranças locais na visão do desenvolvimento territorial*; na prática os atores sociais interpretam a política territorial de forma restrita, como mais uma maneira de acessar recursos federais. O colegiado não é visto como estrutura autônoma e espaço de participação ampliada para pensar o desenvolvimento territorial e articular políticas com este objetivo.

16. *Consolidação dos planos estratégicos e integrados, capazes de impulsionarem o desenvolvimento territorial e “darem sentido” às políticas públicas a serem implementadas no território;* a maior parte das análises sobre os processos de implementação dos conselhos territoriais indica ausência ou fragilidade no avanço do processo de elaboração dos planos de desenvolvimento territorial. Delgado *et al* (2007) apontam que, embora a política do MDA tenha tido êxito em ampliar a consolidação de fóruns democráticos de discussão dos territórios, ainda não conseguiu desempenhar a tarefa propulsora de uma dinâmica de planejamento territorial. A política é muito recente e depende fortemente da institucionalização dos novos processos de planejamento, diálogo e participação, os quais requerem tempo para aprendizado conjunto e uma nova postura pelos atores sociais e governamentais do território, requer tempo.

Programas como o de Desenvolvimento de Territórios Rurais são caminhos que o poder público tem percorrido na busca de planejamento para a região que compatibilize aspectos sociais e ambientais. O desafio para a implementação de políticas públicas flexíveis e legítimas permanece, e ganha espaço quando ações de reconhecimento de qualidades locais tomam forma e adquirem conteúdo na vida daqueles que sentem os efeitos de políticas públicas para a Amazônia.

O uso da abordagem territorial em uma política, com enfoque no identitário-cultural, tem o potencial de influenciar a proteção de conhecimentos tradicionais, e conseqüentemente a promoção das populações locais e valorização dos produtos da Amazônia brasileira. Valorizar os processos endógenos, considerando as experiências de produção histórico-sociais acumuladas e, ali inserir elementos exógenos (aspectos de modelos já consolidados em outros países que podem ser adaptados à realidade local) que possam beneficiar os produtores, fazendo com que eles continuem em seus territórios de origem, valorizando sua identidade e aspectos ambientais, é uma forma de atender aos requisitos do desenvolvimento territorial sustentável.

Vale considerar que durante o processo, de atribuir origem, cultura, tradição e conhecimento ao produto para sua maior valorização, a percepção de qualidade é construída, influenciada por demandas do consumidor/mercado externo por produtos sustentáveis. Neste ponto reside a ressalva feita por Brandão (2007), quando aponta que as formulações analíticas atuais sobre o território e desenvolvimento territorial tendem a exaltar em demasia a capacidade endógena de uma única escala espacial – o local. Para este autor é preciso ficar claro que o território é antes de tudo espaço envolvido de arbítrio, criação, nexos e poder. O esforço do debate coletivo na área de desenvolvimento

territorial, e aqui utilizamos a abordagem para valorização de produtos locais, necessita aprofundar o balanço de quais as reais rupturas, sejam elas produtivas, sociais, institucionais ou políticas, e persistências do capitalismo atual e seus impactos espaciais e territoriais mais marcantes. Assim, o que muda de fato no território com tais rupturas? É possível que intervenções contemporâneas não caiam na mera reificação do território? Ou seja, os processos de reificação trazidos pelo capitalismo estão apenas promovendo uma mera mudança de escala analítica quando utiliza-se a noção de território?

Para Brandão (*Ibid*) as políticas de desenvolvimento com maiores e melhores resultados são aquelas que não discriminam nenhuma escala de atuação e reforçam as ações multiescalares: microrregionais, mesorregionais, metropolitanas, locais, dentre outras, e o faz de tal forma que contribui para a (re)construção de escalas espaciais analíticas e políticas adequadas a cada problema concreto a ser diagnosticado e enfrentado. O território como construção social de natureza conflituosa é:

uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto. Portanto as indagações analíticas deveriam passar por: quais atores, agentes e sujeitos? quais são seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos etc? Atuam em que escala espacial? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam? Onde estão os Centro de Decisão e Comando determinantes dos 'fatos territoriais' sob análise? (...) O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. Assim, 'o que está aqui em causa não é o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas **o território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam**. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores, interação' (Reis, 2005 p.7) (BRANDÃO, 2007, p.66) (Grifos no original).

Dado este contexto, parte-se para as possibilidades de valorização dos produtos aqui contemplados via abordagem territorial, com as ressalvas acima descritas e considerando o caráter interativo das ações locais que reverberam e trocam, conhecimento, influenciam de formas assimétricas e não necessariamente recíprocas com outras escalas. Considera-se também as especificidades e a constelação de elementos que compõe cada caso concreto, indicando a busca por alternativas e estratégias de valorização que saibam internalizar o diferencial – a expressão e o real produto local.

3. TERRITÓRIOS, IDENTIDADE, PRODUTOS, USOS E VALORIZAÇÃO

Pensar produtos da Amazônia, seja da agricultura de pequena escala ou do extrativismo, associados à valorização de identidades territoriais, é o objetivo maior deste trabalho. Portanto, vale uma reflexão que, pela agregação de valor aos produtos, integre os conceitos de território, as políticas e os casos exemplificados. Um aspecto importante de ser esclarecido para os estudos de caso aqui abordados é que tratamos de dois produtos distintos em suas produções e seus usos, principalmente. A Farinha de Cruzeiro do Sul é um produto agrícola de segurança alimentar. A castanha-do-brasil é um produto de exportação, seu consumo interno é importante, mas não ao ponto de dependência e item imprescindível da dieta alimentar, que lhe são atribuídos por suas próprias características calóricas e de constituição.

As políticas de governo, federal ou estadual, que almejem contribuir para agregação de valor de tais produtos e seus produtores, devem priorizar tais características fundamentais. Em comum, tanto para a Farinha quanto para a castanha, está a priorização das políticas para o produto e não o produtor. Esta afirmação é feita baseada na constatação do grande volume de recursos investidos tanto para a farinha quanto para a castanha em infra-estrutura de produção. Não se pretende aqui diminuir a importância de tais investimentos, que são fundamentais para a valorização de produtos, mas sim destacar que são igualmente ou até mais importantes, a capacitação, a assistência técnica e a extensão rural, que tanto demandam os produtores. A partir do momento em que se prioriza o produtor, as diferentes estratégias para valorização de ambos os produtos podem ser melhor definidas e direcionadas.

Para a Farinha, tanto o sentimento dos produtores, as informações empíricas, como os dados do Programa Farinha e Casas de Farinha demonstram que a continuidade e seqüência estão enfraquecidas e esvaziadas. Para a castanha, a Cooperacre vem demonstrando processos de gestão, que na perspectiva dos próprios cooperados e de técnicos e gestores públicos, estão atendendo expectativas e ampliando oportunidades de preço e comercialização. Contudo ainda é cedo para uma avaliação assertiva quanto à continuidade dos processos que hoje vigoram. A centralidade da gestão está concentrada na liderança carismática do presidente da Cooperacre, e tal fato põe em risco a continuidade, constância e fortalecimento coletivo das ações desta cooperativa no médio e longo prazo.

Para ambos produtos, os sistemas e unidades de produção estão distribuídos por todo o território. No Alto Juruá são mais de 10 mil famílias produzindo farinha e

comercializando praticamente toda ela de forma individual ou familiar, pois não existe uma grande cooperativa ou cooperativas menores que abarquem tal produção. As pequenas associações não chegam a contabilizar volume de venda. Para os Vales do Alto Acre e Baixo Acre são mais de 5 mil famílias, também dispersas, mas com maior envolvimento de comercialização via cooperativas. Só a Cooperacre, em 2007, comprou castanha de mais de 900 famílias, ou seja, quase um quinto do total da produção. A diferença no modo que é feita a primeira venda, no primeiro elo da cadeia do produto, facilita para uma unidade em termos de marca e agregação de valor monetário ao produto, pois à medida que uma cooperativa beneficie esta produção e estabeleça em seu processo patamares e padrões mínimos de qualidade para toda a castanha ali beneficiada, as demandas de mercado de consistência, constância e volume são mais facilmente atendidas.

Pode-se afirmar tanto no caso da farinha, quanto no caso da castanha, que devido à sua abrangência e multiplicidade de produtores, a economia informal desses produtos é considerada o *centro de gravidade* (Zaoual, 2006, p. 207) da vida econômica do território do Alto Acre e do Alto Juruá. A economia da castanha sustenta todo o norte da economia Boliviana, nos estados do Pando e Beni, que compram a maior parte da castanha produzida no estado do Acre, Brasil, seguida da empresa Mutran (Pará).

Pensar a vocação produtiva de um território requer cautela e estratégias claramente definidas para, principalmente, valorizar quem movimenta e determina a produção e sua qualidade. Neste sentido é oportuna a reflexão de Arantes (2004), segundo a qual

“(...) a escolha de uma personalidade ou vocação, entre todas as possíveis em um território, poderá legitimar certos atores sociais e potencialidades e provocar o apagamento de outros possíveis ou efetivamente existentes. Uma consequência previsível, que iria à contramão dos interesses de programas apoiados na idéia de agregar valor cultural, seria o empobrecimento da ambiência total que muitas vezes é necessária – em vista do caráter sistêmico das práticas sociais – para a sustentabilidade da(s) prática(s) definida(s) como dominante(s)” (*Ibid*, p. 121).

A preocupação expressa pelo líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul na ênfase que o produto Farinha recebe em termos de recursos e apoio governamental faz com que os próprios produtores sintam-se inseguros em ariscar diversificar a produção ou, mais importante, com baixo envolvimento em atividades de capacitação em diversificação. “(...) *cultura maior aqui é a mandioca mesmo, porque não tem outro incentivo para qualquer outro produto*”. A ênfase em um produto, por mais que

possua qualidades intrínsecas e grande possibilidade de valorização por identidade, modo de produção, história, e território, coloca em risco a maior vocação da Amazônia brasileira, sua biodiversidade.

Aqui vale uma distinção entre identidade territorial, o sentimento de pertencimento e a racionalidade homogênea. Um sentimento comum de identidade territorial de pertencimento não significa, no sistema produtivo da Amazônia, homogeneidade de produção. Arantes (2004) alerta para este fato, apontando que modelos europeus de base territorial pressupõem a vigência de uma racionalidade econômica homogênea e objetivos comuns entre os participantes. Para o Brasil, segundo o autor, esta homogeneidade é amplamente contestada, pois a existência de estruturas de atividades produtivas que visam objetivos múltiplos é extremamente freqüente, seja em empreendimentos de base familiar ou em atividades estimuladas pelo terceiro setor. Sistemas agro-extrativistas da Amazônia demonstram e reforçam tal perspectiva.

No estudo feito por Maciel *et al* (2007) e os posicionamentos de líderes de produtores de Farinha neste estudo – *“Os produtores vendem farinha para comprar arroz, feijão e milho, o que poderiam estar produzindo em suas propriedades. Produtos de subsistência, como o café, banana, açúcar gramixó, coloral, estão sendo comprados quando poderiam ser produzidos”* – atestam para a necessidade de manter a produção da farinha. Todavia é importante criar e promover, principalmente na zona urbana de Cruzeiro do Sul, uma base diversificada da produção com mecanismos e estratégias para manter e incentivar tal sistema produtivo. A pergunta central é como valorizar, agregar valor de identidade e território, a um produto cuja característica fundamental é de segurança alimentar e que também é produzido em outros territórios?

A castanha-do-Brasil encontra caminhos mais viáveis e de maior estrutura organizacional para as alternativas de valorização e com o destaque socioambiental, da produção extrativista de seringueiros e castanheiros.

A seguir trataremos das certificações e aquisição de selos de procedência enquanto alternativas válidas para uma maior agregação de valor a produtos da Amazônia, especialmente porque possuem o grande apelo de origem que é a floresta amazônica *per se*. A possibilidade de unir sob um mesmo selo garantias de produção tradicional, valores ecológicos e culturais, seja de povos indígenas, de comunidades tradicionais, ribeirinhos ou castanheiros, ou da agricultura familiar, surge como mais uma opção pela conservação socioambiental.

4. VALORIZAÇÃO E IG: UMA ALTERNATIVA PARA PRODUTOS DA AMAZÔNIA?

É possível constatar um movimento em nível nacional para a disseminação das possibilidades de valorização de produtos via Indicações Geográficas – IG (ver cap.2). A certificação por IG está associada ao conceito de “*terroir*”, mais especificamente uma forma de valorização por meio de proteção aos “produtos do *terroir*”. Sem uma tradução precisa para o português, o conceito abarca agrossistemas de produção caracterizados especificamente por sua capacidade de gerar produtos com originalidade e características próprias (Salette *apud* Nascimento e Souza, 2004). A noção, largamente difundida na França, indica valorização e transformação da produção com objetivo de agregar máximo valor aos produtos, funcionando como instrumento de reconhecimento de produtos locais para o mercado mundial (Nascimento e Souza, 2004).

A certificação e oferta de produtos que se valem da noção de *terroir* pretendem conciliar interesses de consumidores e produtores. Tal qualificação “produtos de *terroir*” assegura aos consumidores a qualidade dos produtos, tipicidade, modo de produção, respeito às tradições e ao meio ambiente. Esse reconhecimento protege o interesse dos produtores ao vincular o produto a uma região de origem específica, impedindo a fabricação por concorrentes de outras regiões (*Ibid*). Para consumidores franceses e europeus a presença do selo de origem, tanto em aspectos geográficos, quanto por aspectos ligados aos modos de produção, elementos históricos e socioeconômicos, em produtos como queijos, vinhos e azeites, pesa na escolha do produto. A qualificação *terroir*, permite ainda, o reconhecimento de produtos locais no mercado mundial, pois sua certificação atende critérios e padrões internacionais.

Contudo, o desenvolvimento de produtos com esse reconhecimento de origem para atender a um nicho de mercado consumidor exigente e seletivo, exige uma série de ações e investimentos. Nascimento e Souza (*Ibid*) elencam alguns desses: análises físico-químicas e biológicas, pesquisas histórico-culturais para a recuperação e registro de memórias dos produtores locais para a caracterização efetiva do *terroir*; assistência no processo de certificação do produto-produtor, controle de qualidade dos produtos; conhecimentos e prática em gestão, de custos, finanças, legislação; apoio e estrutura de comercialização, *marketing*, *design* (concepção, desenvolvimento, identidade visual, estratégia de disseminação de propaganda). Tudo isso coordenado por uma dinâmica de mobilização e articulação dos produtores rurais para o desenvolvimento do produto valorizador do recurso local.

As vantagens da aquisição da IG são: i) aumento do valor agregado aos produtos; ii) proteção aos produtores contra usos indevidos, de nome e indicação; iii) preservação de particularidades dos produtos, tipicidades e patrimônio de uma região específica; iv) estímulo a investimentos na área de origem da produção; v) estreitamento dos laços de confiança entre produtor e consumidor; vi) reflexos na melhoria de comercialização dos produtos, facilitando o acesso a mercados por meio de uma propriedade coletiva; e vii) maior acesso e competitividade ao mercado internacional (DIAS, 2005).

De acordo com Kakuta *et al* (2006), o processo de encaminhamento do reconhecimento de uma IG no Brasil é técnico e oneroso. Técnico porque exige que os produtores sigam os níveis de controle que devem estar expressos no âmbito do Regulamento Técnico de Produção, o qual depende de um conjunto de fatores como mercado de destino onde o produto vai ser comercializado, custo este associado ao sistema de controle e adequação às exigências internacionais. Oneroso porque exige da parte interessada em adquirir o selo uma consultoria especializada, que assegure o conteúdo técnico e o preenchimento de requisitos essenciais para obtenção da IG.

São quatro os níveis de controle para uma IG (Figura 22). De forma sintetizada, o primeiro nível de controle é estabelecido dentro da área IG, pelos próprios produtores. Neste nível se definem os requisitos técnicos que farão parte do Regulamento Técnico da IG, são requisitos voluntários e compulsórios, acordados entre os produtores para autocontrole da produção. O segundo nível de controle é exercido pelo Conselho Regulador da IG. Este conselho objetiva agregar e configurar maior credibilidade ao sistema de qualidade. É composto pelos produtores, e por representantes de outros elos da cadeia do produto, incluindo o consumidor. O terceiro nível de controle é opcional e mais complexo, pois demanda periodicidade de acompanhamento por um organismo de certificação que é chamado de 'terceira parte'. Este nível de controle é recomendado, principalmente para produtos de exportação. O quarto e último nível de controle compreende aqueles organismos que objetivam certificar o cumprimento dos requisitos compulsórios e outorgam a concessão da IG. O cumprimento desse conjunto completo de requisitos é a garantia de permanência da outorga de concessão de IG pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI (*Ibid*, 2005).



Figura 22– Níveis de controle para uma IG.
Fonte: Kakuta *et al* (2006).

Segundo Dias (2005), a existência de um modelo de indicações geográficas ou denominações de origem não garante a valorização dos produtos e, dos modos de produção e produtores. A identificação de produtos no Brasil que possam se beneficiar com a IG, permite à autora recomendar a criação de algumas dinâmicas e estruturas organizacionais que impulsionem os esforços para adaptações desse instrumento: 1) Criação de uma ampla plataforma de discussão que possa envolver produtores, representantes dos demais elos da cadeia, organismos federais, estaduais e locais, cientistas, setor privado, dentre outros necessários para o desenvolvimento das IGs no Brasil; 2) Engajamento do Estado no processo. Este ponto vem sendo desenvolvido ativamente pelo Ministério da Agricultura e seu departamento específico. É fundamental a construção de mecanismos legais e de controle flexíveis às condições específicas das diversas regiões brasileiras, e principalmente, a Amazônia; 3) Apoio ao desenvolvimento e adaptação de metodologias aplicadas à certificação de origem de produtos regionais típicos, principalmente para pequenos produtores, e normas sanitárias; 4) Fortalecimento das organizações produtoras. Este ponto é chave para o engajamento e manutenção dos próprios produtores dentro de um sistema de certificação de qualidade e origem; 5) criação de mecanismos de distribuição de benefícios econômicos provenientes da utilização da IG, alguns casos demonstram que a aquisição da IG não traduziu e aumento de retorno econômico para os produtores¹⁶⁷; 6) Conciliação entre tradição e inovação. Ainda que os produtos sigam tradições em seus modos de produção, é imperativo que sigam exigências higiênico-sanitárias para se adequarem aos padrões e normas internacionais; e 7) Traçar estratégias de marketing, comercialização e distribuição que sejam consistentes, regulares e coerentes com a relação produtor-consumidor.

¹⁶⁷ Ver caso Muzzarela de Buffala (DIAS, 2005)

A Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG¹⁶⁸ produziu um diagnóstico das potenciais Indicações Geográficas-IG no Brasil, por regiões, tendo em vista o início de uma disseminação maior do conceito no Brasil e um levantamento inicial. Dentre os produtos levantados para a região norte e por estado estão: para o Amapá, Mel da Ilha e castanha industrializada; no Pará, Açaí das Ilhas, castanha-do-brasil, feijão Caupi, fibra de Curauá, farinha de mandioca e farinha de tapioca; para o Amazonas, cacau, farinha, peixe ornamental, guaraná, açaí, amêndoas e cupuaçu; e para o Acre, a farinha de mandioca e a castanha-do-Brasil, assim como o abacaxi, urucum e essências florestais. O diagnóstico, segundo o Ministério da Agricultura, visa um levantamento de informações que possam gerar subsídios aos técnicos que atuam na implementação dessas possíveis IG, com objetivo de agregar valor aos produtos, preservar tradições e valorizar a cultura local. Os produtos foram levantados devido à importância social, cultural e econômica para suas regiões e possibilidade de atendimento aos requisitos específicos para proteção via IG.

4.1 FARINHA DE CRUZEIRO DO SUL E IG

Em entrevista ao técnico da Superintendência Federal da Agricultura no Acre, responsável pelo relatório de possibilidade de aquisição do selo de Indicação Geográfica para a Farinha de Cruzeiro do Sul, a avaliação foi contundente em não recomendar o trabalho para aquisição do selo IG. Nos moldes propostos para aquisição o primeiro passo é uma organização produtiva local forte, motivada e disposta a levar a cabo o processo de aquisição do selo de origem. E, a exemplo do que esta pesquisa verificou, a avaliação do técnico constatou organizações, pequenas associações ou cooperativas, frágeis, com estruturas internas de poder centralizadas, dominância de competição ao invés de cooperação e pouca ou nenhuma disposição de lideranças das bases em se responsabilizar pelo seguimento de processos de certificação. O técnico ainda aponta para as necessárias mudanças comportamentais dos produtores em incorporar maior qualidade higiênica na produção, para que o produto não esbarre em barreiras de controle sanitário.

¹⁶⁸ Área do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária- DEPTA sob a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. O CIG tem como competências apoiar o desenvolvimento de estudos subsidiários e instrumentos de parcerias quanto ao reconhecimento de Indicação Geográfica-IG de produtos agropecuários, inclusive no que se refere aos aspectos normativos, bem como dar suporte técnico aos processos de concessão, manutenção, cancelamento ou anulação de certificado de IG de produtos agropecuários, em matérias específicas” (MAPA, 2007).

A agregação de valor via certificação de origem para a Farinha de Cruzeiro do Sul deve considerar a quem beneficia a valorização por IG no conjunto disperso de produção da Farinha de Cruzeiro do Sul. As farinheiras e embalagens produzidas pela CASAVAJ¹⁶⁹, com o apoio do governo do estado, não se sustentaram por mais de três anos, e, hoje são peças de exposição no museu de Cruzeiro do Sul. Os preços das embalagens ficaram muito caros para os moradores locais, reais consumidores da farinha. O produto, apesar de fama e reputação regional, ainda não conseguiu chegar nas mesas e receitas de quem poderia pagar tal preço. O alto investimento não compensou porque não encontrou estrutura de gestão e administrativa que sustentasse sua disseminação.

Todos os fatores supracitados contribuem para o entendimento de que a valorização para a Farinha de Cruzeiro do Sul via certificação de origem precisa considerar a característica de segurança alimentar do produto e as estruturas de base. Para tanto, faz-se necessário estudos de mercado que apontem possibilidades de sua maior inserção em cardápios variados e para além da região norte do Brasil; disseminação e aceitação de consumidores; controle de qualidade fito-sanitária, e continuidade na execução de regras de produção, o que já se iniciou com o Programa de Boas Práticas, mas ainda não foi consolidado. A difusão maior da Farinha de Cruzeiro do Sul, com maior ênfase às suas características de território, tipicidade e identidade pode despertar interesse e ampliar o leque de consumo para além da esfera regional. Este dado é de fundamental importância, pois reforça o caráter de segurança alimentar do produto e, de alguma forma, desencoraja investimentos de valorização que não serão pagos pelo público local, consumidor principal do produto.

Uma reflexão da possibilidade de benefício adquirido via selo de origem para um produto de segurança alimentar, como a Farinha de Cruzeiro do Sul. Como definir uma estratégia para ampliar o leque de consumidores, agregar valor para venda externa e, com isso, trazer benefícios diretos para o produtor? Para o consumo interno e regional é certo que pouco importa a presença de um selo de origem. Tais estratégias só trarão os almejados benefícios à medida que priorizem, como atesta Almeida (2006), a consolidação da identidade coletiva e o sentimento de pertencimento entre os produtores e consumidores. O autor aponta que,

É ingenuidade, quando não irresponsabilidade, insistir em projetos voltados para capacitar pequenos produtores para acessar mercados expondo-os aos mesmos mecanismos gestados e

¹⁶⁹ ver anexo 5.

amadurecidos pelo modelo atual ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, exatamente com a característica de provocar a marginalização da grande maioria dos empreendedores, resultando no estágio de desigualdade social e econômica que observamos atualmente. Em todas as discussões sobre impactos socioeconômicos de projetos voltados para promover a inserção de pequenos empreendedores e sua comunidade no mercado, ouvimos a mesma observação: 'o ponto de estrangulamento é a comercialização'. Será sempre esse o ponto de frustração de qualquer expectativa de sustentabilidade da competitividade supostamente adquirida – a comercialização (...) (*Ibid*, p.237) (itálico no original).

A indução para sensibilização e entrada em processos que levem à aquisição de selos de origem pode ser feita, mas atenção especial deve ser dada ao histórico de mobilização local para valorização de sua produção. No contexto de empreendimento de uma política indutora para aquisição do Selo IG a pergunta que sobressai é até que ponto, considerando o histórico e dinâmica atual de organização local dos produtores em Cruzeiro do Sul, essa indução sustenta-se e caminha com as próprias pernas? O cenário conflituoso de relações institucionais locais e estaduais (Sebrae, Secretaria de Agricultura Familiar, Movimentos Sociais, Sindicatos, ONGs) (capítulo 4) demonstra que a necessária fluidez para apoiar processos de valorização de base não existe. Os dados desta pesquisa demonstram que as políticas empreendidas no Vale do Alto Juruá em benefício da Farinha de Cruzeiro do Sul não contribuíram para a apropriação dos processos de valorização pelos produtores de forma continuada. É necessário traçar estratégias que creditem aos produtores a confiança para se apropriarem de tais processos a ponto de os terem como seus, como endógenos e enraizados.

4.2 CASTANHA-DO-BRASIL, IG E CERTIFICAÇÕES

A castanha-do-Brasil desfruta outra condição de valorização. É produto de segurança econômica, pois muitos produtores têm pelo menos 40-50% de sua renda total condicionada à venda da castanha e não dependem dela para alimentação diária. Trata-se de um produto de alto valor comercial no mercado internacional que possui maiores chances de valorização via selos e certificação. A possibilidade de valorização via certificação, ecológica, *fair trade*, sócio-participativa ou mesmo por IG é facilitada por uma maior organização e estrutura dos produtores via cooperativas, que contam com forte histórico de produção para exportação (seja para outros estados brasileiros ou para fora do país), e maior inserção e demanda de mercado. Inclusive o selo IG é indicado, por seu cunho internacional, para agregar valor a produtos de exportação.

Desta forma, faz-se importante uma crítica ao artigo de Lima *et al* (2007), em atenção às vantagens da certificação IG para produtos da Amazônia. Os autores afirmam que os produtos da Amazônia por si só já possuem “extremo valor agregado” e investimentos na marca de origem “Amazônia” são necessários, pois o país tem deixado de ganhar mercado internacional e, os produtores, “inúmeros benefícios”. A presente pesquisa mostra que os produtos da Amazônia não possuem intrínseco valor agregado; pelo contrário, a luta verificada *in loco* por maiores preços e melhores condições de produção diferem da realidade imaginada pelos autores supracitados. O processo de aquisição de IG no Brasil, e em especial para produtos da Amazônia, deve ter como objetivo central a real proteção dos produtores. É preciso ir além da mentalidade mesquinha do mercado convencional, e estimular a associação ao comércio justo e solidário.

O produto da Amazônia *in loco* não possui valor agregado. Ao menos que tais autores estejam se referindo aos produtos que conseguiram escoamento e transporte para além da Amazônia. A realidade mostra que, produtos como a farinha e a castanha na Amazônia possuem pouco ou nenhum valor agregado. São produtos de primeira necessidade, para satisfação da segurança alimentar e/ou de segurança econômica das famílias. A castanha, por exemplo, em anos recentes, teve registro de preços irrisórios pagos por lata do produto – R\$3!

Para agregar valor cultural aos produtos, como aponta Arantes (2004), representações socialmente construídas acerca dos territórios, grupos sociais e produtos associados são importantes para a construção discursiva, do valor cultural agregado, via propaganda e *marketing* junto à opinião pública, e em especial os consumidores. Assim,

(...)frutas de determinados locais podem ser vendidas como sendo as mais saborosas, o artesanato de determinada localidade como mais autêntico ou os frutos do mar de certa procedência como os mais saudáveis. Mas esses atributos não terão credibilidade em razão da localização territorial ou geográfica *per se*. Ela dependerá das realidades socioculturais produzidas historicamente nesses territórios e que possam ser aí testemunhadas. São as formas de apropriação social do território – a transformação do *espaço* em *lugar* – que geram as referências incorporadas pela propaganda e pelo marketing como valor agregado, não os territórios enquanto tais. Portanto, sendo múltiplos e mutáveis os valores socialmente atribuídos a essas referências, a seleção e publicidade que delas se fizerem têm um sentido estratégico, e sua credibilidade dependerá sempre das realidades que puderem ser atestadas, e que se encontram além da propaganda (*Ibid.*, p. 123).

Se o objetivo da valorização é de disseminar o produto para outras regiões, induzindo uma demanda de mercado que garanta comercialização da produção, investimentos em propaganda e *marketing* são fundamentais. Ressalta-se que não se pretende aqui entrar no mérito de tais estratégias de valorização e sim reconhecer tais instrumentos como essenciais ao segmento de inserção de tais produtos em nichos de mercados, ou ainda, processos mercadológicos, sejam eles convencionais ou solidários.

A sustentabilidade da agregação de valor cultural a marcas e produtos que explora o potencial de mercado, considerando referências culturais de determinado grupo social, sejam os pequenos agricultores da mandioca ou os extrativistas da castanha-do-brasil, deverá atender exigências mínimas em seus estágios iniciais de produção. Algumas dessas exigências são para os produtos e outras para os produtores. Para os produtos, segundo Arantes (*Ibid*), tais exigências são: i) *singularidade*, os diferenciais agregados devem estar enraizados nas culturas locais e reconhecidos como significativos tanto por produtores quanto por agentes externos; ii) *rastreabilidade*, é a salvaguarda dos vínculos entre produtos, produtores, territórios e consumidores, sendo essencial para a credibilidade do valor cultural e de origem agregado; e iii) *qualidade*, as condições materiais e técnicas de produção, assim como a requalificação dos produtos para o consumo externo devem seguir as disposições culturais dos produtores e sua organização social para manutenção e melhoria da qualidade.

O caso da castanha, se observado as condições do produto *per se*, é capaz de preencher tais requisitos, se assim desejar os produtores da base, pois um trabalho de rastreabilidade de produtos florestais, como a castanha, exige comprometimento total do produtor. A Cooperativa Caex perdeu sua certificação orgânica por falhar no preenchimento de formulários referentes à rastreabilidade do produto. Com relação à qualidade do produto, as cooperativas, principalmente a Cooperacre vêm acumulando esforços no controle dos níveis de aflatoxina, porém alguns outros níveis de impureza, como informou o Secretário de Meio Ambiente de Rio Branco¹⁷⁰, precisam ser eliminados.

As exigências para as culturas e populações locais responsáveis pela produção dizem respeito à reprodutibilidade e a inclusão social do produtor. A primeira está ligada à: i) recuperação e identificação de formas de expressão, modos de fazer, e lugares para que essas sejam incorporadas às atividades e ações dos produtores; ii) garantia de disponibilidade de matérias-primas essenciais à continuidade das atividades de produção; e iii) reprodução continuada dos saberes e modos de expressão de forma a

¹⁷⁰ Ver Leite, 2007.

estimular sua transmissão e valorizar o envolvimento das gerações mais jovens (Arantes, *Ibid*).

Vale relembrar alguns dados sobre a organização local que mais tem condições de empreender processos de certificação, seja orgânica, *fair trade* ou por IG – a Cooperacre. Atualmente, esta cooperativa detém a concessão de uso da Usina de beneficiamento de Brasiléia, e tem demonstrado, nos últimos 3 anos, capacidade de gestão administrativa considerada destaque por técnicos do governo estadual, federal e representantes de organizações da sociedade civil no Acre. Contudo, um representante da Cooperacre afirmou que a prioridade da cooperativa era consolidar mercado (ver capítulo 5) e a parte de selos e certificação não era tida como essencial para o trabalho até então empreendido e consolidado. É sabido que tal processo de agregação de valor ao produto se tornará essencial para a cooperativa na medida que ganhe experiência de beneficiamento e mercado.

Na percepção de Dias (2005), as IGs constituem um sistema capaz de gerar riquezas e valor. É uma opção concreta para um desenvolvimento que se propõe socialmente justo e ecologicamente correto, pois qualifica a “nova geração de produtos” no Brasil, inclusive os extrativistas e da agricultura familiar ao projetar internacionalmente uma imagem associada à qualidade e tipicidade de produção. Contudo, a autora adverte que a mera transladação do modelo europeu de IGs para contextos díspares e diferentes como o brasileiro, não é viável nem desejável, sendo imprescindível a adaptação e flexibilização de mecanismos e a criação de dinâmicas e estruturas organizacionais e institucionais que envolvam os diferentes atores da cadeia, encorajando a cooperação e motivando o aproveitamento de sinergias.

5. O ALERTA

Independente dos caminhos possíveis de serem trilhados pelos produtores para valorização de sua produção, agregação de valor e aumento de riquezas, o alerta de Gorz (2005) é de extrema pertinência. Este valoriza a riqueza humana como a força e a capacidade de produzir riqueza e não o contrário. As forças e saberes embutidos na “economicização” mundo afora empobrece relações sociais, unidades familiares, degrada ambientes naturais e engendra externalidades negativas ao próprio sistema, não podem e não querem avaliar custos socioambientais.

A fonte da riqueza é a atividade que desenvolve as capacidades humanas, a saber: o 'trabalho' de produção de si que 'os indivíduos' – cada um e todos, a cada qual nas suas trocas multilaterais com os outros – realizam sobre si mesmos. A satisfação das capacidade e das faculdades humanas é, ao mesmo tempo, o objetivo da atividade e essa atividade, ela mesma: não há separação entre o objetivo e sua procura sempre inacabada (GORZ, 2005 p.62)

A possibilidade de inserção dos produtos no mercado via *valorização por identidade territorial*, deve fazer emergir a capacidade criativa, o saber vivido e concretizado, dinâmico de sua situação, regado por valores de existência, continuidade e pertencimento.

A inclusão do produtor na totalidade do sistema produtivo é considerada condição salvaguarda. É fundamental a motivação dos produtores para adesão em programas e projetos de valorização, enquanto protagonistas de seus empreendimentos, tanto em termos gerenciais (executivos) quanto em termos políticos (tomada de decisão). Neste tema, segundo Gorz (*Ibid*), é importante mencionar o acesso efetivo dos participantes aos direitos de cidadania, o que é determinante para a consolidação dos empreendimentos. A promoção de direitos de cidadania leva à promoção de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que, inevitavelmente, têm efeito e causa em processos de valorização da produção. A imagem é de um círculo virtuoso que se retro-alimenta, expande, compreende e adquire substância à medida que se torna complexo em suas relações e dimensões.

O tema “produtores protagonistas” é também demonstrado por De Paula (2004), quando afirma que o processo de desenvolvimento pode até ser induzido de modo exógeno, mas ele só será realizado de modo endógeno. Ou seja, a mobilização, articulação e convencimento das pessoas em torno de um projeto de desenvolvimento, como o territorial e de agregação de valor aos produtos da Amazônia, pode ser feito de “fora para dentro” e de “cima para baixo”, mas sua realização efetiva somente se dará quando houver adesão, envolvimento, participação e a verdadeira apropriação; ou, no sentido aqui inicialmente exposto, pertencimento dessas pessoas ao projeto de valorização e vice-versa.

Em corroboração com Arantes (2004), recomenda-se que processos de identificação e associação de produtos a territórios e identidades tenham como fundamento o planejamento de ações de base e na base produtora. Para tanto o diálogo com o público-alvo, consumidor de tais produtos, precisa ser estudado e consultado para o real diagnóstico de demandas; do contrário, corre-se o risco de falhar na correspondência de expectativas, tanto dos produtores quanto de consumidores. Ao

empreender atividades que demandam complexidade técnica e de gestão na produção, senão bem estruturadas e consistentes, podem sofrer impactos e ameaçar sua qualidade intrínseca.

Na valorização dos produtos por associação ao território e sua identidade, pode-se afirmar que mais importante que cumprir as exigências acima elencadas é ter os produtores querendo efetivamente valorizar sua produção, mobilizados e capacitados para serem agentes centrais do processo. A abordagem de valorização que coloca o produtor ao centro tem em sua essência o desenvolvimento humano. E aqui abordamos esse desenvolvimento como aquele que reconhece dinâmicas sociais, culturais e ecológicas, valoriza e expande capacidades humanas, de criatividade e de qualidade de vida. A valorização plena de produtores permite o exercício da liberdade de escolha, individual, coletiva e política. Liberdade, como complementa Abramovay (2002), de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua própria existência. Liberdade para manter modos de vida que vão de encontro aos princípios essenciais da sustentabilidade.

CONCLUSÕES

“A multidimensionalidade é da natureza do conceito de desenvolvimento sustentável”
Tânia Bacelar, 2008

Este trabalho fez emergir várias perguntas, a maior parte ainda sem respostas. O tema é complexo e as janelas de possibilidades para enfrentamento da multidimensionalidade da valorização continuam sendo abertas. A concretude dos casos somada aos ideais propostos pela Convenção da Diversidade Biológica, por exemplo, indica que o desenvolvimento de estratégias efetivas, tanto para a conservação quanto para o uso sustentável e repartição de benefícios, se dará a partir de concepções e ações políticas que dimensionem realisticamente o lugar e importância dos pequenos produtores da Amazônia.

As perspectivas para a valorização dos produtos locais da Amazônia são recentes e têm se mostrado dinâmicas e diversas. Esforços de coordenação política são vitais para a garantia de efetividade, continuidade e coesão de investimentos. A necessidade de valorização dos produtores, antes dos produtos, demonstra que as ações precisam integrar ministérios, programas políticos e escalas de atuação federal-estadual-territorial-municipal-local que pouco se comunicam. O esforço deve ser centrado para articulação inter e intra escalar e que, multiplica as possibilidades existentes para uma abertura e inovação política que atenda demandas e pressões internacionais sem comprometer a integridade daqueles que protagonizam a dinâmica produtiva da Amazônia.

A escolha adequada de escala para cada iniciativa de ações territoriais deve considerar a complexidade dos cenários e a necessidade de soluções conjuntas, coordenadas e articuladas. O cenário externo aos territórios os influenciam fortemente nos tempos de acelerada globalização. Cresce a demanda de consumidores internacionais por produtos certificados, de origem, com selos de qualidade e imbuídos de valores sociais em seus processos de produção. Inclui-se no grupo de pressão pela conservação da Amazônia grandes financiadores e doadores que cada vez mais cobram o por ações efetivas para controle do desmatamento e manutenção da floresta em pé. E, o cenário visto a partir do território, sua capacidade de mobilização e diálogo sofre com tais demandas e pressões e com a falta de vontade política para a conservação sociobiodiversa, com o planejamento frágil para empreender formas de desenvolvimento

mais sustentáveis, que considerem os modos de produção extrativista e de agricultura de pequena escala como opção vital ao desenvolvimento na Amazônia. As tensões permanentes intra e inter setores governamentais dificultam a fluidez das ações na cadeia produtora. Esta recebe as conseqüências da descontinuidade política e dos interesses paradoxais provenientes do próprio Estado, que estabelece programas para valorizar a produção local e ao meso tempo incentiva assimetricamente modos de produção homogeneizados, como a pecuária e a agricultura de larga escala na fronteira Amazônica. Redes e alianças patriarcais, oligárquicas e nepóticas articulam e operacionalizam políticas contraditórias e contra-producentes, para não dizer antagônicas. Talvez aí resida uma das muitas possíveis explicações para o porque do desencontro de políticas públicas. No território residem conflitos e tensões entre grupos sociais distintos com interesses divergentes sobre o uso da solo e dos recursos da floresta. Tal reconhecimento é chave para o desenho de ações de desenvolvimento territorial sustentável.

A emergência de novas formas de inserção econômica, a revitalização de princípios de uma outra economia – em reconhecimento aos movimentos mundiais contra a globalização hegemônica e, em favor de identidades territoriais, modos de produção locais e valorização sociocultural – alimenta o horizonte de possibilidades para inserção em mercados mais justos e solidários e, logo, a continuidade da produção local. As tensões para novas formas econômicas permanecem e acompanham discussões e práticas de inserção, adequação, internalização de valores locais e territoriais com demandas globais, em mercados mundiais cada vez mais dinâmicos.

As certificações são instrumentos possíveis e efetivos para a valorização dos produtos locais. Contudo, as especificidades dos produtos apontam que nem sempre o instrumento da certificação, seja internacional ou nacional, trará benefícios de valor agregado aos produtores. Medidas de infra-estrutura, apoio técnico continuado e contextualizado, mostram-se mais efetivas para a valorização dos produtores e dos produtos no mercado. A qualificação dos produtos, como por exemplo de segurança alimentar ou nutricional, também deve influenciar o planejamento de estratégias para a valorização. Produtos como a farinha de Cruzeiro do Sul exigem uma abordagem diferenciada para não incorrer nos mesmos erros estratégicos que já levaram a prejuízos financeiros esforços que não contemplaram essencialmente o produtor e também consumidor primário.

O selo de Indicação Geográfica vem sendo pensado para a farinha de Cruzeiro do Sul e outros produtos da Amazônia. Contudo, os moldes exógenos de tal selo precisam

ser realisticamente adaptados aos diferentes contextos amazônicos. Vale pesar as vantagens de implantação do selo IG para os produtores locais, considerando que este é reconhecido principalmente em mercados internacionais e o movimento para informação e disseminação nacional desta identificação de origem ainda é recente. A farinha é primordialmente um produto de segurança alimentar, sua disseminação para outros mercados consumidores exigirá planos estratégicos bem definidos, tanto em termos de marketing para aceitação e incorporação à cardápios distintos, quanto para atendimento de demandas de consumidores cada vez mais exigentes. Soma-se aos desafios do cenário de valorização da farinha via selos a fragilidade das organizações locais, que não possuem condições de empreender processos com demandas por capacidade técnica, administrativa e mesmo diálogo e trânsito fluido inter e intra-institucional. A busca por instrumentos de reconhecimento aos valores culturais, tradicionais e originais da farinha de Cruzeiro do Sul pode ser via IG, IPHAN, certificação orgânica, *fair trade*, ACS, dentre outras, mas ela deve incorporar principalmente o reconhecimento da dinâmica local que o produto movimenta. A revitalização desta dinâmica produtiva local, antes de sua disseminação para além das fronteiras amazônicas, pode ser a chave para se chegar a conservação da agrobiodiversidade sociocultural no Vale do Juruá.

A incorporação de selos, como o de IG, para a castanha encontrará mais facilidades pelo histórico de organização local da produção. O trato e trânsito político, construído ao longo de mais de três décadas com as esferas nacional e internacional, facilitam a inserção no mercado. A qualidade nutricional da castanha, muito apreciada por consumidores externos, é considerada chave para maior disseminação e aceitação por diferentes mercados consumidores. O domínio de técnicas de beneficiamento que atendem demandas externas sem anular ou interferir em modos tradicionais de coleta soma-se ao cenário favorável de certificação para a castanha. A incorporação de regras exógenas tem sido feita e seguida. Existem alguns percalços menores que podem, com maior organização, ser superados sem maiores dificuldades pelos cooperados e associados.

A valorização de produtos locais via certificação deve considerar a diversidade e variedade de produtos que compõem sistemas produtivos; do contrário, a ênfase em determinados produtos pode inviabilizar ou desencorajar o cultivo ou extração de outros. A certificação que incentiva e incorpora a diversidade produtiva, tal como a ACS, apresenta potencial realístico ao contexto amazônico, apesar de suas experiências-piloto ainda incipientes. Importante considerar os processos de implementação deste instrumento pelos produtores e estudos para melhoramento de regras de acesso,

processos de monitoramento e avaliação. Perguntas importantes de serem endereçadas quando contemplar opções de valorização via certificação são: quem se beneficia com a certificação? A certificação atende quais interesses? Como compatibilizar diferentes tipos de certificação, principalmente aquelas exógenas, com dinâmicas produtivas históricas e carregadas de elementos sócio-culturais que dão unicidade aos produtos e aos modos de vida do produtor local? Importante também é considerar os riscos de empreendimentos que visem o monopólio ou controle de marcas por poucos produtores que, mesmo inseridos num coletivo ampliado, ameaçam a dinâmica produtiva inerente aos sistemas extrativistas e da agricultura familiar na Amazônia.

Tanto para a farinha quanto para a castanha, a dinâmica produtiva, dispersa por milhares de produtores, faz com que o esforço de coordenação de ações para valorização do produtor, atendimento as necessidades básicas de acesso a educação, saúde, seguridade social, infra-estrutura, seja complexo, de difícil mensuração e alcance. As necessidades básicas dos produtores precisam ser atendidas antes ou concomitantemente com o atendimento às necessidades de inserção dos produtos em mercados diversos. Do contrário, corre-se o risco de perpetuar formas exploratórias de trabalho, alienação e exclusão. Reconhece-se que a valorização da produção via certificação, fortalecimento de redes de consumo solidário e comércio justo, disseminação e incentivo à utilização da forma econômica solidária podem levar a valorização do produtor, mas nem sempre os processos são simultâneos ou se realizam em paralelo. O caso da proteção da castanheira é emblemático neste ponto, onde a lei protege tão somente árvore e não seu ambiente de crescimento e manutenção – a floresta em pé. Áreas degradadas no Alto Acre com centenas de castanheiras em pé, secas ou caídas caracterizam a paisagem localmente conhecida como “cemitério de castanheiras”. A castanheira não sobrevive muitos anos em áreas degradadas onde seu polinizador não chega, e seu destino é a morte solitária.

Para os produtos locais da Amazônia, e suas qualidades sociobiodiversas, regras exógenas para qualificação e valorização precisam ser cautelosamente analisadas antes de serem aplicadas aos contextos localizados. Regras demasiadamente rígidas ou excessivas enfrentarão hábitos comportamentais endógenos de difícil transformação. O equilíbrio na atribuição de valor a esses produtos deve ser feito tanto pelos produtores quanto pelo mercado. Os produtores não podem simplesmente esperar que o mercado atribua valor aos produtos, por isso a necessidade de capacitação para inserção coletiva contextualizada e legítima. Os produtores locais da Amazônia extrativista, caracterizam a produção como dispersa e relativamente homogênea; ou seja, um produtor isolado não

consegue atribuir valor diferenciado à sua produção. As estratégias devem ser voltadas para fortalecer a coletividade e a unificação de processos de comercialização. Desta forma será possível desobstruir as vias de troca entre produtores e mercado consumidor para uma maior aproximação com o consumidor final. O produtor precisa conhecer minimamente a cadeia produtiva, para se relacionar mais com os processos de beneficiamento, circulação e distribuição. Um exemplo é a classificação, item importante para a valorização da castanha, geralmente feito pelo comprador. Por mais que o produtor tenha tido o cuidado de lavar e separar as castanhas de acordo com tamanho e inteireza. Alguns produtores relataram que tentaram um preço maior de venda para a castanha mais limpa na propriedade e não conseguiram. O reconhecimento pelo zelo e trabalho do extrativista não é feito ou incorporado ao preço final, principalmente por intermediários. As cooperativas têm inclinação maior para este reconhecimento, até porque muitos membros ativos que negociam as compras via cooperativa, são produtores, conseqüentemente mais sensibilizados pelo esforço empreendido. A capacitação para uma visão do todo em consonância com a característica pragmática dos produtores, abre espaço para a inovação coletiva e institucional.

A fragilidade de organizações locais no Vale do Juruá dificulta iniciativas para agregação de valor a farinha de Cruzeiro do Sul. Os dilemas enfrentados pelos produtores, por crédito, infra-estrutura e apoio técnico, são comuns para outros produtores, mas no caso da farinha, agravam-se pelo fato das demandas não partirem de uma estrutura social organizada. Elas estão pulverizadas, dispersas pelo território do Juruá e desta forma não possuem força transformadora de situações até mesmo de necessidades básicas. Agregar valor a este produto exigirá esforços múltiplos tanto em escala (coordenação e articulação), quanto em profundidade (internalização dos próprios produtores para valorização).

Uma central de cooperativas e associações como a Cooperacre tem se mostrado eficaz para a valorização da castanha. A responsabilidade pelas grandes vendas, trato com comerciantes externos, busca por apoios e financiamento ficam a cargo do núcleo técnico e administrador capacitado, enquanto as pequenas associações e cooperativas organizam a produção local, preocupando-se, na maioria das vezes, apenas com o transporte do produto limpo até a usina de beneficiamento. O envolvimento dos produtores se dá pela representatividade, que tem se mostrado legítima. Ressalta-se que a figura do presidente da Cooperacre é tida como fundamental para o sucesso até então alcançado, a centralidade de tal líder indica que os processos em curso devem ser

avaliados nos próximos anos, principalmente no tocante ao acompanhamento da legitimidade das dinâmicas decisórias internas.

Importante destacar espaços como o Sindicato dos Trabalhadores de Brasília que aproxima a produção de castanha às ações políticas, sendo a instância que consegue articular e mobilizar os produtores da região independente de associação ou cooperativa. Por ter um forte histórico de luta em defesa do direito dos trabalhadores da região, os produtores, maioria filiada ao sindicato, têm o sindicato como referência política. Porém, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do estado e posteriormente à esfera federal alguns líderes políticos apoiadores do movimento sindical chegaram a ocupar cargos públicos em ambas as esferas. Isso causou para alguns membros, a mescla entre esferas de atuação (potencialidade e limitação para ação) e ideologias históricas de luta, o que gerou para alguns a percepção de abandono, desarticulação e desmobilização. Fazer oposição a “companheiros” antigos de luta tornou-se difícil, como relatou um membro do sindicato. Resta acompanhar movimentos de articulação e mobilização do Sindicato em avançar nas conquistas para produtores de castanha do Vale do Acre. A troca de esferas de atuação e representação deve ser considerada no cenário político e de participação de atores locais, retrocessos, conquistas e avanços fazem parte cotidiana de muitos líderes locais.

O que os casos ainda demonstram é que até mesmo na ausência do Estado na Amazônia, sua presença é marcante e determinante quando considera-se que as principais ações políticas e de mercado para os produtos, no caso do Acre, partiram do governo estadual apoiado pelo federal. Tais ações caracterizam e direcionam fortemente a valorização política, econômica e social da farinha e da castanha.

A complexidade envolvida na valorização dos produtos compreende ainda a definição do conceito de qualidade por diferentes instituições. Por exemplo, o MAPA ainda restringe sua definição de qualidade de produtos à aspectos sanitários e higiênicos, com isso limita a inserção dos produtos em nichos de mercados que estão mais interessados em aspectos culturais, étnicos e de conservação. No caso dos produtos locais alimentares, uma parceria articulada e coordenada com outras instituições como o IPHAN pode fornecer a flexibilização necessária para o equilíbrio entre aspectos relacionados à salubridade, com formas e elementos culturais caracterizados por uma lógica diferenciada de produção. A ação inter-institucional, neste caso, pode contribuir efetivamente para a valorização e conservação da diversidade social e biológica envolvida nos produtos da Amazônia.

A valorização de produtos locais combina elementos mercantis e não-mercantis, dimensões sociais, culturais, ecológicas e históricas. Políticas que visam a valorização devem, necessariamente, fortalecer as múltiplas dimensões e estratégias de produção. Políticas específicas tenderão ao fragmento, ao isolamento, a discrepância entre o ideal e o real, ao curto prazo, a descontinuidade, e ao não envolvimento, participação e responsabilização dos atores essenciais.

Os casos identificados nos capítulos 3, 4 e 5 demonstram que algumas das iniciativas mais efetivas para a valorização são: apoio a instrumentos tradicionais de promoção de produtos locais, como feiras; campanhas promocionais governamentais (federal e estadual) que auxiliam na disseminação dos produtos e na educação ao consumidor; apoio a consolidação de infra-estruturas de produção e beneficiamento; o crédito facilitado por políticas como Compra Antecipada e Direta e Garantia de Preço Mínimo; e contribuições já geradas e em andamento de cooperações técnicas e de apoio internacional que estão efetivamente presentes na Amazônia, destacando que essas podem ser melhor integradas ao planejamento político multiescalar e de longo prazo para a região. Os casos ainda demonstram o necessário fortalecimento dos produtores, suas capacidades técnicas, administrativas e políticas para maior emancipação e empoderamento. O fortalecimento de organizações locais refletirá no grau de autonomia das experiências produtivas, capacidade de absorção e gerenciamento de recursos, e manutenção das dinâmicas locais de produção que caracterizam primordialmente a qualidade intrínseca do produto.

O impacto da valorização de produtos locais poderá ainda ser refletido na economia doméstica das famílias produtoras. Estudos mais específicos se fazem necessários para avaliar condições de especialização e diversificação da produção na Amazônia e suas conseqüências para a dinâmica econômica da unidade familiar.

A Amazônia tem em seu histórico de caracterização atribuições de cunho integral e diferencial. O integral da floresta amazônica, quando aproximado revela o diferencial, as diferentes sub-bacias e características peculiares, as terras altas, baixas e de várzea, enfim, as partes que a compõem e que dão movimento ao todo. A valorização de produtos da Amazônia passará necessariamente por tais características que alimentam com “substância” os territórios de origem de cada um dos produtos aqui exemplificados. Os territórios, o chão mais a identidade que o utiliza, originam, incorporam e produzem produtos e modos de produção. O desenvolvimento da totalidade do território com a participação do produto castanha, e, anteriormente a borracha, determina direções e movimentos populacionais da região. Outras condicionantes também fazem parte das

configurações territoriais que, inclusive, também exercem força e influência na própria produção e incorporação de produtos e territórios. Importante destacar as especificidades do todo de cada território, que compõem assim a unicidade do território do Vale do Juruá e do Vale do Acre. São múltiplas as dimensões e elementos que caracterizam as dinâmicas produtivas e sociais, históricas e atuais, presentes em tais territórios e que o olhar abrangente os define e os totaliza. Nesta territorialidade específica está a explicação do porque algumas das experiências bem sucedidas, como o Projeto Reca, não se replicam com facilidade em outros lugares.

A territorialidade e suas ações se relacionam com o desenvolvimento, limites e potencialidades, para a sustentabilidade de um território. A Farinha de Cruzeiro do Sul e a castanha-do-Brasil criam algum sentimento de pertencimento nas pessoas que com eles trabalham, mas não exclusivamente, a prova disso é a própria adaptação dos seringueiros que por anos viveram quase que exclusivamente da coleta da borracha e, atualmente, a maior parte vive mais da castanha que do látex. O pertencer àquilo que nos pertence, engloba sentimentos e trajetórias históricas que estão para além do material concretizado e presenciado, por isso o cuidado em atribuir identidade territorial a um único produto, pois o que está expresso em um produto não contempla toda a realidade, a complexidade e a totalidade do território que o incorporou. O extrativismo sim corresponde de forma mais coerente à realidade do homem concreto que vive, pertence e se realiza no território. Este modo de pertencer à floresta, habitar e utilizar tal ambiente substancia a qualidade da vida vivida e desenvolvida, e por vários autores já caracterizada como alternativa e forma sustentável de desenvolver. Desta forma, importante destacar que a ênfase em um produto, que possui qualidades intrínsecas e grande possibilidade de valorização por identidade sempre colocará em risco a maior vocação da Amazônia, sua biodiversidade.

A abordagem territorial contribui para a valorização do espaço rural, da floresta em pé, para a manutenção das pessoas em seus locais de origem e seus modos de vida. O desenvolvimento territorial surge como possibilidade de re-significação do local-regional e como forma inovadora de construção de coesão produtiva. Coesão esta norteada por características e princípios comuns. Para os casos dos produtos locais da Amazônia é possível identificar a necessidade de uma mudança nas relações de propriedade. O reconhecimento das reservas extrativistas é um passo nesta direção, mas a complexidade da questão fundiária na Amazônia indica que o caminho a percorrer ainda é longo. Para tanto o fortalecimento do campo de ação da coletividade dos diversos grupos de produtores necessita de revitalização, para encorajar a

autodeterminação, liberdade de decisão e a criatividade, como verificado para os produtores de farinha de Cruzeiro do Sul. Arranjos institucionais acessíveis e inclusivos podem incentivar a emancipação legítima e transformadora de cenários sociais caracterizados pelo esquecimento e pelo paternalismo político. As esferas conflituosas fazem parte da dinâmica de ação territorial na Amazônia, assim, precisam ser identificadas e caracterizadas para a construção de um desenvolvimento participativo, legítimo, social e transformador.

A abordagem territorial faz emergir elementos da produção local que se articulados efetivamente podem contribuir para valorização multidimensional que coloca o produtor ao centro, aquela que tem em sua essência o desenvolvimento humano e social. Agregar valor aos produtos locais e ter a sustentabilidade reconhecida é um desafio que reflete o campo de possibilidades da realidade que nos falou Santos. Alternativas possíveis, marginalizadas, nem tentadas fazem parte da realidade de potenciais soluções para a valorização de produtos locais da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. IN: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** p.113 -128. Brasília: Embrapa / UFPB / CIRAD. 2002

ABRAMOVAY, Ricardo. "Entre Deus e o Diabo - mercados e interação humana nas ciências sociais. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP - v. 16, n. 2. pp35-64. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf>

ACS. Associação de Certificação Sócio-Participativa. 2008
<http://67.15.172.14/~amazonli/acs-amazonia//index.php> acesso em 1/11/2008

AGENDA 21 Mâncio Lima. **Plano de Intervenção em Áreas Alteradas (PIAA).** MMA/FNMA/PMML. Mâncio Lima Acre, 2006.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** p. 25-69. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.**Vol.6 N.01. ANPUR, maio de 2004 pp. 9-32.

ALMEIDA, Felipe S. Comércio ético e solidário: mercado livre e desenvolvimento na prática. IN: LAGARES, Léa; LAGES, Vinícius & BRAFA, Christiano (orgs). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios.**p219-246. Brasília: SEBRAE, 2006

ALMEIDA, Luis Carlos & BRITO, Admilson Mota. (2003) - Manejo do cacauzeiro silvestre em várzea do estado do Amazonas, Brasil. **Agrotropica.**15 (1):47-52.

ALMEIDA, Mauro W. B. Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiro e suas Lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 19 nº. 55 junho/2004

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Dantas, Mutran e outros bichos.** 09/08/2008. Artigo para Adital - Agência de Informação Frei Tito para a América Latina.
http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=280225 acesso em 15/10/2008

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia,** 2o vol. Brasília: MTE. 2005.

ARANTES, Antônio. Cultura e Territorialidade em Políticas Sociais. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** p. 85-130. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

ALTIERI, Miguel & KOOHAFKAN, Parviz. **Globally Important Ingenious Agricultural Heritage Systems (GIAHS): extent, significance, and implications for development.** Full Paper. International Forum: GIAHS A Heritage for the Future. Roma, 24-26/Outubro, 2006. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/sd/SDA/GIAHS/backgroundpaper_altieri.pdf

ÁLVARES, Virgínia. **Princípios para o manejo pós-colheita da castanha-do-brasil.** Programa Boas Práticas na Produção. MAPA/Embrapa, Acre. 2005

ANAC. Agencia de Negócios do Acre. **Farinha de Mandioca do Acre.** Material de promoção institucional. 2004

ANDRADE, Alexandre A. L. G. 2003. **Artesãos da Floresta. População Tradicional e Inovação Tecnológica:** O caso do 'couro vegetal' na reserva extrativista do Alto Juruá, Acre. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). 188 p. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP.

ANGELSEN, Arild & SVEN, Wunder **Exploring the Forest—Poverty Link: Key Concepts, Issues and Research Implications.** Center for International Forestry Research – CIFOR. Occasional Paper No. 40. Jakarta. 2003.

ANVISA. Estados apóiam produtores e investem em segurança alimentar. Informes Técnicos Institucionais. **Revista de Saúde Pública.** 38(5):754-7. 2004

AMAZONIA.ORG. (2006) - *Kaiapó produzem óleo de castanha e dignidade. Negócios da Floresta.* www.amazonia.org.br em 23/02/2006. Acesso em 30/05/2007.

AMIGOS DA TERRA (2006) – Comunicação pessoal e entrevista com Luis Medeiros. Novembro. São Paulo.

ASPF. Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado do Acre. Projeto Análise do Sistema de Produção Familiar . 2004

Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) e Instituto Socioambiental. <http://www.socioambiental.org/prg/xng.shtm> acesso em 03. 10.2008

AUBERTIN, Catherine. A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade. IN: EMPERAIRE, Laure (org). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central.** p.23- 30. São Paulo: UNESP, 2000

BACELAR, Tânia. Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: O desafio da multidimensionalidade, Visão a partir do Brasil. **Fórum DRS.** Boletim Eletrônico Mensal. Edição 50a. Ano 3. Janeiro 2008.

BALZON, Tatiana. **O Dilema Florestal:** Um Estudo de Caso do Manejo Florestal Comunitário do Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias. Monografia. 103 p. Universidade Federal do Acre. Departamento de Economia. Rio Branco, 2005

BARROS, Ana Flávia G. & VARELLA, Marcelo. A nova tendência mundial de segurança alimentar e o sistema de certificações. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. p. 201-218. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.
BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos.** São Paulo: Perspectiva, 230p, 2006.

BECKER, Bertha. Síntese do processo de ocupação da Amzônia – lições do passado e desafios do presente. IN: MMA. **Causa e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia.** 5-28p. Brasília: MMA, 2001.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira. IN: SANTOS, Milton, et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 22-40p. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BECKER, Bertha. Da preservação à utilização consciente da biodiversidade amazônica: o papel da ciência, tecnologia e inovação. IN: GARAY, Irene & BECKER, Bertha. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. 355-379p. Petrópolis: Editora Vozes. 2006

BECKER, Bertha & LENA, Phillipe. **Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME. Setembro, 2002.

BÉRARD, Laurence & MARCHENAY, Philippe. *Lês Produits de Terroir: entre cultures et règlements*. CNRS editions, Paris. 2004.

BERKES, Fikret. Rethinking Community-Based Conservation. **Conservation Biology**. V18, n3, p621-630, 2004.

BIODIVALLOC. Projeto: Biodiversité et instruments de valorisation des productions localisées/ Biodiversidade e instrumentos de valorização de produtos locais. Programa: Populações tradicionais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia brasileira. Disponível em:

http://www.brasil.ird.fr/article_programmes_regionaux.php3?id_article=2248

BODEGOM, Jan van & SCHOUBROECK, Frank van. **Local empowerment and poverty alleviation in 'Globally Important Agriculture Heritage Systems' (GIAHS) . Second Draft**. International Forum: GIAHS A Heritage for the Future. Roma, 24-26/Outubro, 2006. Disponível

em:ftp://ftp.fao.org/sd/SDA/GIAHS/forum_oct2006/session1/Full_paper_4_Local_empowerment_Arend_Jan_Bodegom.pdf

BRABET, Catherine & PALLET, Dominique. Os Selos Oficiais de Qualidade dos Alimentos na França e na Europa. IN: LAGARES, Léa, LAGES, Vinícius & BRAGA, Christiano. **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e Certificações para Competitividade nos Negócios**. 31-55p. Brasília: SEBRAE. 2006

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. IN: IN: ORTEGA, Antônio & FILHO, Niemeyer (ogrs). **Desenvolvimento Territorial: segurança alimentar e economia solidária**. p.39-61. Campinas: Alínea. 2007.

BURSZTYN, Marcel. **Think Locally, Act Globally: New Challenges to Environmental Governance**. Occasional Paper. Sustainability Science Program, Kennedy School of Government, Harvard University, ABRIL 2008.

BURSZTYN, Maria A. & BURSZTYN, Marcel. Integrating the environment and development in the decision-making process. In: **Encyclopedia of Life Support Systems**. Eolss Publishers: Oxford, UK. 2000.

BUTTERFIELD, Rebecca; HANSEN, Eric; FLETCHER, Richard & NIKINMAA, Hanna. **Forest certification and small forest enterprises: key trends and impacts – benefits and barriers**. Rainforest Alliance / Forest Trends. Washington, D.C. 2005.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-Rede: Globalização Econômica e Instituições Políticas na era da Informação. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. Ed. ENAP/Revan, Brasília, Brasília, 2001.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. 1999. **Avaliação Econômica da Produção Familiar na Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre**. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção). 183f. Universidade Federal de Santa Catarina.

CARIMENTRAND, Aurélie. **Les enjeux de la certification biologique et équitable du quinoa (Chenopodium Quinoa Willd.) du consommateur au producteur**. 487f. Tese de doutorado em Ciências Econômicas. Universidade de Versailles-Saint Quentin. Escola de doutorado SOFT (Sociedades do Futuro). 2008.

CARTAY, Rafael. Los productos típicos y su regulamentacion. Uma tentativa de aplicacion de la denominación de origen al cacao venezolano. **Agroalimentaria**, nº 6. Junio, 1998, p. 13-19.

CATTANI, Antônio D. A Outra Economia: os conceitos essenciais. IN: CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia**. p.09-14. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003

CGEE/SPI/MP. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**. 2008. Disponível em: <http://www.planejamentoterritorial.gov.br/>

CDB. **Convenção sobre a Diversidade Biológica**. <http://www.cdb.gov.br/> s/d acesso em 04/04/2006

CEPLAC. (2006) - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. História e Evolução. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm acesso em 30/11/2006.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. 2008 <http://www.conab.gov.br/conabweb/> acesso em 11/11/2008

COOTRARON. **Território Rural do Alto Acre e Capixaba**. Plano Safra Territorial – 2006/2010. Rio Branco - Acre, 2006

CORDEIRO, Ângela. **Intervenções governamentais em segurança alimentar e nutricional com geração de renda e valorização da biodiversidade**. Resultados do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Agosto 2007. Versão revisada para publicação. Consultora contratada pelo Projeto PNUD BRA/03/034

COSLOVKY, Salo Vinocur. How Bolivia's Brazil-Nut Industry Became Competitive in World Markets While Brazil's Fell Behind: Lessons from a Matched Comparison. **Working Paper**. Department of Urban Studies and Planning Massachusetts Institute of Technology. October 2006.

CUNHA, Manuela C.; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João P. R. (Coord.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. p. 184-193. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

CUNHA, Manuela C. Introdução. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio imaterial e biodiversidade. CUNHA, Manuela (org). p15-27. No 32/2005.

DELGADO, Nelson; BONNAL, Philippe & LEITE, Sérgio. Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. **Relatório Final**. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro. Dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.iicaforumdrs.org.br/index.php?saction=conteudo&id=aeff8e125cad9e76a18b0ce6417dcc3&idMod=40>

DE ROBERT, Pascale & SIMONI, Jane. **Valorization of local products and territorial strategies: the certification of the Kayapó production of Brazil-Nut oil**. Apresentação. International Symposium. Promoting Local Specialities From Southern Countries *Origin-based products and biodiversity: heritage, territories, governance*. Addis Abeba, abril 2007.

DE PAULA, Juarez. Territórios, Redes e Desenvolvimento. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. p. 71-84. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

DIAS, Joana Filipa. A construção Institucional da Qualidade em Produtos Tradicionais. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciência Humanas e Sociais. 146f. 2005

DIEGUES, A.C.S. **Etnoconservação**: Novos rumos para a conservação da natureza. NUPAUB, São Paulo, 290p. 2000.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá. Estudo Exploratório da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Pará no Amapá. Dezembro 2003

DINIZ, Janaína D. A. S. & FABBE-COSTES, Nathalie. Supply Chain Management and Supply Chain Orientation: key factors for sustainable development projects in developing countries? **International Journal of Logistics: Research and Applications**. Vol.10, No.3, 235–250. September 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 2002

DOU de 25/07/2006. LEI Nº 11.326 - DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

DOWNES, David; LAIRD, Sarah. **Innovative Mechanisms for Sharing Benefits of Biodiversity and Related Knowledge. Case Studies on Geographical Indications and Trademarks**. Paper preparado para UNCTAD Biotrade Initiative. 1999.

EMBRAPA. **Cultivo da Mandioca**. Pragas: Mandarová. 2003. http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_tabcosteiros/pragas.htm acesso em 02/04/2007

EMBRAPA/AC. **Manejo Integrado do Mandarová da Mandioca (*Erinnys ello*)**: conceitos e experiências na região do Vale do Juruá. Embrapa Acre/ Sebrae/ Governo do Estado do Acre/ Finep / CNPq. Setembro 2008.

EMBRAPA. **Missão e Atuação**. 2008. http://www.embrapa.br/a_embrapa/atuacao acesso em 11/11/2008

EMBRAPA. **Certificação abre novos mercados para a castanha-do-brasil**. 28/04/2006. <http://www.embrapa.gov.br/imprensa/noticias/2006/foldernoticia.2006-04-03.3722359657/noticia.2006-04-28.5123455324/> acesso em 09/07/2008

EMBRAPA. Alimentos à base de castanha-do-brasil: ricos e nutritivos. Informativo. Embrapa Acre, 2005.

EMPERAIRE, Laure. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) na Amazônia brasileira. In: CAPOBIANCO, João P. R. et al (Coord.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. p. 225-234. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

EMPERAIRE, Laure. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 32. p.30-43. 2005.

EMPERAIRE, Laure. **Indicações Geográficas na Amazônia: processos e produtos**. Apresentação. 1o Seminário Internacional de Indicações Geográficas no Brasil: Desafios e Perspectivas. Florianópolis, SC. 06-07/11/2008.

ESCOBAR, Arturo & PARDO, Mauricio. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. p.343-374. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAO. **How Forests Can Reduce Poverty**. Food and Agriculture Organization for the United Nations - FAO & Department for International Development – DFID. Roma. 2001.

FBES. Sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2008. http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 acesso 04/11/2008

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. **A contribution paper for the Project Rural Territorial Development from Services and Products with Identity** – RIMISP. Paper apresentado no Taller Territorios con Identidad Cultural International. Cusco, Peru. Abril, 2006. <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736> acesso em 30/10/2006

FLORES, Murilo. Desenvolvimento Territorial Rural: uma proposta de estudo para apoio à formulação de políticas públicas. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. p. 157-178. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

FLOREZ, Margarita. Proteção do conhecimento tradicional? In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. p.287-316. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLÓREZ, Margarita. Conocimiento tradicional: objeto o sujeto de investigación?. In: MATHIAS, Fernando & NOVION, Henry (orgs.). **As Encruzilhadas das Modernidades:**

debates sobre biodiversidade tecnociência e cultura. Série Documentos do ISA 9. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 115 – 123. 2006.

FRETTEL, Alfonso & ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. 2003 In: CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz. p.33-44. 2003

FSC.Certificação.<http://www.fsc.org.br/index.cfm?fuseaction=conteudo&IDsecao=74>
2003. acesso em 5/10/2007

GARAY, Irene. Construir as dimensões humanas da biodiversidade: um enfoque transdisciplinar para a conservação da floresta atlântica. IN: GARAY, Irene & BECKER, Bertha. **Dimensões Humanas da Biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. 413-445p. Petrópolis: Editora Vozes. 2006

GEPLAN/ SEPROF. Projeção de comercialização de castanha-do-brasil safra 2004-2005. **Planilha**. 2006.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 106p, 2005.

GRAZIANO SILVA, Emiliano O sistema brasileiro de comércio ético e solidário como agente de segurança alimentar. IN: FRANÇA, Cassio Luiz de (Org.). **Comércio Ético e Solidário no Brasil**. p.97-101. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.144p

GUIMARÃES, André. Oportunidades de Negócios na Amazônia: Alternativas Sustentáveis. In: CAPOBIANCO, João Paulo et al. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. p. 348-351. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001.

GREGERSEN, Hans; CONTRERAS-HERMOSILLA, Arnoldo; WHITE, Andy & PHILLIPS, Lauren. **Forest Governance in Federal Systems**: An Overview of Experiences and Implications for Decentralization. Interlaken Workshop on Decentralization in Forestry. 27-30 April 2004 Interlaken, Switzerland. Forest Trends. CIFOR. 2004.

HALL, Stuard. "The State in Question". In: **The Idea of a Modern State**. McLennan, Gregor, David Held & Stuart Hall (editores). Open University Press. England. 1984

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 252p, 2005.

HECHT, Susanna B.. Factories, Forests, Fields and Family: Gender and Neoliberalism in Extractive Reserves. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 7 No. 3, pp. 316–347. July 2007.

HOWARD, Patricia, PURI, Raj & SMITH, Laurajane. **A Scientific Conceptual Framework and Strategic Principles for the GIAHS Programme from a Social-Ecological Systems Perspective**". Full paper. International Forum: GIAHS A Heritage for the Future. Roma, 24-26/Outubro, 2006. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/sd/SDA/GIAHS/forum_oct2006/session1/2_A_Scientific_Conceptual_Framework_Patricia_Howard.pdf

IBGE. Estados. Acre. **População**. 2007.
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=contagem> acesso em 03/04/2008

- IBGE. Estados. Acre. **Lavoura Temporária**. 2006.
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=lavouratemporaria2006>
acesso em 03/04/2008
- IBGE. Produção Castanha Dados IBGE 2006
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_\[anual\]/2006](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_da_Extracao_Vegetal_e_da_Silvicultura_[anual]/2006) acesso em 11/02/2008
- IFAT, Federação Internacional de Comércio Alternativo <http://www.ifat.org/> 2006, acesso em 10/07/2007.
- IPEA. Sustentabilidade na Amazônia. **Revista Desafios**. p.52-58. Julho, 2008.
- IPHAN. A Instituição. 2007
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginalphan>
acesso em 26/03/2007
- IPHAN. Bens Registrados. 2007a.
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginalphan>
acesso em 26/03/2007
- ISA. **Restauração florestal é fundamental para apicultura**. 2007
<http://www.yikatuxingu.org.br/noticias/ver/102> acesso em 03.10.2008
- ISA. **Negócio apimentado** 24/05/2005
<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2005> acesso em 02.10.2008
- ISA. **Mulheres baniwa no Alto Rio Negro apresentam resultados de experiências com variedades de pimentas** 27/04/2006
<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2248> acesso em 10.02.2008
- KAKUTA, Suzana et al . Guia de Respostas sobre Indicações Geográficas. IN: LAGARES, Léa, LAGES, Vinícius & BRAGA, Christiano. **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e Certificações para Competitividade nos Negócios**. p.247-273. Brasília: SEBRAE. 2006
- KATZ, Esther et al. La valorización del patrimonio culinário amazónico por lãs indicações geográficas. IN: Alvarez, Marcelo & Medina, F. Xavier. **Patrimônio Cultural y Alimentación de Europa a América**. Barcelona, Icaria. 2006
- KATZ, Esther; EMPERAIRE, Laure; VELTHEM, Lucia van & SIMONI, Jane. **A Farinha de Cruzeiro do Sul**. Poster. Seminário Internacional Indicações Geográficas no Brasil: perspectivas e desafios. Florianópolis, SC, 6 e 7 de novembro de 2008.
- LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.
- LA Times. **Acai has gone from staple of the Amazon to global wonder-berry**. By Patrick J. McDonnell, Los Angeles Times Staff Writer. September 21, 2008.
<http://www.latimes.com/news/nationworld/world/la-fg-acai21-2008sep21,0,5946602.story>
acesso em 8/10/2008.

LEITE, Arthur. Agregação de Valor aos Produtos Não-Madeireiros. Apresentação no **Seminário regional** Amazônia Ocidental de Cadeias de Produtos da Socibiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis. Novembro, 2007.

LEITE, F. M. N.; SOUZA, J. M. L.; REIS, F. S. ; MELO, J. S. Caracterização física e microbiológica da farinha de mandioca produzida no Vale do Juruá/AC. **Revista da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, 2006

LESCURE, Jean-Paul, PINTON, Florence & EMPERAIRE, Laure. Povos e produtos da floresta na Amazônia central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. IN: VIEIRA, Paulo & WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental.**433-468p. São Paulo: Cortez. 1997.

LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados** 14 (38), 321-346.2000.

LESSA, Carlos. **Auto-Estima e Desenvolvimento Social**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004

LÉVI, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola. 2003.

LIMA, Fancisca; GIESBRECHT, Hulda & LIMA, Solange. Indicação Geográfica: Agregação de Valor aos Produtos Amazônicos. **T&C Amazônia**, Ano V, Número 11, Junho de 2007

LIMA, André. Um pouco sobre a Amazônia Legal. In: FANY, Ricardo (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. p. 359-360. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. 2002.

LOUREIRO, Violeta R. & PINTO, Jax N.. A Questão Fundiária da Amazônia. **Estudos Avançados**. pp. 77-98. vol.19 no.54. Maio/Agosto. 2005

MACIEL, Raimundo Cláudio et al.. **Diagnóstico Sócio-Econômico do Vale do Juruá – períodos 1999/2000 e 2000/2001**. Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado do Acre – ASPF. ZEAS/PMRB. 2007.

MACIEL, Raimundo Cláudio. 2007. **Certificação Ambiental: uma estratégia para a Conservação da Floresta Amazônica**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) 189f. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP.

MACHADO, Altino. **Resex Chico Mendes tem 10 mil cabeças de gado.**08/10/2008. <http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/> acesso em 08/10/2008

MACHADO, Altino. **Lula vai “forçar a barra” no Congresso por verbas para terras indígenas e unidades de conservação.** 15/09/2008 <http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/> acesso em 15/09/2008

MACHADO, Frederico Soares. Território Rural Vale do Juruá. **Relatório Técnico** Quadrimestral (Maio a Agosto). Realização de atividades de mobilização e articulação para a constituição/fortalecimento da CIAT e levantamento de informações sobre o T. R. Vale do Juruá, Acre. Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. MDA/SDT STR/CZS CIAT. 2007.

MAGALHÃES, Rogério Marcos. **Biodiversidade, Bioprospecção e Patrimônio Genético no Brasil: alguns aspectos jurídicos e suas implicações**. Dissertação de Mestrado. 87f. Brasília – DF. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dez/ 2002.

MANCE, Euclides André. Consumo Solidário : In: CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia**. p.44-49. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003

MAPA. **Coordenação de Incentivos à Indicação de Produtos Agropecuários (CIG)**. 13/02/2007. <http://www.agricultura.gov.br/> acesso em 20/08/2008

MAPA. **Missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2008. <http://www.agricultura.gov.br/> acesso em 11/11/2008

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Multiculturalismo e Direitos Coletivos. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. p71-109. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTIN, Alexandra. **From Subsistence Harvesters to Market Players: the Evolution of Brazil Nut Production in Manicoré, Amazonas, Brasil**. Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS). Julho, 2007

MARTINEZ, Inmaculada Buendía; MARTÍNEZ, Jorge Coque; ALONSO, José Vidal. **Comércio justo: La ética en las relaciones comerciales dentro de un entorno globalizado**. Mercasa. 2000.

http://www.mercasa.es/es/publicaciones/pdf/comercio_justo.pdf Acesso em 03/07/06.

MARTINS, Francisco. **Territórios de Bravos**. Série Taquará-poca No VI. Ed. Melhoramentos [9ª edição]1969.

MDA. **Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Decreto 5.033, em 05 de abril de 2004. <http://www.mda.gov.br:80/portal/index/show/index/cod/140> acesso em 11/11/2008.

MDA. **Atribuições do DATER**. 23/09/2005. <http://www.pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=447> acesso em 11/11/2008

MDA/SAF. **Institucional: missão e princípios orientadores**. 01/08/2005. <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=273> acesso em 11/11/2008.

MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTIS: Estudo propositivo para a dinamização econômica do território rural do Alto Acre**. MDA/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2006.

MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Cartilha. 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0825217923.pdf>

MDA. Compra de Alimentos: A favor de quem produz. **Revista Terra da Gente**. Publicação especial do MDA. Circulação Nacional. Abril, 2008

MDA. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) – 2008/2009 <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf> acesso em 01/10/2008

MDA/SDT. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial: Missão**. 01/11/2005. <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=532> acesso 11/11/2008

MDA/SDT. **Marco Referencial** para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Série Documentos Institucionais 02/2005. Brasília, 2005a.

MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Guia para o Planejamento. Documento de Apoio Nº 02. Brasília, 2005b.

MDA/SDT. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documento Institucional Nº 3. Brasília, 2005c.

MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTIS: Estudo propositivo para a dinamização econômica do território rural do Alto Acre**. MDA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2006.

MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do **Território Rural do Alto Acre**. Brasília, 2006a.

MDA/SDT. **Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais**. Guia para a Organização Social. Documento de Apoio Nº 03. Brasília, 2006b.

MDA/SDT. **Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais**. Guia para o Controle Social. Documentos de Apoio No 04. Brasília, 2006c.

MDA/SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Conceito e abordagem. <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=477> acesso em 10/10/2007.

MDA/SDT. Sistema de Informação Territorial. Territórios Acre. 2008. http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar_mapa&abr=tr&territorio=4&tema=0&mapa_territorial=4 acesso em 18/10/2008

MDA/MMA/MDS. **Guia para Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis**. Brasília, 2008.

MDA/MMA/MDS. **Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis**. Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais. Brasília, 2008a.

MDS. **Missão do Ministério do Desenvolvimento Social**. 2008. <http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio/missao-1/> acesso 11/11/2008

MDS. **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008a. <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan> acesso em 11/11/2008

MDS/PAA. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. 2008. Apresentação. Disponível em: http://www.undp-povertycentre.org/doc_africa_brazil/2.SESAN_PAA_Cesar%20Medeiros.pdf acesso em 11/11/2008

MEDAERS, Jean Pierre. Políticas de Qualidade para Produtos Agrícolas e Alimentares: Sistemas de Garantia da Qualidade. IN: LAGARES, Léa, LAGES, Vinícius & BRAGA, Christiano. **Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e Certificações para Competitividade nos Negócios.** 109-145p. Brasília: SEBRAE. 2006

MEDAERS, Jean Pierre. 2003. **A Construção da Qualidade na Produção Agrícola Familiar: Sistemas de Certificação de Produtos Orgânicos.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) 213 p. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

MELO GOMES, Franco. Severiano. **Planilha** de custo de produção por hectare de mandioca em Cruzeiro do Sul. STR/CZS. Agosto 2007.

MELO, Janira; OLIVEIRA, Tony; SOUZA, Joana. M. ;BAYMA, Marcio. SÁ, Claudenor; CAMPOS FILHO, Manoel. Impactos da adequação das boas práticas de fabricação da farinha de mandioca sobre o custo de produção no Vale do Juruá, Acre. **Revista da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**,2006.

MELLO, Neli A. **Políticas Territoriais na Amazônia.** São Paulo: AnnaBlume. 2006.

MENESES FILHO, Luis **Análise da Participação da Sociedade Civil e da Governança de Cinco Espaços de Definição de Políticas Públicas do Estado do Acre.** GTA/ IUCN/WWF. Abril, 2008.

MIRANDA, Evaristo. **Quando o Amazonas Corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia.** Petrópolis: Editora Vozes. 2007.

MICHELOTTI, Fernando. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal: o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri- CAEX. **Novos Cadernos NAEA.** V.3 N.2 p.17-44. Dezembro 2000.

MMA. **Organograma.** 2006.
<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=8&idConteudo=4678>
acesso em 11/11/2008

MMA. Apoio à consolidação de cadeias de valor de óleos vegetais relevantes para povos e comunidades tradicionais da Amazônia. **Diagnóstico das principais cadeias de óleos vegetais da Amazônia.** Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Documento Preliminar. Versão 1.0. Agosto 2006.

MMA. **Estrutura Regimental.** 26/04/2007.
http://www.mma.gov.br/estruturas/cgti/arquivos/estrutura_regimental_2007.pdf acesso em 11/11/2008.

MMA. **Secretaria de Biodiversidade e Florestas.**

2008 <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=146&idMenu=6429> acesso em 11/11/2008

MMA. **Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2008a

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=138&idMenu=6267>

acesso em 11/11/08

MMA. **Departamento de Articulação de Ações da Amazônia.** 2008b.

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=59> acesso em

11/11/08

MMA/MDA/MDS. “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”. **Texto base** para os Seminários Regionais e Nacional. MMA/MDA/MDS. 2007.

http://www.mda.gov.br/arquivos/TEXT0%20BASE%20SRs_%20Produtos%20da%20Sociobiodiversidade.pdf

MOLANO, Olga. La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial. Rimisp. Taller. **Territórios con Identidad Cultural.** Abril 2006. Disponível em:

http://www.rimisp.org/proyectos/index_proy.php?id_proyecto=188

MOLNAR, Augusta; SCHERR, Sara J. & KHARE, Arvind. **Who Conserves the World's Forests?** Community-Driven Strategies to Protect Forests & Respect Rights. Forest Trends. Ecoagriculture Partners. Washington, D.C. 2004.

MORAN, Emilio. **Through Amazonian Eyes: The Human Ecology of Amazonian Populations.** The University of Iowa Press, Iowa city, 230p. 1993.

MTE. **História do MTE.** 2008. <http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp> acesso em 11/11/2008.

MTE. **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.** 2008.

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp acesso em 29/10/2008.

MYERS, Gillian P., NEWTON, Adrian C., MELGAREJO, Orlando. The influence of canopy gap size on natural regeneration of Brazil nut (*Bertholletia excelsa*) in Bolivia. **Forest Ecology and Management** 127 119-128. 2000.

NASCIMENTO, Décio & SOUZA, Marília. Valorização do Terroir – uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** p. 179-199. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004.

NEVES, Acácia Lima. - Plano de Manejo. Sistemas Agroflorestais com Cacau de várzea das regiões do Baixo Urucurituba, Augusto Montenegro e Urucurituba Novo. Médio Amazonas, Urucurituba – AM. **Relatório.** Manaus, AM. 2005.

NEWING, H. & HARROP, S. European Health Regulations and Brazil nuts: Implications for biodiversity conservation and sustainable rural livelihoods in the Amazon, **Journal of International Wildlife Law and Policy** 3(2): 109-124).2000.

NODA, Sandra. N. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PANTOJA *et al.* Brotar Roçados. IN: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela & ALMEIDA, Mauro (eds). **Enciclopédia da Floresta**. p.249-283. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PANTOJA, Mariana. (2005) - A diversidade que vem do roçado. Especial Papo de Índio. **Página 20**. Rio Branco-AC, 11 de dezembro.

PERES, Carlos et al. Demographic Threats to the Sustainability of Brazil Nut Exploitation. Report. **Science**. 19 December VOL (302) 2112-2114. 2003

PERICO, Rafael. A Gestão Social dos Territórios: O desafio da multidimensionalidade. **Fórum DRS**. Boletim Eletrônico Mensal. Edição 49a. Ano 2. Dezembro 2008.

PESSOA, Enock. **Trabalhadores da floresta do Alto Juruá: Cultura e Cidadania na Amazônia**. Rio Branco: UFAC. 237p. 2004.

Peixes Ornamentais. **Peixe ornamental de Barcelos terá selo de origem**. 2007. http://www.peixesornamentais.info/index.php?option=com_content&task=view&id=360&Itemid=50 acesso em 03.10.2008

PINTON, Florence & AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. IN: EMPERAIRE, Laure (org). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. p.151- 159. São Paulo: UNESP, 2000.

Ponto Solidário. **Brinquedos de Miriti**. 2005 <http://www.pontosolidario.com.br/miriti.htm> acesso 03.10.2008

OECD. **Harnessing Markets for Biodiversity: Towards Conservation and Sustainable Use**. Organization for Economic Co-operation and Development. www.oecd.org 2003

OESP. (2004) - Mix de açaí com guaraná faz sucesso nos EUA. **O Estado de São Paulo**. Agrícola. P.G3. 14/01/2004.

OLIVEIRA, Tony; PINHO DE SÁ, Claudenor & OLIVEIRA, Antônia. (2004) - Caracterização do sistema de produção e tipos de casa de farinha na região do vale do Juruá. **Manuscrito** não publicado. Rio Branco, AC.

RANABOLDO, Claudia. Bases conceptuales y metodológicas para el diseño y la realización de estudios de caso de territorios con identidad cultural. Versión final (junho, 2006). **Taller Internacional Territórios con Identidad Cultural, Cusco**, abril, 2006. <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=5364> acesso em 10/10/2006.

REBRAF. (2005) - Rede Brasileira Agroflorestal. APL. Fichamento e Intercâmbio de experiências com SAFs no Brasil. **Arranjo Produtivo Local do cacau de várzea do baixo e médio Amazonas, Brasil**. <http://www.rebraf.org.br/media/APL.pdf> acesso em 01/06/2007

REBRAF. (2005b) - Rede Brasileira Agroflorestal. APL. Fichamento e Intercâmbio de experiências com SAFs no Brasil. **A experiência do Projeto RECA - reflorestamento**

econômico consorciado e adensado, na região oeste de Rondônia, Brasil.
<http://www.rebraf.org.br/media/RECA%20luiza.pdf> acesso em 01/06/2007

RÊGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Opinião. **Ciência Hoje**. (147). 1999
<http://cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch147/opiniao.rtf>

REIS, F. S.; LEITE, F. M. N.; SOUZA, J. M. L. Qualidade da farinha de mandioca produzida no Vale do Juruá/AC. **Revista da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, 2006

ROCHA, Juliana & BURSZTYN, Marcel. **Território, Saberes Locais e Sustentabilidade:** A busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS. Brasília. 23 a 26 de maio 2006.

SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. 402p Brasília: Embrapa / UFPB / CIRAD. 2002

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. IN: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. 21-37p. Brasília: Embrapa / UFPB / CIRAD. 2002

SABOURIN, Eric. **A difícil co-construção de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial.** Apresentação. Seminário de Extensão. Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. Setembro, 2006.

SAMPAIO, Felipe & FLORES, Murilo. Comércio Ético e Solidário e a Agricultura Familiar Brasileira: Um outro mercado é possível? In: FRANÇA, Cássio. **Comércio Ético e Solidário.** Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, ILDES. 14-28. 2002.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, ISA, IEB. 303p. 2005.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos & BARROSO-HOFFMANN (orgs). **Além da Tutela:** Bases para uma nova política indigenista III. p.83-104. Rio de Janeiro: Contra-Capa. 2002.

SANTILLÁN, Rosario Ruiz. **El Cacao:** Impulsor del Desarrollo Integra em La Amazônia Peruana. Documento Final. Em 10/12/2007 Disponível em:
http://www.grupochoylavi.org/Mercados/Doc/080-04-PE_InfoFinal.pdf

SLOW FOOD (s/d). **Sobre o Guaraná Nativo Sateré-Mawé.** s/d.
<http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/108/70/> acesso em 02.10.08

SANTOS, Boaventura S. **Produzir para Viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 514p, 2005.

SANTOS, Boaventura & RODRÍGUEZ, César. Introdução: Para ampliar cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura. **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista.** (23-77). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

SANTOS, Boaventura. **A crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da experiência.** São Paulo: Editora Cortez. 2005.

SANTOS, Jair carvalho et al. **Avaliação Econômica de Sistemas de Produção de Farinha de Mandioca na Região do Vale do Rio Juruá, Acre.** Documentos 80. Embrapa. Rio Branco, 2003.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Ed. USP. 2002.

SANTOS, Milton, O dinheiro e o território. IN: SANTOS, M. et AL **Território, Territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 13- 21. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

SARR, Omar & CORMIER-SALEM, Marie-Christine. **Shell's Valorization Policies in Saloun, Senegal.** Contribuição para o International Symposium, Promoting local specialities from Southern Countries. Origin-based products and biodiversity: heritage, territories, governance. Addis-Abeba (Etiópia). CFEE/EPA/IRD/IDDRI, 23-28 de abril de 2007.

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. **Amazônia : Cenas e Cenários.** Brasília : Editora Universidade de Brasília. 382p. 2004.

SAYAGO, Doris & BURSZTYN, Marcel. Amazônia: Um mosaico de projetos. IN: NASCIMENTO, Elimar & DRUMMOND, José Augusto. **Amazônia: Dinamismo econômico e conservação ambiental.** p.165-190. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

SCHERR, Sara; WHITE, Andy & KAIMOWITZ, David. **A New Agenda for Forest Conservation and Poverty Reduction:** Making Markets Work for Low-Income Producers. Forest Trends. IUCN. CIFOR. Washington, D.C. 2004.

SEBRAE/AC. Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas do Acre. Regional Alto Juruá. **Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local.** Programa Especial de Emprego e Renda. s/d. http://www.ac.sebrae.com.br/dlis_Local.html

SEBRAE/AC. **Relatório de Gestão Acre.** 2006.

SEBRAE. **Projeto: Grupo de Produtores de Farinha de Mandioca do Juruá. 2006.**http://www.sebrae.com.br/uf/acre/sebrae-ac/projetos-no-estado/mostra_iframe?iframe=http://www.sigeor.sebrae.com.br/projeto.asp?cd_projeto=716 acesso em 10/06/2008

SEBRAE. APL de castanha protege a floresta. Agência Sebrae de Notícias. **Jornal do Comércio** – RJ. 11/06/2007

SEFAZ. Secretaria de Estado de Fazenda. Acre. Exportação de Farinha em Cruzeiro do Sul. Documento interno. 2007.

SEIAM/SEPROF. Sistema Estadual de Informações Ambientais. SEPROF.09/08/2005. http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=23&Itemid=24 acesso em 07/08/2008

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 209p, 2000.

SENAES, Economia Solidária. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego. 2008. http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp acesso em 04/11/2008

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE, 2006.

SHANLEY, Patricia. **Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros**. Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. Biodiversidade, Direitos de Propriedade Intelectual e Globalização. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. p.319-340. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

SHANLEY, Patricia. **Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeireiros**. Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.

SIAMB. **Programa de incentivo a cultura da mandioca é aprovado pela Comissão de Agricultura. Mandioca Brasileira**. 2008. <http://www.mandioca.agr.br/portal/index.php?option=content&task=category§ionid=22&id=87&Itemid=156&limit=10&limitstart=0> acesso em 17/10/2008.

SILVA, Marina. **Atrás de uma borboleta azul**. 15/07/2008. <http://altino.blogspot.com/2008/07/atrs-de-uma-borboleta-azul.html> acesso em 15/10/2008.

SINGER, Paul. A Recente Ressureição da Economia Solidária no Brasil. IN: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. p.83-129. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 501p, 2005.

SOLDÁN, Marcelo Paz. The Impact of Certification on the Sustainable Use of Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*) in Bolivia. Non-Wood Forest Products Programme FAO. **Final Draft**. October 2003.

SOUZA, J. M. L.; LEITE, F. M. N.; REIS, F. S.. Caracterização bromatológica da farinha de mandioca produzida no Vale do Juruá/AC. **Revista da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, 2006.

SOUZA, J. M. L.; CARTAXO, C. B. C. ; LEITE, F. M. N. ; BAYMA, M. M. A. ; REIS, F. S. Competitividade e eficiência do agronegócio da farinha de mandioca no Vale do Juruá/AC. 2005.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, Neoliberalismo e Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. Ed. ENAP/Revan, Brasília, Brasília, 2001.

TAKAGI, Maya & BELIK, Walter. A Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. IN: ORTEGA, Antônio & FILHO, Niemeyer (orgs). **Desenvolvimento Territorial: segurança alimentar e economia solidária**. p.187-207. Campinas: Alínea. 2007.

TROJAL, Anna *et al.* Species diversity causing human cutaneous leishmaniasis in Rio Branco, state of Acre, Brazil. **Tropical Medicine and International Health**. 11(9):1388-98. 2006.

VARELLA, Marcelo D. Algumas Ponderações sobre as Normas de Controle de Acesso aos Recursos Genéticos. In: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Palestras proferidas nas três edições do Seminário Internacional de Direito Ambiental**, promovidas pela Escola Superior do Ministério Público da União. 121-158p. Brasília: ESMPU, 2004.

VIDAL, Natália. **Forest company-community agreements in Brazil: current status and opportunities for action**. Forest Trends. Washington, D.C.2005.

STEINBERGER, Marília. Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais. In: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais**. p.29- 82. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

UBIRACY, Francisco & DA SILVA, Mario Jorge. O governo do Acre e suas políticas amazônicas. **Amazônia Política**. No 8. 28/11/2005. Disponível em: www.ildis.org.ec/old/Ubiracy.pdf

VELENZUELA, A.G.Z., P. MARCHENAY, P., BÉRARD, L. et FOUROUGHBAKHCH, R. 2004. **Conservación de la diversidad de cultivos en las regiones com indicaciones geograficas. Comparacion del tequila y calvados**. *Sociedades rurales, produccion y medio ambiente (Mexico)* 5: 7-22.

VIDAL, Natália. **Forest company-community agreements in Brazil: current status and opportunities for action**. Forest Trends. Washington, D.C.2005.

VILHENA, Manoel Ricardo. 2004. **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento na Economia da Castanha-do-Brasil: A transformação industrial da Castanha-do-brasil na COMARU - Região Sul do Amapá**. Dissertação (mestrado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências

Y IKATU XINGU. **Restauração Florestal é Fundamental para Apicultura**. 2007 <http://www.yikatuxingu.org.br/noticias/ver/102> acesso em 21/11/2008

ZEE AC. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II. **Documento Síntese e Mapas**. Rio Branco, Acre. 2006.

WUNDER, Sven. Value Determinants of Plant Extractivism in Brazil: An analysis of the data from the IBGE Agricultural Census. **Texto para Discussão N° 682**. IPEA. 1999.

ZAOAUL, Hassan. **Novas Economias das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Ed. Cortez. 2003.

Artigos/reportagens diversas:

The green gold of the Amazon [02/08/2008]

<http://www.anba.com.br/ingles/pequena.php?id=150> acesso em 27/02/2007

Farinha de castanha combate a desnutrição.

<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticia&ID=238168> acesso em 26/02/2008

Organização dos produtores e a industrialização valorizam a castanha, que ganha mercado gerando renda na floresta - 29/09/2007

<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=253502> acesso em 1/10/2007

Castanha de cara nova: Cooperativa de comercialização extrativista apresenta sua nova marca e a conquista do mercado da castanha.

http://www.prefeitos.easycoop.com.br/prefeitos/mostra_noticia.asp?id=5638 acesso em 25/02/08

Quebra essa castanha! Cooperativa está conseguindo realizar o sonho de melhorar o preço e industrializar a castanha, gerando emprego e renda.

<http://www2.uol.com.br/pagina20/19112006/especial.htm> acesso em 25/02/2008

Aprendendo a vender castanha.

<http://www.meujournal.com.br/ocb/journal/materias/integra.aspx?id=3505> acesso em 25/02/2008

Castanha perde preço e espaço no Acre <http://blogvisao.wordpress.com/2007/08/16/> acesso em 25/02/2008

Yes, nós temos castanha 05/11/2006

http://compradores.amazonia.org.br/det_noticia.cfm?id=225862 acesso em 25/02/2008

Boas práticas utilizadas pela Cooperacre eliminam principal inimigo da castanha para o mercado mundial no Acre.

<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=253314> acesso em 25/02/08

CARDOSO Raimari. CAEX e sua Herança Maldita. **Folha do Acre.**

02/03/2008 http://www.folhadoacre.com/navegacao/ver_noticia.php?id_noticia=1552&edit_oria

<http://ambienteacreano.blogspot.com/2008/04/cooperativa-agroextrativista-de-xapuri.html> acesso em 02/03/2008

LUCENA, Pitter. Economia acreana perde R\$3,5 milhões com saída de castanha não beneficiada. **A Tribuna.** Rio Branco. 10/02/2004.

<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=97919> acesso em 02/03/2008

PITMAN, Simon. Açai berries make jump from food into skin care.

www.CosmeticsDesign.com France, 5 February 2008. Acesso em 06/07/2008

Açaí nourished skin to fight a host of ailments <http://www.cosmeticsdesign.com/news/ng.asp?n=83049-karen-s-specialy-skin-care-aai-berry-anti-oxidants-anti-aging> acesso em 28/02/2008

Can a smoothie really save the rainforest? - 11/18/2007
<http://www.amazonia.org.br/english/noticias/noticia.cfm?id=256214> em 27/02/2008

The Today Show Touts Cupuaçu www.earthfruits.com

AMARAL, Weber A. N. *et al.* Análise sobre a viabilidade de criação de um Programa de biocomércio regional – Contribuição do Brasil Projeto Biocomércio – Biotrade – UNCTAD – OCTA. 2006

COUNSELL, Simon, LORAAS, Kim. **Trading in Credibility**: The myth and reality of the Forest Stewardship Council. Report. The Rain Forest Foundation. 2002. Disponível em: <http://www.rainforestfoundationuk.org/files/Trading%20in%20Credibility%20full%20report.pdf>

FAIRTRADE. **Nuts and Oil seeds**.
http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/sales_volumes_nuts_oilseeds.jpg
acesso em 12/02/2008

FAIRTRADE. **Shaping Global Partnerships**: Fairtrade Labelling Organizations International. Annual Report. 2006 / 07.

GONÇALVES, Wagner A. O Marco Jurídico Da Autogestão e Economia Solidária. **Relatório Final** do Convênio MTE / IPEA/ANPEC – 01/2003. 2005. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_marco_autogestao.pdf

GOMES, Ezio. Em discussão a criação do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. **Boletim do Deser** 14 nº 155, dezembro/2006.

Floresta gera riqueza no ciclo sustentável da Amazônia - 07/02/2008
<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=261125> acesso em 11/02/2008

PÉREZ, José Torres, RICO, Pilar Navarro, ARECHAGA, Andrés Larrinaga. **Para entender el comercio justo**. Edita: Instituto Juan de Herrera.
<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n13/aalar.html>

Produtos feitos de matérias-primas como cupuaçu e açaí estão ganhando o mundo - 25/08/2007
<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=251967> acesso em 01/09/2008

UNEP. (s/d). **The Trade and Environmental Effects of Ecolabels**: Assessment and Response. Disponível em:
<http://www.unep.ch/etb/publications/Ecolabelpap141005f.pdf>

XANGAI, Juraci **Porto Carlos: o último seringal**. 09/11/2004
http://www2.uol.com.br/pagina20/09112004/c_0909112004.htm acesso em 03/06/2008

XANGAI, Juraci **Acreeanos confirmam posse de terra em cartórios da Bolívia**. 08/05/2005 <http://www2.uol.com.br/pagina20/08052005/especial.htm> acesso em 03/06/2008

ANEXO 1

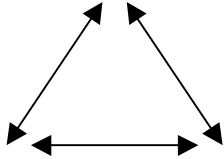
Roteiro

Data:

Nome:

Localidade:

Quadro conceitual

Dispositivos/Produção - adaptabilidade (manutenção do saber-fazer, manutenção da organização socioeconômica) - aceitabilidade social (reconhecimento/apropriação dos instrumentos, repartição eqüitativa dos benefícios)	Dispositivos de Valorização quadro institucional e jurídico - normas e limitações (normas de qualidade e traçabilidade) - eficiência econômica (acesso ao mercado, agregação de valor)	Dispositivos e Biodiversidade - Adaptabilidade (impactos negativos sobre a diversidade biológica e cultural) - eficácia (apoio a relação entre as diversidade biológicas e cultural, releitura e alterações positivas das relações ao ambiente, mobilização e ou geração de normas de conservação)
		
Produção localizada - Tipicidade (saber fazer, organização socioeconômica) - modelo alimentar - notoriedade	Recursos Espaço, acesso, sistema de produção	Biodiversidade Especificações (ecossistema, diversidade biológica e cultural, relações entre os saberes naturais e usos culturais da biodiversidade)

Perguntas norteadoras

1. Organização social da comunidade e da produção

- ___ Gênero
- ___ Idade dos envolvidos
- ___ Escolaridade
- ___ naturalidade
- ___ tempo de moradia na localidade
- ___ Grau de envolvimento nas diferentes fases da produção
- ___ Renda
- ___ principais atividades de trabalho na comunidade

2. Organização social, política e econômica da produção

- ___ Associação
- ___ Cooperativa

- ___ Rede (participação?)
- ___ status jurídico
- ___ apoio financeiro (governamental, não-governamental, de cooperação internacional ou regional)
- ___ apoio de Estado ou de governo
- ___ política pública envolvida (incentivos, restrições, limites)
- ___ parceiras
- ___ fiscalização
- ___ O que muda na produção com a organização de uma cooperativa ou associação e uma marca ao produto? (desvantagens? vantagens?)
- ___ O que significa a obtenção de uma marca para seu produto?
- ___ O que muda no cultivo?
- ___ Quais as dificuldades iniciais e atuais? O que tem que ser melhorado?
- ___ O que representa para o(a) senhor(a) fazer parte da associação/cooperativa?
- ___ O que mudou na dinâmica familiar (renda, trabalho)? Na dinâmica da comunidade?
- ___ O que muda em relação às outras atividades exercidas diariamente?
- Percepção do território de atuação
 - ___ conhecimento limítrofe da área (limites com.....)
 - ___ interação com outras comunidades, municípios
 - ___ onde
 - ___ quais
 - ___ como vê a atuação, influência do Estado e ou do governo em sua comunidade e na produção

3. Valorização por Identidade Territorial (o que está envolvido em uma possível valorização do produto para a comunidade local, para o consumidor externo, para o Estado (representante do servidor público envolvido):

3.1 Relações sociais, políticas e econômicas

- ___ Trabalho infantil
- ___ Crianças na escola ___ qualidade do ensino
- ___ Acesso ao Posto Médico ___ qualidade do atendimento
- ___ Horas de trabalho por dia e por semana
- ___ Renda
- ___ capacitação e reciclagem (para autonomia)
- ___ relações de equidade intra-comunidade (direitos e benefícios)
- ___ autonomia e poder decisório da comunidade em relação à produção
- ___ percepção acerca das relações com o externo (reciprocidade envolvida com o comprador)
- ___ percepções (justas?) acerca das demandas externas (comprador e consumidor) por regras e valores que devem estar inscritos/associados à produção e ao produto.
- ___ seguimento de tais regras e valores colocados à comunidade e seu processo de produção (como é feito? espontaneidade? Jogar o jogo?)
- ___ valor sócio-cultural agregado ao produto (que valor é esse? Percepção interna e externa)
- ___ o que é valorizar um produto?
- ___ como se imagina para onde o produto vai (construção do imaginário). Quais elementos pertencentes a esta ordem?

3.2 Relações ecológicas

3.2.1 Ecosistêmica:

- _____ Ciclagem de material (tratamento de dejetos e detritos provenientes da produção, armazenamento, exposição, reciclagem, condições materiais de produção)
- _____ Fluxo energético (tipo e origem da energia utilizada)
- _____ monitoramento
- _____ conservação (sustentabilidade ecológica da produção)
- _____ valor ecológico agregado (que valor? Percepção interna e externa)

3.2.2 Comunidade e população: espécie (matéria prima):

- _____ manejo da espécie (tipo, ordem temporal e espacial)
- _____ como a espécie é obtida
- _____ tecnologia utilizada
- _____ co-manejo com outras espécies e/ou variedades
- _____ como os exemplares das espécies são obtidos
- _____ monitoramento
- _____ conservação da espécie

3.2.3 Histórico do manejo

- _____ quem ensinou
- _____ qual a idade
- _____ como foi o aprendizado/envolvimento
- _____ quem participa
- _____ individual ou coletivo
- _____ %do tempo dedicado no processo de produção
- _____ % de tempo antes _____% de tempo depois da organização formal da produção

3.2.4 Planta/extrai/maneja outras espécies

- _____ quais
- _____ como
- _____ quando
- _____ propósito (alimentício, cultural, religioso, medicinal, estético, lenha, outro)
- _____ % de tempo dedicado ao manejo e/ou atividade dessas espécies

3.2.5 Tempo despendido em outras atividades

- _____ % de tempo dedicado em atividades com o grupo (quais?)
- _____ % de tempo dedicado em família
- _____ % de tempo dedicado a festas/celebrações/ atividades religiosas

ANEXO 2 - Quadro metodológico para identificação de indicadores de sustentabilidade.

Aspecto estudado	Indicador	Medidas	Descrição
Biodiversidade	B1 Saúde dos ecossistemas	existência de áreas prioritárias para conservação e usos sustentável da biodiversidade; espécies de aves e insetos conhecidas; lista de espécies ameaçadas; riqueza específica; diversidade específica; abundância global de espécies chaves, indicadoras, ameaçadas, guarda-chuva	
	B2 Conectividade / fragmentação dos ecossistemas	Fragmentação de florestas; presença ou ausência de unidades de conservação ou terras indígenas, circunvizinhas ou próximas.	
Comunidade Local	C1 Equidade	nível de renda gerada; distribuição da renda entre famílias produtoras; nível de produção entre produtores; nível de tecnologia utilizada	
	C2 Discriminação social	idade; gênero; número de produtores	
	C3 Saberes e representações	forma de aprendizado (intergeracional); ocorrência de mitos, ritos, cânticos, histórias associadas; denominações associadas ao produto e às relações de produção; importância patrimonial de receitas culinárias relacionadas ao produto; cultos ou manifestações culturais que incluem a presença do produto	
Comercialização da Produção	P1 Sucesso Comercial	volume de negócios; volume de produção; lugares de produção, beneficiamento e distribuição; nome e volume de mercados locais, regionais, nacionais e internacionais; quantidade destinada para o comércio e quantidade destinada ao consumo	
	P2 Notoriedade	conhecimento do produto por consumidores locais e/ou externos; existência de falsificações; escala de notoriedade (número de quilômetros percorridos pelo produto até o consumidor final)	
Relação Biodiversidade - Comunidade Local	BC1 Serviços ecossistêmicos	superfície de floresta conservada; qualidade da água; qualidade do solo; saúde das pessoas que vivem de recursos da biodiversidade	
	BC2 Acesso aos recursos	existência de direito de acesso; direito de uso; controle sob o recurso	
Relação Comunidade local-	CP1 Conservação do saber-fazer e	padronização; normas sanitárias; reconhecimento de práticas como	

Comercialização da Produção	das práticas	patrimônio cultural local	
	CP2 Dinâmica social	manifestações sociais sobre o produto; cooperativas; associações; ONGs; projetos; característica dos produtores (individuais, coletivos)	
	CP3 Dependência econômica	ativos envolvidos; atividades remuneradas; participação no PIB local; parte comercializada e consumida; atendimento às necessidades de renda; renda essencial para diferentes categorias da comunidade	
	CP4 Acesso ao mercado	transporte; forma de comercialização (individual, coletiva, associação, comercialização, parcerias diversas)	
Relação Biodiversidade - Comercialização da Produção	BP1 Intensidade do impacto da produção sob o ecossistema	agrobiodiversidade; superfície cultivada; superfície de floresta; produtividade; rotulagem; selos (comércio justo; consumo solidário; orgânico, etc); embalagens; remediação; reflorestamento; recomposição da paisagem degradada e/ou utilizada	
	BP2 Pressão sob o recurso	estoque disponível; recomposição; controle; distribuição do recurso; renovação de estoque; demografia	
	PP3 Serviços prestados ao ecossistema	conservação, uso sustentável, manutenção de zonas frágeis e prioritárias	
Relação Biodiversidade - Comunidade Local - Comercialização da Produção	BCP1 Tipicidade dos produtos	reconhecimento de uma tipicidade de sabor pelos consumidores e produtores; número de produtos similares ou comparáveis pelo consumidor; manutenção ou avanços em técnicas e práticas de produção; número de variedades agrícolas ou de espécies exploradas	
	BCP2 Discriminação espacial	número e distribuição de sítios de produção, beneficiamento e distribuição; cartografia de plantio/coleta, zonas de distribuição da espécie, da produção e distribuição; restrições de acesso;	
	BCP3 Dependência alimentar	Importância cultural da espécie cultivada ou coletada; importância do produto para segurança alimentar; nível especialização da produção	

ANEXO 3

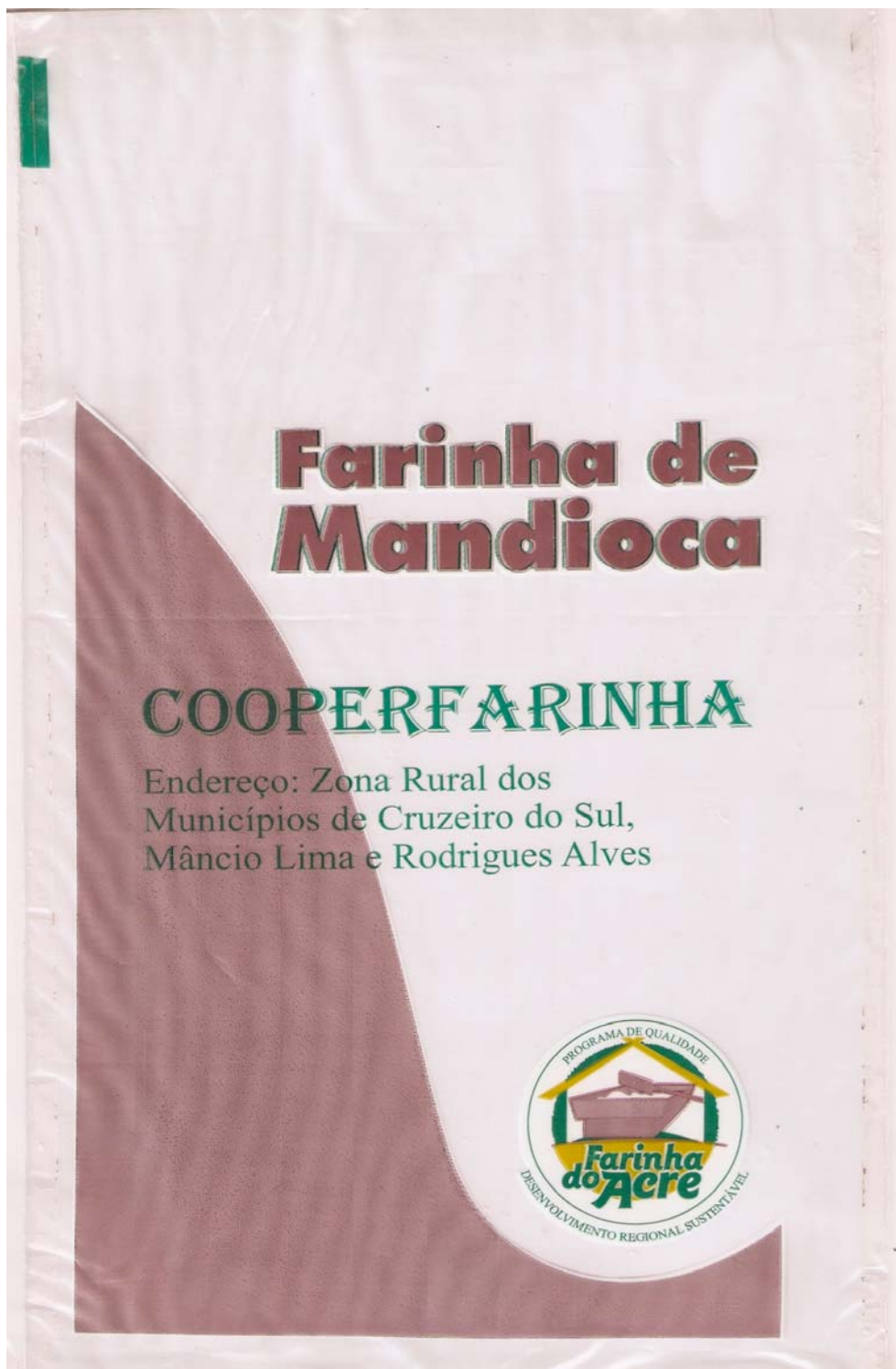
**Tabela - Área colhida (ha) de Mandioca,
segundo as Unidades da Federação, produtoras
Brasil - 2000-2006**

Unidades da Federação	Mandioca - quantidade produzida	2001	2002	2003	2004	2005	2006
mil reais							
Rondônia	15 973	18 090	19 737	24 429	26 848	28 287	28 959
Acre	21 107	18 067	21 329	23 188	23 646	29 079	29 762
Amazonas	94 942	94 874	95 008	83 754	78 037	91 190	85 641
Amazonas	94 942	94 874	95 008	83 754	78 037	91 190	85 641
Pará	293 187	282 305	105 272	663 292	298 400	426 316	314 076
Amapá	5 000	6 856	7 020	6 375	6 830	7 535	7 800
Tocantins	12 023	11 286	13 387	14 706	16 305	17 694	17 352
	537 174	526 352	594 523	869 528	528 103	401 581	569 231
Maranhão	134 688	140 534	149 737	164 617	172 937	191 852	212 088
Piauí	35 352	41 259	43 122	39 797	40 843	49 366	52 311
Ceará	84 029	84 308	86 639	82 054	81 043	93 650	88 602
Rio Grande do Norte	40 401	36 488	39 909	37 193	52 783	60 676	48 692
Paraíba	30 574	24 757	25 684	27 922	28 957	29 508	28 831
Pernambuco	40 635	44 041	44 730	41 767	49 607	53 703	59 246
Alagoas	25 106	26 029	26 946	13 720	19 165	20 569	15 902
Sergipe	30 265	32 030	30 966	30 087	32 030	32 184	33 185
Bahia	318 836	286 600	325 251	330 254	334 412	357 823	344 672
	739 886	716 046	984 772	411 767	811 777	331 889	883 529
Minas Gerais	69 509	63 662	62 007	60 648	58 357	59 672	60 360
Espírito Santo	16 216	16 633	14 171	12 673	17 294	19 362	18 510
Rio de Janeiro	12 948	12 767	11 719	10 666	11 764	11 399	10 167
São Paulo	34 370	42 010	37 700	36 690	43 800	48 643	47 170
	133 043	135 072	125 597	120 677	131 215	139 076	136 207
Paraná	182 856	172 850	144 306	110 944	150 645	165 970	172 951
Santa Catarina	38 544	37 983	32 081	28 417	32 141	32 165	32 432
Rio Grande do Sul	90 313	85 146	84 515	88 911	88 053	87 051	87 396
	311 713	295 979	260 902	228 272	270 839	285 186	292 779
Mato Grosso do Sul	32 519	34 180	34 160	22 917	28 821	32 492	29 337
Mato Grosso	27 317	32 617	33 305	25 138	37 341	38 498	39 943
Goiás	16 956	16 666	17 111	17 822	18 314	20 091	24 474
Distrito Federal	709	645	614	616	702	850	840
	77 501	84 108	85 190	66 493	85 178	91 931	94 594

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2000-2006.

ANEXO 4

Embalagens de Farinha



Embalagem produzida para a Cooperfarinha



QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2007

FARINHA DE MACAXEIRA

A farinha de macaxeira, apelidada de farinha de mandioca no governo da florestania, tinha mesmo que virar peça de museu.

Não conquistou mercado importador tampouco pode ser consumida pelos acreanos devido o custo das embalagens. O governo estadual gastou muitos milhares de reais para gerar esse fracasso.

Quem quiser conhecer as embalagens da "farinha de mandioca" deve visitar o Memorial dos Autonomistas. Mas a farinha de macaxeira produzida em Cruzeiro do Sul continua sendo a mais saborosa do mundo. Farinha de mandioca é papo de colonizador.

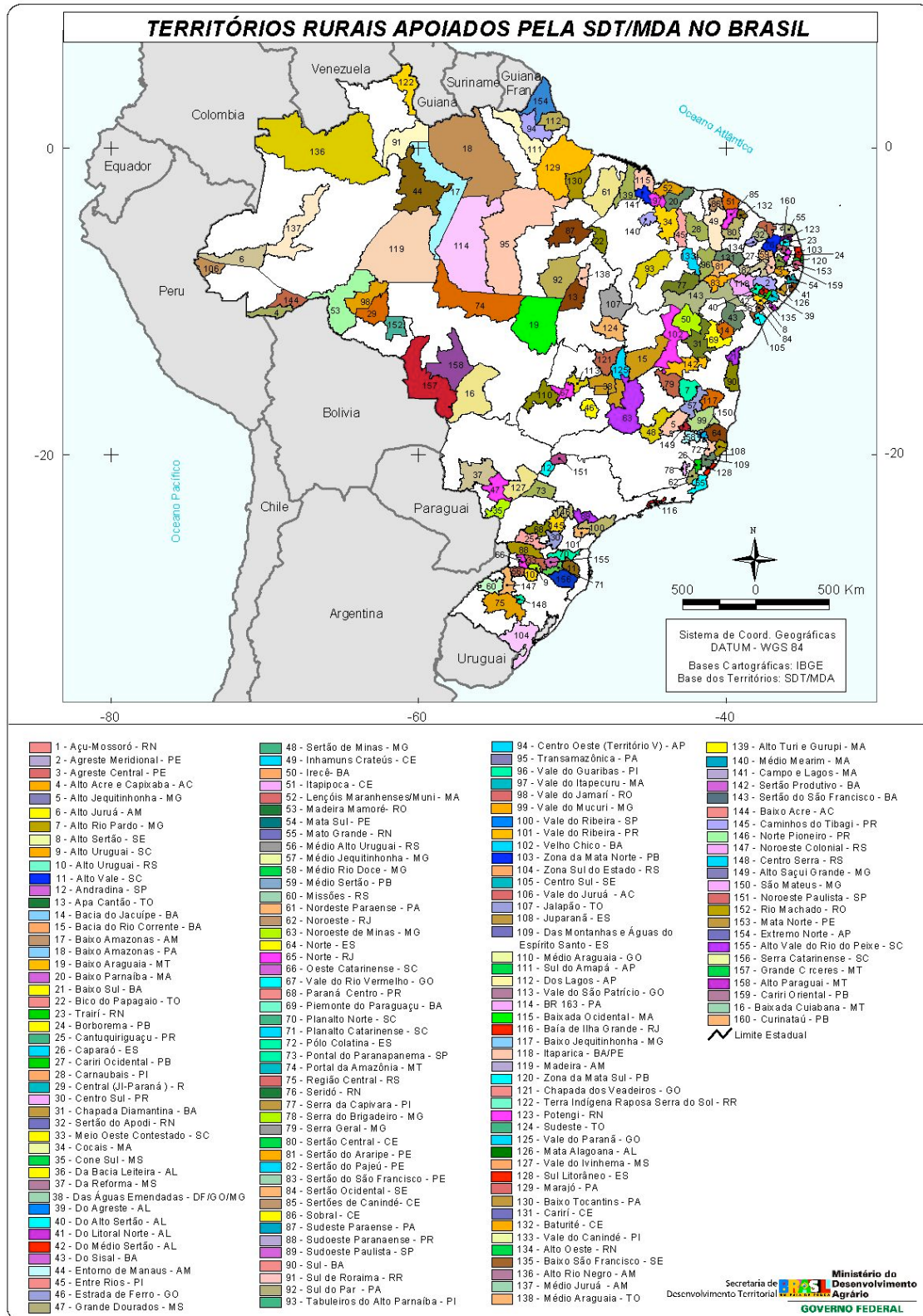
PUBLICADO POR ALTINO MACHADO ÀS 12:08

<http://altino.blogspot.com/2007/03/farinha-de-macaxeira.html>

Embalagem produzida para a então cooperativa CASAVAJ que decretou insolvência em maio de 2007 com comentário do jornalista acreano Altino Machado.

ANEXO 5

Territórios Rurais em 2008. MDA/SDT.



Mapa de distribuição dos Territórios Rurais apoiados pela SDT/MDA

Fonte: Sistema de Informações Territoriais. SDT/MDA. 2008.

ANEXO 6

Levantamento de associações/cooperativas envolvidas com a produção de açaí na Amazônia.

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
ADEMPA - Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba	Açaí, doce de cupuaçu, xarope de cupuaçu	Agro-extrativista	Outros	Passagem Coração de Jesus 152 Bairro: Algodão 68440-000 Abaetetuba - PA (91)3751-1181 / 3751	3
Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé - Miri - MUTIRÃO.	Açaí	Extrativista. O fruto nativo das ilhas é colhido diariamente e transportado via barco para comercialização.	Associação	Rio Meruu Açu, Ponta Negra (Margem Esquerda) 68430-000 Igarapé Miri - PA 91 3755 120	3
Associação dos Produtores Rurais Boa União - Comunidade Boa Vista	Açaí		Associação	Vila Boa Vista 68770-000 Inhangapi - PA 91 9961 5791	3
Associação dos Produtores Rurais São Luis de Gonzaga da Comunidade Cariru	Açaí	Nativo da Amazônia e coletado manualmente pela população local	Associação	Colônia Cariru Km 10 68770-000 Inhangapi - PA 91 3809 1159	3
Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos - Comunidade de Jundiá	Açaí	Nativo da Amazônia e coletado manualmente pela população local	Associação	PA 140 Km 32 68770-000 Inhangapi - PA 91 9614-7747	3
Associação dos Trabalhadores Extrativistas de Açaí do Pará e Amapá (ATAEAPA)	Açaí "in natura"		Associação	Passarela Principal, 1553 Centro 68920-000 Laranjal do Jari - AP 96 621-1291 recado	3
Associação dos Trabalhadores Rurais do Marajói / ATRM	Açaí Palmito		Associação	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá Travessa Duciléia Torres s/n Centro (Rio Marajói) 91 36921100 (recado)	3

Associação Pequenos Produtores Agro-Extrativistas Praia Alta e Piranheiras - APAEPP	Frutas in natura* Açaí, Cupuaçu	Fruta colhida das áreas do projeto extrativista e assentamento rural Praia Grande.	Associação	68300-000 Gurupá - PA Travessa Taquari, Nº14, Bairro Nova Canaã Nova Ipixuna - PA 94 3322 4897 * frutas colhidas das áreas do projetos extrativista Praia Grande e óleo extraída da semente de andiroba de forma artesanal do Assentamento Praia Grande	3
Associação dos Produtores Rurais de Jutai - ASPROJUC	Polpa de açaí, polpa de cupuaçu, doce de cupuaçu	Extrativista Polpa de Açaí extraído de floresta nativa.	Associação	José Ataíde Daniel Praça São José, S/N - Centro Jutai. 69660-000 Jutai - AM 92 425 1161	3
Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá - Cooperativa Miriti.	Açaí. Polpa de açaí *	Produto extraído ou coletado das áreas de mulheres ribeirinhas do município de Cametá.	Cooperativa	Travessa Padre Antonio Franco, Nº176 68.400000 Cametá - PA 91 3781 2277 * fino, media e grosso de boa qualidade, embaladas em sacos de 1Kg, 100g e balde de 30 Kg.	3
Cooperativa de Produtores Rurais da Região do Apiaú - CEPRRA	Açaí		Cooperativa	Rua Manoel Felipe, 479, Buritis 69300-000 Boa Vista - RR (95) 625 3320	
Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena - COOPBAB	Açaí		Cooperativa	Capitão Lameira Bittencourt, Nº 605, Centro. 68447000 Barcarena - PA 91 3753 1877	3

Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá - CART	Açaí		Cooperativa	Rua: Frei Cristovão Lisboa, 1485, Box 5, centro. 68400-000 Cametá - PA 91 3781 1069	3
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA - Unidade 2	Polpa de açaí, polpa de cupuaçu	Extrativista	Cooperativa	Rodovia PA-140 Km 02- Quatro Bocas 68682-000 Tomé-Açu - PA (91)3734-1319 http://www.amazon.com.br/~camta	3
FruitAmazon	Polpa de açaí	A matéria prima é oriunda de área particulares, de assentamentos rurais e ribeirinhos da região.	Micro empresa	camta@amazon.com.br Benedito Pantoja da Silva Rod. Macapá - Mazagão, Lote 10, Quadra 01, Nº 82. 68925-000 Amapá - AP www.fruitamazon.com.br contato@fruitamazon.com.br	3
Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Agroflorestais de Montes Altos Ltda.	Polpas de frutas: açaí, cupuaçu, cajá, murici, óleo de buriti, óleo de pequi		Cooperativa	Vaneilde Nascimento Moraes Rua Raimundo Barros, s/n, centro. 65000-000 Montes Altos - MA 099 571 0021	3
Camarão e Açaí do Mazagão	Camarão salgado, açaí, farinha de mandioca, tucupi	Agro-extrativista		(96) 32714001	1
Camarão salgado, açaí		extrativismo / beneficiamento		(96) 34261184 Calçoene - AP	1

Projeto RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado	Açaí* Cupuaçu, pupunha,	Sistema agroflorestal	Nova Califórnia -Porto Velho - RO (69)3253 1007 http://www.rebraf.org.br/media/R_ECA%20luiza.pdf * pupunha, beneficiamento de polpas de outras espécies regionais, como araçá-boi e o açaí. Plantam também em seus sistemas, essências florestais como o mogno , a seringueira , copaíba, andiroba, cerejeira, cumaru-ferro , cedro , freijó, bandarra, entre outras	3
COOPERALCA	Castanha do Brasil, palmito de açaí	extrativista	(96) 3222 4453 Macapá - AP	1
Marluce Moreira Silva - AC	Castanha da Amazônia cristalizada, doces de cupuaçu e açaí, bombons	extrativista / beneficamento	(68) 3225 5178 Rio Branco - AC	1
Coop. Produtores Agroext. Da Reserva Ext. Cajari	Palmito de açaí "in natura".	extrativista	Waldecy Santa Rosa de Souza 96 3222 4453 Macapá - AP cnsap1@uol.com.br	4
Cooperativa de Produtores Rurais da Região do Apiáú - CEPRRA	Açaí	Cooperativa	Rua Manoel Felipe, 479, Buritis 69300-000 Boa Vista - RR	1

Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba - COFRUTA	Açaí	extrativista	Cooperativa	Raimundo Brito de Abreu Rodovia Dr. João Miranda – Km 5 Bairro: Tijuquaquara 68440-000 Abaetetuba – PA 91.3751-4955	3
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Município de Óbidos - ACOPAMO	Açaí, cacau, cupuaçu, outras	A associação deseja produzir polpas de frutas regionais, a partir das frutas in natura produzidas pelos associados. Com apoio da Prefeitura Municipal e STR, pretendem construir uma agroindústria para verticalizar a produção dos sócios.	Associação	Raimundo Carlos de Araujo Rua: Presidente Costa e Silva, Nº 216, Centro. Óbidos – PA (93) 3547-1965	
Associação dos Produtores de Frutas e Derivados do Norte do Estado de MT - AFRUNORTE	Açaí, cupuaçu, cacau, acerola, araçá, cajá, coco, goiaba, graviola, maracujá, manga, melão, abacaxi	Agroindústria	Associação	Cleber dos Santos Rua T4 S/N Lote 7 Quadra E1. 78580-000 Alta Floresta – MT 66 3521 5412 cleber.mt@hotmail.com	3
IT Polpas de frutas Ltda	Cupuaçaúai, araçá-boi, abacaxi, cacau, cajá,	Cultivado	LTDA	José Luiz Transpani Linha 9, gleba 9, lote 6 – acesso pela BR 364 78975	3

	caju, goiaba, manga, maracujá e melão.					Cacoal – RO (69) 4413164	
Sucos da Amazônia – SUCASA Frutas : açaí, acerola, abacaxi, bacuri, cupuaçu, manga, muruci, taperebá, maracujá, goiaba, carambola e manga.	Polpa de frutas; Xarope de açaí com guaraná, xarope de cupuaçu	Açaí e guaraná nativos.	Ltda			Solange Mota BR – 316 Km 65 68740-000 Castanhal – PA 91 3721-6178 sucasa@webcem.com.br	3
RONDONFRUIT - Só polpa Indústria e Comércio de Polpa Ltda	Açaí, cupuaçu e outras		Ltda			Luciano Epaminondas Góes Av. Castelo Branco , 23815 – Parque Industrial 78900-000 Cacoal – RO 69 4413068 sopolpa@reattavel.com.br	3
Associação dos Trabalhadores Rurais do Marajói - ATRM	Açaí in natura, palmito de açaí	Plantio através de sistema de manejo. Nativa e cultivado através de plano de manejo. A origem do fruto de açaí é de área dos associados. (O açazeiro é uma árvore nativa que aparece em toda região amazônica e em grande quantidade da região de Gurupá.)				Sindicato dos Trabalhadores Rurais de José Trindade Silva de Souza Gurupá Travessa Ducicléia Torres s/n Centro (Rio Marajói) 68300-000 Gurupá – PA gurufase@amazon.com.br	3
Cooperativa dos Produtores	Palmito de	O palmito de açaí é	Cooperativa			Valdeci Santarosa de Souza	3

Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari - COOPER-CA Certificação FSC	açaí	oriundo da Reserva Extrativista do Cajari (RESEX Cajari).		Rua São José, 1478 Centro (representação) 68900000 Macapá - AP (96) 3224-1531 cooperalca@tvsom.com.br	
Industria Dourados Noroeste	Palmito açaí e jussara	Extrativismo	outros	João Trevisan Vicinal 08, Setor Industrial 78330-000 Cotriguaçu - MT (65) 555-1189	1
Indústria e Comércio de Conservas Kurimã - Ltda	Palmito de açaí em conserva	Manejo sustentável	Ltda	Jocelino Francês Medeiros Rio Aricurá s/n Beira Mar Tv. Vila Real Bairro: Brasília 68400-000 Cametá - PA (91) 37813018	3
Luna e Pinha LTDA - Palmitos Matupá	Palmito de pupunha, conserva de açaí	cultivado	Agroindústria, Comercial	Paulo César Arnohld Rua 15 - S/N 78525000 Matupá - MT (66) 595 - 1592	3
Muaná Alimentos Ltda.	Palmito de açaí em conserva	Palmito de açaí extraído do açaizeiro nativo	Ltda	Rio Muaná S/N Município: Muaná 68825-000 Muaná - PA (11) 3813 - 5339 http://www.muana.com.br muana@muana.com.br	3
NEW Industria e Comercio de Produtos Alimentícios LTDA.	Palmito de açaí		Ltda	Nilson Levi Brihbadur Rua Corumbá, S/N, Vila Tupi 78053-000 Marcelândia - MT 536-1139	3

Associação Rural Para Ajuda Mútua São Miguelense - ARSAPAM	Polpa de cupuaçu, palmito in natura, mel, buchas ecológicas	Cultivado	Associação	José Silva Dias Av. Trancredo Neves s/n 78970-000 São Miguel do Guaporé – RO 069 642 20 53 ou 134 smiguel@pcnet.com.br	3
Produtos Naturais - PRONAT	Óleo, corante e extrato de açaí	Extraído de açaí nativo.	Outros	Reynaldo Anthony dos Reis Soares Av. Beira Mar nº 06 Distrito- Outeiro 66800-000 Belém – PA pronat@nautilus.com.br (91) 267-1118	3
Palmitos Ecológico Indústria e Comércio Ltda	Palmitos em conserva		Ltda	Av. Isaac póvoas, 586 Cuiabá – MT 65 623-3270 Vr.eng@terra.com.br	3
Associação Grama Padre Claret	Polpas de fruta (cupuaçu, acerola, graviola, abacaxi, açaí) café, farinha e arroz	Agroextrativismo e Agroindustria	Associação	Av. Dezidério Domingos Lopes, 3574 Centro Nova Mamoré RO 78939 – 000 (69) 3544 3158 asgrama@bol.com.br	6
CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu Frutas: Cupuaçu, açaí, cacau, carambola, caju, abacaxi, acerola, bacuri, goiaba, graviola, maracujá, murici, taperebá	Polpas de frutas da Amazônia; Pimenta do reino	Agroindústria. Agroextrativismo, plantio consorciado em sistema de agrofloresta. Trabalha com 14 variedade de frutas (limão, abricó, uxi, bacuri, manga)	Cooperativa	Rodovia PA 140 Km 02 68682-000 Tomé-Açu, PA (91) 3734 1319 camta@camta.com.br www.camta.com.br A Camta tem sido capaz de operar na cadeia desde o plantio,	6

COOPER Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da região de Carajás	Polpas de frutas (açai, cupuaçu), doces, licores, bombons	Agroindústria	Cooperativa	processos de extração e seleção das frutas até o atendimento do cliente, investindo em pesquisa e qualificação dos funcionários	6
PAE Ilha das Onças PA Projeto de Assentamento Agroextrativista	Açaí in natura	Extrato de açaí natural 500 famílias	Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha das Onças é o maior centro produtor e abastecedor de açaí nas redondezas de Belém. 500 mil toneladas por ano. 90% da renda dos ribeirinhos provém da coleta de açaí		5

Fonte: Baseado em dados do Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis. <http://negocios.amazonia.org.br/> e Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflo <http://ww2.imaflo.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>
- (5) Revista Terra da Gente. MDA/INCRA. Especial. Outubro 2007.
- (6) Cartão recolhido durante a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2007

Levantamento Cacau

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
ACARAM	Café, cacau, guaraná	Agroextrativista		(69) 3422 2469 Ji-Paraná – RO	1
APA - FLORA. Associação dos Produtores Alternativos 600 famílias direta e indiretamente	Mel, própolis, palmito depupunha (conserva), licores, doces e geléias, farinha de babaçu, multimistura, farinhas láctea (linha de alimentação alternativa), polpa de furtas (araça, cacau, maracujá, cupuaçu, acerola) artesanato produzido por mulheres com cipó	Agroecologia Produção agroecológica (beneficiamento e comercialização; capacitação e assistência técnica)	Associação Parcerias: CEX/MMA, PDA/MMA, MDA, FUNBIO, FNMA/MMA, GTA	Lindomar Ventura dos Santos Avenida Gonçalves Dias, 3671, Bairro Bela Floresta CEP: 78950-000 Ouro Preto D'Oeste - RO Telefax: (69) 3461 2059/1844 apa@ouronet.com.br www.apaflora.com.br Ouro Preto D'Oeste – RO	2
COFRUTA e CART 125 famílias associadas	Polpa de açaí, farinha de mandioca, mel, andiroba, cacau, geléias	Agroextrativista rodução e comercialização de fruta in natura e polpa de frutas. A COFRUTA foi formada a partir da necessidade dos pequenos agricultores familiares de	Cooperativa	(91) 3751 4955 Abaetetuba – PA	1

			estar comercializando sua produção de forma independente e organizada, valorizando o sistema agroextrativista.			
CUPUAMA		Polpa de frutas, amêndoas de cupuaçu	extrativista		(92) 3362 1419 Careiro – AM	1
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar mais de 10 mil famílias em 12 municípios	Mel e Amêndoa de cacau in natura	manejo florestal Planejamento sustentável da produção orgânica, organização para a certificação, capa citação para manejo florestal, pedagogia da alternância	Fundação Parcerias CEX/MMA, PDA/MMA, MDA, Ceplac, Fundação Ford, Instituto Floresta Tropical, GTA, TNC		José Ricardo Rua Anchieta, 2092, bairro Perpétuo Socorro. CEP: 68371-190 Altamira - PA Telefax: (93) 3515 2406 fepp@amazoncoop.com.br projetoconsolidação@yahoo.com.br Altamira – PA	2
Projeto RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado 750 famílias direta e indiretamente	Cupuaçu, pupunha, beneficiamento de polpas de outras espécies regionais, como araçá-boi e o açaí.	Sistema agroflorestal	Projeto Parcerias PDA/MMA, MDA, MPA, Embrapa, Amigos da Terra, Pesacre, CPT		http://www.rebraf.org.br/media/RECA%20luiza.pdf MOREIRA, Tereza - org, "Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos". Brasília: 2003, 173p. Nova Califórnia -Porto Velho – RO	2

Arranjo Produtivo Local do Cacau de Várzea do baixo e médio Amazonas IBD em curso	Cacau	Extrativismo	Projeto APL Amigos da Terra. CEPLAC – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira - presta assistência técnica aos produtores associados. CPT - Comissão Pastoral da Terra. Igrejas Evangélicas.	http://www.rebraf.org.br/media/APL.pdf	3
Associação dos Produtores Rurais do Baixo Uruçurituba – APRUBU IBD em curso	Amêndoas de cacau nativo de várzea	Extrativista, Produção agroflorestal de pequenos agroextrativistas.	associação	Odair José Oliveira de Moraes Comunidade Santa Cruz. 69182-000 Uruçurituba – AM	3
Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São José – APRCSJ IBD em curso	Amêndoa de cacau nativo de várzea	O cacau é produzido em sistemas agroflorestais em pequenas propriedades rurais	Associação	Sívio Araújo Silva Rua Arlindo Fernandes, S/N. Vila Augusto Montenegro 69182-000 Uruçurituba - AM 92 527-1049	3
Associação dos Cacauleiros do Município de Uruçurituba – ACAMU IBD em curso	Amêndoa de cacau	Sistema agroflorestal Cacau produzido em sistema agroflorestal de pequenos produtores. Consórcio em	Associação	Rua Leão Vital, 122 69180-00 Uruçurituba – AM 92 524-8151	3

Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Município de Óbidos - ACOPAMO	Açaí, cacau, cupuaçu, outras	várzea inundável. A associação deseja produzir polpas de frutas regionais, a partir das frutas in natura produzidas pelos associados. Com apoio da Prefeitura Municipal e STR, pretendem construir uma agroindústria para verticalizar a produção dos sócios.	Associação	Raimundo Carlos de Araujo Rua: Presidente Costa e Silva, Nº 216, Centro. Óbidos – PA (93) 3547-1965	3
Agência de Comercialização Solidária de Rondônia - Tucumã	Mel Urucum Palmito de Pupunha Cacau Castanha da Amazônia Polpa de Frutas Leite Óleo de Copaiba Pimenta do Reino		OSCIP	Rua 31 de Março, 220 Jd. dos Migrantes 78962-560 Ji-Paraná - RO	3
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA - Unidade 1	Amêndoa de cacau	Cacau cultivado, mudas adquiridas do viveiro da Embrapa e de	Cooperativa	Av. Dionísio Bentas nº 210 Centro - Quatro Bocas 68682-000 Tomé-Açu – PA http://www.amazon.com.br/~ca	3

Associação dos Produtores de Frutas e Derivados do Norte do Estado de MT - AFRUNORTE	Açaí, cupuaçu, cacau, acerola, araçá, cajá, coco, goiaba, graviola, maracujá, manga, melão, abacaxi	outros viveiristas da região de Tomé-Açu. Agroindústria	Associação	mta@amazon.com.br	3
CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu	Polpas de frutas da Amazônia (Cupuaçu, açaí, cacau, carambola, caju, abacaxi, acerola, bacuri, goiaba, graviola, maracujá, murici, taperebá) Pimenta do reino	Agroindústria. Agroextrativismo , plantio consorciado em sistema de agrofloresta. Trabalha com 14 variedades de frutas (limão, abricó, uxi, bacuri, manga)	Cooperativa	Cleber dos Santos Rua T4 S/N Lote 7 Quadra E1. 78580-000 Alta Floresta – MT 66 3521 5412 cleber.mt@hotmail.com Rodovia PA 140 Km 02 68682-000 Tomé-Açu, PA (91) 3734 1319 camta@camta.com.br www.camta.com.br A Camta tem sido capaz de operar na cadeia desde o plantio, processos de extração e seleção das frutas até o atendimento do cliente, investindo em pesquisa e qualificação dos funcionários	4

(1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>

(2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA

(3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>

(4) Cartão recolhido durante a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2007.

Levantamento Castanha

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
Comunidade do Anauá - Povo Indígena Wai-Wai	Castanha, farinha d'água Anauá, artesanato Anauá	extrativismo		Tuxaua Zacarias Zahkai Wai-Wai Comunidade do Anauá, Terra Indígena Wai-Wai a/c CIR Av. Sebastião Diniz, n. 2630 Boa Vista - RR (95) 224 57 61 cir@technet.com.br	3
Central das Associações Rural Castanheirense de Ajuda Mútua - CARCAM	Castanha, mel, gergilim	Extrativismo	Associação	Joscelino Westfall Rua João Brasil, 287, centro 78345-000 Castanheira - MT (66) 581 - 1113	3
Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá - ATEXMA	Castanha do Brasil in natura, madeira	Extrativismo	Associação	Manoel da Silva BR 156 Km 130 - Vila Maracá Mazagão - AP (96) 3222 7084	3
Associação dos Seringueiros do Guariba Roosevelt/MT - ASGR	Castanha da Amazônia, óleo de copaíba, Cipó titica, cernabi virgem prensado	Extrativista	Associação	Valterino Ferreira dos Santos - TECA Rua dos Seringueiros, n. 345, centro Caixa Postal 80 78325-000 Aripuanã - MT (65) 565 - 1434	3
Associação dos Produtores e Criadores Rurais da Bacia Rio Trombetas - ASTRO	Castanha do Brasil	Extrativismo Castanha-do-Brasil coletada na Reserva Biológica de Trombetas e áreas particulares	Associação	Gesiel Rodrigues de Lisboa Rua: Lauro Sobré N/S, Barrio Santa Luzia. 68.270000 Oriximiná - PA (93) 9653 6506	3

Associação dos Pequenos Produtores Agro-Extrativistas Praia Alta e Piranhas - APAEPP	Castanha do Brasil, Açaí in natura, óleo de andiroba, cupuaçu in natura	dos produtores. Extrativismo Castanha do Brasil coletada dos Projetos Extrativistas e Assentamento Rural de Praia Grande.	associação	Maria do Espírito Santo Travessa Taquari, Nº14, Bairro Nova Canaã Nova Ipixuna – PA (94) 9133 1864 promanejo@uol.com.br	3
Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau	Castanha do Brasil, artesanato indígena	extrativismo	Associação	Djuripe Uru-eu-wau-wau D. Pedro II, 1892, sala 8 Na Sa das Graças 78901-150 Porto Velho – RO 69-229-2826 http://www.kaninde.com.br kaninde@osite.com.br	3
Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO	Castanha do Brasil, artesanato	Produto coletado nas áreas dos Remanescentes de Quilombos e da Reserva Biológica de Trombetas.	Associação	José Silvano Silva Santos Rua 24 de Dezembro Nº 3068, Barrio Santa Terezinha. 68.270000 Oriximiná – PA 093 3544 2617 www.quilombo.org.br arqmo@quilombo.org.br	3
Associação da Comunidade Indígena Suruí	Castanha da Amazônia, artesanato	extrativismo	Associação	Manoel Suruí Terra Indígena 7 de Setembro 14 78975-000 Cacoal – RO 69 – 4412019	3
Asmorex - Coopflora: Associação dos Moradores da reserva Rio Preto Jucundá	Castanha do Brasil, borracha, óleo	Manejo florestal, extrativismo	Associação Parceiros: CEX/MMA, OSR,	Erni Santos Lima Av. Getúlio Vargas, 3427, Centro. CEP: 78948-000	2

45 famílias	de copaíba; Tecido da Floresta (moda e acessórios)		Coopflora, Wood Shopping (madeira), Sebrae, Asmorena OSCIIP	Machadinho do Oeste - RO Telefax: (69) 3581-2027/ 8409- 2740 godello@bol.com.br	
Agência de Comercialização Solidária de Rondônia - Tucumã	Mel Urucum Palmito de Pupunha Cacau Castanha da Amazônia Polpa de Frutas Leite Óleo de Copaiba Pimenta do Reino			Rua 31 de Março, 220 Jd. dos Migrantes 78962-560 Ji-Paraná - RO	3
Associação dos Índios Apuriná de Rondônia Nunerimanê	Farinha de mandioca (branca e d'água), castanha da Amazônia, óleo de copaíba, artesanato indígena	Agroextrativista	Associação	Antônio Marcos A. de Oliveira Apurinã Rua Floriano Peixoto nº 1683 bairro Clodealdo 78915-000 Cacoal - RO (69) 4416517 / 996	3
Cooperagra-Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazonia	Guaraná orgânico, açúcar mascavo, melado de cana orânico, café em pó orgânico,	Agroindústria, Comercial	Cooperativa	Domingos Jari Vargas Rua Ceará, 74 - Centro. 78505-000 Terra Nova do Norte - MT 66 3534 1884 cooperagrapepa@yahoo.com.br	3

	castanha do Brasil						
Castanha Beija-Flor	Castanha do Brasil beneficiada	Extrativista				(68) 9986 5625 Rio Branco - AC	3
CECAB	Castanha do Brasil	Extrativista				(66) 3521 6173 Alta Floresta - MT	3
COOPERALCA	Castanha do Brasil, palmito de açaí	extrativista Produto de originário do extrativismo (coleta de ouriços), dentro da área da Reserva Extrativista do Rio Cajari.	Cooperativa			Raimundo Arruda Brito Rua São José, 1478 Centro 68900-000 Macapá - AP (96) 3222 4453 Macapá - AP	1, 3
Marluce Moreira Silva - AC	Castanha da Amazônia cristalizada, doces de cupuaçu e açaí, bombons	extrativista / beneficamento	Pessoa física			(68) 3225 5178 Rio Branco	1
COOPERACRE	castanha da Amazônia	extrativista / beneficamento	Cooperativa de pessoas jurídicas 9 cooperativas e 9 associações			Gerlinano Rio Branco	1, 2
Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativismo dos Municípios de Etitaciolândia e Brasília - CAPEB	Farinha; castanha, feijão, café	Agroextrativista. Produto cultivado em consórcio em seringais	Cooperativa			Rua Dr. Manoel Marinho Monte, 1115 Bairro Eldorado 69932-000 Brasília - AC Tel: 68 3546-3126 capeb.coop@bol.com.br	1, 3
Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri Ltda - CAEX	Castanha do Brasil, cernabi virgem	Produto nativo extraído da Reserva	Cooperativa			Luis da Silva Pereira Rua 06 de Agosto, 268 - Centro CEP: 69.930-000	3

				Extrativista Chico Mendes (AC).				69930-000 Xapuri – AC ccaex@bol.com.br		
Cooperativa Agro-Extrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco - COOPERIACO		Castanha do Brasil, cernabi virgem prensado	Extrativista Comercial, Produção Agrícola	Cooperativa				José Valdivino Ferreira Monteiro Av: Brasil, 530, Centro 69940-000 Sena Madureira – AC (68) 3612-2045	3	
Cooperativa Agropecuária de Aquicultura do Estado de Roraima - COOPERAQUI		Castanha do Brasil, pirarucu, peixes	Extrativista Castanha do Brasil de origem nativa coletada pelos cooperados em suas propriedades e em áreas de florestas da região.	Cooperativa				Ivaldo Cardoso dos Santos Rua Padre Augustinho, 200 – 13 de Setembro 69300-000 Boa Vista – RR (95) 224 6033 / 624 exatuss@bol.com.br	3	
Comunidade Kayapó na Terra Indígena do Baú		Castanha in natura e óleo de castanha.	Extrativista					Luis Carlos Sampaio 66 3541 2285 luissamp@vsp.com.br Colider – MT	4	
Coop Mista Prod Extrativistas do Rio Iratapuru		Óleo bruto de castanha, biscoito de castanha, farinha de castanha, castanha dry, amêndoa de castanha.						Eudimar Viana 96 3621 3386 comarurds@terra.com.br Laranjal do Jari – AP	4	
Cognis do Brasil Ltda.		Óleo de Castanha do Brasil e Óleo de Castanha do Brasil						Silvio Antonio Cazzolato 12 3954 6397 silvio.cazzolato@cognis.com Jacareí – SP	4	

Croda do Brasil Ltda.	Etoilado. Óleo Vegetal Fixo de Buriti e Óleo Vegetal Fixo de Castanha do Brasil.				Claudia Ferraz 19 3765 3536 claudia.ferraz@croda.com.br Campinas – SP	4
Crodamazon Ltda.	Óleo de buriti, óleo de castanha do Brasil e óleo de copaíba.				George Dantas 92 2101 3509 Manaus – AM george.dantas@croda.com.br	4
Cooperativa Agro-Extrativista de São João do Baliza - COOPEX	Castanha da Amazônia, farinha de castanha, bombom de castanha, biscoito de castanha, óleo de castanha, óleo de copaíba	Extrativista	Cooperativa		João Faustino dos Santos Av. Perimetral Norte, S/N 69375-000 São João da Baliza – RR (95) 3235-1464	1
Ecoban Agroindustrial	Azeite, farinha, granulado e creme de castanha do Brasil, castanha in natura sem casca	Agroindústria, Comercial	outros		Luis Fernando Laranja da Fonseca Av. Ariosto da Riva, nº 3449 78580 000 Alta Floresta – MT (66) 3521-8969 ouroverde@ecoban.agr.br	1
Sociedade Castanheira da Amazônia Importação e Exportação LTDA	Castanha do Brasil	Extrativista Produto extraído dos Seringais de Brasília e Xapuri.	Outros		Luis da Silva Pereira - Presidente Distrito industrial de Xapuri/AC 69932-000	3

Organização Pandereí	Castanha, artesanato indígena		outros	Xapuri – AC 68 3542-3155 castanheira@contilinet.com.br Heliton Timhawambá Gavião Rua Paraná, 1266 - bairro Casa Preta 78960-000 Ji-Paraná – RO 69 4235397	1
Associação Cabocla do Rio Solimões	Óleo de castanha da Amazônia, óleo de andiroba, óleo de copaíba	Extrativista	Associação	Av. Amazonas, 790, Centro 69405-000 Iranduba – AM (92) 367 – 1201 acaboclasolimoes@aol.com	3
Associação Bebý Xikrin do Bacajá - ABEX	Óleo de castanha-do-Brasil virgem prensado	Extraído pelas comunidades indígenas da Reserva Indígena de Trincheira de Bacajá.	associação	JAIR BEP KANRÔ KAIAPÓ Sede na Aldeia Bacajá, situada à margem esquerda do Rio Bacajá, Município de Senador José Porfírio e Fórum Jurídico na Cidade de Altamira (PA). (93) 515 4026	3
Conselho das Associações Agroextrativistas de Manicoré - CAAM	Óleo de castanha	Extrativismo vegetal. A castanha é coletada no pé do castanhal. Produtos extraídos pelas comunidades em Manicoré.	Associação	Adalino da Paixão Veiga dos Santos Travessa Manaus, 193 – São Domingos Sávio – cep 69.298-000 – Manicoré - AM 69.298-00 Manicoré – AM (97) 385-1608 / 1002	3
Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores e Extrativistas de Altamira - CAMPEALTA	Óleo de castanha	Extrativismo	Cooperativa	Avenida Alacid Nunes, 3318, Bairro Jardim dos Estudos 68371-020 Altamira – PA	1

Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã do Norte LTDA	Óleo de castanha	Óleo extraído da castanha da Amazônia e processado em usina sem uso de produto químico.	Cooperativa	(91) 515-4684 http://www.amazoncoop.com.br questions@amazoncoop.org	3
Conselho Geral da Tribo Saterê-Mawê – CGTSM	Guaraná em pó, guaraná em bastão, Mirantã Pó, óleo de copaíba, óleo de andiroba, Urucum em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo de castanha Saterê-Mawê	Óleo de castanha-do-brasil da Terra Indígena Saterê-Mawê	Associação	Obadias Batista Garcia Av. Nações Unidas, s/n Prédio Santa Rosa Shopping Center 69150-000 Parintins – AM cgtsm@jurupari.com.br	3
Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru - COMARU	Óleo bruto de castanha-do-Brasil para uso industrial (cosméticos, etc), certificado FSC.	Extrativismo de castanhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.	Cooperativa	Luiz de Freitas Comunidade de São Francisco do Iratapuru, s/n (Foz do rio Iratapuru) Caixa Postal 03 68920-000 Laranjal do Jari – AP (93) 8115 8142	3
Grupo de Mulheres Produtoras de	Bombons e	Extrativismo		Vanelma Souza da Silva	1

Bombom e Biscoito de Castanha-do-Brasil do PAE Maracá	biscoito de castanha	(castanha) oriunda da RESEX Cajari e do PAE MaracáProdução artesanal		BR 156 Km 130 Maracá - Mazagão Mazagão - AP	
Doces Tropicais	Castanha cristalizada, biscoito de castanha, doce de cupuaçu	Castanhas do Brasil de origem nativa, coletada pela comunidade local a partir das técnicas tradicionais	Ltda	Gabriel Arantes Av. Ceará nº 395, Centro 69900-000 Rio Branco - AC (68) 32232590	3
Fundação Nacional do Índio - FUNAI RO	Castanha da Amazônia, artesanato indígena, mel	distribuição	Serviço Público - Autarquia	Didinho Graciliano de Oliveira Av. Constituição nº42 - centro 78957-000 Guajará Mirim - RO	3

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflores <http://ww2.imaflores.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>

Levantamento Cupuaçu

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
APA - FLORA. Associação dos Produtores Alternativos 600 famílias direta e indiretamente	Mel, própolis, palmito de pupunha (conserva), licores, doces e geléias, farinha de babaçu, multimistura, farinhas láctea (linha de alimentação alternativa), polpa de furtas (araça, cacau, maracujá, cupuaçu, acerola) artesanato produzido por mulheres com cipó	Agroecologia Produção agroecológica (beneficiamento e comercialização; capacitação e assistência técnica)	Associação Parcerias: CEX/MMA, PDA/MMA, MDA, FUNBIO, FNMA/MMA, GTA	Lindomar Ventura dos Santos Avenida Gonçalves Dias, 3671, Bairro Bela Floresta CEP: 78950-000 Ouro Preto D'Oeste - RO Telefax: (69) 3461 2059/1844 apa@ouronet.com.br www.apaflora.com.br Ouro Preto D'Oeste - RO	2
Central das Associações - CA	Pupunha, polpa de cupuaçu, mel		Associação	Evair Donizete Mourão Av. Marechal Rondon, 1561, Centro 78250-000 Pontes e Lacerda - MT (65) 266-1212	3
COFRUTA e CART 125 famílias associadas	Polpa de açaí, farinha de mandioca, mel, andiroba, cacau, geléias	Agroextrativista produção e comercialização de fruta in natura e polpa de frutas. A COFRUTA foi formada a partir	Cooperativa	(91) 3751 4955 Abaetetuba - PA	1

		da necessidade dos pequenos agricultores familiares de estar comercializando sua produção de forma independente e organizada, valorizando o sistema agroextrativista.			
Cupuaçu do Amazonas. Ind. Com. e Exp. Ltda CUPUAMA	Polpa de frutas, amêndoas de cupuaçu	Plantio agrícola em área própria e de terceiros extrativista	Micro empresa	Francisca Fátima Barreto Sales Rua Cambixe, 163 Careiro – AM (92) 3362 1419	1, 3
Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Agroflorestais de Montes Altos Ltda.	Polpas de frutas: açáí, cupuaçu, cajá, murici, óleo de buriti, óleo de pequi		Cooperativa	Vaneilde Nascimento Moraes Rua Raimundo Barros, s/n, centro. 65000-000 Montes Altos – MA 099 571 0021	3
Cooperativa Integral de Reforma Agrária Braço Sul LTDA	Polpas de fruta: cupuaçu, e outras		Cooperativa	Eduardo Kreeing Rua dos Tamburis, 170 78520-000 Guarantã do Norte – MT (66) 552-1441 cirafinam@vspmail.com.br	3
Cooperativa dos Trabalhadores Agro-Extrativista - CORRENTÃO	Polpa de cupuaçu		Cooperativa	José Maria Ataíde de Souza Travessa Itaquari 68585000 Nova Ipixuna – PA cupu@skorpionet.com.br	3

<p>Projeto RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado</p> <p>750 famílias direta e indiretamente</p>	<p>Cupuaçu, pupunha, beneficiamento de polpas de outras espécies regionais, como araçá-boi e o açaí.</p>	<p>Sistema agroflorestal</p>	<p>Projeto</p> <p>Parcerias PDA/MMA, MDA, MPA, Embrapa, Amigos da Terra, Pesacre, CPT</p>	<p>(91) 344 3163</p> <p>(69)3253 1007</p> <p>http://www.rebraf.org.br/media/RECA%20luiza.pdf MOREIRA, Tereza - org, "Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos". Brasília: 2003, 173p.Nova Califórnia -Porto Velho – RO</p>	<p>2</p>
<p>Sucos da Amazônia - SUCASA</p>	<p>Polpa de frutas de açaí, acerola, abacaxi, bacuri, cupuaçu, manga, muruci, taperebá, maracujá, goiaba, carambola e manga. Xarope de açaí com guaraná, xarope de cupuaçu</p>	<p>Açaí e guaraná nativos.</p>	<p>Ltda</p>	<p>Solange Mota</p> <p>BR – 316 Km 65</p> <p>68740-000</p> <p>Castanhal – PA</p> <p>91 3721-6178</p> <p>sucasa@webcem.com.br</p>	<p>3</p>
<p>RONDONFRUIT - Só polpa Indústria e Comércio de Polpa Ltda</p>	<p>Açaí, cupuaçu e outras</p>		<p>Ltda</p>	<p>Luciano Epaminondas Góes</p> <p>Av. Castelo Branco , 23815 – Parque Industrial</p> <p>78900-000</p> <p>Cacoal – RO</p> <p>69 4413068</p> <p>sopolpa@reattavel.com.br</p>	<p>3</p>
<p>IT Polpas de frutas Ltda</p>	<p>Cupuaçu, açaí, araçá-boi, abacaxi, cacau, caju, goiaba, manga, maracujá e melão.</p>	<p>Cultivado</p>	<p>LTDA</p>	<p>José Luiz Transpani</p> <p>Linha 9, gleba 9, lote 6 – acesso pela BR 364</p> <p>78975</p> <p>Cacoal – RO</p> <p>(69) 4413164</p>	<p>3</p>

Associação Rural Para Ajuda Mútua São Miguelense - ARSAPAM	Polpa de cupuaçu, palmito in natura, mel, buchas ecológicas	Cultivado	Associação	1	<p>José Silva Dias Av. Trancredo Neves s/n 78970-000 São Miguel do Guaporé – RO 069 642 20 53 ou 134 smiguel@pcnet.com.br</p> <p>Raimundo Carlos de Araujo Rua: Presidente Costa e Silva, Nº 216, Centro. Óbidos – PA (93) 3547-1965</p>
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Município de Óbidos - ACOPAMO	Açaí, cacau, cupuaçu, outras	A associação deseja produzir polpas de frutas regionais, a partir das frutas in natura produzidas pelos associados. Com apoio da Prefeitura Municipal e STR, pretendem construir uma agroindústria para verticalizar a produção dos sócios.	Associação	1	
ADEMPA - Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba	Açaí, doce de cupuaçu, xarope de cupuaçu	Agro-extrativista	Outros	3	<p>Passagem Coração de Jesus 152 Bairro: Algodal 68440-000 Abaetetuba - PA (91)3751-1181 / 3751</p>
Associação dos Pequenos Produtores Agro-Extrativistas Praia Alta e Piranhas - APAEPP	Cupuaçu, Açaí in natura, Castanha do Brasil óleo de andiroba, in natura	Extrativismo Fruta colhida das áreas do projeto extrativista e assentamento rural Praia	associação	3	<p>Maria do Espírito Santo Travessa Taquari, Nº14, Bairro Nova Canaã Nova Ipixuna – PA (94) 9133 1864 promanejo@uol.com.br</p>

Associação dos Produtores de Frutas e Derivados do Norte do Estado de MT - AFRUNORTE	Açaí, cupuaçu, cacau, acerola, araçá, cajá, coco, goiaba, graviola, maracujá, manga, melão, abacaxi	Grande. Agroindústria	Associação	Cleber dos Santos Rua T4 S/N Lote 7 Quadra E1. 78580-000 Alta Floresta – MT 66 3521 5412 cleber.mt@hotmail.com	3
Associação dos Produtores Rurais de Jutai – ASPROJUC	Polpa de açaí, polpa de cupuaçu, doce de cupuaçu	Extrativista Polpa de Açaí extraído de floresta nativa.	Associação	José Ataíde Daniel Praça São José, S/N - Centro Jutai. 69660-000 Jutai – AM 92 425 1161	3
Associação dos Produtores Rurais Rolimourense para Ajuda Múltipla - APRURAM	Cupuaçu in natura	Cupuaçu cultivado em pequenas propriedades rurais	Associação	Aparecido da Silva Avenida 25 de agosto, 7407 - Bairro: Cidade Alta 78987-000 Rolim de Moura – RO apruram@nettravelrm.com.br 69 3442-5152	3
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA - Unidade 2	Polpa de açaí, polpa de cupuaçu	Extrativista	Cooperativa	Rodovia PA-140 Km 02- Quatro Bocas 68682-000 Tomé-Açu – PA (91)3734-1319 http://www.amazon.com.br/~camta	3
Doces Tropicais	Castanha cristalizada, biscoito de castanha, doce de cupuaçu	Castanhas do Brasil de origem nativa, coletada pela comunidade local a partir das técnicas	Ltda	camta@amazon.com.br Gabriel Arantes Av. Ceará nº 395, Centro 69900-000 Rio Branco – AC (68) 32232590	3

COOMPBE	Bombom de cupuaçu, doce de cupuaçu, geléia de cupuaçu, salame de cupuaçu	tradicionais	26 mulheres Criada em 2005	Cooperativa Parcerias: Secretaria municipal e estadual da mulher e MDA Comercializam direto com o consumidor e feiras	Rodovia AC 40 Km 8 – Projeto de Assentamento Benfica Rio Branco – AC	4
PAE Mãe Grande de Curuçá	Polpas de cupuaçu, bacuri, taperebá e maracujá	Extrativismo		Projeto de Assentamento Agroextrativista	Curuçá – PA	5
Associação Grama Padre Claret	Polpas de fruta (cupuaçu, acerola, graviola, abacaxi, açai) café, farinha e arroz	Agroextrativismo e Agroindustria		Associação	Av. Dezidério Domingos Lopes, 3574 Centro Nova Mamoré RO 78939 – 000 (69) 3544 3158 asgrama@bol.com.br	6
COOPER Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da região de Carajás	Polpas de frutas (açai, cupuaçu), doces, licores, bombons	Agroindústria		Cooperativa	Rua Cristo Rei 21, Rio Verde 68515 – 000 Parauapebas PA Cooper_parauapebas@yahoo.com.br www.cooper-carajás.com.br (94) 3356 1574	6
CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu	Polpas de frutas da Amazônia (Cupuaçu, açai, cacau, carambola, caju, abacaxi, acerola, bacuri, goiaba, graviola, maracujá,	Agroindústria. Agroextrativismo, plantio consorciado em sistema de agrofloresta. Trabalho com 14		Cooperativa	Rodovia PA 140 Km 02 68682-000 Tomé-Açu, PA (91) 3734 1319 camta@camta.com.br www.camta.com.br	6

	murici, taperebá) Pimenta do reino	variedade de frutas (limão, abricó, uxi, bacuri, manga)		A Camta tem sido capaz de operar na cadeia desde o plantio, processos de extração e seleção das frutas até o atendimento do cliente, investindo em pesquisa e qualificação dos funcionários	
Cupuama	Polpas de frutas regionais do Amazonas (cupuaçu)	Agroindústria		Rua Cambixe 163 Careiro AM (92) 3362 1419 / 3642 3443 www.cupuama.com.br	6

(1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>

(2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA

(3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>

(4) Catálogo Trabalhadoras Rurais. IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2007.

(5) Revista Terra da Gente. MDA/INCRA. Especial. Outubro 2007.

(6) Cartão recolhido durante a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2007.

Levantamento Farinha

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
Associação dos Produtores Alternativos – APA 250 famílias	Doces, geléias, farinhas, palmito, licores	Agroextrativista	Associação	(69) 34612059 http://www.rebraf.org.br/medi a/APA.pdf apa@ouronet.com.br Ouro Preto do Oeste – RO	1
Associação dos Índios Apurinã de Rondônia Nunerimané	Farinha de mandioca, Óleo de Copaíba, Castanha		Associação	Representante: Antônio Marcos A. de Oliveira Apurinã Rua Floriano Peixoto nº 1683 bairro Clodealdo 78915-000 Telefone: (69) 4416517 / 996 Cacoal RO	1
Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC	Farinha de mandioca, óleo de copaíba, óleo de andiroba, mel, borracha	Agroextrativista A mandioca tem origem das plantações em roçados dos pequenos produtores associados	Associação	Rua Castelo Branco , S/N – Centro 69500-000 Carauari - AM Tel: 92 491-1023	1
AJOPAM - Associação Rural Juíense Organizada para Ajuda Mútua	Farinha de Mandioca, Mel, Café, Palmito de Pupunha, Própolis, Açúcar Mascavo, Óleo rapadura, Óleo	Agroextrativista Mandiocais plantados nas pequenas lavouras da região; Organização da produção;	Associação	Dorcina Rosa de Oliveira (coordenadora) Rua João Trevisanuto, s/n módulo 04. Caixa Postal 99 CEP: 78320-000 Juína -MT Telefax: (66) 3566 1568 / 4766 ajopam@juina-fox.com.br	2

		de Copaíba, Guaraná em pó.	capacitação em sistemas agroflorestais; apoio a comercialização			
Associação Clube das Mães do Povoado São Pedro	Farina de mandioca pura ou com acréscimo de coco, gengibre, gergelim e essências.	A mandioca e as matérias-primas utilizadas nas misturas são cultivadas pelos produtores locais e os produtos feitos artesanalmente	Associação	MARIA DA GRAÇA REIS SANTANA POVOADO SÃO PEDRO (ZONA RURAL) 65490-000 Anajatuba – MA 098 2430073 mejes@bol.com.br	3	
Associação das Mulheres Produtoras Rurais e Artesanais do Setor de Chácaras de Santa Fé	Farina multimistura, copota de caju, conserva de pequi	Produção agrícola		Eunice Rodrigues Grupo de Alimentação / Pró-Vida Quadra 103 Sul Rua SO1 lote 10 Centro 77163-060 Palmas – TO (63)99790484	3	
Associação dos Índios Apuriná de Rondônia Nunerimané	Farina de mandioca (branca e d'água), castanha da Amazônia, óleo de copaíba, artesanato indígena	Agroextrativista	Associação	Antônio Marcos A. de Oliveira Apurinã Rua Floriano Peixoto nº 1683 bairro Clodealdo 78915-000 Cacoal – RO (69) 4416517 / 996	3	
ASTRUJ - Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá IBAMA	Óleos Vegetais Mudas Farinha Pescado		Associação	Rua Senador João Bosco, 34. CEP 69520-000 Juruá – AM	3	

COOPRIMA	Turismo Ecológico	Agricultura	Cooperativa			(94) 3324 7444 São João do Araguaia - PA	3	
Cooperativa de Seringueiros e Agricultores do Vale do Alto Juruá-CASAVAJ (falida)) 4000 membros (CASAVAJ)	Farinha de mandioca, arroz	Agricultura	Cooperativa			Cruzeiro do Sul - AC	3	
Comsaúde	Mutimistura		ONG			Eduardo Manzano Av. Cel. Pinheiro 1785 77500-000 Porto Nacional - TO (63) 363 1013/1289 eduardo-manzano@uol.com.br	3	
Comproagro / Cooperativa	Farinha de tapioca; Farinha d'água; mel Farinha de cor branca, textura grossa e crocante.	A mandioca é cultivada em áreas particulares				Representante: José Aldenor da Silva Pedroso Rodovia Santarém- Cuiabá, S/N. Bairro: Matinha 68000-000 Tel: (91) 524-1062	1	
Comunidade do Anauá - Povo Indígena Wai-Wai	Farinha d'água; castanha; artesanato, castanha	Mandioca cultivada				Representante: Tuxaua Zacarias Zakhai Wai-Wai Comunidade do Anauá, Terra Indígena Wai-Wai a/c CIR Av. Sebastião Diniz, n. 2630 Boa Vista - RR Telefone: (95) 224 57 61	1	
Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativismo dos Municípios de Epitaciolândia e Brasília - CAPEB	Farinha; castanha, feijão, café	Agroextrativista . Produto cultivado em	Cooperativa			Rua Dr. Manoel Marinho Monte, 1115 Bairro Eldorado 69932-000 Brasília - AC Tel: 68 3546-3126	1, 3	

			consórcio em seringais			
Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Poconé Ltda. - COMPRUP	Farinha; rapadura; melado; açúcar mascavo	Mandioca cultivada pela comunidade e produzida artesanalmente	Cooperativa	Representante: Jair José de Almeida Av. dos Trabalhadores S/N 78175-000 Pocone - MT Tel: 65 3345-2363 comprup@brturbo.com.br	capeb.coop@bol.com.br	3
Cart- Amazônia	Farinha de mandioca, farinha de tapioca, óleo de andiroba, Sementes	Agroextrativista		(91) 3781 1069 Cametá - PA		1
COOMAGRIL	Farinha de Mandioca, Fecúla, Feijão, Milho, Açúcar Mascavo, Óleo de Copaiba, Andiroba, Madeiras, Pescados, Polpas de Frutas		Cooperativa	General Glicerio 1917 cep.69065140 69065-140 Manaus - AM		3
Camarão e Açai do Mazagão	Camarão salgado, açai, farinha de mandioca, tucupi	Agro-extrativista		(96) 32714001		1
Farinha de Mandioca Empalhada	Farinha de mandioca empalhada, farinha de	Agroextrativista		(96) 99646740 Santana - AP		1

Mais Sabor	tapioca, tucupi, açaí branco e preto	agricultura (especificar) / beneficiamento	(92) 36530613 Manaus – AM	1
COFRUTA e CART 125 famílias	Molho de tucupi, massa de macaxeira, farinha de tapioca Polpa de açaí, farinha de mandioca, mel, andiroba, cacau, geléias	Agroextrativista	(91) 3751 4955 Abaetetuba – PA	1
FECAT Tentação Amazônica - Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará 2500 famílias direta e indiretamente	Polpa e doces de frutas, licores e xaropes (cupuaçu, cajá, maracujá); farinha de mandioca e urucum em semente	Federação de cooperativas Parceiros: PDA/MMA, Incra, UFPA, Sebrae, Fetagri - PA, Arcasu, Coopserviço, Lasat, EFA, Fase-PA, Prefeituras Municipais de Paraupébas, Nova Ipixuna, Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Eldorado dos Carajás	Roberto Alves Rodovia PA 150, Km 07, Sentido Eldorado dos Carajás. CEP: 68506-000 Marabá - PA Telefax: (94) 3322 1020/ 81114988 / 3324 4903 fecat- mba@uol.com.br Marabá – PA	2
Farinha de Mandioca do Carvão	Farinha de mandioca, farinha de tapioca	Agricultura	(96) 9905 2475 Porto Grande – AP	1
Farinha de Mandioca São Domingos	Farinha de mandioca,	Agricultura	(69) 9967 6637 Porto Velho – RO	1

Farinha e Artesanato do Quilombo A. Pirativa	polvilho, doces Farinha, tipiti, tapioca	Agricultura	(96) 3212 9138 Santana - AP	1
GPNI - Grupo de Produtores Rurais Novo Ideal	Farinha de banana do Acre Farinha múltipla do Acre		BR - 364 km 92 - Ramal Granada Km 12 69945-000 Acrelândia - AC	3
Associação Grama Padre Claret	Polpas de fruta (cupuaçu, acerola, graviola, abacaxi, açaí) café, farinha e arroz	Agroextrativism o e Agroindustria	Av. Dezidério Domingos Lopes, 3574 Centro Nova Mamoré RO 78939 - 000 (69) 3544 3158 asgrama@bol.com.br	6
Cooperfarinha	Farinha de Cruzeiro do Sul		Cooperativa 20 membros	

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflores <http://ww2.imaflores.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>

Levantamento Guaraná

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua - AJOPAM	Guaraná Mel, Café, Palmito de Pupunha, Própolis, Açúcar Mascavo, rapadura, Óleo de Copaíba	Agroextrativismo Agroindústria Comercial	Associação	Jairo Ribeiro da Costa Rua João Trevisanuto, s/n. B: Módulo 04. 78320-000 Juína – MT 66 3566 1568	3
ACARAM	Café, cacau, guaraná	Agroextrativista		(69) 3422 2469 Ji-Paraná – RO	1
APRURAM - Associação de Produtores Rurais Roulimourense para Ajuda Mútua Agrega 8 associações 240 famílias	Cupuaçu, guaraná, café, essências, gado e leite	Agroextrativista	Associação Parceiros: PDA/MMA, Emater, Embrapa, EFA, Fetagro, APA, Projeto Reca Amigos da Terra	Aparecido da Silva Avenida 25 de agosto, 7403, Cidade Alta CEP: 78987-000 Rolim de Moura - RO Telefax: (69) 3442-6379/5152 http://www.rebraf.org.br/media/APRURAM.pdf	2, 3
Biomendes Cosméticos e Produtos Naturais	Guaraná Mel de apís, mel de jataí		Micro empresa	José Cataryno Mendes Rua Municipal, 49 B centro Várzea Grande – MT 65 36825779 biomendies@pop.com.br	3
Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawê – CGTSM	Guaraná em pó, guaraná em bastão, Mirantã Pó, óleo de copaíba, óleo			Obadias Batista Garcia Av. Nações Unidas, s/n Prédio Santa Rosa Shopping Center 69150-000 Parintins – AM cgtsm@jurupari.com.br	3

Cooperagrapea-Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazonia	de andiroba, Urucum em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo de castanha Sateré-Mawé	Guaraná orgânico, açúcar mascavo, melado de cana orgânico, café em pó orgânico, castanha do Brasil	Agroindústria, Comercial	Cooperativa	3
Cooperativa Agropecuária Mista de Paranaita LTDA - Cooperanaita	Guaraná em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo de castanha Sateré-Mawé	Guaraná orgânico, açúcar mascavo, melado de cana orgânico, café em pó orgânico, castanha do Brasil	Cooperativa	Domingos Jari Vargas Rua Ceará, 74 - Centro. 78505-000 Terra Nova do Norte - MT 66 3534 1884 cooperagrapea@yahoo.com.br	3
Cooperativa Agropecuária Mista de Paranaita LTDA - Cooperanaita	Guaraná em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo de castanha Sateré-Mawé	Guaraná orgânico, açúcar mascavo, melado de cana orgânico, café em pó orgânico, castanha do Brasil	Cooperativa	Marilei Ribeiro Konrat Av. Principal, rua Pe. Jorge Albertine, Nº 3225, setor Industrial- caixa postal - 25 78580-000 Paranaita - MT (66) 563 - 1282 vitoria-regia@w3nt.com	3
Guaraná Sateré Ltda	Guaraná em cápsula, guaraná ralado, bastão de guaraná, Guaraná Sateré em pó, xarope de guaraná,	Guaraná orgânico, açúcar mascavo, melado de cana orgânico, café em pó orgânico, castanha do Brasil	Cooperativa	Florisvaldo Correia Souza Júnior Rua Princesa Isabel 1825, bairro Liberdade 78976-335 Cacoal - RO 69 441-6249 guaranasatere@osite.com.br http://www.guaranasatere.com .	3

	óleo de andiroba e óleo de copaíba				br	
Importadora e Exportadora Guaraná Orgânico da Amazônia	Guaraná em pó	Produção Agrícola			Adriano Ribeiro Medeiros Rua Pedro Teles, 80 - Centro 69980-000 Cruzeiro do Sul - AC 68 3322 -3112 guaranai@omegasul.com.br	3
Sociedade dos Povos para o Ecodesenvolvimento da Amazônia - SAOPEMA	Guaraná em pó, extrato de guaraná	Agroindústria			Rivaldo Gonçalves de Araújo Av. Rodrigo Otávio 1866, modulo 17. Distrito Industrial. 69073-620 Manaus - AM 92 216-3886	3
Sucos da Amazônia - SUCASA	Polpa de frutas açai, acerola, abacaxi, bacuri, cupuaçu, muruci, taperebá, maracujá, carambola. Xarope de açai com guaraná, xarope de cupuaçu	Açaí e guaraná nativos.	Ltda		Solange Mota BR - 316 Km 65 68740-000 Castanhal - PA 91 3721-6178 sucasa@webcem.com.br	3

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>

Levantamento Mel

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
APA - FLORA. Associação dos Produtores Alternativos 600 famílias direta e indiretamente	Mel, própolis, palmito de pupunha (conserva), licores, doces e geléias, farinha de babaçu, multimistura, farinhas láctea (linha de alimentação alternativa), polpa de furtas (araça, cacau, maracujá, cupuaçu, acerola) artes anato produzido por mulheres com cipó	Agroecologia Produção agroecológica (beneficiamento e comercialização; capacitação e assistência técnica)	Associação Parcerias: CEX/MMA, PDA/MMA, MDA, FUNBIO, FNMA/MMA, GTA	Lindomar Ventura dos Santos Avenida Gonçalves Dias, 3671, Bairro Bela Floresta CEP: 78950-000 Ouro Preto D'Oeste - RO Telefax: (69) 3461 2059/1844 apa@ouronet.com.br www.apaflorea.com.br Ouro Preto D'Oeste - RO	2
Central das Associações - CA	Pupunha, polpa de cupuaçu, mel		Associação	Evair Donizete Mourão Av. Marechal Rondon, 1561, Centro 78250-000 Pontes e Lacerda - MT (65) 266-1212	3

COFRUTA e CART	Polpa de açaí, farinha de mandioca, mel, andiroba, cacau, geléias	Agroextrativista rodução e comercialização de fruta in natura e polpa de frutas. A COFRUTA foi formada a partir da necessidade dos pequenos agricultores familiares de estar comercializando sua produção de forma independente e organizada, valorizando o sistema agroextrativista.	Cooperativa 125 famílias associadas	(91) 3751 4955 Abaetetuba - PA	1
Associação Rural Para Ajuda Mútua São Miguelense - ARSAPAM	Polpa de cupuaçu, palmito in natura, mel, buchas ecológicas	Cultivado	Associação	José Silva Dias Av. Trancredo Neves s/n 78970-000 São Miguel do Guaporé - RO 069 642 20 53 ou 134 smiguel@pcnet.com.br	3
Agência de Comercialização Solidária de Rondônia - Tucumã	Palmito de Pupunha, Mel Urucum, Cacau Castanha da Amazônia Polpa de Frutas Leite, Óleo de Copaiba Pimenta do Reino		OSCIIP	Rua 31 de Março, 220 Jd. dos Migrantes 78962-560 Ji-Paraná - RO tucuma@tucuma.com.br tucuma@pcnet.com.br	3
Associação dos Pequenos	Palmito de		Associação	Elípidio Pereira de Araújo	3

Produtores do Sul de Roraima - APROSUR	pupunha, mel				Av. perimetral Norte, 738 69735-000 São João da Baliza - RR (95) 235 1123	
AJOPAM - Associação Rural Juíense Organizada para Ajuda Mútua	Palmito de Pupunha, farinha de Mandioca, Mel, Café, , Própolis, Açúcar Mascavo, rapadura, Óleo de Copaíba, Guaraná em pó.	Agroextrativista. Mandioca plantados nas pequenas lavouras da região; Organização da produção; capacitação em sistemas agroflorestais; apoio a comercialização	Associação		Dorcina Rosa de Oliveira (coordenadora) Rua João Trevisanuto, s/n módulo 04. Caixa Postal 99 CEP: 78320-000 Juína -MT Telefax: (66) 3566 1568 / 4766 ajopam@juina-fox.com.br	2
Central das Associações Rural Castanheirense de Ajuda Mútua - CARCAM	Castanha, mel, gergilim	Extrativismo	Associação		Joscelino Westfall Rua João Brasil, 287, centro 78345-000 Castanheira - MT (66) 581 - 1113	3
Conselho Geral da Tribo Saterê-Mawê - CGTSM	Guaraná em pó, guaraná em bastão, Mirantã Pó, óleo de copaíba, óleo de andiroba, Urucum em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo				Obadias Batista Garcia Av. Nações Unidas, s/n Prédio Santa Rosa Shopping Center 69150-000 Parintins - AM cgtism@jurupari.com.br	3

Biomendes Cosméticos e Produtos Naturais	de castanha Saterê-Mawê Guaraná Mel de apís, mel de jataí				Micro empresa			José Cataryno Mendes Rua Municipal, 49 B centro Várzea Grande – MT 65 36825779 biomendies@pop.com.br	3
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar mais de 10 mil famílias em 12 municípios	Mel e Amêndoa de cacau in natura	manejo florestal Planejamento sustentável da produção orgânica, organização para a certificação, capacitação para manejo florestal, pedagogia da alternância	Fundação					José Ricardo Rua Anchieta, 2092, bairro Perpétuo Socorro. CEP: 68371-190 Altamira - PA Telefax: (93) 3515 2406 fepp@amazoncoop.com.br projetoconsolidação@yahoo.com.br r Altamira – PA	2
Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC	Farinha de mandioca, óleo de copaíba, óleo de andiroba, mel, borracha	Agroextrativista. A mandioca tem origem das plantações em roçados dos pequenos produtores associados	Associação					Rua Castelo Branco , S/N – Centro 69500-000 Carauari - AM Tel: 92 491-1023	1
Apiário Gomes -ME	Mel comum, pólen	Mel de abelha puro de florada Silvestre. Pólen nativo de criação de colméias em terreno próprio	Pessoa Física					Nerivan de Oliveira Gomes AV: Capitão Julio Bezerra, 952 69300-000 Boa Vista – RR nokano@osite.com.br (95) 2242080	3
Apis Melífera da Flora Amazônica	Mel Comum	Cultivado	Outros					Jaconias de Souza Br 163 km 698 78525000 Matupá – MT (66) 3595 1334	3
Associação Cacoalense de	Mel de abelha	Cultivado	Associação					Edvaldo Barbosa Jóes	3

Apicultores - ACA	de gênero Apis Metífera, própolis, cera, pólen			Av. Castelo Branco, 23727 – Setor Industrial 78975-000 Cacoal – RO (69) 441-6147	
Associação de Produtores Rurais Nova Aliança - APRNA	Mel de Abelhas Nativas	Proveniente de matas secundárias e manguezais do Município de São João de Pirabas. Flora silvestre.	Associação	Vilemar Fernandes da Silva Comunidade Boa Esperança, Município de São João de Pirabas. 68.719000 São João de Pirabas – PA (91) 3449 1376	3
Associação de Promotores da Atividade de Meliponicultura do Estado do Amazonas - INSTITUTO IRAQUARA	Mel nativo (de abelhas indígenas sem ferrão).	Agro-extrativista.	Associação	Fernando José de Oliveira Rua Marechal Dutra, 218 – Centro. 69195-000 Boa Vista do Ramos – AM www.institutoiraquara.org.br fernando@institutoiraquara.org.br (92) 3624 9828	3
Associação dos Apicultores de Mucajaí - ASSAM	Mel comum	O mel é produzido do néctar de espécies da flora nativa, com as colméias distribuídas dentro da floresta. As colméias estão distribuídas em pequenas propriedades rurais.	Associação	Antônio Alves Oliveira Rua Padre Tobias, 1203 (Centro) 69340-000 Macujaí – RR (95) 3542 1717	3
Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio - ABIPA	Mel nativo	Cultivado	Associação	Luzanira F. Lima Av. Vila Nova, nº 2645, Axixá – TO 77930-000 Axixá do Tocantins – TO apatobico@uol.com.br (63) 3444 1191	3
Associação dos Criadores de Abelhas Indígenas da	Mel nativo	Mel de abelhas nativas da Amazônia, produzido	Associação	Lucinildo Félix da costa Rua Cel. Joaquim Raimundo	3, 1

Amazônia em Boa Vista do Ramos - ACAIA		por meliponicultores locais em forma comunitária		Pereira, 1882 (B. Vitória Régia) Boa Vista do Ramos - AM www.projetoiraquara.com.br jair_arruda@yahoo.com.br (92) 9145 7155	
Associação dos Criadores Orgânicos de Abelhas de São João de Pirabas - APISAL	Mel nativo	Extrativista, Produção Agrícola	Associação	Oriando Marron Rodovia PA 124, Km 49, São João de Pirabas. 68.719000 São João de Pirabas - PA 091 423 2765 (3)	3
Associação dos Pequenos Produtores do Sul de Roraima - APROSUR	Mel	Mel silvestre	Associação	Elípidio Pereira de Araújo Av. Perimetral Norte, 738 69735-000 São João da Baliza - RR (95) 235 1123	3
Associação dos Pescadores, Agricultores e Apicultores de Emaus - APAEMA	Mel comum	Apicultura	Associação	José Carlos Tavares Silva Vila de Emaus, s/n 68.620000 Vizeu - PA mopepa.pescadores@bol.com.br (91) 9632 2858	3
Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda - ATRVC	Mel	Cultivado	Associação	Antonio Pereira Leite Rua Gomes Calado, 205 - Centro 77860-000 Wanderlândia - TO (63) 453 12 25 atrvc@uol.com.br	3
Comproagro / Cooperativa	Farinha de tapioca; Farinha d'água; mel Farinha de cor branca,	A mandioca é cultivada em áreas particulares		Representante: José Aldenor da Silva Pedroso Rodovia Santarém-Cuiabá, S/N. Bairro: Matinha 68000-000 Tel: (91) 524-1062	1

Comsaúde	textura grossa e crocante. Mel,	Cultivado	ONG	Eduardo Manzano Av. Cel. Pinheiro 1785 77500-000 Porto Nacional – TO (63) 363 1013/1289 eduardo-manzano@uol.com.br	3
Cooperativa de Produtores Rurais da Região do Apiaú - CEPRRA	Mel, Açai	Mel silvestre 80%, produzido nos apiários dos cooperados.	Cooperativa	Rua Manoel Felipe, 479, Buritis 69300-000 Boa Vista – RR (95) 625 3320	3
Conselho Geral da Tribo Saterê-Mawê – CGTSM	Guaraná em pó, guaraná em bastão, Mirantã Pó, óleo de copaíba, óleo de andiroba, Urucum em pó, óleo de pau rosa, mel de apis melífera, óleo de castanha Saterê-Mawê	Mel cultivado na Terra Indígena Saterê-Mawê	Associação	Obadias Batista Garcia Av. Nações Unidas, s/n Prédio Santa Rosa Shopping Center 69150-000 Parintins – AM cgtsm@jurupari.com.br	3
Federação das Associações de Apicultores do Estado do Pará - FAPIC	Mel comum	Mel produzido por abelha africanizada, com floração silvestre de campo natural.	Federação 22 associações (aproximadamente 30 famílias por associação)	Gerson de Moraes Av. Tancredo Neves, S/N; Cx. postal 613; Campus da UFPA 66017-970 Belém – PA (91) 3210 52 46 fapicpa@ig.com.br	3

Flexeira - Cantina	mel de abelha Uruçu	Mel silvestre, oriundo de matas secundárias ou capoeira grossa da região	Empresa familiar	Manoel Nazareno Laranjeira Mesquita Comunidade da Flexeira Cantina, Município de Traquateua. Traquateua - PA (91) 8137 1753	3
Meliponicultura Luyten	Mel de abelha silvestre sem ferrão	Produção Agrícola	Pessoa física	Arnold Luyten Rua Carlos Gomes, 99 ; Bairro:Souza Lima 78110-000 Várzea Grande - MT 65 682 9304	3
Organização das Associações da Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns - Tapajoara	Mel comum	Apicultura	Associação	Miguel Sousa Lima Avenida Tapajós; Núm. 351, Bairro: Laguiño 68040-000 Santarém - PA (91) 523-4950	3
Sergio Celmer	Mel Comum	Criação de apis nativa	Informal	Rua: Princesa Isabel s/n. Casa de Material de Construção Nortão. 78000-000 Santa Carmen - MT 66 562 1140	3
Sítio Lumiar	mel de Uruçu	Extrativista	Empresa familiar	João Bosco Maia da Silva Comunidade Traquateua, Sítio Lumiar. 68786-000 Santo Antônio do Tauá - PA jotaboscomaia@yahoo.com.br (91) 8112 1446	3
Associação Rural Para Ajuda Mútua São Miguelense - ARSAPAM	Polpa de cupuaçu, palmito in natura, mel, buchas	Cultivado	Associação	José Silva Dias Av. Trancredo Neves s/n 78970-000 São Miguel do Guaporé - RO 069 642 20 53 ou 134	3

RORAIMEL	ecológicas Mel, pólen			smiguel@pcnet.com.br (95) 3224 6091 Boa Vista RR	1
Fundação Nacional do Índio - FUNAI RO	Castanha da Amazônia, artesanato indígena, mel	distribuição	Serviço Público - Autarquia	Didinho Graciliano de Oliveira Av. Constituição nº42 - centro 78957-000 Guajará Mirim - RO (3)	1
MARHEO Mel de Abelhas	Mel de abelhas	extrativista	Independente	Br 364 Ramal Gavião km 03 rua José Pereira Gurgel 809 Bujari AC (68) 3231 1242 Marheo_flach@yahoo.com.br Contato: Engelberto Flach	5

Fonte: Baseado em dados do Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis, <http://negocios.amazonia.org.br/> e Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflores <http://ww2.imaflora.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>
- (5) Cartão recolhido na IV Feira de Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Levantamento Pupunha

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
Associação dos Produtores Alternativos – APA 250 famílias	Doces, geléias, farinhas, palmito de pupunha, licores	Agroextrativista Cultivo (pupunha) - Sistema Agroflorestal - SAF	Associação	(69) 34612059 http://www.rebraf.org.br/medi a/APA.pdf apa@ouronet.com.br Ouro Preto do Oeste – RO	1, 3
Agência de Comercialização Solidária de Rondônia – Tucumã	Palmito de Pupunha, Mel Urucum, Cacau Castanha da Amazônia Polpa de Frutas Leite, Óleo de Copaiba Pimenta do Reino		OSCIP	Rua 31 de Março, 220 Jd. dos Migrantes 78962-560 Ji-Paraná - RO tucuma@tucuma.com.br tucuma@pcnet.com.br	3
Associação dos Pequenos Produtores do Sul de Roraima - APROSUR	Palmito de pupunha, mel		Associação	Elípidio Pereira de Araújo Av. Perimetral Norte, 738 69735-000 São João da Baliza – RR (95) 235 1123	3
AJOPAM - Associação Rural Juíense Organizada para Ajuda Mútua	Palmito de Pupunha, farinha de Mandioca, Mel, Café, Própolis,	Agroextrativista . Mandioca plantados nas pequenas lavouras da	Associação	Dorcina Rosa de Oliveira (coordenadora) Rua João Trevisanuto, s/n módulo 04. Caixa Postal 99 CEP: 78320-000 Juína -MT Telefax: (66) 3566 1568 /	2

	Açúcar Mascavo, Óleo rapadura, Óleo de Copaíba, Guaraná em pó.	região; Organização da produção; capacitação em sistemas agroflorestais; apoio a comercialização		4766 ajopam@juina- fox.com.br	
Central das Associações - CA	Pupunha, polpa de cupuaçu, mel		Associação	Evair Donizete Mourão Av. Marechal Rondon, 1561, Centro 78250-000 Pontes e Lacerda – MT (65) 266-1212 (3)	3
Cooperativa Agroextrativista Bom Destino - BONAL	Palmito de pupunha	Palmito pupunha cultivado		Raimundo Alves de Macedo BR. 364, km 76 Trecho Rio Branco - Porto Velho Senador Guiomard – AC (68) 3235 1037 http://www.bonal.com.br Bonai@bonal.com.br	3
HS Agroindustrial - Palmitos Imperador		Plantada em área reflorestada		Antonio R. Pinho Av. Deputado Romualdo Junior Lote 16 CO Setor A B: São José Operário. 78580-000 Alta Floresta – MT 66 521 6072	3
Luna e Pinha LTDA - Palmitos Matupá	Palmito de pupunha, conserva de açai	cultivado	Ltda. Agroindústria, Comercial	Paulo César Arnohld Rua 15 – S/N 78525000 Matupá – MT (66) 595 – 1592	3

Projeto RECA - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado	Açaí* Cupuaçu, pupunha,	Sistema agroflorestal	Nova Califórnia -Porto Velho - RO (69)3253 1007 http://www.rebraf.org.br/mediana/RECA%20luiza.pdf * pupunha, beneficiamento de polpas de outras espécies regionais, como araçá-boi e o açaí. Plantam também em seus sistemas, essências florestais como o mogno , a seringueira , copaíba, andiroba, cerejeira, cumaru-ferro , cedro , freijó, bandarra, entre outras	3, 1
---	-------------------------	-----------------------	--	------

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Baicão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflores <http://ww2.imaflores.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>

Levantamento Pimenta e outros

Produtores	Produto	Processo de Produção / Tipo de Manejo	Personalidade Jurídica	Contato	Fonte
Pimenta Baniwa Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) no Amazonas, entidade que representa 17 comunidades Baniwa, executa o projeto de produção e comercialização da pimenta em pó Baniwa	Pimentas	Cultivo, trocas entre mulheres indígenas da Bacia do Alto Rio Negro	Projeto Arte e Pimenta Baniwa	http://www.artebaniwa.org.br/tipos1a.html	
Agência de Comercialização Solidária de Rondônia - Tucumã	Palmito de Pupunha, Mel Urucum, Cacau Castanha da Amazônia Polpa de Frutas Leite, Óleo de Copaiba Pimenta do Reino		OSICIP	Rua 31 de Março, 220 Jd. dos Migrantes 78962-560 Ji-Paraná - RO tucuma@tucuma.com.br tucuma@pcnet.com.br	3
CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé- Açu	Polpas de frutas da Amazônia (Cupuaçu, açaí, cacau, carambola, caju, abacaxi, acerola, bacuri, goiaba, graviola,	Agroindústria Agroextrativismo, plantio consorciado em sistema de agrofloresta. Trabalho com 14 variedades de frutas (limão, abricó, uxi,	Cooperativa	Rodovia PA 140 Km 02 68682-000 Tomé-Açu, PA (91) 3734 1319 camta@camta.com.br www.camta.com.br	5
				A Camta tem sido capaz de operar na cadeia desde o	

	maracujá, murici, taperebá) Pimenta do reino	Óleo de buriti	Óleo de buriti produzido a partir da coleta de frutos de buriti seguindo manejo florestal e com certificação florestal FSC.	Associação Produto originário de áreas de preservação permanente. Área protegida pelo Código Florestal. Coleta dos frutos de buriti seguindo manejo florestal e com certificação florestal FSC.	plântio, processos de extração e seleção das frutas até o atendimento do cliente, investindo em pesquisa e qualificação dos funcionários	3
Associação Comunitária Santo Antonio do Abonari - ABONARI					João Basílio Filho BR-174, Km-200, Ramal da Serragro 69735-000 Presidente Figueiredo – AM 92 400-7692 comun.	
ASSOCIAÇÃO PRODUTORA RURAL DO ERERÉ - APRORE	Polpa de buriti			Associação	Ronaldo Silva - Presidente Comunidade do Ererê, Monte Alegre, Pará. CEP 68220-000 68220-000 Belém – PA 91-2193312 comunidade_erere@yahoo.com.br	3
Grupo de Mulheres Produtoras de Bombom e Biscoito de Castanha-do-Brasil do PAE Maracá	Bombons e biscoitos de castanha					

- (1) Catálogo de Empreendimentos e dos Produtos III Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária www.mda.gov.br e Web site <http://www.rebraf.org.br/media/APA.pdf>
- (2) DADS - Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável MMA
- (3) Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=bancodedados>
- (4) Imaflores <http://ww2.imaflores.org/?fuseaction=contentAlone&IDdocumento=66>
- (5) Cartão recolhido durante a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2007.